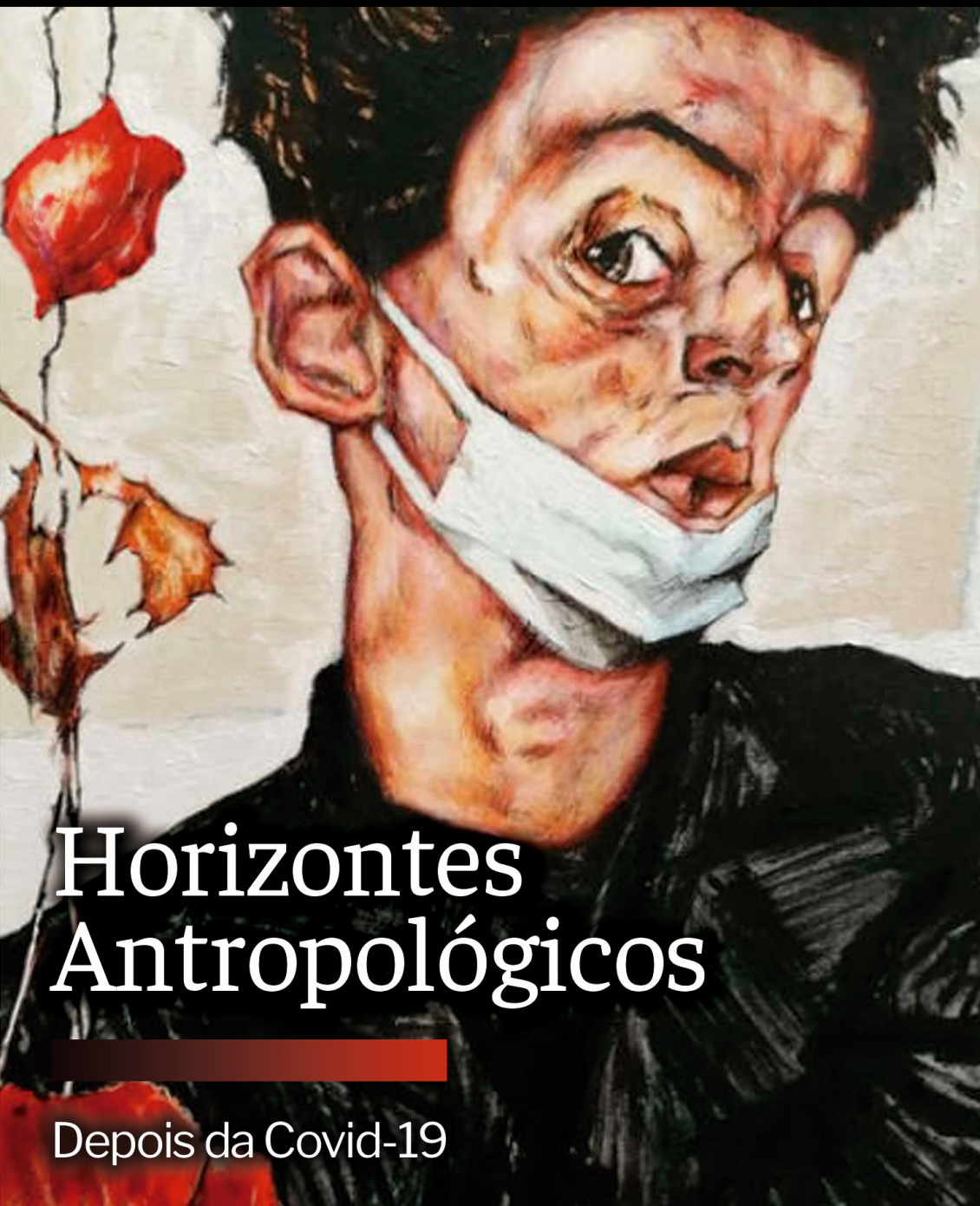


69

ISSN 0104-7183
ISSN 1806-9983 (on-line)



Horizontes Antropológicos

Depois da Covid-19

2024

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor: Carlos André Bulhões Mendes

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Hêlio Ricardo do Couto Alves

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Coordenador: Jean Segata

Editor-Chefe

Ruben George Oliven

Editor Executivo

Arlei Sander Damo

Editores

Ari Pedro Oro

Cristiana Bastos

Fernanda Cruz Rifiotis

Apoio editorial

Cristiane Miglioranza – Assistente de Comunicação

Leonardo Teixeira Leites – Assistente Editorial

Rosemeri Nunes Feijó – Assistente Executiva

Conselho Editorial

Alejandro Frigerio – Universidad Católica Argentina (Argentina)

Alejandro Grimson – Universidad Nacional de San Martín (Argentina)

Carlos Alberto Steil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Christian Bromberger – Université d'Aix-Marseille (França)

Claudia Fonseca – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Claudio Lomnitz – Columbia University (Estados Unidos)

Cornelia Eckert – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Daniel Miller – University College London (Reino Unido)

Enzo Pace – Università degli Studi di Padova (Itália)

Gustavo Lins Ribeiro – Universidad Autónoma Metropolitana (México)

Joan Pujadas – Universitat Rovira i Virgili (Catalunha, Espanha)

João Biehl – Princeton University (Estados Unidos)

João Leal – Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Lília Schwarcz – Universidade de São Paulo (Brasil)

Manuela Carneiro da Cunha – University of Chicago (Estados Unidos)

Marc Abélès – École des Hautes Études en Sciences Sociales (França)

Maria Filomena Gregori – Universidade Estadual de Campinas (Brasil)

Mariza Peirano – Universidade de Brasília (Brasil)

Michael Herzfeld – Harvard University (Estados Unidos)

Miriam Pillar Grossi – Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

Néstor García Canclini – Universidad Autónoma Mexicana (México)

Otávio Velho – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

Paula Montero – Universidade de São Paulo (Brasil)

Pedro Ignacio Schmitz – Instituto Anchieta de Pesquisas (Brasil)

Sergio Visacovsky – Instituto de Desarrollo Económico y Social (Argentina)

Setha Low – City University of New York (Estados Unidos)

Sherry Ortner – University of California Los Angeles (Estados Unidos)

Sonnia Romero – Universidad de la República (Uruguai)

Tim Ingold – University of Aberdeen (Escócia, Reino Unido)

Linha Editorial

Horizontes Antropológicos (Qualis A1) é um periódico quadrimestral publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Seus números são temáticos, abertos à pluralidade de interpretações e de abordagens que possam interessar à antropologia e áreas afins. Além de artigos alinhados à temática principal de cada número, *Horizontes Antropológicos* traz a seção Espaço Aberto, dedicada a entrevistas e artigos de excelência escritos por pesquisadoras/es com reconhecimento internacional entre seus pares e que colaboram com a revista, preferencialmente, a convite dos editores. Todos os artigos submetidos devem ser originais/inéditos, não podendo ter sido enviados simultaneamente a outra publicação ou órgão editorial. Como norma geral, os trabalhos submetidos são apresentados para avaliação prévia dos editores e dos organizadores de cada número temático. Os pré-selecionados são submetidos a pareceristas externos.



ano 30
número 69
maio/agosto 2024

ISSN 0104-7183
ISSN 1806-9983 (on-line)

Horizontes Antropológicos

69 | Depois da Covid-19

número organizado por

Arlei Sander Damo

Ceres VÍctora

Handerson Joseph

Patrice Schuch

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, ano 30, n. 69, maio/ago. 2024



Expediente:

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43111, Sala 116
91509-900 – Porto Alegre – RS – Brasil
Telefone: (51) 3308-6625
E-mail: horizontes@ufrgs.br
Site: <https://www.ufrgs.br/ppgashorizontesantropologicos>

Capa:

Projeto gráfico: Carla Luzzatto

Desenvolvimento gráfico: Fabíola de Carvalho

Ilustração: Evgen Semenyuk. *Egons Schiele style man in white mask*, 2020, acrílico sobre tela, 40 × 30 cm.

Projeto gráfico do miolo, revisão e editoração eletrônica: Trema Assessoria Editorial

Este número é publicado com o suporte financeiro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / UFRGS

Catálogo: Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades / UFRGS

Bibliotecário: Maycke Young de Lima – CRB 10/1920

Horizontes Antropológicos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. – Vol. 1, n. 1 (1995)-. – Porto Alegre : UFRGS. IFCH, 2009. – Quadrimestral. Continua: Cadernos de Antropologia. – ISSN 0104-7183 (impresso), ISSN 1806-9983 (on-line).

1. Antropologia. 2. Ciências sociais. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Programa de Pós-graduação em Antropologia Social*.

Horizontes Antropológicos está indexada em:

1FINDR
BASE – Bielefeld Academic Search Engine
DOAJ – Directory of Open Access Journals
Google Scholar
IBSS – International Bibliography of the Social Sciences
LAPTOC – Latin American Periodical Tables of Content
LatinRev – Red Latinoamericana de Revistas Académicas
en Ciencias Sociales y Humanidades da FLACSO
OJS – SEER
OpenEdition

Portal LivRe
ProQuest Social Science Journals via IBSS
Redalyc
Researching Brazil
ROAD
SciELO – Scientific Electronic Library Online
SCIMAGO – Web of Science
SCOPUS
SHERPA ROMEO
Social Compass via IBSS

Signatory of



Sumário | Summary

Ensaio sobre o Tema | Essay on the Theme

- e690201 Depois da Covid-19: a persistência da memória
After COVID-19: the persistence of memory

Patrice Schuch; Handerson Joseph; Arlei Sander Damo;
Ceres VÍctora

Artigos | Articles

- e690401 Crisis sociosanitaria global (post) pandémica
y su impacto en la salud de migrantes internacionales
de Barcelona, São Paulo y Buenos Aires
Global (post) pandemic socio-sanitary crisis
and its impact on the health of international migrants

Alejandro Goldberg; Ximena Pamela Díaz Bermúdez
- e690402 Comida e consumo na pandemia e após: um olhar a partir
dos mercados de Madrid
Food and consumption in the pandemic and beyond:
a perspective from Madrid's markets

Renata Menasche; Carmen Lozano-Cabedo
- e690403 “Viver da Arena”: casas, práticas econômicas
e temporalidades pós-pandêmicas
“Viver da Arena”: houses, economic practices
and post-pandemic temporalities

Bruno Guilhermano Fernandes

- e690404 Precariedade enquanto categoria formativa do campo: as vulnerabilidades de antropólogos(as) e motoristas de aplicativo em um contexto de pandemia
Precariousness as a formative category of the field: the vulnerabilities of anthropologists and app drivers in the context of a pandemic
Álvaro Tavares
- e690405 Uma etnografia da ansiedade: alteridade, identificação e emoção – casos de saúde mental na experiência escolar no retorno pós-pandêmico
An ethnography of anxiety: alterity, identification and emotion – mental health cases in the school experience in the post-pandemic return
Alef de Oliveira Lima
- e690406 “Covichados”: pensar la epidemia de COVID-19 en Argentina desde la postpandemia
“Covichados”: thinking about the COVID-19 epidemic in Argentina from the post-pandemic period
Andrea Mastrangelo; Flavia Demonte
- e690407 A episteme médica e as incertezas do diagnóstico de Covid longa: um ensaio antropológico
The medical episteme and the uncertainties of Long COVID diagnosis: an anthropological essay
Jaqueline Ferreira; Graziani Araújo de Lima da Nóbrega
- e690408 “Meus filhos não serão cobaias”: cismas e discursos antivacinação infantil pós-pandemia de Covid-19
“My children will not be guinea pigs”: schisms and childhood anti-vaccination speeches after the COVID-19 pandemic
Hully Guedes Falcão; Ana Carolina Monari; Igor Sacramento; Caio Maués

- e690409 Os novos e velhos desafios para os saberes sobre
as plantas medicinais e fitoterapia na Estratégia Saúde
da Família após a pandemia de Covid-19
The new and old challenges for knowledge about medicinal
plants and phytotherapy in the Family Health Strategy after
the COVID-19 pandemic
Mariana Leal Rodrigues
- e690410 Lutos em luta: medos e perdas enfrentadas pelos
profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19
Fighting grief: fears and losses faced by healthcare
professionals during the COVID-19 pandemic
Aponira Maria de Farias; Mariela Campos Rocha;
Denise Nacif Pimenta

Espaço Aberto | Open Space

- e690601 Entre nosotros: a favor de la etnografía de nuestra teoría
antropológica
Among us: towards an ethnography of our anthropological
theory
Rosana Guber
- e690602 Quem avalia a avaliação? A avaliação do Sistema Nacional
de Pós-Graduação, vista da área de Antropologia
e Arqueologia, 2018-2022
Who assesses the assessment? The assessment of the
National Postgraduate System, as seen from the Anthropology
and Archaeology area, 2018-2022
Antonio Carlos de Souza Lima

Depois da Covid-19: a persistência da memória

After COVID-19: the persistence of memory

Patrice Schuch¹

<https://orcid.org/0000-0002-0073-3496>

patrice.schuch@gmail.com

Handerson Joseph¹

<https://orcid.org/0000-0002-8634-9435>

handersonj_82@yahoo.es

Arlei Sander Damo¹

<https://orcid.org/0000-0003-4368-6754>

arleidamo@gmail.com

Ceres Víctora¹

<https://orcid.org/0000-0001-9363-3883>

ceresvictora@gmail.com

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

Apesar de a Organização Mundial da Saúde (OMS) ter declarado oficialmente o fim da emergência sanitária há aproximadamente dois anos, a presença da Covid-19 segue sendo uma preocupação, principalmente pelos impactos e pelas mudanças profundas provocadas na vida social. Diante disso, faz sentido sugerir que a afirmação categórica do “fim da pandemia” ou “pós-pandemia” deve ser nuançada. Com isso em vista, neste ensaio recuperamos ideias e estudos sobre: 1) os impactos desiguais da pandemia em diferentes cenários; 2) as maneiras de gerenciamento da vida “pós-pandemia”; 3) as controvérsias em torno da existência da “Covid longa”; e 4) os engajamentos de pessoas que vivem numa zona nebulosa de “pós-pandemia”, sentindo as dores e efeitos de sua continuidade no próprio corpo. Para elas, a pandemia da Covid-19 não acabou, tendo em vista que reverbera em lutos e lutas, num entrelaçamento dinâmico entre o passado, o presente e o futuro.

Palavras-chave: Covid longa; memória; cuidado; Avico.

Abstract

Even though the World Health Organization (WHO) officially declared the end of the health emergency approximately two years ago, COVID-19 remains a concern, mainly due to its impacts and profound changes in social life. Given this, it makes sense to suggest that the categorical statement of the “end of the pandemic” or “post-pandemic” should be nuanced. With this in mind, in this essay, we recover ideas and studies on (1) the unequal impacts of the pandemic in different scenarios, (2) the ways of managing “post-pandemic” life, (3) the controversies surrounding the existence of “long COVID”; and (4) the engagements of people who live in a nebulous “post-pandemic” zone, feeling the pain and effects of its continuity in their bodies. For them, the COVID-19 pandemic is not over, given that it reverberates in mourning and struggles, in a dynamic intertwining of the past, the present, and the future.

Keywords: Long COVID; memory; care; AVICO.

Em 1931, Salvador Dalí pintou uma de suas mais famosas obras: *La persistència de la memòria*. O quadro é marcado pela existência de relógios derretidos, o que pode indicar a fluidez e a mutabilidade da realidade temporal, bem como chamar a atenção sobre como a memória e a percepção são partes da experiência. Os relógios de Dalí não têm nada de precisos; ao estarem deslocados, deformados, derretidos, evocam a experiência subjetiva da temporalidade na relação com a persistência da memória, evidenciando a possibilidade que dimensões de nossa experiência possam problematizar marcadores lineares do tempo e do que muitas vezes chamamos de passado-presente-futuro.

A partir da inspiração de Dalí, podemos tomar o título deste número – Depois da Covid-19 – como uma abertura para interrogações sobre as experiências, práticas, categorias, formas de ativismo, de intervenção e de tratamento, associadas ao que frequentemente é chamado de “pós-pandemia”. A Covid-19 como um fenômeno da experiência excede as narrativas lineares de começo, pico e fim (Segata; Löwy, 2024). Como já escreveram Segata e Löwy (2024) baseando-se no trabalho de Charters e Heitman (2021), o fim de uma pandemia depende muito mais de uma contínua negociação política, ética e social de “níveis aceitáveis”, que permitem a “administração de uma vida social normal” do que da utopia de uma “erradicação biológica” (ver também Rosenberg, 1992). Além disso, as desigualdades associadas às infraestruturas de vida e de saúde e a diversidade dos regimes temporais subjacentes às intervenções biomédicas também problematizam a linearidade de marcadores generalistas associados à pandemia (Das, 2020a; Greco; Graber, 2022).

Soma-se a essas dimensões o próprio conhecimento vivencial dos atingidos pela Covid-19, muitos dos quais têm suas vidas transformadas e biografias reescritas em função da percepção do que tem sido chamado de Covid longa (Segata, 2024) ou mesmo aqueles que expressam uma noção mais difusa, embora cotidianamente presente, de persistência da Covid-19, expressa em relatos de dores e queixas públicas emanadas em redes sociais, elas próprias podendo ser entendidas como potentes meios de uma espécie de *cuidado coletivo* (Bellinaso, 2025; Schuch, 2023). Importante mencionar também as memórias de luto e as lutas por reconhecimento da doença – e de sua persistência – que o ativismo na área busca não deixar esquecer, através da explicitação de queixas e de sofrimentos, mas também por fortalecimentos e resistências (Segata *et al.*, 2023).

Apesar de a Organização Mundial da Saúde (OMS) ter declarado oficialmente o fim da emergência sanitária há aproximadamente dois anos, a presença da doença segue sendo uma preocupação planetária, principalmente pelos impactos e pelas mudanças profundas provocadas na vida social, afetando de maneira desigual as pessoas e os países, em alguns casos abismando as múltiplas violências históricas e estruturais, principalmente nos países do sul global. A afirmação categórica do fim da pandemia ou pós-pandemia deve ser nuançada, visto que os impactos e as mudanças provocadas pela pandemia tmbm podem deixar raízes profundas cultural e socialmente. Como já afirmou Segata (2024, p. 76, tradução nossa): “A pandemia de Covid-19 não se restringe ao vírus, mas tmbm faz parte de uma crise crônica vivida cotidianamente pelas populações marginalizadas.”

Podemos pensar, portanto, em variados efeitos da Covid-19 e em possibilidades de temporalidades abertas e múltiplas (Biehl; Locke, 2017) em relação às vivências da pandemia, coproduzidas a partir de regimes técnico-políticos heterogêneos e de infraestruturas de vida e de saúde variantes. Mais do que a estabilidade dos regimes temporais que determinam linearmente o final da pandemia, evidenciam-se histórias e(m) movimento (Segata *et al.*, 2023), nas quais o inacabado da Covid-19 atualiza-se através de queixas e demandas por reconhecimento. Tais reivindicações da inscrição pública da dor da pandemia, do sofrimento em função de seus males e da resistência ao produzir formas possíveis de vida *com* a Covid-19 mostram, por outro lado, o próprio trabalho do tempo nas relações e na recriação e reabilitação de vidas possíveis (Das, 2020b; Víctora; Schuch; Siqueira, 2021, 2022).

Este número temático de *Horizontes Antropológicos*, especialmente destinado ao tema, reune artigos que apresentam debates teóricos e experiências etnográficas de pesquisa que intersectam com essas problemáticas das contínuas negociações políticas, ticas e sociais em torno da pandemia e da pós-pandemia; das desigualdades associadas às infraestruturas de vida e de saúde e da diversidade dos regimes temporais subjacentes às intervenções biomédicas que conformam temporalidades e práticas de gestão distintas da pandemia e da pós-pandemia; e das experiências e dos lutos e lutas daqueles que vivem, de uma diversidade de formas, a Covid-19 como um fenmeno da vida que ainda persiste e insiste. Nesse sentido, o anúncio do fim da situação de emergência pandmica no dia 5 de maio de 2023, por parte da OMS, não significou a finalização das problematizações em torno do tema da pandemia, mas uma

abertura para novos questionamentos e investigações sobre a diversidade de suas reverberações. A seguir, discutiremos alguns conceitos e noções que contribuem para formular perspectivas antropológicas sobre o tema e abrir novos e originais pontos de vista sobre o assunto.

A antropologia, a pandemia e a pós-pandemia: dimensões conceituais

Em contrariedade às perspectivas “vírus-centradas” que muitas vezes marcam os debates em torno da pandemia da Covid-19 – e da pós-pandemia –, e das abordagens que buscam definir, em termos universais, o que é o vírus e o que faz o vírus (Rui *et al.*, 2021), os estudos antropológicos têm apontado para a relevância da consideração da pandemia – e da pós-pandemia, consequentemente – como um evento global, sem ser universal. Central para essa caracterização está a noção de *escalas*, desenvolvida por Segata (2020), o qual destaca a relevância de se considerar a pandemia – e o que também poderíamos chamar de pós-pandemia – simultaneamente em seu caráter global e nas suas dimensões situadas. Como já escreveram Segata *et al.* (2021, p. 8), contra a noção de universalidade ou homogeneidade de suas materialidades e efeitos, a pandemia é melhor entendida como um *evento múltiplo e desigual*:

Acontece que o tipo de evento crítico que temos vivido excede a celebração pública da virologia e das categorias que definem as tendências epidemiológicas. A sua escala global não significa universalidade, tampouco justifica a sua homogeneização (Segata, 2020a, 2020b). De forma direta: a pandemia é um evento múltiplo e desigual. Os surtos que a constituem têm intensidades, qualidades e formas de agravo e prevalência muito particulares. Há formas de estabelecer alguns padrões, como, por exemplo, a identificação do agente patógeno e a compreensão da infecção, mas distinções socioeconômicas, culturais, políticas, ambientais, coletivas ou mesmo individuais tensionam a homogeneidade do risco, da vulnerabilidade, da doença e do cuidado “vírus centrado”.

O empenho em privilegiar a particularidade das infraestruturas de vida e de saúde que marcam desigualmente as condições de vida de determinadas populações

tem caracterizado boa parte da perspectiva antropologica, a qual enfatiza o interesse nas *desigualdades* que a pandemia evidencia (Mastrangelo; Segata; Rico, 2020; Matta *et al.*, 2021; Rui *et al.*, 2021). Tais desigualdades referem-se a fatores tais como o acesso diferenciado às polıticas de prevenção e saude, às vulnerabilidades étnico-raciais, de gnero, de classe e de nacionalidade, frente ao risco  doença, bem como aos diferentes regimes temporais subjacentes às intervenções medicas e às negociações polıticas, ticas e sociais que inscrevem desigualmente a pandemia nos corpos e nas sensibilidades coletivas (ver, entre outros, Butler, 2020; Castro, 2020; Das, 2020a; Goes; Ramos; Ferreira, 2020; Medeiros; Anjos, 2020; Santos *et al.*, 2020; Schuch *et al.*, 2021; Schuch; Furtado; Sarmiento, 2020).

Não   toa que o conceito de “sindemia”, inicialmente descrito pelo antropologo medico crıtico Paul Singer na decada de 1990 (Singer; Clair, 2003; Singer *et al.*, 2017) para o contexto da epidemia de HIV-Aids, foi intensamente mobilizado e, em certos sentidos, atualizado para a compreensão da pandemia (Singer; Rylko-Bauer, 2021). A abordagem sindemica chama atenção não apenas para a coexistência de determinadas condies que aumentam as chances de adoecimento, mas coloca em destaque as maneiras como certas condies historicas, polıticas, sociais e ambientais adversas podem efetivamente promover o “sucesso” de outras situaes adversas. Fronteira *et al.* (2021, p. 3, traduo nossa) argumentaram que no caso da Covid 19:

A epidemia de SARS-CoV-2 sobrepoe-se a doenças endemicas [malaria, esquistossomose, tuberculose, hepatite C, HIV, dengue e outras doenças tropicais negligenciadas] e a doenças sazonais (como a gripe e outras doenças respiratórias), a uma serie de determinantes culturais e sociais (medo, estigmatizao, racismo, gnero, desigualdades econômicas, desinformao, comportamentos de risco, insegurança alimentar e nutricional, ocupao, clima, exposio a diferentes tipos de poluio, oferta de cuidados de saude e servios de assistência social, comportamentos de procura de cuidados de saude e violência, fornecimento de drogas e comportamentos de dependência) e ao clima e ao ambiente.

No Brasil, por exemplo, há varios trabalhos que destacam os impactos desiguais da pandemia em funo do gnero, raça e classe, assim como estudos com perspectivas interseccionais, os quais mostram que a pandemia atingiu brutalmente mulheres e crianças negras e pobres, alem de pessoas migrantes. Isso se deu

não apenas através da infecção pelo vírus, mas também pela vulnerabilização provocada pela crise sanitária em termos de sobrecarga de trabalho em função das dinâmicas de cuidado doméstico e também da necessidade de geração de renda (Fleischer; Lima, 2020, Lacerda, 2022; Leite, 2020; Pimenta *et al.*, 2021; Scott, 2020). Ou seja, determinantes sociais e infraestruturas de vida problematizam a homogeneidade do risco e as possibilidades de assistência e cuidado. Nesse ponto, é interessante destacar que, embora perspectivas generalistas que se movem em torno da ideia da universalização do risco sempre tenham configurado os debates sobre a pandemia como um fenômeno global (Rui *et al.*, 2021), os estudos existentes sobre uma das reverberações da Covid-19, o que tem sido chamado de Covid longa, destacam a relevância da dimensão de gênero para compreender o fenômeno (Löwy, 2021).

Tais investigações trazem a feminização da Covid longa não apenas para o centro dos debates sobre os reflexos da pandemia na configuração de uma nova entidade nosológica, mas sobretudo para a problematização de suas formas e possibilidades de reconhecimento. Segundo Löwy (2021), a feminização da Covid longa é problemática, na medida em que pode seguir a tendência histórica de desconsiderar as narrativas feitas por mulheres, especialmente aquelas queixas nas quais não se encontram causas definidas, absorvendo-as apenas a partir da classificação de “psicossomáticas”, tal como pode ser traçado na definição original de histeria (Löwy, 2021). Para Löwy (2021), essa tendência de não reconhecimento efetivo de sintomas e perturbações trazidas por mulheres pode ser bem exemplificada quando tomamos o caso da negligência em relação à endometriose. Tais dimensões evidenciam a importância dos condicionantes socioculturais – de gênero, de classe, raciais e étnicos – bem como sua articulação com as próprias “biologias locais” (Lock, 2001) para o reconhecimento e definição das condições patológicas, como a Covid longa.

Ainda nesse interesse de privilegiar a análise das desigualdades e seu impacto nas políticas de saúde, cabe destacar também o emprego, no estudo sobre as experiências da pandemia, da relevante noção de *evento crônico agudizado*, desenvolvida por Paul Farmer (2012) no cenário da emergência climática do terremoto no Haiti, em 2010. Tal noção foi apropriada na literatura antropológica sobre a pandemia para destacar o papel que as *violências estruturais* têm na agudização das catástrofes de todo o tipo (Biehl, 2021; Joseph; Neiburg, 2020; Schuch *et al.*, 2021; Schuch; Furtado; Sarmiento, 2020). Como já destacou Biehl (2021),

a *vulnerabilidade estrutural* e uma lente crítica que oferece compreensão  propagação desigual de um vírus respiratório que atinge mais gravemente grupos sub-representados. Entretanto, pode também ser eficiente para analisar as dinâmicas ps-pandmia e as negociações tico-políticas e sociais para o reconhecimento de efeitos variáveis não apenas da pandmia, mas também nas formas de vida de determinadas populações vulnerabilizadas *depois* da Covid-19.

Adiciona-se às desigualdades referentes aos marcadores sociais da diferença aquelas ensejadas e produzidas pelas próprias políticas governamentais de gestão da pandmia e da pós-pandmia. Nessa direção, há uma ênfase significativa de estudos antropológicos nessa área que têm usado os conceitos de biopolítica, de Foucault (2002) e *necropolítica*, de Mbembe (2006) para caracterizar o engendramento de políticas de vida e morte para determinadas populaes, principalmente aquelas mais vulnerabilizadas e submetidas as relaes de poder e de dominao. Especialmente significativo tem sido o emprego da noo de *necropolítica*, que, segundo Mbembe (2006), dirige-se a populaes consideradas descartáveis e que abarcam não apenas aes de extermínio direto, mas também negligências estatais, submisses e subjuges de corpos a exploraes diversas e a condies de vida precarizadas.

O uso do conceito tem sido realizado na leitura crítica da gestão governamental de dispositivos de saúde e assistência para populaes vulnerabilizadas (ver, entre outros, Fernandes, 2020; Schuch *et al.*, 2021; Schuch; Furtado; Sarmento, 2020), mas, sobretudo, para analisar o impacto das respostas governamentais relacionadas com questes ideológicas pautadas por uma necropolítica (Ferreira, 2021; Ortega; Orsini, 2020), bem como para a gestão científica e tecnológica dos experimentos vacinais em nível global, a qual envolveu parcerias entre órgãos públicos e privados, farmacuticas multinacionais e consórcios multilaterais mediados por organismos internacionais (Castro, 2020, 2021).

No Brasil, a literatura sobre o tema da gestão governamental da pandmia mostra que houve uma expressiva política negacionista que ensejou não apenas uma reatividade frente às políticas de isolamento social, mas também um atraso em relao  política de vacinao, havendo a desmobilizao de medidas sanitárias, disseminao de notícias e solues falsas, como o “kit Covid”, com o incentivo ao uso de medicamentos nada eficazes como cloroquina e ivermectina (Castro, 2020; Ortega; Orsini, 2020; Segata; Segata, 2024). Sem investir na testagem e na vacinao e contrapondo-se tanto aos lockdowns

regionalizados quanto aos mais totalizantes, o governo federal brasileiro incentivou a propagação do vírus, numa tentativa de promover a imunidade coletiva e diminuir os impactos à economia do país (Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário; Conectas Direitos Humanos, 2021). Como também escreveram Segata e Segata (2024, p. 55, tradução nossa): “A redução da pandemia a uma guerra tecnocrática entre vírus e mercado – ou a redução ao dilema ‘vida ou economia’ – também foi uma forma de negacionismo e evidenciou o ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil, promovido pelo governo federal.”

Já no que se refere às análises sobre os experimentos científicos e tecnológicos vacinais, eles possibilitam compreender a existência de uma espécie de divisão entre os países do sul global e os países ricos, que envolve uma distinção entre produção de pesquisas clínicas e o acesso vacinal, já presente em análises de outros contextos sobre experimentações científicas médicas (Petryna, 2009). No caso da pandemia da Covid-19, tal diferenciação tem reflexos importante nas políticas de vida e morte de determinadas populações, especialmente naquelas localizadas entre os países do norte e do sul global e entre os brancos e os negros no Brasil (Castro, 2020, 2021). Como destaca Castro (2021), os modos de produção, experimentação e distribuição de tecnologias médicas configuram diferentes temporalidades e intensidades da pandemia e são elementos centrais do desenvolvimento e do acesso às vacinas. Para a autora, se as desigualdades não forem efetivamente combatidas, os males da pandemia não serão encerrados para todos, com a mesma rapidez e efetividade:

A experimentação de vacinas no Brasil denota como os mecanismos de exploração de grupos populacionais vulnerabilizados em pesquisas médicas sucedem mediante a captura dos processos de experimentação pela lógica do capital (Sunder Rajan, 2007), nos quais desumanizações e mortes vetorizadas pelo racismo tornam-se ativos necroeconômicos do mercado biotecnológico, e os produtos desses dispositivos tendem a ser menos acessíveis àqueles que, de modo mais substancial, vivenciam os riscos envolvidos no seu desenvolvimento (Castro, 2021, p. 85-86).

Acrescente-se o fato de que os efeitos da desacreditação da ciência durante a pandemia não cessaram com a decretação do seu fim pela OMS. Como mostram Falcão *et al.* (2024), ocorreu uma proliferação acentuada de narrativas antivação durante a pandemia. Ainda que essas narrativas não sejam novidade,

sobretudo em paises europeus e nos Estados Unidos, o fato de elas terem sido propagadas por agentes publicos e profissionais da área medica contribuiu, sobremaneira, para o aumento da hesitaao vacinal. No caso do Brasil, os índices exitosos de vacinaao alcançados ao longo de decadas de campanhas publicas sofreram um impacto notavel depois da pandemia e para alem dela, comprometendo a erradicaao de algumas epidemias que estavam em vias de extinao e comprometendo os cronogramas de vacinaao infantil, cujos efeitos deleterios sao por ora imensuraveis.

Essa relaao entre as infraestruturas de vida e saude, acesso as tecnologias medicas e modos de gestao governamental e as temporalidades e intensidades da pandemia  fundamental na analise das experiencias, praticas e modos de vida na pos-pandemia. Em acordo com isso, Franch, Carneiro e Maluf (2024) percebem que o anuncio do fim da situaao de emergencia pandemica no dia 5 de maio de 2023, por parte da OMS, nao significou a finalizaao das problematizaoes em torno do tema, mas uma abertura para investigaao das diferentes experiencias de tempo e de espaço que foram vividas durante a pandemia e tambem da diversidade de suas reverberaoes. Dizem as autoras que o proprio tempo sofreu compressoes e alongamentos, fundamentalmente por conta do alongamento da experiencia da pandemia no Brasil devido  ausencia de politicas efetivas de enfrentamento a ela. Essa argumentaao esta em sintonia com as perspectivas de Greco e Graber (2022), que se referem  propria temporalidade da pandemia como suscetivel a variaoes, levando-se em conta os tipos de cuidado prestado, a materialidade das tecnologias de controle e formas de conhecimento e pelos regimes temporais subjacentes às intervenoes medicas. A vivencia do tempo esta, portanto, profundamente imbricada nos contextos sociais em que se vivenciou a pandemia e se experiencia a pos-pandemia, refletindo desigualdades e sendo estreitamente ligada a marcadores sociais (Franch; Carneiro; Maluf, 2024).

Lutos, lutas e a descida ao ordinario

Outra contribuiao fundamental da pesquisa antropologica nesse campo de investigaao tem sido, exatamente, o foco nas *perspectivas vivenciais*, que priorizam a analise das experiencias e praticas miudas e cotidianas, bem como das narrativas e formas de ativismo e mobilizaao de coletivos (Das, 2020b; Fleischer;

Lima, 2020; Schuch; VÍctora; Siqueira, 2021; Segata *et al.*, 2023; Segata; Segata, 2024; VÍctora; Schuch; Siqueira, 2022). Pode-se dizer que esse foco está em acordo com a proposta de “descolonizar a pandemia” (Biehl, 2021; Segata *et al.*, 2021), o que fundamentalmente implica: de um lado, ir além das perspectivas “vírus-centradas” e dos modelos globais que privilegiam soluções uniformes, com poucas relações com a variedade das realidades locais (Segata *et al.*, 2021). De outro lado, engajar-se criticamente sobre formas de conhecimento e intervenção que reproduzem e invisibilizam mecanismos de exclusão, bem como colocar em evidência formas emergentes de política, de cuidado e de resistência que podem ser mecanismos eficazes de enfrentamento à pandemia (Biehl, 2021) e também na pós-pandemia, na análise de seus efeitos, insistência e persistência.

Contrariamente à narrativa das “grandes escalas” que universalizam o risco (Biehl, 2021), importa aqui realizar um esforço analítico de “descida ao ordinário”, nos termos de Das (1995). Como VÍctora, Schuch e Siqueira (2022) colocaram em artigo sobre o tema, o privilégio do cotidiano permite compreender tanto os esforços rotineiros, mas muitas vezes invisíveis e invisibilizados, de manutenção da vida ordinária em face de um evento extraordinário, quanto o funcionamento das infraestruturas cotidianas de cuidado e as maneiras peculiares de imaginar uma vida vivível (VÍctora; Schuch; Siqueira, 2022). Estudos sobre a *casa* como espaço relacional e sua relevância para a saúde pública também se evidenciaram nas análises sobre a pandemia (Biehl; Neiburg, 2021; Joseph; Neiburg, 2020; Neiburg; Joseph, 2021). No Haiti, por exemplo, contrariando expectativas de alto número de infectados, Joseph e Neiburg (2020) destacaram a importância do que foi chamado de “gestão domiciliar” da pandemia e de fatores como o isolamento social, o uso de máscaras e a idade média da população que, em conjunto com a opção mais frequente dos infectados de permanecer em casa ou se tratar através da medicina tradicional, garantiram níveis baixos de incidência da doença.

A *casa* pode ser vista como um objeto de governabilidade e como um ambiente espacial e moral no qual se constroem aproximações e distanciamentos, relações de familiaridade e de vizinhança. No contexto haitiano, ao contrário de isoladas, as casas estavam sempre em relação, formando configurações de interdependência mútua (Joseph, 2020; Marcelin, 1999). Por outro lado, as atitudes das pessoas haitianas investigadas em seus lares e as práticas cotidianas nesse espaço mostram a importância de serem compreendidas no contexto de redes

transnacionais e diásporas. A abordagem etnográfica mostrou a relação entre as pessoas que partiam e as que ficavam, com suas casas, as redes de relações familiares, os laços afetivos, a “casa” e as “configurações de casas” habitadas no contexto das redes dentro das quais elas interagiam. Marcelin (1996, p. 98) define as “configurações de casas” como “redes domésticas construídas na dinâmica da casa e ao redor dela, [que] inserem-se numa dinâmica de redes de casas interligadas umas às outras”.

Ao tomar como foco as *casas* para analisar a gestão domiciliar da pandemia, as pesquisas não se restringem às estruturas físicas, à arquitetura, à economia doméstica, mas colocam no centro da análise, em diferentes escalas, as relações entre os sujeitos que participam das/nas casas. Isso se faz através da atenção às trajetórias das pessoas que vivem nas casas ou as frequentam, bem como à cultura material dos objetos e às práticas de medicinas tradicionais que circulam entre as casas que fazem parte de uma mesma configuração de casas. A *casa*, então, pode ser vista “como um processo e não apenas um lugar” (Miller, 2001, p. 9); permite ler e analisar com profundidade as diferentes experiências vividas na pandemia – e, quiçá, contribuir também nas análises da pós-pandemia –, revelando as múltiplas desigualdades e violências. Nas casas as pessoas se cuidam e se autocuidam, revelando, nesse caso, a intrínseca relação entre a *casa* como objeto de governamentalidade e como espaço de constituição de relações e a problemática do *cuidado*.

O tema do *cuidado* e a profusão de literatura antropológica sobre o assunto a partir da emergência da pandemia vem mostrando as complexas negociações relacionais e políticas que envolvem as atividades de manutenção, continuação e reparação do mundo de forma em que se possa viver nele (Fisher; Tronto, 1990; Pimenta, 2024; Reis; Franch, 2022; Schuch; VÍctora; Siqueira, 2021). Cabe menção ao emprego do conceito de *evento crítico*, proposto por Das (1995) na leitura das transformações associadas à pandemia, e a vivência destas no que poderia ser chamado de contexto pós-pandêmico. O conceito de *evento crítico* visa problematizar a ruptura provocada pelas situações traumáticas e contribuir no estudo de sua assimilação ao cotidiano das pessoas que as vivenciaram. Para a autora, que critica o modelo do trauma para explicar acontecimentos extraordinários marcados pela dor e pelo sofrimento, a maior contribuição da antropologia estaria em reconhecer como a dor é tecida nas teias da vida ordinária através de gestos muitas vezes singelos e sutis, os quais permitem reabitar um outro

cotidiano, simultaneamente inscrevendo dores e afirmando novas possibilidades de vida (Das, 1995, 2010, 2020b).

Afirmar possibilidades de vida e de luta em meio aos lutos da pandemia tem sido tarefa do ativismo da área e de indivíduos e grupos que buscam inscrever pública e politicamente a memória de suas dores e experiências com a pandemia, de forma a mantê-la viva como algo inacabado. Análises e engajamentos antropológicos com a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico), no Brasil, feitas por Segata e Segata (2024), bem como projetos de inscrição pública da dor e da luta, como a publicação *Histórias e(m) movimento* (Segata *et al.*, 2023), têm salientado a importância de dar um “rosto” e uma história para os mortos da Covid-19, de forma a serem mais do que números e continuarem agindo na inscrição pública da Covid-19, de seus efeitos e também de suas continuidades, por exemplo através da noção de “sintomas persistentes” ou mesmo de “Covid longa”. Assim como em outros cenários de ativismo em que os mortos agem e nunca podem ser completamente sepultados (Vianna, 2018), são as histórias encarnadas e dramatizadas por cada pessoa que se descreve como vítima ou familiar de vítima que fortalecem politicamente a Avico (Segata; Segata, 2024). Segundo Segata e Segata (2024), p. 57:

Las narrativas de los asociados se basan en un sentimiento experimentado y compartido colectivamente, como el duelo y los sentimientos que lo envuelven, y que se dirige hacia una acción política solidaria conjunta, como se puede observar desde su logotipo [...] que hace referencia a personas de diversos colores y de manos unidas en señal de colectividad, diversidad y tolerancia.

A Avico, no Brasil, não tem apenas trabalhado para produzir uma memória da pandemia, mas também, assim como outros coletivos de ativistas na área ao redor do mundo, para o reconhecimento da Covid longa, uma entidade nosológica emergente pós-Covid-19, com contornos imprecisos e caracterizada por sintomas imprevisíveis e persistentes (Löwy, 2021; Segata; Löwy, 2024). A própria forma de emergência da Covid longa é um indicador da relevância do ativismo dos pacientes, uma vez que a experiência destes desafiava temporalidades e categorias médicas descritivas. As publicações de narrativas de pacientes em redes sociais, como o Facebook, revelam sintomas persistentes, e o que iria ser

denominado de Covid longa, desde o primeiro ano da pandemia (Callard; Prego, 2021; Segata; Löwy, 2024). Conforme expõem Segata e Löwy (2024, p. 8):

Na primavera e no verão europeu de 2020, grupos altamente eficientes de ativistas – muitos liderados por acadêmicos ou profissionais de saúde – conseguiram transmitir suas visões sobre os sintomas persistentes e mutantes da covid-19 para os especialistas. No outono de 2021, os ativistas já afirmavam com orgulho que a covid longa, o termo que eles cunharam, provavelmente foi o primeiro transtorno inicialmente definido pelas pessoas que o vivem como condição (Callard; Prego, 2021).

A Covid longa pode ser a primeira entidade nosológica, portanto, emergente a partir do ativismo dos pacientes em redes sociais, elas próprias podendo ser entendidas, nesse caso, como potentes formas de cuidado coletivo, as quais chamam atenção para a importante relação entre dinâmicas de cuidado e políticas de reconhecimento (Schuch, 2023). Entretanto, se a noção de Covid longa e termos associados não são mais novidades, há pouco progresso no entendimento de suas causas, prevenção e tratamento. Além disso, há muito estigma e sentimento de impotência dos pacientes, que navegam em um sistema de saúde fragmentado e não organizado para prestar cuidados centrados no paciente (Phillips; Williams, 2023). Para Löwy (2021), o principal obstáculo para uma definição precisa de Covid longa é a ausência de um diagnóstico de doença, em acordo com a formulação da medicina moderna, que é baseada no conceito de “doenças específicas”. De forma original, os grupos de pacientes estão forçando a existência de “condições baseadas em sintomas” (Löwy, 2021), problematizando aquilo que tem sido descrito como uma *injustiça epistêmica*, na qual a credibilidade dos pacientes é frequentemente questionada (Segata; Löwy, 2024).

Como é possível verificar, as lutas continuam e mantêm a história da pandemia da Covid-19 aberta. A partir dessa abertura é possível destacar ricos campos de pesquisa antropológica, alguns dos quais foram mencionados neste ensaio: investigações sobre os impactos desiguais da pandemia da Covid-19 em diferentes populações e numa variedade de cenários de vida, estudos sobre as maneiras de gerenciamento do que muitas vezes é chamado de “pós-pandemia”, análises sobre as controvérsias em torno da existência de novas entidades nosológicas, como a chamada “Covid longa”, bem como engajamentos em torno do que

acontece com aqueles afetados pela Covid-19 e que vivem numa zona nebulosa de “pós-pandemia”, sentindo as dores e efeitos de sua continuidade no próprio corpo ou no luto pelas vítimas da Covid-19. Para estes, a pandemia da Covid-19 não acabou; ela reverbera em lutos e lutas, num entrelaçamento dinâmico entre o passado, o presente e o futuro. A aposta deste número temático é de que a atenção às dores, memórias, controvérsias e negociações, lutos e lutas, abram espaço para formas analíticas menos homogêneas e totalizantes sobre a pandemia, para suas temporalidades múltiplas e para seus efeitos diversos.

Referências

BELLINASSO, S. Corpo, tempo e diagnóstico: as vivências da Covid-Longa. [Capítulo 2 da dissertação de mestrado em Antropologia Social (em andamento)]. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2025. Mimeografado.

BIEHL, J. Descolonizando a saúde planetária. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 337-359, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100017>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BIEHL, J.; LOCKE, P. Introduction. *Ethnographic sensorium*. In: BIEHL, J.; LOCKE, P. *Unfinished: the anthropology of becoming*. Durham: Duke University Press, 2017. p. 1-38.

BIEHL, J.; NEIBURG, F. Oikography: ethnographies of house-ing in critical times. *Cultural Anthropology*, [s. l.], v. 36, n. 4, p. 539-547, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14506/ca36.4.01>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BUTLER, J. Judith Butler sobre a Covid-19: o capitalismo tem seus limites. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

CALLARD, F.; PREGO, E. How and why patients made Long COVID. *Social Science and Medicine*, [s. l.], v. 268, 113426, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socsci-med.2020.113426>. Acesso em: 30 out. 2023.

CASTRO, R. Covid-19 e economias da diversidade: uma crítica antropológica da biologização da raça nos ensaios clínicos com vacinas. *ClimaCom*, ano 7, n. 19, 2020. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/covid-19-e-diversidade/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CASTRO, R. Necropolítica e a corrida tecnológica: notas sobre ensaios clínicos com vacinas contra o coronavírus no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 71-90, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100004>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS DE DIREITO SANITÁRIO; CONECTAS DIREITOS HUMANOS. *Direitos na pandemia*: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. [S. l.]: Cepesdisa: Conectas, 20 jan. 2021. (Boletim n. 10). Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacao/boletim-direitos-na-pandemia-no-10/#wpcf7-f18339-o1>. Acesso em: 28 mar. 2025.

CHARTERS, E.; HEITMAN, K. How epidemics end. *Centaurus*, [s. l.], v. 63, n. 1, p. 210-224, 2021.

DAS, V. *Critical events*: an anthropological perspective on contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAS, V. Listening to voices: an interview with Veena Das. Entrevista a Kim DiFrucia. *Altérités*, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 136-145, 2010.

DAS, V. Facing Covid-19: my land of neither hope nor despair. *American Ethnological Society*, [s. l.], 1 May 2020a. Disponível em: <https://americanethnologist.org/features/collections/covid-19-and-student-focused-concernsthreats-and-possibilities/facing-covid-19-my-land-of-neither-hope-nor-despair>. Acesso em: 15 fev. 2025.

DAS, V. *Vida e palavras*: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020b.

FALCÃO, H. *et al.* “Meus filhos não serão cobaias”: cismas e discursos antivacinação infantil pós-pandemia de Covid-19. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 30, n. 69, e690408, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9983e690408>. Acesso em: 15 fev. 2025.

FARMER, P. *Haiti after the earthquake*. New York: Public Affairs, 2012.

FERNANDES, A. Coronel vírus chegou: notas etnográficas sobre a Covid-19 entre vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad*: revista latino-americana, [s. l.], n. 35, p. 7-34, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sess/n35/1984-6487-sess-35-7.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

FERREIRA, J. Necropolítica, poder e significados da pandemia do coronavírus: uma abordagem antropológica. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 24, e66274, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v24.66274>. Acesso em: 22 fev. 2025.

FISHER, B.; TRONTO, J. Toward a feminist theory of caring. In: ABEL, E. K.; NELSON, M. K. (ed.). *Circles of care: work and identity in women's lives*. Albany: Suny Press, 1990. p. 35-62.

FLEISCHER, S.; LIMA, F. (org.). *Micro: contribuições da antropologia*. Brasília: Athalaia, 2020.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 285-315.

FRANCH, M.; CARNEIRO, R. G.; MALUF, S. W. Apresentação. *Ilha: revista de antropologia*, Florianópolis, v. 26, n. 3, e103711, set. 2024.

FRONTEIRA, I. et al. The SARS-CoV-2 pandemic: a syndemic perspective. *One Health*, [s. l.], v. 12, 100228, June 2021.

GOES, E. F.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00278110, 2020.

GRECO, C.; GRABER, N. Anthropology of new chronicities: illness experiences under the promise of medical innovation as long-term treatment. *Anthropology & Medicine*, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 1-13, 2022.

JOSEPH, H. Maisons diasporas et maisons locales: mobilités haïtiennes et réseaux transnationaux. *Etnográfica*, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 749-774, 2020.

JOSEPH, H.; NEIBURG, F. A (i)mobilidade e a pandemia nas paisagens haitianas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 463-479, set./dez. 2020.

LACERDA, P. Estado, gênero e Covid-19: trânsitos de mulheres por setores da administração pública em tempos de pandemia. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, e281205, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n1a205>. Acesso em: 27 mar. 2025.

LEITE, M. Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. *Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social*, Rio de Janeiro, p. 1-16, 2020.

LOCK, M. The tempering of medical anthropology: troubling natural categories. *Medical Anthropology Quarterly*, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 478-492, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/maq.2001.15.4.478>. Acesso em: 15 fev. 2025.

LÖWY, I. Long COVID, chronic fatigue syndrome and women: the shadow of hysteria. *Somatosphere*, [s. l.], 25 May 2021. Disponível em: <https://somatosphere.com/2021/long-covid.html/>. Acesso em: 30 out. 2023.

MARCELIN, L. H. *L'invention de la famille afro-américaine: famille, parenté et domesticité parmi les noirs du recôncavo da Bahia, Brésil*. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MARCELIN, L. H. A linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-60, 1999.

MASTRANGELO, A.; SEGATA, J.; RICO, A. Covid-19 en América Latina: desigualdad social y pandemia. *Avá: revista de antropología*, [s. l.], v. 37, p. 7-17, 2020.

MATTA, G. C. et al. (org.). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19: Editora Fiocruz, 2021. (Informação para ação na Covid-19). Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557080320>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MBEMBE, A. Nécropolitique. *Raisons politiques*, [s. l.], n. 21, p. 29-60, 2006.

MEDEIROS, F.; ANJOS, P. dos. Doença, violências e racismo: a pandemia do novo coronavírus em Florianópolis/SC. *Pontourbe: revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, São Paulo*, n. 27, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/9502>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MILLER, D. Behind closed doors. In: MILLER, D. (ed.). *Home possessions: material culture behind closed doors*. New York: Berg, 2001. p. 1-19.

NEIBURG, F.; JOSEPH, H. Searching for life in times of pandemic. In: FASSIN, D.; FOUCARDE, M. (ed.). *Pandemic exposures: economy and society in time of coronavirus*. Chicago: HAU Books: University of Chicago Press, 2021. p. 321-342.

ORTEGA, F.; ORSINI, M. Governing Covid-19 without government in Brazil: ignorance, neoliberal authoritarianism, and the collapse of public health leadership. *Global Public Health*, Abingdon, v. 15, n. 9, p. 1257-1277, 2020.

PETRYNA, A. *When experiments travel: clinical trials and the global search for human subjects*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

PHILLIPS, S.; WILLIAMS, M. A. Long COVID is a new name for an old syndrome. *STAT*, [s. l.], 14 Sept. 2023. Disponível em: <https://www.statnews.com/2023/09/14/long-covid-me-cfs-myalgic-encephalomyelitis-chronic-fatigue/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

PIMENTA, D. “Eu preferia estar doente!”: o cuidado a contrapelo. Um breve ensaio sobre o que a pandemia de Covid-19 pode revelar acerca do ofício da antropóloga. *Interface: comunicação, saúde, educação*, Botucatu, n. 28, e230074, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.230074>. Acesso em: 22 fev. 2025.

PIMENTA, D. *et al.* Leituras de gênero sobre a Covid-19 no Brasil. In: MATTA, G. *et al. (org.) Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. p. 159-170.

REIS, G.; FRANCH, M. Do nome à coisa: a Covid-19 experienciada por mulheres domiciliadas em João Pessoa – o caso de Cristina. *Pós: revista brasiliense de pós-graduação em ciências sociais*, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 26-40, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/43810>. Acesso em: 22 fev. 2025.

ROSENBERG, C. E. *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

RUI, T. *et al.* Antropologia e pandemia: escalas e conceitos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 27-47, jan./abr. 2021.

SANTOS, M. *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 34, n. 99, p. 225-243, 2020.

SCHUCH, P. Alguém sabe, alguém tem, alguém sente? A persistência da Covid-19 no Brasil. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA SAÚDE, 5., nov. 2023, Cuiabá. Apresentação (comunicação oral). Cuiabá: [s. n.], 2023.

SCHUCH, P. *et al.* População de rua, a pandemia da Covid-19 e as políticas da vida e da morte. *Política e Trabalho*, [s. l.], n. 55, p. 63-76, 2021.

SCHUCH, P.; FURTADO, C.; SARMENTO, C. População de rua, sofrimentos e desigualdades: exclusões e resistências face à Covid-19. *Avá: revista de antropologia*, [s. l.], v. 37, p. 18-33, 2020.

SCHUCH, P.; VÍCTORA, C.; SIQUEIRA, M. D. de. Cuidado e controle na gestão da velhice em tempos de Covid-19. In: MATTA, G. C. et al. (org.). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19: Editora Fiocruz, 2021. p. 149-157. (Informação para ação na Covid-19). Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557080320>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SCOTT, P. Cuidados, mobilidade e poder num contexto de epidemia: relações familiares e espaços de negociação. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, e262207, 2020.

SEGATA, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 275-313, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832020000200010>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SEGATA, J. La pandemia que no ha terminado: de la Covid-19 a la Covid Persistente. In: JOSEPH, H.; SEGATA, J. *Migraciones, movilidades, fronteras y salud en la (post)pandemia de Covid-19*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2024. p. 71-76. ((Trans)fronteriza no. 19).

SEGATA, J. et al. A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 7-25, jan./abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100001>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SEGATA, J. et al. (org.). *Histórias e(m) movimento*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2023.

SEGATA, J.; SEGATA, J. B. Cuando ir a la lucha es cuidar. La Avico y la pandemia de COVID-19 en Brasil. *Trama*, [s. l.], v. 1, n. 14, p. 53-67, 2024. Disponível em: <https://www.auas.org.uy/trama/index.php/Trama/article/view/275>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SEGATA, J.; LÖWY, I. Covid longa, a pandemia que não terminou. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 30, n. 70, e700601, set./dez. 2024.

SINGER, M.; CLAIR, S. Syndemics and public health: reconceptualizing disease in bio-social context. *Medical Anthropology Quarterly*, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 423-441, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/maq.2003.17.4.423>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SINGER, M. et al. Syndemics and the biosocial conception of health. *The Lancet*, [s. l.], v. 389, n. 100072, p. 941-950, 4 Mar. 2017 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(17\)30003-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(17)30003-X). Acesso em: 15 fev. 2025.

SINGER, M.; RYLKO-BAUER, B. The syndemics and structural violence of the COVID Pandemic: anthropological insights on a crisis. *Open Anthropological Research*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 7-32, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/opan-2020-0100>. Acesso em: 15 fev. 2025.

VIANNA, A. As mães, seus mortos e nossas vidas. *Revista Cult*, São Paulo, p. 36-39, 6 mar. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/as-maes-seus-mortos-e-nossas-vidas/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

VÍCTORA, C.; SCHUCH, P.; SIQUEIRA, M. D. de. “Almost nothing has changed”: ordinary ethics and forms of life in pandemic times. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 843-867, set./dez. 2021.

VÍCTORA, C.; SCHUCH, P.; SIQUEIRA, M. D. de. “Não mudou quase nada”: ética ordinária e formas de vida em tempos pandêmicos. *Exilium: revista de estudos da contemporaneidade*, [s. l.], v. 3, n. 5, p. 129-161, 2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Crisis sociosanitaria global (post) pandémica y su impacto en la salud de migrantes internacionales de Barcelona, São Paulo y Buenos Aires

Global (post) pandemic socio-sanitary crisis and its impact on the health of international migrants

Alejandro Goldberg^{I,II}

<https://orcid.org/0000-0002-6329-4865>

alejandro.goldberg@gmail.com

Ximena Pamela Díaz Bermúdez³

<https://orcid.org/0000-0002-3771-7684>

ximenapam@gmail.com

^I Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – Buenos Aires, Argentina

^{II} Universidade de Brasília – Brasília, DF, Brasil
(Profesor visitante)

^{III} Universidade de Brasília – Brasília, DF, Brasil

Resumen

Las desigualdades estructurales sociales y de distinto tipo, intrínsecas al capitalismo, se profundizaron con la pandemia de Covid-19 hasta límites insostenibles para los sectores subalternos, entre los cuales se ubican los conjuntos de migrantes en situación administrativa irregular de los distintos países. A través de un enfoque antropológico transnacional, auxiliado por la etnografía virtual, se aborda el impacto sociosanitario que tuvo la crisis pandémica para estos grupos en Barcelona, São Paulo y Buenos Aires durante 2022-2023, así como sus respuestas grupales-comunitarias para contener y sobrellevar sus necesidades inmediatas y urgentes, más allá de las políticas públicas implementadas en cada país/región/ciudad, con desigual cobertura y eficacia. La realidad abordada, entonces, conjuga esas carencias estructurales que no fueron resueltas como consecuencia de la crisis desatada a partir de la pandemia, con nuevas problemáticas sociosanitarias derivadas de las necesidades de supervivencia de los migrantes en cada contexto, destacándose el protagonismo de las mujeres.

Palabras clave: pandemia de Covid 19; necropolíticas; salud de migrantes internacionales; autocuidado grupal-comunitario.

Abstract

Social and other structural inequalities, intrinsic to capitalism, deepened with the Covid-19 pandemic up to unsustainable limits for the subaltern sectors, among which are located the groups of migrants in irregular administrative situations from the different countries. Through an anthropological transnational approach, aided by virtual ethnography, is addressed the socio-sanitary impact that the pandemic crisis had for these groups in Barcelona, São Paulo y Buenos Aires for the period 2022-2023, as well as their group-community responses to contain and cope with their immediate and urgent needs, beyond the public policies implemented in each country/region/city, with unequal coverage and effectiveness. The reality addressed, then, combines those structural deficiencies that were not resolved as a result of the crisis unleashed by the pandemic, with new social and health problems arising from the survival needs of migrants in each context, highlighting the leading role played by women.

Keywords: Covid 19 pandemic; necropolitics; health of international migrants; group-community self-care.

Introducción problemática-contextual: necropolítica capitalista global, migratoria y sociosanitaria

Después de la pandemia de Covid-19 (la OMS decretó el fin de su emergencia en salud global el 5 de mayo de 2023), existe el consenso generalizado de que las desigualdades estructurales globales y a nivel de sectores sociales en cada una de las sociedades de los distintos países, se potenciaron como consecuencia de la crisis sociosanitaria devenida de la pandemia (Goldberg, 2021). Así, se ha profundizado el cisma entre el norte y el sur global y entre ricos y pobres, como parte del doble proceso capitalista de súper acumulación de la riqueza/distribución de la pobreza. Al respecto, en su informe *Las desigualdades matan*, Oxfam (2022) señalaba que para finales de 2021 las personas en situación de pobreza extrema en el planeta alcanzaron la cifra de 263 millones. Del otro lado, la riqueza concentrada de las diez personas más ricas del mundo –de las cuales nueve son hombres– se había incrementado en 413.000 millones de dólares ese mismo año. Paralelamente, transcurrido un año y medio desde que se hubo decretado la pandemia, las muertes por hambre en el mundo se ubicaban por encima de los decesos como consecuencia de la Covid-19. De acuerdo al citado estudio, once personas morían por minuto por motivo del hambre extrema, cifra superior a las siete muertes que generaba la pandemia en el mismo tiempo. El trabajo sostiene, además, que en 2021 se llegó a la cifra de 155 millones de personas en 55 países que padecen extremos de inseguridad alimentaria, y que 20 millones de estos habitantes del planeta se sumaron ese año para alcanzar la cantidad mencionada. Según el informe, la pandemia provocó que 33 millones de trabajadoras y trabajadores de todo el mundo perdieran su empleo en 2020, generando además pérdidas por valor de 3,7 billones de dólares en concepto de ingresos derivados del trabajo, una cifra equivalente al 4,4 por ciento del PIB mundial de 2019. Finalmente, los precios de los alimentos en el mundo aumentaron en casi un cuarenta por ciento desde 2020, registrando el mayor incremento en más de una década.

Estas desigualdades pueden entenderse como las tramas de una necropolítica en la perspectiva de que algunos pocos detentores del poder deciden quienes pueden vivir y quienes tienen vidas precarias dispensables y aniquilables (Mbembe, 2011), la cual refuerza una lógica nehomaltusiana criminal capitalista a nivel global, que tiene, a su vez, manifestaciones particulares, tanto a nivel de

fenómenos como de políticas sectoriales, a escala transcontinental/nacional/local. En el campo de los fenómenos migratorios actuales, por ejemplo, las distintas formas de violencia estructural (Farmer, 2004; Fassin 2007) y extrema que provoca el capitalismo global por despojo, como sistema-mundo patológico,¹ en su reproducción extractivista devastadora, intensificadas en las últimas cinco décadas (guerras, persecuciones, apropiación de tierras y expulsión de sus moradores, destrucción medioambiental de ecosistemas enteros y aceleración de la crisis climática –ecocidio–), constituye una condición central para explicar los flujos migratorios contemporáneos, mayoritariamente de carácter forzado. Al respecto, los últimos datos disponibles muestran que, para finales de 2020, se habían contabilizado 281 millones de migrantes internacionales en el mundo, los cuales representaban un 3,6% de la población mundial. De entre éstos, 82,4 millones de personas se encontraban desplazadas forzosamente, como resultado de persecuciones, conflictos, violencias, saqueo de recursos naturales, despojo de tierras, desastres ecológicos o violaciones a los derechos humanos (Organización Internacional para las Migraciones, 2022a).

Las respuestas de la Unión Europea (UE) y Estados Unidos (EEUU) al fenómeno migratorio, basadas en la externalización de las fronteras (y del procesamiento de las solicitudes de asilo) y el control militarizado represivo, constituyen claros ejemplos de los resultados producto de las necropolíticas migratorias securitarias endémico-racistas implementadas desde, por lo menos, una década: 31.522 migrantes perdieron la vida en los últimos siete años (lo que equivale a doce personas muertas por día) en las rutas marítimas de acceso a la Europa fortaleza a través de la necrofrontera sur-centro-occidental (España e Italia).² Del mismo modo, desde 2014 a 2022, en el continente americano se

1 Sistema que encuentra su genealogía en el esencialismo supremacista europeo blanco étnico-cultural heteropatriarcal occidental colonial/neo colonial, el cual, mediante una violación genocida comenzada hace más de 500 años contra los pueblos originarios de América, continuada con el tráfico internacional europeo de esclavos africanos, y perpetuada hasta nuestros días, con nuevas formas de expropiación y dominación capitalista violenta, se apropió de territorios y personas –principalmente en los continentes africano, americano y asiático– para transformarlos en mercancías.

2 La ideología racista-xenófoba-eugenésica que sustenta estas necropolíticas encuentra una clara correspondencia entre los hechos (el crimen de dejar morir a personas migrantes, portadores de cuerpos racializados, en el Mediterráneo) y los discursos racistas “normalizados”, aceptados por buena parte de la sociedad civil europea, como el del ministro de Agricultura del actual gobierno neofascista italiano, quien, refiriéndose a la inmigración a Italia/Europa, afirmó textualmente: →

habían producido 7.000 muertes de migrantes, 4.694 de las cuales sucedidas en la frontera terrestre de EEUU con México (Organización Internacional para las Migraciones, 2022b).

Las necropolíticas también pueden identificarse en el ámbito sanitario, antes de la declaración de pandemia y en el transcurso de ésta, subrayando nuevamente su papel en poner de manifiesto los efectos de diversas formas de desigualdades en las condiciones de vida de las poblaciones, sobre todo en los contextos urbanos y periurbanos del Sur Global. En tal sentido, víctimas de la necropolítica global capitalista también son las 1,4 millones de personas en el mundo que fallecieron en 2019, en pre pandemia, por Tuberculosis (World Health Organization, 2021b); la segunda enfermedad infecciosa más letal del planeta (detrás del HIV-Sida, que ha mermado una generación entera de africanos/as), sobre las cuales no hubo interés histórico alguno –ni urgencia global de la OMS– de parte de las corporaciones farmacéuticas multinacionales para crear una vacuna eficaz capaz de salvar esas vidas.³ Ya durante el período de la pandemia 2020-2021, se detectó un aumento de la Tuberculosis a nivel mundial: la OMS estima que hubo 10,6 millones de nuevos casos en 2021, un 4,5% más con respecto a 2020 (World Health Organization, 2022). En Argentina, por ejemplo, ante la falta de acceso al sistema de salud durante los casi dos años de

→ “No podemos rendirnos a la sustitución étnica” (Llorente, 2023). Qué pasaría si los muertos en el Mediterráneo fuesen blanco europeos? Del mismo modo, acaso los italianos, como cualquier pueblo europeo, no son producto de la mezcla genética-étnico-cultural de siglos, acontecida en esos territorios? Qué hubiera sucedido si en países como Argentina, Brasil, Estados Unidos, Canadá o Australia, a los cuales han migrado millones de italianos desde el siglo XIX en adelante, los gobiernos hubiesen mantenido el mismo discurso? Se trata de un nítido ejemplo de la falta de memoria histórica y parte fundamental de la ignorancia, que es, a su vez, junto a la instrumentalización del miedo a lo desconocido, lo extraño, lo diferente, pilar esencial del (neo) fascismo racista xenófobo contemporáneo en auge.

3 La Alianza People's Vaccine, una coalición de organizaciones que incluye a Oxfam, Salud por Derecho, Yunus Center, Frontline AIDS, ONUSIDA y Global Justice Now, entre otras, ha calculado que Pfizer, Janssen y AstraZeneca han pagado 21.610 millones de euros entre dividendos y recompras de acciones a sus accionistas en los últimos 12 meses. Una cifra que pagaría la vacunación de, al menos, 1.300 millones de personas, el equivalente a la población de África y cuyo coste de dosis por persona sería de 16,6 euros. La fórmula de la superganancia con las vacunas: inversión pública (gasto en investigación) y beneficio privado de las farmacéuticas. Quiénes son los principales accionistas capitalistas (financieros) de estas corporaciones farmacéuticas, que detentan la propiedad intelectual y las patentes de las vacunas? Moderna: B. Gates; Pfizer: Black Rock, fondo buitres transnacional, entre otros.

cuarentena por la pandemia, recién en 2023 comenzaron a detectarse y notificarse casos de personas que tuvieron la enfermedad durante 2020/2021.

Sobre todo, en los países del Sur Global, la forma de difusión del Sars-CoV-2 demostró que la sobre-urbanización y la metropolitanización precarizada, constituyeron un importante factor de riesgo para la expansión del número de casos y muertes por esta enfermedad. Se trata de espacios urbanos territoriales conformados por relaciones desiguales socioeconómicas, ideológicas, culturales, religiosas, políticas, alimentarias y sanitarias, todo lo cual repercute de manera diferencial en los distintos sectores sociales, según las variables de clase social, nacionalidad, etnia, género, estilos de vida, ocupación, renta, entre otras. Al respecto, García Canclini (1999) planteó las contradicciones que se generan en las “ciudades globales”, que deben articular lo local con lo nacional a la luz de la globalización. En ese sentido, el autor reconoce el hecho de que el “cosmopolitismo cultural” (de las dos ciudades más cosmopolitas de Sudamérica, como São Paulo y Buenos Aires) es para unos pocos y convive con la pobreza, la inseguridad, la inseguridad alimentaria/nutricional y la degradación ambiental. Por su parte, Sassen (2001) sostiene que, sobre todo, en el escenario de las “ciudades globales del sur”, las clases medias y los trabajadores pobres, entre estos últimos, fundamentalmente los migrantes, se encuentran cada vez más debilitados frente al poder del capital transnacional. Así, en la referidas megapolis del Sur Global se manifiestan las profundas dicotomías basadas en el mecanismo capitalista de acumulación/exclusión, los cuales producen, de una parte, una brutal y ávida concentración de la riqueza; y del otro lado, una distribución de la pobreza, una violencia estructural que engendra, a su vez, otras violencias de distinto tipo que afectan la salud de una parte de sus habitantes hasta llevarlos incluso a la muerte. De manera que, al abordar estas unidades de análisis como espacios urbanos territoriales de relaciones desiguales, es posible afirmar que el modo de vida de los sectores subalternos, el cual se desarrolla las más de las veces en contextos de vulnerabilidad social, repercute negativamente sobre la salud holística-integral de estos grupos, generando un proceso destructivo-deteriorante de carácter permanente en la salud de las personas que los componen. En otras palabras, los procesos socio-estructurales capitalistas interactuantes en las mismas afectan, condicionan e incluso determinan las dimensiones biológicas de los distintos padecimientos que sufren estos sujetos –incluyendo la infección por Covid-19 y su atención (Goldberg, 2022).

En el caso específico de Brasil, un país con desigualdades geográficas y socio raciales estructurales extremas, que incluyen formas extendidas de explotación del trabajo esclavo,⁴ la crisis sociosanitaria (post) pandémica profundizó aquellas (Corrêa Matta *et al.*, 2021) hasta colocar al 58,7% de su población –125 millones de personas– sobreviviendo con algún grado de inseguridad alimentaria, mientras que aquellas que sufren hambre extrema alcanzaron la cifra de 33,1 millones (Rede Penssan, 2022). Nos referimos al segundo país que más muertes atribuidas al virus tuvo en el mundo: 694.800 (World Health Organization, 2021a).⁵ En efecto, aplicando una necropolítica criminal por omisión negacionista, el gobierno del fascista misógino psico-sociópata Bolsonaro es el principal culpable directo de la muerte de esas personas, en alta proporción pertenecientes a los conjuntos subalternos de la sociedad brasileña. El objetivo eugenésico de eliminar a una parte de la población considerada “prescindible”, “no deseada”, debido a su condición de clase social subalterna y grupo étnico-racial específico, en el caso de Brasil refiere, sobre todo, a la población afrodescendiente e indígena. Una vez más, vidas que no son lucrables, mercantilizables, que son prescindibles para el sistema, en tanto no constituyen consumidores atractivos en el gran supermercado capitalista mundial.

Finalmente, en Barcelona, ciudad del sur del Norte Global, la precariedad ha determinado desde la segunda mitad de la década de 1990 en adelante, los modos de vida, trabajo y vivienda de los migrantes irregulares, quienes se insertan en un mercado laboral informal extendido, con un impacto negativo en la salud física, mental y emocional de los y las trabajadoras (Goldberg, 2004; Opazo-Valenzuela; Pérez-Rincón, 2023).

De manera tal que, como parte de las facetas de la necropolítica apuntada, los casos resaltados, entre tantos otros múltiples existentes, muestran la

4 Estas formas de explotación esclavista, a las que recurre el capitalismo cuando le resulta necesario, se nutren, en buena medida, y en distintas geografías del planeta, de trabajadores migrantes en situación de irregularidad administrativa. En el caso de Brasil, específicamente, de 2020 a 2022 fueron rescatados de esa condición aproximadamente 500 personas de distintas nacionalidades de América Latina y el Caribe (Brasil, 2023), lo cual da pie a inferir el volumen del número real existente.

5 En este sentido, Brasil, presentó, además, serias barreras administrativas para obtener datos concretos sobre la forma en que el virus Sars-CoV-2 afectó a la población migrante, ya que la nacionalidad no constituye una variable clasificatoria en los registros médico-hospitalarios (Magalhães; Bógus; Baeninger, 2021) del país.

forma en que las desigualdades sociales se traducen en desigualdades en salud (Goldberg, 2014). Partiendo de ello, se propone en este trabajo abordar la manera en que las desigualdades estructurales sociales y de distinto tipo, intrínsecas al capitalismo, se profundizaron con la pandemia de Covid-19 hasta límites insostenibles para los sectores subalternos de las sociedades, entre los cuales se ubican los conjuntos de migrantes en situación administrativa-migratoria irregular de distintos países. Paralelamente, las respuestas sociosanitarias grupales-comunitarias entre estos grupos fueron el común denominador más efectivo para contener y sobrellevar las necesidades inmediatas y urgentes de estas personas, más allá de las políticas públicas que se hayan implementado en cada país/región/ciudad, con desigual cobertura y eficacia. La realidad que se aborda en este trabajo, en perspectiva transnacional-comparativa, conjuga entonces esas carencias estructurales que no fueron resueltas como consecuencia de la crisis sociosanitaria desatada a partir de la pandemia, con nuevas problemáticas sociosanitarias derivadas de las necesidades de supervivencia, a partir de la resistencia, la organización y las estrategias de cooperación, ayuda mutua y autocuidado de esos grupos, principalmente por medio del protagonismo de las mujeres migrantes.

Pandemia, (in) movilidades migrantes forzadas y salud

Apuntado con anterioridad, el fenómeno de estudio plantea claramente la manera en que la devastación capitalista y su violenta maquinaria de guerra y destrucción planetaria, genera en territorios de países del Sur Global desplazamientos forzados y desigualdades de todo tipo, que se traducen en problemas de salud para estos sujetos (muerte, hambre, violencias, aflicciones, malestares, padecimientos, enfermedades, dolencias). No sólo en cuanto a los perfiles epidemiológicos, sino en relación a la precarización total de sus modos de vida, incluyendo, en muchos casos, el acceso a los servicios sanitarios y de otro tipo, el diagnóstico, la prevención y el tratamiento de esas aflicciones, malestares, padecimientos, enfermedades y dolencias (en sus países de origen, en tránsito como desplazados y en destino como refugiados o migrantes irregulares, en condición de clase subalterna) (Goldberg, 2021, 2022).

Adicionalmente, las diversas situaciones de violencia específica por las cuales muchas de estas personas migrantes tuvieron que huir de sus lugares de residencia para salvar sus vidas (sobrevivientes), con las posibles secuelas en el estado de salud físico, psíquico, emocional (incluyendo a sus familiares); la inestabilidad material, social, cultural y afectiva en el desarrollo evolutivo del proceso migratorio, que implica en sí mismo un problema de adaptación ante la ruptura forzada con el medio ambiente sociocultural de origen; las situaciones de riesgo concreto para la salud, ligadas a experiencias traumáticas y de padecimientos en los modos de vida precarios, y las violencias de distinto tipo sufridas durante la trayectoria migratoria y en la sociedad de destino (situaciones de riesgo específicas en determinados contextos de vulnerabilidad social); la vulneración del derecho a la atención sanitaria en algunos casos, constituyen, entre otros, ejes de indagación en el campo problemático de los procesos migratorios internacionales y la salud/enfermedad/atención/cuidados de las personas migrantes en diferentes tipos de situación (económicos, forzados, ambientales, desplazados, solicitantes de asilo, refugiados, irregulares, etc.) y distintos contextos geográficos (Martin; Goldberg; Silveira, 2018). De modo que, a lo largo de todo el proceso migratorio de estas personas, se constatan impactos negativos en su estado de salud.

Este conjunto de situaciones, de por sí extremas, se complejizaron en perjuicio de los migrantes internacionales a partir de la pandemia de Covid-19, con el agregado de nuevas realidades producto de la inmovilidad forzada (Stock, 2012) instaurada con la pandemia, como las siguientes: cierre total de las fronteras e hiper control-vigilancia; exclusión de ingreso, tránsito, permisos y visados a los no vacunados; suspensión del derecho de asilo; incremento del racismo xenófobo en los estados-nación; instrumentalización del miedo y su reproducción en los medios de comunicación; confinamientos obligatorios compulsivos; carencia de políticas públicas sectoriales, inseguridad alimentaria y nutricional, entre otros.

Un ejemplo de la instrumentalización oportunista de la situación de pandemia y la inmovilidad forzada para los fines de políticas migratorias restrictivas y criminalizadoras, lo constituyen los casos europeo y estadounidense. En este último país, regía una legislación sanitaria violatoria del derecho internacional de asilo, que impedía a la persona apelar ante jueces migratorios su expulsión inmediata. Se trata de una disposición de salud pública de 1940

(el “Título 42”) que fue invocada por el gobierno del misógino sociópata megalómano Trump en marzo de 2020, al inicio de la pandemia de Covid-19, para poder expulsar o devolver a México, por razones sanitarias de higiene, a todos/as los/as migrantes irregulares, sin siquiera concederles el derecho a solicitar asilo.⁶

Como consecuencia, 2,4 millones de migrantes indocumentados habían sido expulsados/as, la mayoría de la frontera sur de EEUU hacia México, desde marzo de 2020 hasta finales de 2022 (Organización Internacional para las Migraciones, 2022b), a través de la instrumentalización de una disposición sanitaria que tiene el supuesto objetivo de evitar la propagación del Covid-19, evitando que migrantes traspasen la frontera (por ser posibles portadores del Sars-CoV-2), a pesar de que no existen evidencias científicas que respalden el hecho que personas no documentadas, sin visado, tengan más posibilidades de transmitir el Covid-19 o cualquier otro tipo de enfermedad infecciosa.

Una alta proporción de estos/as migrantes, que fueron expulsados bajo la mencionada normativa, quedó varado en situación de precariedad y privación de derechos en el norte de México, en situación de inmovilidad forzada, hasta la actualidad. Además de ser estigmatizados con la portación de enfermedades infecciosas –en este caso el Covid-19– y vinculados a prácticas “poco higiénicas”, que pudieran derivar en posibles enfermedades transmisibles en los ámbitos locales,⁷ estos/as migrantes se enfrentan a múltiples barreras en el acceso a la atención médica en los centros de detención donde fueron confinados/as, en los cuales el hacinamiento es lo sobresaliente. Al respecto, siguiendo con el campo de la salud, vale señalar que, además de los peligros presentes durante el itinerario –incluyendo los distintos tipos de violencias a los/as que están

6 El “Título 42” fue finalmente suspendido en mayo de 2023. Paralelamente, los gobiernos estadounidense y español anunciaron el 27 de abril del mismo año un acuerdo migratorio, por medio del cual, el Reino de España, se comprometió a recibir contingentes de migrantes latinoamericanos detenidos en la frontera sur de EEUU. De esta forma, mientras el primero deja morir migrantes africanos en el Mediterráneo y el Atlántico, asume “cupos” de migrantes provenientes del segundo, cual mercancías, como parte de la necropolítica securitaria transnacional globalizada que los “especialistas” en la materia llaman “gobernanza migratoria”.

7 Esto se vincula con ciertos procesos de estigmatización concreta que sufren determinados conjuntos de migrantes en relación a su “identidad”, en concordancia con una estereotipación específica en torno a sus modos y “estilos de vida” que, traducidos en conductas de salud, tienen un impacto negativo en sus procesos asistenciales y pueden “contaminar” a los “nativos” (Goldberg, 2004).

expuestos/as–, los miles de desplazados/as que cruzan el continente americano para tratar de llegar a EEUU cargan con problemas de salud mental como depresión, ansiedad, estrés post-traumático y fuertes sentimientos de culpa, generando un sufrimiento social (Das *et al.*, 2001; Quaranta, 2006) particular. A esto, debe sumársele el estigma que muchos/as de ellos/as enfrentan al cruzar fronteras, el racismo y la xenofobia, como, por ejemplo, comenzó a difundirse en México con la hipervisibilización mediática de las caravanas de migrantes desde 2019 en adelante.

De modo que los y las migrantes van sumando así traumas (Fassin; Rechtman, 2009), duelos sin cerrar y deterioros continuos a su salud mental, que se van inscribiendo en sus cuerpos –se corporifican– (Csordas, 1994). Durante la trayectoria migratoria de manera indocumentada, son las mujeres –entre ellas las jóvenes– quienes tienen mayor riesgo de ser víctimas de distintos tipos de violencias físicas, psicológicas y sexuales: 7 de cada 10 mujeres sufren abuso sexual y 9 de cada 10 son acosadas sexualmente durante el viaje rumbo a EEUU. Ellas son víctimas de secuestros, violaciones, asaltos y trata de personas en manos de diferentes actores del crimen organizado (coyotes, narcotraficantes, traficantes de personas, etc.). También son víctimas del terrorismo del estado a manos de las autoridades policiales y de frontera, que las amenazan con deportarlas si no “cooperan” con la violación (Díaz Prieto; Kuhner, 2014).

Las situaciones descritas se profundizaron a partir de la pandemia, potenciando la vulneración de derechos de las personas migrantes (entre ellos, el del acceso y la atención a la salud) y el aumento de las múltiples violencias ejercidas contra éstas –principalmente mujeres–, lo que afectó –afecta– las dimensiones complejas de su salud física, mental y emocional.

Marco teórico-metodológico referencial de análisis: un enfoque sociosanitario desde la Antropología Médica/ de la Salud

Horton (2020), en un editorial publicado en *The Lancet* en plena pandemia, advirtió que debía considerarse al coronavirus, más que como pandemia, como una “síndemia”. Este concepto fue propuesto por Singer y Clair (2003) para el contexto de la epidemia de VIH/Sida, que generó una conjunción de desigualdades

sociales como la discriminación, la exclusión, la pobreza, la violencia estructural, las cuales se agregaron perversamente a las condiciones físicas de los infectados, produciendo una carga simbólica, un sufrimiento social mayor respecto a los que padecían el VIH.

En el mismo sentido, el Sars CoV-2 interactúa con enfermedades no transmisibles, como la diabetes, el cáncer o problemas cardiovasculares, y lo realiza en un contexto social y ambiental caracterizado por la desigualdad social. Asimismo, se subrayaba en el citado editorial que existe un índice desproporcionado de resultados adversos en comunidades empobrecidas, de bajos ingresos y minorías étnicas, y que el impacto de esta interacción (entre varios padecimientos) está, además, facilitado por condiciones sociales y ambientales que juntan de alguna manera a estas dos enfermedades o hacen que la población sea más vulnerable a su impacto. En términos del marco referencial de la Antropología Médica, así, frente al contexto de crisis sociosanitaria devenida con la pandemia de Covid-19, debe analizarse la relación entre la violencia estructural capitalista (Farmer, 2004; Fassin, 2007) y la sindemia (Singer; Rylko-Bauer, 2021).

Partiendo de lo anterior, en este trabajo se aborda la salud de sujetos migrantes que forman parte de los grupos subalternos de la sociedad, los cuales en muchos casos se encuentran en los márgenes del Estado, para indagar en torno a la problemática surgida como consecuencia de la pandemia de Covid-19. Para ello, se han integrado las conceptualizaciones foucaultianas sobre la producción del cuerpo biopolítico, donde la biomedicina desde la conformación de los Estados define los márgenes de los cuerpos normales, las categorizaciones y los repertorios de acción (Asad, 2004); márgenes que son indeterminados, variables y contextuales, y que permiten observar, asimismo, diferentes formas de resistencias al poder disciplinador. A partir de esto último, se han analizado los mecanismos de prevención y los procesos de cuidado/autocuidado grupal-comunitario desarrollados por los sujetos de estudio en relación a los contextos de cuarentena instaurados en cada país/ciudad, como consecuencia de la referida pandemia. Lo anterior considerando, por un lado, que, en el actual contexto, ha ganado protagonismo el comportamiento individual y colectivo, incluyendo las estrategias de auto-atención y auto-cuidado (Menéndez, 2020, 2021), lo mismo que el rol de la ciudadanía en cuanto a su responsabilidad en salud pública por sus conductas de salud

frente a la Covid-19. Por otro lado, partimos del supuesto de que los procesos de salud-enfermedad-atención-cuidados, y los modos en los/las que los sujetos –tanto individuales como colectivos– buscan soluciones a los padecimientos, comprenden un universo de alternativas que no necesariamente se reducen a la atención en el sistema biomédico. En relación con los procesos migratorios, éstos implican el asentamiento no sólo de trabajadores/as migrantes, sino también de sus sistemas de atención a la salud. En consecuencia, la coexistencia de –por lo menos– el sistema biomédico hegemónico, que caracteriza a los servicios estatales de salud de los países de destino, con aquellos sistemas de atención, ligados al origen de los/las migrantes, que viajan y se instalan con los procesos migratorios, daría lugar al denominado pluralismo asistencial (o pluralismo médico). Se trata de un concepto que permite sostener que en nuestras sociedades existe un uso potencial de varios saberes y formas de atención, tanto para diferentes padecimientos, así como para un mismo padecimiento. Esta diversidad de saberes y de formas de atención, adquieren una dinámica y diferenciación específica en cada contexto, y para cada población (Menéndez, 2009).

En este sentido, se recuperó el concepto de estilo de vida, el cual permite enmarcar y comprender tipos de conductas basadas en los valores y actitudes definidos en dicho estilo, conductas que pueden ser reproducidas en el comportamiento cotidiano, pues se basan en los saberes de un determinado grupo (de migrantes, por ejemplo). A partir de él, se puede comprender la articulación de la estructura social general con los grupos intermedios, expresada en sujetos caracterizados por un cierto “estilo” en su vida cotidiana, tanto personal como colectiva (Goldberg, 2004). El referido concepto ha resultado de utilidad en este trabajo, tanto para analizar representaciones, actitudes, comportamientos y prácticas socioculturales de los sujetos migrantes en relación a la Covid-19, como para sus nociones y respuestas particulares de prevención y cuidado alrededor de la salud/enfermedad/atención, incluyendo aquellas que suponen itinerarios terapéuticos en el sistema de salud pública como en el plano de la autoatención microgrupal y en relación a terapeutas de otros sistemas médicos.

Asimismo, como parte del análisis propuesto, se destaca la importancia de aplicar un enfoque de género interseccional (Linardelli; Goldberg, 2018) que diera cuenta de las categorías identitarias y de clasificación que se producen

y reproducen en las experiencias y discursos en relación a la política sanitaria y la migración internacional, mismas que se encuentran entrecruzadas por las diferentes marcas estigmas de sujeción/dominación: la raza, el género, la sexualidad y la clase. Con frecuencia, las experiencias y las distintas realidades de los y las migrantes son homogeneizadas y esquematizadas, lo cual acaba por ocultar las especificidades, generando distintos tipos de opresiones. En este marco, resulta fundamental profundizar la mirada en datos y casos concretos que permitan conocer a fondo realidades de grupos que se encuentran en situaciones de vulnerabilidad, y que, con frecuencia, son invisibilizados o quedan atrapados en una perspectiva de totalidad que tiende, la mayor de las veces, a ser predominantemente masculina. En efecto, a contramano de la creciente y continua feminización de los flujos migratorios globales contemporáneos (135 millones entre mujeres y niñas migrantes, de acuerdo a la Organización Internacional para las Migraciones, 2022a), sigue habiendo una cierta tendencia a pensar la inmigración como un proceso reducido a lo masculino. En el caso específico del campo problemático de las migraciones, el género y la salud, en las últimas décadas se aprecia un incremento en las investigaciones abocadas a la participación de mujeres en los flujos migratorios, vinculado con un proceso de “feminización de las migraciones”, que implica no sólo el aumento de la cantidad de mujeres que forman parte de estos movimientos poblacionales de manera autónoma, sino también la visibilización de su protagonismo histórico. En ese contexto, también cobró relevancia la relación entre procesos migratorios de mujeres y la salud, la enfermedad y los cuidados. De ahí la importancia de recuperar herramientas conceptuales articuladas provenientes de dos campos: la antropología de la salud y los estudios de género y feministas. Para la antropología médica/de la salud, los procesos vinculados con la enfermedad, los padecimientos y las estrategias de atención no se limitan a un fenómeno individual y biológico. Por el contrario, la perspectiva antropológica incorpora interrogantes sobre la subjetividad y la cotidianidad, preguntándose por las especificidades que cobran las experiencias cotidianas de las/los sujetos y el impacto de las mismas en los cuerpos y la salud de las personas, indagando asimismo en las formas de sufrimiento social y padecimientos que son consecuencia de esa cotidianidad (Goldberg, 2014). Por último, los estudios feministas visualizan al género como un determinante en el proceso de salud/enfermedad/cuidado, que opera

en forma conjunta con otros factores y variables, como son los de situación administrativa-migratoria, clase, etnia y edad, entre otros. Aplicado lo anterior al problema de estudio, y partiendo de reconocer que son las mujeres y las niñas quienes más sufren las distintas violencias (psicológica-emocional, sexual, etc.) que implican estos procesos migratorios, así como la sobrecarga de trabajo y el asumir los procesos de cuidado, la perspectiva interseccional permite identificar en las relaciones de poder y desigualdad, ciertas lógicas de dominación, así como estrategias para enfrentarlas en un marco contextual y situacional (Magliano, 2015).

Finalmente, una perspectiva decolonial (Mbembe, 2016) se asume como superación de la lógica colonial del poder en tanto estructura política y económica capitalista-heteropatriarcal-eurocéntrica; la colonialidad del saber, en tanto imposición epistémica, filosófica, científica y del lenguaje; y la colonialidad del ser, vinculada a las subjetividades, el control de las sexualidades, de los roles de género, entre otras categorías constitutivas de relaciones que forman parte de un sistema jerárquico extendido a los campos del ser, del saber y del saber-hacer a través de una geopolítica del conocimiento (Walsh, 2008), con particularidades en cada contexto.

En lo que concierne a la metodología desarrollada en la investigación, de la que se desprende el presente artículo, la misma consistió en un estudio etnográfico multisituado (Marcus, 1995) híbrido,⁸ que articuló dos tipos de trabajo principales:

1) Trabajo de campo en tres ciudades-contextos territoriales (Brasil/São Paulo, Argentina/Buenos Aires y España/Barcelona) realizado en torno a trayectorias/itinerarios de (in) movilidad y modos de vida/trabajo/vivienda de migrantes en situación de irregularidad, y el vínculo entre desigualdades sociales/desigualdades en salud. La elección de estas tres ciudades se basó, principalmente, en el conocimiento previo de los contextos a nivel geográfico-territorial y de contactos

8 Debido a las contingencias provocadas por las restricciones de la pandemia de Covid-19, se reajustó la metodología recurriendo de forma complementaria a la denominada "etnografía digital o virtual" (Mosquera Villegas, 2008). Esto posibilitó combinarla con la etnografía in situ, realizando un seguimiento del problema de estudio y de los sujetos migrantes y los conjuntos socio-culturales en los que se integran (comunidades virtuales, asociaciones/organizaciones de y para migrantes, etc.) en los tres contextos de análisis, con el foco puesto en el campo de los procesos de salud/enfermedad/atención/cuidados.

con migrantes, organizaciones y otros actores vinculados con el problema de estudio, sustentados por investigaciones realizadas con anterioridad –de forma sistemática–, desde 2003 en adelante. Por otra parte, desde el punto de vista empírico, se trata de tres ciudades en las que el fenómeno migratorio ha tenido históricamente un rol preponderante en los procesos sociodemográficos, políticos y económicos; y en las que, tanto la población migrante regularizada como aquella cuya situación administrativa es irregular, tienen una destacada relevancia en términos cuantitativos y cualitativos en relación a cada país. En ese sentido, recuperando, ya sea estadísticas oficiales, como aquellas proporcionadas por fuentes provenientes de organizaciones migrantes, asociaciones, ONG's y demás actores, vale mencionar que, en el caso de las tres ciudades, se trata del principal destino de los migrantes internacionales que llegan a Brasil, Argentina y España respectivamente, resultando las ciudades con mayor proporción de población extranjera al interior de los tres países. Los últimos datos oficiales (no contemplan los migrantes en situación de irregularidad administrativa) muestran que en Brasil había, para 2023, 1.300.000 migrantes contabilizados (São Paulo: 360.000); en Argentina 1.933.464 en 2024 (Buenos Aires: 419.561); mientras que en España residían 6.491.502 extranjeros (Barcelona: 519.000) (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023; Instituto Nacional de Estadística, 2024; Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2024).

Un último elemento en común que comparten las tres ciudades unidades de observación del estudio, es la segregación sociolaboral y espacial que caracteriza los modos de vida de los migrantes internacionales en situación de irregularidad; lo cual, a su vez, se vincula con las realidades de precariedad de esos grupos, abordadas en la investigación.

Respecto a las estrategias de investigación instrumentalizadas en el trabajo de campo, éstas fueron la observación participante en diferentes ámbitos de la vida cotidiana de los sujetos, conversaciones informales y entrevistas en profundidad semi estructuradas, tanto con migrantes irregulares como con otros actores implicados en el problema de estudio (funcionarios, miembros de organizaciones de la sociedad civil, personal de salud, etc.) en cada uno de los contextos territoriales definidos (tanto en modo presencial como en formato online-digital por medio de WhatsApp, Zoom, Facebook, etc.).

2) Trabajo con fuentes secundarias: a) análisis de narrativas; b) recopilación, selección y análisis bibliográfico sobre el problema de estudio; y c) uso de

fuentes secundarias (informes, prensa, normativas, etc.) y estadísticas sobre la temática.

Las unidades de análisis del estudio han sido, entonces, migrantes en situación de irregularidad de diversas nacionalidades, adultos de ambos sexos, que se encontraran residiendo y/o trabajando, en los tres contextos territoriales designados como unidades de observación. Así, los interlocutores del estudio en Barcelona fueron: migrantes irregulares adultos de ambos sexos de nacionalidad colombiana, boliviana y senegalesa; en São Paulo: migrantes irregulares adultos de ambos sexos de nacionalidad senegalesa, boliviana, congoleña y venezolana; y, por último, en Buenos Aires: migrantes irregulares adultos de ambos sexos de nacionalidad boliviana, peruana y senegalesa. Del mismo modo, se realizó un seguimiento y acompañamiento etnográfico híbrido (presencial/virtual) con diversas asociaciones de migrantes de las tres ciudades durante el período de la investigación: en Barcelona: Sindicato Popular de Vendedores Ambulantes Senegaleses, Sindicato Sindihogar-Sindillar de trabajadoras migrantes del hogar y cuidadoras, Red de Cuidados Antirracistas; en São Paulo: Asociación de Residentes Senegaleses, Grupo de Facebook “Venezolanos en São Paulo”, Associação dos Residentes Bolivianos, ADUS; en Buenos Aires: Agrupación Simbiosis Cultural-Bolivia, Asociación de Residentes Senegaleses en Argentina, Asociación Civil de Derechos Humanos Mujeres Unidas Migrantes y Refugiadas en Argentina.

Vale subrayar que la perspectiva de conocimiento etnográfico presenta un potencial para el estudio de los procesos de salud-enfermedad-atención-cuidados en conjuntos socioculturales de migrantes internacionales en situación de irregularidad administrativa, en tanto permiten conocer problemáticas que en general no son registradas por los datos de la salud pública, así como sus contextos y la complejidad en la que las trayectorias de cuidado se desarrollan. Éstas últimas posibilitan dar cuenta de la construcción de experiencias de un sujeto y su grupo en un contexto/situación determinada (Ramírez Hita, 2009).

En trabajos previos (Goldberg, 2021, 2022) se describieron algunos de los principales padecimientos relevados en personas con experiencias de trayectorias migratorias de carácter forzoso, analizando las diversas situaciones de violencias y riesgos para la salud sufridas. Las mismas han generado estresores acumulativos que pueden llegar a tener consecuencias psicológicas, físicas

y emocionales negativas en su salud, experimentando una serie de pérdidas, duelos y estrés profundos que deben atenderse y tratarse de forma profesional particular. Al respecto, los padecimientos de salud mental como la depresión, el trastorno de estrés postraumático o la ansiedad, son causados por la situación de origen de los/las migrantes, los motivos por los que se vieron obligados/as a huir y las duras trayectorias migratorias que soportaron hasta llegar a la sociedad de destino; sumado a los modos de vida/vivienda/trabajo precarios que determinan, con frecuencia, su inserción en aquella. Esta realidad está presente en sus narrativas, en las que se ha identificado un marcado sufrimiento socio-psico-emocional y se han registrado episodios de múltiples violencias padecidas, sobre todo en mujeres. Estas últimas y las niñas migrantes, se enfrentan adicionalmente a una carga desproporcionada del cuidado de otras personas, corroborándose una falta de atención y protección adecuadas para ellas, lo que a su vez las coloca en situaciones de inseguridad y en riesgo de sufrir daños psico-emocionales y físicos a su salud.

En suma, a lo largo de todo el proceso migratorio de estas personas se constatan impactos negativos en su estado de salud: por traumas de guerra, conflictos, violencia o tortura; por riesgos y circunstancias adversas durante el viaje; por las condiciones de vida en los campamentos, centros de detención, etc.; por las dificultades jurídico-administrativas, sociolaborales y de acceso a la asistencia sanitaria y/o a una vivienda digna, así como por barreras lingüísticas y culturales, en la sociedad de destino. Concretamente, estas personas se exponen, entre otras, a enfermedades respiratorias, lesiones accidentales o provocadas por las medidas de seguridad en las fronteras, quemaduras, deshidratación, gastroenteritis, intoxicación por CO₂ y problemas musculoesqueléticos. Existen evidencias registradas de traumatismos como consecuencia de la violencia y problemas neurológicos, crisis psicosocial aguda, depresión y estrés postraumático. Las mujeres padecen problemas obstétrico-ginecológicos y alta prevalencia de abortos, así como malos tratos, explotación, violaciones y vejaciones por parte de traficantes, personal de seguridad u otros agentes, a lo largo de sus trayectorias migratorias. La escasez de comida, la falta de asistencia médica y el hacinamiento, resultan especialmente perjudiciales en las embarazadas (Goldberg, 2021).

Antes, durante y después de la pandemia. “Existimos porque resistimos”: estrategias de supervivencia de mujeres migrantes basadas en la organización de la prevención y el cuidado grupal-comunitario

Quedamos los que puedan sonreír; en medio de la muerte, en plena luz...

Silvio Rodríguez, “Al final de este viaje en la vida”

El informe *Agenda Migrante 2020* señalaba que, en Argentina, 58% de las personas migrantes, al iniciarse el aislamiento obligatorio por la pandemia de Covid-19, dejó de percibir cualquier tipo de salario o ingreso, mientras que 77% no recibía ayudas ni beneficios sociales de ningún tipo por parte de la administración pública. En tal sentido, de acuerdo a los datos arrojados por la encuesta realizada para el citado informe, más del 80% de las personas migrantes en la Argentina no accedieron al Ingreso Familiar de Emergencia, debido a que un 49% no contaba con dos años de residencia (49%) y un 31% fue inscripto, pero no accedió al beneficio (Debandi *et al.*, 2020).

La situación descrita en relación a los conjuntos de migrantes en Argentina –sobre todo referida a aquellos en condición administrativa-migratoria irregular–, es factible de extrapolar a países como Brasil, en el Sur Global, así como a países del sur del Norte Global como España.

Lo anterior supuso en la práctica, durante el extenso período de cuarentenas de encierro obligatorio, que la mayor parte de estos/as migrantes en los tres países señalados, debido a su situación de irregularidad administrativa-migratoria, y al estar insertos/as en el mercado de trabajo informal-sumergido precario de estos países (en muchos casos con trabajos esenciales pero no reconocidos como tales), tuvieran que incumplir esas medidas compulsivas de encierro y cuarentena obligatoria para realizar algún tipo de trabajo que les permitiera ganar dinero para alimentarse y, dado el caso, alimentar a sus familias. Esto los/las colocó en una situación de especial vulnerabilidad frente a la infección del Covid-19. Entre los casos de estudio relevados que corroboran estas afirmaciones, pueden mencionarse los siguientes: trabajadoras cuidadoras-del hogar originarias de países latinoamericanos sin papeles de Barcelona; vendedores ambulantes senegaleses de Buenos Aires;

motoqueros-riders venezolanos de entrega de comidas y trabajadoras costureras bolivianas en São Paulo.

La pandemia puso de manifiesto una tensión entre producción y reproducción como nunca antes: mantener la vida cotidiana se ha vuelto aún más difícil de lo que ya era. El cierre de fronteras y la pérdida de ingresos dejó a muchas familias completamente paralizadas y en una situación de total inmovilidad. Las transformaciones en la vida cotidiana fueron abruptas durante los primeros meses y las fuertes consecuencias repercuten hasta hoy en lo que respecta a la desarticulación de la sustentabilidad de la vida. Los migrantes, principalmente mujeres, se vieron particularmente afectadas por la pérdida de ingresos, la irregularidad administrativa, las dificultades para acceder a políticas sociales y el exceso de trabajo no remunerado. En particular, se ha podido identificar casos de mujeres migrantes solas, con frecuencia con hijos a cargo, que no cobraban subsidio alguno y sin ningún tipo de ayuda estatal/provincial/municipal. Lo anterior se vio agravado con la pandemia, a partir de las restricciones de movilidad y los confinamientos, sobre todo en las áreas metropolitanas de Buenos Aires, São Paulo y Barcelona, donde residen muchos de los migrantes, y que se trasladan normalmente a las ciudades a trabajar en el sector informal de la economía. Buena parte de estas mujeres perdieron, además del trabajo, la vivienda, por falta de pago del alquiler. Esto fue identificado, especialmente, entre mujeres racializadas del Sur Global, migrantes en el sur del Norte Global (Barcelona, España), quienes mayoritariamente realizan trabajos sin contrato en el ámbito de los cuidados a personas dependientes, el servicio doméstico o la hostelería.⁹

En este sentido, la pandemia de Covid-19 y su crisis, como se indicó anteriormente, profundiza situaciones previas; hace emerger, visibiliza los contextos de vulnerabilidad social, las desigualdades y las situaciones de precariedad y explotación en el trabajo, en la vivienda (hacinamiento, higiene), en el acceso a la salud, etc. de los grupos migrantes en situación de irregularidad administrativa, como parte de la violencia estructural. En Argentina una inflación del 200% anual (la más alta del mundo); en Brasil, índices de pobreza que llegan al 35%; en España, el 40% de la población de bajos recursos con problemas para la sobrevivencia...

9 Una de cada dos personas migrantes (el 50%) se encuentra en “riesgo de pobreza y exclusión social” en Cataluña; sin embargo, reciben menos del 3% del total de las ayudas sociales de la administración estatal/autonómica (Instituto de Estadística de Cataluña, 2023).

En palabras de Segata (2020, p. 277):

A pandemia evidencia muitas camadas de vulnerabilidade. Elas se acumulam nas situações de desigualdade de acesso a serviços de saúde e de proteção social. Na fragilização do cuidado de si e do coletivo em face de incontáveis problemas socioeconômicos como a precarização do trabalho e o desemprego. Na necropolítica das inúmeras formas de racismo, exclusão e violência estrutural.

Simultáneamente, como respuesta, en los tres contextos/unidades de investigación abordadas, las redes comunitarias jugaron un papel central en la articulación de estrategias de supervivencia activando una “pragmática vitalista” anclada en dinámicas comunitarias y tácticas populares de resolución de vida (Gago, 2019), expresada en un “saber hacer” ante situaciones de crisis. Si, por un lado, la pandemia evidenció problemas preexistentes que se agudizaron, por otro lado, se tornaron visibles, también, procesos colectivos de organización, prácticas solidarias, redes de apoyo y cuidado mutuo; lo cual revela que constantemente surgen nuevas formas de cooperación social que están siendo producidas y reproducidas (Federici, 2019).

De modo que una primera hipótesis de trabajo corroborada empíricamente, por medio de los resultados obtenidos en la investigación, es que, en los tres contextos territoriales abordados como unidades de observación, los procesos socio-estructurales capitalistas interactuantes en las mismas afectan, condicionan e incluso determinan las dimensiones biológicas de los distintos padecimientos –incluyendo la infección por Covid-19– y su atención en los sujetos de estudio, cuyos derechos –entre ellos, el de la asistencia sanitaria pública y gratuita– debido a las situaciones de violencia descritas y, en muchos casos, a su situación administrativa-migratoria irregular, en algunos casos se encuentran vulnerados. En otras palabras, contraer enfermedades infecciosas como la Covid-19 entre migrantes irregulares de Argentina, Brasil y España constituye una resultante compleja de sus trayectorias migratorias y sus modos de vida/trabajo/vivienda, que se reproducen en contextos de vulnerabilidad social, los cuales en muchos casos suponen situaciones de riesgo concreto para su salud; siendo aquellos consustanciales con sus procesos migratorios de tránsito/inserción subalterna-precaria a la sociedad de destino.

La segunda hipótesis de trabajo corroborada es que, como consecuencia de la pandemia de Covid-19 y las situaciones de fragilización social que produjo entre los sectores subalternos de las sociedades analizadas, profundizando la precariedad y la exclusión, y considerando que los sujetos de estudio pertenecen a conjuntos sociales que componen dichos sectores –los cuales, debido a su situación administrativa-migratoria, se encuentran abandonados y/o invisibilizados por el Estado y sus instituciones–, ante el contexto descrito se encontraron particularmente expuestos a la infección de la Covid-19 y la exclusión de la vacunación, con los padecimientos y secuelas que lo anterior puede llegar a provocar en los cuerpos, y con el agravante de los obstáculos y barreras que en algunos casos enfrentaron al momento de acceder a la atención sanitaria. Una hipótesis de trabajo adicional se desprende de la anterior: ante la realidad experimentada y como mecanismo de respuesta-resistencia/sobrevivencia, los sujetos pusieron en práctica –en función de cada contexto sociosanitario– un conjunto de saberes y estrategias de prevención y auto-cuidado/cuidado grupal para hacer frente a la pandemia de Covid-19. Dichas acciones estuvieron determinadas por las trayectorias y experiencias auto-organizativas, de solidaridad, de cohesión colectiva, mecanismos de reciprocidad, apoyo y ayuda mutua y otras prácticas, que los sujetos –en toda su diversidad y heterogeneidad– hayan desarrollado en cada contexto, alternativas y/o complementarias a las del sistema sanitario público.

Al respecto, resulta necesario el ejercicio contextual de considerar y analizar las diferencias existentes en cada caso y país de indagación: por ejemplo, mientras en España, de acuerdo a la ley migratoria vigente en ese país parte de la UE, de carácter racista-excluyente, el derecho a la asistencia sanitaria pública y gratuita se restringe únicamente a las personas migrantes en situación regular, en Argentina y Brasil las mismas leyes garantizan ese derecho para cualquier persona, independientemente de su situación administrativa-migratoria. Sin embargo, en la práctica, se han detectado situaciones frecuentes en las cuales ese derecho se ve limitado en términos de obstáculos de acceso, debido a la irregularidad migratoria de los sujetos, la falta de información, el desconocimiento de aquellos y el temor de muchos a ser denunciados por ello, detenidos y deportados. En el caso particular de Argentina, también se identificaron actitudes racistas y xenófobas de exclusión por parte de personal administrativo y/o de los equipos de salud de algunos hospitales de la Ciudad Autónoma de Buenos

Aires, quienes se negaron a atender a personas migrantes que no exhibieran un documento, lo cual significa una flagrante violación de la ley. En cuanto a la mayor vulnerabilidad frente al Covid-19 en personas migrantes en situación de irregularidad, Guijarro *et al.* (2021) señalan para el caso de España que la misma estuvo asociada a los modos de vida precarios y a las dificultades para acceder a los servicios de salud, lo cual generó casos de complicaciones médicas y, también, un exceso de mortalidad entre estos grupos de migrantes. Algunos de los trabajos altamente feminizados fueron los que más exposición al virus experimentaron, sobresaliendo las mujeres migrantes que cuidan a personas dependientes en el domicilio, las cuales representaron el 16,3% del total de infectados en España. Sumadas a aquellas que trabajan en tareas de limpieza (13,9%) y las que trabajan en residencias (13,1%), ambos nichos laborales esenciales, mayoritariamente ocupados por mujeres migrantes, no resulta difícil inferir la prevalencia superior de infección de Covid-19 habida entre estas mujeres.

A partir del procesamiento de la información recopilada por medio del análisis de las narrativas de los y las migrantes entrevistados, fue posible identificar una serie de síntomas del trastorno de estrés postraumático sufrido durante y después de la pandemia, como consecuencia de las situaciones de fragilización social y en la salud referidas. Entre ellos, cabe mencionar los siguientes: sueños perturbadores o pesadillas ligadas a la falta de ingresos para alimentar a la familia o pagar el alquiler durante la pandemia; angustia emocional grave y reacciones físicas a las situaciones que recordaban los sucesos traumáticos asociados al contexto de encierro y los riesgos de infección.

Paralelamente, durante el período de la pandemia y post-pandemia de Covid-19 analizado (2022-2023), se ha podido relevar la forma en que, principalmente mujeres migrantes en situación de irregularidad migratoria, con empleos informales y una marcada precarización socio habitacional en Buenos Aires, São Paulo y Barcelona, constituyeron actores sociales esenciales en el enfrentamiento a esta nueva enfermedad, a nivel de prevención y/o curación, a través de los cuidados, la alimentación nutritiva, el uso de terapias provenientes de la medicina tradicional de sus países de origen, entre otros conocimientos y prácticas desarrolladas, dirigidas principalmente a fortalecer el sistema inmunitario. Estas mujeres dieron cohesión a sus grupos familiares y del colectivo migrante, jugando un rol fundamental en la supervivencia cotidiana de los sujetos, determinada por contextos de vulnerabilidad social en las sociedades

de destino, amortiguando de esta forma los daños físicos, psicológicos y emocionales causados por la crisis sociosanitaria de la Covid-19, además de generar redes de apoyo mutuo, solidaridad y reciprocidad entre los grupos de migrantes.

Consideraciones finales

Después de la pandemia, transcurridos tres años desde su declaración por parte de la OMS y a pocos días de haberse decretado el fin de su emergencia global en salud, la Covid-19 desapareció de los medios masivos de comunicación, pasando así, directamente, sin escalas, el foco en la “guerra de Ucrania”. Tras las extraordinarias superganancias de la industria farmacéutica, es ahora el turno de la industria armamentística; a la vez que se deja al descubierto la necropolítica migratoria de asilo hipócrita, racista y selectiva de la UE, que rápidamente acogió refugiados ucranianos blancos, mientras niega ese derecho a aquellos de origen africano y asiático, impidiendo el accionar de salvataje de los barcos rescatistas, permitiendo – a través de una práctica criminal, sostenida por un discurso racista xenófobo directo– que estas personas migrantes mueran ahogadas en el mar Mediterráneo. En consecuencia, después de la pandemia se desvela la matriz global (neo) colonial de la (necro) política gubernamental hegemónica mundial, y su profunda conexión con las facetas más destructivas y explotadoras del capitalismo globalizado (Manderson; Levine, 2020).

Después de la pandemia somos cuerpos cada vez más biológica, social y políticamente dependientes de los poderes: cronificación de la dependencia energética, alimentaria, productiva, de ciertas enfermedades; consumo dependientes, dependientes de Internet, ultra controlados/hipermedicalizados... Somos ratas del laboratorio de Facebook, Google, Twitter, Instagram y la Inteligencia Artificial, a la par que de las multinacionales que conforman la corporación del Big Pharma? Si, por un lado, la emergencia de la pandemia de Covid-19 puso en primer plano a nivel mundial la importancia de la salud, al mismo tiempo los mecanismos de dominación del Poder invisibilizaron las causas del surgimiento y la proliferación creciente de virus y pandemias, mayoritariamente vinculados al ecocidio capitalista planetario, consecuencia de un sistema mundial patológico... Y un sistema inmunológico debilitado por distintos factores interactuantes con impacto en el contexto global/local actual del capitalismo (ambientales,

psíquico-emocionales, socioeconómicos, de alimentación deficiente y mal nutrición, etc.) tiene menos capacidad de autodefensa contra éste y otros virus, y demás microorganismos.

Acordamos con Menéndez (2021) en el hecho que la pandemia de Covid-19 evidenció, una vez más, la hegemonía global de la biomedicina por sobre los otros sistemas de atención (tradicional, alternativo, autoatención). En efecto, después de la pandemia, se constata el grado de efectividad en la penetración ideológica del sistema capitalista entre la población consumidora mundial, el cual ha logrado situar a la biomedicina hegemónica como la base científica que sustenta ideológicamente a la humanidad, como la única ciencia posible para afrontar las epidemias (y a la industria farmacéutica como su único recurso). Al modelo biomédico hegemónico le interesa más, porque le da mayor rentabilidad, cronificar las enfermedades en vez de curarlas y –menos aún– prevenirlas.

No obstante, hemos corroborado –compartiendo también la opinión de Menéndez (2021)– que fueron los mecanismos preventivos y de cuidado del ámbito de la autoatención, aquellos utilizados mayoritariamente por sujetos y microgrupos (en nuestro caso, de migrantes internacionales) para enfrentar la pandemia de Covid-19 desde su inicio.

Pimenta (2020), sobre la base del supuesto trabajado en este artículo, de que las desigualdades sociales se traducen en desigualdades en salud, realiza un interesante ejercicio crítico comparativo entre la pandemia de Covid-19 y la epidemia del virus del Ébola en Sierra Leona, África, focalizando su análisis en la articulación entre relaciones de género, cuidados y epidemia. Según sus reflexiones, en ambos escenarios fueron/son las mujeres negras pobres las más afectadas en sentido integral por ambas enfermedades, como consecuencia de su papel de cuidadoras y/o sostén dentro de la organización doméstica-familiar, todo lo cual las colocó en una situación de mayor riesgo frente al virus.

En los contextos migratorios abordados en este artículo, desde antes de la pandemia, la mayor parte de las mujeres migrantes ya experimentaban trabajo precario y sobrecarga de cuidados, todo lo cual se agravó a partir de la crisis sociosanitaria devenida con la pandemia de Covid-19 debido a su incidencia total en todos los ámbitos de la vida cotidiana de los sujetos, afectando desde el origen y la movilidad/inmovilidad de los/las migrantes, el cierre de las fronteras y el aumento de los controles, hasta las condiciones de inserción en destino y el análisis específico de sus procesos de salud/enfermedad/atención/cuidados.

En tal sentido, las medidas restrictivas tendientes a controlar la propagación del Sars-CoV-2, como las inmovilidades forzadas o las cuarentenas prolongadas, afectaron de manera significativa el sufrimiento bio-psico-socio-emocional de estas mujeres, como consecuencia de situaciones de violencias domésticas o laborales, carencia de políticas públicas sectoriales, inseguridad alimentaria y nutricional de sus hijos/as, entre otras. Las situaciones de vulnerabilidad fueron aún mayores entre las mujeres migrantes, quienes, además del riesgo de contagio, se han enfrentado a diversas formas de violencia, ya sea en el trabajo o en el ámbito doméstico. Como hemos constatado en nuestra investigación, en las tres ciudades de análisis buena parte de estas mujeres migrantes trabajaban irregularmente en ocupaciones consideradas esenciales durante la pandemia, “poniendo el cuerpo” en primera línea, por lo que se sufrieron con mayor impacto las repercusiones sanitarias de la Covid-19, la precariedad de las condiciones de trabajo y la reducción del ingreso: trabajadoras de la agricultura, trabajadoras de la limpieza en hogares, trabajadoras del servicio de cuidados a domicilio, trabajadoras sexuales, trabajadoras en el comercio de venta ambulante, muchas de ellas con síntomas de estrés post traumático.

En este marco, las nuevas configuraciones y transformaciones resultantes de la pandemia de Covid-19 impactaron en la vida cotidiana de estas mujeres migrantes y sus grupos familiares, así como en la forma en que articularon redes micro grupales-comunitarias para hacerles frente, por medio de estrategias desarrolladas para asegurar la sostenibilidad de la vida (Pérez Orozco, 2012), referidas al conjunto de actividades necesarias para la supervivencia. Estas alternativas diseñadas en el contexto de crisis, con frecuencia invisibilizadas por el Estado y sus instituciones, se abordaron en tanto “formas colectivas de organización y ejercicio de la vida cotidiana, resistencia y construcción de lo social”. (Gutiérrez Aguilar, 2018, p. 15). En este sentido, el punto de partida primario para abordar el fenómeno de estudio, ha sido que la comunidad y lo comunitario son fundamentales para la sostenibilidad de la vida de familias migrantes y la consolidación de proyectos migratorios (Magliano; Perissinotti, 2019). En estos espacios comunitarios, las mujeres son protagonistas que garantizan “la reproducción material y simbólica de la vida” (Gutiérrez Aguilar, 2018, p. 52); y los cuidados poseen un papel interseccional de resistencia transformador, desde el momento en que no pueden reducirse únicamente a la dimensión económica, sino también, y sobre todo, deben valorizarse su dimensión cognitiva

(conocimientos, saberes generados por el cuidado) y su dimensión ética (prácticas de amor y respeto hacia uno/a mismo/a, hacia el grupo/la comunidad, hacia otras especies, hacia el planeta). Resistir como modo de existencia y supervivencia.

De modo tal que, frente al capitalismo heteropatriarcal individualista (que socializa las culpas y las pérdidas, concentrando con avidez la riqueza en unas pocas manos) y su sistema de muerte, antes/durante/después de la pandemia, resulta imprescindible y urgente, a través de una perspectiva relacional salud-cuerpos-territorios, destacar la centralidad del cuidado grupal-comunitario en el sostenimiento de la vida de los conjuntos socioculturales de migrantes internacionales, valorando la dimensión comunitaria de la reproducción social, enmarcando a ésta última en el entramado de procesos colectivos de organización, solidaridad, redes de apoyo, ayuda mutua y cooperación, dentro de los cuales las mujeres son las principales protagonistas en la construcción cotidiana de espacios, territorios y comunidades de cuidados.

Referencias

ASAD, T. Where are the margins of the state? In: DAS, V.; POOLE, D. *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press; Oxford: James Currey, 2004. p. 279-287.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relatórios de fiscalizações de combate ao trabalho análogo ao de escravo*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2023.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. *Relatório anual 2023: OBMigra 10 anos: pesquisas, dados e contribuições para políticas públicas*. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais, 2023.

CORRÊA MATTA, G. et al. (org.). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

CSORDAS, T. *Embodiment and experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DÍAZ PRIETO, G.; KUHNER, G. *Un viaje sin rastros: mujeres migrantes que transitan por México en situación irregular*. México: H. Cámara de Diputados, LXII Legislatura: Instituto para las Mujeres en la Migración A.C., 2014.

DAS, V. *et al.* (ed). *Remaking the world: violence, social suffering and recovery*. Berkeley: University of California Press, 2001.

DEBANDI, N. *et al.* *Informe final sobre la situación de la población migrante/extranjera en Argentina ante el avance del coronavirus*. Viedma: Universidad Nacional de Río Negro, 2020.

FARMER, P. An anthropology of structural violence. *Current Anthropology*, Chicago, v. 45, n. 3, p. 305-325, June 2004.

FASSIN, D. *When bodies remember: experiences and politics of AIDS in South Africa*. Berkeley: University of California Press, 2007.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. *The empire of trauma: an inquiry into the condition of victimhood*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

GAGO, V. *La potencia feminista o el deseo de cambiarlo todo*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.

GARCÍA CANCLINI, N. *La globalización imaginada*. Buenos Aires: Paidós, 1999.

GOLDBERG, A. *Ser inmigrante no es una enfermedad: inmigración, condiciones de vida y de trabajo: el proceso de salud/enfermedad/atención de los migrantes senegaleses en Barcelona*. 2004. Tesis (Doctorado en Antropología Social y Cultural) – Universidad Rovira y Virgili, Tarragona, 2004.

GOLDBERG, A. Contextos de vulnerabilidad social y situaciones de riesgo para la salud: tuberculosis en inmigrantes bolivianos que trabajan y viven en talleres textiles clandestinos de Buenos Aires. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 39, p. 91-114, 2014.

GOLDBERG, A. Exterminio capitalista, vidas en riesgo y vulneración de la salud integral en migrantes internacionales forzados. In: CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL, 12., 2021, La Plata. *Actas [...]*. La Plata: UNLP, 2021. Disponible en: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/133380>. Acceso en: 12 abr. 2023.

GOLDBERG, A. Cuerpos migrantes en riesgo: sistema-mundo patológico, violencias multisituadas y salud vulnerada. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ANTROPOLOGÍA, 6., 2020, Montevideo. *Actas [...]*. Montevideo: Universidad de La República, 2022. p. 419-429. Disponible en: <https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/portal/wp-content/uploads/2022/05/ALA-AC-TAS-DEL-CONGRESO-N-5-definitivo.pdf>. Acceso en: 12 abr. 2023.

GUIJARRO, C. *et al.* Riesgo de COVID-19 en españoles y migrantes de distintas zonas del mundo residentes en España en la primera oleada de la enfermedad. *Revista Clínica Española*, Madrid, v. 221, n. 5, p. 264-273, 2021. Disponible en: <https://doi.org/10.1016/j.rce.2020.10.006>. Acceso en: 16 abr. 2023.

GUTIÉRREZ AGUILAR, R. (coord.) *Comunalidad, tramas comunitarias y producción de lo común: debates contemporáneos desde América Latina/Oaxaca*. México: Colectivo Editorial Pez en el Árbol: Editorial Casa de las Preguntas, 2018.

HORTON, R. Offline: COVID-19 is not a pandemic. *The Lancet*, Oxford, n. 396, p. 874, 2020.

INSTITUTO DE ESTADÍSTICA DE CATALUÑA. *Población extranjera*. Barcelona, Idescat, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (España). *Estadística continua de población: población extranjera en España*. Madrid: INE, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (Argentina). *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2022, resultados definitivos: migraciones internacionales e internas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: INDEC, 2024.

LINARDELLI, F.; GOLDBERG, A. Vivir y trabajar en fincas, fábricas y talleres. Experiencias de padecimientos y cuidados de mujeres migrantes en Mendoza y Buenos Aires. *Migraciones*, Madrid, n. 45, p. 29-56, dic. 2018.

LLORENTE, E. “No podemos rendirnos a una sustitución étnica”, la xenófoba frase del ministro y cuñado de Meloni. *Página12*, Buenos Aires, 20 abr. 2023. Disponible en: <https://www.pagina12.com.ar/541981-no-podemos-rendirnos-a-una-sustitucion-etnica-la-xenofoba-fr>. Acceso em: 21 abr. 2023.

MAGALHÃES, L. F.; BÓGUS, L.; BAENINGER, R. Covid-19 e imigração internacional na Região Metropolitana de São Paulo. *REMHU: revista interdisciplinar da mobilidade humana*, Brasília, v. 29, n. 61, p. 15-32, jan./abr. 2021.

MAGLIANO, M. J. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 691-712, set./dez. 2015.

MAGLIANO, M. J.; PERISSINOTTI, M. V. La gestión de lo común como nuevas formas de ciudadanía. El caso de las cuidadoras comunitarias migrantes en Córdoba, Argentina. *Revista Española de Sociología*, Madrid, v. 30, n. 2, p. a33, 2019.

MANDERSON, L.; LEVINE, S. COVID-19, risk, fear, and fall-out. *Medical Anthropology*, Oxford, v. 39, n. 5, p. 367-370, 2020.

MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, Harvard, n. 24, p. 95-117, 1995.

MARTIN, D.; GOLDBERG, A; SILVEIRA, C. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 26-36, jan./mar. 2018.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. Madrid: Melusina, 2011.

MBEMBE, A. *Crítica de la razón negra*. Buenos Aires: Futuro Anterior, 2016.

MENÉNDEZ, E. *De sujetos, saberes y estructuras*: introducción al enfoque relacional en el estudio de la salud colectiva. Buenos Aires: Lugar, 2009.

MENÉNDEZ, E. La pandemia de coronavirus como delatora de contradicciones, deseos y negaciones. In: EVANGELIDOU, S.; MARTÍNEZ HERNÁEZ, A. (ed). *RESET*: reflexiones antropológicas ante la PCV19. Tarragona: Publicacions Universitat Rovira i Virgili, 2020. p. 17-26.

MENÉNDEZ, E. Pandemia y autoatención: la negación y subalternización de los saberes populares. *Revista de la Escuela de Antropología*, Rosario, n. 18, p. 1-20, enero/jun. 2021.

MOSQUERA VILLEGAS, M. De la etnografía antropológica a la etnografía virtual. Estudio de las relaciones sociales mediadas por Internet. *Revista Venezolana de Sociología y Antropología*, Mérida, v. 18, n. 53, p. 532-549, 2008.

OPAZO-VALENZUELA, P; PÉREZ-RINCÓN, S. Narrativas de mujeres profesionales y migrantes en Barcelona. Experiencias de sobrevivencia en el contexto de precariedad sociolaboral. *iQual: revista de género e igualdad*, [s. l.], n. 6, p. 167-195, 2023. Disponible en: <https://doi.org/10.6018/igual.497941>. Acceso en: 16 abr. 2023.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. *Informe sobre las migraciones en el mundo 2022*. Ginebra: OIM, 2022a.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. *Proyecto Migrantes Desaparecidos*. Ginebra: OIM, 2022b.

OXFAM. *Las desigualdades matan*. Oxford: Oxfam International, 2022.

PÉREZ OROZCO, A. Crisis multidimensional y sostenibilidad de la vida. *Investigaciones Feministas*, Madrid, n. 2, p. 29-53, 2012.

PIMENTA, D. Combate ao coronavírus evidencia desigualdade social. [Entrevista]. *Folha de Londrina*, Londrina, 28 mar. 2020. Disponible en: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-entrevista/combate-ao-coronavirus-evidencia-desigualdade-social-2984361e.html>. Acceso en: 16 abr. 2023.

QUARANTA, I. *Corpo, potere, malattia: antropologia e AIDS nei Grassfields del Camerun*. Roma: Meltemi Editore, 2006.

RAMÍREZ HITTA, S. La contribución del método etnográfico al registro del dato epidemiológico. *Epidemiología sociocultural indígena quechua de la ciudad de Potosí. Salud Colectiva*, Lanús, v. 5, n. 1, p. 63-85, 2009.

REDE PENSSAN. *2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. Belo Horizonte, Rede Penssan, 2022.

SASSEN, S. *The global city*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SEGATA, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 275-313, maio/ago. 2020.

SINGER, M.; CLAIR, S. Syndemics and public health: reconceptualizing disease in bio-social context. *Medical Anthropology Quarterly*, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 423-41, Dec. 2003.

SINGER, M.; RYLKO-BAUER, B. The syndemics and structural violence of the COVID pandemic: anthropological insights on a crisis. *Open Anthropological Research*, [s. l.], n. 1, p. 7-32, 2021.

STOCK, I. *Transit to nowhere: how Sub-Saharan African migrants in Morocco confront life in forced immobility*. 2012. Thesis (PhD) – School of Sociology and Social Policy, University of Nottingham, Nottingham, 2012.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 131-152, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Coronavirus(COVID-19) dashboard*. Geneva: WHO, 2021a.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global tuberculosis report 2020*. Geneva: WHO, 2021b.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global tuberculosis report 2021*. Geneva: WHO, 2022.

Recebido: 10/05/2023 Aceito: 31/05/2024 | Received: 5/10/2023 Accepted: 5/31/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Comida e consumo na pandemia e após: um olhar a partir dos mercados de Madrid

Food and consumption in the pandemic and beyond:
a perspective from Madrid's markets

Renata Menasche^{i,ii}

<https://orcid.org/0000-0002-8707-6037>

renata.menasche@gmail.com

Carmen Lozano-Cabedoⁱⁱⁱ

<https://orcid.org/0000-0002-8260-5470>

clozano@poli.uned.es

ⁱ Universidade Federal de Pelotas – Pelotas, RS, Brasil

ⁱⁱ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

ⁱⁱⁱ Universidad Nacional de Educación a Distancia – Madrid, Espanha

Resumo

Ainda que nas últimas décadas tenham passado por intensas transformações, os mercados municipais de Madrid permanecem tendo papel significativo no abastecimento de alimentos frescos e são considerados espaços em que, através da proximidade e da confiança, podem ser adquiridos produtos de qualidade. A partir de observação participante e de entrevistas junto a comerciantes, realizadas durante os últimos meses de 2022 nos mercados municipais do distrito central da cidade de Madrid, este artigo discute mudanças no consumo alimentar ocorridas durante e após a pandemia de Covid-19. A análise se detém, especialmente, em aspectos associados a percepção de risco, qualidade e saúde relacionados com a alimentação. Os resultados obtidos fornecem pistas para a reflexão sobre tendências e processos pertinentes ao consumo alimentar na contemporaneidade.

Palavras-chave: alimentação; consumo; mercados municipais; pandemia.

Abstract

Despite experiencing significant transformations in recent decades, the municipal markets of Madrid continue to play a crucial role in the supply of fresh food. These markets are regarded as spaces where consumers can acquire high-quality products through proximity and trust. This article presents findings derived from participant observation and interviews with merchants conducted in the central district of Madrid throughout the final months of 2022. The study examines shifts in food consumption patterns during and following the COVID-19 pandemic, with a specific focus on the perception of risks, quality, and health associated with food. The obtained results offer valuable insights into trends and processes pertinent to contemporary food consumption.

Keywords: food; consumption; municipal markets; pandemic.

Introdução

É sabido que da experiência de convivência com o novo coronavírus¹ decorreram mudanças amplas e profundas em nossa relação com o mundo (Segata, 2020). No que se refere à alimentação, esta esteve posicionada no centro do debate desde as primeiras suposições sobre a origem do vírus, quando a atenção foi dirigida a um dado mercado e a práticas alimentares chinesas. No decorrer da pandemia, particularmente em contexto de confinamento, quando foram res- tritas ao ambiente doméstico – cabe a ressalva: no caso dos que dispõem de casa e a quem tenha sido possível permanecer em trabalho remoto –, as ações relacionadas ao comer constituíram-se enquanto eixo central da vida cotidiana.

Um bom número de estudos,² alguns ainda em caráter exploratório, têm trazido à luz características desse processo. Do abastecimento ao consumo, passando pela higienização, armazenamento, preparo e descarte de alimentos, muitas foram as adaptações ocorridas. As pessoas cozinham mais³ – e para as que antes não o faziam, em boa medida o mundo digital possibilitou acesso aos conhecimentos necessários – e também compraram mais pela internet. Houve incremento na procura por alimentos considerados saudáveis, locais, ecológi- cos; mas também amplificação de relação de natureza hedonista com a comida e, ainda, maior consumo da chamada *junk food*. A individualidade no comer fora foi, muitas vezes, substituída por refeições em família, enquanto novas formas de comensalidade eram criadas, mediadas por telas e aplicativos de comunica- ção. Muitos viram a renda familiar encolher, passando a valer-se de estratégias para driblar a insegurança alimentar; outros, deixando de gastar com mobili- dade e em tudo mais referente à vida fora de casa, passaram a dispor de mais recursos para o comer. A busca por provisões, antes banal, tornou-se operação

-
- 1 Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracterizou como pandemia a doen- ça Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou novo coronavírus. Apenas em maio de 2023 a OMS declararia o fim da emergência de saúde pública decorrente dessa pandemia.
 - 2 Ver, entre outros, De Moraes Gaspar *et al.* (2020, 2021), Silva e Menasche (2020), Wang *et al.* (2020), Boragnio (2021, 2023), Gómez-Corona *et al.* (2021), Pérez-Rodrigo *et al.* (2021), Saralegui Díez (2022), Díaz-Méndez e Ramos-Truchero (2023).
 - 3 É interessante notar, como indicado por Boragnio (2021, p. 167), em pesquisa realizada na Argen- tina e na Espanha, que também os jovens passaram a cozinhar mais durante o confinamento.

delicada, revestida de cuidados e borrifada com álcool, pois no contato com o espaço público havia o risco de contágio.

As inquietudes que conduzem às reflexões desenvolvidas neste artigo têm raízes em pesquisas realizadas anteriormente, gestadas durante os dois primeiros anos da pandemia de Covid-19. No sul do Brasil, em iniciativas de pesquisa inseridas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, Consumo e Cultura – GEPAC,⁴ cujos resultados foram, em alguma medida, apresentados no trabalho “Alimentación y riesgo en la pandemia y más allá: cuestiones de investigación” (Menasche, 2022). Na Espanha, no seio do Grupo de Investigación Sociología de la Alimentación – SOCIALIMEN,⁵ a partir do projeto “Gobernanza para la promoción de una alimentación saludable y sostenible tras la Covid-19. La visión desde el ámbito científico”, cujos resultados parciais compuseram o trabalho “La visión del concepto de alimentación saludable y sostenible desde el ámbito científico: propuestas para su promoción” (Lozano-Cabedo *et al.*, 2022). Ambos os trabalhos mencionados foram submetidos à discussão, em julho de 2022, em encontro do grupo de trabalho Sociología de la Alimentación, ocorrido durante o XIV Congreso Español de Sociología, realizado em Murcia.

Pautando-se no entendimento da não redutibilidade do ato alimentar a sua dimensão biológica – sendo o comer apreendido também enquanto fato social, cultural, histórico, econômico e político –, bem como em contribuições de autores centrais ao debate sobre risco nas ciências sociais, os trabalhos antes mencionados buscaram problematizar em que medida o ambiente e a adoção de protocolos sanitários de combate à disseminação do novo coronavírus tiveram incidência em práticas alimentares e percepções referentes à qualidade e sanidade dos alimentos.

Entre os resultados de pesquisa então discutidos no âmbito do GEPAC, cabe ter presente os referentes a estudos realizados em três distintas feiras – duas ecológicas e outra de produtos originados em pesca artesanal – e em suas redes sociais virtuais, apresentados em Hellebrandt *et al.* (2021). Essas etnografias permitiram às autoras identificar três ordens de elementos que, em contexto pandêmico, foram encontrados naquelas feiras, a saber: elementos da esfera jurídica, pertinentes à regulamentação das condutas em ambiente de feira;

4 Para conhecer perfil e produção do GEPAC, ver <https://www.ufrgs.br/gepac/>.

5 Para saber mais sobre SOCIALIMEN, ver <https://www.unioviado.es/socialimen/>.

objetos, empregados como marcadores de cuidados sanitários e distanciamento social, a exemplo de máscaras, álcool em gel, placas com instruções, linhas de delimitação do espaço; elementos criativos, ações inovadoras voltadas a potencializar a comercialização, valendo-se especialmente de redes sociais virtuais.

No âmbito do projeto levado a cabo por SOCIOALIMEN, a partir de entrevistas em profundidade realizadas junto a especialistas de distintas disciplinas científicas,⁶ foram analisadas suas percepções referentes às mudanças operadas na alimentação durante a pandemia e suas propostas para promover uma alimentação saudável e sustentável no contexto marcado pela Covid-19.

Como antes mencionado, tais reflexões precederam a conformação – e orientaram a atenção no processo de aproximação ao campo – da iniciativa de pesquisa aqui apresentada, delineada no contexto de desenvolvimento de estágio de pós-doutoramento da primeira autora, realizado em associação com a segunda autora deste artigo. É nesse quadro que, no segundo semestre de 2022, o olhar seria conduzido aos mercados municipais de Madrid, historicamente responsáveis por parcela importante dos alimentos frescos consumidos pela população da cidade e, assim, espaço privilegiado para a observação de mudanças referentes ao consumo alimentar durante a pandemia e após.

A propósito da significância desses equipamentos de comercialização de alimentos, vale ter presente que, segundo Robles (2008, p. 26) – em estudo voltado a mercados municipais inseridos nos espaços urbanos de Barcelona, Madrid e Valencia –, ainda que, desde as últimas décadas do século XX, cada vez mais super e hipermercados venham ganhando terreno no abastecimento alimentar da população, especialmente no que se refere a alimentos secos e embalados, no que diz respeito a produtos frescos,⁷ o pequeno comércio tradicional – aí incluído aquele realizado em mercados municipais – segue tendo papel expressivo. O autor dimensiona a participação desse segmento como sendo da ordem de 40% do mercado de produtos frescos, atribuindo essa relevância a fatores que, para

6 Entre junho e julho de 2021, foram realizadas, através de aplicativo de videoconferência, dez entrevistas junto a especialistas que se dedicam a pesquisar saudabilidade e sustentabilidade na alimentação a partir de diferentes áreas do conhecimento científico, a saber: agronomia, antropologia, arquitetura e urbanismo, biologia marinha, biotecnologia, direito, economia e sociologia agrária, epidemiologia nutricional, psicologia, tecnologia de alimentos.

7 A categoria “produtos frescos” abarca: frutas, hortaliças – incluídas as batatas –, carnes, pescados, mariscos e moluscos, pães e ovos (España, 2022, p. 33).

além do preço, incidem na decisão de compra dos consumidores no que tange especificamente a esses produtos, tais como conhecimento sobre o produto, atenção pessoal e qualidade.

Contextualizando o dado apontado por Robles (2008) como correspondente à época em que realizou seu estudo, temos que indicadores mais recentes, fornecidos pelo Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, mostram que a participação do comércio tradicional no abastecimento de produtos frescos consumidos pela população espanhola é, atualmente, da ordem de 30% – mais precisamente, 29,9% em 2019 (España, 2020, p. 29), 30,6% em 2020 (España, 2021, p. 26) e 29,3% em 2021 (España, 2022, p. 34).

As variações apontadas acima são indicadoras, por um lado, de expressiva expansão, na última década, também no que diz respeito ao consumo de produtos frescos, da participação de outros canais de comercialização, especialmente super e hipermercados. Por outro lado, no primeiro ano da pandemia de Covid-19, quando protocolos sanitários e medidas de isolamento social incidiram mais intensamente no cotidiano da população, de maior participação do pequeno comércio tradicional ou de proximidade em seu abastecimento de produtos frescos.

Ainda, no que se refere à participação na comercialização do conjunto de produtos alimentícios, vale destacar que, invertendo tendência constante de queda ao longo da década anterior, em 2020, a participação do comércio tradicional foi maior do que havia sido em 2019:⁸ 14,7% no que diz respeito ao volume e 17,8% no que se refere ao valor comercializado (España, 2021, p. 28-29).

O boom ocorrido na comercialização de alimentos nos mercados municipais de Madrid durante o primeiro ano da pandemia foi recorrentemente relatado pelos(as) interlocutores(as) desta pesquisa.

Uma primeira aproximação ao universo empírico deste estudo deu-se no início de julho de 2022, quando a primeira autora deste artigo esteve na quase totalidade dos mercados municipais do distrito central da cidade de Madrid. Foram então visitados pela primeira vez cinco dos seis mercados municipais da área

8 Dentre os vários canais de comercialização de alimentos, apenas as compras através da internet tiveram, em 2020, crescimento superior ao observado no comércio tradicional (España, 2021, p. 30).

(assinalados na Figura 1): Barceló (1, situado no bairro Malasaña), San Antón (2, Chueca), Los Mostenses (3, Universidad), La Cebada (4, La Latina) e San Fernando (5, Embajadores/Lavapiés); bem como o privado Mercado de San Miguel (7, La Latina). O mercado municipal Antón Martín (6, Embajadores/Lavapiés) seria visitado apenas em outubro. Após percorrido pela primeira vez esse circuito, passou-se a sistematizar informações a respeito dos mercados obtidas a partir de bibliografia, documentos e sítios de internet, o que possibilitou compor um panorama de suas características, história e processos de transformação.

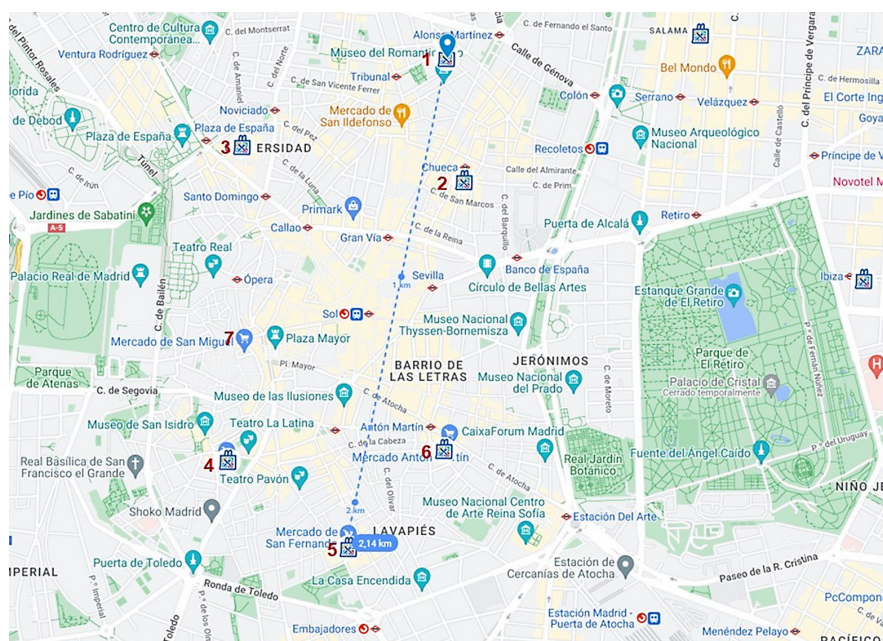


Figura 1. Ilustração indicando a localização dos mercados do distrito central da cidade de Madrid estudados. Fonte: elaboração própria a partir da plataforma Google Maps (Dados do mapa @2024 Inst. Geogr. Nacional, Google).

Vale observar que, para uma ideia das distâncias, pouco mais de dois quilômetros separam os mercados de Barceló (1) e San Fernando (5), sendo que o circuito percorrido passando por todos eles perfaz 6,5 quilômetros.

Ao longo do período em que se desenrolou a pesquisa a campo – de julho a dezembro, tendo sido interrompida durante o recesso de verão, quando, especialmente em agosto, muitas das tendas permanecem fechadas –, a pesquisadora realizou 32 visitas a mercados, sendo 12 delas no La Cebada, em que a etnografia se concentrou. Em cada um dos demais mercados antes mencionados, foram realizadas três ou quatro visitas.

Procurou-se distribuir as visitas aos mercados em diferentes dias da semana e do final de semana e em distintos períodos do dia, de modo a possibilitar observar variações de frequência e atividades. As estadas nos mercados foram ocasião para atentar às marcas da pandemia nos espaços e ao uso de máscaras; observar o fluxo de pessoas e a movimentação no consumo de produtos in natura ou a realizada em estabelecimentos que oferecem bebidas e alimentos preparados; conversar com comerciantes. A análise posterior dos registros fotográficos então obtidos permitiria notar aspectos que haviam passado despercebidos. Conversas com comerciantes – algumas poucas mais longas –, em momentos em que se encontravam disponíveis, sem clientes, foram fundamentais para conformar um quadro sobre as mudanças vividas ao longo da história dos mercados e nos vários estágios da pandemia. Foram 13 as pessoas ouvidas, em 21 diferentes ocasiões, sendo que 12 dessas conversas, realizadas com cinco pessoas, ocorreram no La Cebada. Dentre essas pessoas, está María,⁹ principal interlocutora desta pesquisa, com quem, através de aplicativo de conversa, o contato tem continuidade até o presente.

Este artigo pretende levantar pistas para discutir tendências e processos pertinentes ao consumo de alimentos na contemporaneidade, isso a partir de reflexões sobre o ocorrido antes, durante e após a pandemia de Covid-19 nos mercados municipais do distrito central da cidade de Madrid.

Na sequência desta introdução, algumas páginas serão dedicadas a dar a conhecer a história das transformações desses mercados, de modo a possibilitar visualizar como chegam ao período de pandemia, contexto desta pesquisa, para, a partir daí, discutir seus achados.

9 Os nomes de interlocutores apresentados no texto são verdadeiros. María autorizou a utilização de seu nome e, como não houve oportunidade para consultar a respeito um outro interlocutor nomeado, Juan Carlos, optou-se por omitir em qual dos mercados está estabelecido.

Mercados de Madrid

Os mercados fechados e cobertos, como são atualmente conhecidos, desenvolveram-se na Europa sob o ambiente das teorias higienistas vigentes no urbanismo a partir da segunda metade do século XIX (Rodríguez Sebastián, 2014; Sequera; Cabrerizo; García Bachiller, 2018). A partir de então, em muitas cidades – como é o caso de Madrid –, constituíram-se redes municipais de mercados, focos de atividade comercial e social. Alguns dos mercados modernistas – cuja edificação caracterizou-se pela utilização de ferro e vidro – construídos, nessa época, em Madrid, seriam, por motivos diversos, derrubados e reconstruídos,¹⁰ ou reestruturados (Salinas Arreortua, 2016).

O protagonismo dos mercados municipais no abastecimento de alimentos básicos da população das cidades espanholas deu-se até os anos 1970, a partir de quando tem lugar a ascensão do comércio operado em grandes superfícies (Rodríguez Sebastián, 2014). Segundo Sequera, Cabrerizo e García Bachiller (2018), a redução da atividade comercial desses mercados, ocorrida no final do século XX e início do século XXI, pode, em boa medida, ser atribuída a políticas públicas a que teriam sido submetidos, caracterizadas pelos autores como “políticas públicas de abandono”.

São atualmente 46 os mercados municipais de Madrid, sendo que até 2009 também compunha essa lista o Mercado de San Miguel,¹¹ apontado como um dos mais emblemáticos casos de conversão desses equipamentos de abastecimento alimentar em espaço prioritariamente dedicado a lazer e restauração (Medina, 2018).

É extensa a literatura dedicada a descrever o movimento recente de renovação desses mercados,¹² instituído a partir de um discurso que, justificador

10 Foi o que ocorreu com os mercados de Olavide, Chamberí, La Cebada e Los Mostenses, o último derrubado em 1925, por ocasião da construção da Gran Vía (Salinas Arreortua, 2016, p. 194).

11 A lista completa dos mercados municipais de Madrid e sua distribuição espacial está disponível em Mercados [...] ([2023]), em um sítio que possibilita acesso a outras informações de interesse a respeito do conjunto e de cada um desses mercados. A respeito do Mercado de San Miguel, este foi privatizado dez anos após sua remodelação, levada a cabo a partir de importante inversão de recursos públicos (Salinas Arreortua, 2016). Foi nesse contexto que, em 2009, deixou de integrar o rol dos mercados municipais da cidade.

12 Ver, entre outros, Rodríguez Sebastián (2014), Hernández Cordero e Andreeva Eneva (2016), Salinas Arreortua (2016), Medina (2018), Sequera, Cabrerizo e García Bachiller (2018).

da transformação, toma por base a degradação de suas instalações físicas e a redução da atividade comercial (Rodríguez Sebastián, 2014; Salinas Arreortua, 2016). Os autores que se debruçaram sobre o tema elencam entre os elementos marcadores de tal processo: inversão de recursos públicos combinada com participação de empresas privadas, com destaque a grandes redes de supermercados – que, em troca, obtêm cessão de espaço para implantação de lojas no interior de mercados –; exclusão de parcela significativa dos antigos comerciantes; maior presença de serviços outros que o abastecimento alimentar, associados à restauração e/ou à comercialização de produtos gourmet ou mesmo não relacionados à alimentação.

Hernández Cordero e Andreeva Eneva (2016, p. 155-156) contextualizam as transformações operadas nos mercados municipais de Madrid a partir do início do século XXI como integradas a planos de desenvolvimento mais amplos da cidade, marcados por narrativas próprias de um urbanismo neoliberal, que propõe reconfigurar o espaço a partir da criação de centros comerciais a céu aberto. Tal visão é comum à revitalização de áreas centrais de muitas cidades europeias, marcada não apenas pela substituição de antigos habitantes por segmentos de renda mais elevada e estilos de vida distintos – característica de processos de gentrificação –, mas também por sua turistificação, associada à presença de população flutuante que transita e consome na área.

O ponto de inflexão das transformações ocorridas nos mercados municipais de Madrid pode ser situado em 2003, quando o governo municipal passou a desenvolver um conjunto de planos e políticas dirigidos a sua renovação. Tem aí destaque o *Plan de Innovación y Transformación de los Mercados de Madrid 2003-2011*, que teria continuidade no *Plan Estratégico de Modernización de los Mercados de Madrid 2012-2015*; bem como a nova Ordenanza de Mercados Municipales, de 2010, que regulamentou o funcionamento dos mercados municipais e permitiu a introdução de novos tipos de negócio (Rodríguez Sebastián, 2014, p. 91).¹³

Ainda que considerando a diferenciação das obras realizadas nos mercados municipais de Madrid no processo de sua renovação – tal como se dera em

13 Ver Madrid (2003, 2010, 2012). Importa ter presente que os mercados municipais são propriedade do governo local, o Ayuntamiento de Madrid, que celebra contratos para sua ocupação – tratando-se, assim, de gestão indireta –, regulada pela Ordenanza de Mercados Municipales (Salinas Arreortua, 2016, p. 186-187).

período anterior, em que alguns passaram apenas por reformas, enquanto outros foram derrubados e reconstruídos –, as subvenções do poder público a sua remodelação não foram concedidas de forma homogênea, tendo beneficiado a alguns bem mais do que a outros. A inversão de recursos públicos privilegiou mercados situados em distritos centrais da cidade – em detrimento dos situados em áreas periféricas¹⁴ – e aqueles que, em sua reestruturação, contaram com participação de capital privado, principalmente associado a redes de supermercados (Rodríguez Sebastián, 2014, p. 95-96).

Tendo dado base à implantação de supermercados no interior de 15 mercados municipais, como indicado por Salinas Arreortua (2016, p. 188), o *Plan de Innovación y Transformación de los Mercados de Madrid 2003-2011* previu investimentos públicos maiores que um milhão de euros em 20 mercados, cabendo destaque ao mercado de San Antón, com inversão que superou 20 milhões de euros. Esse mesmo autor indica, ainda, a inexistência de qualquer subvenção a oito mercados municipais, sendo que desses o único situado na área central da cidade é o Mercado de La Cebada.¹⁵ Ainda no que se refere a mercados municipais situados da área central da cidade, Salinas Arreortua (2016, p. 196) considera que o pouco – como é o caso dos mercados de Los Mostenses e de San Fernando – ou nenhum – caso do mercado de La Cebada¹⁶ – investimento público realizado pode ser entendido como estratégia da administração local, na medida em que coloca esses equipamentos em situação de maior susceptibilidade a transformações comerciais no sentido de sua gentrificação.

14 Conforme Rodríguez Sebastián (2014, p. 88), no que diz respeito à localização dos mercados municipais, os distritos de Madrid classificados como centrais são: Centro, Chamberí, Tetuán, Chamartín, Salamanca, Retiro e Arganzuela. Esse autor lista como distritos periféricos: Moncloa-Aravaca, Latina, Carabanchel, Usera, Villaverde, Puente de Vallecas, Villa de Vallecas, Moratalaz, Vicálvaro y Ciudad Lineal. Por não abrigarem mercados municipais, os distritos de Fuenarral-El Pardo, Hortaleza, Barajas e San Blas não estão presentes em qualquer das duas listas.

15 Para detalhamento dos investimentos públicos realizados na remodelação dos mercados municipais de Madrid, consultar Rodríguez Sebastián (2014).

16 Salinas Arreortua (2016, p. 188-189) relata que “en el mercado de La Cebada, con el derribo del antiguo mercado modernista en 1958, los comerciantes se constituyeron como una sociedad cooperativa. En 2007 se convoca a un concurso público para la elaboración de un proyecto, el cual proponía la demolición del mercado y la construcción de uno nuevo [...] con el fin de crear un centro comercial privado. Este proyecto generó mucha resistencia por parte de la sociedad cooperativa y además se planteaba su construcción en un contexto de crisis económica, factores que influyeron para que el proyecto no se haya realizado aún.”

Análises das políticas implementadas a partir dos planos e normativas antes citados pontuam que esses tiveram por metas: reformar a infraestrutura; profissionalizar a gestão; dinamizar o marketing, com criação de uma marca comum (Mercados de Madrid); permitir a introdução de novos tipos de negócio, com redução da superfície destinada ao comércio de alimentos (Hernández Cordero; Andreeva Eneva, 2016; Rodríguez Sebastián, 2014).

Estudando o consumo que tem lugar nos mercados tradicionais, Hernández Cordero e Andreeva Eneva (2016) destacam sua relação com a organização da vida cotidiana dos bairros e com suas identidades. Esses mercados são caracterizados como espaços públicos em que, além da compra e venda de alimentos, se constituem relações de proximidade, amizade, convivência (Salinas Arreortua, 2016). Robles (2008, p. 20) vai além, interpretando que práticas como fiado e brindes são operadas como mecanismos de reciprocidade, instituídos a partir de relações de confiança, estabelecidas entre comerciantes e clientes no ambiente do pequeno comércio, também marcado pelo encontro de vizinhos. Caracterizando, assim, o mercado como espaço de sociabilidade, esse autor aponta que nele é propiciada a partilha – entre comerciantes e clientes e entre pessoas de distintas gerações e/ou origens étnicas – de conhecimentos sobre a cultura alimentar. Ainda, que essa sociabilidade é também marcada por uma dimensão social redistributiva, na medida em que, na relação entre pequenos comerciantes e pessoas em situação de vulnerabilidade econômica – o autor menciona o exemplo de viúvas que recebem pensões inferiores a 500 euros mensais –, costumam ocorrer doações ou venda a preços inferiores ao valor de mercado de produtos de primeira necessidade, sobretudo frutas e verduras (Robles, 2008, p. 21-22).

À gentrificação observada no espaço dos mercados está associada uma reestruturação em suas relações sociais: ao mesmo tempo que se pode notar substituição tanto de comerciantes como de produtos ofertados, a atividade comercial passou a privilegiar como consumidores setores de renda mais elevada, sejam camadas médias da população residente, sejam turistas. É desse modo que, tal como explica Salinas Arreortua (2016, p. 179-180), é gestado um modelo de mercado que, mais do que satisfazer às necessidades alimentares do bairro, propõe sua constituição enquanto espaço de lazer.

Assim, as relações de sociabilidade características dos mercados municipais não permanecem imunes às transformações ocorridas nesses espaços nas

últimas duas décadas, com a presença de novos consumidores ocasionais, visitantes – categoria que abarca turistas, mas não se reduz a esses –, que passam a frequentar os mercados revitalizados enquanto espaços de lazer. Ao mesmo tempo, esses visitantes buscam estética e valores que remetem aos mercados tradicionais – não criados especificamente para eles, a partir de processos de renovação –, associados à autenticidade, ao orgânico, ao natural (Hernández Cordero; Andreeva Eneva, 2016; Medina, 2018).

A partir do quadro antes apresentado, que possibilita vislumbrar as mudanças ocorridas nesses mercados municipais ao longo da história e como chegam ao contexto em que se realiza o presente estudo, passaremos a relatá-lo. Primeiramente, apontando algumas das características que conformam os mercados observados para, na sequência, dar a conhecer algo do que neles se passou a partir da pandemia.

Observando mercados

Tomando o conjunto dos mercados observados, podem ser identificadas diferentes combinações entre os dois tipos de atividade: abastecimento de produtos frescos; oferta de bebidas e alimentos preparados, associada a lazer. Em um mesmo mercado, pode haver estabelecimentos especializados em um e/ou em outro desses tipos, por vezes separados em andares ou áreas distintas e horários de funcionamento diferenciados. Ou, ainda, estabelecimentos de tipo híbrido, que combinam a disponibilização de produtos frescos com sua preparação para degustação em dias e horários específicos: em finais de tarde de dias de semana – especialmente em sextas-feiras –, a partir do final da manhã de sábados e, eventualmente, de domingos. São, então, encontradas diferentes gradações dessas combinações de atividades, não apenas com correspondente variação de tipo de público que a elas ocorre, mas também em seu volume: nos períodos em que esses espaços são dedicados ao lazer, a frequência é muitíssimo concorrida, os ambientes ficam lotados.

Há tensão entre os dois tipos de atividade presentes nos mercados. O comércio convencional, que ao longo de décadas perdeu vigor, percebe-se ameaçado pela expansão do setor dedicado à restauração e lazer, que, por sua vez, por força das normativas que regulam os mercados, vê-se constrangido – sob risco de

denúncias e penalizações – a não descolar completamente do caráter original dos mercados, de abastecimento alimentar.

O negócio mantido pela família de María – em que ela trabalha desde a conclusão do ensino médio – pode ser tomado como emblemático das transformações e tensões presentes nesses mercados. Seus pais estabeleceram-se há 50 anos no La Cebada, logo após sua reconstrução,¹⁷ sendo que seu pai, desde a infância, já era fruteiro. A mãe de María – hoje na faixa dos 70 anos – lembra com nostalgia dos tempos antigos, quando muita gente, de todas as partes da cidade, vinha abastecer-se no La Cebada. María comenta: “¡Cuando se abrían las puertas, el río de gente que caía por la escalera!” Na fruteira, eram então seis as pessoas trabalhando, vendia-se muito. Mas isso antes dos supermercados, que aos poucos levaram sua clientela habitual. Das clientes antigas, dessas que vêm ao menos a cada semana, restaram apenas quatro, de modo que já não há como prever como, a cada dia, será o movimento e o volume de vendas. Atualmente, María trabalha sozinha na fruteira, todos os dias de semana, contando com a mãe para substituí-la em uma das tardes. A partir do final da manhã dos sábados – pelas 12h30, “a la hora del vermut” – e nos domingos em que o mercado abre, quando é grande o movimento no espaço destinado à degustação, ela conta com a ajuda da mãe e do filho mais novo, que ainda frequenta o colégio. María explica que, em acordo com o regramento do uso dos espaços nos mercados, “aquí solo pueden degustar todo lo que tengo ahí, porque no es un bar. Una parrilla de verduras, pimientitas de padrón, setas...”. Ela afirma que é o espaço de degustação que, atualmente, confere viabilidade econômica ao negócio, mas diz que “a lo que tengo cariño, es la frutería”.

Nos mercados do distrito central da cidade de Madrid, nas bancas que vendem frutas e legumes, carnes, peixes, frangos, pães, presuntos e queijos, é comum haver referência ao patriarca ou à família proprietária, quando, no painel em que consta o nome do negócio, vê-se letreiros como: “Pescadería Massimo Cadier-no”, “Hermanos Hernández Frutería”, “Saboli*Taboli Carniceros desde siempre”, “Salsicheria Benito”. Vê-se, também, alusão à antiguidade do negócio (“desde 1959”) ou à regionalidade dos produtos, como é o caso de “Sabor Mediterráneo” (presuntos e queijos) ou “Como Cádiz” (conservas) ou, ainda, “Pollos de Galicia”.

17 A placa que marca a reinauguração desse mercado data de 1962.

Mas nem todos os letreiros expostos nas tendas remetem a marcas de tradição. Alguns fazem menção a atributos mais recentemente valorados, como os referentes a produtos orgânicos, ecológicos, sustentáveis, frescos, de proximidade. Ou como é o caso, no mercado San Antón, da “Transtienda”, banca de frutas em cujas paredes pode ser lido:

La discriminación tiene precio.

Imagina que la compra te costara un 262% más caro por el hecho de ser quién eres. A una gran parte del colectivo trans es justo lo que le está pasando.

Hazte una foto y compártela en redes para mostrar tu apoyo.

Os alimentos frescos comercializados nos mercados são histórica e correntemente considerados de qualidade superior e preço mais elevado¹⁸ do que aqueles vendidos em estabelecimentos de grande superfície. A clientela tradicional dessas tendas envelheceu, sendo pouco expressiva a incorporação de segmentos mais jovens, que, segundo menções encontradas na literatura e comentários de comerciantes ouvidos na pesquisa, não sabem e/ou não têm tempo para cozinhar, optando regularmente pela praticidade de alimentos pré-preparados e de compras mais espaçadas e em maiores volumes, realizadas – em horários que lhes são mais convenientes do que aqueles, mais restritos, em que os mercados estão abertos – em hiper e supermercados.¹⁹

Nos mercados municipais, sempre houve estabelecimentos voltados a oferecer bebidas e alimentos preparados, mas eram poucos e destinados principalmente a atender a clientes que faziam suas compras e aos próprios comerciantes, natureza bastante diversa daquela dos espaços atualmente neles encontrados para consumo *in loco*. Os madrilinhos são notórios frequentadores de bares,

18 Interessante notar que, ainda que para a população espanhola a percepção generalizada seja de que os preços praticados nos mercados são mais elevados do que aqueles praticados no comércio de grande superfície, dados do Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación (España, 2022, p. 249) mostram que o preço médio das hortaliças frescas é mais elevado em hipermercados (2,05 euros, em 2021) e supermercados e tendas de autosserviço (2,14 euros) do que no comércio tradicional (1,82 euros).

19 Um dado interessante, comentado por De Moraes Gaspar *et al.* (2021, p. 115): desde a década de 1960 até o início do século XXI, reduziu-se significativamente o tempo dedicado ao abastecimento alimentar e à cozinha entre os espanhóis, tendo sido estimado, no ano de 2004, em três horas semanais.

cafeterias e restaurantes,²⁰ sendo os espaços de lazer inseridos nos mercados majoritariamente frequentados por jovens adultos, casais jovens e mesmo famílias com filhos pequenos, como observado no San Fernando e no Antón Martín em um final de manhã de sábado, ou, durante a semana, em finais de tarde no La Cebada, quando mães, trazendo crianças que buscaram na escola após saírem do trabalho, se reúnem para o happy hour. E, claro, por turistas, muitos turistas, cuja presença parece ser particularmente significativa em mercados que mais se assemelham a grandes praças de alimentação gourmet, como o San Miguel ou o San Antón, mas que também podem ser encontrados em qualquer outro, em sua busca por experiências e autenticidade.²¹

Mercados e pandemia

Durante todo o período de realização da pesquisa a campo (julho a dezembro de 2022), o uso de máscaras – empregadas para reduzir o risco de contágio pelo coronavírus – era, na Espanha, obrigatório no transporte público, em farmácias e equipamentos de saúde, podendo ser recomendado em outros espaços fechados – inclusive mercados –, em que, se já não era tão frequente em julho, foi gradualmente desaparecendo ao longo do período.

Nas visitas realizadas em julho, foi possível observar, em relação a esse quesito, clara distinção entre os mercados estudados, correspondente à atividade e público predominantes em cada um deles. Naqueles cuja atividade é majoritariamente relacionada ao ócio – San Miguel, San Antón, San Fernando –, as máscaras eram já então inexistentes, ou quase isso. Nos mercados visitados em

20 De modo geral, *tomar una copa e ir de tapas* – expressão que significa percorrer bares da cidade, consumindo bebidas acompanhadas de pequenas porções de comida (*tapas*) – são práticas habituais de sociabilidade entre espanhóis. A respeito da significância do comer fora na Espanha, ver Díaz de Rada e Díaz-Méndez (2021); para uma análise de como o hábito de comer fora apresenta, entre espanhóis, características particulares, ver Díaz-Méndez e García-Espejo (2017).

21 Em um final de manhã de um dia de semana, María tinha algumas de suas mesinhas postas, para algo talvez entre dez e 12 pessoas. Quando indagada sobre quem esperava, contou que tem por cliente uma empresa de turismo que organiza roteiros em bicicleta pela cidade e que uma parada no La Cebada, em sua tenda, havia sido incluída no trajeto: “Vienen aquí a tomar el aperitivo, les pongo una sangría, una pimientita de padrón, una tortilla de patata. Se lo comen, ¡se van encantados de la vida!”

que é significativa a atividade voltada ao abastecimento alimentar – La Cebada, Los Mostenses e Barceló²² –, o quadro era outro: a partir da contagem, nas fotografias então registradas, das pessoas que apareciam com e sem máscara, é possível estimar que, à época, nesses mercados, entre os consumidores um pouco mais da metade portava máscara, enquanto que entre os comerciantes eram cerca de 40%. Há que considerar que, dentre alguns dos que aparecem com máscara nas fotos, vários não as portavam corretamente, estando penduradas em uma orelha ou colocadas na altura do queixo. E que, dentre os que foram contabilizados como sem máscara, há os que as levavam em torno do braço. Além disso, não há como atribuir precisão à estimativa antes apresentada, pois, além de os registros fotográficos terem sido produzidos de forma aleatória, neles muitas vezes os rostos não estão no enquadramento obtido, ao mesmo tempo em que há pessoas que, certamente, foram contabilizadas mais do que uma vez. Ainda assim, no que se refere ao uso de máscaras, essa aferição pode ser considerada útil para que o quadro da diferenciação entre os dois tipos de mercado não fique restrito ao plano das impressões da pesquisadora.

No que diz respeito às marcas da pandemia presentes no espaço físico dos mercados, produzidas no período em que as medidas de isolamento e distanciamento social foram mais intensas, a diferenciação notada em relação ao uso de máscaras se repete, mas não exatamente do mesmo modo. A exceção é o mercado de San Fernando, em que, em julho, tal como nos mercados em que é significativa a venda de produtos frescos, podia-se ver, no chão, linhas demarcadoras orientando distanciamento entre clientes e de clientes em relação às bancas; nas paredes e portas, cartazes recomendando uso de máscara, distanciamento ou higienização de mãos. Em La Cebada, Los Mostenses e Barceló era também possível notar a presença de recipientes para disponibilizar à clientela álcool em gel e, em muitas tendas, letreiros divulgando a possibilidade de entrega de alimentos em domicílio. Já no final daquele ano, dessas marcas seriam visíveis apenas esparsos recipientes de álcool em gel, linhas desbotadas no chão e algum cartaz esquecido.

Passando os olhos por jornais espanhóis da época, é possível inferir – especialmente a partir da polarização gerada entre as orientações do governo central,

22 O mercado Antón Martín estaria aí enquadrado, mas não consta da lista por não ter sido incluído no circuito de visitas realizado em julho.

socialista, e a postura liberal manifestada pelo governo direitista da região de Madrid – que as medidas de isolamento e distanciamento social praticadas no país durante o primeiro ano de pandemia foram particularmente restritivas, quando comparadas às implantadas em outras partes da Europa. Houve lockdown em dois diferentes momentos, a partir de março e a partir de outubro de 2020, tendo o primeiro desses períodos sido mais longo e restritivo à circulação de pessoas. Díaz-Méndez e Ramos-Truchero (2023, p. 1) relatam que, na Espanha, as medidas mais restritivas de confinamento se estenderam de 20 de março a 2 de maio de 2020, ou seja, por um período de 49 dias, ao qual se seguiram quatro fases de relaxamento da quarentena, em que, progressivamente, foram sendo permitidos maior mobilidade ao ar livre, retorno ao trabalho presencial e atividades de lazer. Nesse período, ainda segundo as autoras citadas, à exceção de trabalhadores da saúde e outros serviços essenciais, as pessoas ficaram, durante a maior parte do tempo, confinadas em suas moradias, podendo sair apenas em condições bastante específicas, dentre as quais o abastecimento em tendas de alimentos e supermercados. Em outubro daquele ano, Madrid seria a primeira capital europeia a restabelecer o confinamento, sendo então considerada a região de pior foco de infecção do continente.²³

O relato de Juan Carlos, que atualmente tem a titularidade da banca em que, sucedendo sua mãe, há três décadas comercializa frutas e verduras em um dos mercados estudados, confirma o duro cotidiano vivido naquele período, quando as ruas da cidade permaneceram desertas e ele, com medo, a cada dia dirigia-se ao mercado, para trabalhar. O interlocutor salienta que os pequenos comerciantes – tal como, entre outros, enfermeiros e caminhoneiros – seguiram trabalhando durante todo o período da pandemia, assegurando serviços necessários à população.

23 Vale menção a um dado que impressiona: em outubro de 2020, quando o Brasil – em que a pandemia foi tragédia agravada por política genocida do governo federal (ver, entre outros, o dossiê publicado ainda em 2020, organizado por Lemões, Aderaldo e Menasche (2020), “As ciências sociais em tempos de pandemia: inquietações coletivas”; ou o publicado em 2021, organizado por Segata *et al.* (2021), “Covid-19. Antropologias de uma pandemia”) – era, no mundo, o terceiro país em que, proporcionalmente à população, mais haviam morrido pessoas em decorrência da pandemia de Covid-19, com 687 mortes/milhão de habitantes, a Espanha vinha logo em seguida na lista, em quarto lugar, com 686 mortes/milhão de habitantes, sendo que Madrid respondia por mais de uma terça parte dos casos diagnosticados com a doença no país.

Em acordo com dados apresentados na introdução deste artigo, vários comerciantes de alimentos frescos estabelecidos em mercados municipais da área central da cidade de Madrid ouvidos na pesquisa, dentre os quais Juan Carlos e María, destacaram que suas vendas cresceram significativamente durante a pandemia, um deles chegando mesmo a afirmar que dobraram. Dentre os elementos que contribuíram para tal movimento, é mencionada a maior procura pelo comércio de proximidade, decorrente das restrições de circulação na cidade. Nos relatos, é também destacado que as pessoas se sentiam mais seguras comprando em mercados do que em supermercados, não apenas porque assim evitavam filas e aglomerações, mas também por terem acesso a alimentos menos manipulados, implicando menor risco de contágio. Como conta María, referindo-se ao costume de, nos mercados, ao escolher, os clientes não pegarem diretamente os produtos, apontando-os para que o comerciante o faça: “En el supermercado, ¡todo mundo toca todo! Y aquí solo lo toco yo.” Também a possibilidade de entrega em domicílio, oferecida pelos mercados – e comumente não por supermercados –, foi apontada como fator de atração, especialmente relevante no caso de pessoas idosas ou pertencentes a outros grupos considerados de maior vulnerabilidade diante da Covid-19.

A preferência por locais mais próximos e menos concorridos é indicada por alguns estudos – como o realizado por De Moraes Gaspar *et al.* (2020, p. 67-68) na Catalunha, em abril de 2020 – entre as mudanças referentes a hábitos de compra de alimentos ocorridas na pandemia. Do mesmo modo, especialistas entrevistados no âmbito da pesquisa relatada por Lozano-Cabedo *et al.* (2022), mencionada na introdução deste artigo, indicam que, durante o confinamento, houve aumento de consumo de alimentos locais, artesanais, ecológicos, beneficiando o comércio de proximidade – tendas de bairro e mercados – e favorecendo a aproximação entre consumidores e produtores. É o que evidencia, entre outros, o depoimento do especialista em biologia marinha em entrevista – cujo trecho é reproduzido a seguir – àquela pesquisa:

Se empezaron a consumir muchos [más] alimentos de proximidad de lo que era habitual. [...] en nuestro país el hecho del confinamiento que sufrimos [...] también hizo que algunos alimentos de proximidad empezaran a tener mucho más valor. Era mucho más fácil conseguir alimentos que se producían en nuestro entorno que alimentos que venían de fuera. Y yo, por el entorno en el que trabajo, más

vinculado a la biología marina, al mundo pesquero y demás, ehh, los productos de la pesca de proximidad en aquel momento empezaron a tener mayor aceptación que productos congelados o productos que venían [de] fuera.

Interlocutores e interlocutoras ouvidos nos mercados de Madrid comentaram, ainda, que com a permanência em casa devido às medidas de confinamento, seus clientes cozinharão mais, afinal, entre outros fatores, o tempo disponível para isso passara a ser outro.²⁴ Também no que se refere a tais mudanças, há acordo entre a avaliação desses comerciantes e as identificadas por especialistas entrevistados no âmbito da pesquisa realizada por SOCIALIMEN, antes mencionada, para quem, na pandemia, foi valorizado o papel da alimentação na promoção da saúde, sendo destacados o medo do desabastecimento alimentar e as incertezas referentes aos vetores de contágio e ao desenvolvimento da doença como responsáveis pela maior importância conferida ao ato de cozinhar e às preparações domésticas, vinculados também a uma maior disponibilidade de tempo.

Para os comerciantes ouvidos para esta pesquisa, ao lado da maior importância atribuída ao cozinhar durante o confinamento, a busca por alimentos saudáveis, entendida como parte dos cuidados decorrentes do enfrentamento da doença – uma vez que de sua ingestão decorreria, supostamente, maior imunidade frente ao vírus – é apontada como fator determinante para o crescimento de suas vendas no período, considerada, então, como elemento constitutivo das mudanças de hábitos dos madrilinhos no comer na pandemia.

Mas como se comportariam esses consumidores passada a fase da pandemia em que as restrições à mobilidade foram mais intensas? É o que se buscará aclarar na sequência.

24 Estudando mudanças observadas nas práticas alimentares de moradores da província de Barcelona ao longo das diferentes fases da pandemia – às quais corresponderam distintas intensidades de confinamento –, De Moraes Gaspar *et al.* (2021) conferem especial atenção às relacionadas a alterações na disponibilidade de tempo a elas dedicado.

Na nova normalidade, “la cabra tira al monte”

Em pesquisa dirigida a pessoas em situação de precariedade, realizada entre 2017 e 2019, na Catalunha, Gracia-Arnaiz (2022) mostra como suas práticas alimentares e estratégias para obtenção de alimentos se alteraram em decorrência da crise econômica vivida em 2008 na Espanha, um dos países europeus em que tal recessão teve impacto mais severo, provocando significativo aumento da desigualdade. O trabalho desvela, dez anos após aquela crise, a presença, entre os espanhóis, de insegurança alimentar, destacando que, ainda que as pessoas consigam, em alguma medida, alimentar-se, não puderam manter os antigos padrões, sendo identificadas adaptações na composição, estrutura e quantidade das refeições.

Quando, em 2022, os noticiários traziam manchetes referentes à ascensão da inflação então experienciada pela sociedade espanhola – atribuída especialmente à pandemia e à Guerra da Ucrânia²⁵ –, eram recorrentes as referências à elevação dos preços dos alimentos, bem como associações com a crise econômica de 2008.

Nos mercados estudados, nas conversas com comerciantes, os tempos iniciais da pandemia eram lembrados quase que com saudades. Há muito as vendas nos mercados não haviam sido tão boas como naquele período. Já ao comentarem a respeito do final de 2022, o lamento era geral: poucos clientes, que comprem pouco.

Quando indagados se lhes parecia que os clientes dos mercados municipais de Madrid haviam reduzido sua frequência e volume de compras em razão da elevação do preço dos alimentos, da inflação, surpreendentemente a resposta escutada dos comerciantes era negativa. O proprietário de uma peixaria no Barceló ponderou que, por um lado, os preços dos pescados variaram efetivamente pouco e, por outro, as pessoas não deixavam de ir a bares e restaurantes, de modo que não se pode dizer que tenham passado a gastar menos. Também María enfatizaria que as pessoas seguem gastando, mas escolhem economizar na alimentação em casa. Afinal, em suas palavras, “nadie pregunta cuánto

25 O conflito entre Rússia e Ucrânia, em disputa por territórios, se estende desde 2014, mas foi elevado a novo patamar a partir de fevereiro de 2022. Desde então, as notícias reportam bombardeios e milhares de mortes, bem como restrições à circulação internacional de mercadorias, com consequências sobre o abastecimento de energia e de alimentos, particularmente na Europa.

cuesta una cerveza. [...] Sin embargo, el precio de la lechuga, ¡sí! [...] ¡Pero en el ocio, nadie le duele! ¡En el ocio, nadie le duele!” Ela avalia que, após a experiência da pandemia, a vida mudou muito, a forma de ver as coisas mudou muito, tendo a alimentação passado a segundo plano: “Lo que está en un primer plan ahora mismo, es el ocio [...] hace tiempo, pero desde la pandemia, está en primerísimo plan. ‘¡Vamos a pasarlo bien!, Ya comeremos lo que sea’.”

Lançando o olhar sobre os gastos em consumo dos espanhóis em 2022, dados divulgados dão respaldo às opiniões manifestadas pelos comerciantes de alimentos frescos ouvidos. É o que se pode notar em reportagens como a que tem por título “Carpe Diem: ¿por qué la inflación no ha logrado frenar el gasto en ocio?”, publicada em um jornal de negócios e finanças associado a *El País* (López; Hernández; López Escalante, 2023). Nela, a análise aponta que, em 2022, apesar da elevação dos preços e das incertezas em relação à economia, os gastos em consumo realizados pelos espanhóis expressam o desejo de recuperar o tempo perdido durante a pandemia. Esses gastos – mensurados através dos pagamentos efetivados através de cartão, meio mais comumente empregado naquela sociedade – mostram que, naquele ano, houve elevação de 32% nos dispêndios em lazer e restauração. Ainda que esse aumento deva ser relativizado – dado que calculado em relação ao período anterior, em que tais gastos haviam sido excepcionalmente reduzidos –, entre os fatores que concorreram para sua ocorrência são elencados a poupança realizada pelas famílias durante a pandemia, a elevada taxa de emprego no país – apontada como importante distinção na comparação com a crise econômica de 2008 – e uma intensa vontade de aproveitar e festejar a vida. Afinal, talvez mais do que nunca, a tragédia da pandemia como que tornou presente a ideia de que pode não haver amanhã.

É o que também se pode apreender das palavras de López Veneroni (2021, p. 95-96), em reflexão sobre a pandemia de Covid-19 tal como vivenciada no México:

[...] creo que lo más importante que nos trajo, es un nuevo sentido de la urgencia de vivir. La sentencia latina: *Carpe Diem* nunca había tenido tanto sentido como en estas jornadas de confinamiento. Realmente cada día cuenta [...]

Mas tal comportamento não pode ser considerado prerrogativa da mais recente pandemia, tendo sido verificado em momentos de epidemias e outras situações críticas ocorridas anteriormente.

É o que evidencia um ensaio publicado quando apenas há poucos meses tivera início a vacinação contra a Covid-19. O trabalho de Iglesias (2021) se propôs a explorar como a historiografia, a literatura, o clima, a linguagem e a ciência se relacionam com as pestes, enfermidades e calamidades vividas, desde a Grécia de Homero, ao longo da história da humanidade. Ao refletir sobre as reações das sociedades que as padeceram, a autora dialoga com a obra *História do medo no Ocidente 1300-1800*, de Jean Delumeau, trazendo à análise que desenvolve a tipologia elaborada por aquele autor, que inclui entre as fases experimentadas em situações-limite algo como um “desfrute compulsivo do presente” (Iglesias, 2021, p. 25).

Retornando aos mercados municipais do distrito central da cidade de Madrid, ao tomar em conta essa discussão, mais facilmente deixa-se de estranhar as ênfases nas narrativas dos comerciantes a respeito das prioridades de gastos de seus clientes ou, ainda, a diferenciação existente no fluxo de pessoas, imensamente superior nas áreas e horários em que os espaços estão voltados ao lazer.

Já no que se refere a mudanças nas práticas de obtenção de alimentos, um estudo da Fundación MAPFRE (2022, p. 68) mostra que as pessoas que, com a pandemia, tiveram piora na situação econômica – aproximadamente 35% da população espanhola – passaram, majoritariamente, a comprar com maior frequência em estabelecimentos mais econômicos, preferindo produtos de marca branca, produtos baratos e, em geral, de pior qualidade nutricional, tendo sido identificada redução no consumo de alimentos frescos.

É, nesse quadro, pertinente o lamento dos comerciantes dos mercados quanto à queda em suas vendas, na comparação com o período em que vigoraram as restrições de mobilidade. Uma vez instaurada o que ficou conhecido como *nova normalidade*,²⁶ o comércio tradicional foi o canal de comercialização de alimentos que mais decaiu, já em 2021 (España, 2022, p. 25).

Essa nova normalidade é comentada também pelos especialistas entrevistados na pesquisa relatada por Lozano-Cabedo *et al.* (2022), que, se bem consideraram que a pandemia teve impacto significativo tanto nas pautas e hábitos

26 À medida em que a vacinação contra Covid-19 avançou, ampliando a imunização da população, as medidas restritivas foram sendo afrouxadas. A doença seguia presente – e seguiria em 2023 e em 2024 –, mas o contágio e as mortes foram se reduzindo. Esse é o contexto que ficou correntemente conhecido como *nova normalidade*.

alimentares como no funcionamento do sistema alimentar, assinalam, no entanto, que tais mudanças ficaram praticamente restritas ao período de confinamento, sendo posteriormente recobradas as características habituais. Nas palavras da especialista em psicologia então ouvida:

En el momento que nos dicen que solo podemos acercarnos a hacer la compra a las tiendas cercanas, pues que aquellas tiendas pequeñas, que muchas veces ni sabíamos dónde estaban en nuestro barrio, pues de repente dijimos: “uy, pero si, aquí hay una tienda y que no sabía ni que existía”. [...] Como no podíamos movernos más allá de nuestro barrio, pues teníamos que comprar en las tiendas del barrio. No podías ir al supermercado que tenías dos calles más para allá. Entonces sí que empezó a diversificarse. La gente compraba realmente en el barrio y tiendas cercanas y a productores locales o a gente de aquí. Pero que luego ya en cuanto hemos empezado con mayor movilidad, hemos vuelto a las tendencias de consumo anteriores. Y que ya se nos ha olvidado un poco. Yo ahí sí sentía como, también fruto de la pandemia y de la situación que de repente vivíamos, pues que había mucha solidaridad con respecto a todo. Respecto a la tienda pequeña, a los médicos. Pero que luego eso se ha diluido, que el impacto ha durado muy poquito. Lo que son los meses de confinamiento, diría yo.

Aqui, mais uma vez, interessa reportar experiência e reflexões de Maria. Ela conta que, durante o período de confinamento, clientes que já não via há 15 anos voltaram a comprar dela. Naquele momento, como já dito, ela vendia bastante. Ainda assim, fez questão de agradar às antigas clientes, realizando entregas em domicílio, calculando que, depois da pandemia, seguiriam comprando dela. Esperava cativá-las. Mas não foi o que ocorreu:

¡Porque yo pensé que iban volver a tener buenos hábitos y a comprar al mercado, no! Eso es lo que ha puesto. Eso era en el momento en que los llevara, pero luego se han olvidado de mí, otra vez, totalmente. ¡Y yo estuve, todo ese tiempo, llevando les los pedidos! Que en eso momento, yo no necesitaba llevar, porque tenía mucha gente, pero bueno... “voy a dar el servicio que hay lo mejor, luego siguen comprando”... para hacer los clientes... la cabra tira al monte, han vuelto a lo que hacían, a Mercadona, a Carrefour... pero, ¡bueno! Cuando vuelvan, son bienvenidos.

Considerações finais

“La cabra tira al monte” é referência a ditado popular espanhol, empregado para qualificar negativamente tendências de conduta de uma pessoa, por vezes herdadas. A alusão ao comportamento das cabras tem o sentido de apontar que, ainda que domesticadas, seguem a tendência como que incontrolável de aceder às áreas mais elevadas e acidentadas dos montes.²⁷

Ao se valer desse ditado como metáfora para descrever o movimento de suas clientes, María sintetiza o que mostram dados de consumo, mas também o que comentam seus colegas comerciantes – do mesmo modo que a especialista em psicologia antes citada –, bem como o que é delineado por análises que se debruçaram sobre o período.

A situação de exceção decorrente da pandemia reverteu tendências anteriormente observadas na sociedade espanhola. Nesse quadro, marcado por restrições de circulação e medidas sanitárias para evitação do contágio, as atividades de lazer externas à casa praticamente desapareceram. Passou-se a cozinhar mais em casa, a valorizar a qualidade e saudabilidade dos alimentos, a consumir mais alimentos frescos, a adquirir maior parcela dessa alimentação no comércio tradicional, próximo. A comida assumiu protagonismo na organização da vida cotidiana, a viabilização de sua produção constituiu-se enquanto mediação com o mundo externo à casa, centro mesmo da vida.

Atingida a nova normalidade, a vida presencial convida a voltar a sair, passear, viajar, confraternizar, comemorar, interagir, divertir-se. Essas as urgências, as prioridades. Para muitos, já não há tempo ou dinheiro, ainda menos do que havia antes da pandemia, para cozinhar e comer bem, comer saudável, sendo retomados antigos hábitos. “La cabra tira al monte.”

27 Ver La cabra [...] ([2023a], [2023b]).

Referências

BORAGNIO, A. Sensibilities of eating inside: emotions and food practices in a time of pandemic. In: SCRIBANO, A.; KORSTANJE, M. E. (ed.). *Emotionality of COVID19: now and after, the war against a virus*. New York: NOVA, 2021. p. 151-172.

BORAGNIO, A. Emotions and food in times of pandemic: a comparison on food practices in Spain and Argentina during COVID-19. In: SCRIBANO, A.; ROCHE CÁRCEL, J. (ed.). *Emotions and society in difficult times*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2023. p. 113-138.

LA CABRA siempre tira al monte. *Centro Virtual Cervantes*, [s. l.], [2023a]. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/refranero/ficha.aspx?Par=58840&Lng=0>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LA CABRA siempre tira al monte. *Enforex*, [s. l.], [2023b]. Disponível em: <https://www.enforex.com/espanol/vocabulario/dicho-cabra-tira-monte.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

DE MORAES GASPAS, M. C. *et al.* Comer en tiempos de confinamiento: gestión de la alimentación, disciplina y placer. *Perifèria: revista de recerca i formació en antropologia*, Barcelona, v. 25, n. 2, p. 63-73, 2020.

DE MORAES GASPAS, M. C. *et al.* Mengem com vivim: menjar en els temps de la Covid. *Revista d'Etnologia de Catalunya*, Barcelona, n. 46, p. 111-124, 2021.

DÍAZ DE RADA, V.; DÍAZ-MÉNDEZ, C. Consumo alimentario y salud: hábitos alimentarios del comensal extradoméstico español. *OBETS: revista de ciencias sociales*, Alicante, v. 16, n. 2, p. 263-280, 2021.

DÍAZ-MÉNDEZ, C.; GARCÍA-ESPEJO, I. Eating out in Spain: motivations, sociability and consumer contexts. *Appetite*, [s. l.], v. 119, p. 14-22, 2017.

DÍAZ-MÉNDEZ, C.; RAMOS-TRUCHERO, G. From the economic crisis to the COVID-19 pandemic in Spain: the challenges for healthy eating in times of crisis. *International Journal of Gastronomy and Food Science*, [s. l.], v. 31, p. 1-11, 2023.

ESPAÑA. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. *Informe del consumo de alimentación en España 2019*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2020. Disponível em: https://www.mapa.gob.es/es/alimentacion/temas/consumo-tendencias/informe2019_v2_tcm30-540250.pdf. Acesso em: 3 nov. 2022.

ESPAÑA. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. *Informe del consumo de alimentación en España 2020*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2021. Disponível em: https://www.mapa.gob.es/es/alimentacion/temas/consumo-tendencias/informe-anual-consumo-2020-v2-nov2021-baja-res_tcm30-562704.pdf. Acesso em: 3 nov. 2022.

ESPAÑA. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. *Informe del consumo alimentario en España 2021*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2022. Disponível em: <https://www.mapa.gob.es/es/alimentacion/temas/consumo-tendencias/panel-de-consumo-alimentario/ultimos-datos/>. Acesso em: 3 nov. 2022.

FUNDACIÓN MAPFRE. *Alimentación en la sociedad del siglo XXI post pandemia: decisión alimentaria* (2022). Madrid: Fundación MAPFRE, 2022.

GÓMEZ-CORONA, C. *et al.* To fear the unknown: Covid-19 confinement, fear, and food choice. *Food Quality and Preference*, [s. l.], v. 92, p. 1-13, 2021.

GRACIA-ARNAIZ, M. The precarisation of daily life in Spain: austerity, social policy and food insecurity. *Appetite*, [s. l.], v. 171, p. 1-12, 2022.

HELLEBRANDT, L. M. *et al.* Feiras em tempos de pandemia: reflexões a partir de comida e risco. *Wamon*, Manaus, v. 6, n. 2, p. 41-54, 2021.

HERNÁNDEZ CORDERO, A.; ANDREEVA ENEVA, S. ¿Mercados, museos o malls? La gentrificación de los mercados municipales en Barcelona y Madrid. *EntreDiversidades: revista de ciencias sociales y humanidades*, San Cristóbal de Las Casas, n. 6, p. 143-173, 2016.

IGLESIAS, C. Historia de las pandemias. *Letras Libres*, [s. l.], 1 jun. 2021. Disponível em: <https://letraslibres.com/revista/historia-de-las-pandemias/>. Acesso em: 6 maio 2023.

LEMÕES, T.; ADERALDO, G.; MENASCHE, R. (org.). [Dossiê: As ciências sociais em tempos de pandemia: inquietações coletivas]. *Tessituras: revista de antropologia e arqueologia*, Pelotas, v. 8, n. 1, jan./jun. 2020.

LÓPEZ, D.; HERNÁNDEZ, L.; LÓPEZ ESCALANTE, G. Carpe Diem: ¿por qué la inflación no ha logrado frenar el gasto en ocio? *Cinco Días*, Madrid, 14 feb. 2023. Disponível em: <https://cincodias.elpais.com/economia/2023-02-14/entre-copas-o-de-compras-por-que-la-inflacion-no-ha-mermado-el-gasto-en-ocio-en-espana.html>. Acesso em: 31 maio 2023.

LÓPEZ VENERONI, F. Lo que la pandemia se llevó (y lo que nos trajo). In: ZARAGOZA RAMÍREZ, M. A. (coord.). *Crisis, capitalismo y pandemia: cuestionamientos a los problemas del siglo XXI*. México: UNAM, 2021. p. 89-97.

LOZANO-CABEDO, C. *et al.* La visión del concepto de alimentación saludable y sostenible desde el ámbito científico: propuestas para su promoción. In: CONGRESO ESPAÑOL DE SOCIOLOGÍA, 14., 2022, Murcia. *Libro de actas*. Madrid: Federación Española de Sociología, 2022. p. 165.

MADRID. *Plan de Innovación y Transformación de los Mercados de Madrid 2003-2011*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 2003.

MADRID. Ordenanza de Mercados Municipales ANM 2010/62. *Boletín Oficial del Ayuntamiento de Madrid*, n. 6.340, p. 7-28, 30 dic. 2010.

MADRID. *Plan Estratégico de Modernización de los Mercados de Madrid 2012-2015*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 2012.

MEDINA, F. X. Ir a comer en el mercado: aprovisionamiento, consumo y restauración en la transformación de dos modelos de promoción de los mercados urbanos (Barcelona y Madrid). *Revista Española de Sociología*, Madrid, v. 27, n. 2, p. 267-280, 2018.

MENASCHE, R. Alimentación y riesgo en la pandemia y más allá: cuestiones de investigación. In: CONGRESO ESPAÑOL DE SOCIOLOGÍA, 14., 2022, Murcia. *Libro de actas*. Madrid: Federación Española de Sociología, 2022. p. 166.

MERCADOS municipales de Madrid. *Bienvenidos a Madrid*, Madrid, [2023]. Disponible en: <https://www.esmadrid.com/mercados-municipales-de-madrid>. Acceso en: 15 jun. 2023.

PÉREZ-RODRIGO, C. *et al.* Patterns of change in dietary habits and physical activity during lockdown in Spain due to the COVID-19 pandemic. *Nutrients*, Basel, v. 13, n. 300, p. 1-16, 2021.

ROBLES, J. I. Comercio urbano en espacios metropolitanos: mercados, vidas y barrios. *Distribución y Consumo*, Madrid, v. 18, n. 101, p. 19-31, 2008.

RODRÍGUEZ SEBASTIÁN, A. La transformación de los mercados municipales de Madrid. Análisis legislativo, comercial, y económico de los mercados de abastos madrileños. *Territorios en Formación*, Madrid, n. 7, p. 86-102, 2014.

SALINAS ARREORTUA, L. Transformación de mercados municipales de Madrid. De espacio de consumo a espacio de esparcimiento. *Revista Invi*, Santiago de Chile, v. 31, n. 86, p. 179-201, 2016.

SARALEGUI DÍEZ, P. Los cambios en las prácticas de consumo en el COVID-19: retos para el escalamiento agroecológico desde el consumo. *Revista de Antropología Iberoamericana*, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 117-145, 2022.

SEGATA, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 275-313, maio/ago. 2020.

SEGATA, J. *et al.* (org.) [Covid-19. Antropologias de uma epidemia]. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, jan./abr. 2021.

SEQUERA, J.; CABRERIZO, C.; GARCÍA BACHILLER, P. El mercado de Lavapiés en disputa. In: UNA CIUDAD muchos mundos: investigación artística y prácticas situadas. Madrid: Matadero Intermediae, 2018. p. 52-77.

SILVA, D. O. e; MENASCHE, R. Dossiê “Comida em tempos de pandemia”. *RACA: revista de alimentação e cultura das Américas*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 1-4, jul./dez. 2020.

WANG, E. *et al.* Consumer food stockpiling behavior and willingness to pay for food reserves in COVID-19. *Food Security*, [s. l.], v. 12, p. 739-747, 2020.

Recebido: 16/06/2023 Aceito: 31/05/2024 | Received: 6/16/2023 Accepted: 5/31/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

“Viver da Arena”: casas, práticas econômicas e temporalidades pós-pandêmicas

“Viver da Arena”: houses, economic practices and post-pandemic temporalities

Bruno Guilhermano Fernandes¹

<https://orcid.org/0009-0002-1964-8096>

brunoguilhermano@gmail.com

¹ Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Doutorando em Antropologia Social

Resumo

Neste artigo, analiso um conjunto de relações que entrelaçam casas, práticas econômicas e temporalidades, nos entornos da Arena do Grêmio, estádio de futebol em Porto Alegre. A imbricação entre espaços residenciais e espaços comerciais é um aspecto central no contexto de estudo, evidenciada pela ativação de um circuito comercial em casas nas adjacências dessa arena multiúso. Apresentar a forma pela qual as pessoas analisam diferentes marcadores temporais se traduziu em um caminho para identificar fluxos, práticas comerciais e os modos pelos quais temporalidades pandêmicas foram vivenciadas. Situei a análise em casos que permitem refletir sobre como as consequências, econômicas e sanitárias, da pandemia de Covid-19 foram vividas indissociavelmente. A partir da etnografia, demonstro como diferentes temporalidades fomentaram mudanças nas casas, atravessaram experiências familiares e modularam expectativas à superação de crises, representando o advento de um período pós-pandêmico.

Palavras-chave: casas; práticas econômicas; temporalidades; pandemia de Covid-19.

Abstract

In this article, I analyze relations between houses, economic practices, and temporalities, in the surroundings of the Arena do Grêmio (Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense's stadium), in Porto Alegre, RS, Brazil. The imbrication between residential and commercial spaces is a central aspect in the study context, evidenced by the activation of a commercial circuit in houses adjacent to this multi-purpose arena. Present the form in which people analyze different temporal markers enable a way to identify flows, commercial practices and the ways in which pandemic temporalities were experienced. I will situate the analysis in cases that allow us to reflect on how the economic and health consequences of the COVID-19 pandemic were experienced inseparably. Based on ethnography, I demonstrate how different temporalities fostered changes in houses, crossed family experiences and modulated expectations for overcoming crisis, representing the advent of a post-pandemic period.

Keywords: houses; economic practices; temporalities; COVID-19 pandemic.

Introdução

A elaboração deste texto ocorreu a partir de uma pesquisa etnográfica, concretizada durante os anos de 2021 e 2022, a qual fundamentou a minha dissertação de mestrado (Fernandes, 2023).¹ Nela, analisei um conjunto de relações que entrelaçam práticas econômicas, casas e temporalidades, nos entornos da Arena Porto-Alegrense, ou simplesmente Arena do Grêmio (estádio do clube Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense), situada no bairro Farrapos, zona norte de Porto Alegre.²

O foco nos espaços urbanos adjacentes ao estádio constituiu-se como recorte empírico de investigação por concentrar um conjunto de casas com comércio, que reportam às relações diárias de sustento de moradores e comerciantes. A imbricação de atividades domésticas com atividades comerciais é um dos temas centrais da pesquisa, possibilitada, dentre outros motivos, por uma série de transformações urbanas e pelo funcionamento da arena multiúso.

Através do ponto de vista de comerciantes locais, examinei como se modulam práticas econômicas por meio de modificações nas casas, as quais estão articuladas a diferentes temporalidades que incidem naquele contexto. Em outras palavras, existem horizontes temporais que, ao serem produzidos e percebidos, possibilitam diferentes estratégias para se ganhar dinheiro.

Nesse sentido, o tempo é um aspecto central na organização dos negócios, no bairro pesquisado. Não como algo uniforme, abstrato, ou necessariamente contínuo. A potencialidade da etnografia, ao tratar das temporalidades, revela como existem diferentes formas de ver e abordar o tempo (Bear, 2016). E, como aponta Fabian (2013), lidamos também com temporalidades constitutivas da pesquisa, que modulam e influenciam o trabalho de campo etnográfico, atravessado por encontros antropológicos que produzem a coetaneidade. Ao tecermos relações com nossos interlocutores, partilhamos noções de tempo e espaço que incidem sobre o estudo.

1 O trabalho *Entre casas, comércios e temporalidades: uma etnografia de práticas econômicas nos entornos da Arena do Grêmio* (Fernandes, 2023) foi defendido em março de 2023, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. A dissertação foi orientada pelo professor Federico Neiburg e contou com o financiamento da Capes e da Faperj, em seu primeiro e segundo ano, respectivamente. Ademais, se insere no âmbito de trabalhos do Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia (NuCEC/MN/UFRJ).

2 Segundo o site do equipamento, representa o maior e mais moderno complexo multiúso da América Latina (Sobre, [2024]).

Com efeito, embora me apoie em uma abordagem sobre as práticas econômicas, o eixo descritivo principal do artigo é a análise de como a percepção, articulação e interseção de diferentes temporalidades incidem sobre os comércios nas casas. Nessa direção, enfatizar a forma como os interlocutores analisam e experienciam diferentes marcadores temporais se traduziu em um caminho para analisar aspectos que caracterizam as práticas econômicas estudadas. Várias camadas de tempo vão moldando as atividades econômicas pesquisadas, entrelaçadas às experiências de vida e do habitar dos comerciantes nos entornos da Arena do Grêmio. Como sugere Laura Bear (2016), ao prestarmos atenção ao tempo, não apenas em sua representação dominante como técnica, podemos identificar a produção de diferentes desigualdades e mapear tecnologias de imaginação que revelam formas criativas de agência humana.

Este artigo trata como, no cenário da pandemia de Covid-19, a suspensão da presença do público na Arena foi uma forma de evitar possíveis aglomerações humanas e a proliferação do novo coronavírus, mas não apenas alcançou esse resultado.³ Para fins etnográficos, objetivo trabalhar na elaboração de como esse momento de restrições foi vivenciado em comércios locais, alterando práticas econômicas familiares, gerando incertezas em suas projeções temporais, modificando as suas expectativas e motivando outras estratégias ocupacionais e mudanças nas suas casas.

No âmbito da pandemia de Covid-19, horizontes temporais contingentes e difusos, revestidos de incertezas, alteraram dinâmicas sociais e se associaram a finalidades postas em determinado momento pelas pessoas. Uma delas era a busca pela combinação de diferentes maneiras de se ganhar dinheiro, diante das restrições impostas pelo período. Algumas situações foram identificadas na etnografia, permitindo questionamentos: diante da impossibilidade de público nos estádios e de mudanças nos ganhos econômicos de famílias comerciantes, quais as alternativas agenciadas pelas pessoas e suas “jogadas” para enfrentar as adversidades? O que o momento pandêmico revela sobre as dimensões temporais que atravessaram as casas estudadas? Quais são as experiências e as expectativas que traduzem a passagem de um período com pandemia ao de pós-pandemia?

3 O último jogo, antes da interdição do estádio, foi no dia 12 de março de 2020. Estive presente na ocasião, marcada por um clássico entre Grêmio e Internacional, que reuniu mais de 50 mil pessoas pela Copa Libertadores da América. O torcedor retornou ao estádio apenas no dia 3 de outubro de 2021 com a obrigatoriedade de vacinação e público limitado a 30% de sua ocupação. Em 2022, os protocolos foram flexibilizados e o público total foi liberado (ver Arena [...], 2021).

Situarei a análise em dois casos que permitem refletir sobre como as consequências econômicas e sanitárias da pandemia foram vividas indissociavelmente, assim como ilustram diferenças e semelhanças. Em um contexto estruturado em múltiplas escalas temporais e espaciais, demonstro como diferentes temporalidades fomentaram mudanças nas casas, atravessando experiências familiares e modulando expectativas à superação de crises (marcando o advento de um período pós-pandêmico).

Mobilizo perspectivas de interlocutores situados em duas configurações familiares distintas e que contribuíram ativamente para a investigação, compartilhando percepções e dando acesso, gentilmente, aos espaços de suas residências e de seus comércios. Ambos avaliam os eventos na Arena como produtores de fluxos sazonais de pessoas no bairro, repercutindo na abertura de um campo de possibilidades econômicas e vitais. Assim sendo, como um deles me descreveu, recorrem ao “viver da Arena”, isto é, constituem negócios a partir da realização de eventos programados nesse megaempreendimento.

A análises de dois casos particulares revela como temporalidades distintas atravessaram cotidianos e negócios, como as relacionadas ao futebol, ao clima, à pandemia, à casa e à política. Também, enuncia como o retorno dos fluxos de torcedores na Arena, em 2021 e 2022, foi experimentado como momento de superação gradual da pandemia e, notadamente, esperado.

Além desta introdução, o artigo está dividido em seis partes: em um primeiro momento, indico como a Arena, como megaempreendimento, promoveu uma série de mudanças no bairro, permitindo que se articulem as temporalidades dos eventos às das transformações nas casas, fomentando práticas e expectativas econômicas; após, partindo do caso do comerciante Oti,⁴ apresento como o “viver da Arena” se associa à modulação de um circuito comercial localizado, que relaciona configurações familiares e casas; em seguida, descrevo mudanças e incertezas na vida de Oti, durante o período pandêmico; também, abordo o caso de Pedro e Amélia, que aproveitaram a pandemia para reformar a casa, ampliando os seus espaços comerciais e informando horizontes de expectativas temporalizados; na sequência, estabeleço um olhar comparativo a partir dos dois casos informados. Ao final, apresento considerações.

4 Para preservar a identidade dos interlocutores da pesquisa, os seus nomes verídicos foram alterados para nomes fictícios.

Do ponto de vista metodológico, a investigação esteve sustentada na etnografia, amparada pela observação participante durante toda a temporada de jogos do Grêmio em 2022, em dez entrevistas semiestruturadas, pela pesquisa documental e bibliográfica e na produção de um *survey* com comerciantes.⁵

Os comércios nos entornos da Arena

Alguns trabalhos antropológicos sugerem que megaempreendimentos atraem novas infraestruturas que reúnem uma combinação de objetos, espaços, pessoas e práticas que produzem e reproduzem a vida urbana (Campos, 2022; Gupta, 2018; Simone, 2004). Uma aparência de solidez, durabilidade e rigidez nos remete à ideia de que essas infraestruturas seriam materialidades que conformariam um ideal de cidade, planejado por técnicos e urbanistas. Por outro lado, existem processos sociais de apropriação não planejada dessas estruturas por populações que fazem a vida nesses contextos.

A Arena do Grêmio começou a ser construída em 2010 e foi inaugurada em 8 dezembro de 2012, no contexto prévio de preparação à Copa do Mundo FIFA 2014. Mesmo não estando entre os estádios que sediaram o evento global – e sim o estádio do Sport Club Internacional, rival singular do time gremista –, a Arena foi uma obra aguarda por torcedores, gestores, políticos, tecnocratas e por diversos veículos de comunicação (Scherer, 2017). Em dois anos, milhares de trabalhadores da construção civil, em sua maioria oriunda do Nordeste brasileiro, mobilizaram forças e recursos técnicos para viabilizar a edificação do novo empreendimento – além de torres residenciais, viadutos e uma rodovia nova (a BR-448), nos anos seguintes.

Comércios foram ampliados e outros surgiram na localidade, para atender as demandas dos que trabalhavam nas obras, principalmente. Após a inauguração da Arena, novas clientela foram consolidadas. Na atualidade, as casas com comércio servem, além de trabalhadores, diretamente torcedores e moradores,

5 O *survey*, em formato de questionário, foi aplicado em 51 casas com comércio nos entornos da Arena, no período de 3 de outubro a 3 de novembro de 2022. Significa que o instrumento abarcou aproximadamente 70% do universo das casas pesquisadas, como mostrarei. Ao realizá-lo, identifiquei quem são os(as) proprietários(as), os perfis dos comércios e como os ganhos circulam pelas redes familiares e modificam casas.

usuários ou não do estádio: bares, lancherias, restaurantes, mercearias, espaços para coletivos organizados (como consulados e entidades clubistas), dentre outros, compõem um circuito comercial localizado. Como destacou Daiane Martins (2019), em muitos locais os estabelecimentos foram abertos nos quintais, ou nas garagens das casas, produzindo uma configuração peculiar do espaço para fins socioeconômicos.⁶ Lugares assim costumam ter um apelo estético definido pelas cores gremistas (preto, branco e sobretudo o azul celeste), além de placas de identificação com marcas de bebida e comida.

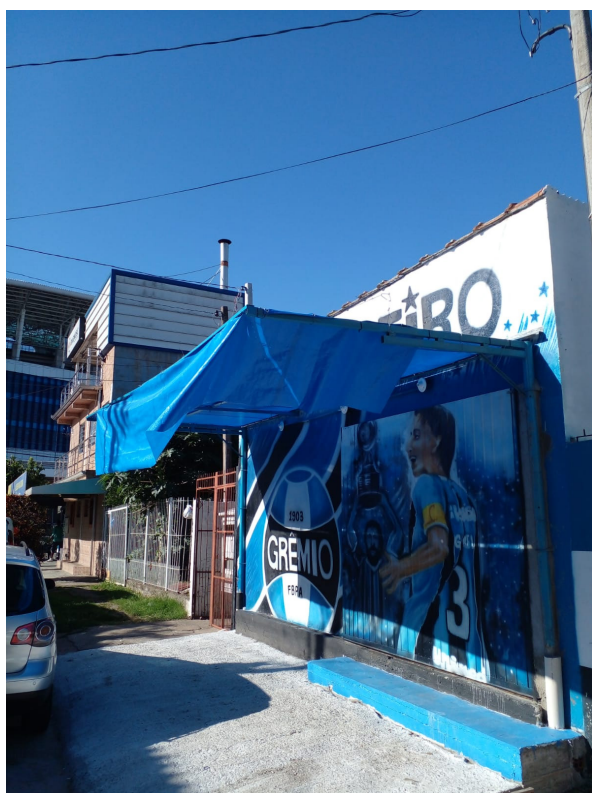


Figura 1. Bar na rua Luiz Carlos Pinheiro Cabral, aberto em março de 2022. Foto do autor.⁷

- 6 Existem outras atividades econômicas fora das casas: ambulantes variados, guardadores de carro, cambistas, seguranças e profissionais ligados à organização dos eventos.
- 7 As imagens são mobilizadas como parte da própria descrição etnográfica e como modo singular de observação. Elas destacam como existem disposições estéticas e estruturais vinculadas ao clubismo nas edificações.

Após a concretização da Arena, para quem “é de fora da vila” e não reside no bairro, como é o meu caso, a aproximação territorial passou a ser, também, mediada por definições temporais associadas aos eventos. É a partir de certo pertencimento clubístico e em manifestações torcedoras variadas que, em geral, os “de fora” adentram o bairro, conhecem e se apropriam de um conjunto de atividades que dão sentidos cognitivos e emocionais ao torcer (Damo, 2021; Martins, 2019). Convém dizer que esses sentidos, também, são mediados pelas trocas econômicas, atividades de consumo e pelas temporalidades do território.

Em diferentes incursões em dias de jogos do Grêmio, iniciei uma contagem do número de casas com comércio, em ruas determinadas. Em média, cerca de 75 estabelecimentos funcionando foram contabilizados durante os jogos de futebol, no ano de 2021 e 2022, não sendo contabilizados os demais comerciantes nômades, ou ambulantes.⁸ As casas com comércio estão situadas, sobretudo, em quatro vias basilares que dão acesso ao estádio: nas avenidas Padre Leopoldo Brentano e A. J. Renner; nas ruas Voluntários da Pátria e na Frederico Mentz. Ademais, outras estavam distribuídas em vias paralelas às referidas, compondo um dinâmico circuito comercial.

Em texto acerca das relações entre casas e economia em favelas, Eugênia Motta (2014) demonstra como os espaços domésticos podem ser tomados como um arranjo complexo de pessoas, objetos e lugares construídos, inseridos em relação a outros espaços edificados. Em suas interlocuções, descreve como a transformação de determinadas áreas da casa em espaços comerciais foi fundamental para que novas atividades pudessem ser viabilizadas por residentes dessas localidades. Ao evocar o conceito de mutabilidade, Motta (2014, p. 144) sugere como as construções podem, a partir de investimentos variados, ser alteradas de modo a possibilitar a combinação simultânea, ou sucessiva, de atividades para se ganhar dinheiro.

A autora salienta, de modo complementar, que a mutabilidade dos espaços da casa em espaços de negócio não significa uma simples mistura, ou separação

8 Essa contabilidade, ainda que limitada, foi realizada durante uma vez em 2021 (no último jogo do Campeonato Brasileiro da série A) e três vezes em 2022 (na primeira contagem, na final do campeonato gaúcho, foram 81 casas; na segunda, no primeiro turno da série B, foram 72 casas; no último jogo do mesmo campeonato, 75 casas). O número total de comércios, no entanto, representa uma estimativa volátil, já que existem aqueles que fecharam ao longo do ano mencionado – para alguns, “quebrar”, fechar, “mudar de ramo” era um efeito direto da crise econômica atrelada à pandemia. Porém, acompanhando praticamente todas as partidas da série B de 2022, indico que novos locais também foram abertos, mantendo a média estimada.

de infraestruturas. Trata-se da observação de que as casas são lugares mutáveis, por definição, e podem ter alguns de seus espaços cedidos a atividades que não são as de cuidado, ou de manutenção da vida cotidiana. Com efeito, as possibilidades de transformação das construções estão conjugadas com diferentes atividades para se ganhar dinheiro, seja de modo sincrônico, ou ao longo do ciclo de vida familiar. Ou seja, aparecem como estratégicas ao cotidiano e entrelaçadas a aspectos territoriais e temporais.

O trabalho referido parece-me particularmente valioso, pois possibilita o questionamento: como noções e percepções de tempo (que podem ser variadas, objetivas e subjetivas) se conectam a essas mudanças? Motta sugere que a mutabilidade das casas se remete a transformações passadas, imaginadas e realizadas, que traduzem um repertório sobre o qual se fala sobre o passado, o presente e o futuro. Por meio dele, se avaliam os bons e maus negócios e se constroem reputações nas configurações familiares examinadas. As narrativas sobre as construções revelam um tipo de temporalidade que escapa das divisões lineares do calendário. Os eventos familiares (tais como nascimentos e mortes) se somam às percepções sobre a mutabilidade da casa.

Nas localidades estudadas no bairro Farrapos, os eventos que se associam às casas extrapolam a sua natureza familiar interna, já que elas são convertidas em espaços comerciais e de práticas econômicas vitais a partir de vetores externos. Assim, as memórias dos eventos e da mutabilidade das residências se associam aos jogos e programações da Arena e, como demonstrarei, aos horizontes temporais difusos mais amplos da pandemia.

Nesse contexto, as mudanças estão conectadas a diferentes escalas temporais. Desse modo, de modo complementar ao que Mariana Cavalcanti (2009, p. 77) expõe, não apenas múltiplas espacialidades podem coabitar um mesmo espaço, que pode ser casa, comércio ou área de lazer – revestindo a casa de investimentos materiais e subjetivos ao longo do tempo e alterando as suas disposições e sentidos –, mas também variadas temporalidades incidem sobre os seus espaços.

Diante dessas reflexões, situo a análise etnográfica em horizontes temporais que não são contínuos nem permanentes, e que podem ser ou não incorporados ao cotidiano, conforme as estratégias de reprodução social dos agentes: as temporalidades dos jogos e eventos na Arena do Grêmio; o tempo de organização dos negócios e de mudanças nas casas; o tempo da política (partidária e clubista); e as temporalidades pandêmicas e de superação das crises (que representam

uma volta à “normalidade”, ou uma reorganização social pós-pandêmica). Esses marcadores temporais, como argumento, atravessam as casas e as percepções dos interlocutores, gerando inflexões em suas práticas econômicas nas casas.

A preparação e organização dos comércios estudados não se resumem a poucas horas de dedicação antes, durante e após os eventos, diante da concorrência na vizinhança. Representa um investimento cotidiano, gerador de práticas engendradas conforme o calendário de eventos na Arena e, sobretudo, em conformidade com a “temporada de futebol gremista”. Norbert Elias (1998, p. 10) já chamou a atenção para a forma como a racionalização do tempo no mundo ocidental implicou um longo processo de aprendizagem, sendo o calendário uma espécie de quadro de referências, que proporciona sentidos a uma sequência ordenada de acontecimentos. De fato, o calendário de eventos é valorizado diante de expectativas e planejamentos financeiros das famílias com comércios nas imediações da Arena.⁹

Podemos considerar que os eventos na Arena do Grêmio, sendo programados e divulgados antecipadamente, estão rotinizados dentro da organização e funcionamento desses espaços comerciais e, ainda, da cidade de Porto Alegre (Martins; Knuth, 2020). Contudo, a etnografia visibilizou como apenas alguns eventos esportivos e culturais ultrapassam a assimilação ordinária e são projetados a partir de expectativas ritualizadas e econômicas. Eventos como Grenal,¹⁰ jogos eliminatórios de competições internacionais e nacionais (sobretudo, Libertadores da América e Copa do Brasil), decisões e comemorações de títulos esportivos e a realização de festivais de música costumam ser esperados e experienciados por suscitarem a movimentação de volumes consideráveis de dinheiro, no âmbito espacial e temporal das casas e de suas zonas de intimidade.

Nas palavras de um comerciante: “a gente ganha bem em jogos grandes, eliminatórios, quando a Arena enche”. Esses eventos costumam ser categorizados como “bons” (atribuindo reputação aos negócios e às casas), ou “jogos grandes”,

9 Além das temporalidades pandêmicas, coexistiram temporalidades outras, marcadas também por processos sociais específicos: 2022 foi ano eleitoral no Brasil e de eleição do novo Conselho de Gestão e Presidência gremista. Complementarmente, foi um ano de Copa do Mundo, agenda para novembro e dezembro. Essa mudança condensou o calendário de jogos do Grêmio em poucos meses e antecipou términos de campeonatos nacionais, alterando a rotina e os ganhos de dinheiro das famílias envolvidas.

10 “Grenal” é a palavra derivada da junção dos nomes de dois clubes de futebol que protagonizam esse duelo: Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e Sport Club Internacional, ambos de Porto Alegre. É considerado um dos maiores clássicos do futebol brasileiro.

por isso possuem um caráter extraordinário e exigem maior preparação nas atividades comerciais. As famílias esperam e prospectam obter ganhos acima da média – diante da maior presença de público e do aumento da circulação monetária no bairro. Assim, “se o Grêmio vai bem nos campeonatos, nós também vamos bem”, narrou um comerciante ao contar com empolgação sobre a quantidade de vendas que realizou, em uma final de campeonato.

Como é possível depreender, as temporalidades dos eventos e as do futebol estão revestidas de expectativas econômicas. No entanto, o que ocorre quando uma pandemia atravessa o cotidiano e modifica horizontes temporais e econômicos no interior de casas com comércio? Como lidar com as restrições e incertezas? E quais marcadores de tempo são modulados e expectados? Na sequência, tento percorrer essas questões a partir da exposição de dois casos etnográficos, imersos em relações comerciais, territoriais e temporais.

Casas e práticas econômicas familiares

“Ter um bar e funcionar nos dias de jogo não é uma tarefa fácil”,¹¹ afirmava Oti, 52 anos, dono de um dos comércios mais procurados nos entornos da Arena em dias de jogos do Grêmio. Antes da construção do estádio, cerca de 400 metros de sua casa, ele trabalhava como gerente de uma empresa no ramo alimentício e, além disso, por 21 anos, havia sido bancário. Durante toda a sua trajetória de vida residiu no bairro Farrapos, sendo profundo conhecedor de suas modificações e localidades.

Ao realizar trabalho de campo no comércio de Oti, em diferentes ocasiões, pude fazer questionamentos direcionados a respeito de sua trajetória, da construção de sua casa e do seu próprio negócio. Após casar-se com Lourdes, em 1997, ele construiu e reformou a sua moradia. Com a ajuda do sogro, edificou uma casa ampla, concentrando quartos, sala, cozinha e banheiro no primeiro pavimento, naquela época. Mas a construção de uma escada, que dava acesso a um segundo pavimento a ser construído, foi central em modificações que ocorreram a partir de 2012. Suas palavras são explicativas: “Eu sempre tive minha casa aqui embaixo, antes de 2012 era minha residência e não um bar. Fui

11 Entrevista concedida no dia 21 de março de 2022, na residência e comércio do interlocutor.

umentando peça, quebrando, hoje temos os dois pisos.” Em 2023, os cômodos da residência estavam concentrados no segundo pavimento. O bar, o banheiro e cozinha comerciais, no primeiro.

Juntamente com Lourdes, Oti criou as duas filhas naquela residência. Ao conhecer a história dessa família, me atento aos processos de constituição e de coprodução entre pessoas, casas e seus universos sociais (Carsten; Hugh-Jones, 1995). A vinculação íntima entre a qualidade corpórea das casas e os corpos que nelas habitam se relaciona com circunstâncias mutáveis: hoje, já adultas e casadas, as filhas referidas residem com os respectivos maridos em outra casa adquirida pelos pais (cada família em um andar), no mesmo bairro.

A escada, ou a visão de futuro do sogro, também possibilitou a ampliação arquitetônica da casa, dos negócios e da família. As entradas e a circulação de dinheiro a partir da inauguração da arena vizinha foram determinantes – reformas foram feitas com os ganhos trabalhistas de Oti e do lucro obtido em seu comércio. Há um elemento extra fundamental nessa biografia familiar, atribuído a uma escala futebolística: o desempenho esportivo exitoso do Grêmio nos primeiros anos de Arena atraía a frequência do público naquele comércio, recheado de manifestações torcedoras em dias de jogos (Martins, 2019).

Mudanças gigantescas ocorreram na vida de Oti e de sua família nos anos seguintes à inauguração do estádio. O que era um meio de complementar a renda familiar converteu-se em principal objeto de trabalho e de ganho econômico do casal: “Na época, em 2012, tinha um emprego razoável. Mas fiquei pilhado em abrir o bar e tentar um extra.” Prosseguiu: “Não imaginava que daria esse ‘up’ e eu poderia viver só dele. Hoje, eu e minha esposa, a gente consegue viver do bar.” A mudança foi experimentada com otimismo, mas com cautela. A abertura do bar foi em uma peça de garagem, inicialmente. Após, o negócio tomou proporções inesperadas. Isso porque, por uma demanda de um grupo de gremistas, esse comércio passou a ser constantemente procurado por torcidas organizadas e suas aliadas.

A partir de relações com alguns amigos e conhecidos, o bar de Oti ficou sendo visto como uma referência vital para torcedores vinculados a determinados coletivos gremistas. Passou a ser usado para a concentração no pré-jogo e no pós-jogo, bem como a comemoração de títulos. Ao longo do tempo, a relação com membros de torcidas organizadas se tornou central em seu negócio: “O bar é meu e não tem nada a ver com a torcida. Nós temos uma parceria, que ficou boa. Eu vendo minha cerveja e eles têm um local, uma referência.” Na casa de

Oti e na vizinhança, é possível identificar atividades variadas de comercialização e de consumo de bens e serviços, vinculados à multifuncionalidade econômica dos territórios urbanos (Martins, 2019).¹²

Evidentemente, as reciprocidades entre torcedores e o comerciante não são apenas materializadas nas trocas econômicas. Trabalho e festividade estão imbricados em múltiplos locais nos entornos da Arena, tal como nesse caso. Esteticamente, sua casa e o seu bar estão coloridos com símbolos e cores gremistas (azul, preto e branco). Arquitetonicamente, é notável como o espaço interno comercial foi alterado para tal finalidade (com freezers, banheiros, churrasqueiras e balcões) e o espaço externo de calçamento público, em frente, é apropriado pelos grupos de torcedores em dia de jogo.



Figura 2. Torcedores e ambulantes na avenida A. J. Renner. Horas antes do jogo Grêmio e Chapecoense pela série B do Campeonato Brasileiro, no dia 15/04/2022. Foto do autor.

- 12 A configuração de um mercado de venda e consumo de bebidas alcóolicas é estratégica nos diferentes negócios aqui estudados. Objetivamente, a proibição da venda de bebidas alcóolicas no interior dos estádios de futebol, prevista pela lei estadual 12.916 de 2008 (Rio Grande do Sul, 2008), influencia diretamente nas movimentações econômicas e consumo no lado externo dos estádios.

“Viver da Arena”, como sugerido pelo interlocutor, constitui-se como reflexo de um campo de ações que conecta casas, comércios e trocas entre familiares, amigos, vizinhos, torcedores de um clube de futebol, além do público de outros eventos (como shows), realizados naquele megaempreendimento. Nesse campo, além de observar espaços da casa como locais de mercado, evidenciei princípios de troca não apenas de caráter mercadológico que materializa a precificação de bens e serviços. Valores, moralidades, emocionalidades e percepções sobre tempos e espaços estão em jogo na composição de um circuito comercial singular.

Do ponto de vista etnográfico, uma dualidade constitutiva foi, com frequência, comunicada pelos interlocutores de pesquisa. Reporta, basicamente, a dois modelos de negócio que dependem de dinâmicas e organizações familiares. Um primeiro, no qual o comércio passou a ser a principal fonte de renda de uma família (sendo aberto rotineiramente, ou apenas em dias de eventos); um segundo, no qual o comércio opera como fonte de renda suplementar, ou de “renda extra” (funcionando apenas em dias de jogos e shows). Essa dualidade foi capturada em uma das questões do *survey*:

Finalidade de negócio	Casos
Obter principal fonte de renda	15 (30%)
Obter renda extra	36 (70%)

Assim, ao menos em 36 comércios, seus representantes possuem outras ocupações profissionais, distintas formas de ganhar a vida. Mas, convém apontar, em alguns casos nos quais o comércio é visto como principal fonte de renda, outras atividades também podem ser realizadas pelos comerciantes, fora daquele âmbito e resultando em combinações ocupacionais. Nas observações etnográficas, fica evidente como esse número pode variar também de acordo com o “momento” do clube gremista (que pode ou não disputar várias competições e aumentar as probabilidades de gerar fluxos de dinheiro nas casas). A disputa de uma competição internacional, por exemplo, pode render ganhos consideráveis e, com isso, desmotivar a dedicação de comerciantes a outras atividades econômicas (a sazonalidade dos ganhos está articulada com temporalidades futebolísticas e as programações dos eventos, mas não apenas).

Em 2022, o “momento” do Grêmio na série B do Campeonato Brasileiro foi de instabilidade nos resultados esportivos, diminuindo o fluxo de torcedores nos jogos e acarretando uma redução de ganhos dos comerciantes em relação a anos prévios à pandemia de Covid-19 (que fez sucumbir a rentabilidade dos estabelecimentos). Nesse cenário, muitos combinaram outras atividades com a função comercial e recorreram a outros modos de obtenção de dinheiro, como através de aposentadorias, ajudas, vendas de bens, dentre outros.¹³

Além de Oti, mais três pessoas costumam trabalhar (“fazendo um extra”) no seu bar em dia de jogo: a sua filha mais nova, o genro e um amigo – todos com emprego fixo em outros locais. A sua esposa, Lourdes, contribui com atividades de limpeza e logística, mas não quando o comércio está aberto. Em uma das minhas incursões pelo bairro, observei Lourdes recebendo produtos e negociando com fornecedores de bebida, em um dia no qual o bar estava fechado e Oti havia saído para auxiliar a sogra. Obrigações familiares e econômicas estão continuamente imbricadas.

Não apenas no caso de Oti, a imagem da casa como local de moradia e de comércio está atrelada ao parentesco e às relações de intimidade. Não há uma separação hostil e estanque das atividades econômicas com as atividades familiares. Efetivamente, uma parte considerável dos negócios envolve redes familiares e laços de parentesco, sobretudo os que residem na mesma casa – diminuindo custos com encargos trabalhistas e facilitando as relações de cooperação.

Quem são as pessoas que trabalham em seu comércio?	
Grupo	Nº de casos
Apenas familiares	34
Familiares, amigos e vizinhos	10
Funcionários contratados ¹⁴	1
Apenas o proprietário	6

13 Através do *survey* realizado evidenciei que, durante o período sem a presença de torcida na Arena (março de 2020 até outubro de 2021), muitos comerciantes exerceram outras ocupações. Ao questionar “O que você fez durante a pandemia para sustentar a sua família?”, pude analisar como diferentes estratégias ocupacionais foram engendradas, sobretudo em trabalhos autônomos e flexíveis, algo que exponho no capítulo três da dissertação (Fernandes, 2023).

14 Apenas no caso de uma cervejaria se identificou a contratação formal de funcionários, que já fazem parte da rotina da empresa e de sua sede principal, localizada fora do bairro.

No conjunto, os comércios aqui representados encontram-se altamente inseridos em configurações familiares, tendo relação com o fato de muitos residirem na mesma casa em que se formou o espaço comercial. Isso faz com que outro aspecto seja salientado: a relação entre dinheiro e intimidade. À luz de Viviana Zelizer (2011), a intimidade está fundamentada em uma relação duradoura de confiança. Diante dessa perspectiva é possível analisar como a intimidade fomenta a conectividade entre habitantes da mesma casa. A circulação de dinheiro não necessariamente deteriora esses laços, ao contrário, pode coabitar o espaço da casa regularmente com a intimidade e até mesmo sustentá-la. Por outro lado, os sujeitos empreendem esforços para separar zonas de intimidades e relações comerciais, a partir da natureza de suas relações morais e pessoais e para prevenir ou gerir conflitos nos laços produzidos (que podem ser alterados ao longo do tempo).

As zonas de intimidade das casas permitem que relações familiares sejam tecidas, efetivamente, em conjunto com a circulação de dinheiro e de transações de outras materialidades, que entrecruzam moralidades, afetividades e práticas de cuidado, além de outras dimensões – evidenciando que as diversas esferas da vida humana não estão separadas em “mundos hostis” (Zelizer, 2011).

No contexto deste estudo, em diferentes casas, identifiquei comerciantes que optavam por remunerar parentes, vistos como “pessoas de confiança”. Escolher pessoas afins que podem trabalhar sem gerar problemas laborais é uma estratégia em muitos negócios, diante do caráter informal das atividades e acordos. Em muitos locais, famílias inteiras estão envolvidas, sobretudo casais, filhos, pais e mães dos(as) proprietários(as). Também se revelam a presença de irmãos, irmãs, cunhados e cunhadas, além de primos e afilhados, sendo identificadas várias nomenclaturas nativas de parentesco (“meu guri”, “minha enteada”, “meu velho”, “mano”, ou até mesmo a noção de “primo” para se referir a um amigo próximo). Em muitos casos, a circulação de dinheiro entre familiares nutre relações de proximidade que se complementam, sustentam e criam movimentos de manutenção dos negócios e de diferentes projetos de vida (pagar a faculdade da filha, adquirir um carro para alguém trabalhar como motorista, ou custear o financiamento de uma moradia ao filho que casa, dentre outros exemplos).

A seguir, analiso como o período pandêmico foi vivenciado por Oti e sua família e, após, por um vizinho seu, em outro caso. Apresento, principalmente, a perspectiva de homens sobre temporalidades, casas e negócios, em contextos marcados por hierarquias sociais, como as de gênero, raça e geração.

As temporalidades da pandemia

Segundo Oti, a aglomeração de torcedores e de suas manifestações, junto ao consumo de bebida alcoólica, nem sempre favoreceu a uma convivência lúdica e harmônica entre os envolvidos: “Isso aqui dá grana, mas dá uma incomodação, que vou te dizer... Função de torcida, sempre tem estresse.”

A seguinte analogia, empregada pelo comerciante em meados de março de 2022, é ilustrativa sobre como o inesperado pode irromper durante os eventos: “Eu digo que isso aqui é uma granada sem pino. Pode explodir a qualquer hora. Tem jogo que passa sereno. Tem jogo que explode, dá briga, aparece a polícia.” O policiamento ostensivo, em dias de jogo, nem sempre garante a prevenção e contenção de brigas, desavenças e conflitos, que podem respingar nos que estão próximos, nos próprios comerciantes e em seus familiares, os quais procuram apaziguar possíveis desavenças. Essas são situações extraordinárias, dentro de um funcionamento já rotinizado dos comércios.¹⁵ Veena Das (2020) já havia formulado, em outro contexto distinto, como o cotidiano é tecido e invadido pelos fluxos extraordinários dos eventos, mas também como eventos são incorporados às tessituras do cotidiano. Nesse caso também, notamos como as situações de violência irrompem nas rotinas dos bares, por vezes, gerando acontecimentos inesperados aos eventos rotinizados.

Durante o período sem a presença de público, por conta da pandemia de Covid-19, Oti observou seu estabelecimento fechado durante quase dois anos (de março de 2020 até novembro de 2021). O tempo passou a ser um objeto de racionalização constante em suas estratégias econômicas. Com a interdição temporária de sua principal fonte de renda, dívidas no banco e contas fixas foram acumuladas. Me relatou que estava sem sua “galinha dos ovos de ouro”, em consideração à necessidade de isolamento social e à crise sanitária que se instalava. Porém, ainda com um emprego de entregador, em março de 2020.

Curiosamente, ainda no final de 2019, havia iniciado em um trabalho com carteira assinada, no qual realizava entregas no ramo da construção civil (uma

15 O horário de funcionamento do bar do Oti é diretamente atrelado ao dia e horário de jogo do Grêmio. Em geral, o comerciante abre algumas horas antes de cada jogo e não possui um horário fixo para fechar, dependendo da demanda dos consumidores e da disponibilidade de estoque de bebidas. Os horários dependem de uma avaliação estratégica dos fluxos no bar.

forma de “ganhar um extra” em dias sem jogos). Ele tinha uma caminhonete, que lhe servia para trabalhar fora e, também, na logística de produtos ao seu bar.

Menos de 30 dias após a diminuição de seu horário de trabalho, a empresa lhe chamou para assinar a demissão, juntamente com outros colegas. O mundo desabou em sua cabeça: “Dispensaram todas as caminhonetes. Eu fiquei sem o bar e sem meu emprego fixo.” Como lidar com as incertezas e as instabilidades nas entradas de dinheiro? Quais estratégias eram possíveis para ter algum proveito econômico durante as impossibilidades que se produziram no período? Como conduzir a vida e imaginar soluções, nesse momento de crise?

Desdobrando uma análise historiográfica, Reinhardt Koselleck e Michaela Richter (2006) situaram que o conceito de crise, ao longo do tempo, tem notabilizado uma flexibilidade metafórica e adentrado o cotidiano, envolvendo decisões em várias áreas da vida. Crise, refletem os autores, pode se referir a um estado de maior ou menor permanência, ou indicar uma transição para algo melhor, pior, ou totalmente diferente do que aquilo que é vivenciado. Por outro lado, em diferentes usos (na medicina e na economia, por exemplo), a identificação de uma crise implica a elaboração de diagnósticos e prognósticos (identificar problemas e propor soluções).

Durante os meses de maio, junho e julho de 2020, Oti passou um período conturbado, sem ter trabalho e uma fonte de renda fixa. Era um cenário nebuloso, as dúvidas eram maiores do que sua capacidade de planejar o futuro: “O problema é ficar desempregado e não ter onde procurar emprego.” Era necessário esperar e imaginar soluções para esse período crítico. Sua frase é um resumo de um estado crítico partilhado por muitas pessoas naqueles primeiros meses de pandemia no Brasil. Evidentemente, boa parte da população brasileira passava por um período análogo ao de uma “emergência econômica”, configurada pelos horizontes incertos que articulam, primordialmente, vidas e economias (Neiburg, 2022).

Nesse período extraordinário, a aposentadoria de sua esposa e a de sua sogra foram cruciais para garantir o pagamento de despesas de alimentação e outras contas básicas. Ao que pude notar, diante das instabilidades emocionais e subjetivas geradas nesse interlocutor, os momentos críticos também fomentaram rearranjos em dinâmicas relacionais específicas, alterando ou refazendo conexões entre familiares, situados em uma rede de casas. Dessa forma, na crise, Oti ajudou e, também, foi ajudado por familiares.

Em agosto de 2020, ele conseguiu um novo trabalho. Como tinha uma caminhonete com espaço para frete, a solução encontrada passava pela capacidade de transporte do veículo. A partir do apoio de um amigo, começou a fretar produtos para uma madeireira, ganhando por hora trabalhada. Em suas palavras: “Foi o que me segurou quase um ano, enquanto não tinha jogo.” Já na metade de 2021, a empresa lhe dispensa novamente e os eventos na Arena seguiam sem receber público. Com algumas contas atrasadas e um financiamento bancário a pagar, o comerciante optou por vender a sua caminhonete para comprar um carro popular usado, ganhando dinheiro na diferença entre ambos. O objetivo era, até o retorno dos jogos e o avanço da vacinação, ter uma forma provisória de sustento: trabalhar como motorista de aplicativos de corrida.

A ideia funcionou, principalmente entre agosto e novembro de 2021: “Com aplicativo não ganhava muito, mas conseguia pagar as contas. Mas quando liberaram de novo para começar os jogos com torcida, aliviou.” Com o retorno do funcionamento de seu bar, em dezembro de 2021 e, sobretudo, em janeiro de 2022, o trabalho nos aplicativos ficou sendo realizado paralelamente. Com o Grêmio disputando a série B do Campeonato Brasileiro de Futebol, em 2022, restavam dúvidas sobre os fluxos e movimentações de torcedores diante da situação do time (que retornou à primeira divisão com dificuldades técnicas e restrições econômicas). Em minhas interações em trabalho de campo, notei que a presença de clientes foi constante no bar após a liberação da presença de torcedores no estádio, já no término de 2021.

A vida de Oti foi atravessada por temporalidades extraordinárias marcadas por indefinições, compressão e aceleração do tempo: ter o comércio fechado, perder o emprego, endividamento bancário, ter que contar com ganhos da sogra e da esposa, virar motorista de aplicativos de corrida, lidar com as agruras da pandemia – tudo em aproximadamente dois anos. Nesse caso, olhar para como as pessoas navegam nas crises se traduz como meio pertinente para entender as suas estratégias e modos de significar horizontes temporais. Mas o que é exemplar no caso descrito é como as temporalidades dos eventos e dos ganhos econômicos foram sentidas e alteradas diante das temporalidades pandêmicas, percebidas como um momento extraordinário que demandou soluções impen-sadas para ganhar a vida e não apenas gerir incertezas.

Em texto sobre a noção de incerteza, Benoît de L’Estolle (2020) demonstra como existem áreas da vida de seus interlocutores, trabalhadores na zona rural

de Pernambuco, que possuem possibilidades de controle bastante distintas, sendo diferenciadas em *incerteza relativa* e outra *radical*. A *relativa* se inscreve no contexto das relações interpessoais e no mundo social de uma pessoa, promovendo expectativas baseadas em visões de mundo e valores compartilhados. No âmbito familiar, se uma pessoa ajuda a outra, poderá contar com sua ajuda posteriormente, tal como no caso de Oti. Ele mobilizou ajudas distintas durante a pandemia (em uma rede que envolvia a sua esposa, sogra, filhas, genros e outras relações). Assim, existiram expectativas em relação ao leque de ações que cada parente poderia executar e às retribuições possíveis.

A noção de *incerteza radical* traduz como a imprevisibilidade das situações pode estar atrelada a diferentes áreas, que parecem estar complementemente fora de nosso controle (L'Estoile, 2020). Assim, Oti conviveu com o fechamento do bar, demissões e dificuldades para conseguir trabalho, lidando com outros riscos (adoecer e endividar-se, principalmente). Em seu caso, manejar incertezas relativas e identificar as radicais foi uma forma de estruturar estratégias e expectativas diárias, temporalizadas por um quadro de orientação ao futuro pós-pandêmico – expectado pela possibilidade de reabertura do seu comércio.

Como Narotzky e Besnier (2020, p. 16) aludem, em muitos contextos, a habilidade prática para construir o futuro – a capacidade de imaginá-lo no presente, também a partir de experiências pretéritas – depende da existência cotidiana da incerteza e de sua regulação por um *habitus* que permite novos horizontes de expectativas. No entanto, a *incerteza absoluta* inibe a capacidade de produzir expectativas cotidianas seguras, afetando as práticas de reprodução material e emocional dos agentes. O caso, descrito a seguir, ilustra como o período de incertezas pandêmico foi vivenciado de modo distinto e produzindo efeitos desiguais entre vizinhos com disposições ocupacionais semelhantes.

As temporalidades nas reformas da casa

Pedro, 60 anos, é casado com Amélia, 61 anos. Conheci ambos em uma manhã fria de julho de 2022. Em 2018, decidiram alugar uma casa na avenida Padre Leopoldo Brentano, em frente à Arena do Grêmio. O intuito, na ocasião, era a reforma do local e a abertura de um novo negócio, principalmente em dias de jogos. Pedro avaliou a sua trajetória na casa: “Do lado mora minha cunhada e do

outro é minha enteada. Eu estou nessa casa há quatro anos. Desses quatro anos, não trabalhei nem dois, por conta da pandemia.” Antes de abrir seu próprio bar e restaurante, ele trabalhou no comércio da enteada, no lado esquerdo ao seu. Em 2022, havia outro bar inaugurado por sua cunhada, no lado direito. As reciprocidades entre familiares sugerem laços de vizinhança, que envolvem casas e a circulação de pessoas (Motta, 2014).

Notadamente, Pedro dizia-se dono do comércio e se incomodava com as proximidades familiares (“sempre tem alguém olhando”, relatou). Entretanto, Amélia demonstrava gerir as relações familiares envolvendo a filha e a irmã, não apenas motivando o envolvimento de Pedro no controle das entradas e saídas de dinheiro no comércio, como também nos investimentos materiais que eram feitos na casa. Era notável o protagonismo feminino na gestão da casa e nas relações familiares e de vizinhança.

A situação de não ser um imóvel próprio dos atuais ocupantes foi avaliada e considerada por Pedro, mas as reformas são, também, um modo de garantir a permanência da família naquele espaço: “Estou investindo num imóvel que não é meu, mas eu tenho tudo que fiz aqui documentado. Pergunta para ele [proprietário], quanto vai voltar a valer essa casa?” Pedro falava sobre o assunto demonstrando fotos de quando haviam se mudado para aquela residência, na época, com condições precárias de habitação. Porém, não deixava de cogitar uma saída do local, já que os fluxos comerciais não apenas se resumiam ao dia de jogo e tomavam muito tempo da família. De fato, as preparações e a organização do negócio não se resumem a poucas horas de dedicação.

Objetivamente, as aspirações de futuro do casal implicavam uma maneira cautelosa de gerir o próprio negócio. Pedro afirmou não cogitar tentar adquirir o imóvel definitivamente, tendo em vista a sua idade, e que busca ter uma “vida mais sossegada” e “cuidar da saúde da esposa”. Temporalidades, noções de saúde e ideais de cuidado demarcavam expectativas.

Por outro lado, o planejamento de cada jogo e demais eventos, por si só, não determinam como serão as previsões de entrada e de circulação de dinheiro. Existem aspectos variados atrelados à sazonalidade dos ganhos, conforme destacou Pedro: “O Grêmio jogando na final ou semifinal de Libertadores, isso aqui enche, 50 mil pessoas. Diferente de um jogo de série B, que tem 8, 9 mil pessoas.” Para ele, além do desempenho esportivo, os negócios são afetados pelos fatores climáticos (“se chover é um público; se não, é outro”), pela fidelização do público

frequentador, pela situação econômica mais ampla e pelos efeitos da pandemia – perspectivando a sobreposição de diferentes marcadores temporais que afetam os comércios e os seus ganhos monetários.

Outro aspecto focado são os custos com bilheterias do estádio, que promovem ou bloqueiam acessos de diferentes grupos. A visão crítica de Pedro é contundente em relação a um efeito significativo da arenização no futebol brasileiro: “O público que sustenta o futebol aqui é o que tem dinheiro. O povão está louco para vir, mas não vem, e por qual motivo? Certamente porque não tem 150 pila para pagar em cada jogo.” Suas palavras, ditas em julho de 2022, não deixam dúvidas do que está sendo tratado: “O futebol ficou elitizado. O povo não deixou de gostar.” A propósito, a percepção sobre a elitização do acesso ao espaço arenizado, como irei expor, voltará como fonte a um modelo de negócio ensejado pelo próprio interlocutor.

A historicidade da presença de Pedro e Amélia na casa alugada, aliás, merece uma descrição atenciosa. A narrativa do interlocutor ressaltou parte de seus esforços pessoais e familiares para fazer da casa um espaço comercial e de moradia, conjuntamente: “Estamos em obra até hoje. Eu sou o pedreiro, pinto, boto a cerâmica, atendo aqui.” A casa possui dois pavimentos. Na parte de baixo, uma garagem convertida em área comercial, reunindo balcões, freezers, mesas, banheiro e uma cozinha com fogão industrial. Na parte de cima, uma área coberta com churrasqueira separada (por uma parede e uma porta) de dois quartos, uma sala e uma área de fundos. Uma única cozinha era usada na casa.

Após me falar de várias mudanças feitas no interior da edificação (pinturas, reformas, acabamentos, manutenção da fiação elétrica, dentre outras), Pedro me convidou para ir ao segundo andar e conhecer o que ele designou de “área para clientes VIPs”¹⁶ (naquele mesmo momento, me perguntava quem eles eram). Fiquei impressionado com a infraestrutura disponibilizada: mesas de madeira, churrasqueira, banheiro, fogão a lenha, utensílios para festas e encontros variados. Era, realmente, uma área que demandava um investimento temporal e financeiro considerável – nem mesmo o telhado era o original, trocado por um de alumínio. Contudo, o ambiente ainda estava em obras, com azulejos sendo colocados e paredes sendo pintadas. Em julho, a reforma estava em andamento

16 Expressão oriunda do inglês “very important person”, para se referir a pessoa muito importante e ilustre.

e a expectativa era de que até o mês seguinte tudo estivesse pronto. Em agosto, visitei o local e o espaço já estava sendo alugado por Pedro.



Figura 3. Reformas no segundo piso e vista à Arena do Grêmio em 05/07/2022.
Foto do autor.

O interlocutor justificou: “Isso aqui, se não fosse a pandemia, já estava tudo pronto e eu diria: agora vamos colher.” As temporalidades da pandemia demarcavam uma série de mudanças e rearranjos na vida familiar, com repercussões consideráveis para o seu negócio: é a partir da restrição de fluxos de

frequentadores que o casal investe em reformas do segundo piso da casa. Porém, isso não explica tudo.

Não pude deixar de aventar como o *tempo da política* também adentra as casas e, como já classicamente outros antropólogos inferiram, reatualiza hierarquias e distinções sociais (Palmeira; Heredia, 2010). 2022 foi um ano eleitoral no Brasil, mas não apenas na política partidária. Novas eleições ocorreram para o Conselho Deliberativo e, após, para a Presidência do Grêmio (em setembro e novembro, respectivamente). Diante das temporalidades das eleições gremistas, marcante a um grupo de torcedores, Pedro faz questão de ressaltar a quem se destinava o espaço em reforma: “Aqui é pro pessoal chique, médico, enfermeiro, advogado; tem um que é candidato a presidente do Grêmio.”

Desse modo, reporta-se a uma maneira de operar o seu modelo de negócio, que busca trabalhar, em suas palavras, “com quem tem grana para gastar”. Os citados figuram na narrativa como homens, desdobram a sua hegemonia em espaços masculinizados no interior de um clube de futebol e compartilham valores e visões de mundo androcêntricos, atrelados ao gênero (Damo, 2021). Assim sendo, reservar o espaço do segundo piso para um grupo político gremista revela como a circulação monetária ocorre a partir de critérios sociais e não apenas econômicos e, também, a partir de hierarquias atualizadas pelo período eleitoral (o *tempo da política*) e pelas construções sociais de gênero.

Os ganhos iniciam desde antes do dia do jogo, na confirmação do número de clientes que irão usufruir do espaço reservado e na cobrança de um valor simbólico de entrada. Durante os eventos, outros ganhos são obtidos com o consumo de bebidas, que acompanham os churrascos.

A estratégia de fidelização se dá com base em um julgamento de status e valor atribuídos aos frequentadores: “Eles têm uma turma de caras endinheirados. São uns caras diferenciados.” Em sua visão, mecanismos de distinção se coadunam com acordos de priorização. Rememoro Frederic Bailey (1971), que, em outro contexto etnográfico, utilizou a noção de “status” para traduzir o prestígio social de uma pessoa, conectado à reputação, a qual necessita de uma avaliação pública e de valores partilhados por um coletivo.

Pedro mantém relações com lideranças de um movimento político constituído por torcedores gremistas, de modo a associar o seu espaço com a fidelização de um público consumidor avaliado moralmente. A seletividade é operada pelo comerciante, que taticamente joga com os meios de manutenção e criação de

reputação dos candidatos da política gremista: “É isso que eu digo: se eu tenho um comércio, eu escolho quem eu quero aqui. Não estou competindo com os outros bares da volta.” A atribuição de valores monetários e sociais ao seu comércio se coaduna com as avaliações morais das reputações.

Dessa forma, dois objetivos são alcançados pelo comerciante: a lucratividade e a garantia de que um espaço valorizado da casa seja ocupado por um público economicamente específico. Trata-se de uma estratégia de afirmação e manutenção do negócio que fideliza um grupo de torcedores consumidores a partir da reforma de um dos espaços da casa. Em outro encontro que tive com Pedro, ele detalhou como utiliza parte dos ganhos para distribuir mensalmente quentinhas para moradores de rua na cidade, como modo de praticar a sua religiosidade: “Eu sei que fazer o bem me retorna em proteção espiritual depois.” Notamos como esferas sociais distintas estão entrelaçadas pelos dinheiros e pelas moralidades. Visualizamos, ainda, como a multifuncionalidade dos espaços da casa está imbricada com as temporalidades dos eventos, da política, da pandemia e do cotidiano.

A mutabilidade da casa, materializada nas sucessivas reformas feitas por Pedro e Amélia, foram, também, fomentadas pelos frequentadores do local. Após acordos com um dos integrantes do grupo político gremista, o comerciante obteve apoio financeiro para concluir as melhorias no segundo pavimento da casa. A ocasião faz o bom comerciante. Por precisar de uma referência espacial aos encontros coletivos, uma das lideranças financiou parte das obras e assumiu a sua “palavra de honra” com Pedro sobre a frequência do grupo no local.

Antes do ano eleitoral, durante 2020 e 2021, com a interdição de seu comércio no quadro da pandemia de Covid-19, Pedro optou por utilizar seu carro para trabalhar como motorista de aplicativo (algo semelhante ocorreu com Oti, como descrevi). Seus ganhos foram cruciais ao sustento familiar e de manutenção do seu negócio, bem como a aposentadoria de Amélia (aposentada por problemas de saúde). Esse momento foi vivido como um tempo de espera e de investimento na casa, sem que a família passasse por consideráveis restrições financeiras.

Em 2022, o bar e restaurante ganhou novos contornos e passou a ser aberto diariamente. Durante os dias sem jogos, o local ofertava comidas e bebidas em geral, desdobrando diferentes estratégias de precificação e fidelização, principalmente, à vizinhança e aos trabalhadores da Arena – destoando do perfil socioeconômico do público frequentador em dias de jogos.

Um olhar comparativo às experiências e expectativas

Ao longo do trabalho etnográfico, Pedro e Amélia revelaram expectativas relacionadas ao calendário de jogos do Grêmio, sobretudo a partir do segundo semestre de 2022. A ideia de Pedro, em setembro, era a de aproveitar a melhora no clima gaúcho (“vai começar a esquentar”), os jogos do final do Campeonato Brasileiro na série B (“a torcida vem para ver o Grêmio subir”), além de maior controle biopolítico da pandemia (“agora tá todo mundo se vacinando”) e o cenário de eleições clubistas (o tempo da política).

Por sinal, Pedro empregou a mesma metáfora que Oti para se referir ao seu negócio e classificar a sua importância: “Aqui é minha galinha dos ovos de ouro.” Ambos não se conhecem, apesar de morarem no mesmo bairro e de terem idades semelhantes. Em comum, realizaram outras atividades para ganhar dinheiro durante o período de restrições sanitárias. No que segue, retomo semelhanças e diferenças entre casos de Oti e do casal Pedro e Amélia, exaltando relações entre experiências e expectativas, bem como identificando como a pandemia não foi vivenciada de forma homogênea.

Para demonstrar como o tempo histórico está constantemente em mutação e como é possível reconstruir fatos a serem comunicados, Koselleck (2006) emprega duas categorias analíticas que entrelaçam passado, presente e futuro. São elas: *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Ambas fundamentam a possibilidade de uma narrativa histórica, que também remete a experiências vividas e constituídas pelas expectativas das pessoas. Dessa forma, “não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa” (Koselleck, 2006, p. 307).

Para o autor, a experiência traduz um passado atual, no qual acontecimentos foram assimilados e podem ser recordados. É a partir da experiência que se fundem formas de comportamento e de conhecimento. Já a expectativa se traduz como “futuro presente”, está ligada ao ato de esperar, voltada ao “ainda não”, ao “não experimentado”, ao que “pode ser previsto”, sendo decomposta em uma infinidade de acontecimentos (Koselleck, 2006).

Desdobrando a categoria de *espaço de experiência*, notamos como o aglomerado de tempos vividos forma uma noção espacial de experiência, a partir da elaboração de acontecimentos passados. Vemos, também, como experiências passadas informam expectativas, que ainda não se converteram em algo vivido. No desdobrar da categoria de *horizonte de expectativa* temos uma forma de

enxergar, esperar e imaginar futuros que produzem novos espaços de experiência, os quais ainda não podem ser contemplados – diante do devir, esperado como acontecimento distinto do que foi o passado. Em outros termos, as expectativas não podem ser adquiridas sem as experiências.

Ao olhar para as trajetórias de Oti, Pedro e Amélia, pessoas com faixa de idade semelhante e com espaços de experiências raciais, de gênero, familiares e econômicas distintos, vislumbramos como eles organizaram seus negócios a partir da inauguração e funcionamento da Arena do Grêmio. Para Oti, as iniciativas para a obtenção de ganhos com a abertura de um bar, em 2012, imbricado com a sua residência, se transformaram em experiências elaboradas e incorporadas às práticas econômicas familiares – algo também visto nas histórias de Pedro e Amélia, mas de outro modo, a partir de 2018. Nos dois casos, os comércios se converteram na principal atividade econômica familiar.

Outros espaços de experiência informaram a abertura do bar e restaurante de Pedro e Amélia. Antes de investir no imóvel alugado, ambos trabalharam auxiliando familiares, atualmente vizinhos, em comércio na mesma localidade. Além disso, o espaço de experiência remontado traduz como, ao abrir o próprio estabelecimento, eles utilizaram saberes adquiridos no passado, mobilizados para informar um modelo de negócio. Pedro declarou que “sabe lidar com gente rica”, apesar de ser originário de “família humilde”. As experiências de convívio entre classes e suas hierarquias sociais são espelhadas em escolhas no presente e traduzem horizontes de expectativas.

Nesse contexto, a escolha do casal de reservar uma área do segundo piso da casa para lideranças de um grupo político gremista tornou-se estratégica para a obtenção de recursos e de inserção em uma rede de relações que desdobraram novos investimentos materiais na casa.

No bar do Oti, o modelo de negócio abarca outros grupos de torcedores. O olhar para a concorrência na vizinhança é inevitável: “Se o litrão de cerveja for um real mais barato no bar do lado, eles vão lá”, se referindo a como deve equiparar preços com bares vizinhos. Nesse caso, a venda de produtos valoriza a quantidade consumida, não necessariamente o perfil econômico de quem consome. A busca pela excitabilidade e externalização de emoções é central ao consumo, conectando festa e trabalho (Elias; Dunning, 1992).

A comparação dos casos evidencia como a heterogeneidade das torcidas e de grupos econômicos é algo que não se deve perder de vista pela etnografia,

tampouco as diferenciações internas ao circuito comercial estudado. Complementarmente, entre os dois exemplos de negócios, chama a atenção como os principais e mais constantes públicos frequentadores são fidelizados. Os comerciantes, nos dois casos, articularam comunicações e acordos tácitos com representantes de grupos organizados. No bar do Oti, membros de torcidas organizadas buscaram uma referência espacial aos dias de jogo; no bar de Pedro, isso ocorreu com participantes de um grupo político clubista, que buscavam descontração e articulações para fins eleitorais.

A pandemia de Covid-19, por sua vez, produziu novos arranjos e modificações nos comércios analisados, não apenas restrições. Evidentemente, tal como alude Koselleck (2006), expectativas econômicas foram modificadas pelos espaços de experiências pandêmicas e vice-versa. Chama a atenção como Oti, Pedro e Amélia estabeleceram estratégias econômicas para lidar com as incertezas no decorrer das temporalidades pandêmicas – percebidas de formas específicas em cada caso.

Oti, buscando empregos com renda fixa, mas tendo dificuldades. Pedro, utilizando aplicativos para ser motorista e obter ganhos diários sem garantias formais – estratégia usada por Oti, também, já na metade de 2021. Ambos com carro próprio. Um deles, porém, com dívidas e com dificuldades de manter as despesas básicas da casa (situação vivida como “crise”). Outro, por sua vez, conseguiu realizar reformas e mudanças no seu espaço comercial e residencial, o qual é alugado. Os dois, contando com os ganhos financeiros das aposentadorias das esposas, que foram articuladas como *dinheiro da casa* – como sugere Motta (2023)¹⁷ – em tempos de crise.

Foi necessário, em ambos os casos, identificar as temporalidades que atravessaram as suas casas e negócios, marcadas pelas incertezas, tanto relativas quanto radicais, enquanto aspecto básico do período pandêmico. O ato de esperar, buscar outras ocupações e esperar um retorno de torcedores na Arena, consolidado já no final de 2021, fez parte de estratégias de organização e planejamento econômicos nos casos descritos.

17 O conceito de *dinheiro da casa* (Motta, 2023) permite identificar os significados do dinheiro e das práticas monetárias do ponto de vista dos espaços domésticos. Designa um nexos “prático-valorativo” no qual pessoas, dinheiros e casas se constituem mutuamente, evocando despesas de natureza obrigatória e regular, como aluguel, serviços e alimentação (Motta, 2023).

O olhar comparativo revela como a pandemia de Covid-19 tornou-se um evento crítico que transcende um único entendimento, mediante o emprego de categorias epidemiológicas, ou análise macroeconômicas. Como Segata *et al.* (2021) analisaram, a sua escala global não significa universalidade e homogeneização, repercutindo em um evento múltiplo e desigualmente vivenciado. Faz-se necessário olhar para a pandemia refletindo sobre os seus múltiplos sentidos e as suas memórias, os quais reportam às variadas experiências individuais e coletivas. A Covid-19 ocasionou a existência de múltiplas experiências pandêmicas, repercutindo em múltiplas temporalidades, marcadas pela incerteza e por expectativas de superação das crises.

Considerações

Ao longo do tempo, a pesquisa etnográfica evidenciou que o “viver da Arena” não é experienciado de forma homogênea no bairro Farrapos. A situação se complexifica quando temporalidades variadas atravessam as rotinas e exprimem diferenças econômicas entre as casas. Essas diferenças comunicam que os comércios são abertos em ritmos variados, em continuidade e descontinuidade com a duração dos eventos na Arena, a partir das disposições das casas, disponibilidades de recursos e composições familiares, dentre outros fatores influentes.

Com o material deste artigo, é possível notar que as casas não são simplesmente espaços investidos de estabilidade, tampouco devem ser vistos como autotocidos e impermeáveis. São, como explica Janet Carsten (2004), carregados de significados e materialidades mutáveis, enredados em processos históricos, políticos e econômicos mais amplos.

Assim, busquei reconstituir narrativas de comerciantes sobre o período pandêmico, considerando experiências, expectativas e seus horizontes temporais. A declaração de interlocutores de que seus comércios são, em termos metafóricos, “galinhas que dão ovos de ouro”, se associa aos espaços de experiências pretéritos à pandemia e, também, às expectativas de superação das crises, diante de perspectivas temporais pós-pandêmicas.

Analisando cenários de crises, Neiburg (2022) chamou a atenção para o fato de que “emergências econômicas” desenham experiências coletivas marcadas por horizontes temporais embaralhados e difusos. Trata-se de experiências

heterogêneas, distribuídas desigualmente e que colocam em evidência o caráter desigual das vidas (algumas necessitando maior volume de recursos do que outras, por consequência). Em outras palavras, os contornos temporais difusos e de difícil precisão das crises afetam as pessoas de forma discrepante e aprofundam as múltiplas desigualdades sociais.

Nesse sentido, compreender as formas desiguais de se viver as temporalidades pandêmicas – como exposto nos casos de Oti, Pedro e Amélia – amplia a percepção sobre as estratégias pelas quais as pessoas lidam com as crises no cotidiano, dimensionam incertezas e buscam soluções.

Além das temporalidades pandêmicas, vivenciadas de formas distintas e desiguais pelos interlocutores, apresentei outros marcadores cronológicos que incidem sobre os espaços residenciais e comerciais. Os seus horizontes de expectativa ressaltaram como a espera e o retorno dos jogos e de outros eventos (como shows), com fluxos humanos e de dinheiro volumosos na Arena do Grêmio, representam a retomada de um campo estratégico de possibilidades econômicas para a superação de restrições sanitárias e de crises financeiras, causadas pela Covid-19. Isso ocorre a partir de percepções sobre um período pós-pandêmico, moduladas pela reativação de um circuito comercial nas casas.

Com efeito, no contexto de estudo no bairro Farrapos, foi possível analisar conexões entre temporalidades distintas, incompatíveis em suas finalidades, e os processos que produzem as vidas nas casas e seu caráter mutável – a partir de uma perspectiva parcial, temporalizada e coetânea de investigação.

O retorno dos jogos e dos eventos com público na Arena do Grêmio representou a reativação de um circuito comercial local (impulsionado pelas experiências pretéritas e por escalas variadas, como pelo avanço da vacinação no Brasil). Sobretudo em 2022, a reabertura gradual dos comércios borrou – de forma imprecisa, difusa e expectada – as fronteiras temporais entre um período de pandemia e de pós-pandemia, repercutindo na inalação de temporalidades pandêmicas e na sucessiva absorção, produzida desigualmente, de efeitos das crises no cotidiano das casas com comércio estudadas. Ganhar a vida em tempos de pandemia passa, notadamente, pela prospecção de um período pós-pandemia.

Referências

- ARENA do Grêmio anuncia volta do público para a partida entre Grêmio x Sport. *Arena*, Porto Alegre, 30 set. 2021. Disponível em: <https://arenapoa.com.br/arena-do-gremio-anuncia-volta-do-publico-para-a-partida-entre-gremio-x-sport/>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- BAILEY, F. Gifts and poison. In: BAILEY, F. (ed.). *Gift and poison: the politics of reputation*. New York: Schocken Books, 1971. p. 1-25.
- BEAR, L. Time as technique. *Annual Review of Anthropology*, [s. l.], v. 45, n. 1, p. 487-502, 2016.
- CAMPOS, M. *Sobre o corre da arte: uma etnografia dos futuros vividos e do ganhar a vida na cidade do Rio de Janeiro*. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- CARSTEN, J. Houses of memory and kinship. In: CARSTEN, J. *After kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 31-56.
- CARSTEN, J.; HUGH-JONES, S. Introduction. In: CARSTEN, J.; HUGH-JONES, S. (ed.). *About the house: Levi-Strauss and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 1-46.
- CAVALCANTI, M. “Do barraco à casa”: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 24, n. 69, p. 69-80, 2009.
- DAMO, A. Dos grounds às arenas – as quatro gerações de estádios brasileiros em perspectiva antropológica. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 212-246, 2021.
- DAS, V. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.
- ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Editado por Michael Schröter. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional*. Lisboa: Difel, 1992.
- FABIAN, J. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Vozes, 2013.

FERNANDES, B. G. *Entre casas, comércios e temporalidades: uma etnografia de práticas econômicas nos entornos da Arena do Grêmio*. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/935621.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

GUPTA, A. The future in ruins. Thoughts on the temporality of infrastructure. In: ANAND, N.; GUPTA, A.; APPEL, H. (ed.). *The promise of infrastructure*. Durham: Duke University Press, 2018. p. 62-79.

KOSELLECK, R. 'Espaço de experiência' e 'horizonte de expectativa': duas categorias históricas. In: KOSELLECK, R. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 305-327.

KOSELLECK, R.; RICHTER, M. W. Crisis. *Journal of the History of Ideas*, [s. l.], v. 67, n. 2, p. 357-400, 2006.

L'ESTOILE, B. de. Dinheiro é bom, mas um amigo é melhor: incerteza, orientação para o futuro e a "economia". *Revista RURIS*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 227-264, 2020.

MARTINS, D. *Manifestações torcedoras e território: inter-relações das imediações de um estádio de futebol*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

MARTINS, D.; KNUTH, A. Manifestações torcedoras e território: configurações das imediações da Arena do Grêmio. *Movimento*. Porto Alegre, v. 26, p. 1-15, 2020.

MOTTA, E. Houses and economy in the favela. *Vibrant*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 118-158, 2014.

MOTTA, E. O que faz o dinheiro da casa. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 29, n. 66, e660602, maio/ago. 2023.

NAROTZKY, S.; BESNIER, N. Crisis, valor y esperanza: repensar la economía. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 51, p. 23-48, 2020.

NEIBURG, F. Buscando a vida na economia e na etnografia. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, e282900, 2022.

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. M. A. de. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), 2010.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 12.916, de 1º de abril de 2008*. Proíbe a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol e nos ginásios de esportes do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 2008. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.916.pdf/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SCHERER, M. I. *Construção e reforma: viva a copa e adeus ao torcedor! Modernização dos estádios em Porto Alegre em tempos de políticas neoliberais, 1989-2011*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SEGATA, J. *et al.* A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 7-25, jan./abr. 2021.

SIMONE, A. People as infrastructure: intersecting fragments in Johannesburg. *Public Culture*, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 407-429, 2004.

SOBRE. *Arena*, Porto Alegre, [2024]. Disponível em: <https://arenapoa.com.br/sobre/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ZELIZER, V. *A negociação da intimidade*. Petrópolis: Vozes, 2011. (Coleção Sociologia).

Recebido: 30/06/2023 Aceito: 31/05/2024 | Received: 6/30/2023 Accepted: 5/31/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Precariedade enquanto categoria formativa do campo: as vulnerabilidades de antropólogos(as) e motoristas de aplicativo em um contexto de pandemia

Precariousness as a formative category of the field:
the vulnerabilities of anthropologists and app drivers
in the context of a pandemic

Álvaro Tavares¹

<https://orcid.org/0000-0002-2629-2246>

alvaroaguilar197@gmail.com

¹ Universidade Federal de Pernambuco – Recife, PE, Brasil
Doutorando em Sociologia

Resumo

A pandemia de Covid 19 aprofundou dinâmicas de vulnerabilidade que há muito já eram sentidas por certos agrupamentos sociais. Nesse contexto, a solidez das redes de suporte material e psíquico frequentemente emerge como aquilo que amortece aqueles que foram os efeitos mais corrosivos da pandemia. Neste artigo, trago reflexões sobre esse tema a partir de uma etnografia feita nos ambientes virtuais em que uma importante liderança dos motoristas de aplicativo em Pernambuco se faz presente. Além de identificar algumas das arbitrariedades sofridas pelo grupo de trabalhadores que esse interlocutor representa (publicizadas em seu Instagram), também mapeio como os próprios motoristas se associam para lidar com tais vulnerabilidades. Por fim, demonstro que foi o meu próprio sofrimento psíquico (aprofundado pelo isolamento social da pandemia) que me fez procurar um motorista engajado com a defesa dessa categoria de trabalhadores.

Palavras-chave: precariedade; pandemia de Covid-19; sofrimento psíquico; etnografia virtual.

Abstract

The COVID-19 pandemic has deepened dynamics of vulnerability that had long been felt by certain social groups. In this context, the solidity of material and psychological support networks often emerged as what buffers the most corrosive effects of the pandemic. In this article, I reflect on this topic based on an ethnography carried out in virtual environments in which an important leadership of app drivers in Pernambuco is present. In addition to identifying some of the arbitrariness suffered by the group of workers that this interlocutor represents (publicized on his Instagram), I also map how the drivers themselves come together to deal with such vulnerabilities. Finally, I demonstrate that it was my own psychological suffering (deepened by the social isolation of the pandemic) that made me look for a driver committed to defending this category of workers.

Keywords: precarity; COVID-19 pandemic; psychological suffering; virtual ethnography.

Introdução

Como se chega aos interlocutores? Quais são os caminhos institucionais, pessoais, econômicos e subjetivos que permitem com que antropólogos e antropólogas interajam, ganhando confiança e respeito, com aqueles que selecionamos como protagonistas e coadjuvantes de nossos trabalhos? A teoria antropológica vem dando respostas nunca conclusivas para essas questões de acordo com o paradigma que parece hegemonizar o ambiente acadêmico em um determinado período. De fato, o complexo processo de descrição dos esforços de chegar às nossas autopromulgadas “alteridades” assume por vezes a forma de fascínio poético. Nesse sentido, a capacidade de descrever de modo minucioso, processualmente envolvendo o leitor por sentimentos fortes como é o caso da solidão vivida (e descrita) por Malinowski (1984) nas Ilhas Trobriand ou o reconhecimento enquanto um comum depois de correr da polícia em uma briga de galo como fez Geertz (1989), aparece por vezes como sinal de qualidade metodológica, quando não de expressão de autoridade.

No entanto, o que fazer quando a proximidade presencial significa morte? O que fazer quando tanto o eu quanto o outro está vivendo sob uma situação permanente de risco de falecimento não apenas de si próprio, como também da rede de humanos e não humanos que a dá suporte enquanto vida passível de ser vivida e sustentada (Butler, 2022)? Esses questionamentos inundaram as reflexões de congressos, seminários e dossiês da antropologia quando a pandemia de Covid-19 se alastrou no Brasil em 2020 (As implicações [...], 2020; [LabMet] [...], 2020; Segata *et al.*, 2021; Vailati; Barreto; Menezes Neto, 2021). Nesse contexto, enquanto método que não exige a presença em um mesmo espaço físico, os minicursos sobre netnografia, etnografia digital, etnografia em ambientes virtuais (ou qualquer nome que se queira dar para pesquisas de caráter etnográfico em espaços virtuais) se multiplicaram. Tal esforço mostrou-se necessário, por um lado, pelo desafio de contornar os medos desse não humano invisível como é o Sars-CoV-2 nos contextos de campo e, por outro, pelo esforço de mostrar como os próprios interlocutores de pesquisa se utilizam dos diversos ambientes virtuais como meio de enfrentar a pandemia. De fato, embora esses interlocutores já encarassem aplicativos como WhatsApp, Telegram e Instagram como constitutivos de suas interações cotidianas bem antes de a pandemia se alastrar, os modos com os quais eles começaram a criar vínculos (dentro e fora

das infraestruturas tecnológicas desses aplicativos) foram significativamente renovados.

Neste artigo, trago reflexões sobre essa questão a partir de meu contato com um motorista de aplicativo, e os desafios com que me deparei para fazer uma pesquisa etnográfica com ele em pleno contexto pandêmico. De fato, nos tópicos que se seguem pretendo – através de uma etnografia em ambientes virtuais (Leitão; Gomes, 2017) – conduzir o leitor por algumas de minhas experiências pessoais e político-partidárias que, dinamizadas pelo contexto de isolamento social da pandemia, me fizeram chegar ao professor Thiago,¹ presidente da Associação de Motoristas e Motofretistas por Aplicativos de Pernambuco (Amape). Argumento que essas experiências me permitiram justificar metodologicamente a entrada e saída de certos ambientes virtuais, além de como esse movimento é condicionado pelo nível de (des)confiança que ia acumulando com o referido interlocutor na medida em que conversávamos pelo aplicativo de troca de mensagens WhatsApp. De fato, foi o caminho entre um ambiente virtual e outro que me permitiu desvelar algumas questões centrais para compreender as rotinas desse grupo de trabalhadores (os motoristas de aplicativo) em seus trajetos pelas grandes cidades brasileiras. Assim, as contingências de meu processo de interlocução com Thiago – também condicionado por meu processo depressivo, que se agudizou durante o isolamento social na pandemia – vão ser trazidas para o centro das minhas próprias possibilidades de percepção de como esse interlocutor aceita ou recusa as solicitações de viagens que chegam a ele pelo aplicativo da Uber, além de como ele transmite o conhecimento que é fruto dessas interações para um grupo maior de motoristas em seu Instagram. De fato, é nesse espaço que ele tanto dá dicas de como circular pela cidade de Recife quanto faz recomendações de como interagir com o aplicativo para que os motoristas tenham maior ganho por viagem realizada.

Em seguida, irei evidenciar como a dimensão vulnerável do campo, que parece atravessar tanto a vida do pesquisador quanto a do interlocutor de pesquisa, é justamente aquilo que me permitiu navegar entre circunstâncias, situações e ambientes virtuais tão diversos. Aqui, defendo que a vulnerabilidade física, simbólica e psíquica do interlocutor e do antropólogo que escreve estas linhas se

1 Como esse interlocutor pediu que deixasse seu nome e identificação tal como eles são de verdade (ou seja, sem pseudônimos), optei por atender ao seu pedido.

mostra como aquilo de comum entre experiências tão diversas. De fato, à luz das reflexões de Judith Butler (2022) sobre a dimensão precária da vida humana, defendo *precariedade* enquanto categoria capaz de demonstrar como os atores se associam para lidar com suas respectivas vulnerabilidades, e de como esses pontos de associação podem ser estratégicos para pesquisadores se situarem nos variados fragmentos do campo em um momento pandêmico. Também sugiro que essa forma de encarar a precariedade pode ser metodologicamente mais produtiva do que um outro uso, frequentemente utilizado por certa sociologia do trabalho (Antunes, 2018; Braga, 2013, 2017; Standing, 2013).

A formação do campo

Neste tópico, irei relatar alguns pressupostos teóricos, necessários para que o leitor entenda como fiz a construção do campo do presente trabalho, bem como aquilo que motivou seguir certos trajetos, além das necessidades metodológicas que acompanham esses trajetos. Espero com isso mostrar que a abordagem aqui desenvolvida é a expressão de um modo específico de se encarar a formação do social, que mostra sua relevância seja na forma com a qual ela se coloca diante da história da antropologia,² seja na sua capacidade de mostrar caminhos teórico-metodológicos produtivos para apreender uma categoria de trabalhadores que concentram um arcabouço de experiências tão fragmentadas quanto os são os motoristas de Uber.

Menos que um elemento dado, o campo de uma pesquisa antropológica é algo que se forma enquanto as possibilidades etnográficas se abrem ou se fecham, bem como na forma com a qual o antropólogo decide situar-se estrategicamente frente a essas aberturas e fechamentos. O que opera aqui é a contradição entre um campo em formação que impõe limites para a interação do antropólogo com certos interlocutores e na autoridade que o antropólogo tem de decidir quando deve cortar essas interlocuções e fechar os limites de seu campo. Portanto, o “cortar a rede” de Strathern (2017) é a síntese do tipo de liberdade que permite ao antropólogo, através de um ato que se dá tanto a partir

2 Na medida em que se contrapõe à busca de sociedades organicamente constituídas, como diz Strathern (2017).

de contingências do campo quanto de opções político-epistemológica específicas, definir quais as associações entre humanos e não humanos (Latour, 2012) são passíveis de serem ou não seguidas, ou, nos termos de Marilyn Strathern (2017), quais escalas e as relações que estas ensejam podem ser construídas pelo antropólogo(a).

Dito isso, ter a capacidade de evidenciar de que modo o antropólogo seguiu certas associações para, em um momento específico, cortá-las, talvez seja o principal desafio da escrita etnográfica. Destacar esses rastros significa evidenciar como o antropólogo mobiliza recursos institucionais, pessoais, afetivos, profissionais, econômicos e de como esses recursos vão processualmente formando o social (Latour, 2012). De fato, a crítica de certa antropologia pós-social (Gell, 2018; Latour, 1994, 2012; Strathern, 2017; Wagner, 2017) à antropologia clássica e a estabilidade com a qual ela definia a “sociedade” ou o “outro” partia de um apagamento das associações que permitiam chegar a tais “sociedades”. É justamente essa ausência, por exemplo, que faz Malinowski (1984) chegar às Ilhas Trobriand como se estivesse vindo de um mundo em abstrato em seu tímido barquinho, de modo a tirar de cena os interesses estratégicos da Inglaterra com aquela região (Álvares, 2018) e de como tais interesses o permitiram realizar a pesquisa sobre o *kula*. Ademais, é justamente a ausência dessas associações que leva o antropólogo a formular o “outro” enquanto alteridade radical (distante do “eu”) ou como uma “sociedade” enquanto um todo organicamente constituído (Strathern, 2017), o que frequentemente opera como algo dotado de uma identidade prévia a certas condições de relação.

A partir dessa perspectiva, pretendo nos tópicos que se seguem fazer um esforço de (des)constituir o social de modo a evidenciar para o leitor os caminhos que percorri para chegar a Thiago. Nesse sentido, rememoro os pontos específicos de minha trajetória pessoal e política (como militante partidário), uma vez que esta me permitiu um primeiro contato com Thiago. Tal esforço é fundamental para evidenciar como cheguei aos espaços em que esse interlocutor se faz presente (sejam esses espaços um determinado bairro ou específicos ambientes virtuais), o que será fundamental para o leitor compreender a minha opção por adotar certas metodologias.

Tal abordagem ajudará na compreensão dos motoristas menos como uma categoria sociológica já constituída dotada de tais ou quais características do que como um grupo que se forma enquanto as associações entre humanos e

não humanos se desenrolam ao longo do campo. Assim, me distancio de uma ampla gama de estudos da sociologia do trabalho que abordam os motoristas como trabalhadores precarizados, que teriam como marca a ausência de garantias trabalhistas, previdenciárias e legais em um contexto de aprofundamento do neoliberalismo³ (Abílio, 2018; Antunes, 2018; Braga, 2013). Para esses autores, é justamente a perda de direitos em comparação a um momento anterior de maior seguridade social que ajuda na caracterização dos motoristas de aplicativo. Aqui, o tempo de descanso é progressivamente apropriado pelo imperativo de estar disponível para receber as viagens permanentemente dispostas pelas sofisticadas inteligências artificiais dos aplicativos de corrida. Como afirma Antunes (2018), a flexibilidade se torna a regra.

Minha abordagem se contrapõe à essa na medida em que encara os motoristas enquanto grupo em formação, compreendido a partir das conexões temporárias (Latour, 1994) com os vários atores humanos e não humanos que permearam meu encontro com Thiago, e não enquanto categoria sociológica constituída a partir de determinado momento histórico. Assim, como recomenda Strathern (2017), não parto da premissa de que existe uma “sociedade neoliberal” prévia ao movimento das associações instáveis entre humanos e não humanos a ser acompanhada, nem me reconforto com uma “explicação social” (Leitão; Gomes, 2017) que possa me ajudar a compreender os interlocutores a que faço referência.

A socialização política como rastreador de associações

Foi minha socialização partidária que me permitiu acessar Thiago. Aqui, faço um breve relato autoetnográfico sobre a minha entrada no programa de pós-graduação que tornou possível a dissertação que inspirou este trabalho.⁴ Assim, trago um relato pessoal (Bandeira; Costa, 2022) sobre aquilo que vivi e senti durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. De fato, como permite entender os fatos individuais de modo analítico (Bandeira; Costa, 2022), a autoetnografia aqui se

3 Como aprofundo no último tópico deste artigo.

4 Utilizo aqui alguns de meus achados etnográficos feitos durante meu mestrado.

faz útil para que o leitor compreenda o caminho das associações que segui para chegar até Thiago.

O momento de entrada no curso de mestrado pelo PPGA-UFPE se deu justamente no momento em que a pandemia de Covid-19 se alastrou no Brasil. Nesse contexto, as mortes diárias que, em certo momento, chegaram a mais de 3.000, assim como o permanente estado de temor que as pessoas que moram em minha casa se somassem a essa cifra, foi aquilo que caracterizou o ambiente vivido por mim durante a maior parte de minha trajetória na pós-graduação. De fato, a consciência de que tal realidade estava desacompanhada de qualquer tipo de planejamento por parte da principal autoridade do país⁵ fez que as leituras e as experiências etnográficas tipicamente experienciadas por um aluno de pós-graduação se tornassem uma das tantas dimensões de minha vida afetadas pelo permanente processo de subjetivação do medo que tal processo engendrou. Somada ao necessário distanciamento social, responsável por expandir a sensação de desamparo, tal realidade produziu em mim um quadro depressivo, que se expressou de maneira mais marcada a partir da segunda metade de 2020. A partir daí, os sintomas decorrentes desse quadro só se expandiram: crises de ansiedade permanentes, distúrbios cognitivos como dificuldade de foco, zumbidos, perda de sensações emocionais e noites mal dormidas. Na medida que se aprofundavam, tais sintomas diminuía cada vez mais minha capacidade produtiva (seja para ter atenção durante as aulas por EAD, seja para ter foco nas leituras), o que expandia ainda mais a duração e a profundidade dos próprios sintomas.

Induzido pela terapeuta que me acompanhou durante esse processo a relatar meu próprio sentimento durante nossas sessões, cheguei à conclusão de que precisava construir algo sobre essas sensações, de modo a dar corpo a um sentimento que me paralisava e, com isso, desenvolver a capacidade tanto de apropriar quanto de gerir meu próprio sofrimento, mesmo que de forma limitada.⁶ Foi o momento em que a militância política entrou de maneira decisiva na minha vida. Isso porque vi nas vindouras eleições de 2020 uma oportunidade de encontrar na construção coletiva uma forma de dar sentido a tal sofrimento. Nesse sentido, o apoio a um candidato como Ivan Moraes (PSOL) que, a meu

5 Alguns levantamentos demonstram (Pesquisas [...], 2021) que o atraso na compra de doses da vacina de Covid-19 representou um adicional de 400 mil mortes, absolutamente evitáveis.

6 Cheguei a essa compreensão de maneira conjunta com minha terapeuta.

olhar, se colocava de forma acessível à sua militância (além de estar afinado politicamente com aquilo que acredito) parecia ser o caminho mais convidativo para realizar tal tarefa. Assim, após me deparar com uma chamada em sua página oficial do Instagram convocando militantes que pudessem ser voluntários em sua campanha, entrei em contato com sua *equipa*⁷ e, em algumas semanas, estava começando minhas atividades presenciais em sua campanha de reeleição para vereador, sempre com o uso de máscaras, bastante álcool em gel e com cuidados de me afastar das tarefas que envolviam maiores aglomerações como comícios e refeições, quando o risco de contágio parecia aumentar significativamente.

Diálogos com transeuntes em sinais de trânsito e mercados públicos, bicicletários em avenidas abertas e conversas com lideranças comunitárias e sindicais foram algumas das tantas atividades que fizemos durante pouco mais de um mês pelas ruas de Recife. Mais do que abordagens impessoais, buscávamos falar concretamente sobre algumas das conquistas de seu mandato, bem como alinhá-las com o tipo de interlocutor com o qual nos deparávamos e seu potencial interesse com essa ou aquela pauta. Por isso, íamos às garagens de ônibus falar com motoristas e cobradores sobre o esforço do mandato em aprovar a lei municipal responsável por proibir a dupla função dos motoristas ou dialogar com entregadores por aplicativos sobre o projeto de lei que visava garantir pontos de apoio para essa categoria em alguns territórios de Recife.

Foi graças a essa última pauta que minha experiência de organização abriu caminho para o desenho metodológico deste trabalho. Isso porque foi a partir de um panfleto utilizado para dialogar com os entregadores por aplicativo feito para a campanha que pude visualizar como aquele mandato estava sensível às demandas dessa categoria de trabalhadores. Tal sensibilidade pareceu a mim como um ponto estratégico para adentrar-me no campo, uma vez que via relações entre as principais questões mobilizadas por esses motoristas nas minhas entrevistas com eles e as demandas suscitadas pelo mandato de Ivan naqueles panfletos utilizados para tentar conseguir votos para sua reeleição. De fato, à medida que os meses se passavam e os prazos para a realização do trabalho de campo da minha dissertação iam se comprimindo, cada vez mais me angustia-va com a pouca interlocução que tinha tido com os motoristas de Uber até então,

7 Como os membros de seu mandato intitulam a si mesmos.

seja pelo medo de contágio imposto pela pandemia (e, até aquele momento, os recentes desafios que ela colocava à pesquisa antropológica), seja pelo aprofundamento da minha depressão, que progressivamente erodia minha capacidade produtiva. Nesse sentido, a presença na campanha de Ivan foi tanto um mecanismo que encontrei para suportar meu sofrimento psíquico quanto uma forma de me jogar de volta ao meu campo de pesquisa.

Assim, depois de ter uma resposta positiva de seu mandato no que diz respeito à ideia de estender a proposta de suporte dos entregadores de aplicativos (que era inicialmente a proposta do mandato) aos motoristas de aplicativos, pude encontrar algo que pudesse convencer meus futuros interlocutores a participar de minha pesquisa. De fato, mesmo após a sua reeleição, os discursos de Ivan envolvendo os trabalhadores de aplicativo continuavam a acontecer em suas falas na câmara de vereadores de Recife ao longo do ano de 2020 (ano em que foi reeleito) e 2021 (primeiro ano de seu segundo mandato como vereador, e quando eu finalmente comecei a me adentrar no material etnográfico).

Desse modo, como já previa uma dificuldade de manter contato com um grupo de trabalhadores que não têm previsibilidade em suas rotinas, achei que a busca de construir a relação entre o mandato e as demandas específicas dos motoristas poderia colocar esse contato sob um terreno mais estável, uma vez que poderia apresentar algo que pudesse interessar os motoristas a participarem de minha pesquisa.

Essa rememoração é fundamental para o leitor compreender que foram esses os caminhos e as razões que motivaram minha procura por algum motorista que pudesse receber as propostas do mandato de Ivan, e ter condições de socializá-las perante os trabalhadores da sua própria categoria. Esse foi o caso de Thiago, presidente da Amape, e, por isso, alguém com uma experiência pregressa de organização e agitação em relação às necessidades dos trabalhadores dessa categoria. Desse modo, acreditava que o contato com Thiago poderia me fornecer uma posição estratégica para realizar tal proposta, sobretudo considerando seu já existente contato com o poder público e demais parlamentares. Embora já previsse potenciais discordâncias entre as minhas expectativas e as expectativas do interlocutor, a vivência de campo revelou que elas foram mais robustas do que no início presumia.

Meu contato inicial com ele ajuda a ilustrar tais dificuldades. Ele se deu após uma busca no Google acerca de figuras no estado de Pernambuco que já

estivessem organizadas em associações de motoristas de aplicativo, já que isso seria estratégico na concretização da minha proposta. Foi a partir dessa busca que descobri a Amape. Ao perceber que o terceiro link disposto pelo Google sugeria que a associação poderia ter uma conta na rede social Instagram e que a partir das interações que usuários fizessem a partir dos posts dessa organização eu poderia ser levado a uma figura engajada politicamente, cliquei nele e fui levado até lá.

Esse link me levou ao aplicativo Instagram, inicialmente criado para que amigos e familiares compartilhassem entre si fotografias de viagens, reuniões de família, além de ocasiões especiais como festas, bailes de formatura e casamentos. Com o tempo, no entanto, esse aplicativo também começou a ser utilizado como uma ferramenta para venda de produtos, serviços, compartilhamento de interesses particulares como moda, cinema ou até agitação política.

A página da Amape se adéqua a esse último propósito. De fato, convocação para mobilizações, parcerias da associação com concessionárias e pedido aos seguidores para dizer o que acham acerca de um aumento do preço da gasolina são alguns dos posts feitos pelo Instagram da associação. Nesse sentido, à medida que ia perambulando nesta (Leitão; Gomes, 2017), notava que boa parte desses posts eram convocados por Thiago (cf. Tavares, 2022, p. 51). Isso porque, embora a primeira vez em que me deparei com o perfil de Thiago no Instagram tivesse ocorrido em 2020, durante a campanha eleitoral de Ivan, foi apenas em 2021 que tive tempo (já que finalmente havia terminado as cadeiras obrigatórias por EAD de meu curso de mestrado) e condições psicológicas (já que nesse período minha depressão já demonstrava sinais de melhora) para me aprofundar no material etnográfico que iria inspirar este trabalho.

Dentre os 15 posts feitos pela associação entre 26/08/2021 e 06/11/2021, seis tinham o protagonismo de Thiago, seja por serem posts diretamente compartilhados do Instagram de meu interlocutor, seja por ele dar recados que eram postados diretamente pela página da Amape. Tal recorrência me despertou curiosidade acerca dessa figura, que parecia gozar de prestígio perante uma associação responsável por mobilizar e organizar sucessivas paralisações dos trabalhadores de aplicativo.⁸ Por isso, cliquei em uma das tantas menções ao nome de Thiago no perfil da Amape e logo fui encaminhado ao seu perfil no Instagram.

8 Em uma pesquisa exploratória através do Google, notava que o nome da Amape sempre era citado quando a busca por “paralisação de aplicativo” era feita por mim.

Aqui, alguns elementos me chamaram atenção. O primeiro deles era a quantidade de seguidores de Thiago, sobretudo quando comparado à página da Amape. Assim, enquanto esta última tinha 1.912 seguidores, a página de Thiago tinha 17.600. Além disso, através de sua bio,⁹ descobri que ele era tanto presidente da Amape quanto aluno do RenovaBr, “escola de formação política que prepara pessoas comuns de diversas origens e posicionamentos para renovar

a democracia”, como indica a página do Instagram da própria instituição. Essas constatações apareceram a mim como uma abertura das possibilidades de inserção no campo. De fato, a associação com o Renova parecia a mim como um interesse em abordar as questões dos motoristas de um ponto de vista político-parlamentar, o que se comprovou depois que vi, a partir de seus posts no Instagram, que ele também tinha sido candidato a vereador em 2020 pelo partido Cidadania, com parte de sua pauta de campanha sendo encaminhada às necessidades concretas dos motoristas de Uber, como indica a Figura 1.



Figura 1. Postagem de campanha de Thiago a vereador.

9 Local no Instagram onde os usuários podem fazer uma descrição sucinta de si mesmos.



Além disso, a ampla repercussão de seus posts, que pode ser verificada pela quantidade de seus seguidores e pela frequência com a qual eles repostavam os posts de Thiago, ou até pela menção de Thiago em posts de outros usuários quando falavam em algo referente aos motoristas (Thiago faz questão de compartilhar em seu perfil o compartilhamento que outros perfis faziam de seus posts, como indica a Figura 2), mostrava a mim que as interações possíveis de serem rastreadas a partir de seu Instagram poderiam me fornecer um amplo material etnográfico.

Figura 2. Postagem compartilhada por Thiago.

No entanto, a riqueza desse material só foi por mim tematizada quando percebi que uma outra infraestrutura não iria exatamente me fornecer o mínimo de subsídio para compreender as arbitrariedades sofridas pelo grupo de trabalhadores que Thiago representa. Isso porque encarei inicialmente o Instagram apenas como uma forma de chegar a um espaço individualizado de interlocução, como é o caso do aplicativo de troca de mensagens, WhatsApp. De fato, como seu contato nesse aplicativo não pode ser acessado por vias públicas (fiz questão de checar tanto na página da Amapé quanto na bio do perfil de Thiago se ele não compartilhava o número de seu telefone), presumi que uma vez que conseguisse chegar a esse meio, poderia ter em mãos uma infraestrutura mais

adequada a construir uma relação duradoura de confiança com o interlocutor do que uma à qual qualquer usuário poderia ter acesso, como é o caso do seu popular Instagram. De fato, pensava que se por sorte conseguisse uma resposta sua perante o amontoado de mensagens que certamente devem chegar a ele através deste último, seria improvável que um diálogo sobre temas mais específicos pudesse decorrer ali ao longo do tempo.

De início, essa impressão pareceu razoável. Isso porque, a primeira mensagem mandada por mim ao seu *direct*¹⁰ no Instagram alcançou os dois objetivos por mim esperados: 1) obter uma resposta em um relativo tempo curto; e 2) conseguir o número de seu WhatsApp para finalmente poder me desvencilhar de um ambiente seguido por outros 17.000 seguidores. Como visto na Figura 3, para minha surpresa, o primeiro dos objetivos foi alcançado com larga folga, já que sua resposta à minha mensagem de apresentação veio no mesmo dia.¹¹ Assim como o segundo, já que seu número de celular foi enviado a mim por ele na mensagem subsequente às mensagens mostradas na Figura 3.¹²

No entanto, o desejado WhatsApp e a maneira com a qual Thiago o utiliza frustrou parte das minhas expectativas com aquela infraestrutura. Isso porque cada pergunta feita por mim era acompanhada de períodos cada vez maiores sem resposta por parte de Thiago. Mesmo quando aconteciam, estas pareciam telegráficas, como se já tivessem sido treinadas por ele com outros jornalistas, políticos e pesquisadores.

10 Ferramenta que permite a qualquer usuário do Instagram enviar mensagens diretas para algum perfil específico. No entanto, caso o usuário desejar, ele pode restringir a possibilidade de receber essas mensagens apenas àqueles seguidores seguidos por ele próprio, o que não parecia ser o caso de Thiago. De fato, como o leitor irá notar, mesmo Thiago não sendo meu seguidor, eu consegui mandar uma mensagem direta para ele nessa rede social.

11 Mesmo que a ferramenta no Instagram não deixe isso registrado, Thiago respondeu minha mensagem no mesmo dia 18 de março em que fiz a pergunta. Afirmo isso porque a plataforma indica, no topo de cada mensagem, quando a mensagem é enviada em um dia diferente daquela que foi primeiramente encaminhada.

12 Como nesse diálogo o interlocutor me diz seu número pessoal, optei por não torná-lo público.

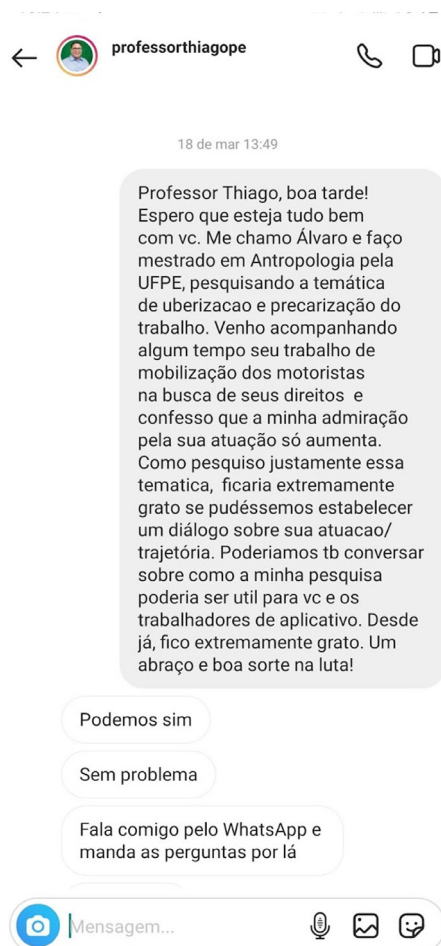


Figura 3. Troca de mensagens com Thiago pelo *direct* do Instagram.

A primeira mensagem mandada por mim para seu WhatsApp já foi um ensaio dessas dificuldades. Como indica a Figura 4, inauguro o diálogo com Thiago com um áudio de pouco mais de um minuto, onde detalho qual era minha intenção ao entrar em contato com ele, bem como quais eram meus interesses com a pesquisa que estava desenvolvendo. Através de sua resposta (que demora três dias para acontecer) descubro que o interlocutor estava realmente interessado em se envolver com aquele esforço. Diante disso, envio outro áudio no qual

peço que ele descreva sua trajetória individual até se tornar um trabalhador por aplicativo, que ele demora mais três dias para responder. Em sua resposta, a suposta posição privilegiada daquele aplicativo veio por terra:

Oi, Álvaro. Boa tarde, amigo. Primeiramente, queria pedir desculpa pela demora aí pra te responder. Eu ouvi teu áudio e aí meu WhatsApp começou a chegar um monte de mensagens e a tua mensagem desceu e acabou que eu não respondi mas eu vou tentar responder a primeira etapa da pergunta agora e, se der, as duas.

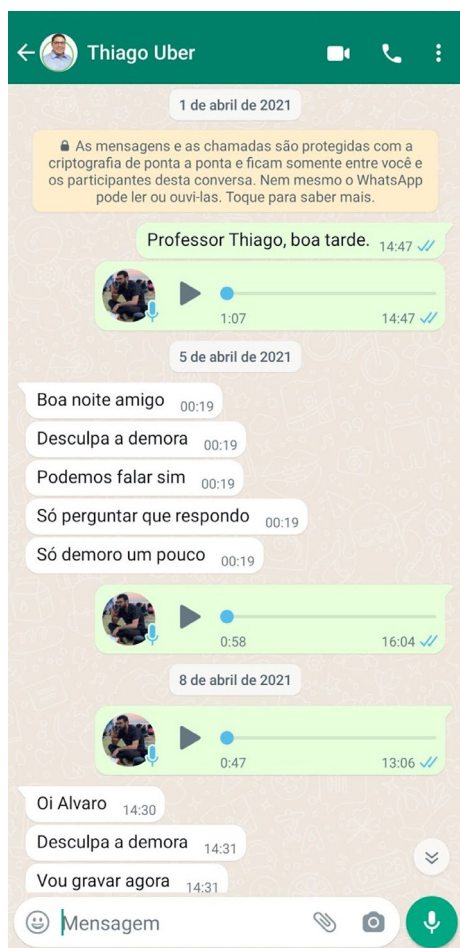


Figura 4. Primeiro diálogo com Thiago pelo WhatsApp.

Essa não seria a única resposta que Thiago demoraria a dar. De fato, a exceção era quando as respostas eram enviadas com um prazo menor do que três dias, o que exigiu um permanente esforço de destacar as mensagens por mim enviadas, enviando outras que pudessem destacá-las¹³ e, com isso, fazer com que elas subissem em seu WhatsApp. Foi justamente nessas últimas que eu pude ver brechas para identificar em que tipo de situação Thiago respondia minhas perguntas, já que, pelo menos no início de minha interlocução com ele, essas segundas mensagens pareciam deixá-lo constrangido por não ter respondido as primeiras, pressionando-o a respondê-las nos mais variados lugares que estivesse assim que as visualizasse. Pude presumir que isso acontecia porque o preenchimento dos dois tracinhos pela cor azul em meu chat com ele (indicativo, para a linguagem do WhatsApp, de que o interlocutor abriu a conversa com a nova mensagem) geralmente vinha acompanhado de suas respostas em áudio.

Através dos ruídos presentes nesses áudios pude catalogar pistas não apenas para identificar os lugares em que Thiago estava enquanto os enviava, mas, sobretudo, para poder traçar que tipo de interação meu interlocutor conduzia nesses ambientes. Assim, se escutava barulhos de carros se movimentando junto a sons de rádio e/ou comentários de possíveis passageiros solicitando para que dobrasse em uma rua e não em outra, presumia que ele respondia minha mensagem enquanto fazia uma de suas viagens. Se percebia que suas respostas eram emboladas por sons de deglutição acompanhados de barulhos de plástico, presumia que ele respondia a mensagem enquanto fazia uma refeição entre suas viagens. Desse modo, precisei encarar os áudios não apenas como fonte de conteúdo sobre sua rotina, mas também como um rastro a partir do qual seria possível mobilizar minhas próprias associações entre som e ambiente e, a partir delas, mapear as potenciais interações de Thiago.

Se esses sons me davam um canal para acessar o ambiente, eles também perturbavam o desenrolar das respostas de Thiago, já que os ruídos dos carros passando em alta velocidade ou o fato de seu celular estar conectado ao som de seu automóvel enquanto gravava um áudio, por vezes, faziam com que sua fala

13 O WhatsApp fornece uma ferramenta ao usuário que o permite buscar uma mensagem já enviada, ao mesmo tempo que se envia uma nova logo abaixo dela. Do ponto de vista interlocutivo, isso permite que temas sejam resgatados, bem como que respostas confirmadas ou negadas por aqueles com quem se dialoga.

fosse encoberta, ou até mesmo totalmente silenciada. Tais dificuldades fizeram com que eu pedisse para que ele repetisse suas respostas, o que parecia deixá-las ainda mais telegráficas. Nesse sentido, suas narrativas apareciam a mim como pequenos fragmentos que, para se tornarem compreensíveis, exigiram que eu os reunisse em uma narrativa etnográfica (limitadamente) coerente. De fato, precisei fazer uma reunião dos vários áudios de Thiago com seus chiados, quedas e interrupções suscitadas pelas suas interações em ambientes físicos e, com isso, construir narrativas etnográficas capazes de me permitir compreender algumas questões que considerava centrais para o entendimento das rotinas dos motoristas de Uber (Junge; Tavares, 2020; Tavares, 2021).

A partir de uma das respostas de Thiago em áudio é possível exemplificar tal construção. Aqui, pergunto a Thiago sobre sua trajetória, profissão pregressa e o que poderia ter acontecido com esta para que ele tenha tomado a escolha de se inscrever na Uber, primeiro aplicativo de viagens em que ele ingressou. De fato, minha experiência anterior de trabalho com motoristas de Uber desde a graduação me despertava interesse específico nessa questão, já que boa parte dos relatos de outros motoristas no que diz respeito ao período anterior à entrada na Uber era caracterizada por certas narrativas em comum: decepção com antigos padrões, frustração com a estrutura hierárquica de empresas e demissões que aconteciam perante um momento de crise econômica nacional (Junge; Tavares, 2020).

A resposta de Thiago não divergiu desses pontos. Aqui, o interlocutor fala que trabalha desde os 16 anos, quando era estagiário na prefeitura de Recife no núcleo de tecnologia de educação do programa Bolsa Escola. Para ele, começar a trabalhar tão cedo pode ser explicado pela sua vontade de conseguir independência financeira e de “não depender de ninguém”. Nesse sentido, ele afirma que entrou na faculdade, se formou e, por isso, pôde se tornar professor da rede privada, local onde trabalhou nos dez anos que antecederam sua entrada na Uber, de início, como renda secundária e, em seguida, como renda principal. No entanto, sucessivas decepções com o ramo educacional o fizeram desistir dessa área:

Como a docência no Brasil todo mundo sabe, você também deve saber disso, é uma profissão muito ingrata, né, com os professores, o que era a renda principal, se tornar apenas um complemento de renda. Realmente minha renda caiu bastante. Então, eu fiquei muito chateado, decepcionado, muito mexido com o

tempo que eu trabalhei na iniciativa privada, da falta de reconhecimento, associado a tudo isso a questão de você ter que ter uma jornada de trabalho. Tem hora pra chegar, hora pra sair, às vezes num tem hora pra sair. Pressão psicológica, assédio moral, falta de reconhecimento.

As frustrações com esse ramo e sua estrutura hierárquica fizeram Thiago explorar um novo setor, ainda incipiente e potencialmente arriscado:

Acabou que os aplicativos chegaram aqui no Recife, né? Na verdade chegou aqui em 2016 a Uber e posteriormente, no final de 2017, a 99, e aí quando ela chegou aqui poucas pessoas conheciam. E aí eu decidi arriscar. Ali em meados de maio de 2016 eu fiz o meu cadastro. A Uber chegou em março, eu fiz o cadastro em maio, logo no início onde existia muita perseguição, taxistas quebrando carro, apreensão de veículos por parte da prefeitura, por parte da CTTU e a gente trabalhava escondido. A gente tinha que rodar mais descaracterizado do que a gente já anda, sem nenhum tipo de indicativo de que era motorista de aplicativo porque a pessoa podia ser mort[a] naquela época, você podia levar um tiro e ficar por isso mesmo porque a perseguição era muito grande e também poderia ter seu carro apreendido com uma multa de quase 5 mil reais. Então, a gente rodava com muito medo naquela época lá atrás, e a gente trabalhava com uma preocupação enorme, uma preocupação muito grande mesmo.

Tais respostas, no entanto, não estavam dispostas em apenas um dos áudios. Isso porque o primeiro áudio mandado por Thiago que menciona essas questões foi marcado por sucessivos períodos de silêncio (suponho que o interlocutor tenha colocado as mãos no autofalante do celular), que exigiram pedidos meus para o interlocutor repetir alguns das partes ausentes, sobretudo quando tais partes cortavam períodos extensos de seu áudio.

Além de meras repetições, os áudios em que Thiago respondia meus pedidos para refazer as respostas forneciam novas descrições sobre as mesmas situações, o que permitia rastrear diferentes (e às vezes contraditórios) sentidos através dos quais ele compreendia sua situação como motorista de Uber. Em um desses casos, Thiago explica novamente sua trajetória, citando seu acúmulo de decepções com sua profissão. No entanto, um ponto novo é citado por ele ao explicar sua trajetória desde quando era estagiário:

Eu comecei trabalhando na prefeitura do Recife como estagiário, com 17 para 18 anos, e aí depois disso eu fui para a iniciativa privada, passei um tempo e aí depois fui demitido, e quando eu fui demitido, eu fiquei chateado, fiquei abusado, fiquei decepcionado, vamos dizer assim, e decidi que eu precisava encontrar uma nova forma de trabalho.

Thiago aqui traz um fator fundamental omitido na primeira de suas respostas: o fato de ele buscar a empresa de compartilhamento de corridas depois que foi demitido de seu emprego na rede privada. Menos sugerir uma interpretação discursiva ou psicanalítica para explicar o motivo dessa nova informação, aqui basta destacar que as falhas na infraestrutura de aplicativos como WhatsApp levam a processos de repetição por parte dos interlocutores, que acabam por expandir as formas com as quais eles se colocam perante sua própria inserção na Uber. Nesse sentido, se a partir de sua primeira fala é possível presumir uma ação perante decepções acumuladas (“eu decidi arriscar”), na segunda tal aspecto é abafado pela nova informação adicionada, que aparece aqui como o fator que levou à decepção (“e quando eu fui demitido, eu fiquei chateado, fiquei abusado, fiquei decepcionado”). Mesmo que isso também aconteça em conversas presenciais, a dimensão assíncrona das respostas em áudios de WhatsApp, além dos espaços temporais que separam um áudio do outro, acabam por amplificar a dimensão contraditória das repetições.

Sobre a perda de interlocução

Os dois últimos trechos citados de meus diálogos com Thiago são fruto dos últimos áudios que recebi dele em nossas conversas por WhatsApp. Isso porque, à essa altura de nosso diálogo, tinha sentido abertura suficiente de sua parte para introduzir aquele que era um dos meus objetivos com o presente trabalho: fazer com que ele fosse um mediador de alguma ação concreta para os trabalhadores com os quais estava buscando interlocução. A apresentação dessa dimensão de minha pesquisa produziu o efeito inverso daquele que eu previa, de modo que a disposição de Thiago para se engajar naquela proposta, ou até mesmo de voltar a responder as perguntas como aquelas que estava fazendo antes da referida proposta, diminuíram consideravelmente. De fato, os últimos dois áudios que

ele me manda (presentes na Figura 5) são para justamente falar das potenciais dificuldades que teria em construir alguma proposta que envolvesse figuras políticas como Ivan Moraes, bem como com membros do partido a que o parlamentar do PSOL está filiado:

Ô, Álvaro, eu conheço Ivan, inclusive já tive no gabinete dele em algumas oportunidades, convidei ele pra dar uma palestra lá na faculdade que eu dou aula. Nutro de respeito e admiração pelo trabalho dele, mas a gente tem muitos pontos de, vamos dizer assim, de discordâncias políticas, né? A começar pela questão parti-

dária mesmo, que eu tô num partido que é de centro-direita, que tem uma visão completamente antagônica ao modelo e formato de mandato que Ivan compartilha. Ivan inclusive é muito amigo de João Freire, que é secretário-geral do partido, que também é meu amigo... Assim, nada impede de se falar, sabe? Mas é muito complicad[a] essa relação por causa dessa questão antagônica que existe de leituras de diversas interpretações de fatos diferentes, justamente porque a gente tá em campos políticos distintos, entende?



Figura 5. Últimos áudios de Thiago enviados pelo WhatsApp.

Embora nessa resposta o interlocutor não tenha exatamente fechado as portas para essa proposta, o ritmo em que se deu o diálogo posterior ao envio desse áudio me mostrou o contrário. Desestimulado pela resposta que recebia dele, lhe enviei uma nova pergunta (ainda sobre a possibilidade de construir uma ação conjunta) depois de dez dias do áudio mandado por ele (como indicam as Figuras 5 e 6). Aqui, especulo quais seriam os eixos principais responsáveis por motivar uma ação conjunta, bem como quais novas regulamentações poderiam ser elaboradas. Não mais a partir de áudios, o interlocutor me dá um curta resposta digitada a essa pergunta, tal como vista na Figura 6. Esse seria o padrão

de suas respostas, até ele definitivamente parar de responder meus questionamentos, no dia 27 de maio de 2021.

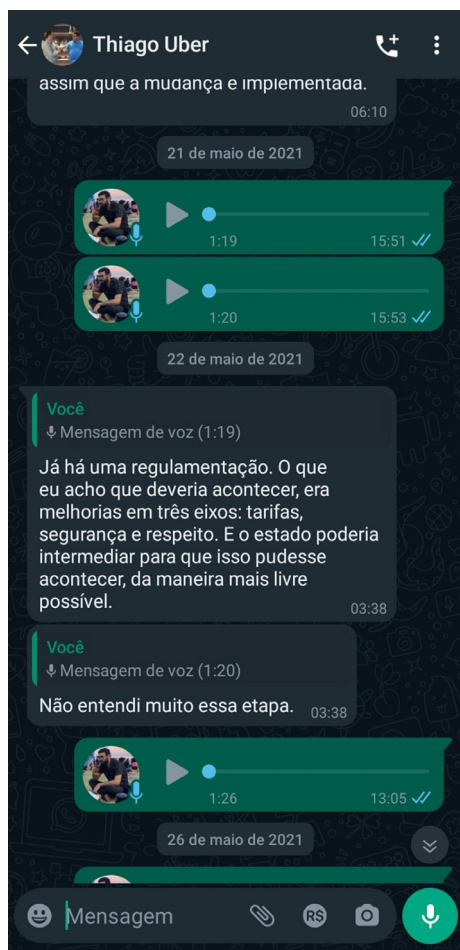


Figura 6. Respostas de Thiago por mensagem de texto no WhatsApp.

O retorno ao Instagram

Como o leitor pôde constatar, a volta ao primeiro dos espaços em que tive contato com Thiago se deu menos por uma escolha do que por uma imposição do campo. Assim, nos termos desta pesquisa, o corte na rede (Strathern, 2017) foi feito muito mais pelo interlocutor do que pelo antropólogo, o que acabou por condicionar o movimento de associações que precisaria seguir para aprofundar meu entendimento sobre Thiago.

De fato, à medida que percebia seu progressivo distanciamento, sua página no Instagram aparecia como uma sombra através da qual eu poderia navegar para conseguir sanar algumas das lacunas geradas pelo seu desinteresse em continuar o nosso diálogo. Assim, embora não conseguisse concretizar a ideia de ação conjunta que tinha concebido, através da volta ao Instagram pude verificar como Thiago compartilhava com um público amplo algumas das informações que tinha me fornecido privadamente.

Para desvendar alguns aspectos dessa questão, pretendo nos tópicos que se seguem fornecer uma descrição de seu Instagram, dando relevância para aqueles posts que têm uma maior capacidade de dialogar com os temas sobre os quais conversamos por WhatsApp. Para esses, pretendo enfatizar as razões metodológicas que me fizeram destacá-los da gama de informações, diálogos, curtidas e interações presentes em sua página nessa rede social. Nesse sentido, além de mobilizar temas centrais para desvendar o cotidiano dos motoristas, pretendo também fornecer um (possível) mapa para caminhar através de um ambiente marcado pela saturação de imagens e sons (Leitão; Gomes, 2017), algo constitutivo de ambientes virtuais como o Instagram.

Mapeando Thiago e seu grupo político

Exibindo uma Coca-Cola gelada à frente de sua televisão, é no dia 4 de janeiro de 2012 que Thiago faz sua primeira postagem no Instagram. Daí até 2017 suas postagens parecem não ter um padrão bem definido: fotografias de sua cachorra, de pratos em restaurantes, jogos de futebol, encontros com profissionais da docência (profissão pregressa à sua entrada na Uber), viagens com sua filha e esposa, selfies em que só vemos a face do interlocutor, imagens de paisagens e

pôr do sol. Com no máximo 20 curtidas, essas postagens raramente são acompanhadas de comentários, que quando acontecem geralmente versam sobre a beleza e harmonia de sua família.

Como mostra a Figura 7, é no dia 28 de outubro de 2017 que o interlocutor faz a primeira postagem que envolve a categoria de motoristas de aplicativos. Sem comentários e com apenas 4 curtidas, a postagem já aparece como um ensaio de como vai ser a aparência de seus posts no futuro: uma convocação para a mobilização nacional dos motoristas de aplicativo, fornecendo a seus seguidores data, local e horário do acontecimento.



Figura 7. Primeira postagem de Thiago no Instagram envolvendo a categoria de motoristas de aplicativo.

Além de agitação política, Thiago também compartilha diversas formas de ajuda material, bem como de reconhecimento social em seu Instagram. Frequentemente condicionando a possibilidade de conseguir tais apoios e reconhecimentos a uma filiação na Amape, esses vão desde suporte psiquiátrico a descontos para blindagem de carro. Na Figura 8, por exemplo, vemos um desconto de 50% oferecido para a aquisição de uma blindagem para carro e moto “100% garantida”, fruto de uma parceria da Amape com a empresa Vedafuro. Thiago associa o link a partir do qual é possível fazer tal pedido ao seu Instagram pessoal, já que o dispõe em seu *story* nesse aplicativo. Aqui, o interlocutor não deixa cla-

ro se apenas associados a Amape têm direito ao benefício, ou se este se estende a outros motoristas de aplicativo. Mais na frente, o interlocutor deixa clara essa especificação ao oferecer atendimento psicológico para “associados Amape e familiares”, como evidencia a Figura 9. No texto vinculado a esse post, Thiago não apenas estimula os motoristas parceiros a marcarem um atendimento, como também parece dar ênfase para a condição exigida para efetuar a marcação: a filiação à Amape, possível de ser feita através de uma mensagem direta ao meu interlocutor.



Figura 8. Postagem de Thiago no Instagram com oferta de parceira feita pela Amape.

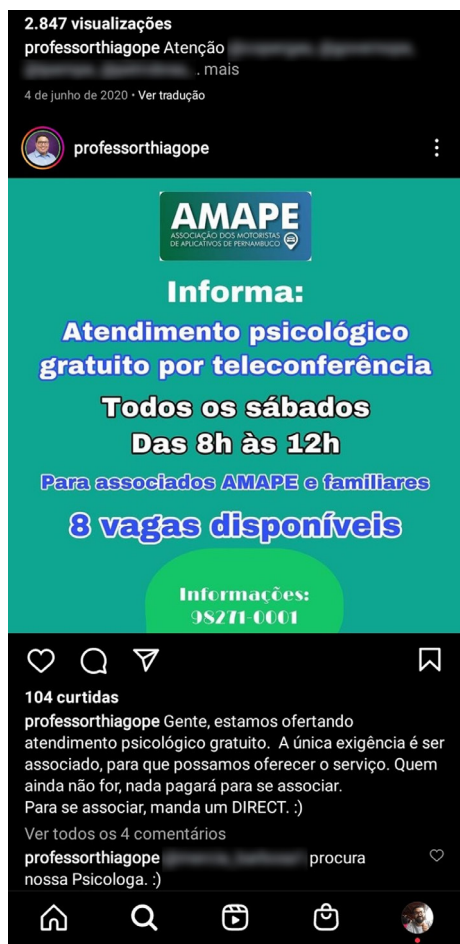


Figura 9. Postagem de Thiago no Instagram com oferta de atendimento psicológico a associados da Amape.

Para além de assistência a demandas específicas, Thiago também se mostra com abertura para conversar com determinados grupos já formados de motoristas, de modo a tentar vincular suas atuações à associação presidida por ele, a Amape. Com um desses grupos que atuam próximo ao Recife Flat, no bairro Boa Viagem na Zona Sul de Recife, Thiago escuta as demandas dos motoristas e apresenta ações em andamento, como aquela em que busca obrigar os aplicativos a justificarem potenciais suspensões, como indica a Figura 10. Ele também demonstra

atenção às sugestões que chegam em sua página no Instagram, como aquela vista na Figura 11. Aqui, vemos sua interação com um dos comentários da foto exposta na Figura 10, onde ele responde às recomendações de seus seguidores, que vão desde a exigência de exibição de foto dos passageiros à necessidade de a Uber colocar os bairros certos em que se situam os passageiros solicitantes de uma viagem. Aqui, Thiago parece se mostrar tão disponível a responder as indagações de seus parceiros quanto nos espaços físicos aos quais as postagens fazem referência, de modo a ser impossível criar uma cisão entre espaço virtual e não virtual (Miller; Slater, 2004). Nesse sentido, tanto essas interações quanto

aquelas demonstradas anteriormente exibem distintos modos em que os espaços virtuais se vinculam ao material, seja fornecendo um canal de interação através do qual um motorista poderá adquirir um desconto para a blindagem de seu carro, seja como um meio de divulgar uma manifestação realizada presencialmente.



Figura 10. Postagem de Thiago no Instagram sobre seu contato com motoristas de aplicativo.

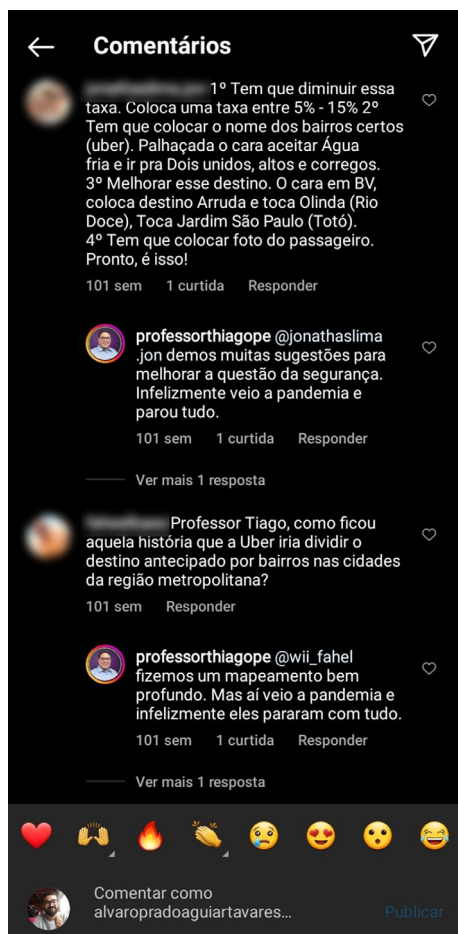


Figura 11. Comentários à postagem de Thiago no Instagram.

Ademais, as postagens que estabelecem vinculações como essas fornecem um meio através do qual Thiago pode provar que sua atuação vai além de redes sociais como Instagram, já que ele chega aos espaços onde grupos específicos de motoristas costumam realizar viagens, como é o caso de sua ida ao Recife Flat em Boa Viagem. Assim, essas postagens operam como equivalentes ao “estar lá” de nós antropólogos, já que funcionam como prova de autoridade mobilizada por Thiago para conseguir respaldo e reconhecimento dos motoristas que o

seguem. Aqui, a presença nos ambientes frequentados por estes últimos (sejam eles virtuais ou não) é justamente aquilo que justifica tal autoridade.

Dicas feitas por e para motoristas

No Instagram de Thiago, as redes de apoio também se expressam através do compartilhamento de informações que os motoristas fazem entre si. De fato, além das informações concedidas por Thiago em seu posts, aquelas que são socializadas pelos motoristas nos respectivos comentários dessas postagens também são fundamentais para que eles tenham dados para desviarem das falhas operacionais dos aplicativos de corrida, bem como de suas potenciais arbitrariedades. Desse modo, é possível identificar margem para compreender as distintas formas com as quais diferentes motoristas apreendem e se relacionam com uma mesma funcionalidade dos aplicativos de corrida, já que, se alguns motoristas confirmam o que foi dito por Thiago, outros parecem ter uma visão oposta à de meu interlocutor. É o que podemos ver nas Figuras 12 e 13. Aqui, Thiago expõe sua percepção de um dos mecanismos utilizados pela Uber para atrair passageiros nos momentos de baixa demanda, a Uber Promo, que permite que quem pede uma viagem pelo aplicativo possa pagar menores valores por viagem. Com um *print* de uma das viagens dispostas em seu aplicativo com a referida função, Thiago parece fazer uma conta que envolve quilômetro percorrido por valor do litro de gasolina, a partir dos dados fornecidos pelo aplicativo. Embora não fale explicitamente, o resultado de sua conta é óbvio: um prejuízo de 4 reais para o motorista que aceitasse percorrer o trajeto. No entanto, não é o que pensa um de seus seguidores. Para este, a Uber Promo faria sentido para o motorista que roda com GNV¹⁴ ou para aquele que quer evitar ir para certo destino sem um passageiro. Thiago responde o comentário com ainda mais clareza do que aquela presente em seu post: para ele, sob nenhuma circunstância tal funcionalidade é vantajosa ao motorista.

14 Gás natural veicular.



Figura 12. Postagem de Thiago no Instagram sobre o Uber Promo.

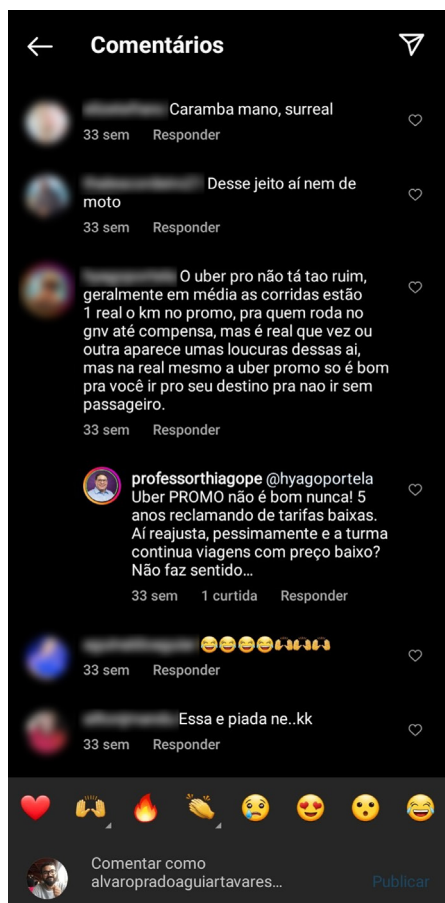


Figura 13. Comentários à postagem de Thiago no Instagram sobre o Uber Promo.

Interações como essas são recorrentes no Instagram de Thiago. Quando acontecem, elas vêm acompanhadas de relatos sobre experiências que podem ou não confirmar as perspectivas de Thiago. De uma forma ou outra, tais espaços servem como canais através dos quais os motoristas podem melhor se informar sobre sua circulação, tendo espaço tanto para relatar suas próprias experiências quanto para escutar a visão de outros motoristas. Espaços como esses parecem suscitar saberes sobre a cidade capazes de chegar a um público amplo, já que são expostos em uma rede social de uma figura pública como Thiago. Além disso, o fato de ele responder alguns dos comentários que recebe (inclusive aqueles discordantes) parece potencializar ainda mais tal dimensão.

Além de alertar sobre funções desvantajosas, esses espaços também servem como um canal para informar sobre potenciais defeitos nas infraestruturas dos aplicativos de corrida compartilhada. É o que mostra o post presente nas Figuras 14, 15 e 16. Aqui, Thiago alerta sobre o que ele mesmo chama de um bug no aplicativo de corrida compartilhada 99. Nesse dia, devido à alta demanda de viagens, a 99 anuncia que dará recompensas para os motoristas que decidiram aceitar viagens, como indica a Figura 14, onde vemos uma recompensa de 24 reais pelo fato de Thiago ter aceitado uma viagem caracterizada como “embarque de longa distância”. De fato, como no dia dessa viagem (11 de agosto de 2021, como indica a Figura 16) Recife passava por uma forte chuva, que acabou por provocar alaga-

mentos em vários territórios da cidade (Terceiro [...], 2021), recompensas como as oferecidas a Thiago eram uma forma de a 99 compensar pelos riscos de trafegar pela cidade em tal condição. No entanto, uma vez aceita, as recompensas se mostraram consideravelmente menores, como mostra a segunda imagem de seu post (Figura 15), quando evidencia uma recompensa de apenas 24 centavos para meu interlocutor. É o que confirma um outro motorista em um dos comentários do mesmo post, ao relatar sua experiência nesse dia (Figura 16). Semelhante à de Thiago no que diz respeito a falta de simetria entre demanda por passageiros e valores por viagens, este último vai mais longe ao afirmar que uma tentativa de desviar desses bugs podia vir acompanhada de potenciais bloqueios.



Figura 14. Postagem de Thiago no Instagram sobre o bug no aplicativo 99.

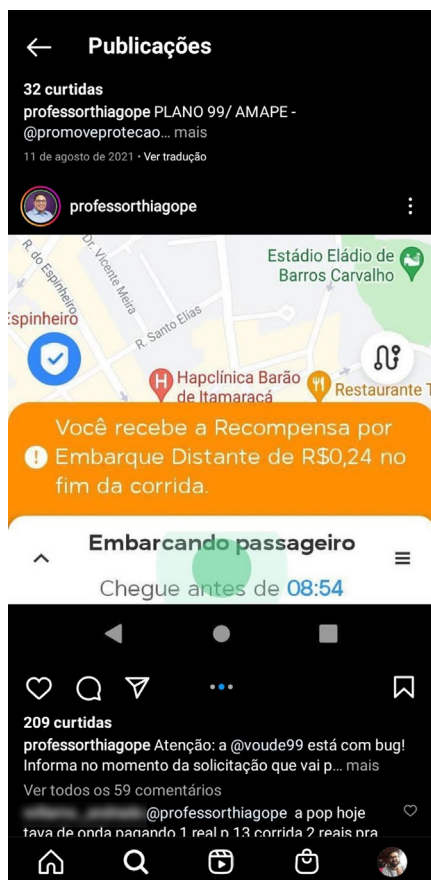


Figura 15. Postagem de Thiago no Instagram mostrando a diferença de valor no aplicativo 99.

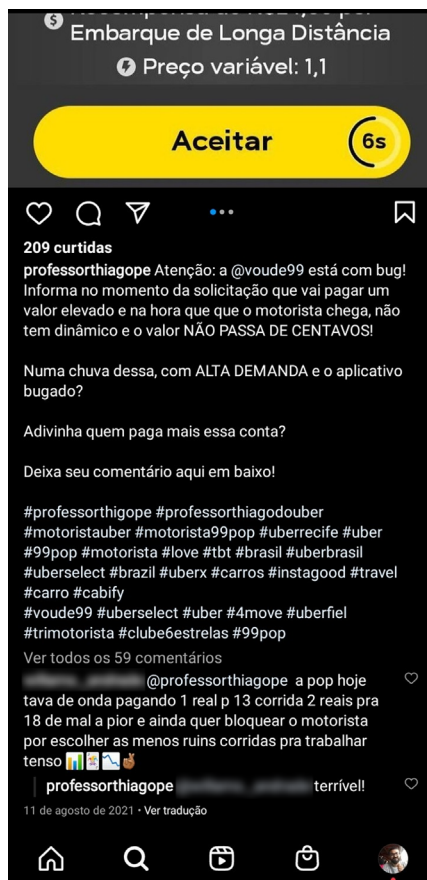


Figura 16. Comentário à postagem de Thiago no Instagram sobre o bug no aplicativo 99.

Mais do que críticas à arbitrariedade das empresas de aplicativo ou exigências específicas ao poder público, algumas das postagens de Thiago versam sobre o orgulho de conseguir o melhor aproveitamento possível enquanto um “motorista parceiro”. Se em alguns momentos esse orgulho se expressa enquanto uma promoção do próprio Thiago (Figura 17), em outros ele vocaliza a “excelência” de

outros motoristas que compartilham suas respectivas notas com meu interlocutor (Figura 18). Tratando-os como guerreiros que conseguem fazer seu melhor mesmo em situações adversas, esses espaços são locais para louvar o mérito individual e o empenho.

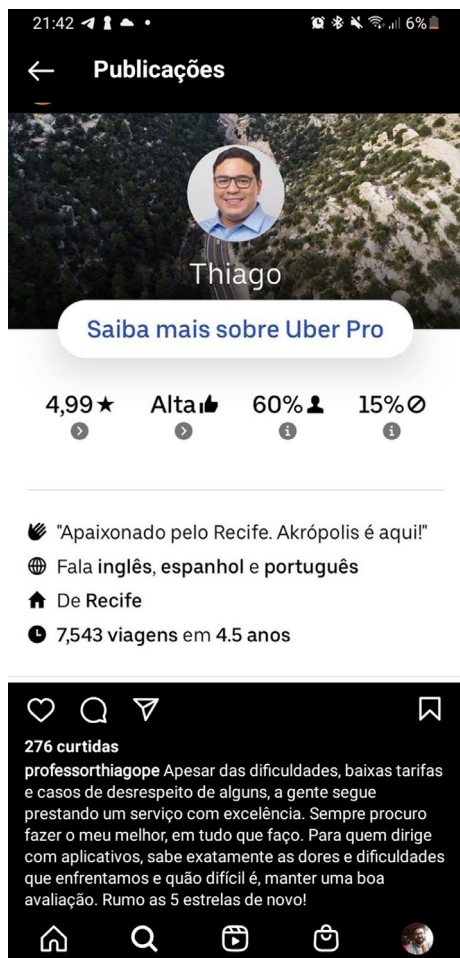


Figura 17. Postagem de Thiago no Instagram sobre a qualidade do seu serviço.

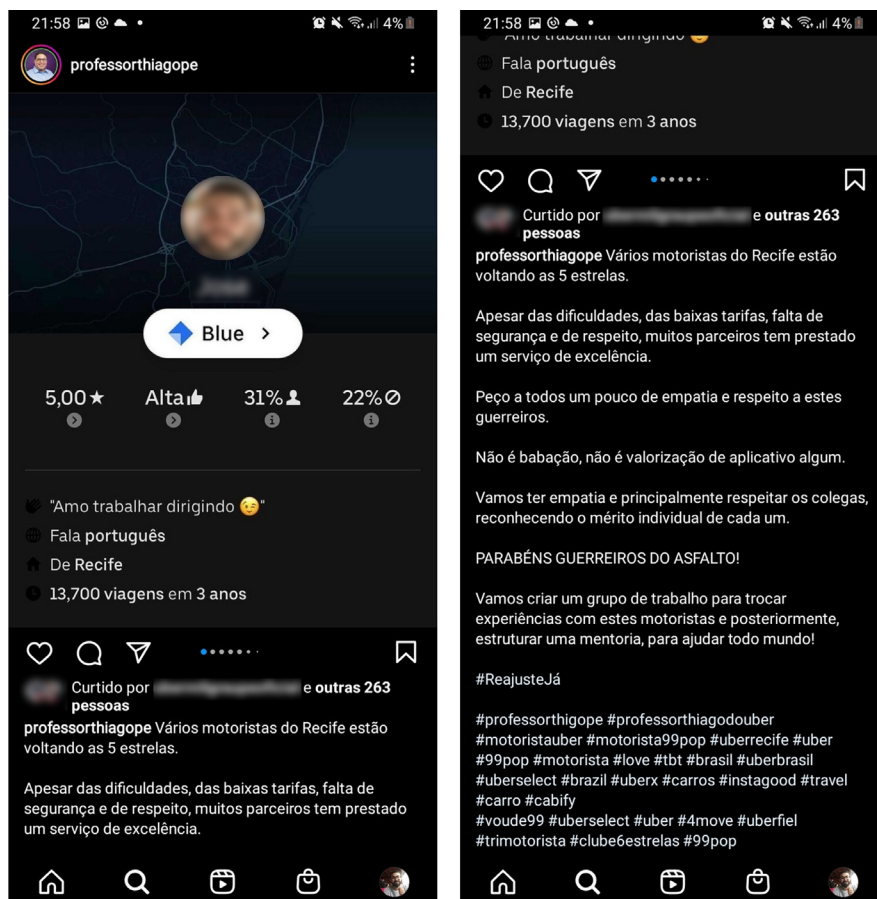


Figura 18. Postagem de Thiago no Instagram sobre a qualidade do serviço prestado pelos outros motoristas.

Precariedade em movimento

Como fica claro na breve perambulação virtual (Leitão; Gomes, 2017; Segata, 2016) que fiz aqui, Thiago demonstra uma rede de solidariedade, suporte material e reconhecimento social robusta, o que, em parte, justifica sua reticência em aceitar a proposta feita por mim. Aliado às intermitências de nosso diálogo, encaro tais dissensos como elementos a serem evidenciados na escrita etnográfica,

já que ajudam a compreender os interlocutores de pesquisa enquanto atores políticos autônomos, que não esperam nem dependem da ação de um “antropólogo bondoso” (Bourgois, 1997). Munidos de associações políticas específicas, esses motoristas constroem formas singulares de resistirem a algumas das arbitrariedades às que a Uber os submetem, especialmente pela forma com a qual eles compartilham e utilizam as informações sobre suas circulações cotidianas.

Do ponto de vista etnográfico, o mais importante aqui é explicitar o encadeamento de razões e motivos que me fizeram buscar um interlocutor como ele. Isso porque foi através da dinâmica dessa busca que as questões que constituem a contraditória relação dos motoristas com os aplicativos de corrida puderam vir à tona. Aqui, menos do que algo previamente estabelecido, a precariedade que constitui a realidade dos motoristas era algo que se movimentava de acordo com as possibilidades de interlocução que eu tinha com Thiago, bem como nas decisões que eu tomava frente a essas dificuldades. Isso porque, se quisermos compreender a precariedade enquanto uma categoria capaz de expressar diversas formas de vulnerabilidade (como defendo no tópico seguinte), é necessário descrever o processo de circulação dos relatos através dos quais as variadas dinâmicas de espoliação sofridas pelos motoristas são expostas, bem como na maneira com a qual esses relatos se movimentam entre ambientes virtuais distintos.

Nessa perspectiva, como recomenda uma ampla literatura sobre etnografia em ambientes virtuais (Leitão; Gomes, 2017; Miller; Slater, 2004; Segata, 2016), seria possível dissolver uma dicotomia que frequentemente emerge nos estudos sobre cibercultura e mídias sociais (Rifiotis, 2016). Essa dicotomia seria constituída pela existência de dois mundos que estariam a priori separados. Por um lado, se encontra o mundo das simbologias, discursos e subjetividades, onde estão os humanos e suas infindáveis disputas por poder (Latour, 1994). Do outro, o mundo dos objetos técnicos (não humanos), dinamizados pelas leis imanentes da natureza, aparentemente imunes às controvérsias do sempre nebuloso universo dos humanos. Própria do pensamento moderno (Latour, 1994), tal dicotomia se expressa nos estudos sobre mídias sociais quando se tenta tornar opaco o meio pelo qual os humanos vinculam a expressão de símbolos, discursos e subjetividades. Em contraste a isso, os autores acima citados incluem as dimensões técnicas das redes sociais como atores do processo social, ou seja, os algoritmos, a tela dos smartphones, a rede móvel que conecta os celulares saem

dos bastidores silenciosos da ação para se tornarem actantes (Latour, 1994), amalgamados aos atores humanos. Aqui, as redes sociais não seriam apenas um “locus de sociabilidade” (Rifiotis, 2016), mas um tecido não inteiriço, “pois está mesclado de outros elementos que desempenham atividades diversas no curso da ação” (Rifiotis, 2016, p. 90).

Para os termos deste trabalho, a aparente dicotomia entre humanos (os relatos dos motoristas sobre suas conturbadas rotinas de trabalho, bem como suas concordâncias e dissensos acerca de sua própria profissão) e não humanos (as redes sociais dos motoristas, o WhatsApp, a queda dos áudios de Thiago) poderia ser superada por uma abordagem que enxergue: 1) as crises e instabilidades do processo interlocutivo do pesquisador com interlocutor; 2) as arbitrariedades vividas pelos motoristas em sua circulação cotidiana; e 3) a dinâmica própria de interação de redes sociais como Instagram, com seu ritmo frenético de curtidas, compartilhamentos e comentários como um híbrido (Latour, 2012), que tem a *precariedade* como categoria/movimento capaz de furar a suposta oposição entre técnica, de um lado, e suas explicações sociais, de outro (Leitão; Gomes, 2017).

Considerações finais

Aprofundemos esse ponto à luz dos usos que certa sociologia do trabalho faz da categoria precariedade, em contraste com o uso que proponho aqui. Com isso, pretendo sugerir que mais do que um termo utilizado para descrever precisamente um fenômeno social dotado de tais ou quais características, *precariedade* pode ser utilizada para descrever certo laço social que interliga, por um lado, os interlocutores uns aos outros e, por outro, os interlocutores ao próprio pesquisador.

O termo “precariedade” é frequentemente utilizado para descrever fenômenos diversos. Em seu uso mais frequente desde que o neoliberalismo se sustentou enquanto modelo de acumulação hegemônico a partir dos anos 1980 no mundo, precariedade começou a ser utilizado como categoria capaz de descrever as modalidades de relações laborais que emergiram a partir da chamada era da acumulação flexível. Aqui, empresas que têm sua produção distribuída ao longo de todo o globo – mas com seus centros de comando localizados nos países centrais do capitalismo – administram seus trabalhadores sob a instabilidade dos

contratos intermitentes, o que, com o argumento de corte de custos e necessária flexibilidade para atender a demandas sempre mutáveis, impõe aos trabalhadores igual flexibilidade para atender a rotinas que não podem ser mais previstas. De fato, para se manter em atividade no mercado de trabalho, o(a) trabalhador(a) – que autores como Antunes (2018) e Braga (2013) compreendem como precariado – precisa estar acostumado(a) a se adaptar a novos modos de controle e gestão que são permanentemente introduzidos aos locais de trabalho.

Aliado a isso, para certa literatura (Braga, 2017; Standing, 2013), um outro ponto que ajudaria a conceituar os(as) trabalhadores(as) precários(as) seria a mobilização por projetos políticos autoritários. De fato, como o precariado não estaria mais envolvido com espaços de classe tradicionais (como os sindicatos), onde tanto uma certa compreensão de mundo quanto complexos processos de reconhecimento são construídos e compartilhados pelos trabalhadores, essa classe perigosa (Standing, 2013) seria facilmente seduzida por soluções de caráter populista. Aqui, o enfrentamento ao sistema político vigente aparece como solução para algumas das angústias de indivíduos que vivem sob o signo da flexibilidade.

No entanto, os usos do termo precariedade – também utilizado para descrever a condição de vida dos trabalhadores precários (Braga, 2013, 2017; Standing, 2013) – frequentemente vêm à tona para descrever outras épocas que não as dos anos neoliberais. Nesse sentido, Braga (2013) utiliza esse termo para descrever a realidade daqueles trabalhadores emigrados do Nordeste, e que em grandes capitais como São Paulo irão servir como mão de obra barata para sustentar a produtividade das grandes indústrias do Brasil durante a década de 1930 até 1960. Responsáveis por ocuparem as regiões periféricas dos grandes centros urbanos, já que seus baixos salários reservam a eles as piores condições de habitação e saneamento, esses trabalhadores, assim como os de telemarketing do século XXI igualmente abordados por Braga, também recebem a alcunha de trabalhadores precarizados. Aqui, formas distintas de organização da produção, que permitem a emergência de subjetividades díspares (uma marcada pelos atos repetitivos do modelo fordista, e a outra pela flexibilidade imanente ao neoliberalismo) são igualmente definidas por parte da literatura enquanto expressão da precarização (Antunes, 2018; Braga, 2013).

Autoras como Abílio (2019) buscaram dar uma precisão maior para esse termo ao dar ênfase nas modalidades de administração dos trabalhadores pelas

grandes empresas. Nesse sentido, para falar dos trabalhadores de aplicativo, Abílio (2019) cita que a forma com a qual os algoritmos dos aplicativos administram os movimentos dos trabalhadores através dos grandes centros urbanos expressa nada mais do que o aprofundamento de um tipo de controle próprio da fase neoliberal do capitalismo. Assim, autogerenciamento subordinado (Abílio, 2018, 2019) é o termo mobilizado por Abílio para descrever a forma com a qual os trabalhadores lidam com o controle feito pelos algoritmos dos aplicativos de corrida, que, ao implicar uma dinâmica de controle dispersa através de uma série de atores e circunstâncias, não pode se restringir nem a um lugar específico nem às mesmas lógicas de controle e avaliação ao longo do tempo (na medida em que o que é considerado como uma viagem satisfatória varia de passageiro para passageiro). Para Abílio, tais dinâmicas de controle, embora radicalizadas pela dinamicidade das inteligências artificiais dos aplicativos, são parecidas àquela a que os trabalhadores precarizados das empresas que emergiram a partir do processo de globalização produtiva estão sujeitos.

Embora a caracterização de Abílio seja fundamental pela sua capacidade de identificar o que singulariza os trabalhadores de aplicativos perante outros trabalhadores que estão envolvidos por contextos flexíveis, ela talvez não dê maiores subsídios para uma compreensão mais rígida sobre o porquê de a experiência social de um motorista de aplicativo ser mais (ou menos) precária do que a de um trabalhador do setor de teleatendimento, ou uma outra que trabalhe como revendedora da Avon (Antunes, 2018). Ou ainda, caso queiramos considerar tanto motoristas de aplicativo quanto revendedoras da Avon enquanto trabalhadores(as) precarizados(as), deveríamos questionar se uma categoria que descreve dinâmicas de labor tão distintas pode realmente servir enquanto categoria útil para compreender o atual mundo do trabalho.

À luz das experiências etnográficas que descrevi ao longo deste trabalho e dos limites acerca dos usos da categoria *precariedade*, sugiro que seja possível olhar para esse termo enquanto uma categoria associativa, que serviria menos como recurso através do qual o pesquisador poderia definir com precisão sociológica um tipo específico de fenômeno do que como um operador político com capacidade de construir um horizonte comum entre sujeitos com demandas singulares. Ou seja, defenderia que precariedade poderia apontar para uma certa vulnerabilidade da experiência social que, embora achesse de maneiras distintas agrupamentos sociais diferentes, demonstra indistintamente que o

outro pode vir a perecer, seja por uma bala de borracha vinda da polícia militar em um protesto de professores, seja por um acidente de carro causado pela desatenção no trânsito após uma noite inteira levando passageiros em uma grande cidade. Baseio tal discussão sobretudo a partir das reflexões de Judith Butler (2022) acerca das dinâmicas de produção dos regimes de visibilidade através dos quais certas mortes são sentidas e enlutadas, enquanto outras são omitidas. Butler dá ênfase em como a vulnerabilidade física aponta, de maneira incontornável, para o entrelaçamento que temos uns com os outros, e de que dependemos desse entrelaçamento para nos sustentarmos enquanto alguém que necessita de suporte material e simbólico:

Isso significa que somos constituídos politicamente em parte pela vulnerabilidade social dos nossos corpos – como um local de desejo e vulnerabilidade física, como um local de exposição pública ao mesmo tempo assertivo e desprotegido. A perda e a vulnerabilidade parecem se originar do fato de sermos corpos socialmente constituídos, apegados a outros, correndo o risco de perder tais ligações, expostos a outros, correndo o risco de violência por tal exposição (Butler, 2022, p. 40).

Nesse sentido, uma vida precária é justamente aquela marcada pela experiência da vulnerabilidade, definida pela ausência – e ao mesmo tempo busca – de condições materiais e simbólicas que sustentem uma vida como passível de ser vivida, bem como de ser reconhecida por uma série de outras vidas. Assim, é seu entrelaçamento com essas outras que permite, por um lado, que ela seja sustentada, e, por outro, que ela seja sentida caso venha a perecer.

Tal debate na obra de Butler enseja uma discussão complexa sobre ética, geopolítica e imperialismo, sobretudo após o 11 de Setembro nos Estados Unidos (e as narrativas que autorizaram discursivamente a invasão ao Iraque e a outros países do Oriente Médio pelo exército estadunidense). No entanto, nos termos deste trabalho, tal discussão é fundamental para compreendermos as redes construídas entre os interlocutores, e destes para com o pesquisador que escreve estas linhas. De fato, foram variadas formas de precariedade, ou seja, diversas formas de vulnerabilidade material e simbólica que permitiram que atores humanos (e não humanos) interagissem e dessem visibilidade uns aos outros. Assim, foi na busca de atender às vulnerabilidades materiais dos motoristas de aplicativo que Thiago utilizou de seu Instagram tanto para

compartilhar descontos em mecânicos e oferecer assistência psicológica a outros motoristas parceiros quanto para dar visibilidade às questões dos motoristas e, com isso, fazer suas vulnerabilidades e ausências serem sentidas por um público mais amplo. Do mesmo modo, foi minha própria vulnerabilidade psíquica em um contexto pandêmico que me fez entrar em certos espaços, responsáveis por me levar ao encontro de Thiago.

Por fim, creio ser possível realizar um giro no olhar que se tem sob o termo precariedade, para além de uma categoria mobilizada pelo sujeito/pesquisador para compreender da forma mais precisa o interlocutor/objeto. Assim, precariedade se tornaria uma ferramenta para identificar diversas formas de vulnerabilidade, bem como de que forma os atores se associam para lidar com tais vulnerabilidades na produção coletiva de um mundo comum.

Referências

ABÍLIO, L. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 31, p. 54-61, 2018.

ABÍLIO, L. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.

ÁLVARES, L. P. Para uma crítica da razão antropológica (parte 1). *Práxis Comunal*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 88-117, jan./dez. 2018.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BANDEIRA, K. de L.; COSTA, K. S. da. Mulheres com deficiência na Amazônia: a auto-etnografia como recurso metodológico para narrar histórias invisibilizadas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 28, n. 64, p. 121-141, set./dez. 2022.

BOURGOIS, P. Confronting the ethics of ethnography: lessons from fieldwork in Central America. In: HARRISON, F. V. (ed.). *Decolonizing anthropology: moving further toward an anthropology for liberation*. 2nd ed. Arlington: American Anthropological Association, 1997. p. 111-127.

BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRAGA, R. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GELL, A. *Arte e agência*. São Paulo: Ubu, 2018.

AS IMPLICAÇÕES da etnografia on-line. Webinar 1. Prof. Alex Vailati. Recife: LAV, 2 jul. 2020. 1 vídeo (1h57min05s). Publicado no canal LAV – Laboratório de Antropologia Visual. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_kMxNal122w&t=517s. Acesso em: 5 out. 2023.

JUNGE, B.; TAVARES, Á. P. A. Subjetividades móveis: sentidos de periferia e percepções da crise entre motoristas de uber em Recife. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 103-123, jan./abr. 2020.

[LABMET] Minicurso “Introdução à etnografia online” Professora Dra. Letícia Cesariño (UFSC) 19/10/2020. Florianópolis: LabMet, 2020. 1 vídeo (2h53min39s). Publicado no canal Instituto de Relações Internacionais PUC-Rio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y5Q480GkQag>. Acesso em: 5 out. 2023.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator Rede*. Salvador: EDUFBA, 2012.

LEITÃO, D. K.; GOMES, L. G. Etnografia em ambientes virtuais. Perambulações, acompanhamentos e imersões. *Antropolítica*, Niterói, n. 42, p. 41-65, 1. sem. 2017.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MILLER, D.; SLATER, D. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 41-65, jan./jun. 2004.

PESQUISAS apontam que 400 mil mortes poderiam ser evitadas; governistas questionam. *Senado Notícias*, Brasília, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam>. Acesso em: 4 jul. 2022.

RIFIOTIS, T. Etnografia no ciberespaço como “repovoamento” e explicação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 85-99, fev. 2016.

SEGATA, J. Dos cibernautas às redes. In: SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (org.). *Políticas etnográficas no campo da cibercultura*. Brasília: ABA, 2016. p. 91-114.

SEGATA, J. *et al.* A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 7-25, jan./abr. 2021.

STANDING, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica, 2013.

STRATHERN, M. *O efeito etnográfico*. São Paulo: Ubu, 2017.

TAVARES, Á. P. A. Aplicativo de corrida compartilhada como infraestrutura: por uma nova forma de compreender a circulação de pessoas. *Revista Antropológicas*, Recife, v. 31, n. 2, p. 200-227, 2021.

TAVARES, Á. P. A. *Precariedade em movimento: por uma abordagem antropológica da uberização*. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

TERCEIRO dia seguido de chuvas fortes causa alagamentos e complica o trânsito no Grande Recife. *G1 Pernambuco*, Recife, 11 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/08/11/terceiro-dia-seguido-de-chuvas-fortes-causa-alagamentos-e-complica-o-transito-no-grande-recife.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2022.

VAILATI, A.; BARRETO, F. S.; MENEZES NETO, H. *Antropológicas podcast*. Estéticas e políticas no campo público. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 22, n. 57, p. 181-196, out. 2021.

WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: Ubu, 2017.

Recebido: 06/10/2023 Aceito: 31/05/2024 | Received: 10/6/2023 Accepted: 5/31/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Uma etnografia da ansiedade: alteridade, identificação e emoção – casos de saúde mental na experiência escolar no retorno pós-pandêmico

An ethnography of anxiety: alterity, identification and emotion – mental health cases in the school experience in the post-pandemic return

Alef de Oliveira Lima¹

<https://orcid.org/0000-0002-7390-3679>

aleflimaufrgs@gmail.com

¹ Secretaria de Educação do Estado do Ceará – Fortaleza, CE, Brasil

Resumo

E se a ansiedade, em termos antropológicos, não se constituísse apenas como um afeto representado enquanto sintoma em um corpo adoecido? E se ela traduzisse uma sintomática mais ampla, a respeito de formas de significação e de identificação que operam por relações de contiguidade entre corporeidade, tempo e emoção? Sobre essas questões, o presente artigo apresenta um conjunto de entrevistas semiestruturadas, realizadas em 2022, em uma escola de educação profissional do sertão do Ceará. O trabalho aqui esboçado preocupa-se em interpretar a sintomática de alguns discentes no retorno às aulas presenciais no contexto pós-pandêmico. Trata-se de um estudo antropológico com contribuições psicanalíticas, produzido na interlocução com estudantes de 15 a 17 anos. A pesquisa organiza uma exegese etnográfica, a fim de evidenciar regimes de emoção e de identificação potencializados por gatilhos de sofrimento em que a alteridade é um aspecto fulcral para sua compreensão.

Palavras-chave: ansiedade; etnografia; identificação; emoção.

Abstract

What if anxiety, in anthropological terms, was not just an affect represented as a symptom in an ill body? What if it translated a broader symptomatic, regarding forms of meaning and identification that operate through relationships of contiguity between corporeality, time and emotion? Regarding these questions, this article presents a set of semi-structured interviews, carried out in 2022, at a professional education school in the rural area of Ceará. The work outlined here is concerned with interpreting the symptoms of some students upon returning to face-to-face classes in the post-pandemic context. This is an anthropological study with psychoanalytic contributions, produced in dialogue with students aged fifteen to seventeen. The research organizes an ethnographic exegesis, in order to highlight regimes of emotion and identification enhanced by triggers of suffering in which otherness is a central aspect for their understanding.

Keywords: anxiety; ethnography; identification; emotion.

Introdução

De todos os titãs, em sua revolta contra os deuses, o menos prestigiado foi Sísifo. Se Atlas tinha como responsabilidade erguer o globo nas costas e Prometeu, ficar acorrentado tendo seu fígado devorado por uma águia, Sísifo foi castigado com o absurdo: estava condenado a fazer rolar e buscar uma pedra pesada do alto da montanha mais alta pela eternidade. Para Albert Camus (2018), o absurdo não é uma instância do tédio, é, principalmente, a ausência de (fazer) sentido. Desse modo, Sísifo se torna arquétipo de uma vida dada à repetição. No final das contas, todos os titãs vivem sob o signo da repetição: ciclos intermináveis em que o desejo parece estar fixado além do percebido, nunca bem elaborado, eterno retorno. Diante dessa parábola inicial é que vejo o tema da ansiedade enquanto repetição e, portanto, como mediador de absurdo dentro de significações culturais.

No escopo das abordagens psicológicas, a ansiedade opera como um fluxo de pensamentos e sentimentos vertiginosos, imbuídos de uma certa pressa e de um estado de alerta. Ela configura uma espécie de curto-circuito químico que impede nosso corpo de processar devidamente as informações do ambiente e mediar adequadamente as sensações de medo e insegurança (Castillo *et al.*, 2000). Aqui, psicologia e neurociência explicitam muito bem os mecanismos neurobiológicos da ansiedade enquanto uma doença potencialmente somática (Alves *et al.*, 2012). Apesar da relevância desse conhecimento, tanto psicologia e psiquiatria como neurociência não me convencem completamente. Sendo a ansiedade fluxo de pensamentos e sentimentos, enzimas, reações químicas e redes neurais em pane, como tudo isso é significado? Quero dizer que, no campo antropológico, as doenças não se referem a elementos bioquímicos somente, vêm acompanhadas de representações (Laplantine, 1999; Pussetti, 2009) e até de cosmologias inteiras. A lição da antropologia é de que doenças comunicam e expressam, põem em ação modos de pensar e agir, estruturam guerras espirituais e (co)formam sistemas simbólicos complexos, modos de existência, pertencimento, etc.

Sísifo estaria doente para a psicanálise. Para a antropologia, seu ato de repetição possivelmente teria um significado compartilhado, um símbolo de hierarquia e punição ao agressor de deuses. Nada, porém, me retira da mente que ele, ao que apetece à minha experiência de professor de ensino médio e de

antropólogo, estaria envolto em sua própria ansiedade, como alguém que passaria em jardins sem saída ou exaspera-se sobre um precipício. Não importa a prisão, a repetição sempre prende o desejo.¹ Minhas alunas que saíam para chorar escondidas no banheiro ou que caíam desmaiadas na antessala da coordenação escolar repetiam o mesmo gesto, dotado de um absurdo brusco aos docentes que olhavam, ora preocupados, ora desdenhosos. Algo estava acontecendo. No estado do Ceará, foram emitidos dois decretos seguidos, em 2021 e 2022, respectivamente, entre os meses de novembro e fevereiro, regularizando o retorno às aulas presenciais. Houve euforia, houve uma sensação de alívio, houve angústia.

É no contexto de retorno às aulas presenciais, especificamente no primeiro semestre das aulas, entre fevereiro e junho de 2022, que busco descrever um conjunto de acontecimentos em que a urgência da saúde mental se fez presente na escola em que trabalho. Urgência caracterizada de todas as formas: histeria coletiva, contágio, estratégia dos(as) discentes para permanecer fora de sala. Era algo estranho. Menciono o verbo no passado para que os leitores e leitoras entendam que a situação mudou, não é a mesma. Naquele período, todos os professores, inclusive eu, e funcionários da escola,² recepcionávamos os(as) estudantes com certo otimismo, como se a pandemia tivesse sido vivenciada na forma de um longo mergulho e agora pudéssemos respirar. No entanto, nas primeiras semanas notei que os meus colegas e as minhas colegas docentes relatavam casos de alunos e alunas saindo de sala, alguns para ficarem chorando no banheiro, outros para se dirigirem à coordenação ou à secretaria, solicitando autorização aos pais e responsáveis para voltarem para suas casas. Alunas, em situações extremas, eram socorridas em cadeiras de rodas.

1 A ideia de repetição utilizada aqui vai se configurar a partir da abordagem freudiana em que o ato de repetir vincula-se à resistência em recordar e, portanto, reproduz um comportamento sintomático.

2 Para caracterizar: a Escola Alan Pinho Tabosa, localizada em Pentecoste, no sertão do Ceará, o município faz fronteira com pelo menos cinco outros municípios e recebe estudantes dessas localidades. O colégio existe há mais de dez anos e trata-se de uma conquista do Movimento Precista. O PRECE é um movimento de educação popular com 30 anos de existência; formulado no interior de uma comunidade vulnerável no sertão cearense, o movimento organizava células de estudo cooperativo com o intuito de desenvolver autonomia e autoestima a jovens interioranos que decidissem entrar no ensino superior. A escola é reconhecida por utilizar a Aprendizagem Cooperativa e Solidária como base pedagógica de metodologias de ensino ativas, sendo sua existência fruto da mobilização de ex-precistas que hoje compõem quase 70% do corpo docente.

Os gestores e funcionários tentavam o que lhes cabia: chás naturais, técnicas de respiração guiada, consolo, conversa com os responsáveis. Chegaram mesmo a desenvolver uma parceria com psicólogos voluntários, a partir do contato com uma ex-aluna formada na área, que resultou no projeto Psi tá On. A iniciativa era um passo importante diante da demanda de escuta, mas o sistema escolar (a burocracia educacional) limitava o campo de ação.³ Não se tinha oferta de um psicólogo para atuar presencialmente. Os voluntários atendiam de maneira virtual e cada aluno(a) tinha duas consultas por bimestre. Exemplifico o contexto da minha pesquisa com esse dado para ilustrar a emergência pela qual passávamos como instituição e demonstrar também que a escola vivenciava uma exasperação de crises de ansiedade pululando. Houve dias em que pelo menos dez alunos mostraram sintomáticas de falta de ar, choros, dores de cabeça ao mesmo tempo, superlotando a pequena secretaria.

Diante do exposto, a descrição que segue a partir de agora pousa-se sobre algumas hipóteses levantadas e transformadas pelos dados empíricos coletados com cinco entrevistas semiestruturadas, feitas em profundidade, com estudantes que experimentaram em algum momento os sintomas da ansiedade ou passaram, eles(as) próprios(as), por crises agudas. Esses adolescentes foram meus alunos. Durante aquele momento, submeti minha pesquisa ao Termo de Anuência da escola e todos os pais/responsáveis dos jovens que entrevistei assinaram o Termo de Consentimento Livre-Esclarecido (TCLE) para que seus filhos pudessem participar. A maioria que realmente aceitou meu convite era do gênero feminino e de pele branca, com idade entre 15 e 16 anos, mas também pude colher o depoimento de um menino negro de 17 anos, que decidiu participar de última hora. As entrevistas foram gravadas e transcritas entre maio e agosto de 2022⁴ e tiveram por base um pequeno roteiro em que elencava elementos centrais: a vivência na escola e a sociabilidade; os relacionamentos intrafamiliares; a experiência de sofrimento psíquico e uma abertura de reflexão.

3 Atualmente a escola tem um psicólogo que realiza atendimentos individuais.

4 Agradeço aqui, particularmente, ao meu ex-aluno Carlos Daniel Braga por se dispor a realizar as transcrições voluntariamente. Também quero advertir aos leitores que todos os nomes utilizados neste texto são fictícios, com o intuito de resguardar a privacidade e o direito ao anonimato dos participantes da pesquisa. Lembrando que a particularidade da pesquisa em ciências humanas e sociais aplicadas se encontra garantida pela Resolução 510 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

A estrutura do texto está dividida em três tópicos que objetivam estabelecer um cruzamento teórico e epistemológico entre o trabalho de campo e as narrativas expressas pelos(as) estudantes. Cada tópico desvela e aprofunda uma abordagem do tema da ansiedade. Perspectivada como um afeto imerso em diferentes significações culturais e enfatizada no seu laço de identificação enquanto um dispositivo de identidade e alteridade que se manifestara na forma de sofrimento, angústia, dor, impaciência e tristeza. Ao ler a ansiedade na potência de uma estrutura de linguagem sendo ela a fuga, o sufoco ou o medo, pode-se admitir que os(as) estudantes aludiam a uma experiência de corporeidade, compartilhamento e agenciamento; muito além de um psicologismo da consciência ou de uma histeria de retorno é a figura do Outro⁵ no espaço de sociabilidade da escola que oportuniza essa análise.

Luto e desordem

Vivemos o luto da crise pandêmica enquanto sociedade? Enterramos nossos mortos como se exige em tempos de guerra? A pandemia foi uma guerra? Apesar das mensagens e do discurso bélico do ex-presidente Jair Bolsonaro é sobre outra ordem de luta que escrevo, trata-se de luta dada entre a possibilidade de cortar laços e significá-los à maneira dos rituais fúnebres, tais quais os que faziam os povos autóctones da Austrália, que foram descritos por Mauss (1979), em cerimônias que expressam sentimentos.

Os números não mentem. Foram cerca de 705. 313 mil casos de óbitos por conta do Sars-CoV-19 entre 2020 e 2022 em todo o Brasil, e mais de outros 37 mil casos em análise, de acordo com o Painel Coronavírus do Ministério da Saúde (Brasil, [2022]). O fim de quase um milhão de vidas não delineia marcas em um povo? Presumimos a ruptura como forma de selar e ressignificar a morte? E desse modo partimos ao futuro quando enterramos os mortos? Todas as perguntas que faço acabam me levando a pensar sobre a linguagem do luto em seus

5 Em referência ao modo que na psicanálise e na antropologia a outridade aparece enquanto fenômeno de interpelação – seja do sujeito do inconsciente ou do sujeito da cultura – julgo que o Outro com letra maiúscula se justifica para explicitar essa consideração. Daí o propósito que o Outro seja a lei, a interdição, a cultura, a posição da demanda/oferta a uma alteridade sem saber-se qual, mas que interpela.

suportes simbólicos, talvez, menos que uma ideia acabada, eu esteja procurando pensar como esse luto difuso se entranhou na sociedade, em particular, nos jovens e na escola.

Tais ideias me fazem lembrar que em antropologia, ao falarmos de experiências macrossociais, devemos ter em mente um certo receio acerca do modo que o geral se cristaliza no particular e vice-versa. Por exemplo, dentro da sociedade nacional a questão do enterro biosseguro (gerado a partir dos protocolos científicos contra a propagação da doença) geraram uma comoção sobre como se despedir de parentes e amigos. Para os Yanomami, os sentidos da interdição aos enterros se constituíam uma afronta à intimidade de sua cultura. Para esse povo, os ritos fúnebres traduzem a forma devida de separação entre a vida e a morte, e tal proibição é uma injúria, um ato de irresponsabilidade cosmológica (ver Silva; Estellita-Lins, 2021). A questão é controversa por envolver ontologias ancestrais que as razões epidemiológicas não levariam em consideração. Não é um jogo de racionalidade, como se pode pensar ocidentalmente. A pandemia também gerou uma crise de sentimentos, logo, uma espécie de desordem, digasse de passagem.

Essa é minha hipótese inicial que guiou parte do roteiro das entrevistas. A pandemia enlutou a sociedade: o que os(as) alunos(as) vivenciavam não era algo para chamar atenção ou uma euforia do retorno. Na realidade, eles(as) organizavam em suas crises uma emoção para expressar os lutos não experimentados: pais, irmãos, tios, amigos. A questão poderia ser traduzida em um agenciamento de afetos não desfeitos que agora poderiam ser vistos. Aquela ansiedade toda estava endereçada. A ponta do iceberg permitia que eu compreendesse a angústia e a tristeza expressas intuitivamente enquanto um sentimento enlutado, preso pela quarentena, veio dar o ar da graça com intensidade desmedida (Rosaldo, 2019).⁶ Mas a hipótese era simples demais: não detinha dados específicos sobre as experiências de lutos dos(as) adolescentes entrevistados(as). Não há dados empíricos suficientes para confirmar se a ansiedade começou ou não no contexto pandêmico e somente na escola mostrou sua intensidade. No decorrer

6 Michele Rosaldo aponta que as emoções ou sentimentos figuram como pensamentos corporalizados, portanto, dotados de uma dimensão necessariamente somática, em que a fronteira entre cognição, emoção, crença e cultura estaria borrada. Em razão de sua análise, a concepção de corporalidade dos pensamentos/emoções refere-se também ao sentimento de Self, de crença de um todo unitário e possuidor de uma personalidade dotada de afetos.

das entrevistas, um dado novo foi chamando minha atenção. Os(as) discentes afirmavam que esses episódios de ansiedade começaram a ocorrer no início de sua pré-adolescência, entre 12 e 13 anos, e que para eles(as) a pandemia agravou um sentimento já instalado – ela desordenou alguma coisa.

Uma das primeiras entrevistadas foi Ana, uma menina de 16 anos, moradora de uma cidade circunvizinha. Ana tem olhos amendoados de um castanho claro, cabelo liso e estava no segundo ano do ensino médio. Seu depoimento era rico em detalhes, entretanto, fiquei atento ao relato de que suas crises de ansiedade começaram entre 12 e 14 anos:

Ter crise mesmo de ansiedade foi lá para a metade do ano de 2020. Eu tinha uns 14 anos. Elas voltaram nessa época. Mas, antes, com 12 anos eu já tinha. Só que eu não sabia o que era. Descobri o que era quando eu voltei a ter com 14 anos. Daí, desde os 14 anos foi passando, foi passando e eu sempre tinha. Às vezes quando acontecia algo ruim que eu não entendia, acaba[va] entrando em crise não por conta da pandemia em si, por causa do medo. Eu acho que é porque passava muito tempo sozinha. Não conseguia distrair minha mente e acabava tendo crise. Ficava longe das pessoas, me isolava. Exemplo: eu via muito uma amiga minha, por conta da pandemia, a gente começou a se afastar porque eu não podia ir na casa dela nem ela podia ir na minha casa. E ela era meu ponto de apoio, às vezes eu conseguia me distrair com ela. Ficava nervosa e começava a ter crise de ansiedade. Também por outros problemas que foram extremamente fortes pra mim e que vieram coisas horríveis na minha mente e me deixavam muito mal, envergonhada e a sensação fica de isolamento e agonia fica mais forte (Entrevista 1, Ana, 5 de maio de 2022).

O relato de Ana era denso e ela fazia questão de enfatizar como a ansiedade ocasionava uma sensação intensa de angústia e ia compondo uma tessitura entre pensamentos intrusivos, problemas pessoais e isolamento social. Mas, ao insistir na pergunta sobre a idade exata em que teve sua primeira crise, ela dizia não ter plena certeza, porém reconhecia o mesmo aperto no peito e a necessidade de distrair a mente. Esse primeiro depoimento me fez realinhar a hipótese do luto. Assim, apesar de reconhecer o contexto do adoecimento psíquico enquanto uma dimensão singular dos sujeitos, era necessário pensar o contexto pós-pandêmico como algo além da soma de casos individuais. Era preciso ultrapassar a

noção mecânica de que o luto, enquanto processo psicológico comum, poderia assumir um caráter diferenciado em escala social. Assim, Ana proporcionou um entendimento mais específico. Não é exatamente o fenômeno do luto que causa as crises de ansiedade no sujeito, tampouco foi o efeito extremo da quarentena. Era a desordem, a ruptura, a instalação de um medo futurístico sobre o “novo normal” que forneceria as pistas que eu queria.

Com essa nova informação em mãos, pude pensar a relação estreita que se estabelecia no retorno pós-pandêmico das aulas e a figuração de um debate sobre essa realidade surgida no posterior da crise. Aqui, a obra da antropóloga britânica Mary Douglas merece uma menção. No contexto do pós-guerra, a antropologia inglesa incorporava uma preocupação crescente sobre o domínio do simbólico e sobre a definição dos sistemas sociais como estruturas funcionais. Seu livro *Pureza e perigo*, de 1966, comungou com a sociologia durkheiminiana e reaplicou a noção de que as categorias sociais eram categorias epistemológicas, entre elas, a da pureza e da impureza, a da santidade e da profanação, a da ordem e da desordem, a do sujo e do limpo eram significadas simbolicamente. Portanto, longe de oferecer um aparato conceitual estático, essas dualidades fundacionais poriam em ação as lógicas de conhecimento e de percepção. Em suma, organizam a experiência dos grupos sociais. Nessa altura, o leitor ou leitora já imagina que vou relacionar as crises de ansiedade, esse luto incompleto, não apenas ao retorno abrupto do convívio com o Outro, mas também ao registro de uma reconfiguração das experiências sociais subjacentes ao reencontro.

A defesa de Douglas é de que esses pares ambivalentes constituem bússolas de navegação social e se cristalizam enquanto modos de classificar e situar a percepção das rotinas da vida. Resumidamente, promovem a predefinição e coordenam as relações que garantem a estabilidade em que os grupos ancoram não apenas seus pensamentos (modos de pensar) mas toda a estrutura de afetos (modos de sentir), simbolizadas e já previamente concebidas por aquela comunidade/grupo/sociedade. Em razão dessa característica, ela afirma:

A cultura, no senso comum, padronizou os valores de uma comunidade, serve de mediadora da experiência dos indivíduos. Provê, adiantadamente, algumas categorias básicas, um padrão positivo no qual ideias e valores são cuidadosamente ordenados. E, acima de tudo, ela tem autoridade, uma vez que cada pessoa é levada a consentir porque outros assim o fazem. Mas seu caráter público torna suas

categorias mais rígidas. Uma pessoa pode ou não rever seu padrão de pressupostos. É um assunto particular. Mas categorias culturais são assuntos públicos. Não podem ser tão facilmente sujeitos à revisão (Douglas, 2012, p. 54).

O ponto que gostaria de enfatizar não é a ode à desordem sentimental e cognitiva trazida pela crise pandêmica, já bem evidente, mas o lugar do reencontro com o Outro na margem das experiências catastróficas. Se a pandemia fez triplicar casos de ansiedade, depressão, transtornos psiquiátricos variados, ela também fez instalar uma demanda por saúde mental, para além de um discurso vazio. A escola é facilmente agenciada nessa direção, principalmente, com avanço das escolas de educação integral, onde os(as) estudantes chegam a passar de oito a dez horas. Os projetos pedagógicos das escolas se esvaziaram nos anos de ensino remoto. A ideia do contato modificou-se nas relações virtuais. A inscrição cultural da instituição escola e das categorias que a subsidiam também foi transformada e os sujeitos que compõem esse espaço acompanharam essa transformação tão fugaz. Douglas, então, permite compreender que as desordens cognitivas advindas do período pandêmico realizam-se no pensamento e no sentimento como continuidade de uma não elaboração pública.

O que esse aspecto teria de relação com o fato de Ana começar a desenvolver ansiedade por volta dos 12 ou 14 anos? Nada que já não estivesse lá. Na intimidade dos pensamentos de Ana, a ansiedade poderia ter sido engatilhada exclusivamente por um evento traumático. Porém, é sabido que a passagem da pré-adolescência para a adolescência é acompanhada de mudanças hormonais e fisiológicas e de transformações de caráter psicológico e social.⁷ Essas mudanças remetidas a um contexto de anúncio de crise, novo colégio, novas amizades, permitem coadunar a ideia de uma espécie de incubação da ansiedade. Não em uma relação de causa e efeito, mas como um rito de passagem e de entrada do sujeito em um conjunto de esquemas de entendimento e de afeto diferentes do que aqueles marcados em sua infância. Douglas (2012, p. 51), por exemplo,

7 A chamada “crise da adolescência” conforme destaca Margaret Mead (2001), no livro *Coming of age in Samoa*, não é um dado universalizável dos processos de vida dos/as sujeitos. Na realidade, vincula a adolescência a um modo culturalmente estabelecido das sociedades euramericanas de classificar as etapas de vida conforme critérios psicológicos e fisiológicos, situados, por vezes, em formas repressivas de encaixar os/as agentes sociais em representações culturais que seria empiricamente controversas.

explica que na relação entre o sujeito e a cultura estão presentes diversos pressupostos simbólicos:

Como observadores, selecionamos, de todos os estímulos que caem em nossos sentidos, somente aqueles que nos interessa, e nossos interesses são governados por uma tendência a padronizar [...]. Num caos de impressões moveidças, cada um de nós constrói um mundo estável no qual os objetos têm formas reconhecíveis, são localizadas a fundo, e têm permanência. Percebendo, estamos construindo, tomando certas pistas e deixando outras.

A questão não é apenas a interrupção social do luto, daquilo não vivido. É o potencial de irrupção desses rituais que permitiria aos sujeitos remanejarem as experiências e darem sentido em meio ao caos. A perspectiva pode ser ampliada, pois, outros depoimentos vão ao encontro da fala de Ana. No entanto, é necessário pontuar que ambos atravessam a ansiedade, a experiência ansiosa (digamos assim) enquanto uma desordem, mais que um luto ou uma luta. Um desarranjo simbólico e possivelmente angulado a uma cultura juvenil (Pais, 2003) onde os afetos dizem alguma coisa acerca de um significante de sofrimento compartilhado.⁸ A minha segunda hipótese versa sobre essa possibilidade, considerando as emoções, no fundo, das relações entre subjetividade⁹ e cultura, na forma de endereçamentos e mecanismos sutis e singularíssimos de vivência do social e do somático.

8 Márcio Seligmann-Silva (2008) introduz uma perspectiva interessante sobre os traumas causados por catástrofes históricas ou eventos extremos de violência, para ele ao se pensar formas de narrar o sofrimento esbarramos no inarrável. Uma espécie de núcleo duro e indefinido entre espaço de reconstrução do Eu e a possibilidade de uma dimensão temporal que torna os fatos do passado inteligíveis ao presente. Esse aporte me pareceu necessário ao pensar a crise pandêmica em seu impacto coletivo do luto e do testemunho do luto na forma de um inenarrável do trauma que se não escoou por uma linguagem ou mesmo não se configura na política de uma memória social.

9 Há uma ampla conceituação de subjetividade e de processos de subjetivação que relacionam a formação cultural com a constituição do psiquismo, mas o teor dessa categoria no artigo vem em razão de significar um espaço de reflexividade e interioridade dos sujeitos, na forma de uma estruturação complexa de sentimentos (Ortner, 2007).

Corpo, tempo e angústia

Como poderia definir antropológicamente a vivência dos meus interlocutores? Tenho uma resistência, que considero até adequada, a meter o nariz nos assuntos da psicologia e da psiquiatria. Todavia, quero deixar claro que se trata aqui de uma investigação prioritariamente etnográfica e não estou propondo qualquer etiologia de transtornos de ansiedade. Mas, ao buscar uma exegese cultural dessa angústia¹⁰ como sintoma social, partilhado no laço, parece-me viável ponderar a ansiedade enquanto um estado emocional transicional em que a angústia é um afeto de corporeidade mobilizado entre passado e futuro. Logo, as crises são um estado de alerta máximo situado à margem de vozes, pensamentos difusos, imagens catastróficas que se amontam no indivíduo. A ansiedade parece colocar no meio dos significantes culturais que ordenam a percepção dos sujeitos uma pergunta de travessia: quem tu és quando estás em desordem?

Talvez a pergunta não dê conta de tudo, mesmo que eu consiga descrever aos leitores e leitoras a densidade etnográfica da experiência de escutar adolescentes envolvidos em uma experiência de angústia, pouco conseguiria expressar das minhas próprias sensações que tive ao presenciar suas crises. O que ficou em mim foi necessariamente a impressão dos efeitos de despersonalização: como se o sentido de pessoa, dotada de personalidade e de um caráter duradouro, por conta de um conjunto estrutural de relações, se perdesse e as referências daqueles sujeitos se evanescessem. Assim, para compor um argumento à altura, precisei me ancorar em outros conceitos que não apenas na ideia de despersonalização. No quadro das ansiedades, como vai especificar Marta Roriz (2011) em sua dissertação sobre pacientes com crise de pânico em Portugal, a crise ansiosa apresenta um sintoma de desconexão entre pensamentos, sensações e

10 Em termos técnicos (em psicanálise de abordagem freudiana), a angústia traduz uma reação do indivíduo a situações potencialmente disruptivas. Trata-se, pois, de um conjunto de estímulos de origem interna ou externa, em que o sujeito não condiciona tais situações ao fluxo comum de sua percepção e cognição (ver Laplace; Pontalis, 1988). Conclui-se que, diferente do medo, a angústia põe em causa a ausência de um objeto especificado de temor, colocando o sujeito na ordem do desamparo. A ansiedade como denominação contemporânea das causas da angústia não se confunde com ela, apesar de o texto, em algumas ocasiões, aproximá-las. A ansiedade vai descrever uma experiência angustiante, mas a angústia por si só, não necessariamente, descreve ou abarca as definições mais atuais de ansiedade.

sentimentos e o corpo. Além do que, para fins de uma análise antropológica, a despersonalização confunde-se com a perda de um sentido de identidade.¹¹

Essa perda do sentido, seja transitória ou contínua, da noção de identidade¹² vai se realizar por duas outras grandes perdas: a do tempo e a do corpo. Nos depoimentos, os(as) estudantes pontuavam uma corporalização intensa do sofrimento, um conjunto fenomênico de gestos que performavam as entrevistas em conjunto com suas falas, na tentativa de colocar nos meus olhos os sintomas como fatos de dor. Sara, uma menina branca de 15 anos, com cabelos escuros e curtos, em sua entrevista deixa esse aspecto bem evidente:

Desde de que eu entrei na escola tem sido tudo maravilhoso, claro, mas também tem momentos ruins. E desde que eu entrei na escola essa ansiedade ficou mais delicada. Ano passado [2021] eu tive a primeira crise que me desesperou fisicamente, e foi na verdade por um sonho, não foi por causa da escola. Mas quando voltou presencial aí que eu fui vivenciando essas crises, principalmente esse ano, às vezes era de tarde sem motivo. Em outros momentos por uma disciplina que eu estava com dificuldades. Mas tive crise por causa de pessoas e também sem “motivo” algum, simplesmente do nada. Eu posso estar em um grupinho de amigos ou fazendo alguma atividade e do nada bate aquela sensação de desespero. Parece que eu não me sinto segura ali ou eu fico pensando demais sobre algum problema recorrente. Primeiro tem as causas físicas que são: falta de ar e coração acelerado, muito tremor aqui [aponta para o lugar exato] na base da mandíbula e no braço, que eu comecei a sentir, essa semana. Eu fico muito acelerada, eu penso que eu vou desmaiar, mas não chega a acontecer isso. Minha cabeça fica a mil e ainda fica gente curiosa muito perto de mim, perguntando se eu quero chá, mas basicamente

11 Evidentemente, o sintoma de despersonalização ou desrealização refere-se a um quadro de intenso estresse e suas origens etiológicas podem ter relações com negligência emocional da infância, abuso, violência doméstica e transtornos afetivos graves (ver Spiegel, 2023).

12 É importante notar que a noção de identidade, assim como seu correlato analítico, identificação, não se referem exatamente à mesma coisa. A identidade no debate das ciências sociais esteve relacionada às formas de estabilização do ethos cultural em termos de modelo e/ou padrão. Na atualidade, tais ideias são confrontadas com o fato de que a identidade, geralmente, é um produto mais ou menos dinâmico de construções de sentido socialmente situadas. A contemporaneidade vai demonstrar a ficcionalidade da noção de identidade empiricamente falando. Porém, o conceito de identificação já colocava na ordem da teorização os aspectos dinâmicos: os restos do Outro que vão compor a formação do Eu.

são os mesmos sintomas, falta de ar, dor no corpo. Não sei, às vezes não consigo andar, como se não sentisse as pernas (Entrevista 2, Sara, 12 de maio de 2022).

A corporalização da ansiedade parece por vezes se referir ao descontrole e ao estado de desespero, pondo em ação uma série de sensações que se convertem em um fluxo denso de sentimentos e de pensamentos que descambam na somatização. Por outro lado, é interessante notar que Sara fala de uma sintomática específica que surge nas suas crises – a sensação de não sentir as pernas, gerando uma angústia de não poder andar. Lembro-me de certa ocasião em que esse medo particular ocorreu. Estava na sala dos professores e percebi alguns gritos e barulhos de alguém correndo, abri a porta e vi outros professores e dois estudantes trazerem Sara no colo. Ela estava com um grupo de amigos na hora do intervalo, sentada e conversando na escada que dá acesso ao primeiro andar, em que ficam as salas de aula. Quando decidiu sair, antes de conseguir dar o primeiro passo, ela conta que teve uma vertigem e suas pernas falharam, quase tombou no chão, mas foi amparada por colegas.

Dentro da literatura antropológica, em especial, as antropologias do corpo ou as antropologias fenomenológicas (para ser exato), a abordagem de Thomas Csordas¹³ sobre os processos de cura e adoecimento dão uma importante contribuição ao modo que culturalmente pode se enxergar a experiência somática de uma crise ou doença. Diferentemente de uma posição autoexcludente, em que corpo, indivíduo e cultura seriam elementos postos em diferentes dimensões da existência, Csordas vai alimentar uma perspectiva de integração mais ampla, evidenciando que tais domínios existenciais não são tomados como impermeáveis, mas considerados em uma permeabilidade que justificaria a noção

13 Vale mencionar que Thomas Csordas vem de um campo de pesquisa específico, proveniente da antropologia da religião, e suas pesquisas têm por base a investigação etnográfica da renovação carismática nos Estados Unidos, cujos aspectos são bem particulares, pois a renovação carismática, advinda da tentativa do catolicismo de se apresentar em uma nova roupagem para os jovens americanos, desemboca na incorporação de elementos do protestantismo estadunidense, como a possessão demoníaca e a glossolalia. Csordas, em sua abordagem frequentemente integra elementos da filosofia da percepção de Merleau-Ponty e da sociologia do *habitus* de Pierre Bourdieu, a fim de demonstrar que a noção de corpo não pode ser considerada pré-cultural, afinal os elementos que integram a própria percepção descendem de uma história cultural partilhada entre grupos sociais. Em resumo, o significado do corpo em sua existencialidade antecede a inauguração do corpo percentualmente.

de corporeidade. Assim, ele aponta: “[...] corporeidade parte da premissa metodológica de que o corpo não é um *objeto* a ser estudado em relação à cultura, mas é o *sujeito* da cultura; em outras bases, a base existencial da cultura” (Csordas, 2008b, p. 102).

A lembrança da antropologia fenomenológica de Csordas me fez compreender que Sara, assim como Ana (mencionada anteriormente), partem de seu corpo não como recipiente de sua experiência, mas como formulação de um lugar de existência, no qual suas experiências são vivenciadas e tornadas singulares. Nesse sentido, vale analisar que a corporeidade pode propiciar que a interpretação sobre as crises da ansiedade abra-se para propriamente a ideia de que seus sintomas sejam ancorados em uma experiência cultural compartilhada. Voltando-se ao caso de Sara, ela foi uma aluna dedicada, entretanto desde o retorno presencial apresentava um comportamento de saídas contínuas e alegava passar mal em várias ocasiões, e nesses momentos era cercada de amigas e amigos. Quando ela manifesta seu maior medo em uma crise repentina, suas pernas falham e precisa ser carregada e amparada pelos seus amigos. Um dos pontos dessa situação é que Sara, na entrevista, contou-me que se sente dependente de terceiros e insegura diante de situações com que não está familiarizada ou quando não pode contar com alguém de confiança:

Eles querem me ajudar, só que eles também querem que eu me ajude, me autoajude. Por mais que seja difícil. Por esses tempos, eu tive um término e foi aí que minhas crises ficaram frequentes, por que ele era uma das pessoas que mais me ajudavam quando eu estava assim mal ou ansiosa. Principalmente, em crise de pânico, crise de ansiedade. Eu tinha uma certa dependência dele. Sempre procurava primeiro ele. Agora que eu passei a procurar mais meus amigos, tanto que a primeira pessoa que eu chamo quando eu estou com crise é a Daniela [amiga próxima]. Eu acho que é cansativo para eles; porque realmente talvez seja. Eles não sabem o que está passando na minha cabeça, então por mais que eles me ajudem eu também tenho que me ajudar (Entrevista 2, Sara, 12 de maio de 2022).

Csordas (2008a) tem um texto com o qual quero dialogar ao analisar a sintomatologia de Sara. Ele conta, no artigo “A aflição de Martin”, originalmente publicado em 1986, o caso de um jovem atormentado por um demônio sexual que o prostra em uma profunda tentação para que se masturbe e para que escute o pensamento de

outras pessoas. Em alguns momentos, Martin, como jovem americano, em seu processo de conversão, afirma que sente que não tem corpo. Um claro sintoma psiquiátrico de desrealização. Martin passa por consultas clínicas e sessões de cura, entre padres e psiquiatras, entre a medicalização e a terapia religiosa. A tentativa de cura perpassa a significação de seus sintomas em sistemas simbólicos inteligíveis, mas necessariamente conflitantes, pois, a priori, nenhum desses sistemas, a psiquiatria e o catolicismo, abandonam a primazia da explicação. No final, Martin acaba compondo estratégias para vencer seus sintomas com uma alteração comportamental e também religiosa. Por exemplo, para vencer a sensação que não tem corpo, Martin se matricula em um curso de natação e a experiência sensorial com a água o faz sentir-se possuidor de um corpo.

O argumento de Csordas é de que a cura e o adoecimento ocorrem em processos de percepção e são mediados por formas de simbolização para dar conta da somatização em níveis que são variáveis em cada caso e experiência. Sara, a título de uma afinidade eletiva, parece performar sua própria dependência emocional e, nesse sentido, seu sintoma não apenas fala de uma posição subjetiva que ela assume diante das interações sociais na escola, mas também põe em questão para si mesma seu grau de individualidade e independência para com os outros. A falha de suas pernas somatiza aquilo que ela menciona como uma falta de expressão de sentimentos e emoções, resultante da dificuldade que sente de conversar diretamente com seus pais sobre seus problemas emocionais:

Meus pais não sabem. Eu digo que não sabem porque eu tenho vergonha de falar. Com meus pais eu fico evitando falar isso com eles. Por mais que eu venha a ter uma crise de ansiedade em casa eu tento ficar afastada deles. Tenho medo deles não me entenderem ao ponto de fazer alguma coisa para me ajudar. Eu só os evito, prefiro que eles não se informem. Parando pra pensar agora sobre a reação deles eu acho que eles ficariam assim “Mas por que você tá assim?”, sendo que nem eu sei bem o porquê disso aí, eu não sei como chegar neles e falar “Olha, eu tenho ansiedade”, eles vão falar “Ah, mas por que se a gente te dá tudo, você estuda em uma escola boa”. Eu acho que esse pensamento [é] de gente mais velha, eles não entenderiam (Entrevista 2, Sara, 12 de maio de 2022).

A ligação não é óbvia, tampouco quero afirmar categoricamente uma relação direta entre os sintomas de Sara e sua compleição afetiva com sua família. No

entanto, as emoções de Sara e o modo como seu sintoma toma uma proporção diante de suas interações sociais me fazem apontar para a compreensão de que a ansiedade não é unicamente um fenômeno de corporalização entre cultura e indivíduo. Penso que existe uma estrutura afetiva,¹⁴ um conjunto comum de sentimentos cuja corporeidade fenomênica acha-se inserida no escopo da experiência social que é partilhada e interseccionada nos(as) adolescentes. Por esse motivo, ao tratar da ansiedade como um problema de/do corpo, deve-se perspectivá-la também como um problema de/do tempo (e no tempo), na condicionalidade de uma temporalidade intersubjetiva e singular. O tempo permite que minha análise localize as emoções como produto de algo não exclusivamente individual ou egoico, mas situado na produção do sentido social da existência, isto é, no tempo que faz durar as emoções.

O tempo é uma categoria de difícil conceituação dada a dimensão propriamente abstrata de sua natureza. Apesar disso, uma infinidade de filósofos e humanistas procurou conceituá-lo. Immanuel Kant (1980), talvez o mais prestigioso desses autores, argumentou que o tempo, assim como o espaço, é antes uma categoria de entendimento (um apriorismo categórico). Portanto, sua funcionalidade em termos da experiência seria de fornecer um sentido aos sucessivos e contínuos atos da existência, possuindo um aspecto de totalidade inalcançável ao intelecto humano. Nada útil essa informação (nesse momento). O tempo ao qual me refiro, e que se refere à ansiedade como sintoma social de uma experiência, é baseado em certa configuração cultural e societária e ao mesmo tempo distingue-se de uma temporalidade cronometrada. Menciono o tempo enquanto uma fórmula de significação. Logo, ancorado não em um dito tempo que passa e não volta, mas em um tempo estável que se presentifica – produzindo um sentimento de continuidade ou de ilusão de que algo é contínuo.

14 Parte de uma importante discussão antropológica relaciona as emoções e sentimentos como produtos de relações de poder e aos contextos sociais e históricos em que as emoções podem ser agenciadas culturalmente em seus aspectos macro e microsocial. Autoras como Maria Cláudia Pereira Coelho e Cláudia Barcellos Rezende (2010) destacam que os sentimentos podem ser objetos de investigação antropológica privilegiados por serem portadores de elementos plurais e empiricamente relacionais, dotados de força representacional que se molda aos cenários sociais e são, virtualmente, usados pelos próprios sujeitos enquanto forma de se estruturar afetivamente nesses mesmos cenários. Em resumo, os sentimentos são instrumentalizados e mobilizados nos processos de interação de modo a permitir, restringir, representar, evitar, classificar as ações dos sujeitos no mundo.

Minhas incursões se aproximam da ideia de duração de Henri Bergson (2006), em que o tempo não constitui a subjetividade dos sujeitos, entretanto é a própria matéria pela qual a subjetividade enquanto fato humano é necessariamente possível. Parece lógico construir dois pressupostos de referência para relacionar o tempo na forma de um elemento a ser reconsiderado constantemente em qualquer análise sobre a experiência da ansiedade: 1) o tempo apresenta-se vinculado ao registro da lembrança de si mesmo, constituindo assim um recurso de identificação e de referência entre o que passou e o que virá; 2) o tempo não se refere à experiência exclusivamente particular do indivíduo, ele se abre à presença de um Outro, que só é no tempo e no espaço da diferença. Para tanto, recorro à percepção de Alfred Gell (2014) em que o tempo, na retomada dos pressupostos kantianos, trata de uma forma perceptiva de entendimento, mas não é pré-cultural ou pré-simbólico, possuindo cartografias que refletem o agenciamento do tempo do indivíduo ao tempo de sua cultura.

Agora é útil mencionar que no sintoma de desrealização de uma crise de ansiedade ou de estresse extremo a ausência de um trabalho psíquico do tempo do sujeito o faz aderir ao colapso de um tempo da cultura, em que seu corpo não responde à experiência de uma identidade orgânica: ao desconectar tempo e experiência corpórea temos como resposta (qualquer que seja a enfermidade) a realização de uma formação de compromisso (nos termos freudianos) que é da ordem do trauma, do não sentido, do não dito, do não passado. Thays, uma menina branca de 17 anos, uma das últimas a me conceder entrevista falou exatamente dessa sensação de um tempo fragmentado, em que não é possível construir referências de localização; diferentemente de outras interlocutoras, Thays tem um diagnóstico de ansiedade desde 2017, quando procurou atendimento em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da sua cidade e o clínico a direcionou a um psiquiatra. Ela narra essa relação da seguinte maneira quanto aos seus sintomas:

Essa questão começa no corpo. A primeira coisa é de não sentir as pernas, logo no início. Assim, minhas pernas começam a ficar muito agitadas, eu começo a tremer muito a perna, ficar muito agitada. Logo após vem uma dormência muito forte: eu tenho dificuldade pra andar, ficar em pé e depois vem realmente a crise, com falta de ar, tremores. *Parece que o tempo não passa, eu fico presa naquilo, não sei dizer. Tudo fica lento e parece uma vida inteira passando rápido e tendo sentimentos e pensamentos. É como se tudo ao seu redor dissesse para ti que isso não vai passar ou que*

vai ficar assim por muito tempo, é como se fosse ficar pra sempre naquela situação de desespero, nervosismo sempre (Entrevista 3, Thays, 11 de agosto de 2023, grifo meu).

Thays tem uma história emocional bem densa com sua própria ansiedade. Criada em uma família religiosa e com uma irmã mais velha com depressão, ela passou a subjetivar problemas que não eram seus e, na escola, com as demandas próprias da rotina escolar, acabou desenvolvendo microcrises de ansiedade que tenta administrar sozinha. A pressão que recebe – seja pelo fato de ser adolescente e ter que lidar com questões psicológicas graves frente às demandas impostas, seja pelos dispositivos de gênero que enfrenta – faz com ela tenha uma clara consciência de sua vulnerabilidade:

Eu tenho uma irmã, ela tem ansiedade também, tem depressão também. Ela é aquela irmã que a atenção precisa ser dela. Ela precisa de uma atenção a mais. Então acho que eu me vi tendo que aprender a fazer isso. *Eu não sei exatamente o momento em que eu comecei a lidar com isso. Realmente não lembro exatamente o momento.* Mas acho que desde criança que eu tenho isso de “Ah eu preciso fazer isso pra me ajudar”. Não é que eu não tenha o cuidado da minha família, eu tenho. Fiz terapia, agora não estou mais fazendo, fiz terapia durante muito tempo, minha mãe sempre me acompanhou de perto, mas eu acho que eu não me sentia livre. Pois eu estava sempre prestando muita atenção para não dar mais preocupação e trabalho para os meus pais. Foi a partir disso que eu comecei a lidar tanto com as minhas crises [quanto] com as de outras pessoas. *Nas minhas, eu saio de perto, procuro um tempo só para mim, tento me acalmar* (Entrevista 3, Thays, 11 de agosto de 2022, grifo meu).

Destarte, ela mesma interpreta sua vivência acerca da ansiedade e se depara com uma necessidade de construir sua autossuficiência para não sobrecarregar sua família. Thays faz menções constantes, apesar de fortuitas, ao tempo. As menções que ela faz a um tempo que não passa ou a um tempo só para ela me fazem refletir sobre a construção da identidade de um sujeito. Um exemplo proveitoso que gostaria de utilizar é fornecido pela psicanalista Maria Rita Kehl. Em seu trabalho clínico com a depressão, Kehl (2015) vai propor que é necessário pensar a depressão enquanto sintomática social que se manifesta potencialmente em uma recusa do depressivo a enredar-se às formulações do imaginário societário que oferta uma demanda por felicidade. Em última análise,

manifesta uma posição de recuo ao tempo que é ofertado no estímulo da vida social contemporânea e tal perspectiva se dá em razão de que

o tempo é uma das dimensões da falta. O mesmo tempo de espera que inaugura a formação do aparelho psíquico, tempo que corre em ritmo distendido e alheio à urgência das demandas do Outro, introduz a falta no psiquismo. *A demora é uma das manifestações mais incontornáveis da falta para o sujeito*. Inversamente, a automatização da pressa que nos leva a viver e realizar as tarefas da vida no tempo do Outro atropela o sujeito (do desejo) [...] (Kehl, 2015, p. 188).

Dentro desse quadro, o tempo ao qual Thays se refere é próprio de seu processo de subjetivação. Todavia, resta algo: a questão do tempo do Outro (penso no tempo da cultura), e a constituição da falta e da perda de um sentimento de continuidade que vai fazer da ansiedade uma experiência angustiante se liga à maneira que os indivíduos endereçam entre si um significante de sofrimento. Quero dizer que se o tempo e o corpo singularizam os sujeitos e o tornam participantes de uma cultura, suas formas de adoecimento refratam questões de seu contexto de modo inesperado. Freud (2014), a título de ilustração, argumentou em *Inibição, sintoma e angústia* que o afeto angustiante é uma reação do Eu às situações de perigo (iminente ou não). Nesse sentido, a ansiedade contemporânea enquanto uma forma social de uma experiência põe em questão a segurança ou mesmo a eficácia dos processos de subjetivação os indivíduos frente às demandas de sua cultura. A angústia que se segue na crise ou nos espaços de interação reflete a própria linguagem da sintomática do ansioso: não há tempo e nem corpo que ampare o excesso de urgência da sua experiência.

Identificação e alteridade

Um ponto de inflexão à análise desenvolvida até aqui é necessário. Apresentei a ansiedade na forma de uma angústia em potência e por meio dos dados etnográficos coletados nas entrevistas objetivei narrar seu lugar enquanto experiência social cujas características se ligam tanto a uma significação fenomenológica de seus sintomas quanto a um processo mais amplo de compartilhamento de significantes culturais. Entretanto, é justo considerar um outro escopo nas

discussões que trago, principalmente, quando se trata de contextualizar essa experiência ansiosa na esteira dos processos de enlutamento na vida pós-pandêmica e também na peculiaridade do campo de pesquisa que é a escola. Um dos aspectos da ansiedade, presenciado por mim na condição de observador-participante e professor, foi a maneira como que essa experiência, no esquadro da sociabilidade escolar, parecia partilhar uma “epifania” entre os(as) estudantes e isso dizia respeito a gatilhos das crises vivenciadas.

Os(as) entrevistados(as) mencionavam em algum momento de seus depoimentos que se sentiam impelidos a vivenciar a ansiedade quando viam ou presenciavam outros jovens passando por aqueles sintomas-chave que relatei no decorrer do texto. Tal era o efeito de ligação afetiva causado por esse gatilho, que houve um episódio na escola na qual trabalho em que cerca de 16 adolescentes passavam mal. Aqueles que se aproximavam para ajudar, em alguns minutos, exibiam os mesmos sintomas: dores de cabeça, sensação de sufocamento, espasmos musculares, tristeza, etc. Ressalto que esse exemplo não é o único e talvez diga sobre algo mais amplo que apenas uma escola. Há registros de casos semelhantes em escolas por todo o país. Em Recife, cerca de 26 estudantes apresentaram taquicardia e necessitaram de atendimento de urgência. No Ceará, em uma escola estadual da periferia de Fortaleza, dez estudantes com sintomas de ansiedade receberam ajuda médica (Alunos [...], 2023).¹⁵

O espriar do fenômeno chegou até a ser mapeado em São Paulo. O Instituto Ayrton Senna (2022), com a Secretaria de Educação de São Paulo, que há décadas realiza um trabalho de base junto às secretarias de educação estaduais, a partir das chamadas *competências socioemocionais*,¹⁶ realizou um estudo-piloto com cerca de 640 mil estudantes da rede pública de educação paulista e indicou

15 Em agosto de 2022, a *BBC News* lançou uma reportagem em que marcava a incidência do sofrimento psíquico nas escolas e relacionou tal fenômeno não apenas às dimensões da contemporaneidade, mas também à própria estrutura de acolhimento das escolas, que até então (e ainda hoje) carecem de assistentes sociais e psicólogos.

16 O debate sobre o conceito e a pertinência das competências socioemocionais no processo de escolarização ancora-se em dois grandes movimentos: 1) o avanço do neoliberalismo na agenda e na definição das políticas e das ações educacionais em todo o país; 2) a perspectiva da Educação Integral que garante um sentido orgânico aos processos formativos, apesar de seu esvaziamento em termos de investimento público. De modo geral, chamamos de competências socioemocionais um conjunto de capacidades “emocionais” de interação e individuação que seriam socialmente saudáveis para os sujeitos escolares.

uma prevalência de relatos de sofrimento e/ou adoecimento em quase 70% do corpo discente. O estudo dirigia-se prioritariamente a cartografar os efeitos da pandemia em termos de saúde mental. Os dados majoritariamente estatísticos, em um primeiro momento, dizem da prevalência de sintomática de modo sincrônico, talvez simplificando em demasia a experiência do sofrimento socio-emocional (se me permitem o roubo da categoria). Porém, é viável destacar que a chamada saúde mental na escola se faz aparecer muito mais por dispositivo discursivo¹⁷ do que propriamente uma preocupação efetiva em termos de políticas públicas educacionais. Tal impressão se liga à diversidade de eventos que denotam a importância de arregimentar um olhar de assistência e de acolhimento às demandas da comunidade escolar que são ignoradas.

Para retornar ao fio dos meus argumentos acerca das crises de ansiedade dos(as) estudantes, penso ser preciso considerar esse dispositivo enquanto um não lugar reconhecido tacitamente pelos diversos atores educacionais em suas respectivas escalas de atuação. Todavia, dado o recorte da etnografia, é também desejável comentar que a experiência da ansiedade como dita anteriormente pode se constituir nesse endereçamento ao Outro, tendo, por assim dizer, uma dimensão imanentemente coletiva. Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud (2011) deixou claro que a identificação se tratava de um mecanismo psíquico original, dando aos sujeitos o acesso aos restos de um ideal, que mais tarde conformaria sua própria vivência de mesmidade. Logo, o conceito de identificação se projeta enquanto uma disposição afetiva e relacional. Para mim, faria sentido pensar as crises ansiosas e de difusão dos sintomas da ansiedade na forma de uma identificação quase instantânea, posta como uma relação de alteridade, estabelecendo-se por um jogo psicossocial de endereçamento e linguagem de afetos.

Entretanto, a ideia de identificação freudiana permite ir além de uma conclusão precipitada. A identificação pode se produzir no rastro de emoções desprezadas e não vividas, na interiorização do luto também. Para situar uma identificação em escala maior do que o *setting* analítico, é necessário pressupor não apenas a desordem dos rituais de luto, como afirmado nas minhas hipóteses

17 Existe uma ampla literatura histórico-filosófica sobre a categoria dispositivo discursivo calçada nas conceituações de Foucault (1988), todavia ao mencionar dispositivo discursivo apenas gostaria de enfatizar o caráter instrumentalizado das narrativas sobre saúde mental. Portanto, o sentido do termo é mais descritivo do que propriamente teórico.

iniciais, mas também o esvaziamento do sentido do luto em sua importância como medida de encerramento. A identificação faz durar o vazio do luto esvaziado, não porque instala individualmente objetos de amor perdidos. É justamente o contrário – a identificação se torna um dispositivo de endereçamento de um luto que não circula e não cede à realização singular de cada indivíduo com as perdas possíveis e impossíveis da pandemia. Ao não cair em individualidade alguma, ele se torna parte de um tempo excedido e que não passa. O luto é social tal qual foi a pandemia e só socialmente parece poder ser elaborado.

Resta, para o que interessa na minha análise, o espaço da convivência escolar no agenciamento de sociabilidade juvenil em sofrimento. Um luto esvaziado, a pressão escolar, o impacto da reentrada no mundo do Outro após a quarentena reinauguram assim uma forma de diferença e fazem brotar a alteridade do contato. Tal alteridade não é angustiante por princípio, é angustiante porque interpela o desejo. O que fazer com o Outro, tomado não mais enquanto uma presença-ausência de uma tela, e sim na realidade de seu corpo? A pergunta não é uma marcação simbólica e nem uma relação de fundo da qual posso desmembrar totalmente a experiência das crises de ansiedade relatadas pelos(as) discentes. Todavia, ela não deixa de se fazer presente. Do ponto de vista dos vínculos sociais a escola se torna um espaço estratégico de constituição de singularidades, mesmo nas relações de inter-relação em que a identificação opera. Mas, quando esse processo é feito na urgência do retorno pós-pandêmico, algo dessa alteridade é mal elaborado. Daí vem a lembrança ao sujeito isolado que existem outros, que existem estranhos no caminho do Eu, como experiência psicossocial. Tempo, corpo, angústia nesse desenho ligam-se nesse furo ao entrelace do Eu e do Outro, um sintoma de compromisso, uma exegese de medos e lutos.

Considerações finais

Os(as) leitores(as) devem ter percebido que o texto se faz oscilar entre uma análise propriamente etnográfica sobre as experiências de sofrimento dos(as) estudantes e o modo de considerar tais experiências enquanto significantes de um “mal-estar social” mais amplo (isso é feito propositalmente). Nesse sentido, eu recorri frequentemente aos instrumentos teóricos da psicanálise como meio de fazer uma demonstração quase ilustrativa das descrições, notas de campo

e entrevistas. Entretanto, é importante demarcar as limitações dessa relação antropologia-psicanálise no escopo da problematização do artigo. Os aportes psicanalíticos de um jeito ou de outro estiveram presentes em distintas leituras antropológicas no culturalismo americano (Linton, 1970) que reunia argumentos a respeito dos padrões culturais e a formação das personalidades individuais, ou mesmo no estruturalismo francês de Lévi-Strauss (1973) e a sustentação de uma lógica inconsciente dos conteúdos culturais.

Mas a psicanálise é um recurso limitado ao escopo da tarefa etnográfica por sua dimensão epistemológica, pois é a partir do inconsciente e sua instanciação psíquica na forma de componente fundacional da vida psicológica que a técnica psicanalítica sustenta sua produção de conhecimentos. Teoricamente é possível encaixes e entrelaces como foi feito no decorrer do artigo, todavia, a extensão do que se pode produzir é visível. As crises de ansiedade aludidas pelos(as) discentes, suas narrativas de sofrimento emboladas com diferentes afetos e o espaço de socialização da escola não dizem a respeito a um dado isolável de uma clínica. São na realidade um conjunto complexo de interações culturais em um contexto social e histórico que realiza diferentes processos de agenciamento sobre o modo como eles(as) se sentem, como interiorizam e exteriorizam suas respectivas queixas, medos e desejos. Logo, é pela análise antropológica que é possível argumentar acerca da ansiedade no ambiente escolar; e demonstrar a existência de uma lógica de interface socioemocional.

A urgência do tema da saúde mental dos(as) estudantes da rede pública refrata um outro campo de questões sobre a maneira com que são elaboradas as políticas públicas de saúde. Principalmente no contexto de retorno pós-pandêmico e no efeito de não abordar efetivamente tais impactos em uma das áreas mais afetadas: o campo educacional e os processos ensino-aprendizagem, o acolhimento escolar e a própria estrutura das escolas públicas. Trago essa pequena digressão ao tópico final do texto por um motivo razoável: ao perspectivar a experiência de ansiedade dos(as) estudantes percebi que muitos deles e delas acionavam um laço de exaustão para com sua temporalidade.¹⁸ Dito de outro

18 Byung-Chul Han (2017), filósofo sul-coreano, argumenta sobre o modo como a cultura do século XXI aportou novos problemas ligados não apenas ao tempo e às tecnologias, mas aos processos de sujeição. Han, por exemplo, considera que as sociedades disciplinares modeladas nas relações de saber-poder (Foucault, 2011) não mais modelam o espaço relacional do Eu.

modo, a ansiedade descrevia embaraços de processos de subjetivação, marcados por um cansaço. Dessa maneira, a ansiedade nos espaços escolares é refração e reflexo de processos culturais mais amplos, porém contém uma singularidade relativa aos sentidos que os(as) discentes atribuem ao seu próprio processo de adoecimento.¹⁹

Se aponte que tempo e angústia, luto e desordem servem de pistas para pensar a vivência dos sintomas da ansiedade, foi em razão de pressupor que os afetos agenciados nas crises agudas ou nos sintomas isolados expressam uma exasperação na matéria da subjetividade dos(das) interlocutores(as) e o espaço escolar abria-se a essa expressão. As crises, a tristeza, a avalanche de alteridades projetadas em um retorno pós-pandêmico, em um lugar de regramentos, exigências e traquejos interacionais (como é a escola), as tecnologias, as redes telemáticas e um sentimento de continuidade de um luto esvaziado não elaborado faz da ansiedade algo muito pior que um desarranjo psicossomático. Ela se liga propriamente aos enlaces de alteridade e de identificação que circundam e atravessam a subjetividade. Portanto, a experiência ansiosa inscreve-se no espaço escolar não somente como transtorno institucional, mas um atravessamento simbólico de reconstrução das relações no pós-pandemia.

Os(as) estudantes que passaram pelas crises e/ou desenvolveram os sintomas viam na entrevista um momento de elaboração de seu sofrimento, momento em que podiam desenvolver um saber sobre aquilo que sentiam.²⁰ Devo confessar que foi difícil escutar, pois, em algumas situações, quando descreviam os sintomas e vocalizavam as angústias que sentiam, eu também as sentia como minhas. O encontro intersubjetivo dos depoimentos tinha esse aspecto também de fazer circular e partilhar narrativas de sofrimento encurraladas na rotina da escola. Usei, por vezes, meu horário de planejamento para escutá-los e não apenas nas entrevistas, mas também nos corredores, nas disciplinas eletivas

19 Os trabalhos de Ana Paula Müller de Andrade e Sônia Maluf (2015) demonstram que os sujeitos em adoecimento psíquico possuem agência para além de uma visão restritiva de suas capacidades. Menciono essa potencialidade porque ao se pensar a saúde mental de jovens e adolescentes é necessário manejar/traduzir algo sobre seus próprios processos de significação.

20 A respeito desse aspecto, os processos de sofrimento no âmbito da escolarização tem sido frequentemente tomado por uma via de psiquiatrização em que o lugar do falar e da escuta da sintomatologia é substituído pelo avanço de uma medicalização cada vez mais difusa de crianças e adolescentes (Caponi; Daré, 2020).

que oferei sobre os temas de saúde mental e feminismo. Em todas as ocasiões, ao saber da pesquisa, os(as) estudantes, mesmo que não acordassem a entrevistada, vinham relatar, falar, expor, traziam, à margem da investigação, seus descontentamentos e agruras. Eu deixava claro que aquilo que eles pareciam buscar, conforto, não era o que a investigação oferecia, mas isso não os fez recuar. Uma demanda de fala foi ficando evidente.

Mesmo não tendo grandes conclusões a mencionar – apenas o próprio registro do texto e suas consequências: apresentar a ansiedade na forma de uma sintomática social dotada de uma marca simbólica cada vez mais evidente na cultura – posso endossar que a experiência ansiosa e de sofrimento erigida nas páginas que se seguiram até aqui não trata de um pessimismo institucional em relação à escola ou é um tratado de angústias para o que restou da pandemia em termos emocionais e sociais. Trata-se de uma análise ainda em desenvolvimento, que tem pontos a serem aprofundados e argumentos que precisam ser confrontados com dados e leituras. No entanto, o artigo contém, a qualquer um que deseje, uma agenda de pesquisa sobre os seguintes temas: as questões do luto esvaziado a relação da pandemia e as emoções em desajustes simbólicos, a partilha acelerada de um tempo contemporâneo que esgota o trabalho psíquico de construir imaginários e permitir laços não adoecidos, a existência de correntes ansiogênicas²¹ de sentimentos circulando no retorno pós-crise pandêmica, um resto de angústia que se gruda na relação do Eu e do Outro. É na apresentação dessas pontas soltas e na demonstração de seus efeitos no espaço da escola que termino meu texto.

21 Faço menção aqui ao conceito durkheimiano de correntes suicidógenas (Durkheim, 2001) em que um conjunto de sentimentos produzidos coletivamente, em termos de difusão e transmissão, acham-se inseridos nas ondas (taxas) de suicídio analisados por Durkheim, porém, diferentemente de sua pressuposição inicial, pode-se considerar as correntes ansiogênicas como sentimentos de agenciamento aos significantes culturais que apresentam a ansiedade como parte própria do laço social contemporâneo.

Referências

- ALUNOS passam mal em escola e são levados para unidade de saúde, em Fortaleza. *Gl Ceará*, Fortaleza, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/02/17/alunos-passam-mal-em-sala-de-aula-de-escola-e-sao-levados-para-unidade-de-saude-em-fortaleza.gh.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- ALVES, N. T. *et al.* Ansiedade social e atribuição das emoções a faces neutras. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 17, n. 1, p. 129-134, 2012.
- ANDRADE, A. P. M.; MALUF, S. W. Do hospital psiquiátrico para a cidade: itinerários e experiências de sujeitos nos processos de desinstitucionalização. In: GUANAES-LORENZI, C. *et al.* (org.). *Psicologia social e saúde: da dimensão cultural à político-institucional*. Florianópolis: Abrapso/Edições do Bosque: UFSC, 2015. p. 272-294.
- BERGSON, H. *Duração e simultaneidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Covid19: Painel Coronavírus. *Coronavírus Brasil*, [s. l.], [2022]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 7 jul. 2023.
- CAMUS, A. *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- CAPONI, S.; DARÉ, P. K. Neoliberalismo e sofrimento psíquico: a psiquiatrização dos padecimentos no âmbito escolar. *Mediações*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 302-320, 2020.
- CASTILLO, A. R. G. L. *et al.* Transtornos de ansiedade. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 22, supl. 2, p. 20-23, 2000.
- COELHO, M. C. P.; REZENDE, C. B. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
- CSORDAS, T. A aflição de Martin. In.: CSORDAS, T. *Corpo/significado/cura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008a. p. 165-222.
- CSORDAS, T. *Corpo/significado/cura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008b.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- DURKHEIM, E. *O suicídio*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FREUD, S. *Obras completas, volume 15: psicologia das massas e análise do Eu e outros textos* (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. *Obras completas, volume 17: inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos* (1926-1929). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GELL, A. *A antropologia do tempo: construções culturais de mapas e imagens temporais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Mapeamento aponta que 70% dos estudantes de SP relatam sintomas de depressão e ansiedade. *Instituto Ayrton Senna*, São Paulo, 1 abr. 2022. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/mapeamento-aponta-que-70-dos-estudantes-de-sp-relatam-sintomas-de-depressao-e-ansiedade/>. Acesso em: 2 out. 2023.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores, v. 1).

KEHL, M. R. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LAPLACHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LAPLANTINE, F. *Antropologia da doença*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1999.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

LINTON, R. O indivíduo, a cultura e a sociedade. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. *Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. p. 98-102.

MAUSS, M. A expressão obrigatória dos sentimentos (1921). In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (org.). *Marcel Mauss*. São Paulo: Ática, 1979. p. 147-153.

MEAD, M. *Coming of age in Samoa: a psychological study of primitive youth for Western civilisation*. New York: Perennial Classics, 2001.

ORTNER, S. B. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, 2007.

PAIS, J. M. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2003.

PUSSETTI, C. Psicologias indígenas: da antropologia das emoções à etnopsiquiatria. In: LECHNER, E. (ed.) *Migrações, saúde e diversidade cultural*. Lisboa: ICS, 2009. p. 85-119.

RORIZ, M. *Corpos em pânico: narrativas, trajetórias e contribuições para uma antropologia médica da perturbação de pânico*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Médica) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

ROSALDO, M. Z. Em direção a uma antropologia do self e do sentimento. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, v. 18, n. 54, p. 31-50, 2019.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 62-82, 2008.

SILVA, M. M.; ESTELLITA-LINS, C. A *xawara* e os mortos: os Yanomami, luto e luta na pandemia da Covid-19. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 267-285, 2021.

SPIEGEL, D. Transtorno de despersonalização/desrealização. *Manual MSD*, [s. l.], maio 2023. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psiquiátricos/transtornos-dissociativos/transtorno-de-despersonalização-desrealização>. Acesso em: 12 set. 2023.

Recebido: 06/11/2023 Aceito: 31/05/2024 | Received: 11/6/2023 Accepted: 5/31/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

“Covichados”: pensar la epidemia de COVID-19 en Argentina desde la postpandemia

“Covichados”: thinking about the COVID-19 epidemic in Argentina from the post-pandemic period

Andrea Mastrangelo^{I, II}

<https://orcid.org/0000-0003-2844-6883>
andreaveronicamastrangelo@gmail.com

Flavia Demonte^{I, II}

<https://orcid.org/0000-0003-3786-2635>
fdemonte@unsam.edu.ar

^I Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas – Buenos Aires, Argentina

^{II} Universidad Nacional de San Martín – San Martín, Buenos Aires, Argentina

Resumen

Este artículo es un ejercicio de reflexividad sobre investigaciones etnográficas propias de la infección por SARS-CoV-2 realizadas en 2020-2021. Se analizan aquí experiencias, narrativas y políticas de diagnóstico y control de la circulación del virus en tres ciudades de diferente escala urbana de Argentina. Realizado en la postpandemia, nuestro análisis se propone aportar al estudio del fenómeno sanitario desde la antropología social, ofreciendo recomendaciones para la planificación y gestión de futuros y probables confinamientos. Concluimos que nuestra contribución como científicas sociales es la comprensión del fenómeno sanitario en el marco de desigualdades estructurales, emergiendo la necesidad de planificar la prevención por confinamiento a escalas micro, meso y macro sociales.

Palabras clave: COVID-19; etnografía; políticas; medios de comunicación.

Abstract

This article is a critical reflexivity approach of our own ethnographic research on SARS-CoV-2 infection carried out during 2020-2021. Experiences, narratives, interpretations and policies for the diagnosis and control of the circulation of the virus in three cities of different urban scale in Argentina are analyzed here. Carried out in the post-pandemic, our analysis aims to converge experiences, tellings and policies to make significant contributions to the study and understanding of the health phenomenon from social anthropology, offering recommendations for the planning and management of future and probable confinements. We conclude that our contribution as social scientists is the understanding of the health phenomenon within the framework of structural inequalities, emerging the need to plan prevention due to confinement at micro, meso and macro social scales.

Keywords: COVID-19; ethnography; policies; media.

Introducción

La COVID-19 es una enfermedad causada por un nuevo coronavirus, el SARS-CoV-2. La enfermedad comenzó en la ciudad de Wuhan, provincia de Hubei, República Popular de China, en diciembre de 2019 y fue declarada pandemia por la Organización Mundial de la Salud (OMS) el 11 de marzo de 2020. Entre el 20 de marzo de 2020 y el 31 de diciembre 2021, 287.899.658 de casos confirmados se acumularon en el mundo, con 36% de ellos en las Américas (Organización Panamericana de la Salud, 2023). Dentro de este período y región, la variante predominante fue la Delta. Argentina fue el segundo país, después de Brasil, en valor absoluto de casos positivos (El coronavirus [...], 2023). Sin embargo, Argentina tuvo una Tasa de Incidencia Acumulada (22,2 mil cada 100.000 personas) más alta que Brasil (17,2 mil), y la Razón Cruda de Letalidad –CFR– en Argentina en ese período fue más baja (1,3%) que en Brasil (1,9%) (Situación [...], 2023). La CFR en Argentina fue la cuarta más baja de los 10 países de la región, hecho que podría estar relacionado con las medidas generales de prevención y cuidado adoptadas por el gobierno federal de Argentina en ese tiempo. Entre marzo y noviembre de 2020, las políticas públicas de cobertura nacional en Argentina recibieron el nombre de Aislamiento Social Preventivo Obligatorio (ASPO). El ASPO estuvo centrado en la higiene respiratoria, de manos, aislamiento de los infectados y confinamiento de los individuos sanos, tanto como en la restricción de la circulación pública al alimento y el combustible, con un reforzamiento de la seguridad ciudadana (Argentina, 2020a).

Este artículo es un ejercicio de reflexividad¹ sobre investigaciones etnográficas propias publicadas (Mastrangelo; Alegre; Giménez, 2023; Mastrangelo; Demonte, 2022) incluyendo en el análisis experiencias subjetivas, narrativas colectivas de la infección y políticas públicas de diagnóstico y control de la circulación (aislamiento de enfermos y confinamiento de sanos) del virus SARS-CoV-2 en Argentina. Su objetivo es aportar al estudio del fenómeno sanitario

1 Strathern (1991) propone el concepto de reflexividad conceptual, que no se limita a un despliegue de la sensibilidad individual del investigador, sino que concierne al proceso antropológico de conocimiento y Guber (1991) distingue tres tipos de reflexividad que se ponen en juego en todo proceso de investigación: la reflexividad de los sujetos de estudio, la del investigador en tanto miembro de una sociedad o cultura y la del investigador en tanto miembro de una comunidad científica. Este artículo instrumenta la definición de Strathern y las dos últimas acepciones de Guber.

desde la antropología social, ofreciendo recomendaciones para la planificación y gestión de futuros y probables confinamientos.

Se organiza en cuatro secciones y un epílogo. En la primera sección, “La metodología etnográfica en contexto del confinamiento”, presentamos las singularidades para la investigación en ciencias sociales dado el ASPO. En la segunda, “Experiencias”, analizamos testimonios recuperados en el trabajo de campo realizado en 3 ciudades de diferente escala urbana. Las de mayor tamaño son el Área Metropolitana de Buenos Aires –AMBA– que incluye a la ciudad capital del país (Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CABA y 40 jurisdicciones con gobierno municipal; 14,8 millones de habitantes), seguida por Resistencia (AMGR, 385.726 habitantes), capital de la Provincia del Chaco en el NE del país (Instituto Nacional de Estadísticas, 2010). La selección de estas dos áreas metropolitanas se relaciona con que ambas tuvieron los primeros casos de COVID-19 importados y por características locales mantuvieron altos indicadores de infección entre 2020-2021, lo que extendió en su jurisdicción por más tiempo, las medidas de confinamiento.

En contraposición al temor al contagio que asoló a estas grandes ciudades, consideramos la experiencia en una pequeña ciudad de provincia, Santo Tomé (23.299 habitantes, Instituto Nacional de Estadísticas, 2010), Corrientes. Mientras entre los moradores de la megalópolis capital del país el mes de septiembre 2020 se inició con 1.158 infectados diarios,² los santotomeños pasaron los primeros 6 meses de confinamiento, entre marzo y septiembre de 2020, sin casos de la enfermedad. Situación que llevó a una intensificación del control social punitivo, sobre los nuevos ilegalismos generados al tratar de controlar la circulación de las personas (lo que caracterizamos como securitización de la salud pública; Mastrangelo; Alegre; Giménez, 2023). En aquel contexto, registramos la notoriedad de pequeñas transgresiones que el Estado se ocupó de perseguir y sancionar.

En la tercera sección, “Narrativas”, analizamos los temas y los íconos que formaron parte de la comunicación social durante la epidemia, en medios masivos, locales y barriales, incluyendo los memes que circularon entre teléfonos celulares y computadoras personales como un medio de comunicación más o menos popular y horizontal entre los grupos sociales con acceso a internet. En esta sección, el tema central que los memes permitieron expresar con ironía

2 Ver La evolución [...] (2020).

fue la sobrecarga laboral en tareas de cuidado en doble y triple jornada de las mujeres; mientras que las noticias generaron una dramaturgia con héroes salvadores (varones médicos, mujeres cocineras o enfermeras) y malvados supercontagadores (en predominio, varones jóvenes de barrios populares).

Finalmente, en la sección “Políticas” describimos las medidas sanitarias y de apoyo económico con las que el gobierno argentino acompañó la emergencia sanitaria, incluyendo la perspectiva sobre ellas, narrada por los pobladores de barrios populares con los que realizamos la investigación.

En el “Epílogo” hacemos converger Experiencias, Narrativas y Políticas para aportar a la comprensión del fenómeno sanitario desde la perspectiva de las ciencias sociales y en particular de la etnografía, ofreciendo reflexiones sobre la postpandemia y recomendaciones para la gestión de futuros confinamientos.

La metodología etnográfica en contexto del confinamiento

Durante el confinamiento por COVID-19 tanto el trabajo de campo como la vida social exigieron retomar relaciones sociales previas. Para acceder a los barrios populares en los que hicimos etnografía recurrimos a organizaciones sociales, familias y personas que conocíamos personalmente con anterioridad. Ese conocimiento cara a cara nos permitió dar a conocer nuestro objetivo de investigación y establecer relaciones de confianza mediadas por mensajes de texto, conversaciones telefónicas o video llamadas. Las estadías en terreno mediadas por tecnologías tuvieron así cotidianidad, inmediatez, urgencias y también los típicos malos entendidos de la virtualidad (perder el sentido de una ironía, falta de contexto, ausencia de deícticos). Tratamos de controlar estas singularidades analizando y re preguntando, a la vez que ampliábamos la red de personas e instituciones involucradas como informantes para elevar los niveles de confianza por triangulación y círculo hermenéutico (Guber, 1991). Organizamos en base a estos criterios un equipo de 17 co-investigadores en 39 barrios distribuidos en los cuatro puntos cardinales en AMBA, AMGR y Santo Tomé. Por citar solo tres ejemplos de co investigadores una fue una ex estudiante de doctorado que retomó contacto con sus informantes (Dra. Ana María Rico en la Villa de Fraga, CABA), otra fue la presidenta del Barrio Toba de Resistencia, Chaco (Laura Pérez), contactada a través de una técnica en gestión cultural del estado provincial (Ingrid Müller)

y un profesor de fútbol que mantuvo el vínculo con sus alumnos participando de los comedores comunitarios del barrio donde vive (Camilo Chirino, Los Hornos, La Plata). Complementamos los relevamientos por diario de campo y entrevistas, recurriendo a fuentes secundarias de acuerdo con los criterios de inclusión en la muestra,³ para caracterizar las particularidades de la geografía urbana, las organizaciones locales, la epidemiología y las políticas públicas que organizamos y clasificamos agrupándolas según sean de diagnóstico y cuidado, farmacéuticas y de apoyo económico. Dado que el trabajo de campo se extendió desde marzo 2020 hasta diciembre de 2021, al tiempo que se flexibilizó el control de la circulación pudimos hacer trabajo de campo en co presencia, en Santo Tomé, Corrientes.

Al constituirse la metodología etnográfica como una narración descriptiva, mediada teóricamente, de las experiencias de los pobladores de barrios populares y de las políticas, consideramos que éstas son configuradas también por las narrativas de los medios de comunicación en tanto actores protagónicos de la simbolización del mundo (Waisbord, 2011). Por este motivo, reconstruimos las narrativas mediáticas sobre la COVID-19 y el confinamiento a través del análisis de las noticias publicadas en medios nacionales, locales y barriales. Seleccionamos esos medios intencionalmente, buscando heterogeneidad en los perfiles, y relevamos noticias sobre los barrios estudiados etnográficamente, incluyendo la situación epidemiológica, las medidas de prevención y los impactos del confinamiento. Conformamos una base de datos con 599 noticias de medios del AMBA y 442 del AMGR, considerando especialmente la inclusión de notas referidas a los barrios donde se realizaba el trabajo de campo. Otra dimensión de las narrativas la captamos a través de los memes, piezas gráficas que habilitan, en una situación de emergencia, la expresión irónica, la burla, la liberación de tensiones o del conflicto, con el recurso del humor. Recopilamos 292 memes gráficos referidos a la enfermedad, el confinamiento y las medidas de prevención, que circularon en las redes sociales en el período del estudio. Analizamos ambos materiales (noticias y memes) en estrecha relación con el abordaje etnográfico.

La perspectiva etnográfica, como método analítico, otorga centralidad a las experiencias y narrativas tal como se presentan en el trabajo de campo, por lo

3 Se escogió una muestra intencional en base al criterio teórico de los radios censales $\geq 4\%$ NBI (Mastrangelo; Demonte, 2022, p. 53-54).

que la teoría que les da sentido y las analiza está fundada en esos mismos hechos (Glaser; Strauss, 1967). En este sentido, recurrimos a los conceptos teóricos (dispositivo, sindemia, sociedad hipermediatizada, racismo estructural, segregación y securitización) en la medida que iluminan la comprensión del fenómeno y fundamentan nuestras recomendaciones.

Experiencias

En marzo de 2020 Argentina estaba viviendo la mayor epidemia de dengue de su historia, que se sumaba al incremento de la tuberculosis y la remergencia del sarampión en las áreas metropolitanas. Significativamente esto ocurría en la capital del país, donde la cantidad de habitantes, la contigüidad entre situaciones de pobreza estructural histórica y la nueva pobreza por ingreso, formaba un craquelado donde la desigualdad social creciente convivía (Mastrangelo; Hirsch; Demonte, 2022). De manera inédita, la otrora “París en el Río de la Plata” tenía para esa fecha, en su área metropolitana, más tuberculosos que Resistencia, la capital de una de las provincias más tardíamente colonizada, el Chaco.

Para los hospitales públicos de la CABA, la COVID-19 fue la cuarta epidemia simultánea. El jefe médico del desarrollo de la estrategia de atención primaria de la salud (Jefe de Área Programática –JAP–), en uno de esos hospitales en el sur de la ciudad relató el proceso de adaptación al nuevo escenario del confinamiento por COVID-19:

Habíamos recibido las dosis de las vacunas antigripales, pero no podíamos recibir a los ancianos en el hospital, el riesgo de infección para ellos era altísimo. Entonces convocamos a todas las organizaciones barriales y fuimos a vacunar al territorio (JAP).

Sin refuerzo en el presupuesto municipal por la emergencia sanitaria, usando los barbijos innecesarios por las cirugías suspendidas durante toda una semana, el personal de salud del hospital organizó circuitos seguros para la vacunación antigripal de ancianos primero y la consulta de niños, embarazadas y pacientes crónicos en los centros de atención primaria de su incumbencia, después. En la guardia hospitalaria, la Unidad Febril de Urgencia (UFU) tamizaba a

quienes presentaban síntomas. Los convivientes asintomáticos eran derivados a un centro de diagnóstico público masivo creado *ad hoc* para atender rápidamente la demanda de los barrios populares, en una cancha de fútbol cercana.

La COVID-19 ya captaba la atención de los medios de comunicación masiva y a ella destinaba los recursos el gobierno nacional para el operativo de testeo (Dispositivo Estratégico de Testeo para Coronavirus en Territorio Argentino, DETECTAR) y el municipal para el aislamiento colectivo (en un predio público para congresos y convenciones, llamado Costa Salguero). Todos los otros padecimientos quedaron subordinados a la estrategia sanitaria denominada “Emergencia COVID-19”. En el hospital los pacientes internados con dengue o COVID-19 trataban que sus familiares les acercaran agua embotellada o se escapaban para comprar papel higiénico en el quiosco vecino. El presupuesto del hospital público no podía proveerlos.

En simultáneo, en el NE del país, el hospital de Resistencia estaba siendo cuestionado por el accionar de su personal. El caso índice de COVID-19 en esa capital de provincia fue una médica del hospital, viajera internacional quien, al regresar asintomática a su ciudad de residencia, no cumplió con el aislamiento y se presentó a trabajar en la institución. En las semanas siguientes varios pacientes, entre ellos, pobladores urbanos de etnia originaria qom (Toba), comenzaron a hacerse escuchar públicamente. Se habían contagiado en el hospital. Se negaban a ser atendidos por la salud pública porque decían que “los qom al hospital van a morir”. En medio de esa tensión entre una de las poblaciones preexistente a la nación y el sistema público de salud, comenzamos nuestro trabajo de campo. Mientras los qom pedían que se haga algo con los pacientes del Barrio Toba pero respetando su dignidad como personas, sin ser discriminados por su condición étnica, un médico investigador de la provincia, nos realizó la siguiente pregunta en el contexto de una entrevista etnográfica:

Ud. que es antropóloga, ¿me podría explicar por qué los toba escupen los picaportes de las puertas y las manijas de los autos en los barrios blancos, para contagiar? (Médico de Resistencia).

Esta situación etnográfica puso de manifiesto el racismo estructural que produce y sostiene las relaciones de clase en la ciudad y la provincia. Lo interesante es que la gestión de la política sanitaria no solo lo explicitó, sino que posibilitó negociar la ampliación de derechos al grupo estigmatizado. Ante la negativa de

los pacientes qom a ser aislados fuera de su barrio de viviendas sociales con marca étnica donde residen en la capital provincial, la decisión de la política provincial tuvo dos aristas. Una, aislar al barrio y, otra, abastecerlo de comida. En una primera instancia esas acciones fueron ejecutadas por el ejército, que colocó montañas de tierra y bolsas de arena en las calles de acceso al barrio, a la manera de improvisadas trincheras y asistió al barrio con un tanque cocina que entregaba alimentos elaborados.

Las organizaciones del barrio continuaron con su reclamo, solicitando que las bolsas de arena al estilo barricada, sean reemplazadas por vallas de madera, porque la interpretación basada en el prejuicio que continuaba siendo narrada por los medios de comunicación nacionales y locales, era que los pobladores qom se resistían a la intervención sanitaria estatal. Con el paso de los días, las autoridades indígenas del barrio consiguieron la presencia de las autoridades sanitarias provinciales. Personalmente, la ministra de salud provincial acordó la creación de un centro de aislamiento dentro del barrio. Sin embargo, en otros barrios de la ciudad con la misma marca étnica, los dispositivos racistas continuaron operando. En el barrio Bandera Argentina, en el Municipio de Comandante Fontana, efectivos de la policía provincial amenazaron con rociar con alcohol y prender fuego a los “indios contagiadores”. En otro incidente, se arrojaron antorchas encendidas por la ventilación del baño a una vecina de barrio Mapic, aislada con diagnóstico de COVID-19.

En nuestro caso de estudio, el ritual del fuego apareció en el dispositivo de control sanitario en dos dimensiones, como respuesta al miedo de la pérdida de la hegemonía y como control del terror al contagio entre los subalternos. Al igual que en los brotes de lepra en los siglos V al XV y en la epidemia de peste bubónica en la Europa medieval del S XIV, el fuego formó parte tanto del modelo de la purificación como del disciplinamiento⁴ (Foucault, 1975, 2021).

4 La lepra y la peste son para Foucault dos modelos de control. La primera se orienta a crear una sociedad pura. Por ello, la lepra se controló expulsando a los enfermos de las ciudades y encerrándolos en leprosarios, mientras que para controlar la peste se desarrolló el modelo de la sociedad disciplinada, regulando el comportamiento dentro de la ciudad. Sin embargo, purificación y disciplina como biopolíticas, no son incompatibles y conviven. El fuego participó tanto en las instancias de la purificación como del disciplinamiento. En la etapa final de la lepra se quemaban los pacientes para limitar el contagio y acelerar la muerte. En el caso de la peste bubónica, se estableció un sistema de control exhaustivo de personas, bienes y animales. Al identificar el contagio por los textiles infectados por la pulga, el procedimiento preventivo se orientaba a quemar las ropas (Foucault, 2021).

Por un lado, el fuego apareció en su dimensión disciplinaria, como en las épocas de la peste, al ser amenaza en la tortura policial. Pero, por otra parte, también apareció en la versión purificadora del modelo de la lepra, en la acción anónima de librarse del riesgo quemando al potencial contagiador, tirando una antorcha encendida por la ventana del baño de una familia infectada. Vemos así que, tal como señaló Foucault (1975, 2021), purificación y disciplinamiento, aunque históricamente fueron biopolíticas sucesivas, pueden presentarse en convivencia.

Como ha sido señalado ya por la historia de las intervenciones médicas y las epidemias (Rosen, 2005; Vigarello, 2006) y la sociología del control social de/sobre los cuerpos (Foucault, 1975, 1993), aislar a los enfermos y confinar a los sanos, son formas de segregación que adquieren connotaciones más que sanitarias: consume una utopía disciplinaria de control estatal total en la que cada intersticio de la vida cotidiana se encuentra bajo observación y control permanente. El control del contagio es la parte del dispositivo (Foucault, 1984) que permite distinguir, clasificar y ordenar a los ciudadanos. Lo que pasó con los qom en Resistencia, pasó también con los comercios de alimentos propiedad de familias de origen asiático (chinos y coreanos) en el barrio de Los Hornos, en el Gran La Plata y con los habitantes de barrios precarios –los “villeros”– de CABA y Villa Azul entre los partidos de Quilmes y Avellaneda en el conurbano bonaerense. En el contexto de una epidemia, el estar enfermo e integrar un colectivo racializado opera como un estigma que nos expone a la discriminación, la forma emergente cotidiana del racismo estructural (Mastrangelo; Bénédict; Rico, 2022).

Santo Tomé, es un pueblo correntino de más o menos 25.000 habitantes. Allí, al igual que en todo el país, entre marzo y noviembre de 2020, el confinamiento tuvo un sentido estricto (movilidad limitada a la proximidad del domicilio y horarios diurnos, uso de tapabocas casero obligatorio en todas las interacciones y distancia interpersonal mayor a 1,5m). Sin embargo, Santo Tomé no tuvo casos autóctonos de COVID-19 hasta septiembre de 2020 y la circulación comunitaria solamente se expresó en enero de 2021. Es decir, los niños santotomeños pasaron 6 meses sin jugar con amigos en la vereda ni en las escuelas, sin festejar cumpleaños, solo comunicados entre sí, en el caso que tuvieran, por celular o computadoras. Sostener la rutina de confinamiento sin casos de la enfermedad y dependiendo del abastecimiento en fresco de verduras desde

Misiones (158 km), de pollo de Entre Ríos (603 km) y de carne vacuna de Santa Fe (627 km) fue un gran desafío para las fuerzas de seguridad de ese pueblo chico, que además está en frontera internacional con Brasil, país al que lo une un transitado circuito comercial internacional de camiones de alto porte. Reflejo de esto es que la mitad de los comunicados de prensa que emitió el Comité de Crisis de Santo Tomé que gestionó la epidemia, refería al respeto o sancionaba la transgresión a restricciones a la circulación. Para poner carne a esta experiencia en la piel de un transgresor, les contamos la historia de un remisero a quien le preguntamos si había visto menguados sus ingresos durante el confinamiento. Su respuesta fue sin dudas que había pasado los mejores meses de aventura de su vida conociendo atajos de acceso a la localidad desde distintos rumbos, caminos rurales abandonados donde se podían eludir los retenes que el ejército o la gendarmería habían colocado en los caminos de asfalto. Otra historia teñida de transgresión y burocracia estatal fue la de un productor agrícola de medio tiempo que tiene un vivero forestal en las afueras del ejido urbano. Fue retenido por circular fuera de su horario como trabajador esencial en el abastecimiento de combustible y tuvo que tramitar un permiso especial en la municipalidad para ir diariamente a regar su vivero de árboles nativos.

Las conversaciones mediadas por tecnología que mantuvimos haciendo etnografía con los pobladores de barrios populares durante el confinamiento nos permitieron reconstruir, asimismo, la sindemia entre la COVID-19 y enfermedades crónicas no transmisibles como diabetes, hipertensión, obesidad y depresión (Singer *et al.*, 2017; Singer; Rilko Bauer, 2021). Las entrevistas con especialistas en salud mental y educación especial señalaron los efectos adversos del confinamiento sobre las personas con síndrome del espectro autista y diagnósticos psiquiátricos que requerían de terapias ambulatorias o grupales.

Por otra parte, en los registros oficiales y de Organizaciones No Gubernamentales (ONG) se incrementaron las denuncias y la crueldad en la violencia de género (Argentina, 2020c; Equipo Latinoamericano de Justicia y Género, 2022; Observatorio de Femicidios de la Defensoría del Pueblo de la Nación, 2020) y la violencia institucional (Argentina, 2023; Coordinadora Contra la Represión Policial e Institucional, 2021). En lo relativo a violencia de género, las intervenciones estatales continuaron con la ineficiencia previa (Equipo Latinoamericano de Justicia y Género, 2022), sumando a la lista de fracasos la iniciativa

“barbijo rojo” que consistía en que las víctimas de violencia se presentaran a pedir ayuda a los profesionales de farmacia que, por ser considerados trabajadores esenciales, se mantenían activos, vistiendo un barbijo rojo, usando ese símbolo como clave. Situación que, conociendo estudios previos sobre la violencia machista, es a todas luces imposible, dadas las situaciones de amedrentamiento y control de parte del agresor a las que son sometidas las víctimas en el ciclo de fases de la violencia (Walker, 1979).

En lo que respecta a la violencia institucional, cobró mucha visibilidad mediática⁵ el caso de Facundo Astudillo Castro quien, en abril de 2020, caminando en una ruta nacional fue interceptado por la Policía de la Provincia de Buenos Aires que lo detuvo por infringir el toque de queda del confinamiento. Encontraron su cuerpo 107 días después de su desaparición en un cangrejal. En su despedida, “no solo se pidió Justicia, sino que también se apuntó al presunto encubrimiento político de la responsabilidad policial en la muerte del joven. Los manifestantes exigieron la renuncia del ministro de Seguridad bonaerense” (Astudillo [...], 2020). Como parte de nuestro trabajo de campo, el 17 de junio de 2020 pudimos dar cuenta del asesinato en una balacera de Gendarmería Nacional que perforó la espalda de Facundo Scalzo en el Barrio Rivadavia de Bajo Flores. Este asesinato tiene relación directa con el aumento en número y armamento de las fuerzas de seguridad en los barrios populares como parte de las medidas de contención de la COVID-19, hecho analizado como parte de la securitización de la salud pública.

Otro conjunto de experiencias que alteró el confinamiento y nos parece relevante recuperar en este análisis son los funerales mal sucedidos o la crisis social inducida por ritos funerarios incompletos. Geertz (1997, p. 139) describió el modo desafectado, sin lágrimas, en el que el funeral javanés representaba “una breve aceptación ritualizada de que las relaciones con el muerto no son ya posibles”. Los qom al igual que todos los fallecidos por COVID-19 fueron entregados a sus familias cremados. Es decir, no hubo velorios ni funerales

5 Los medios masivos gráficos de alcance nacional realizaron una cobertura sistemática del caso desde su desaparición hasta la aparición del cuerpo. Por citar un caso, *La Nación*, entre julio de 2020 (mes en el que empezaron los rastreos para la búsqueda) y agosto de 2020 publicó más de 60 noticias, dando cuenta que publicó al menos 2 noticias por día sobre el caso y sus derivas policiales, judiciales y de derechos humanos. Pueden leerse en: <https://www.lanacion.com.ar/tema/facundo-astudillo-castro-tid68082/>.

con cuerpos yacentes. Este tratamiento colectivo que el estado dio a las muertes por COVID-19 en la comunidad qom explicitó un doble trauma: no solamente murieron sus familiares en aislamiento en la terapia intensiva, sino que recibieron las cenizas cremadas y no sus cuerpos. En la perspectiva qom, las cenizas de cremación podrían ser de cualquier persona, mientras el cuerpo muerto conserva la identidad de la persona, por ello para hacer efectiva la despedida era necesaria la presencia del cuerpo. Por esto, tanto el haber recibido las cenizas como el no contar con un espacio étnico propio, exclusivo para recordar, especialmente a los ancianos fallecidos, intensificó el trauma colectivo, reavivando la demanda de creación de un cementerio qom en la ciudad de Resistencia.

Un evento semejante aconteció en las comunidades originarias y mestizas andinas residentes en Barrio Ricciardelli en CABA. Allí reclamaban un espacio en el Cementerio de Flores para las cenizas de sus familiares fallecidos por COVID-19. En esta cosmovisión, la muerte acontece cada año cuando se realiza una evocación ante la tumba, recordando al fallecido. Cada 2 de noviembre, los familiares y seres queridos del difunto visitan la tumba con tantawawas (pan de amasado casero en forma de persona con una máscara de yeso o con masa modelada con cara humana, es el alma de la persona y se representa con un par del sexo opuesto); masa en forma de escalera para que las almas puedan bajar y subir en la ceremonia; masas representando la luna y el sol deidades tutelares ancestrales; parejas de llamas con carga de alimentos y objetos para alimentar al difunto hasta la próxima ceremonia; representaciones de cualquier animal con su pareja (en especial serpientes representando el inframundo y palomitas –urpus– que identifican la inocencia de los niños). Se acompaña también con la chacana o cruz inca y/o una cruz cristiana de masa. Se suman frutas, maicitos y platos de comidas elaboradas de gusto de la persona fallecida. Se colocan en una mesa o sobre el túmulo cestas con dulces comestibles, señalando el carácter amoroso del recuerdo de la persona muerta y una cadena de plástico violeta y negro que representa la unión de los deudos en el ritual. Es un ritual alegre y por eso colorido por las flores, que se acompaña de música para celebrar al alma que se ha ido. La persona muere definitivamente si se la olvida y nadie la celebra. Toda esta ceremonia recibe el nombre de *Aya markay quilla* que literalmente quiere decir “mes de llevar alzados a los difuntos”, ya que en la tradición Inca se abrían las tumbas y se exhibían los cuerpos momificados (Canelo, 2008;

Mardones, 2016).⁶ En 2020 en Bajo Flores, el recibir cremados a sus difuntos víctimas de la COVID-19 y el gobierno de la ciudad negarles espacio individual en el cementerio para las cenizas, generó tensiones en torno a este ritual, que no pudo completarse, intensificando el dolor de la pérdida y los reclamos al poder municipal desde la subalternidad migrante. En la conmemoración del día de muertos el 2 de noviembre de 2023, bajo una lluvia torrencial una familiar nos confesó con gran pena cómo se sentía discriminada: “Nada valemos, saben que venimos y ni un toldo nos han colocado”.



Figura 1. Aya markay quilla, 2 noviembre 2022. Cementerio de Flores, CABA, Argentina.
Foto: Andrea Mastrangelo.

6 Ver Calendario [...] ([2024]).



Figura 2. Ofrenda en fosa común, 2 noviembre 2023. Cementerio de Flores, CABA, Argentina. Foto: Andrea Mastrangelo.



Figura 3. Ofrenda en tumba, 2 noviembre 2022. Cementerio de Flores, CABA, Argentina.
Foto: Andrea Mastrangelo.

Narrativas

Mientras en cada barrio de las áreas metropolitanas y pequeñas ciudades se experimentaba de manera singular la COVID-19 y se relataban historias de esfuerzo cotidiano, de aventuras y de discriminación; una sociedad hipermediatizada (Carlón, 2020) se encargó de narrar públicamente lo que sucedía. En los medios de comunicación y en las redes sociales digitales se simbolizaron esas experiencias sobre el confinamiento, el virus, la enfermedad, la política sanitaria y diversos aspectos controversiales de la epidemia como hecho social total (Mastrangelo, 2020).

Narrativas periodísticas y humorísticas; alarmantes, aventuradas y negacionistas, alimentaron noticias y memes: la identificación de un enemigo; la superación de las víctimas que enfermaron y curaron; el duelo frente a la muerte; la búsqueda de responsables; el reconocimiento de héroes y mártires; la cotidianidad del confinamiento y sus impactos; el fin del capitalismo; la promesa de un futuro pospandémico esperanzador; la caída de la creencia en la supremacía de los seres humanos sobre la naturaleza, alimentaron relatos y vaticinios propios de la imaginaria colectiva con extendido uso en la retórica de las epidemias. Expresiones de una tragedia mediatizada, que activó la sensación de un miedo compartido y la amenaza frente a un virus identificado como enemigo, se contrapusieron a las incertidumbres planteadas por la investigación científica y la intervención biomédicas.

La COVID-19, clasificada dentro del grupo de “enfermedades emergentes” causada por “nuevos patógenos” (Farmer, 2000), fue simbolizada por el periodismo y el registro documental *amateur* como un combate, formando parte de los procesos de metaforización que, habitualmente, asimilan a las epidemias y a su control biomédico con situaciones de guerra. La utilización de la metáfora militar se remonta a 1880 cuando se identificaron los virus y las bacterias como agentes patógenos y se desarrolló el modelo epidemiológico vectorial implementado en Cuba y luego en Brasil a partir de la intervención sanitaria de sus ejércitos (Rovere, 2012). Estos dichos se reactualizaron en 2020 frente a cámaras de *streaming* y teclados de periodistas de la prensa gráfica, funcionarios, sanitarios y también de la población, produciendo narrativas homogéneas de la persistencia de la hegemonía biomédica.

Al principio, las noticias poco alentadoras provenían de las alertas emitidas por la OMS, de una lejana China y de Europa, esa amigable heredera del estado

de bienestar. Eran publicadas y leídas sin demasiada preocupación por la población argentina, porque estábamos en verano, sufriendo la mayor epidemia de dengue experimentada hasta ese momento, la reemergencia del sarampión y expectantes por la gestión sanitaria del nuevo gobierno. Sin embargo, solo pasaron unos pocos días hasta que la COVID-19 irrumpió en la agenda mediática con los primeros casos y se decretó el confinamiento, rompiendo esa tensa calma despreocupada. Supimos a través de los medios y también del trabajo etnográfico que realizamos en AMGR que fueron un hombre de CABA y una mujer en Resistencia que habían estado de viaje por Europa quienes “trajeron el virus en avión”, como lo definieron en la prensa comunitaria.

El 9 de marzo de 2020, el Ministerio de Salud de la Nación confirmó que había 17 casos de COVID-19 en Argentina. Así, con el aumento de enfermos, la COVID-19 captó la atención de todos los medios de comunicación. La amenaza de la llegada del virus se había hecho realidad, pero por el momento su presencia aún se asociaba con casos importados: los “viajeros” de clase media/alta lo habían traído. Con el correr de los días, comenzaron a publicarse noticias sobre las medidas de las autoridades sanitarias nacionales y de cada localidad, para prevenir la COVID-19 bajo el temor de su ingreso a los barrios populares.

La pregunta acerca de cómo iba a impactar en los barrios populares, asumiendo las condiciones habitacionales (el hacinamiento) y la falta de servicios básicos (el acceso al agua), dio visibilidad a sus pobladores. Aunque de manera intermitente y con atención desigual, fueron objeto de atención pública y mediática. Su representación osciló en gradientes: se los consideró como los principales amenazados por la enfermedad mortal, se les asignó el rol de super contagadores por la necesidad de circular por la ciudad para trabajar y se intuía que los barrios populares se transformarían en el foco infeccioso a partir del cual perduraría la enfermedad en la ciudad.

Las noticias respecto de los primeros casos en barrios de CABA como el Ricciardelli, el Mugica o los picos de contagios en Villa Lugano y Barracas; la experiencia con el aislamiento barrial comunitario en Villa Azul, los picos de contagio en barrios populares de La Matanza o la toma de tierras en Guernica en el conurbano bonaerense; así como lo experimentado en el barrio Toba y la construcción del “cordón sanitario” para aislar al barrio movilizaron a la opinión pública.

En simultáneo con esas noticias, en la comunicación colectiva primaron innumerables declaraciones de funcionarios y expertos médicos infectólogos

y epidemiólogos sobre cantidad de enfermos y fallecidos. También fueron parte de la cobertura noticiosa de la COVID-19 y del despliegue de narrativas sobre el virus, la enfermedad y las causas de su propagación las estrategias preventivas; las violaciones de las normativas y los impactos del confinamiento en las economías familiares; las declaraciones y denuncias de organizaciones sociales sobre ocultamiento de cifras de casos y óbitos; la lentitud en la búsqueda de tratamientos efectivos; la malversación de fondos públicos; los accesos privilegiados a vacunas y el descontrol de los contagios bajo sospecha de una política de exterminio explícita. Mientras se constituían esas narrativas sobre los afectados, el virus pasaba de la amenaza a la propagación efectiva en los barrios populares.

Desde los relatos periodísticos, los barrios y las prácticas de sus pobladores fueron los que facilitaron la propagación y el obstáculo para cumplir con el confinamiento. El hacinamiento y la falta de agua se transformaron en recurrencias notorias. Más allá de las condiciones de vida visibilizadas mediáticamente, en la construcción de las narrativas no faltó la responsabilización individual del propio padecimiento. Declaraciones de la presidenta de la Junta de Consejeros Vecinales del Barrio Mugica de CABA ante los medios, dieron cuenta de esto. Decía que: “acá la gente es muy desobediente y le cuesta cumplir con la cuarentena. Si bien ahora usan barbijo, se ve mucha gente caminando por todos lados” (Corsalini, 2020). Así como la prensa mostró a los pobres como víctimas también los mostró como peligrosos para el resto de los ciudadanos, responsables de la propagación por su desobediencia de las políticas preventivas. Sucedió algo similar en el Barrio Toba de Resistencia, donde no solo fueron considerados desobedientes sino también propagadores explícitos. En un intento para promover el cuidado, las declaraciones a diversos medios de comunicación del presidente de la Comisión Vecinal del mismo barrio contribuyeron a terminar de robustecer el relato de los contagiadores indómitos y la medida propuesta: “Que venga Gendarmería o el Ejército para aislar a los positivos y santo remedio” (Barrio [...], 2020a). “Nosotros no trajimos el virus”, titulaba el portal *Infoqom*, y advertía que “están culpando a los sectores más vulnerables y a los hermanos originarios de propagar el virus de manera imparable para los expertos en la materia, sabiendo aún, toda la sociedad que este virus lo trajeron en avión” (cf. Nosotros [...], 2020).

A medida que pasaban los meses, virus y enfermedad se presentaron como imparables. Sumando incertidumbre y cuestionando aleatoriamente la legitimidad del discurso biomédico los medios de comunicación, por un lado,

enfaticaban en cambios en las prácticas, resultado de la penetración del discurso preventivista y la obligatoriedad de usar barbijos mientras que, por otro, discutían su eficacia, recomendaban cloroquina o dióxido de cloro y propagaban el miedo a enfermar y morir.

Sin embargo, las “desobediencias” continuaron. Una vecina del Barrio Mugica aseguró al diario *Ámbito* que, si bien en el barrio se cumplía con el uso obligatorio del barbijo, otras medidas parecían pasar desapercibidas, refiriéndose a los encuentros sociales (Glikman, 2020). En el diario *La Nación* también se actualizaron explicaciones sobre el aumento de los casos: no era la falta de agua, sino justamente esos encuentros ilegalizados como “clandestinos”. Sin mencionar el hacinamiento crítico, implicaba falta de responsabilidad de parte de vecinos “desobedientes” (Horvat, 2020). En simultáneo, en el Barrio Toba sucedía algo similar “[...] los vecinos ‘siguen yendo a visitar a familiares, a las despensas, los chicos juegan al fútbol’ [...]” (Barrio [...], 2020b). Ni la política de prevención ni los medios narraban que la razón de la circulación no era únicamente el encuentro social o la necesidad de juntarse, sino salir a trabajar, sobre todo en trabajadores precarios, con ingresos por hora o jornal.

Las noticias cotidianas sobre las muertes por COVID-19 fueron otro indicador de que la situación estaba “descontrolada” y que las autoridades políticas no hacían lo suficiente. “No se murió, ¡la mataron de abandono!”, informaba el medio de comunicación comunitario *La Poderosa* (Murió [...], 2020). Se vivieron semanas trágicas durante las cuales no se cesaba de informar cantidad de casos y muertes. Basadas en el drama y la pérdida, las noticias construyeron a los muertos como víctimas, pero también como mártires y/o héroes de una guerra contra un enemigo inmediato (el virus), en el marco de una profunda desigualdad social, política y territorial. La muerte de una vecina encargada de una olla popular del Barrio Mugica generó gran eco en los medios de comunicación nacionales y locales, puesto que con sus denuncias sobre la falta de agua había logrado visibilizar, además del hacinamiento crítico, los límites del cumplimiento del lavado de manos y el distanciamiento físico como únicas, poco tecnológicas y antiguas, medidas clave de prevención.

Las narrativas mediáticas resignificaron las condiciones de exclusión, hacinamiento y racismo estructural como “culpa” de sus habitantes: ellos quedaron asociados a una imagen estereotipada que dominó la información presentada por la prensa local y nacional (Van Dijk, 1992). Como ha sido señalado ya por

los estudios históricos (Foucault, 1975, 1984, 1993, 2021; Rosen, 2005; Vigarello, 2006) las epidemias distan de ser democráticas y terminan afectando, material y simbólicamente, a los más vulnerables, dado el significado moral que despliegan con su retórica: hubo noticias estigmatizadoras y otras que romantizaron su lucha y su solidaridad. Pero una vez que se enunció, mediática y sanitariamente el control del brote en barrios populares constituidos como emblema, desaparecieron de la tapa de los diarios, las cuales se reenfocaron en la COVID-19 como enfermedad que no distinguía fronteras sociales, discurso que se homogeneizó en el contenido de las noticias.

En una sociedad global e hipermediatizada en la que medios de comunicación tradicionales conviven e interactúan con medios personales en un nuevo ecosistema de medios y plataformas con base en internet, la información que se difunde por los medios tradicionales también se produce, comparte y viraliza (Carlón, 2020). En las redes sociales digitales circularon relatos sobre la epidemia a través de memes, videos caseros, comentarios e informaciones de todo tipo. Los memes fueron discursos capaces de sortear las narrativas de los medios en clave humorística, ayudando a comprender la tragedia.

Si bien los memes dieron la ilusión de una comunicación transversal entre clases y géneros, producto de algoritmos atentos a los consumos culturales, su circulación se cierra en grupos que le dan sentido al humor o la ironía. Por tanto, con sesgos de género, de clase y etnia, los memes que mayor eco tuvieron se referían al encierro en la casa y en los consumos de los estratos medios (no se rieron de las extenuantes jornadas de trabajo de cuidado reivindicadas por los feminismos populares; tampoco refirieron a los problemas de la vivienda, al hacinamiento, a la falta de agua, a la violencia institucional ni a la necesidad de salir a trabajar). Desde la comodidad de un departamento que permitía el trabajo remoto, los sectores medios se reían de las rutinas de consumo en el confinamiento, de la convivencia continua con niños sin niñera ni maestras, ironizando sobre el futuro pospandémico; y parodiando la política sanitaria.

En el marco de una férrea disciplina sanitaria, pero de humor indisciplinado, diversas hipótesis respecto de un futuro pospandémico, oscilaron entre el optimismo de quienes vaticinaban que todo cambiaría y que se cuestionarían las bases de la desigualdad; y el pesimismo de quienes avizoraban que nada cambiaría. Entre las miradas más optimistas y las más pesimistas, la ironía de los memes fue una forma de atravesar la incertidumbre.

Entre los temas de risa recurrente en nuestra muestra de memes encontramos: la “nueva vida cotidiana”; las prácticas alimentarias y sus consecuencias (aumento de peso); la ausencia de actividad física; el teletrabajo; la educación remota y las limitaciones de las prácticas recreativas y sexoafectivas. Esa cotidianidad fue mostrada apelando al ridículo, la exageración, las emociones de agobio y desesperación. Se expresaba continuamente el deseo de volver a la vida “normal”. Se interrogó la norma sanitaria y social (“Quédate en casa”) desplazándola hacia situaciones paradójales o imposibles, pero visibilizando cuestiones culturales arraigadas sufridas por las mujeres de todos los estratos.

Lejos de la sensación de “tener más tiempo”, el confinamiento trajo una sobrecarga de tareas con altos niveles de exigencia. Ejemplo cabal de esta representación, un meme (Mastrangelo; Demonte, 2022, p. 193) mostraba un gato que, apuntando con un arma de fuego, intentaba “aniquilar” las exigencias en cuanto mandatos morales recreados durante el confinamiento: en tono imperativo, aparecían desde el mandato de la biomedicina nutricional de comer saludablemente y de realizar actividad física, pasando por abandonar la copresencia en la educación (“clase *online*”), en las relaciones sociales (“hagamos videollamada”) y sexoafectivas, obligándonos a probar otras formas de experimentarlas (“probá *sexting*”). Esas múltiples exigencias, aunque poco tematizadas en los medios, estuvieron amparadas en el mandato de preservar la salud mental (“no te deprimas”). Como si fuera poco, la exigencia de aprender algo nuevo instaba a aprovechar los “tiempos improductivos” del confinamiento. Esta sobre exigencia tuvo una marca de opresión de género: aunque las mujeres nunca dejaron de cocinar y limpiar, se les requirió asumir voluntaria y gratuitamente una intensificación de las tareas de cuidado.

Asimismo, visto con preocupación por los sanitaristas, aumentó la frecuencia y el volumen del consumo de alcohol, condensando la contradicción vivida entre lo que se debía hacer y lo que se quería/podía hacer. En uno de los memes, una mujer, sentada como si estuviera en una práctica de yoga, tomando una copa de vino, decía: “Solía ser una persona estresada hasta que comencé a probar el vino” (Mastrangelo; Demonte, 2022, p. 195). La sustitución del yoga por el vino no solo rompió con las recomendaciones de prácticas saludables, sino que expresó una práctica “real”, indicando la legitimidad social y tematización pública del incremento en el consumo de alcohol durante el confinamiento. Además, problematizó la medida como arquetipo de la feminidad al admitir el consumo de alcohol por parte de las mujeres.

También incumpliendo los mandatos de comer sano –sinónimo de alimentación variada, moderada y equilibrada promovida por los especialistas– mostró los efectos de las prácticas alimentarias en el peso corporal, problematizado por los estratos medios y altos. En un meme (Mastrangelo; Demonte, 2022, p. 196) que tenía como protagonista un animal (de la familia de los roedores) metido en un rollo de cartón, un texto indicaba “Mi panza”, como lo que sobresale del rollo; y “mis jeans”, como lo que contiene el cuerpo, mostrando los efectos de comer de más. Al tener mayor tiempo disponible, las personas cocinaron y comieron más; hubo un auge de la comida preparada en casa, un comer enfocado en el placer y extendidamente desestructurado (salteando momentos regulados como desayuno, almuerzo, merienda y cena), asociado con la ansiedad, el estrés y la angustia. Harinas, azúcares y alcohol fueron los rubros que más aumentaron su consumo, mientras que frutas y verduras fueron los que más disminuyeron. Aun las dietas escasas de las ollas comunitarias fueron hipercalóricas. Dado el aumento sostenido previo a la epidemia (Argentina, 2019a, 2019b), el exceso de peso, en la forma de sobrepeso u obesidad, fue percibido por los especialistas como indicador preocupante de la salud colectiva, y referido por los medios de comunicación.

Las prácticas sexoafectivas también se incluyeron en los nuevos mandatos. En abril de 2020, el Ministerio de Salud de la Nación brindó recomendaciones sobre sexo seguro en tiempos de COVID-19, promoviendo videollamadas y sexo virtual o *sexting*, convocando a una serie de memes y titulares en los medios de comunicación.

Además de ironizar sobre el futuro y narrar la nueva vida cotidiana de estratos medios durante el confinamiento, el propio virus y la enfermedad también fueron representados en los memes: relataron aspectos vinculados con su origen basado en la creación del virus por el Instituto de Virología de Wuhan, sus síntomas, su distribución en las diferentes áreas del país, y abordaron la duración de la epidemia y la aparición de la vacuna como solución. Pero también representaron las prácticas preventivas personales recomendadas cotidianamente, a través de diferentes medios de comunicación y conferencias de prensa de especialistas. A las recomendaciones diarias, las autoridades sanitarias agregaron no auto medicarse, ignorar los mensajes que circulaban por internet u otros medios que indujeran a determinados usos (como el dióxido de cloro y el fármaco hidroxiclороquina) y comportamientos (como la negativa

a usar barbijos o, más adelante, la reticencia a vacunarse). Ante la ausencia de vacuna en ese momento, el “Quédate en casa”, se representaba como un sustituto preventivo eficaz para la mayoría de la población. Esas y otras insistentes recomendaciones de las autoridades sanitarias constituyeron otro indicador de la simbolización del rol del Estado durante la epidemia, personificado, irónicamente, en la figura del cuidador.

Aun con esa prerrogativa, las medidas sanitarias se desplegaron en un escenario de incertidumbres biomédicas –por el desconocimiento del virus y de las formas de prevenirlo y tratarlo– y de salud pública –por la falta de certeza respecto de cuándo masificar el uso de barbijos; por cuánto tiempo y cuán estricto debía ser el “aislamiento social”; cómo manejar la tensión entre el cuidado de la salud y la paralización de la economía; cómo manejar la circulación internacional de las personas y la gestión de las fronteras estatales dentro de un mundo global. Entre estas incertidumbres, una de las más recurrentes fue la duración del confinamiento y su simbolización como experiencia interminable, atendiendo a las prórrogas que fueron decretando las autoridades sanitarias durante los primeros meses. “Quedan dos semanas de cuarentena. No importa cuando leas esto”, versaba en un meme (Mastrangelo; Demonte, 2022, p. 199) que recreaba la circularidad de la medida. También su duración se representó mediante metáforas, caracterizándolo como “eterno”, personificándolo a través de protagonistas de la cultura popular y política (la actriz Mirtha Legrand y la política Eva Perón) y calificándolo como “duradero” a través de objetos asociados a esas características (como el automóvil de fabricación nacional, Renault 12).

En el confinamiento se evidenciaron los límites del conocimiento biomédico en una economía con predominio del mercado: se cuestionó la probabilidad de hallar un tratamiento y una vacuna efectivos, y de dominio público; la eficacia y duración de las políticas sanitarias adoptadas por sus consecuencias socioeconómicas. Sobre lo subjetivo y la intimidad surgieron reflexiones sobre el futuro, el cuidado de uno mismo y de los demás; a la vez que se expresaron malestares como angustia, tedio, aburrimiento, tristeza, depresión, nerviosismo y crispación.

Pasada la experiencia del encierro, la posibilidad de hallar, adquirir y aplicarse una vacuna se convirtió en un antídoto contra la incertidumbre. Promediando el 2020, el desarrollo, “en tiempo récord”, de vacunas COVID-19 y sus diferentes tecnologías, fueron objeto de atención privilegiada de medios de comunicación y redes sociales digitales (Demonte *et al.*, 2024; Moguillansky; Fischer, 2023),

que oscilaron entre titulares triunfalistas, teorías conspirativas en el marco de un acotado, aunque potente, negacionismo y disputas por el mercado global de las transnacionales farmacéuticas. La agenda sobre la epidemia en la era de las vacunas incluyó el debate sobre su efectividad y las combinaciones posibles de las producidas por diferentes tecnologías y laboratorios. La gestión geopolítica para su adquisición (si la rusa, si la china, si la norteamericana o la inglesa), la logística implicada en su distribución, la garantía para su acceso como un derecho y la necesidad de alcanzar una cobertura poblacional óptima; las dudas sobre su efectividad y los temores sobre posibles efectos adversos; los escándalos como el nominado “vacunatorio VIP” en el que la máxima autoridad sanitaria dio acceso a allegados y contactos selectos; las controversias sobre la vacunación pediátrica para el regreso a las escuelas; las actitudes reticentes de algunos sectores de la población a usar barbijos y a aplicársela *versus* la argumentación incesante de las autoridades sanitarias y de las sociedades científicas sobre la eficacia y seguridad de las vacunas disponibles en el país fueron también parte de los debates de la era de la vacuna COVID-19.

Políticas

Los gobiernos de todos los países por acción u omisión, tuvieron algún tipo de respuesta a la crisis sanitaria desencadenada por el SARS-CoV-2. Para presentar aquí las políticas públicas argentinas y cómo las experimentaron los pobladores de los barrios populares donde estudiamos, las agrupamos en intervenciones de diagnóstico y cuidado; intervenciones farmacéuticas y medidas de apoyo económico.

Intervenciones de diagnóstico y cuidado

Luego de algunas intervenciones poco coordinadas donde no quedaba claro si se aislaba enfermos o a sanos, si el confinamiento era para todos los sanos o sólo para los grupos expuestos a riesgo por edad o comorbilidades, a principios de mayo de 2020, el Ministerio de Salud de la Nación creó el DETECTAR, a la vez que la recepción de los casos sintomáticos se derivaba a unidades de triaje especializadas –UFU–, creadas por el gobierno de CABA en 18 hospitales generales. Estos dispositivos sanitarios montaron enormes laboratorios de campaña

(en canchas de fútbol, polideportivos y cuarteles) ubicados en las cercanías de los barrios con mayor hacinamiento, lo que posibilitaba un acceso al diagnóstico y mayor precisión en el rastreo de casos probables. La prueba que se realizaba era PCR (Reacción en Cadena de la Polimerasa), accionando un circuito que permitía obtener el resultado lo antes posible, pero cuya celeridad disminuyó con el aumento de los contagios. Las personas diagnosticadas como casos positivos recibían atención y seguimiento diario durante 14 días. Se evaluaban sus condiciones de aislamiento domiciliario y, ante la imposibilidad, se las derivaba para aislamiento extrahospitalario, según la gravedad.

Hubo “Operativos DETECTAR” en la Villa 21-24, Barrio Ricciardelli y Fraga. Desde el Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (GCBA) se montó un operativo simultáneo, aunque sin laboratorio, basado en el rastreo de síntomas. La búsqueda activa de casos se realizaba a partir de postas sanitarias fijas y móviles. Los casos sintomáticos eran derivados para toma de muestras a un DETECTAR o a una UFU hospitalaria. En Ricciardelli y la Villa 21-24 se implementaron siete postas respectivamente, en Fraga se establecieron dos y en Rodrigo Bueno, solo una.

Para determinar si los pacientes podrían realizar aislamiento domiciliario o en una institución extrahospitalaria, se explicitaron criterios de triaje. En los barrios populares se determinó que las personas con diagnóstico positivo fueran aisladas obligatoriamente fuera de allí por 10 días. En los casos clínicos leves o moderados, el aislamiento sería extrahospitalario y en los severos, hospitalario. El aislamiento extrahospitalario de pacientes con cuadros leves permitiría “optimizar [la] utilización de camas hospitalarias, manteniendo el cumplimiento máximo del aislamiento de contacto y gota” (Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2020). Ante la insuficiencia de camas de internación, casos clínicos moderados aguardando confirmación diagnóstica seguían el mismo circuito. Hecho que implicó que, en la práctica, durante los picos de circulación comunitaria del virus, las personas sanas, con otro tipo de infección respiratoria, o con COVID-19 pero asintomáticas, con síntomas leves y moderados compartieran medios de traslado (se llamaba irónicamente Coronabus al ómnibus de traslado) y espacios de aislamiento.

En contraposición al ideal de aislamiento microbiológico, donde lo que se aísla es el virus, la extrapolación del criterio de “aislamiento máximo” (Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2020, p. 9) de una institución sanitaria a los barrios

populares generó una nueva instancia de la circulación comunitaria del virus, el circuito extrahospitalario del Coronabus. En un contexto de incertidumbre (sin circulación de transporte público y con limitaciones para trabajar), fueron los pacientes pobres quienes estuvieron mayoritariamente obligados a aislarse en instituciones colectivas que generó el Estado (en el caso de CABA el Centro Costa Salguero y algunos hoteles de turismo, en el resto del área metropolitana de Buenos Aires, Tecnópolis), separados de su cotidianeidad y relaciones de apego. En el área metropolitana de Resistencia en tanto, se montó el dispositivo de aislamiento colectivo en la escuela del Barrio Toba, pero no llegó a recibir personas.

La implementación de las medidas de cuidado sanitario, sobre todo las restricciones a circular y agruparse, tuvieron momentos de consenso, de coerción y de contrahegemonía. Los momentos con predominio de la coerción, mostraron las fauces de la securitización (los dispositivos estatales con uso de la fuerza tutelando el bien supremo “salud colectiva”) y posibilitaron la expresión de resistencias desde diferentes grupos sociales. Ante la incertidumbre y la angustia, pastores y fieles de las iglesias fueron actores descollantes que buscaban alternativas para realizar sus encuentros semanales. Una iglesia pentecostal de Tristán Suárez, en el conurbano bonaerense, fue pionera en emitir su culto por *Facebook live*. En Resistencia, se autorizó una reunión carismática católica donde los fieles recibían bendición sin salir de sus autos. Pero algo salió mal, el sacerdote que bendecía estaba infectado y hubo contagios masivos.

Tanto el montaje como el desarmado del dispositivo cuarentenario (Foucault, 1984) del confinamiento fueron complejos y se mantuvieron sujetos a presiones de grupos corporativos. La participación de los medios de comunicación como agentes de presión política, no es nueva, pero ofreció singularidades. En el proceso de la liberación de las restricciones de bioseguridad en AMBA y GR-, resultó curiosa la demanda de los grupos acomodados urbanos por sacar a pasear a los perros (cuya circulación tuvo que restringirse a 10 cuadras de distancia del domicilio registrado en el documento de identidad) y los aerobistas por salir a correr (que acabaron aglomerándose en los senderos de un parque público). Mientras tanto, mucamas, trabajadoras de cuidado y albañiles debieron circular clandestinos para ganarse el pan (Mastrangelo; Demonte, 2022). Como también señalan Maneiro *et al.* (2023) los trabajadores de ingresos por jornal, además de ponerse en peligro de forma cotidiana, han sido escasamente comprendidos por las políticas públicas.

Intervenciones farmacéuticas

La falta de opciones de tratamiento y cura a pacientes con insuficiencia respiratoria por COVID-19 activó el imaginario del argentino científico, creativo, solidario, que resuelve con lo que tiene a mano y lo que no, lo inventa. El Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación de la Nación acompañó con líneas de financiamiento exclusivas que muy rápidamente mostraron resultados. Así surgieron y fueron quedando en el camino de las patentes varias alternativas entre las que se cuenta una tela para barbijos reutilizables con nanotecnología de cobre (ATOM protect), un suero hiper inmune surgido de pases del virus a través de la biología de un caballo, el tratamiento con plasma inmune de convaleciente y la vacuna nacional ArVAC Cecilia Grierson.

En julio de 2020 llegó a nuestras manos un video lacónico, grabado con un celular por un paciente con bigotera de oxígeno internado en un hospital del SO de la CABA. Esa persona, desesperada, contaba que entendía al COVID-19 como una forma de exterminio de las clases populares, que no podían elegir dejar de circular por la ciudad porque necesitaban trabajar, de otro modo morirían de inanición. En su desesperanza, también denunciaba que los médicos y los laboratorios no guardaran las soluciones eficaces sólo para quienes pudieran pagarlas.

En ese contexto, los desarrollos de una vacuna que mitigara los contagios despertó el interés privado y público a escala mundial. Particularmente el gobierno nacional y el Ministerio de Salud, como órgano rector, buscaron los mecanismos para adquirir las vacunas aprobadas y certificadas por los organismos internacionales y nacionales competentes, asumiendo que disponer de vacunas eficaces y seguras a corto plazo, que pudieran utilizarse en una estrategia nacional iba a contribuir a reducir la incidencia de la enfermedad, las hospitalizaciones y las muertes y ayudaría a restablecer de manera gradual “una nueva normalidad”. La sanción de la Ley 27.573 que declaró de interés público la investigación, desarrollo, fabricación y adquisición de las vacunas destinadas a generar inmunidad contra la COVID-19, facultó al Poder Ejecutivo Nacional, a través del Ministerio de Salud de la Nación, a realizar los trámites para la adquisición de las vacunas. El 23 de diciembre de 2020 se publicó el Plan Estratégico para la Vacunación (Argentina, 2020d), marcando un nuevo hito que hizo vislumbrar el regreso a la normalidad (Demonte *et al.*, 2024; Maneiro *et al.*, 2023). El 29 de ese mismo mes desembarcaron las primeras dosis de la vacuna rusa

Sputnik V, mientras en el parlamento hacía *lobby* la transnacional norteamericana Pfizer. Con el correr de los meses, el Estado fue adquiriendo vacunas basadas en diferentes plataformas tecnológicas y acuerdos de cooperación científica y comercial: la Sputnik V (de origen ruso); la Sinopharm (de origen chino); la Oxford-Astra Zeneca (con origen en Gran Bretaña y un componente argentino) y las de Pfizer y Moderna (estadounidenses). En octubre 2023 la vacuna ArVAC Cecilia Grierson, integralmente diseñada y validada por científicos argentinos del CONICET en la UNSAM, con el liderazgo de la Dra. Juliana Cassataro superó las etapas experimentales y comenzará a ser producida en un laboratorio privado de capital nacional. La campaña de vacunación tuvo etapas de priorización de poblaciones a riesgo, organizadas por el estado nacional y se aplicaron en operativos que gestionaron los estados provinciales.

Estas opciones científicas vieron disputada su hegemonía por la anti ciencia, que continuó alertando sobre el poder letal de las vacunas, intimidando sobre la colocación de un *chip* para controlar los comportamientos de la población y enarbolando el derecho al consumo de dióxido de cloro y el fármaco hidroxicloroquina, como pócimas mágicas.

Medidas de apoyo económico

Como investigadoras de la salud pública y las ciencias sociales, estudiar el confinamiento por la epidemia de COVID-19 nos ofreció una foto instantánea para observar cómo se manifiestan en interacciones y narrativas las desigualdades social –étnica y de clase-, sanitaria y de géneros.

Estas desigualdades estructurales, atravesaron la implementación de las medidas de apoyo económico con destino en personas físicas, como la Ayuda al Trabajo y la Producción (ATP) y el Ingreso Familiar de Emergencia (IFE).⁷

Las ATP se pagaban a trabajadores no esenciales registrados y correspondieron a la mitad del salario mínimo vital y móvil. Se consideró desde el gobierno como una ayuda a los empleadores que debían continuar pagando salarios sin poder abrir sus comercios o industrias. Para agilizar el acceso de los trabajadores al beneficio, el dinero se depositaba directamente en sus cuentas

7 IFE y ATP se establecieron mediante el Decreto del Poder Ejecutivo Nacional 310/2020 (Argentina, 2020b).

personales de sueldo. Lo curioso fue que varios trabajadores nos contaron que sus empleadores nunca les depositaron el 50% que les correspondía, por lo que pasaron a vivir en el confinamiento con la mitad del ingreso al que estaban habituados.

El IFE se distribuyó en 3 ciclos de abril a septiembre de 2020 a un total de 8,9 millones de hogares. La cantidad de beneficiarios y demandantes rechazados (entre ellos inmigrantes, ancianos jubilados bajo la línea de pobreza y jóvenes autoempleados) resultó llamativa para los medios de comunicación y para el gobierno. Comenzó a pagarse el 21 de abril de 2020 y en agosto de 2020 se realizaron modificaciones en los requisitos para aliviar el erario y la burocracia. La persona receptora debía tener entre 18 y 65 años, ser argentina nativa o naturalizada, y residente durante al menos dos años en el país. No tener otros ingresos provenientes de: a) trabajos en relación de dependencia; b) monotributos de categoría C, superior, o del régimen de autónomos; c) prestaciones de desempleo; d) jubilaciones, pensiones o retiros contributivos o no contributivos nacionales, provinciales, municipales o de CABA; e) planes sociales, salario social complementario, Potenciar Trabajo u otros programas sociales nacionales, provinciales o municipales. La normativa también estableció la prioridad de cobro para la mujer de una unidad doméstica, en caso que distintos miembros del mismo grupo familiar hubieran solicitado el IFE.

En los barrios populares el acceso a esta renta ciudadana fue objeto de reivindicaciones y sinónimo de dificultades. Por un lado, la priorización de las mujeres, no contempló la demanda del feminismo de los sectores populares, de considerar que desarrollan una triple jornada laboral realizando trabajo productivo, reproductivo y comunitario. Esta desigualdad de género, llevó a la reivindicación de un salario para las cocineras de comedores comunitarios, ya que aunque continúan trabajando aun en el presente, solamente recibieron un pago por su tarea, en noviembre de 2020.

Por otro lado, con las oficinas de la seguridad social cerradas, el trámite debía hacerse en forma remota y los celulares no tenían datos destinados al uso de internet, las escuelas estaban cerradas y no había conectividad WiFi de acceso abierto como servicio público. En ese contexto, alcanzó carácter de héroe un pastor evangélico que colocó una antena de emisión inalámbrica en su iglesia de Tristán Suárez, posibilitando no sólo el acceso a las oficinas de ANSES, sino también que los niños bajarán la tarea que las maestras mandaban por WhatsApp.

Epílogo

La expresión popular “covichado” se usó en Argentina para sintetizar la experiencia individual con una enfermedad que obligó al encierro doméstico. En el habla popular covichado se relacionó con covacha, una denominación para las casas pobres, que las asemeja a una cueva. No estar enfermo era obligarse al encierro. A lo largo del artículo sintetizamos las experiencias comunitarias más traumáticas que signaron ese encierro y la epidemia de COVID-19, las narrativas en base a las cuales se la simbolizó en la sociedad hipermediatizada, las políticas públicas con las que se previno y contuvo en su etapa crítica, junto a los sesgos que las desigualdades estructurales (étnica, de clase y de géneros) imprimieron a su implementación. Si bien fue acotada en términos temporales (8 meses), fue intensa en la configuración de narrativas y vivencias debido a que nunca antes se realizaron, al menos en nuestra contemporaneidad, intervenciones tan drásticas en poco tiempo, con profundo impacto en la vida cotidiana, en el trabajo y en la educación, en nombre de la salud, la vida y la muerte.

Por tanto, se trató de un hecho social total (Mauss *apud* Mastrangelo, 2020) que involucró a la vez y de golpe, todas las dimensiones sociales, desde lo biológico y biográfico a lo religioso y comunitario. De forma inesperada y amenazante, nos interpeló por la empatía dada por un miedo compartido, pero también expresó formas viscerales de segregación que reavivaron el racismo estructural, étnico y de clase, preexistentes. Ni los vaticinios esperanzadores, ni las miradas compasivas ni los discursos igualadores acerca de la vacuna, evitaron que la COVID-19 mostrara con crudeza el sufrimiento social (Fassin, 2003) en la desigual sociedad que habitamos.

Pero el 4 de mayo de 2023 la OMS declaró el fin de la emergencia sanitaria internacional que había comenzado, intempestivamente, el 30 de enero de 2020 (Organización Mundial de la Salud, 2023). Sus representantes aclararon, sin embargo, que la amenaza no cesó. Por el contrario, aseguraron que la COVID-19 sigue siendo una prioridad de salud pública global y que el riesgo continúa. Por esa razón, alegan que ni los países, ni sus sistemas de salud, deben bajar la guardia (Organización Mundial de la Salud, 2023). Exigen gestión de políticas sanitarias a largo plazo y elaboración de recomendaciones permanentes de los especialistas para un virus que seguirá circulando, que deberá ser vigilado y atenuado con la vacunación. La COVID-19 continuará, entonces, alimentando procesos de

segregación y una dramaturgia basada en una retórica ya conocida, sustentada en construcciones morales que hunden sus raíces en la inaceptable desigualdad.

Pensando las pandemias como acontecimientos del Chthuluceno (Haraway, 2020), proponemos la revisión de las políticas de confinamiento para considerar su eficiencia a diferentes escalas y ambientes urbanos. Es claro que el obsesivo objetivo de “achatar la curva” de morbi-mortalidad (Caduff, 2020) de los funcionarios en la era pre vacunación, valió para la escala nacional y de las grandes ciudades, pero que en un pueblo de provincia los niños no puedan juntarse a jugar en las inmediaciones de sus domicilios, aun cuando no haya contagios, parece excesivo. Tanto como controlar totalmente la circulación nocturna y las circulaciones “no esenciales” de los adultos. Por ello, estudiadas etnográficamente la experiencia, la simbolización y las políticas durante la etapa más crítica de la epidemia, la contribución que como investigadoras queremos hacer a las políticas de prevención por confinamiento, es considerar su planificación en términos de micro (local); meso (provincial) y macro escala (objetivos nacionales). Considerando, como se hizo, las actividades de subsistencia, pero como efectivamente ocurren en las localidades. No es un tema menor que en Santo Tomé el caso índice hayan sido camioneros de larga distancia: es un pueblo en frontera internacional del Mercosur. En el mismo sentido, los aserraderos, que se mantuvieron activos por ser espacios abiertos, ligados al trabajo rural al aire libre, operaron como los núcleos de contagio y transmisión una vez aparecido el caso índice. Con estos datos *a posteriori*, no parece imposible planificar prevención, diagnóstico y confinamientos selectivos en la escala local.

Referencias

ARGENTINA. Ministerio de Salud y Desarrollo Social. *2º Encuesta Nacional de Nutrición y Salud*; indicadores priorizados. Buenos Aires: Secretaría de Gobierno de Salud, sept. 2019a. Disponible en: <https://bancos.salud.gob.ar/recurso/2deg-encuesta-nacional-de-nutricion-y-salud-indicadores-priorizados>. Acceso: 6 abril 2024.

ARGENTINA. Ministerio de Salud y Desarrollo Social. *4º Encuesta Nacional de Factores de Riesgo*: informe definitivo. Buenos Aires: Secretaría de Gobierno de Salud, 2019b. Disponible en: https://bancos.salud.gob.ar/sites/default/files/2020-01/4ta-encuesta-nacional-factores-riesgo_2019_informe-definitivo.pdf. Acceso: 4 abril 2024.

ARGENTINA. Decreto 297/2020. Aislamiento social preventivo y obligatorio. Disposiciones. *Boletín Oficial*, Buenos Aires, n. 34.334, p. 3-6, 20 marzo 2020a. Disponible en: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/227042/20200320?busqueda=1>. Acceso: 7 marzo 2022.

ARGENTINA. Decreto 310/2020. Emergencia sanitaria. Ingreso familiar de emergencia. *Boletín Oficial*, Buenos Aires, n. 34.337, p. 1-3, 24 marzo 2020b. Disponible en: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/227113/20200324?busqueda=1>. Acceso: 7 marzo 2022.

ARGENTINA. Ministerio de Mujeres, Géneros y Diversidad. *Datos públicos*: Línea 144. Buenos Aires: Ministerio de Mujeres, Géneros y Diversidad, 2020c. Disponible en: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/linea144-infografia_0.pdf. Acceso: 5 abril 2024.

ARGENTINA. Ministerio de Salud. *Plan Estratégico de Vacunación*. Buenos Aires: Ministerio de Salud, 23 dic. 2020d. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/coronavirus-vacuna-plan-estrategico-vacunacion-covid-19-diciembre-2020.pdf>. Acceso: 16 sept. 2023.

ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. *Secretaría de Derechos Humanos de la Nación*: informe de gestión 2019/2023. Buenos Aires: Secretaría de Derechos Humanos, 2023. Disponible en: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2023/11/informe_de_gestion_diciembre.pdf. Acceso: 6 abr. 2024.

ASTUDILLO: una masiva concentración de vecinos despidió al joven en su pueblo. *La Nación*, Buenos Aires, 3 sept. 2020. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/seguridad/astudillo-masiva-concentracion-vecinos-despidio-al-joven-nid2439835/>. Acceso: 4 nov. 2023.

BARRIO Toba: a la estigmatización por Covid-19 se suma la cultural. *Norte*, Resistencia, 15 mayo 2020a. Disponible en: <https://www.diarionorte.com/191991-barrio-toba-a-la-estigmatizacion-por-covid-19-se-suma-la-cultural>. Acceso: 20 oct. 2023.

BARRIO Toba: afirman que los vecinos llevan una vida normal y solicitan intervención de Gendarmería. *Diario Chaco*, Resistencia, 15 mayo 2020b. Disponible en: <https://www.diariochaco.com/552568-barrio-toba-afirman-que-los-vecinos-llevan-una-vida-normal-y-solicitan-intervencion-de-gendarmeria>. Acceso: 20 oct. 2023.

CADUFF, C. What went wrong: corona and the world after the full stop. *Medical Anthropology Quarterly*, Arlington, v. 34, n. 4, p. 467-487, 2020.

CALENDARIO inca. *Pueblos Originarios*, [s. l.], [2024]. Disponible en: <https://pueblosoriginarios.com/sur/andina/inca/calendario.html>. Acceso: 16 jul. 2024.

CANELO, B. "Andinos" en Buenos Aires. Reflexiones acerca de una categoría nativa y una elección teórica. *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas, Época II*, México, v. 28, n. 14, p. 47-60, 2008.

CARLÓN, M. Tras los pasos de Verón... Un acercamiento a las nuevas condiciones de circulación del sentido en la era contemporánea. *Galáxia*, São Paulo, n. 43, p. 5-25, 2020.

CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES. Ministerio de Salud. *Protocolo de manejo de casos sospechosos y confirmados COVID-19 en aislamiento en instituciones extrahospitallarias*. Buenos Aires: Ministerio de Salud, mayo 2020.

COORDINADORA CONTRA LA REPRESIÓN POLICIAL E INSTITUCIONAL. Siete días, siete asesinatos policiales. *CORREPI*, Buenos Aires, 2 jun. 2021. Disponible en: <http://www.correpi.org/2021/siete-dias-siete-asesinatos-policiales/>. Acceso: 5 abr. 2024.

EL CORONAVIRUS (COVID-19) en América Latina – datos estadísticos. *Statista*, [s. l.], 2023. Disponible en: <https://es.statista.com/temas/6298/el-nuevo-coronavirus-covid-19-en-america-latina/#topicOverview>. Acceso: 18 enero 2023.

CORSALINI, C. Se confirmó el primer caso de coronavirus en la Villa 31. *Perfil*, Buenos Aires, 20 abr. 2020. Disponible en: <https://www.perfil.com/noticias/sociedad/se-confirmando-el-primer-caso-de-coronavirus-en-villa-31%20.phtml>. Acceso: 4 nov. 2023.

DEMONTÉ, F. *et al.* Conversación pública sobre vacunas en la pandemia de COVID-19 en Argentina, 2021-2022. *Salud Colectiva*, Lanús, v. 20, e4580, 2024.

EQUIPO LATINOAMERICANO DE JUSTICIA Y GÉNERO. *Los derechos de las mujeres de Argentina en tiempos de COVID-19*. Buenos Aires: ELA, 2022. Disponible en: <https://ela.org.ar/wp-content/uploads/2023/06/2022-Los-derechos-de-las-mujeres-de-Argentina-en-tiempos-de-COVID-19-Aprendizajes-y-recomendaciones.pdf>. Acceso: 5 abr. 2024.

LA EVOLUCIÓN de la pandemia en Argentina, serie histórica. *La Nación*, Buenos Aires, 18 jul. 2022. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/en-detalle-infectados-fallecidos-coronavirus-argentina-nid2350330/#/>. Acceso: 16 sept. 2023.

FARMER, P. Desigualdades sociales y enfermedades infecciosas emergentes. *Papeles de Población*, Toluca, v. 6, n. 23, p. 181-201, 2000.

FASSIN, D. Gobernar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes en Francia. *Cuadernos de Antropología*, Buenos Aires, n. 17, p. 49-78, 2003.

FOUCAULT, M. *Vigilar y castigar: el nacimiento de la prisión*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.

FOUCAULT, M. El juego de Michel Foucault. In: FOUCAULT, M. *Saber y verdad*. Buenos Aires: La Piqueta, 1984. p. 121-162.

FOUCAULT, M. *La vida de los hombres infames: ensayos sobre desviación y dominación*. Buenos Aires: Altamira, 1993.

FOUCAULT, M. *Historia de la locura en la época clásica I*. Buenos Aires: FCE, 2021.

GEERTZ, C. Ritual y cambio social: un ejemplo javanés. In: GEERTZ, C. *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa, 1997. p. 131-152.

GLASER, B.; STRAUSS, A. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine, 1967.

GLIKMAN, A. Preocupa coronavirus en Villa 31 y comienza operativo sanitario. *Ámbito*, Buenos Aires, 4 mayo 2020. Disponible en: <https://www.ambito.com/informacion-general/ciudad/preocupa-coronavirus-villa-31-y-comienza-operativo-sanitario-n5100140>. Acceso: 4 nov. 2023.

GUBER, R. *El salvaje metropolitano: reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo*. Buenos Aires: Legasa, 1991.

HARAWAY, D. *Seguir con el problema: generar parentesco en el Chthuluceno*. Bilbao: Consonni, 2020.

HORVAT, A. Coronavirus en la Argentina: En un operativo de detección en la Villa 31 analizan 39 casos sospechosos. *La Nación*, Buenos Aires, 5 mayo 2020. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/coronavirus-argentina-hallaron-39-casos-sospechosos-operativo-nid2361938/>. Acceso: 4 nov. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010*. Buenos Aires: INDEC, 2010. Disponible en: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-2-41-135>. Acceso: 16 sept. 2023.

MANEIRO, M. et al. *Las dimensiones socio-espaciales de la salud en tiempos de pandemia*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2023.

MARDONES, P. *Buenos Aires Jacha Marka: migrantes aymaras y quechuas en Buenos Aires en los umbrales de un nuevo pachakutik*. 2016. Tesis (Doctorado en Antropología Social) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2016.

MASTRANGELO, A. V. Perspectivas socio antropológicas para el estudio local de la pandemia COVID-19 en Argentina. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 27, p. 1-18, 2020. Disponible en: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.9241>. Acceso: 16 sept. 2023.

MASTRANGELO, A. V.; ALEGRE, A.; GIMÉNEZ, K. COVID-19 in pluralea interactions: a case study in Santo Tomé (Corrientes, Argentina). *Pathogens*, Basel, v. 12, n. 2, 291, 2023.

MASTRANGELO, A. V.; BENEDIT, J.; RICO, A. M. Una perspectiva etnográfica sobre el confinamiento por COVID-19 en barrios populares de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. *Plural*, [s. l.], año 5, n. 10, p. 275-312, 2022. Disponible en: <https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/revistas/index.php/plural/article/view/236>. Acceso: 16 sept. 2023.

MASTRANGELO, A. V.; DEMONTE, F. *Quedan 15 días de cuarentena*. Buenos Aires: CICCUS, 2022.

MASTRANGELO, A. V.; HIRSCH, S.; DEMONTE, F. COVID-19 en los barrios populares de dos ciudades argentinas. *Ciência e Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 27, n. 11, p. 4091-4105, 2022.

MOGUILLANSKY, M.; FISCHER, M. Confianza, miedo y pragmatismo. Sobre las experiencias personales de vacunación contra el COVID-19. *Revista Entrerios*, Teresina, v. 6, n. 1, p. 64-79, 2023.

MURIÓ por coronavirus una vecina de la Villa 31. *La Poderosa*, Buenos Aires, 2 mayo 2020. Disponible en: <https://lapoderosa.org.ar/2020/05/murio-por-coronavirus-una-vecina-de-la-villa-31/>. Acceso: 17 oct. 2023.

NOSOTROS no trajimos el virus... *Diario Primera Línea*, Resistencia, 20 mayo 2020. Disponible en: <https://diarioprimeraline.com.ar/nosotros-no-trajimos-el-virus/>. Acceso: 20 oct. 2023.

OBSERVATORIO DE FEMICIDIOS DE LA DEFENSORÍA DEL PUEBLO DE LA NACIÓN. *Femicidios: informe anual 2020*. Buenos Aires: OFDPN, 2020. Disponible en: https://www.dpn.gob.ar/documentos/Observatorio_Femicidios_-_Informe_Final_2020.pdf. Acceso: 6 abr. 2024.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Declaración acerca de la decimoquinta reunión del Comité de Emergencias del Reglamento Sanitario Internacional sobre la pandemia de enfermedad por coronavirus (COVID-19). *Organización Mundial de la Salud*, [s. l.], 5 mayo 2023. Disponible en: [https://www.who.int/es/news/item/05-05-2023-statement-on-the-fifteenth-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-coronavirus-disease-\(covid-19\)-pandemic](https://www.who.int/es/news/item/05-05-2023-statement-on-the-fifteenth-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-coronavirus-disease-(covid-19)-pandemic). Acceso: 20 sept. 2023.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Curvas epidemiológicas subregionales y de país. OPS, [s. l.], 2023. Disponible en: <https://www.paho.org/es/curvas-epidemiologicas-subregionales-pais>. Acceso: 18 enero 2023.

ROSEN, G. *De la policía médica a la medicina social: ensayos sobre la historia de la atención a la salud*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

ROVERE, M. Atención primaria de la salud en debate. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 94, p. 327-342, 2012.

SINGER, M. *et al.* Syndemic and the biosocial conception of health. *Lancet*, London, v. 389, n. 10072, p. 941-950, 2017.

SINGER, M.; RILKO BAUER, B. The syndemic and structural violence of the COVID pandemic: anthropological insight on a crisis. *Open Anthropology Research*, Chicago, v. 1, p. 7-32, 2021.

SITUACIÓN de COVID-19 en Argentina. *Geo-Hub COVID-19 – Information System for the Region of the Americas*, [s. l.], 2023. Disponible en: <https://paho-covid19-response-who.hub.arcgis.com/pages/paho-argentina-covid-19-response>. Acceso: 18 enero 2023.

STRATHERN, M. *Partial connections*. Savage: Rowman & Littlefield, 1991.

VAN DIJK, T. Discurso y desigualdad. *Estudios de Periodismo*, San Cristóbal de la Laguna, v. 1, p. 5-22, 1992.

VIGARELLO, G. *Lo sano y lo malsano desde la edad media hasta nuestros días*. Madrid: Ediciones Trilce, 2006.

WAISBORD, S. Cuando la salud es titular: dengue, gripe A, y ciclos mediáticos epidémicos. In: PETRACCI, M.; WAISBORD, S. (comp.). *Comunicación y salud en la Argentina*. Buenos Aires: La Crujía, 2011. p. 185-197.

WALKER, L. *The battered woman*. New York: Harper & Row, 1979.

Recebido: 07/11/2023 Aceito: 31/05/2024 | Received: 11/7/2023 Accepted: 5/31/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

A episteme médica e as incertezas do diagnóstico de Covid longa: um ensaio antropológico

The medical episteme and the uncertainties of Long COVID diagnosis: an anthropological essay

Jaqueline Ferreira^I

<https://orcid.org/0000-0002-7662-1773>
jaquetf@gmail.com

Graziani Araújo de Lima da Nóbrega^{II}

<https://orcid.org/0009-0002-4489-6657>
grazianilima@yahoo.com.br

^I Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{II} Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Mestranda em Saúde Coletiva

Resumo

A Covid longa é uma condição subsequente da infecção aguda pela Covid-19 com persistência dos sintomas por longo tempo ou agravamento ou surgimento de outras complicações. Apesar da recorrência desse fenômeno há uma invisibilidade diagnóstica. Este ensaio objetiva analisar, sob o ponto de vista da epistemologia médica, as incertezas que circundam esse fenômeno desde a sua atribuição como doença e os sintomas inespecíficos, sobretudo a fadiga, que terminam por influenciar a sua invisibilidade diagnóstica. Esse tipo de análise é uma proposta sintonizada com a abordagem socioantropológica da saúde e doença e da antropologia da biomedicina. Por tratar-se de um problema de saúde global e que se traduz em uma condição incapacitante temporária ou permanente, compreender as razões de sua invisibilidade diagnóstica do ponto de vista da biomedicina ocidental pode auxiliar na sua melhor compreensão e na gestão do seu cuidado.

Palavras-chave: Covid longa; diagnóstico; epistemologia médica; biomedicina.

Abstract

Long COVID is a condition following the acute Covid-19 infection, with persistence of symptoms for a long time or the worsening or emergence of other complications. Despite the recurrence of this phenomenon, there is a diagnostic invisibility. This essay aims to analyze, from the point of view of the medical epistemology, the uncertainties surrounding this phenomenon from its recognition as a disease, as well as its nonspecific symptoms, especially fatigue, which ultimately influence its diagnostic invisibility. This type of analysis is a proposal in tune with the Socio-anthropological approach to health and disease and the Anthropology of Biomedicine. As it is a global health issue that translates into a temporary or permanent disabling condition, understanding the reasons for its diagnostic invisibility from the point of view of the Western biomedicine can help to better understand it and manage its care.

Keywords: Long COVID; diagnosis; medical epistemology; biomedicine.

Uma questão que vem intrigando cientistas desde a primeira onda da pandemia de Covid-19 é que após o término da infecção aguda, milhões de pessoas pelo mundo que manifestaram graus da doença de forma leve, moderado ou grave têm apresentado a persistência dos sintomas por longo tempo ou agravamento ou surgimento de outras complicações (Caputo *et al.*, 2023). De acordo com a Agência Brasil (OMS [...], 2022) a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou no Relatório Europeu de Saúde que esse fenômeno atinge 10% a 20% de pessoas desse universo. Um estudo publicado baseado em dados de 56 países, em que participaram mais de 3 mil pessoas, foi possível identificar 203 sequelas, relacionadas a dez diferentes órgãos do corpo. Dentre esses casos, 56 sintomas persistiram por sete meses. Apesar da recorrência desse fenômeno consequente à infecção aguda da Covid-19, há consenso de pesquisadores sobre a dificuldade de diagnóstico (Huang Yao *et al.*, 2021).

Este ensaio objetiva analisar, sob o ponto de vista da epistemologia médica, as incertezas que circundam esse fenômeno desde a sua atribuição como doença (conhecido como síndrome pós-Covid ou Covid longa, dentre outras) e os sintomas inespecíficos, sobretudo a fadiga, que terminam por influenciar a sua invisibilidade diagnóstica. Esse tipo de análise é uma proposta sintonizada com a abordagem socioantropológica da saúde e doença e da antropologia da biomedicina. Esta última é o campo que tem a racionalidade médica ocidental, a biomedicina, como foco de investigação, assumindo que os aspectos socioculturais têm relevância nas teorias e práticas biomédicas (Good, 1994; Lock; Nguyen, 2010). Ou seja, a biomedicina funda-se não somente por sua matriz biológica, mas igualmente por aspectos morais, simbólicos e sociais.

Inicialmente, gostaríamos de fazer uma pequena retrospectiva sobre o processo de reconhecimento do fenômeno como doença e, sobretudo, doença de longa duração.

O reconhecimento oficial da condição pós-Covid como “doença de longa duração”

A relevância e persistência dos sintomas que se seguem à infecção aguda da Covid-19 levou primeiramente um grupo de pacientes britânicos, sofredores desse fenômeno, a se reunirem em agosto de 2021 com integrantes da OMS para

defender medidas de reconhecimento, pesquisa e reabilitação. A proposta do grupo teve êxito, uma vez que no mês seguinte a condição pós-Covid foi reconhecida e recebeu um código próprio na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10): U09. No dia 8 de outubro de 2021, a OMS divulgou uma definição para essa condição, construída por meio de uma pesquisa, com base na metodologia Delphi, que é baseada no princípio de que as previsões por um grupo estruturado de especialistas são mais precisas se comparadas às provenientes de grupos não estruturados ou individuais (Nunes, 2019). Os participantes foram pacientes, especialistas de pacientes e representantes da OMS de todos os continentes do globo. O objetivo da pesquisa foi determinar os domínios e variáveis indispensáveis para a construção de uma definição de caso clínico, padronizada e mundialmente reconhecida dessa condição (World Health Organization, 2021). A importância da iniciativa foi colaborar com os profissionais de saúde no diagnóstico da doença, fomentar novas pesquisas, bem como incentivar o tratamento aos pacientes. Conforme a agência internacional de saúde,

a condição pós-Covid-19 ocorre em indivíduos com uma história infecção por Sars-CoV-2 provável ou confirmada, geralmente três meses desde o início da Covid-19 com sintomas que duram pelo menos dois meses e não podem ser explicados por um diagnóstico alternativo. Os sintomas comuns incluem fadiga, falta de ar, disfunção cognitiva, mas também outros, e geralmente têm um impacto no funcionamento diário. Os sintomas podem ter começo após a recuperação inicial de um episódio agudo de Covid-19 ou persistir desde a doença inicial. Os sintomas também podem flutuar ou ter recaída ao longo do tempo (World Health Organization, 2021, tradução nossa).

Essa definição da OMS é a que prepondera no meio científico e foi um esforço da organização para que essa condição fosse elevada ao status de doença e dessa forma suplantando a falta de clareza entre os profissionais de saúde. Isso é importante, pois faz com que os esforços no avanço da pesquisa e do tratamento não sejam negligenciados, já que a infecção do coronavírus não é mais uma pandemia e perdeu o seu caráter de excepcionalidade e de urgência. De fato, a busca por uma definição e nomeação é importante na medida em que, como bem definiu Fassin (1996), as escolhas léxicas sempre vão ao encontro de perspectivas

políticas. As palavras são construídas tanto para descrever como prescrever, ou seja, para representar uma realidade em que se deseja intervir.

No Relatório de 2021 da OMS, intitulado “Desenvolvimento de uma definição de caso clínico para a síndrome pós-Covid-19”, foi divulgada uma tabela, reproduzida pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), com alguns nomes sugeridos na literatura para se referir à condição pós-Covid como síndrome pós-covid, sequelas tardias de Covid-19, Covid longa, Covid de longa duração, Covid pós-aguda, por exemplo. O nome adotado pela OMS foi “síndrome pós-Covid-19” pois “é neutro e não tem atribuição de causalidade e já tem um código CID-10 designado como U09.9” (Organização Pan-Americana da Saúde, 2021, p. 31). Neste ensaio, usaremos o termo Covid longa pois é o mais reproduzido na literatura, conforme evidenciado no mesmo documento. Destarte, o desenlace dessa definição não implica que todas as incertezas que cercam o fenômeno foram totalmente extinguidas, na medida em que a própria OMS ressaltou que tal definição poderia mudar a qualquer momento com a descoberta de novas evidências.

No final do ano de 2022 foi veiculado por alguns canais de informação que a União Europeia aprovou a comercialização do primeiro teste para detectar Covid longa, chamado de IncellKine Long Covid in Vitro Diagnostic, criado pela empresa americana IncellDx. O teste é realizado através de um exame de sangue simples onde é possível detectar, por meio dos marcadores biológicos, alterações celulares específicas em pessoas com sequelas da Covid-19. É bem possível que, num futuro não tão longínquo, tal inovação científica também seja aprovada em diversos outros países como um importante recurso para esse diagnóstico (ME Research UK, 2022). No entanto, até o momento, inexistem biomarcadores precisos que auxiliem o diagnóstico, o que acaba desestimulando a indústria farmacêutica a investir em pesquisas para desenvolver fármacos eficazes para o seu tratamento. Esse é um dos fatores de sua invisibilidade diagnóstica como veremos adiante.

A condição que caracteriza a Covid longa é a sua perpetuação no tempo, o que do ponto de vista biomédico se enquadra na definição de doença crônica. Isso inclui todas as condições em que um sintoma existe continuamente, e que, mesmo não pondo em risco a saúde física, são extremamente incômodos, levando à disrupção da qualidade de vida e capacidade laboral das pessoas. Essa situação afeta mais severamente as parcelas da população que são vulneráveis

do ponto de vista socioeconômico, especialmente em países com acentuada desigualdade. Trata-se, portanto, de um problema de saúde pública de alta relevância, e sua abrangência tem levado ao questionamento sobre medidas preventivas, promotoras de saúde e de vigilância epidemiológica, bem como sobre o investimento de políticas públicas (Ciência & Saúde Coletiva, 2015).

Do ponto de vista socioantropológico, os esforços analíticos para distinguir doença (*disease*) e enfermidade (*illness*), isto é, as construções biomédicas das experiências sentidas pelos doentes, já foram cotejados por Kleinman (1988). No entanto, outros autores defendem que as doenças são uma interação entre os dois polos e que essa distinção é somente analítica (Boltanski, 1984; Ferreira, 2022). Isso é mais verdadeiro em face das doenças crônicas que são uma ilustração da experiência do mundo do doente, abrangendo todas as dimensões da sua vida, gerando um sofrimento que suplanta o plano físico.

Esses aspectos levam à indagação de qual termo devemos usar: “perturbação”, “condição”, “distúrbio”, “aflição”, “sofrimento”, “problema”? Assim, Duarte e Fachel Leal (1998) preferem a denominação “perturbação físico-moral”. Já Canesqui (2007) utiliza a denominação de “longa duração”, recuperando a clássica distinção entre *disease* e *illness*, procurando explorar a experiência através da análise da narrativa no âmbito da fenomenologia e da hermenêutica. Fleischer (2018, p. 32), por sua vez, adota a denominação êmica de “doença comprida”, que ela nos traz de sua etnografia com pessoas acometidas de hipertensão, mostrando a sua constância no tempo, mas “[...] nunca num continuum homogêneo, porque o comprido também prevê percalços, reviravoltas e renaturalizações”.

As características que circundam a doença crônica, na qual se enquadra perfeitamente a Covid longa, nos levam igualmente à outra noção definida como “ruptura biográfica”, no sentido atribuído por Michael Bury (2011). Segundo o autor, os acometimentos de longa duração induzem a uma crise na vida quotidiana que os leva a reorganizar os significados e sentidos de sua existência. Mas é uma crise que se rotiniza e a racionalidade biomédica passa a ser integrada pelo doente por meio do contato com o médico e frequentemente negociada entre as duas partes (Baszanger, 1986).

A “constelação dos sintomas” e os desafios diagnósticos da Covid longa

A ausência de sinais patognomônicos da Covid longa fez a OMS considerá-la como uma doença caracterizada por uma “constelação de sintomas” (World Health Organization, 2021). Consequentemente, a OPAS apresentou no seu relatório de 2021 algumas descrições da doença, na tentativa de circunscrevê-la, em que preponderam: sinais e sintomas de longa duração, fadiga pós-viral, síndrome de fadiga crônica, além de tosse, falta de ar, dor de cabeça, palpitações, dor no peito, dor nas articulações, limitações física, depressão e insônia.

Um estudo que considerou a alta incidência de Covid longa foi realizado na França contando discernir a relação entre a crença de ter sido infectado por Covid-19 e a comprovação real da infecção realizada através de teste de sorologia para identificação do vírus Sars-CoV-2 com os relatos de sintomas físicos persistentes durante a pandemia da Covid-19. A pesquisa contou com a participação de 26.823 adultos franceses voluntários, na faixa entre 18 e 69 anos, que integravam a base populacional da coorte epidemiológica entre os anos de 2012 e 2019. Entre maio e novembro de 2020 kits de amostra de sangue seco foram ofertados aos participantes para autocoleta, sendo os resultados do teste de sorologia divulgados posteriormente via postal ou e-mail. Entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, os participantes responderam diversas perguntas, entre elas, se haviam tido algum sintoma desde março de 2020 que antes não era comum, como: problemas do sono, dores nas articulações, dores nas costas, dores musculares, músculos doloridos, fadiga, falta de atenção ou concentração, problemas de pele, sintomas sensoriais, deficiência auditiva, constipação, problemas no estômago, dor de cabeça, dificuldade respiratória, palpitações, tontura, dor no peito, tosse, diarreia, anosmia (perda ou redução do olfato), entre outros. A cada sintoma relatado era perguntado o tempo de permanência dele, sendo considerado sintoma persistente aquele que perdurava por mais de oito semanas. De acordo com o autorrelato foram estabelecidos quatro grupos de participantes: crença negativa e sorologia positiva; crença positiva e sorologia negativa; crença positiva e sorologia positiva; e crença negativa e sorologia negativa. O resultado da pesquisa apontou que os sintomas persistentes relatados pelos participantes da coorte da base populacional francesa entre 10 e 12 meses após a primeira onda da pandemia da Covid-19, estavam mais associados à crença de

ter sido infectado pelo vírus do que ter tido a infecção de fato. Outro aspecto importante que o estudo revela é sobre a ideia de que sintomas físicos persistentes atribuídos inicialmente à Covid-19 podem não ser específicos para essa doença, mas decorrente de outra doença subjacente. Além disso, a crença de se ter experienciado a infecção pela Covid-19 pode ocasionar o aumento de sintomas, afetando a percepção e fomentando comportamentos de saúde desadaptativos, como a redução de atividades físicas e exclusão alimentar (Spier, 2022).

A pesquisa é importante e nos ajuda a refletir sobre os desafios colocados aos profissionais de saúde de se estabelecer o diagnóstico preciso da Covid longa, uma vez que, apesar das inúmeras pesquisas na área até o momento, ainda não existem critérios médicos claros que definam os sintomas como atribuídos especificamente à infecção pela Covid-19. Em grande parte, o diagnóstico é ancorado nos relatos trazidos pelos pacientes em relação à persistência dos sintomas da Covid-19, os quais podem ou não terem tido a confirmação da infecção pelo vírus pelos testes laboratoriais disponíveis. Igualmente sempre há a possibilidade de que esses sintomas sejam associados a outras causas, como reforça a pesquisa francesa acima referida, ou atribuídos às doenças psicossomáticas que tiveram sua frequência elevada na pandemia (Araujo Passos *et al.*, 2021).

Diante de tais constatações e referências relativas à constelação de sintomas atribuíveis à Covid longa, cabe refletirmos sobre o lugar do sintoma no âmbito da clínica na racionalidade biomédica ocidental (Camargo Jr., 2005), o que termina por influir na dificuldade diagnóstica da doença.

Os sintomas e a construção do diagnóstico na episteme médica

Os sintomas dizem respeito única e exclusivamente ao doente, configurando o caráter invisível da doença, ou seja, o que não pode ser constatado objetivamente. São as sensações subjetivas que o indivíduo experimenta e que só pode expressá-las por meio de palavras. O médico só terá acesso a eles por meio da escuta do paciente, na etapa da consulta médica conhecida como anamnese (Ferreira, 2022).

Seguindo uma linha histórica, Hipócrates, no século VI A.C., é quem estabelece pela primeira vez a diferença entre sintomas e doença. Assim, para ele,

como para os médicos da atualidade, o sintoma é a manifestação de algo que está ocorrendo no organismo, e não a própria doença. Por exemplo, a febre não é uma doença em si, mas o indício desta. Tal concepção, que nos parece óbvia hoje, era inédita no tempo de Hipócrates. O historiador Carlo Ginzburg (1989) reforça essa asserção quando ao apresentar o paradigma indiciário refere que os sintomas correspondem a “pistas”, na medida em que permitem captar uma realidade mais profunda, quase inatingível.

O sintoma por muito tempo foi a única forma de acesso à doença. Segundo Foucault (1980, p. 101):

Tosse, febre, dor lateral e dificuldade de respirar não são a própria pleurisia – esta jamais se oferece aos sentidos – só se desvelando pelo raciocínio – mas formam o sintoma essencial, visto que permitem designar um estado patológico (por oposição à saúde).

Segundo o autor, após a liberação dos cadáveres para as escolas de medicina pela Igreja, o acesso ao interior do corpo permitiu a visualização das lesões, seus volumes, formas, limites e contornos, inaugurando a disciplina da patologia e o método de diagnóstico que confronta os aspectos clínicos com os achados da necrópsia, a anatomoclínica:

A doença não é mais um feixe de características disseminadas pela superfície do corpo e ligadas entre si por concomitâncias e sucessões estatísticas observáveis; é um conjunto de formas e deformações, figuras, acidentes, elementos deslocados, destruídos ou modificados que se encadeiam um com os outros, segundo uma geografia que se pode seguir passo a passo (Foucault, 1980, p. 155).

Assim, com o advento da anatomoclínica como campo institucionalizado de conhecimento, o acesso à doença tornou-se visível. De acordo com Foucault, ela inaugura não só uma nova forma de diagnosticar, mas também uma nova forma de conceber o processo saúde e doença. Consequentemente forma-se a semiologia médica, disciplina que alia a interpretação dos sintomas, acessados somente pela escuta, com o exame físico dos sinais objetivos da doença constatados. Principia nesse momento o que o autor denominou de a “medicina do olhar”, superando a medicina da escuta.

O processo de objetivação do diagnóstico segue o seu curso e na segunda metade do século XIX surge a tendência da utilização clínica de “instrumentos de precisão” no estudo das doenças. Seriam eles o termômetro, a química e a microscopia do sangue e da urina, por exemplo. Já na década de 1920, o manguito de pressão arterial, o eletrocardiograma, o eletroencefalograma e os raios X passaram a estar disponíveis em hospitais bem equipados. É o momento em que as doenças assumem formas em imagens precisas e aparentemente objetivas, úteis no diagnóstico e monitorização de casos particulares, mas também capazes de serem generalizadas para compreensões mais amplas (Ortega, 2006; Rosenberg, 2002). A doença passa a ser compreendida e descrita operacionalmente, medida em unidades, representada na forma visível de curvas ou traçados contínuos que são ensinados a sucessivas gerações de estudantes de medicina. A doença não pode mais ser “fingida” ou “falsificada” (Wunderlich; Seguin, 1871). Consequentemente, foi possível estabelecer tabelas nosológicas que passam a ser fundamentais para implementar o que passou a ser chamado o “aspecto científico” da medicina. A partir daí, sem um vocabulário acordado sobre as doenças, seria difícil acumular um conhecimento clínico válido (Rosenberg, 2002).

Cada vez mais, o diagnóstico é valorizado como distinção do conhecimento médico. Prova disso é que o arsenal de exames laboratoriais e de imagens prepondera na clínica médica atual, buscando-se obtê-los diante de diferentes hipóteses de forma mais rápida e segura. Assim, dominar um vocabulário de imagens de doenças e ser capaz de distingui-las é atualmente fundamental para o papel do médico, pois tal conhecimento está subjacente às tarefas socialmente indispensáveis de diagnóstico e prognóstico e à racionalização da prática terapêutica. Essa relação entre procedimentos, máquinas e diagnósticos é, para a maioria dos médicos, tanto desejável como inevitável, pois a doença passa a ser definida em termos cada vez mais objetivos, sem margens para dúvidas. Mas isso não implica que foram superadas todas as imprecisões, pois, como bem corrobora Freidson (2009), as indeterminações fazem parte da medicina e cabe ao médico suplantar-las na medida em que a medicina é uma atividade prática mais do que uma atividade científica e erudita. Isso é tão verdadeiro que, como refere Camargo Jr. (2005), mesmo que na assistência ambulatorial preponderem casos em que o diagnóstico não seja claro, eles são considerados como “casos atípicos”. Lembremos aqui que Richard Cabot (1914) no início do século XX conceituou o “diagnóstico diferencial” na tentativa de reduzir as incertezas diante de uma profusão de sinais e sintomas.

Segundo ele, o adjetivo “diferencial” pressupõe diferenciação entre alternativas discretas e, portanto, legítima e cria prospectivamente entidades de doença como realidades sociais, quaisquer que sejam a base probatória para sua existência.

Todas essas expectativas em relação a definições precisas levaram Archibald Cochrane a aplicar a epidemiologia à saúde pública, pensando em realizar diagnósticos em termos de eficácia e eficiência, inaugurando a medicina baseada em evidências (MBE). Muitas críticas são feitas a esse modelo de protocolos poderosamente restritivos e arbitrários, em face das situações clínicas específicas. Uma delas é a difícil incorporação de preferências e valores dos pacientes, dos médicos e dos sistemas de saúde. Todos esses fatores apontam para a necessidade de um aprofundamento da epistemologia da MBE (Faria; Oliveira-Lima; Almeida-Filho, 2021; Veloso de França, 2003).

É por essas razões que os sofrendores de sintomas indefinidos, como a Covid longa, representam um desafio para a prática médica. A forma imprecisa como esse fenômeno se apresenta não se coaduna com episteme médica atual e pode ser um dos complicadores para o estabelecimento do diagnóstico. Esses doentes podem ser considerados pelos médicos como “difíceis”, por apresentarem condições clínicas com doenças psicossomáticas e crônicas, sintomas e queixas amplos como dor e fadiga, emoções fortes e dificuldades de dar informações (Cruvinel; Grosseman, 2023), ou “inoportunos”, por usarem os serviços de assistência sem precisar deles (Vescovi; Souza; Avelar, 2015). Eles também podem receber a denominação estigmatizada de “poliqueixosos”, que é um jargão médico para denominar os pacientes com sintomas mas sem doença diagnosticável. Um estudo de Guedes, Nogueira e Camargo Jr. (2009, p. 814) presume que as dificuldades dos médicos de assistir esses pacientes podem estar atreladas à formação médica, “visto que as questões ligadas à relação médico-paciente, sobretudo no que diz respeito aos aspectos subjetivos e à singularidade do sofrimento humano, não são valorizadas no ensino e tampouco na prática médica em geral”. Segundo os autores, os médicos recorrem a estratégias limitadas e não resolutivas ao abordar esses pacientes. Cabe lembrar aqui que a realidade objetiva das doenças só pode ser cotejada num quadro de normalidade ideal, estabelecido a partir das relações entre o normal e o patológico já discutidos por Canguilhem (1966).

Apontamos acima alguns aspectos da racionalidade médica ocidental que podem influir na dificuldade do diagnóstico da Covid longa. Passaremos agora a explorar um dos sintomas mais prevalentes nessa condição, e que, igualmente

pela sua inespecificidade, contribui para a dificuldade diagnóstica. Estamos nos referindo à fadiga.

Fadiga: um sintoma físico-moral

A crise sanitária e o confinamento pela Covid-19 aumentaram o relato da presença do sintoma de fadiga e, igualmente, na Covid longa ele é o mais frequente e o que mais se perpetua.

Podemos definir a fadiga como uma sensação de exaustão durante ou após atividades cotidianas ou uma sensação de falta de energia para iniciar essas atividades. Embora tal sintoma seja muito comum, ele é muito controverso na ciência (Mota; Cruz; Pimenta, 2005). Talvez possamos explicar a dificuldade diagnóstica de Covid longa dada a epidemiologia desse sintoma: estima-se que 9% das pessoas sentem fadiga por mais de seis meses alguma vez na vida. Em um estudo, 18 pacientes apresentaram queixa de fadiga em um total de mil consultas realizadas em um ano (Darbishire; Ridsdale; Seed, 2003). Ela é mais frequente em mulheres que em homens (Bensing; Hulsman; Schreurs, 1999), e metade dos pacientes com fadiga tem uma causa psicológica (Stadje *et al.*, 2016). Atualmente, diante de uma causa desconhecida, é aplicada a denominação de síndrome de fadiga crônica (Reid *et al.*, 2000). Vale lembrar que a Covid longa entra nesse rol diagnóstico.

A fadiga pode ser sintoma de qualquer condição médica, apresentando-se isolada ou acompanhada por outros sintomas. Mas independentemente de sua causa ou apresentação ela é muito debilitante, causando sofrimento físico e moral, sendo passível de articulação com normas culturais (Duarte, 1986). Historicamente, desde a Idade Média à contemporaneidade, os sintomas de fadiga mudaram na sua forma e representação, com consequente ajustamento dos discursos, ampliação das explicações causais e o surgimento de novas reivindicações pelos seus portadores. De acordo com Vigarello (2022), essas transformações são atreladas ao individualismo, com o aumento do desejo de autonomia e autorrealização que competem com formas de constrangimento e de controle presentes cada vez mais na vida cotidiana, seja no lazer ou condições de trabalho, expressando-se de forma diferente de acordo com gênero e papéis sociais, idade e classe social (Carneiro, 2021; Silva *et al.*, 2011; Zorzanelli; Vieira; Russo, 2016).

Do ponto de vista físico, ela comporta vários atributos que podem estar relacionados a uma constituição física como à natureza do indivíduo (fraqueza), à má alimentação, ao desgaste por esforço físico demasiado como também ao desânimo, à falta de vontade, à mediocridade. De tal forma, é frequentemente difícil distinguir as fronteiras entre o físico e o moral desse sintoma, conforme já explicitado. Isso repercute na assistência médica, podendo ele ser negligenciado ou tratado como um problema psiquiátrico. Da mesma forma, a inexistência explicativa de um mecanismo biológico mensurável dá margem a um debate sobre a existência e legitimidade desse sintoma como doença. Desnecessário dizer que isso pode trazer repercussões importantes na organização familiar e econômica do seu portador. Isso igualmente influi na gestão burocrática da doença, em que as categorias nosológicas desempenham um papel administrativo indispensável. Assim, não é de surpreender que doentes individuais e grupos de defesa das doenças tenham surgido cada vez mais e exigido a atribuição de identidades específicas. Um dos exemplos desse caso é a fadiga crônica (Rosenberg, 2002) e, mais recentemente, a Covid longa (Falceta da Silva, 2023).

Certos sintomas relatados pelos pacientes conduzem os médicos ao centro do sofrimento, do isolamento, da injustiça. Como dar conta de sintomas, certamente físicos, mas que também cobrem um sofrimento moral? Como medicalizá-los? São essas questões que surgem diante de um sintoma inespecífico como a fadiga e que dificultam o diagnóstico de uma condição que a porta.

Considerações finais

Atualmente, são cada vez mais raras as doenças que não podemos diagnosticar. Essa situação ideal reflete uma noção de racionalidade e progresso científico. As avançadas tecnologias, imagens médicas, *pet-scanner* denotam uma virtualidade do corpo alterando nossa concepção do mesmo, da doença e do tempo. O grande paradoxo é que as imagens obtidas são convencionais, dados numéricos e abstratos, ou seja, o “corpo transparente é a sua ausência” (Ortega, 2006). Assim, os padrões de normalidade e anormalidade e a condição de doente crônico também envolvem convenções e, igualmente, implicam constante negociação entre os atores sociais. Isso deve ser levado em conta no contexto estrutural e organizacional do trabalho médico e de suas interações, evidenciando cada vez

mais o conhecimento médico como histórica e socialmente construído. Na doença crônica, a sequência lógica sintoma-diagnóstico-tratamento-cura ou morte é substituída pela temporalidade. Esse esquema faz parte de uma construção histórica datada, mediante um modelo médico embasado em uma finalidade terapêutica. O diagnóstico rotula, define e prevê, e, ao fazê-lo, ajuda a constituir e legitimar a realidade que discerne.

O diagnóstico é central para a reflexão sobre a Covid longa, pois ele é o marco da nova condição: a de doente crônico introduzindo o doente nas bases conceituais do saber médico. Nesse sentido, classificar a Covid longa como doença tem o objetivo de dar-lhe visibilidade e concretude. Isso é importante para a redefinição das identidades individuais e sociais. O diagnóstico organiza a experiência da doença, seu tratamento e a direção da cura. O diagnóstico também é um projeto interpretativo que envolve troca de experiências entre leigos e especialistas. Institucionalmente, autoriza as licenças de trabalho, impondo novas formas de sociabilidade como grupos de autoajuda e até mesmo mudanças em suas relações sociais. É importante observar como a nomeação de uma doença lhe dá concretude e implica a ruptura biográfica (Bury, 2011), a reconstrução de narrativas (Rabelo; Alves; Souza, 1999) e estabelece novas formas de relação médico-paciente, envolvendo negacionismos ou não (Oliveira, 2023).

Diante dos fatos expostos neste ensaio pode-se compreender que, do ponto de vista científico e político, apesar das diversas terminologias se referirem à condição de continuidade de sintomas ou surgimento de complicações após a infecção aguda por Covid-19, estabelecer uma definição consensual e detalhada sobre a patologia passou a ser alvo de profundos debates, como os fomentados pela OMS. Por tratar-se de um atual problema de saúde global advindo de uma pandemia e que se traduz em uma condição incapacitante temporária ou permanentemente, sua definição é útil para a sua formatação biomédica, para a medicalização dessa condição que se perpetua no tempo, bem como para as instituições sociais.

Em países como o Brasil, isto é particularmente relevante, pois possibilita as discussões sobre os diferentes níveis do cuidado crônico, o acesso aos cuidados multiprofissionais, aos conflitos entre as práticas integrativas e à medicina baseada em evidências. Termina por revelar as desigualdades e inequidades no acesso à saúde e as tensões entre o público e o privado.

Referências

- ARAUJO PASSOS, A. G. *et al.* O aumento das doenças psicossomáticas durante a pandemia e dificuldades no atendimento psicológico. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 10, n. 8, e10710817004, 2021.
- BASZANGER, I. Les maladies chroniques et leur ordre négocié. *Revue Française de Sociologie*, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 3-27, 1986.
- BENSING, J. M.; HULSMAN, R. L.; SCHREURS, K. M. Gender differences in fatigue: biopsychosocial factors relating to fatigue in men and women. *Medical Care*, [s. l.], v. 37, n. 10, p. 1078-1083, 1999.
- BOLTANSKI, L. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- BURY, M. Doença crônica como ruptura biográfica. *Tempus: actas de saúde coletiva*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 42-54, 2011.
- CABOT, R. *Differential diagnosis*. Philadelphia: WB Saunders, 1914.
- CAMARGO Jr., K. R. de. A biomedicina. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 45-68, 2005.
- CANESQUI, A. M. Estudos antropológicos sobre os adoecidos crônicos. In: CANESQUI, A. M. *Olhares socioantropológicos sobre os adoecidos crônicos*. São Paulo: Editora Fapesp: Hucitec, 2007. p. 9-51.
- CANGUILHEM, G. *Le normal et le pathologique*. Paris: PUF, 1966.
- CAPUTO, E. L. *et al.* Short-term impact of COVID-19 pandemic on low back pain: data from the PAMPA Cohort, Brazil. *BMC Public Health*, [s. l.], v. 23, n. 1, art. 44, 2023.
- CARNEIRO, R. Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 63, e216313, 2021.
- CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA. Vigilância de doenças crônicas e violências, o desafio contemporâneo. Org. M. C. Minayo e L. Gualhano. Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 2015.
- CRUVINEL, P. V. Q.; GROSSEMAN, S. Afinal quem é “difícil”? Revisão integrativa sobre pacientes, médicos e relações difíceis. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 6, p. 1685-1701, 2023.

DARBISHIRE, L.; RIDSDALE, L.; SEED, P. T. Distinguishing patients with chronic fatigue from those with chronic fatigue syndrome: a diagnostic study in UK primary care. *British Journal of General Practice*, [s. l.], v. 53, n. 491, p. 441-445, 2003.

DUARTE, L. F. D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

DUARTE, L. F. D.; FACHEL LEAL, O. *Doença, sofrimento e perturbação*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1998.

FALCETA DA SILVA, P. Mesmo com o fim da situação de emergência sanitária, parte da população ainda sofre com sequelas da covid-19. *Avico*, [s. l.], 15 fev. 2023. Disponível em: <https://avico brasil.com.br/noticias/noticia/10>. Acesso em: 21 dez. 2023.

FARIA, L.; OLIVEIRA-LIMA, J. A. de; ALMEIDA-FILHO, N. Medicina baseada em evidências: breve aporte histórico sobre marcos conceituais e objetivos práticos do cuidado. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 59-78, 2021.

FASSIN, D. "Clandestins" ou "exclus"? Quand les mots font des politiques. *Politix: revue des sciences sociales du politique*, [s. l.], v. 34, p. 77-86, 1996.

FERREIRA, J. *O corpo sígnico: abordagem antropológica dos sintomas, sinais e símbolos corporais*. Curitiba: CRV, 2022.

FLEISCHER, S. R. *Descontrolada: uma etnografia dos problemas de pressão*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

FREIDSON, E. *Profissão médica: um estudo de sociologia do conhecimento aplicado*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOOD, B. *Medicine, rationality and experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

GUEDES, C. R.; NOGUEIRA, M. I.; CAMARGO Jr., K. R. de. Os sofredores de sintomas indefinidos: um desafio para a atenção médica? *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 797-815, 2009.

HUANG YAO, Q. *et al.* 1-Year outcomes in hospital survivors with COVID-19: a longitudinal cohort study. *The Lancet*, London, v. 398, n. 28, p. 747-758, 2021.

KLEINMAN, A. *The illness narratives: suffering, healing, and the human condition*. New York: Basic Books, 1988.

LOCK, M; NGUYEN, V.-K. *An anthropology of biomedicine*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2010.

ME RESEARCH UK. EU approves new blood test for long COVID, 2022. *ME Research UK*, Perth, 8 Sept. 2022. Disponível em: <https://www.mererearch.org.uk/new-blood-test-for-long-covid/>. Acesso em: 28 out. 2023.

MOTA, D. D. C. de F.; CRUZ, D. de A. L. M. da; PIMENTA, C. A. de M. Fadiga: uma análise do conceito. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 18, n. 3, p. 285-293, 2005.

NUNES, P. Método Delphi. In: KNOOW: enciclopédia temática. [S. l.]: Paulo Nunes, 2019. Disponível em: <https://knoow.net/cienceconempr/gestao/metodo-ou-tecnica-delphi/>. Acesso em: 24 out. 2023.

OLIVEIRA, E. A vida inadequada: a inconstância significativa do sofrimento e seus efeitos na relação médico/paciente. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, e2023037, 2023.

OMS: efeitos pós-covid-19 atingem 10 a 20% dos infectados. *Agência Brasil*, [s. l.], 24 mar. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-02/oms-efeitos-pos-covid-19-atingem-10-20-dos-infectados>. Acesso em: 26 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Expandir nosso entendimento da síndrome pós-COVID-19: relatório de um webinar da OMS*. [S. l.]: OPAS, 2021. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/54313/9789275723999_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 abr. 2023.

ORTEGA, F. O corpo transparente: visualização médica e cultura popular no século XX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, supl., p. 89-107, 2006.

RABELO, M. C.; ALVES, P. C.; SOUZA, I. M. *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.

REID, S. *et al.* Chronic fatigue syndrome. *BMJ*, [s. l.], v. 320, n. 7230, p. 292-296, 2000.

ROSENBERG, C. E. The tyranny of diagnosis: specific entities and individual experience. *The Milbank Quarterly*, [s. l.], v. 80, n. 2, p. 237-260, 2002.

SILVA, J. P. *et al.* Fatores clínicos, funcionais e inflamatórios associados à fadiga muscular e à fadiga autopercebida em idosas da comunidade. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 241-248, 2011.

SPIERS, N. Reassessment of persistent symptoms, self-reported COVID-19 infection and SARS-CoV-2 serology in the SAPRIS-SERO cohort: identifying possible sub-syndromes of Long Covid. *medRxiv*, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1101/2022.02.25.22271499>. Acesso em: 26 dez. 2023.

STADJE, R. *et al.* The differential diagnosis of tiredness: a systematic review. *BMC Family Practice*, [s. l.], v. 17, n. 1, 2016.

VELOSO DE FRANÇA, G. Os riscos da medicina baseada em evidências. *Bioética*, [s. l.], n. 11, p. 23-32, 2003.

VESCOVI, R. G. L.; SOUZA, L.; AVELLAR, L. Z. Usuários políquelosos: representações sociais construídas por médicos da Atenção Primária à Saúde. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 1, p. 71-82, 2015.

VIGARELLO, G. *A história da fadiga: da idade média aos nossos dias*. Petrópolis: Vozes, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *A clinical case definition of post COVID-19 condition by a Delphi consensus*. [S. l.]: World Health Organization, 6 Oct. 2021. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Post_COVID-19_condition-Clinical_case_definition-2021.1. Acesso em: 24 dez. 2023.

WUNDERLICH, C. A.; SEGUIN, E. *Medical thermometry, and human temperature*. New York: William Wood, 1871.

ZORZANELLI, R.; VIEIRA, I.; RUSSO, J. A. Diversos nomes para o cansaço: categorias emergentes e sua relação com o mundo do trabalho. *Interface: comunicação, saúde, educação*, [s. l.], v. 20, n. 56, p. 77-88, 2016.

Recebido: 29/12/2023 Aceito: 31/05/2024 | Received: 12/29/2023 Accepted: 5/31/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

“Meus filhos não serão cobaias”: cismas e discursos antivacinação infantil pós-pandemia de Covid-19

“My children will not be guinea pigs”: schisms and childhood anti-vaccination speeches after the COVID-19 pandemic

Hully Guedes Falcão^I

<https://orcid.org/0000-0002-1932-3104>

hullyfalcao@gmail.com

Ana Carolina Monari^I

<https://orcid.org/0000-0002-7474-7903>

capmonari@gmail.com

Igor Sacramento^{I, II}

<https://orcid.org/0000-0003-1509-4778>

igor.sacramento@icict.fiocruz.br

Caio Maués^{III}

<https://orcid.org/0009-0004-2990-6428>

caio.maués@discente.eco.ufrj.br

^I Fundação Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{II} Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{III} Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Graduando em Comunicação Social

Resumo

Este artigo investiga os processos de reconfiguração e percepção da vacinação infantil contra Covid-19 no Brasil e o cuidado da criança no pós-pandemia. Por meio da etnografia em ambientes digitais, analisamos os argumentos utilizados para questionar a vacina a partir de quatro campos (Telegram, Twitter, YouTube e Instagram). Com isso, buscamos compreender qual é a percepção dos indivíduos em relação à segurança e os riscos do imunizante, como se dá a reconfiguração da cultura da vacinação infantil no Brasil e como isso acaba reverberando em outras instâncias da vida social. Observamos que os argumentos apresentados pelos indivíduos para negar a vacina já foram utilizados em emergências sanitárias anteriores (como o HPV e a H1N1) e possuem um forte apelo por liberdade e pela manutenção dos direitos individuais, além de colocar a criança como responsabilidade da família, não cabendo esse papel ao Estado.

Palavras-chave: vacinação infantil; cuidado; cisma; Covid-19.

Abstract

This article investigates the processes of reconfiguration and perception of childhood vaccination against COVID-19 in Brazil and childcare in the post-pandemic context. Through ethnography in digital environments, we analyze the arguments used to question the vaccine across four platforms (Telegram, Twitter, YouTube, and Instagram). Thus, we seek to understand individuals' perceptions of the safety and risks of the vaccine, how the reconfiguration of childhood vaccination culture occurs in Brazil, and how this resonates in other instances of social life. We observe that arguments used to reject the vaccine have been employed in previous health emergencies (such as HPV and H1N1), emphasizing a strong appeal for freedom, the preservation of individual rights, and positioning the child as the family's responsibility, excluding the State from this role.

Keywords: childhood vaccination; care; schism; COVID-19.

Introdução¹

Em 2 de janeiro de 2023, Rafael iniciou uma discussão no *P & G*, um canal de informações sobre Covid-19 do Telegram.² Em decorrência das disputas e do excesso de informações existentes naquele momento sobre a vacinação infantil contra Covid-19, que, muitas vezes, eram conflitantes, e diante do fato de que ele seria um futuro pai de gêmeos, Rafael passou a questionar todas as vacinas e estava pensando em não aplicar nenhum imunizante em seus então futuros filhos. Ele pediu conselhos para os demais membros do canal, dizendo que não sabia o que fazer, especialmente porque esse “negócio de vacina está tão estranho”.

Em seguida, seis mulheres e um homem passaram a dar seus depoimentos e aconselhamentos ao futuro papai, a partir de relatos de suas próprias vivências ou de terceiros. Marlene, por exemplo, disse que era mãe de três crianças e que tinha decidido não dar mais nenhuma vacina. Cláudia comentou que sua bebê tinha 10 meses e ainda não tinha tomado nenhuma dose de qualquer imunizante. Fernanda fez uma recomendação a Rafael: “Se eu pudesse te dar um conselho, fique longe delas.”

Larissa trouxe, por outro lado, a experiência de seu médico: “Eu também não me vacinei e nem vou me vacinar. Meu corpo, minhas regras, ou a esquerda acha que isso só serve para aborto? Meu cardiologista esquerdista se vacinou e morreu de Covid.” Já Maria, preferiu dar um conselho mais amplo a Rafael:

Oi, busque um médico/pediatra que não concorda com esse experimento para orientar vocês. Tenho uma amiga que mora no interior que nunca vacinou o filho e ao entrar no primeiro ano o colégio fez vista grossa. Quando seus filhos chegarem em idade escolar (que é quando pedem os comprovantes todos) é possível que isso tudo já tenha passado pela impossibilidade de negar as provas desse

-
- 1 Este artigo é fruto de projetos de pesquisas realizados com o financiamento do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa), da Capes (Bolsas de Doutorado e Doutorado Sanduiche) e da Faperj (Jovem Cientista do Nosso Estado e Pós-Doutorado Nota 10).
 - 2 Os nomes e características dos interlocutores foram substituídos/suprimidos por questões de anonimato. O material de análise é proveniente de estudo aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

genocídio mundial (assim esperamos). Enquanto isso, sejam firmes e busquem pessoas com afinidade, sejam médicos, babás, escolinhas... Enquanto tudo isso se resolve, acredito que as pessoas vão se unir para criar uma rede alternativa de apoio e assistência.

Pablo e Jandira preferiram trazer seus relatos pessoais na hora de aconselhar Rafael e clamar pela liberdade, que eles julgam ser fundamental e um direito quando o assunto é saúde. Pablo conta que sua prima teria sido obrigada a dar a vacina contra Covid-19 para a filha de apenas 6 anos de idade para que ela pudesse se matricular na escola e que isso seria um “crime”: “A tendência é só piorar com esse governo comunista que amaria controlar a vida de todo mundo.” Jandira, então, reclama: “Cadê os direitos humanos? Só servem para defender bandido? E o direito individual de cada pessoa onde fica? Não se manda mais nem no próprio corpo!? Cada dia mais revoltada.”

O trecho acima retirado por nós do diário de campo serve como ilustração da reconfiguração da cultura de vacinação, especialmente a infantil, na sociedade brasileira contemporânea. De nação considerada como exemplo de vacinação em todo o mundo, o Brasil registrou em 2022 os piores índices de cobertura vacinal dos últimos 30 anos, com a preocupação do retorno de doenças consideradas erradicadas, como a poliomielite (Cardoso; Lerner, 2023).

Os índices de cobertura vacinal têm apresentado queda em vários países e isso pode ocorrer por diferentes razões. No Brasil, destacam-se o desconhecimento da importância da vacinação, a hesitação em vacinar, as falsas notícias disseminadas nas mídias sociais sobre os supostos malefícios que as vacinas podem provocar à saúde, o desabastecimento parcial de alguns produtos e os problemas operacionais para a execução adequada da vacinação, incluindo o apropriado registro dos dados até a dificuldade de acesso da população à unidade de saúde (Domingues *et al.*, 2020). Esses fatores se somam às consequências ocasionadas pela Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos, e pela própria pandemia de Covid-19, que trouxe medidas de distanciamento social e sobrecarga não apenas do Sistema Único de Saúde (SUS), mas também dos profissionais que nele atuam (Cardoso; Lerner, 2023). Cabe mencionar que a condução da pandemia pelo ex-presidente Jair Bolsonaro também pode ter contribuído para a diminuição da cobertura vacinal. Com base em uma lógica neoliberal e pautado por uma prática que pode

ser classificada como populismo anticientífico,³ Bolsonaro seguiu os passos do ex-presidente americano Donald Trump e traçou três linhas de ação contra a doença: 1) relaxamento das medidas de isolamento em prol da economia; 2) incentivo ao “tratamento precoce” com o uso de medicamentos sem comprovação científica; e 3) vacinação não compulsória contra a Covid-19, visando a liberdade individual (Monari *et al.*, 2021). Bolsonaro e seus apoiadores se mostraram reticentes em relação à vacinação ao longo da crise sanitária. Ele chegou a dizer, sobre a vacina da Pfizer, que não havia garantia de segurança sobre os seus efeitos colaterais e esse, inclusive, teria sido um dos motivos da demora da assinatura dos contratos de aquisição das vacinas com a fabricante, que chegou a ter mais de cem e-mails com propostas de oferta de venda de vacinas ignorados pelo governo (Souza, 2021). O ex-presidente também colocou seu cartão de vacinação em sigilo, disse que não iria se vacinar, pois já tinha sido acometido pela doença e adquirido “imunidade natural”, e não iria vacinar a sua filha caçula, que na época tinha 11 anos (Cardoso; Lerner, 2023).

Embora o governo federal, sob a nova gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tenha contabilizado um aumento nas coberturas vacinais de oito imunizantes recomendados no calendário infantil entre janeiro e outubro de 2023 (Brasil [...], 2023), os números em relação à vacinação infantil contra a Covid-19 ainda são preocupantes. O boletim do Observatório de Saúde na Infância (Observa Infância), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Centro Universitário Arthur de Sá Earp Neto (Unifase), demonstrou em agosto de 2023 que apenas 11,4% das crianças entre 6 meses e 5 anos de idade tinham tomado as duas doses de vacina contra Covid-19 (Boccolini, 2023). O Boletim InfoGripe, também da Fiocruz, mostrou em novembro de 2023 que cerca de 15% dos novos casos semanais de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) por Covid-19 ocorrem em crianças de 0 a 4 anos (Resumo [...], 2023). Diante desses números,

3 Com base em Laclau (2013; Laclau; Mouffe, 1985), compreendemos que Bolsonaro se aproxima de um conceito de populismo menos ligado à formalização retórica do líder, mas fortemente relacionado às suas marcas discursivas e aos anseios da população, considerados como demandas. Nesse sentido, Waisbord (2018) sugere a existência de uma afinidade entre o populismo contemporâneo e a comunicação da pós-verdade (D’Ancona, 2018), em que políticos populistas surgem como sintoma dessa consolidação. Assim, o populismo contemporâneo defende achados científicos controversos, apostando no discurso de que a ciência que ele defende é a verdadeira. Acreditamos que a ciência que o ex-presidente defende se vincula a um ideal popperiano, e de ciência pura (Edler Duarte; Benetti, 2022) e desinteressada.

a atual ministra da Saúde, Nísia Trindade, defende a inclusão da vacina contra Covid-19 para crianças de 6 meses a 5 anos no Programa Nacional de Imunização (PNI). Ela participou em 28 de novembro de 2023 de uma audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados a convite de oito legisladores, sendo que a maioria dos parlamentares que fizeram o convite é contrária à obrigatoriedade do imunizante para o público infantil e fazem parte da oposição política ao atual governo (Neves, 2023).

É interessante notar que parte dos argumentos desses mesmos legisladores contra a vacinação é semelhante ao encontrado por nós em pesquisa realizada em diferentes campos, seja nos próprios comentários do vídeo da audiência veiculado no YouTube, em canais de informação sobre Covid-19 no Telegram que discutem a temática ou em perfis de influenciadores médicos no Instagram, como pediatras que produzem conteúdos sobre saúde e infância. Eles ainda encontram eco na forma como o personagem considerado como símbolo da vacinação infantil no Brasil, o Zé Gotinha, vem sendo representado em diferentes mídias e percebido pela população.

Na semana posterior à audiência, o pesquisador Malini (2023) divulgou dados preliminares de um estudo sobre o movimento antivacina e as plataformas digitais, conduzido pelo Laboratório de Internet e Ciência de Dados (Labic), da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que constata que os exemplos e fatos utilizados pela oposição política para negar a imunização contra Covid-19 durante a audiência eram cópias literais de mensagens que circularam em canais e grupos do Telegram. A partir disso, ele afirma que o perfil do movimento antivacina apresentou uma mudança em 2022 por causa do ano eleitoral, com os conteúdos dos canais e grupos se conectando às disputas políticas do período, o que acabou ligando o movimento à defesa das ações promovidas pelo governo Bolsonaro. Em 2023, no entanto, a dinâmica eleitoral desapareceu e os conteúdos antivacinação passaram a conter um viés mais conspiracionista e noticioso, emulando o jornalismo e a comunicação científica, a partir do uso de artigos científicos de revistas de baixo impacto para noticiar informações sobre vacinas. Segundo Malini (2023), a hesitação vacinal tende a assumir cada vez mais a forma de uma conversa digital conspiracionista, pautada pelo medo da “reação adversa”, que é delineada pela influência de profissionais de saúde ultra-conservadores – e nós também diríamos, apoiadores das políticas de extrema direita, cuja principal figura política ainda é Bolsonaro.

Diante disso, nós entendemos que esses conteúdos refletem o cenário de conflitos e disputas sobre formas de validação da informação científica atribuídas ao que tem sido chamado de pós-verdade⁴ (D’Ancona, 2018), que ocorre em um ambiente de contestação e ataque às instituições epistêmicas consideradas consolidadas através de um sistema político democrático-liberal (Oliveira; Gonçalves; Kant de Lima, 2022).

Oliveira, Gonçalves e Kant de Lima (2022) citam que há uma superabundância informacional, e nela, instituições científicas, cientistas e divulgadores de ciência, políticos, organizações governamentais e não governamentais, além de muitos outros atores, vão muitas vezes de encontro ao conhecimento científico e disputam o espaço digital na disseminação de narrativas sobre ciência. De um lado, instituições, como a ciência e o jornalismo, buscam formas de manter sua autoridade, por meio de campanhas e discursos de legitimação e reforço de seus papéis sociais como produtores de verdade. De outro, aparece a instrumentalização política sobre a ciência, que ocorre a partir de disputas sobre a regulamentação e criminalização das notícias falsas, judicializando a questão da circulação da informação e colocando em evidência o debate sobre os limites entre liberdade de expressão, desinformação e discurso de ódio.

O nosso estudo se centra, justamente, nesse contexto de disputas pela informação e pelo que é considerado verdade em relação à vacinação infantil contra Covid-19, especialmente nas redes sociais digitais. Nos perguntamos, então, quais foram os argumentos utilizados pelas pessoas para questionar a vacina? Qual é a percepção dos indivíduos em relação à segurança e os riscos apresentados pelo imunizante? Como se dá a reconfiguração da cultura da vacinação infantil no Brasil? E como isso acaba reverberando em outras instâncias da vida social, como a constituição da família, o cuidado com as crianças e as visões de direitos e liberdade?

4 Além disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alcinhou o termo “infodemia”, que, fazendo alusão à pandemia, consiste em uma nova forma de produção e compartilhamento de informações, ou seja, foi observado um aumento considerável no volume de informações associadas a um assunto específico, que pode se multiplicar rapidamente em um curto período devido a um determinado evento e, principalmente, com o auxílio de plataformas (Organização Pan-Americana da Saúde, 2020). Segundo a instituição, essa situação de excesso de informações, algumas precisas e outras não, pode tornar complicada a missão de encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis no momento em que se necessita delas.

O objetivo deste trabalho é, portanto, observar, a partir da etnografia em ambientes digitais, os processos de reconfiguração e percepção da vacinação infantil contra Covid-19 e o cuidado da criança no contexto pós-pandemia. A etnografia em ambientes digitais concede ferramentas que permitem a junção de pesquisa em ambientes digitais e não digitais, nesse caso, as *controvérsias* (Latour, 2016) se apresentam como um dispositivo teórico-metodológico interessante para suplantar fronteiras entre diferentes campos. Elas nos permitem observar dispositivos de justificação e construção de críticas (Thévenot, 2016), relações de poder, posições institucionais, alianças, entre outras questões que fora delas seriam mais difíceis de serem observadas. Por isso a performance, a dramaticidade, os sentidos atribuídos aos objetos e às categorias são fontes imprescindíveis para a análise de uma *controvérsia*. A etnografia em ambientes digitais possibilita a observação em fluxo, sendo que, ao escolher um tema, utilizamos como principal fio condutor as hashtags, que funcionam como uma ferramenta de comunicação, e que pode envolver distintas redes e plataformas digitais, concedendo fluidez ao processo sob análise. No trabalho de campo mobilizamos duas técnicas desse tipo de etnografia: 1) a perambulação, que se dispõe seguir o fluxo das discussões a partir das hashtags em diferentes espaços; e 2) o acompanhamento, que se debruça sobre os perfis escolhidos costurando suas interações em diferentes redes, e os grupos em plataformas de comunicação (Leitão; Gomes, 2017).

A *controvérsia* nos permite levar em consideração as perspectivas conflitantes e as alianças realizadas para fazer valer e atribuir legitimidade aos argumentos que dão sentido a determinado objeto em disputa. Para esse artigo, tomamos como ponto de partida a vacinação contra Covid-19 em crianças porque observamos que o processo de produção de críticas colocou em evidência novas formas de justificação que fundamentam a decisão de imunizar ou não uma criança. Nesse sentido, traremos alguns elementos de nossa incursão etnográfica que lança luz sobre os discursos em relação à vacinação infantil contra Covid-19, observando diferentes espaços e grupos, e levando em consideração as mudanças nos últimos anos da divulgação do PNI. Contudo, antes falaremos um pouco sobre algumas características metodológicas de nossas pesquisas.

Um dos campos trabalhados neste artigo está situado em um ambiente *contestado* (Faust; Pfeifer, 2021), que é aquele em que os nossos interlocutores têm pensamentos, crenças e visões de mundo radicalmente diferentes das nossas.

Esse tipo de campo nos coloca questões complexas importantes sobre dilemas éticos, morais e emocionais – que, vale ressaltar, estão presentes em muitos temas de pesquisa, mas que quando realizados com interlocutores que podem ser denominados como *outros desconfortáveis* (Shoshan, 2015) se tornam ainda mais desafiadores. Faust e Pfeifer (2021) explicam que fazer uma pesquisa antropológica com os chamados *outros desconfortáveis* traz dilemas metodológicos específicos, como acesso ao campo, posicionamento do pesquisador durante todo o processo da pesquisa, proximidade e distância com os seus interlocutores, legalidade e dimensões afetivas, emocionais e corporais.⁵

Participar do que se investiga envolve, no mesmo gesto, a construção de outro modo de observar, e de uma partilha da investigação com os interlocutores. A participação, em contiguidade com a observação e desafiando-a constantemente, constrói uma comunicação polifônica com os interlocutores, dando ensejo a um texto também urdido por multiplicidades. Na confecção do trabalho de campo, o etnógrafo não sente como o outro, mas ele sente o outro e busca compreendê-lo.

Relativizar é dar atenção às diferenças culturais (Abu-Lughod, 2012), entendendo seu ponto de vista, suas emoções, moralidades e práticas culturais em seu contexto de expressão, como atos pragmáticos que criam realidades e relações sociais. Pinheiro-Machado e Scalco (2021) afirmam que isso não implica que nos identifiquemos de modo unívoco, mas demanda a criação de estratégias para que possamos percebê-lo e compreendê-lo em sua complexidade, mesmo que isso nos afete de maneira mais negativa. O risco desse exercício, como apontam as pesquisadoras, é perceber que esse outro é bastante semelhante ou próximo de nós. Por isso a vulnerabilidade também se torna uma ferramenta de compreensão. Ao nos aproximar cognitivamente, a fronteira entre desagradável e agradável é menos demarcada (Shoshan, 2015), porque, ao compreendê-los, nos compreendemos, e é nesse lugar que também reside a dificuldade de lidar com esses outros que nos são desconfortáveis.

Os canais de informação sobre Covid-19 do Telegram analisados por nós (P & G, V19 e Canal José da Silva) se enquadram como campos contestados, pois

5 Há décadas antropólogos têm estudado temas desconfortáveis, como práticas consideradas marginais e grupos violentos. A novidade está na legitimidade que algumas dessas perspectivas ganharam no âmbito federal durante o governo do ex-presidente Bolsonaro. O desconforto também surge porque esses grupos cresceram e se fortaleceram nas redes sociais digitais.

eles apresentam pensamentos, crenças e visões de mundo diferentes das nossas, que somos pesquisadores e conduzimos pesquisas sobre a circulação de (des)informação científica em saúde no contexto da Covid-19. Questões como emoções, medos, conflitos éticos e morais estão presentes em nossas notas no diário de campo e nas reflexões do material produzido. É importante citar, por exemplo, o receio e a ansiedade que tivemos de ter nossas identidades expostas e divulgadas nos canais, das dificuldades encontradas por nós após o bloqueio de um dos canais em decorrência de seu envolvimento nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 em Brasília⁶ e de como lidamos com a venda ilegal de passaportes sanitários no Telegram. Isso faz parte da pesquisa e é um componente importante do fazer etnográfico, está presente em diferentes temas, mas que acaba ganhando outros contornos quando acompanhamos interlocutores *cismados* – falaremos mais adiante sobre esse ponto.

Nossa entrada no campo, nesse momento, se deu a partir de uma pesquisa de palavras-chave sobre Covid-19 na ferramenta de busca da plataforma, que nos trouxe, primeiramente, o canal *P & G* (que até 2022 se chamava *Med PV*). Com o acompanhamento das mensagens, acabamos chegando ao *V19*, que reúne informações e testemunhos de pessoas que supostamente sofreram reações do imunizante. Por fim, este último canal acabou nos apontando para o fenômeno dos médicos influenciadores, que são profissionais que possuem canais de informação no Telegram. Dentre eles, encontramos o *Canal José da Silva*, cuja moderação é feita por um médico, que compartilha não apenas questões sobre saúde, mas também seus posicionamentos políticos. O nosso período de observação dos canais ocorreu entre janeiro e março de 2023.

Continuando a nossa incursão etnográfica a partir dessa *controvérsia* e com a necessidade de compreensão de outras dimensões, acabamos nos deparando com o nosso outro campo, que se dá a partir dos comentários do vídeo no YouTube (Ministra [...], 2023) da audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, realizada em 28 de novembro de

6 Em 8 de janeiro de 2023, manifestantes organizaram um ato antidemocrático em Brasília contra os resultados das eleições de 2022, que culminou na invasão e depredação das sedes do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto (Terrorismo [...], 2023). O ato teria sido organizado por meio das mídias sociais, sobretudo WhatsApp e Telegram, fazendo com que o ministro do STF Alexandre de Moraes solicitasse o bloqueio de alguns desses grupos e canais, sendo o *P & G* um deles.

2023. Nossa observação dos comentários ocorreu nos dias 13 e 14 de dezembro de 2023, quando o vídeo acumulava mais de 45 mil visualizações, 1,3 mil likes e 555 comentários. Embora nosso foco no momento da análise tenha sido as declarações feitas pelos usuários sobre a vacinação infantil contra a Covid-19, o vídeo também acumulava comentários sobre outras temáticas, como pedidos de valorização do profissional bucal e elogios e ataques ao trabalho que vem sendo realizado pela ministra, especialmente acionando o seu currículo para fundamentar críticas direcionadas a ela. Junto a isso, para compreender por que as mudanças de percepção da adesão vacinal na arena pública vêm sendo mobilizadas em diferentes âmbitos, sobretudo pelo atual governo, nos debruçamos sobre a hashtag #ZéGotinhaVoltou, promovida pelo Ministério da Saúde. As imagens e afirmações que circulam sob essa nomenclatura podem nos informar acerca das estratégias e formas de agir do Estado quando percebida a manutenção do declínio da adesão vacinal em campanhas para crianças pós-pandemia.

Para além desta introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em mais duas partes: na primeira, nós iremos abordar a construção da ideia da vacina contra Covid-19 como um experimento presente, especialmente, nos canais de informação sobre Covid-19 no Telegram e nos comentários da audiência pública da Câmara dos Deputados, o que demonstra como os argumentos antivacinação circulam em diferentes campos; e na segunda, nós analisaremos a figura do personagem Zé Gotinha como símbolo da cultura de vacinação no Brasil, desde a sua criação, seu “esquecimento” durante o governo Bolsonaro e o seu retorno em 2023, como uma forma de aumentar os índices de vacinação no país.

“Que vacina é essa?": a construção da ideia da vacina contra Covid-19 como um experimento

Os canais de informação sobre Covid-19 no Telegram apresentam discussões sobre diferentes facetas da pandemia, desde a questão do distanciamento social (que eles julgam não ser necessário), a defesa do “tratamento precoce” da doença com o uso de hidroxiclороquina e ivermectina, a não utilização de máscaras faciais (os participantes dos grupos acreditam que as máscaras não protegem, pois o “vírus seria menor que as tramas do tecido em que elas são confeccionadas”) até a vacinação, seja adulta ou infantil. Em 2023, quando foi feita a etapa de observação

dos canais, a vacinação infantil contra Covid-19 já estava acontecendo há um ano, porém ela ainda era assunto de intenso debate entre os membros dos canais, que buscavam informações sobre a real necessidade de vacinar seus filhos e, sobretudo, as possíveis reações que isso poderia acarretar. O caso citado na introdução, em que Rafael pedia conselhos para os demais usuários, já dá alguns indícios de como eles percebem a questão da vacinação infantil contra Covid-19. O comentário de que o “negócio de vacina está tão estranho” mostra como o imunizante (e a doença) foi e ainda continua sendo alvo de disputas informacionais, em que diferentes atores travam um embate pelo poder de dizer a verdade sobre o tema.

Outro elemento evidenciado a partir das falas apresentadas na introdução é o enquadramento da Covid-19 como um assunto político-partidário. Isso significa, segundo Recuero *et al.* (2021), que as questões relacionadas à mitigação da pandemia, sua gravidade e as vacinas são classificadas como uma questão político-partidária, em que é preciso adotar “um lado”, ao invés de serem debatidas como um problema de saúde pública, em que todos precisam cooperar. Podemos notar isso a partir das falas de Larissa, quando ela diz “meu corpo, minhas regras, ou a esquerda acha que isso só serve para aborto?”, e na de Pablo, quando ele afirma que “a tendência é só piorar com esse governo comunista que amaria controlar a vida de todo mundo”. Essas duas passagens fazem alusão ao atual governo do Brasil, cujo líder está filiado a um partido de esquerda, o PT (Partido dos Trabalhadores), que é considerado como oposição ao ex-presidente Bolsonaro.

Para os membros dos canais, a vacina contra Covid-19 consiste em um experimento, pois ela teria sido feita “às pressas” e sem passar por todos os procedimentos necessários para assegurar sua segurança e eficácia. Isso decorre de uma desconfiança produzida pela rapidez com que ela foi elaborada, mesmo que uma das técnicas utilizadas – como na Coronavac e Astrazeneca – sejam empreendidas desde antes desse momento. Cabe ressaltar que compreendemos o momento pandêmico como um *evento crítico*, que representa uma quebra do cotidiano, podendo ser decorrente de situações violentas que causam sofrimentos tidos como repentinos e inexplicáveis, e cujas implicações duradouras concedem forma às narrativas individuais e coletivas (Das, 1995) – nesses eventos há diferentes temporalidades, que marcam a vida coletiva. Soma-se a celeridade na produção das vacinas à crítica dos reais interesses nesse trabalho coletivo, que concentram suas instituições científicas na produção do controle do vírus. Nesse caso, se as vacinas foram produzidas rapidamente, sua aplicação é lida

como mais uma fase de sua confecção. Em um comentário no canal V19, Marina aborda justamente a questão da vacina como experimento:

Que vacina é essa que precisa de cinco doses em menos de dois anos? Se até a vacina da febre amarela tem validade de dez anos, que líquido é esse, que tecnologia nova é essa? Que estudo é esse? Será que são tão ignorantes que não veem a sede de políticos para injetarem algo é porque há algo muito duvidoso? Ainda mais no Brasil, que político sempre quis enriquecer às custas do povo e o único a defender a não obrigatoriedade da vacina foi massacrado e perseguido por políticos, pela mídia e pelos que têm a mente manipulada. Eu não vou tomar e que Deus me proteja até o fim.

Da mesma forma que a imunização contra o HPV (Saraiva, 2018), a vacinação infantil contra Covid-19 é considerada como um experimento e aqueles que não querem se vacinar são tidos como “perseguidos” e “massacrados” – tal como citado acima por Marina, que faz referência ao ex-presidente, que defendia que as pessoas deveriam ter a liberdade de escolher se vacinar contra a Covid-19 ou não. A campanha de diversos grupos sociais conservadores contrários à vacina contra o HPV em 2014 foi muito amplificada pelas mídias sociais. Ela foi oferecida a crianças e adolescentes, primeiramente só para meninas na idade de 9 a 14 anos, mas, logo depois, também para meninos de 11 a 14 anos de todo o Brasil pelo SUS nas escolas, visando a prevenção de várias doenças causadas pelo vírus HPV, que é transmitido sexualmente. A ideia dos grupos contrários ao imunizante é que isso incentivaria crianças e adolescentes a iniciarem suas vidas sexuais precocemente; outros argumentaram riscos para a saúde pela vacina ser considerada “experimental”. Se, naquele contexto, as crianças e adolescentes do sexo feminino eram consideradas como “cobaias humanas”, atualmente todas as crianças ganham essa conotação e é preciso agir para protegê-las contra os interesses econômicos, especialmente da indústria farmacêutica, que teria o apoio da OMS, de cientistas, de autoridades sanitárias, de políticos e da mídia de vários países. Outros argumentos utilizados pelos usuários do Telegram contrários à vacina contra Covid-19 são o de que o produto não garante a imunidade, não impede a transmissão do vírus e pode provocar efeitos adversos graves, inclusive mortes (Cardoso; Lerner, 2023).

Supostos casos de reações adversas das vacinas são compartilhados a partir de testemunhos das próprias vítimas ou de terceiros. No vídeo da

audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, realizada com a participação da atual ministra da saúde e de alguns deputados federais, usuários se apropriaram do espaço de comentários do YouTube para contar sobre as adversidades ocorridas com eles ou com pessoas próximas após a imunização. Aparecida alega ter tido Covid e ter ficado com “todos os sintomas da Covid longa”, apesar de ter tomado “duas doses”. Fabiana chama, por outro lado, a própria ministra de “mentirosa” quando ela afirma que o imunizante é seguro, pois ela teria uma amiga “sequelada” após ter tomado três doses da vacina contra Covid-19. Já Beth fala que gostaria de dizer para a ministra que tomou duas doses de Coronavac e que está “em cima de uma cama com uma doença autoimune” e seu marido, na terceira dose, teria morrido de Covid em 12 dias.

Isso demonstra como o produtor de conhecimento, no contexto de um outro regime de verdade, deixa de ser aquele que estabelece com o objeto uma relação de distanciamento metodológico, como prega a própria ciência, para ser a testemunha, aquela que adquire autoridade ao vivenciar a realidade com a observação de sua própria experiência ou a de outras pessoas (Sacramento; Paiva, 2020). O testemunho se coloca, portanto, como um verdadeiro imperativo social, que se estabelece como uma necessidade interior, pois emprega outro tipo de relação com a verdade, que não é com a evidência ou a pretensa objetividade do conhecimento científico, mas baseada em valores como sinceridade e autenticidade.⁷

O compartilhamento de supostos relatos de reações adversas da vacina contra Covid-19 também serve como um alerta para os pais do que pode acontecer com os seus filhos se eles forem imunizados. Em comunidades, como os próprios canais de informação do Telegram, usuários buscam se unir a partir de emoções, como o medo de algo acontecer com seus próprios filhos. Da mesma forma que o HPV (Saraiva, 2018), os membros citam como argumentos para não vacinar suas crianças o medo das sequelas e o terror de que os filhos carreguem essas consequências para o resto de suas vidas.

Eles se apoiam em uma ideia de fragilidade e inocência infantil, e defendem que os pais seriam os únicos responsáveis pela saúde das crianças (Cardoso; Lerner, 2023), não cabendo ao Estado esse papel. Isso pode ser observado a partir

7 Na história das ciências o testemunho tem sido objeto de análise, já que para construção do fato científico, principalmente em fins do século XVII, essa prática era necessária para atestar a verdade do “fato” (Pestre, 1996).

de uma discussão iniciada em março de 2023 no *Canal José da Silva*, no Telegram, quando algumas mães pediram sugestões ao médico sobre quais medidas elas deveriam tomar após terem sido chamadas a comparecer no conselho tutelar de suas cidades por não terem vacinado seus filhos. Uma delas compartilhou sua própria experiência visando incentivar outras mães a seguirem o mesmo caminho: “Ano passado fui chamada na escola por causa desses maledetas. Expliquei que não vacinaria meu filho e me disseram que iriam notificar o conselho tutelar, pois era a ordem que deveriam seguir. Até agora nada! Meus filhos não serão cobaias.”

A fiscalização de não vacinados pelos conselhos tutelares foi tema de outro debate, dessa vez no *P & G*. Fabíola diz que, se é necessário estar vacinado para frequentar a escola, é melhor não estudar. Fátima concorda com esse pensamento e afirma que “nós, como cidadãos de bem, não deveríamos aceitar isso. Prefiro deixar meu filho(a) fora da escola do que vaciná-lo”.

Em outro momento, o mesmo canal trouxe comentários de pais preocupados com as reações adversas da vacina contra Covid-19 e o temor que ela passasse a ser obrigatória em todo o país por meio do PNI. Eles trocaram ideias e experiências sobre o que poderiam fazer para que seus filhos pudessem continuar frequentando a escola, mesmo sem serem vacinados. Grande parte das respostas defendeu o *homeschooling* como uma opção para quem não quer se submeter ao imunizante.

Jussara: Minhas filhas estudam em casa e aqui não tomamos vacina nenhuma mais desde 2019. Tive minha bebê em casa, em agosto de 2022, e fiz meu próprio parto. Ela está forte, saudável e com o DNA intacto. Fugam do sistema.

José [em resposta à Jussara]: Se quiser, pode me responder no privado, mas pode passar mais detalhes para ensinar as crianças em casa. Qual a capacitação que os pais precisam? Enfim, é uma alternativa. Acho que deveríamos ter um grupo de estudos para isso, nem que fosse uma escola online para dar suporte.

Paulina: Fui fazer a matrícula da minha filha e a secretária da escola não quis porque ela não tomou a vacina. O que posso fazer?

Silmária [em resposta à Paulina]: Tira da escola.

Simone [em resposta à Paulina]: Tenta conseguir atestado médico.

Paulina [em resposta à Simone]: Vou tentar. Obrigada. Pois é, um absurdo isso. Eles querem impor uma situação em que a própria pessoa tem o direito de escolher. Esses bandidos são vermes da sociedade.

Josefina: Não caia nessa! A criança pertence à família. O Estado não pode tirar uma criança de uma família por um motivo desses. Isso é o que eles querem que a gente acredite para se curvar e dar a vacina. Haveremos de encontrar escolas de direita onde poderemos ter paz.

Josefina [em resposta à Paulina]: Denuncia. Faz B.O. [boletim de ocorrência] dizendo que estão impedindo o acesso ao direito da escola assegurado em lei por uma regra independente e sem fundamentação legal. Ou troca de escola, o que seria a minha escolha.

Para muitos membros dos canais sobre Covid-19 do Telegram, a criança não pertence ao Estado, mas à família e, sobretudo, aos pais. Sendo assim, o Estado não pode impor o que os responsáveis por aquela criança ou adolescente devem fazer em relação à saúde, educação, bem-estar e segurança, etc. São os pais que devem decidir, por exemplo, se querem ou não vacinar seus filhos. Eles ignoram ou não se apercebem, no entanto, que a vacinação, através da imunidade de grupo, é uma intervenção pública que protege comunidades, incluindo aqueles que não são ou não podem ser vacinados, além de não levar em consideração os próprios direitos e desejos das crianças/adolescentes (Camargo Júnior, 2020).

De direito coletivo, a vacina passa a ser considerada então como direito individual, sendo o próprio indivíduo responsável por decidir se quer ou não se vacinar e se quer ou não vacinar seus dependentes. E como eles estão imersos em uma comunidade cujo principal ícone político é Bolsonaro, fica evidente que os exemplos dados pelo ex-presidente são levados em consideração quando o assunto é saúde. Se Bolsonaro, que era o líder da nação, não vacinou a própria filha contra a Covid-19, por que eles deveriam vacinar?

A ênfase dos antivacinas na escolha e no controle doméstico (através dos direitos parentais) pode ser vista como uma construção tanto dos princípios neoliberais conservadores como das filiações e crenças político-ideológicas. É comum ser invocada a retórica do direito à escolha como uma forma de expressar convicções de que a inclusão da vacina contra Covid-19 para crianças é uma maneira de os pais, mães e responsáveis perderem o poder de escolha sobre a saúde dos próprios filhos e o controle sobre seus próprios corpos e vidas domésticas.

O contexto da vacinação infantil contra Covid-19 se encontra, portanto, em uma ambivalência de risco (Lerner; Sacramento, 2012; Saraiva, 2018). A vacina é importante e protege as pessoas contra a doença, mas também pode trazer

riscos à saúde, especialmente pelas suas reações adversas, que são compartilhadas, sobretudo, nas redes sociais digitais. Nesse modo, se descola da evitação do risco de adoecer através da vacina para a compreensão de que o risco é a vacina, que ela é mais perigosa do que a própria doença. No caso da Covid-19, a mídia seria a responsável por pretensamente estar escondendo essas supostas reações e por alegar que o imunizante é seguro, em conluio com o Estado brasileiro e outros organismos internacionais, fazendo com que as pessoas se vacinem e os lucros da indústria farmacêutica aumentem. Isso demonstra como a resistência à vacinação na contemporaneidade tem um componente *antiestablishment* (Camargo Júnior, 2020), em que as pessoas passam a *cismar* (Mota, 2018; Mota; Kant de Lima, 2022) com as informações provenientes de fontes consideradas tradicionais, como a ciência e o jornalismo. Soma-se a isso uma forte crença no direito à liberdade individual.

A *cisma* é a maneira pela qual lidamos com as pessoas e as instituições. Ela organiza a relação de confiança na sociedade brasileira, e está relacionada à tradição inquisitorial (Kant de Lima, 1989), que se configura como um dos pilares da construção da verdade no espaço público brasileiro (Mota; Kant de Lima, 2022). Uma de suas características é a presunção da culpa, diferenciando-se de outras culturas jurídicas e burocráticas do mundo ocidental que adotam a presunção de inocência. Nesse contexto, a pessoa ou instituição sujeita à suspeição precisa provar sua inocência, invertendo a lógica comum em que cabe ao acusador demonstrar a suspeição. Essa dinâmica permeia a sociedade brasileira de maneiras diversas, constituindo um valor fundamental nas relações diádicas, moldando a forma como nos relacionamos uns com os outros e estabelecemos confiança nas interações sociais. É nesse ponto que essa lógica se entrelaça com a noção de *cisma*, tornando-se um componente central na construção e, ao mesmo tempo, na diferenciação da confiança.

E ela não tem a ver com a desconfiança porque não há muito lugar para esse valor na sociedade brasileira, pois é própria de espaços em que os indivíduos são vistos como competentes para participar ativamente da arena pública. Nesses espaços, há a construção de consenso, eliminando a necessidade de um árbitro para decidir qual narrativa será verdadeira. A narrativa final é produto de um consenso. Na desconfiança a suspeita não é absoluta e é passível de ser negociada, por outro lado a *racionalidade cismática* (Mota; Kant de Lima, 2022) guia o indivíduo para o isolamento, consolidando sua suspeita de maneira inabalável,

e nenhuma conversa terá efeitos sobre o objeto da *cisma*, ela não é modificada e se petrifica. Essa racionalidade se manifesta também na forma como os fatos se apresentam, não havendo espaço para a negociação do ponto de vista, pois o objeto da *cisma* se ensimesma, e, a partir dali, se fecha no interior daquilo em que se acredita, resultando em uma espécie de encapsulamento. Portanto, na esfera pública brasileira, a confiança transmuta-se em *cisma*, causando uma quebra nas relações de confiança típicas de uma sociedade moderna, uma vez que aqui são outras lógicas que configuram nossa maneira de nos relacionarmos com o outro. A *cisma*, então, estrutura a produção da verdade e está intimamente relacionada à desinformação. Ela fica ainda mais evidente e, de certo modo, se dissemina graças às mudanças digitais, que concede outros contornos a essa maneira de agir e construir verdades no espaço público brasileiro. Tudo fica mais visível, mais público e mais acelerado. O digital estimula e reforça a *cisma*, pois publiciza para uma quantidade maior de pessoas a suspeita e de quem se suspeita, contribuindo para o aumento do número de adeptos e promovendo um sentimento de pertença entre aqueles que acreditam e suspeitam a mesma coisa.

Os discursos antivacinação em suas conexões com a circularidade social promovida pela internet não chegam a ser uma novidade no Brasil. Temos notado, em análises pontuais pretéritas – uma na pandemia de Influenza H1N1 (Sacramento; Lerner, 2015), outra no contexto da vacinação contra o HPV (Sacramento, 2018) e em mais uma na pandemia de Covid-19 (Monari; Santos; Sacramento, 2020) –, que não há uma tendência de desconsideração dos procedimentos de validação científica inventados na modernidade em prol da observação corporificada conferida pela experiência pessoal. Tem havido, na realidade, um incremento do condicionamento ou submissão da aceitação do conhecimento científico à experiência pessoal cotidiana no que se refere a valores, crenças e ideologias compartilhados coletivamente como balizadores fundamentais da definição do verdadeiro, de quem pode dizer o verdadeiro e no que acreditar como verdadeiro. Mas qual é exatamente a novidade nisso? As informações científicas passam ao longo da história por inúmeras contestações, conflitos, hesitações e resistências; e, além disso, concorrem, em diferentes momentos, com narrativas formadoras de sentidos comuns e tantos outros discursos concorrentes. Considerando o senso comum como uma sabedoria coloquial, que avalia ou julga a realidade com base na experiência pessoal e coletiva empíricas, é possível observar um conjunto mais ou menos organizado de pensamento

deliberado e não meramente como algo que aprendemos casualmente. Com o passar dos anos, opiniões tomadas da experiência vão se tornando ideias afirmadas e confirmadas pela própria experiência vivida. Vai-se, então, estruturando um catálogo de argumentos solidificados pela vivência social que se baseia no próprio resultado do viver interpretado como repetido e esperado de certas coisas. O senso comum tem como fundamento “a vida como um todo” e “o mundo como sua autoridade” (Geertz, 1998, p. 114). Existe, assim, como um “emaranhado de práticas herdadas, crenças aceitas e juízos habituais” (Geertz, 1998, p. 112).

No caso da vacinação no Brasil, como observa Chalhoub (2021), há marcas expressivas na formação de um senso comum de resistência à imunização. Em que pese o movimento de reação contra a obrigatoriedade da vacina contra a varíola no começo do século XX – conhecido como Revolta da Vacina –, é preciso levar em consideração que “é comum que haja um percurso, às vezes longo e tortuoso, cheio de idas e vindas, entre determinada descoberta científica e a aplicação dela para beneficiar a população” (Chalhoub, 2021, p. 68). Sem a pressão dos movimentos sociais, da imprensa e dos políticos, “seria difícil imaginar que o benefício de certos avanços científicos se espraiasse além de setores sociais privilegiados para causar a grande transformação quanto à expectativa de vida que impacta agora a humanidade inteira” (Chalhoub, 2021, p. 68). Além disso, como ele insiste desde o seu estudo sobre a Revolta da Vacina, na historiografia sobre o tema, “os populares sempre reagem – resistem –, nunca agem, isto é, nunca se sabe exatamente que tipo de experiência histórica, de formas de entender o mundo e a sua situação de vida poderiam informar positivamente o movimento de luta contra a vacinação” (Chalhoub, 2021, p. 98-99). Sua análise expôs como as epidemias de varíola e a pouca difusão da vacina no país representavam uma imagem mundial de atraso ao progresso e à ideia de civilização almejada – logo, era necessário erradicar o vexame internacional. No entanto, muitos participantes da revolta lutavam pela defesa de suas próprias crenças, de suas práticas religiosas e pela inviolabilidade de suas tradições, e não somente contra a obrigatoriedade da vacina.

Talvez uma das maiores novidades desse processo sejam as redes sociais online. As comunidades antivacinas têm crescido constantemente há anos e agora exercem uma influência poderosa nas redes sociais, com a formação de grupos e comunidades em plataformas digitais. Com o acesso generalizado às

mídias sociais, aumenta-se a facilidade com que a desinformação sobre as vacinas pode se espalhar (Goméz, 2018).

Nesse contexto, entendemos que as redes sociais podem ser usadas para reunir pessoas muito diferentes na campanha antivacinação online, uma vez que podem congrega indivíduos de todo o espectro político e de diferentes áreas do mundo. Apesar das suas diferenças políticas e geográficas, esses atores encontraram um senso de comunidade e pertencimento ao usar as mídias sociais para se conectar com pessoas que compartilham suas crenças.

Mesmo assim, não é possível tomar como único, num país, ou globalmente, os movimentos antivacinação, até porque o que nos parece importante analisar são as especificidades locais e temporais das formas de hesitação vacinal. Isto é, apesar dos benefícios globalmente reconhecidos e difundidos da imunização, a hesitação em se vacinar é uma tendência crescente que tem sido associada ao ressurgimento de doenças imunopreveníveis. Por conta disso, este artigo leva em conta, certamente, que a confiança nas vacinas e a hesitação em se vacinar no Brasil está no quadro de um conjunto amplo de determinações sociais, de contextos de inúmeras crises, como a crise de confiança em certa ciência, a reconfiguração da autoridade declaratória da ciência, a consolidação da autoridade experiencial (baseada na experiência pessoal) em detrimento da autoridade experimental (centrada na pesquisa, na análise e no método científico), a crise do jornalismo de grandes corporações de comunicação como fonte legitimada privilegiada, as relações de credibilidade entre as esferas de governo e a sociedade civil, a institucionalização da *cisma* em relação à vacinação pelo governo Bolsonaro, o lugar da internet como fonte de informação sobre saúde e as possibilidades de expressão e circulação de dúvidas e contestações sobre as vacinas (Vasconcellos-Silva; Castiel, 2020).

Podemos falar de cultura de imunização?

O contexto pandêmico colocou sob (re)análise uma representação no âmbito da saúde pública: o Brasil é um país onde há uma cultura da imunização. O PNI foi criado há quase 50 anos, constituindo um orgulho nacional que se prestava, inclusive, como uma referência internacional devido à sua capilaridade e engajamento dos profissionais de saúde (Pinelli, 2023). Um símbolo dessa

representação é justamente o Zé Gotinha, que nos últimos anos foi objeto de disputa no âmbito da política nacional. Criado por Darlan Manoel Rosa, a pedido do Ministério da Saúde com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Zé Gotinha tinha como objetivo colaborar com a comunicação entre o Estado e os pais na vacinação infantil, especialmente na campanha de erradicação da poliomielite em 1986 – já que o objetivo era extinguir o vírus até 1990. Para envolver ainda mais a população e as crianças, divulgando o recém-criado personagem, o Ministério da Saúde realizou um concurso entre as escolas públicas para a escolha do nome do mascote. As propostas foram enviadas através de cartas, que somaram mais de 11 milhões, e isso, segundo o criador, demonstrou o engajamento e a aderência do personagem, que acabou se transformando em um símbolo para a vacinação em crianças e na então erradicação da poliomielite em 1989. Costuma ser rápida a identificação do Zé Gotinha com as campanhas de imunização em crianças, e essa correlação tem fundamento, já que seu criador se baseou em um desenho em sequência que retrata uma menina andando, e, ao desenvolver seu esboço, acabou criando o personagem icônico.

Essa digressão é necessária para entendermos como se produz a representação de que o Brasil é o país da vacina e/ou da imunização, e como que diante da produção de incertezas e *cismas* foi se delineando a *controvérsia* sobre a vacinação infantil e a forma de gerir no âmbito federal. Assim que foram estabelecidas as negociações para dar início à campanha de vacinação contra a Covid-19, programada para janeiro de 2021, ocorreu um evento em 16 de dezembro de 2020 para lançamento do Plano Nacional de Operacionalização da Vacina. Na ocasião, estavam presentes o ex-presidente Bolsonaro, o então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e o Zé Gotinha, interpretado por alguém vestido com sua fantasia característica. A vestimenta exibida em seu rosto um pequeno tecido azul retangular, suscitando interpretações diversas: alguns associaram-no à máscara de proteção respiratória, enquanto outros o viram como uma espécie de mordaca (Assustado [...], 2020). Nesse momento já havia um discurso de retorno do personagem que costumeiramente tem sua imagem vinculada ao PNI, e está sempre presente nas cerimônias. Durante o evento, Bolsonaro segura o livro que contém o plano recém-lançado com uma mão e com a outra ele tenta cumprimentar o Zé Gotinha, que não corresponde ao gesto. Em vez disso, o personagem faz um aceno associado ao sinal de “ok” ou “legal”, levantando o polegar. Bolsonaro, então, decide abraçá-lo para tirar uma foto, e é a partir dessa

interação que surgem diversas indagações sobre o motivo da recusa por parte do Zé Gotinha. Algumas pessoas atrelaram tal atitude ao fato de o ex-presidente negligenciar as medidas sanitárias, como uso de máscara e distanciamento social, e parabenizaram o personagem afirmando que ele estava correto, e queria dar o exemplo para os participantes do evento e aos telespectadores. Por outro lado, outras ponderaram que Zé Gotinha estava com o semblante triste e um tanto preocupado, e que na verdade poderia ter sido sequestrado, e essa aparição seria um pedido de socorro. No dia do evento, alguns comentários que circularam em uma postagem na página do jornal *Sensacionalista*⁸ intitulada “Sumido há meses, Zé Gotinha faz aparição com mordaza e olhar assustado”, diziam o seguinte: “Pobre do Zé Gotinha, ele povoa nosso imaginário coletivo, representa a nossa aprovação à vacinação e está no meio dos negacionistas e antivacinas”, outro questionava o motivo da máscara, já que, se ele representa a imunização, não precisaria utilizá-la.

Em outro momento, Zé Gotinha esteve novamente presente no debate durante a pandemia de Covid-19, pois, sendo ele atrelado às campanhas de vacinação, seu sumiço, ou como foi nesse caso, seu pretenso esquecimento, foi relacionado à atenção dada pelo governo federal e pelo Ministério da Saúde ao processo de controle da pandemia. Esse episódio ocorreu um pouco depois do citado anteriormente, tratando-se agora de uma cerimônia em comemoração da chegada das primeiras doses do imunizante de Oxford/Astrazeneca. O evento foi transmitido ao vivo por alguns canais de televisão, como *GloboNews*. A impressão causada pelo vídeo é que a transmissão ocorreu antecipadamente, pois o personagem estava parado em pé ao lado do púlpito com microfone, que estava ainda sendo testado para posteriores declarações que seriam concedidas por Nísia Trindade, à época, presidente da Fiocruz, e por Pazuello. No aeroporto internacional do estado do Rio de Janeiro, Zé Gotinha estava à espera do desembarque de mais de 2 milhões de doses enviadas.

A repercussão nas redes sociais foi intensa, principalmente no Twitter e no YouTube. Em alguns *tweets* na página da *CNN* e *GloboNews* usuários diziam “O Brasil não merece o Zé Gotinha” e “Retrato do nosso país: abandonado pelo

8 Esse jornal possui mais de 2 milhões seguidores no X, antigo Twitter, e brinca com as notícias do momento, muitas vezes as transformando em memes. A sua página contém a seguinte descrição: “O jornal isento de verdade”, e tem considerável repercussão nas redes sociais.

governo”, associando o descuido à ineficiência do governo daquele momento em administrar de maneira adequada as medidas de controle da doença. Se havia um estímulo tradicionalmente vindo do governo federal para a vacinação, não foi o que ocorreu durante a pandemia. As pessoas *cismaram* com a forma com que o personagem vinha sendo tratado, associando a presença do Zé Gotinha a uma ideia de boa gestão da saúde e à maneira que aparecia vinculado ao Ministério da Saúde e às políticas de vacinação.

Passada a pandemia – tomando como demarcador temporal a declaração da OMS –, o personagem retorna aos holofotes, agora com a seguinte hashtag, #ZéGotinhaVoltou, utilizada no lançamento do Movimento Nacional pela Vacinação em 21 de fevereiro de 2023, política do Ministério da Saúde do atual governo que busca aumentar a adesão vacinal, já que a cobertura vacinal no Brasil vem despencando nos últimos dez anos, deixando a população – especialmente o público infantil – mais vulnerável a doenças que já estavam erradicadas no país, como sarampo e poliomielite.



Figura 1. Instantâneo da página do Ministério da Saúde no Twitter (CC BY-ND 3.0).



Figura 2. Instantâneo da página do Ministério da Saúde (CC BY-ND 3.0).

É notável que a retórica do retorno parece contribuir para a tentativa de aumento da aderência vacinal. Uma das estratégias utilizadas é, por exemplo, trazer personagens infantis que povoam a memória dos adultos que agora são pais, aqueles que foram crianças nos anos 1980/1990 e início dos 2000, como é o caso da participação da ex-apresentadora de programa infantil Xuxa Meneghel, e do próprio Zé Gotinha, que, inclusive, participaram de um comercial juntos.

A propaganda pode ser vista em qualquer horário durante a programação de diferentes emissoras. O tom nostálgico é evidente: Zé Gotinha bate à porta do que seria a casa da Xuxa, Rainha dos Baixinhos, ela atende com um sorriso

saudoso, e ele então anuncia: chegou a hora de convocar nossos baixinhos e baixinhas para o Movimento Nacional pela Vacinação. Os dois entram em sua casa, e aparece o que seria a nave icônica de seu programa sob um lençol. Ela troca de roupa, e ressurgue com sua jaqueta de ombreiras, calça justa e botas. Zé, como é chamado por ela, alerta que algumas doenças estão voltando, e ela complementa: “Por isso a participação dos pais ou responsáveis é muito importante, né, Zé?” Em seguida, eles decolam, e sobrevoam diferentes paisagens. Segue um breve diálogo, Zé desembarca, e Xuxa recomenda a atualização da caderneta de vacinação para crianças e adolescentes, e antes de anunciar o lema do atual ministério, surge uma música com sua voz “quem ama vacina, então, vacine quem você ama”. E assim, encerra com sua pose tradicional, “vacina é vida, vacina é para todos”.

Esse retorno, diríamos, também envolve representação de que há uma cultura de imunização no Brasil. Nas palavras de Hochman (2011), essa cultura se constituiu ao longo do século XX e se expressa pela adesão da população aos programas governamentais de imunização e pela demanda cada vez maior de que novas vacinas sejam oferecidas pelo poder público, mas não sob falta de resistência, como vimos acima.

O Programa Nacional de Imunizações, criado em 1975 na esteira da erradicação da varíola no Brasil, é a expressão institucional desse processo, assim como os dias nacionais de vacinação – cruciais para a erradicação da poliomielite no Brasil – são a forma mais saliente de mobilização pública em torno da imunização. Há fortes indícios e indicadores de que a população brasileira conquistou uma “cidadania biomédica” inclusiva mesmo em uma sociedade desigual, com a oferta pública de amplo pacote de imunizantes e boa cobertura da população nas campanhas de vacinação (Hochman, 2011, p. 376).

Nesse caso, o retorno não seria apenas do Zé Gotinha, mas também da adesão vacinal infantil, que é o público que mais vem sendo afetado com processos de desinformação em saúde. A vacinação infantil contra a Covid-19 foi alvo de intenso debate e disputa nas redes, com influenciadores pediatras publicando conteúdos objetivando esclarecer sobre os benefícios da imunização em crianças. Um deles, Daniel Becker, cujo perfil no Instagram se chama *Pediatriaintegralbr* com mais de 1 milhão de seguidores, em um vídeo de 12 de janeiro de 2023, chama atenção para o aumento da hesitação vacinal de diferentes imunizantes, destacando o de Covid-19, e afirmando que essas taxas decaíram por dois

principais motivos: 1) responsáveis não levam filhos para vacinar, por conta da erradicação da doença que deixou de ser um receio graças ao “sucesso da vacinação”, e 2) o aumento da propagação das fake news quando iniciou a imunização contra Covid-19, falando que não se deve acreditar em notícias enganosas trocadas em aplicativos de mensagens instantâneas; pelo contrário, pais e responsáveis devem se informar e confiar em sociedades científicas e OMS. O argumento presente em grande parte de seus vídeos evidencia o fato de os pais e/ou responsáveis não levarem as crianças para se vacinarem, e que, segundo ele, parece haver um entendimento de que a vacinação é uma escolha individual, que cabe à família e não ao Estado decidir vacinar uma criança.

Considerações finais

As instituições sanitárias brasileiras hoje, diante do acúmulo de desinformação sobre vacinação durante o governo Bolsonaro, tendem a interpretar quaisquer sinais de hesitação individual como uma ameaça à imunização completa que compromete a imunidade coletiva. Distinto da recusa total, o discurso de hesitação vacinal marca uma mudança importante na forma como falamos e pensamos sobre a longa história de resistência dos pais à vacinação. Dado que as preocupações com a vacinação são ao mesmo tempo corporais, sociais e políticas, tais mudanças na linguagem e nas metáforas relativas à saúde, ao risco e à imunidade proporcionam um modo complexo para explorar ansiedades culturais mais amplas. Essas ansiedades refletem tensões sobre a melhor forma de gerir a saúde pública nas sociedades neoliberais, onde o bem-estar coletivo é conceptualizado como a acumulação de escolhas individuais livres, mas responsáveis, que estão em conformidade com os conhecimentos e diretrizes de saúde pública. Embora o discurso da hesitação vacinal transcenda a dicotomia entre aceitação e recusa da vacina, ele simultaneamente multiplica as maneiras pelas quais os pais passam a ser definidos e vistos como resistentes ou não aderentes, e amplia as abordagens adotadas para identificar e corrigir atitudes parentais que são vistas como defeituosas e desalinhadas com visões biomédicas de risco e perspectivas de saúde pública sobre vida saudável e parentalidade responsável. Paradoxalmente, essa abordagem alargada para compreender a aceitação da vacina é facilmente recuperada numa visão polarizada da saúde

pública, na qual qualquer desvio das práticas de vacinação recomendadas é confundido com uma postura antivacinação.

O que observamos é que para os contrários à vacinação obrigatória a “escolha” é a mais pura expressão de “liberdade” e, portanto, um direito humano fundamental. O movimento antivacinação utiliza cada vez mais a linguagem das liberdades civis para enquadrar a vacinação como uma escolha individual, e não como um fator importante para a manutenção da imunidade coletiva e da saúde pública. Essa ideia da vacinação como uma escolha individual também está ligada ao neoliberalismo e é um argumento que fundamenta as demandas nas liberdades individuais e no direito absoluto à escolha (Gómez, 2018). Isso contribui para hesitação e atraso nas vacinações mesmo entre aqueles que se consideram pró-vacina (Salvador *et al.*, 2023). Também observamos que esse quadro de “liberdades individuais” serve para desviar a atenção das contradições internas do movimento antivacinação em relação à vacina contra a Covid-19. Como as comunidades antivacinação são mantidas unidas apenas pela crença de que as vacinas são mais prejudiciais do que benéficas, existem inúmeras opiniões divergentes dentro do grupo sobre fatos científicos ou médicos. Por exemplo, alguns acreditam que as vacinas causam a doença contra a qual foram criadas para proteger ou contêm substâncias tóxicas, enquanto outros acreditam que as vacinas são desnecessárias, pois doenças como a caxumba e a poliomielite já não são uma ameaça. Mas há outros que acreditam que certas vacinas, sobretudo as feitas em caráter de urgência sanitária, como a contra a Covid-19, são ineficazes porque são experimentais, não tão conhecidas e testadas como as já presentes no calendário vacinal. Enquadrar a oposição à vacina como uma questão das liberdades civis desvia a atenção dessas divergências internas e reforça laços comunitários baseados em *cismas* (Mota, 2018; Mota; Kant de Lima, 2022).

Observamos também, especialmente no caso das mães – origem da maioria das falas analisadas –, reafirmações de discursos sobre uma maternidade natural ou mães naturais, que tendem a rejeitar os conselhos externos contínuos em favor de práticas maternas naturais e instintivas, uma vez que acreditam que arrebataram o controle de seus interesses pessoais e sabem o que é melhor para seus filhos. Nesse sentido, a responsabilidade pela saúde e bem-estar das crianças deve ser vivida longe de instituições, especialistas e outros que afirmam saber o que é melhor, e ser transferida para o lugar da família individual

e, sobretudo, da mãe, que teria o privilégio natural de saber o que é melhor para seus filhos. Culturalmente, as mães são responsáveis pela saúde física, emocional e psicológica dos seus filhos; crianças saudáveis representam simbolicamente uma boa maternidade e, inversamente, há a proliferação da culpa da mãe quando as crianças estão doentes. Assim, a maternidade exige que as mulheres criem estratégias ativamente em apoio aos seus próprios filhos, mas não necessariamente a todas as crianças, por vezes abraçando e outras vezes rejeitando conselhos de especialistas e normas de instituições. Não à toa grande parte do público de influenciadores pediatras também são mães.

A retórica da escolha como preferência individual prolifera os esforços das mulheres para se definirem como boas mães e, portanto, boas mulheres. Esse discurso emerge de um período histórico em que as ideologias neoliberais apoiam dois quadros de escolha individual. Em primeiro lugar, existe uma visão dos sistemas econômicos e governamentais como enraizados em valores empresariais, como a competitividade, o interesse próprio e a descentralização. Em segundo, essa perspectiva sustenta que os indivíduos devem sentir-se obrigados a gerenciar ativamente a si mesmos, trabalhar duro, comportar-se moralmente e evitar e calcular o risco plausível por meio de tomada de decisão informada. A obrigação maternal no neoliberalismo é gerenciar riscos e buscar o sucesso para mães e crianças. Como gerentes de risco e tomadoras de decisão, a prática materna resulta em uma experiência individualista de realização e perícia mesmo que as suas opções percebidas sejam facilitadas pelo acesso aos recursos, inclusive informacionais, para escolher. No entanto, não se procura o Estado, pois ele é objeto de *cisma*.

A vacinação contra Covid-19 para crianças, tendo se iniciado em janeiro de 2022, ainda hoje encontra resistências entre os responsáveis, como vimos nos comentários do vídeo da declaração da atual ministra da saúde. A campanha para a volta do Zé Gotinha é destinada ao público que atualmente ocupa essa posição, logo, há uma tentativa de mobilizá-lo afetivamente, trazendo elementos presentes na memória coletiva de uma determinada faixa etária, e um retorno a uma pretensa cultura de imunização, que, como vimos, não se deu sem resistência e *cismas* desde o início das campanhas de vacinação. As novas dimensões são justamente as tecnologias, a conformação de grupos encapsulados e uma política antivacina alimentada por um ex-presidente. A intersecção desses conjuntos de ações conforma a maneira como vai se delinear a vacinação

para crianças em um período pós-pandemia. Se já se observava desde antes dela uma atitude de *cisma* com diferentes vacinas, no momento pandêmico e pós-pandêmico esses aspectos são reforçados, culminando em uma queda drástica de toda cobertura vacinal para crianças após a pandemia.

Referências

ABU-LUGHOD, L. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 451-470, 2012.

ASSUSTADO? Zé Gotinha chama atenção dos brasileiros e vira meme nas redes. *UOL*, [s. l.], 16 dez. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/12/16/memes-ze-gotinha.html>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BOCCOLINI, C. *Boletim Observa Infância de 09 de agosto de 2023*. [S. l.]: Observa Infância, 2023. Disponível em: https://www.iciet.fiocruz.br/sites/www.iciet.fiocruz.br/files/bol_observainfancia_-_analise_menores_5anos_covid-19.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

BRASIL reverte tendência de queda nas coberturas vacinais e oito imunizantes do calendário infantil registram alta em 2023. *Ministério da Saúde*, Brasília, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/brasil-reverte-tendencia-de-queda-nas-coberturas-vacinais-e-oito-imunizantes-do-calendario-infantil-registram-alta-em-2023>. Acesso em: 21 dez. 2023.

CAMARGO JÚNIOR, K. R. Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na internet. *Cadernos de Saúde Pública*, [s. l.], v. 36, sup. 2, e00037620, 2020.

CARDOSO, J.; LERNER, K. Protegendo os inocentes: discursos antagônicos à vacinação infantil contra covid-19. In: MALINVERNI, C. et al. (org). *Desinformação e covid-19: desafios contemporâneos na comunicação e saúde*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2023. p. 192-221.

CHALHOUB, S. Vacina: história, ciência e negacionismo. *Serrote*, [s. l.], n. 39, 2021.

D'ANCONA, M. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DAS, V. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DOMINGUES, C. M. A. S. *et al.* 46 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados. *Cadernos de Saúde Pública*, [s. l.], v. 36, n. 2, e00222919, 2020.

EDLER DUARTE, D.; BENETTI, P. R. Pela ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia. *Sociologias*, [s. l.], v. 24, n. 60, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18070337-120336>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FAUST, L.; PFEIFER, S. Dark ethnography? Encountering the ‘uncomfortable’ other in anthropological research: introduction to this special section. *Zeitschrift für Ethnologie*, [s. l.], v. 146, p. 81-90, 2021.

GEERTZ, C. O dilema do antropólogo entre “estar lá” e “estar aqui”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 205-235, 1998.

GOMÉZ, R. R. *Os sentidos da antivacinação nas redes sociais e suas relações com o discurso dominante de imunização no Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

HOCHMAN, G. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 375-386, 2011.

KANT DE LIMA, R. Cultura jurídica e práticas sociais: a tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 65-84, 1989.

LACLAU, E. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.

LATOURETTE, B. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. São Paulo: Editora 34, 2016.

LEITÃO, D. K.; GOMES, L. G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Antropolítica*, Niterói, n. 42, p. 41-65, 2017.

LERNER, K.; SACRAMENTO, I. Ambivalências do risco: a produção da confiança e da desconfiança na cobertura de O Estado de S. Paulo da Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza H1N1. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 188, p. 39-60, 2012.

MALINI, F. *Ao menos no Telegram, o mov antivax não apenas aumentou no Brasil, como tb se diversificou* [...]. Vitória, 11 dez. 2023. Twitter: @fabiomalini. Disponível em: <https://twitter.com/fabiomalini/status/173426929227510581>. Acesso em: 28 dez. 2023.

MINISTRA da Saúde esclarece temas polêmicos – Fiscalização Financeira e Controle – 28/11/2023. Brasília: Câmara dos Deputados, 28 nov. 2023. 1 vídeo (3h21min46s). Publicado no canal Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EWWiq6fAex8>. Acesso em: 27 dez. 2023.

MONARI, A. C. *et al.* Disputas narrativas e legitimação: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre vacinação contra Covid-19 no Twitter. *Liinc em Revista*, [s. l.], v. 17, e5707, 2021.

MONARI, A. C.; SANTOS, A.; SACRAMENTO, I. Covid-19 and (hydroxy)chloroquine: a dispute over scientific truth during Bolsonaro's weekly Facebook live streams. *Journal of Science Communication*, [s. l.], v. 19, p. A03, 2020.

MOTA, F. R. Do indivíduo blasé aos sujeitos cismados: reflexões antropológicas sobre as políticas de reconhecimento na contemporaneidade. *Antropolítica*, Niterói, n. 44, p. 124-148, 2018.

MOTA, F. R.; KANT DE LIMA, R. Pega na mentira: notas antropológicas sobre tempos inquietantes. *Reciis: revista eletrônica de comunicação, informação e inovação em saúde*, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 227-246, 2022.

NEVES, M. Oposição crítica vacinação de crianças contra Covid em debate com ministra da Saúde. *Agência Câmara Notícias*, Brasília, 28 nov. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1020611-oposicao-critica-vacinacao-de-criancas-contra-covid-em-debate-com-ministra-da-saude/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

OLIVEIRA, T.; GONÇALVES, R. A.; KANT DE LIMA, R. Apresentação: a ciência em conflitos e a crise institucional e epistêmica no Brasil. In: OLIVEIRA, T.; GONÇALVES, R. A.; KANT DE LIMA, R. (org.). *Ciência em conflitos: negacionismo, desinformação e crise democrática*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022. p. 9-28.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19. [S. l.]: OPAS, 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf. Acesso em: 22 dez. 2023.

PESTRE, D. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG-Unicamp*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 3-56, 1996.

PINELLI, N. Conheça a história do Zé Gotinha: de ícone da vacinação a celebridade nacional. *Instituto Butantan*, São Paulo, 19 set. 2023. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/conheca-a-historia-do-ze-gotinha-de-icone-da-vacinacao-a-celebridade-nacional>. Acesso em: 29 dez. 2023.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. Humanising fascists? Nuance as an anthropological responsibility. *Social Anthropology*, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 329-372, 2021.

RECUERO, R. et al. *Desinformação, mídia social e Covid-19 no Brasil: relatório, resultados e estratégias de combate*. [S. l.: s. n.], 2021. Relatório de Pesquisa.

RESUMO do Boletim InfoGripe: Semana Epidemiológica (SE) 44 2023. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2023. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u34/resumo_infogripe_2023_44_1.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

SACRAMENTO, I. A saúde numa sociedade de verdades. *Reciis: revista eletrônica de comunicação, informação e inovação em saúde*, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 4-8, 2018.

SACRAMENTO, I.; LERNER, K. Pandemia e biografia no jornalismo: uma análise dos relatos pessoais da experiência com a Influenza H1N1 em O Dia. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 22, p. 55-70, 2015.

SACRAMENTO, I.; PAIVA, R. Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil. *Matrizes*, [s. l.], v. 14, p. 79-106, 2020.

SALVADOR, P. T. C. O. et al. Inquérito online sobre os motivos para hesitação vacinal contra a COVID-19 em crianças e adolescentes do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, [s. l.], v. 39, n. 10, e00159122, 2023.

SARAIVA, J. E. S. *Minha filha, minhas regras*: análise dos argumentos em um grupo online sobre a implantação da vacina contra o HPV no Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

SHOSHAN, N. Más allá de la empatía: la escritura etnográfica de lo desagradable. *Nueva Antropología*, [s. l.], v. 28, n. 83, p. 147-162, 2015.

SOUZA, T. Lista de e-mails da Pfizer ignorados pelo governo aumenta: são 101 tentativas. *Correio Braziliense*, Brasília, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4932143-lista-de-e-mails-da-pfizer-ignorados-pelo-governo-aumenta-sao-101-tentativas.html>. Acesso em: 21 dez. 2023.

TERRORISMO em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. *G1*, [s. l.], 8 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>. Acesso em: 27 dez. 2023.

THÉVENOT, L. *La acción en plural: una introducción a la sociología pragmática*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; CASTIEL, L. D. COVID-19, as fake news e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas. *Cadernos de Saúde Pública*, [s. l.], v. 36, n. 7, e00101920, 2020.

WAISBORD, S. The elective affinity between post-truth communication and populist politics. *Communication Research and Practice*, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 17-34, 2018.

Recebido: 29/12/2023 Aceito: 31/05/2024 | Received: 12/29/2023 Accepted: 5/31/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Os novos e velhos desafios para os saberes sobre as plantas medicinais e fitoterapia na Estratégia Saúde da Família após a pandemia de Covid-19

The new and old challenges for knowledge about medicinal plants and phytotherapy in the Family Health Strategy after the COVID-19 pandemic

Mariana Leal Rodrigues¹

<https://orcid.org/0000-0002-1305-250X>
mariana.rodrigues@unirio.br

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

O uso e prescrição de plantas medicinais e fitoterápicos na Estratégia Saúde da Família enfrenta novos e velhos desafios no contexto pós-pandemia de Covid-19. No mundo, o modelo biomédico se fortaleceu como principal paradigma orientador do cuidado. No Brasil, o aumento da pobreza e o desinvestimento em políticas de saúde se somaram ao fenômeno da desinformação. O artigo discute como a oferta de fitoterapia e outras práticas integrativas e complementares foram afetadas nesse contexto a partir de dados de duas pesquisas anteriores à pandemia. A primeira, realizada com profissionais de saúde no município do Rio de Janeiro, identifica os conflitos entre categorias profissionais no uso e prescrição. A segunda, uma abordagem etnográfica, descreve como grupos populares têm reivindicado o reconhecimento de saberes sobre plantas medicinais como patrimônio cultural imaterial. A fim de evitar a categorização dessas práticas como desinformação em saúde, é necessário compreender o uso tradicional em contextos locais.

Palavras-chave: plantas medicinais; desinformação em saúde; estratégia saúde da família; pós-pandemia de Covid-19.

Abstract

The use and prescription of medicinal plants and herbal medicines within the Family Health Strategy faces new and old challenges in the post-pandemic COVID-19 context. Globally, the biomedical model has strengthened as the main guiding paradigm of care. In Brazil, the increase in poverty and the disinvestment in health policies have compounded the phenomenon of misinformation. This article discusses how the availability of herbal medicine and other integrative and complementary practices have been affected in this context, based on data from two studies conducted prior to the pandemic. The first, carried out with healthcare professionals in the municipality of Rio de Janeiro, identifies conflicts between professional categories in the use and prescription of these treatments. The second, an ethnographic approach, describes how popular groups have been claiming the recognition of knowledge about medicinal plants as intangible cultural heritage. In order to avoid categorizing these practices as health misinformation, it is necessary to understand their traditional use in local contexts.

Keywords: medicinal plants; health misinformation; family health strategy; post-COVID-19 pandemic.

De janeiro de 2020 a maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência em saúde pública devido à Covid-19. Nesse período, a pandemia causada pelo novo coronavírus impactou a maneira de cuidar e de ser cuidado. Colocou à prova os sistemas de saúde, de proteção social e demandou ações conjuntas da sociedade civil, governos, organismos internacionais e empresas privadas.

No cenário pós-pandêmico, entre os muitos aspectos que podem ser investigados em seus desdobramentos na vida social, política e econômica, proponho um olhar sobre os novos e velhos desafios que os saberes populares sobre uso de plantas medicinais e fitoterápicos enfrentam para obter reconhecimento na Estratégia Saúde da Família (ESF), o principal modelo estruturante da atenção primária à saúde (APS) no Brasil.

Parte desses desafios foram impostos para todas as políticas de saúde, alguns semelhantes aos experimentados por outros países desenvolvidos e em desenvolvimento (como o aumento do desemprego, da pobreza, da insegurança alimentar, do afastamento das mulheres do mercado de trabalho), outros, mais específicos, relativos ao cenário de desinvestimento em políticas públicas e ao aumento da desinformação em saúde. A desinformação é um fenômeno anterior à pandemia de Covid-19 que alcançou escala massiva e se tornou um desafio global na saúde a partir disseminação de falsas informações sobre as vacinas. Pode ser definida como “informação falsa, imprecisa ou enganosa que é comunicada independentemente da intenção de enganar” (Oliveira *et al.*, 2024). Na área da saúde, as ações de desinformação têm o objetivo de desacreditar políticas de saúde de governos ou de autoridades sanitárias como a OMS e também se caracterizam por conteúdos sobre falsos medicamentos, tratamentos milagrosos e receitas para emagrecer (como chás ou pílulas compostas por misturas de plantas que prometem perda de peso, perigosos por provocarem desidratação e intoxicação graves, por vezes, fatais), que podem ser originados em crenças e visões de mundo. É nesse aspecto que reside o risco de o combate à desinformação, com a ênfase em evidências científicas de caráter exclusivamente biomédico, tornar-se mais um desafio para o uso de plantas medicinais.

A pandemia de Covid-19 também tornou ainda mais evidente a hegemonia do modelo biomédico, um velho desafio. Conforme afirma E. Menéndez (2021), todas as ações de prevenção e cuidado foram orientadas pelo modelo biomédico, até mesmo em países com medicinais tradicionais bem estruturadas, como a Índia, a China e o Japão. As diversas medicinas tradicionais existentes no

munho, assim como as latino-americanas, não foram destacadas como formas de atenção e prevenção do novo padecimento (Menéndez, 2021), nem mesmo quando ainda não havia vacinas. Isso não significa que os saberes e medicinas tradicionais não foram mobilizados nos cuidados por sujeitos e microgrupos de diferentes setores sociais.

Observar e analisar os desafios que se impõem ao uso de plantas medicinais e fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS), a partir de uma abordagem baseada em direitos humanos respaldada na Constituição de 1988, implica problematizar de que maneira as políticas públicas estão em conformidade com o princípio da integralidade,¹ assegurando, ou não, a cidadania e o reconhecimento dos grupos formadores da sociedade brasileira. Nesse sentido, proponho refletir sobre esses desafios com base em duas situações de pesquisa anteriores à pandemia de Covid-19. A primeira é uma investigação com os profissionais de saúde da Estratégia Saúde da Família do município do Rio de Janeiro que buscava identificar o uso e a prescrição a partir de uma análise temática de entrevistas semiestruturadas, cujos resultados mostram hierarquias e conflitos entre diferentes categorias de profissionais de saúde quando se trata de uso de plantas medicinais e fitoterápicos. A segunda aponta para a compreensão sobre como esses saberes são mobilizados por quem os detém, em diferentes estratégias institucionais e individuais, em uma etnografia a cujo objetivo era investigar o “resgate” e a transmissão de saberes tradicionais ao acessar políticas culturais e de meio ambiente.

A reflexão sobre os novos desafios aos cuidados com plantas medicinais no SUS é parte de um processo de investigação que teve início fora do campo da saúde, com etnografias realizadas com grupos populares, no Rio de Janeiro (nos períodos 2005-2007 e 2009-2103 e 2014-2108), e trabalhadoras rurais do agreste paraibano (2009-2103).² Ambas as experiências promoviam ações de “resgate de

1 Esse princípio fundador do SUS possui muitos significados; aqui adotarei a abordagem de M. Luz, que resguarda uma dimensão ética e política de um sistema de saúde universal que promova o desenvolvimento e a inclusão social e afirme a saúde como um bem público, reconhecendo saberes e práticas da sociedade em sua diversidade política, cultural e epistemológica (Luz; Tesser, 2008).

2 Uma característica dessas pesquisas foi o amplo uso de imagens, fotografias e vídeos, não só como forma de registro de atividades de campo, mas para a melhor compreensão dos fatos sociais e, não menos importante, dar concretude à devolutiva para os participantes das pesquisas. A relação de pesquisa de longo prazo resultou em uma colaboração na produção de um acervo com centenas de imagens e seis documentários curtos que foram utilizados para compor os relatórios de atividades dos projetos realizados pelos grupos.

plantas medicinais” para finalidades distintas de mobilização social e reivindicavam o acesso a políticas públicas.³ A chegada no SUS foi motivada pela atuação como docente em cursos de formação superior de profissionais de saúde e só ocorreu a partir da expansão da APS carioca.

Tratar de políticas públicas na atenção primária à saúde torna inevitável a abordagem das dimensões econômica e política que atravessam o tema. No Brasil, o (não) enfrentamento da pandemia de Covid-19, que provocou cerca de 700 mil mortes, se notabilizou pelas ações de um governo negacionista que não só se omitiu do papel de autoridade sanitária nacional, como propagou informações falsas e tratamentos comprovadamente ineficazes. Outra característica foi o desmonte dos serviços públicos, processo de desinvestimento na atenção básica que já vinha em curso anteriormente, reforçando o viés neoliberal global (Cesarino, 2021b).

Para além dos danos causados pelas mortes, restam muitas urgências, como o aumento da pobreza e da desigualdade, cujo efeito mais emblemático foi o reingresso do Brasil no mapa da fome, com 33,1 milhões de brasileiros passando fome e 125,2 milhões, mais da metade da população, com algum grau de insegurança alimentar (Rede Penssan, 2022). Houve piora dos indicadores que já vinham se deteriorando desde 2016, como: redução da taxa de coberturas vacinais, com alto risco de reintrodução de doenças como a poliomielite; queda acentuada de consultas, cirurgias, procedimentos diagnósticos e terapêuticos realizados pelo SUS, na atenção básica, especializada e hospitalar, atrasando o início do tratamento de doenças crônicas; retorno de internações por desnutrição infantil provocadas pela fome; estagnação na trajetória de queda da mortalidade infantil; e aumento de mortes maternas (Gabinete de Transição Governamental, 2022, p. 11).

3 Ao assumirem a missão de resgatar esses saberes, tanto os grupos da Rede Fitovida quanto os de trabalhadoras rurais buscavam um lugar público de reconhecimento, seja alçando seus conhecimentos à categoria de patrimônio cultural imaterial ou implementando e transmitindo práticas de cuidados com a saúde para melhorar as condições de vida da população e a segurança alimentar na agricultura familiar. Ao transmitirem seus conhecimentos, os grupos de mulheres atualizavam suas práticas; o que antes era compreendido como ato de solidariedade, ao indicarem uma planta medicinal ou prepararem um remédio para um vizinho ou parente, tornava-se ação de reivindicação de direitos, modificando a forma como atuavam tanto individualmente quanto coletivamente. Ao perceberem o risco da perda de seus saberes sobre plantas medicinais, esses grupos criaram novas estratégias de transmissão, nas quais a relação com os mais jovens passou a ser objeto de reflexão. A perspectiva teórica adotada nessa investigação orientou a construção de categorias a partir de elementos definidos pelos próprios agentes sociais, buscando uma “descrição densa” (Geertz, 1989) como uma tradução possível sobre os fenômenos observados.

Diante do aumento da demanda assistencial, o cotidiano dos profissionais de saúde que atuam na atenção básica permanece sob efeito das múltiplas crises da Covid-19 e seus desdobramentos, em especial do desmonte (Freire; Castro, 2022) e da desinformação. O aumento da circulação da desinformação em saúde gerou uma maior tensão entre o conhecimento científico e o senso comum, dificultando o diálogo entre diferentes racionalidades médicas.⁴

Evidências científicas contra a desinformação

Durante a pandemia, a defesa das evidências científicas para orientar políticas públicas de saúde reuniu diferentes segmentos da sociedade brasileira diante de um governo negacionista (Cesarino, 2021a) que seguiu o caminho contrário ao recomendado pela Organização Mundial da Saúde, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) ou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da ONU, como garantir que as medidas para conter a disseminação do vírus assegurassem do direito humano à saúde e ao amparo social. O negacionismo teve a colaboração de diversos atores na difusão de desinformação, desde apoiadores do governo Bolsonaro a conselhos de medicina e profissionais de saúde. Esse fenômeno não é novo e tem se manifestado em diferentes situações como reações orquestradas por grupos que buscam deslegitimar fatos e consensos científicos com finalidades políticas (Böschmeier; Almeida, 2023). Alguns exemplos são a negação do holocausto, das mudanças climáticas e o terraplanismo (Almeida, 2023).

No contexto da pandemia no Brasil, S. Caponi (2020) ressalta que o negacionismo adotado pelo governo Bolsonaro já era evidente desde a campanha eleitoral.⁵ A difusão de desinformação durante o processo eleitoral de 2018 teve continuidade durante a pandemia de Covid-19 e tornou ainda mais evidente o

4 A fitoterapia, em si, não se constitui como uma racionalidade médica. Uma racionalidade médica engloba práticas e conhecimentos interligados: anatomia, fisiologia, diagnóstico, terapia e explicação da doença, fundamentados em uma cosmologia. Isso diferencia sistemas médicos complexos (biomedicina, medicina chinesa) de métodos isolados (florais de Bach, iridologia), comuns na cultura alternativa pós-anos 1960 e nova era (Luz; Tesser, 2008, p. 196).

5 “[...] com seu desprezo pelas universidades, pela pesquisa científica, pelos direitos das populações vulneráveis, pelas comunidades indígenas, LGBT, populações de rua, mulheres em situação de violência etc.” (Caponi, 2020, p. 210).

fenômeno do populismo digital e a crise de confiança nos sistemas peritos, na qual as redes sociais possuem papel determinante (Cesarino, 2021a).

O governo brasileiro atuou ativamente na promoção da desinformação, tanto dificultando o acesso à informação oficial e a dados nacionais sobre o avanço da Covid-19 quanto na promoção de tratamentos comprovadamente ineficazes,⁶ como o chamado “tratamento precoce” (cujo principal medicamento era a hidroxicloroquina).

Quando o Ministério da Saúde deixou de apresentar dados diários sobre óbitos e contaminações para a divulgação na imprensa, em junho de 2020, três grandes empresas⁷ de comunicação organizaram um consórcio para consolidar dados a partir da consulta direta às secretarias estaduais de saúde e redes de colaboração científica nacionais e internacionais. Especialistas como epidemiologistas, biólogos, biomédicos e infectologistas, que representavam instituições públicas e privadas de pesquisa, universidade e sociedades médicas, entre outros, ganharam espaço diário nos jornais impressos e telejornais para explicar as medidas recomendadas pela comunidade científica para a prevenção e tratamento da Covid-19 (como o distanciamento social, uso de máscaras, testagem, rastreamento de contatos e vacinação em massa). Alguns se destacaram nas redes sociais, travando um combate direto com os que difundiam desinformação. As “boas evidências” foram acionadas pelos cientistas comunicadores para desconstruir informações falsas sobre o “tratamento precoce”, riscos da vacinação e medidas comportamentais (uso adequado de máscaras, distanciamento social e higiene, todas modalidades de autocuidado). Antes restrita a circuitos acadêmicos e científicos, a “medicina baseada em evidências” (MBE) ganhava espaço nos meios de comunicação e nas redes sociais.

A MBE é um movimento para mitigar as incertezas na tomada de decisões médicas, que se baseia na análise crítica e na aplicação das melhores evidências científicas disponíveis. Com o auxílio de “boas evidências” visando à efetividade (senão também a eficácia e a eficiência), espera-se que o médico possa

6 Sobre essa “solução”, L. Cesarino (2021b, p. 14) destacou “na ausência de uma política pública de cuidado, resta a lógica do livre mercado e suas formas de acolhimento, encapsuladas no ‘kit covid’ enquanto ‘política rápida’ (fast policy) neoliberal que alcança ampla circulação”.

7 A fim de garantir transparência sobre o impacto do coronavírus e sua vacinação, o consórcio de imprensa formado pelos jornais do grupo *O Globo*, *Folha* e *Estadão* apurou dados diretamente com secretarias estaduais de saúde de junho de 2020 a janeiro de 2023.

escolher por terapias confiando em dados epidemiológicos, e não em sua própria experiência clínica (Pinheiro; Nogueira, 2021). Segundo essa abordagem, há uma hierarquia de evidências, uma evidência científica é considerada de alta qualidade e confiável se obtida por meio de estudos clínicos bem conduzidos, como ensaios clínicos randomizados, revisões sistemáticas e meta-análises. Ao longo de sua história, a MBE tem se transformado e seus limites discutidos pela comunidade científica (Pinheiro; Nogueira, 2021), pois não elimina riscos como conflito de interesses que podem influenciar pesquisas e práticas clínicas. Os Estudos Clínicos Randomizados (ECR), o padrão-ouro das evidências científicas, não apreendem adequadamente características singulares e clinicamente relevantes dos pacientes tomados individualmente; tais variáveis são diluídas estatisticamente nas médias, pois estas jamais se ajustam suficientemente às particularidades de uma situação individual (Pinheiro; Nogueira, 2021, p. 20).

Os autores ressaltam como a ideia da MBE tem transcendido o campo da saúde, e da tomada de decisões clínicas, e influenciado a elaboração de políticas públicas, sobretudo a partir da década de 1990, e defendem uma ampla e profunda discussão sobre a escolha dessa abordagem, seus riscos e limites.

Recorrer a evidências clínicas tem sido uma estratégia adotada por grupos de ativistas em defesa de práticas mais humanizadas em saúde. No campo das práticas integrativas e complementares, por exemplo, essa busca tem mobilizado pesquisadores e profissionais de saúde a mapear conteúdos relativos ao tema, o que inclui a fitoterapia e plantas medicinais.

Em 2021, o Consórcio Acadêmico Brasileiro de Saúde Integrativa (CABSIN), em parceria com a OPAS e a OMS, criou uma plataforma digital onde é possível consultar os “mapas de evidência para efetividade clínica” para plantas medicinais e outras práticas integrativas e complementares, como yoga, homeopatia, meditação, etc. Já o projeto Observatório Nacional de Saberes e Práticas Tradicionais, Integrativas e Complementares em Saúde (ObservaPICS) do Instituto Aggeu Magalhães (IAM/Fiocruz Pernambuco) criou o Boletim Evidências como parte de suas ações de comunicação.

Outro exemplo é a disputa entre médicos defensores de partos cirúrgicos e ativistas que defendem o parto humanizado, as evidências clínicas são acionadas por ambos os lados para embasar argumentos e críticas, conforme demonstra J. Ferreira (2023, p. 3), revelando “um jogo de saber e poder pautados em categorias científicas (as evidências) e políticas (as ideologias)”. Enquanto as

ativistas acusam os médicos pela escolha por cesáreas não por indicação clínica, mas pela melhor remuneração ou comodidade do procedimento em horários e dias marcados, os médicos acusam as ativistas de basearem seus argumentos em ideologias políticas e defendem sua autonomia em decidir qual a via do parto de acordo com as evidências científicas (Ferreira, 2023).

Mas o que fazer quando não se encontram as evidências consideradas satisfatórias? No conflito parto cirúrgico versus parto humanizado, existe um consenso científico de que, no Brasil, ocorrem cesarianas em excesso (Victora *et al.*, 2011). Quando se trata de plantas medicinais e de fitoterápicos, nem sempre existem estudos que garantam a construção de “boas evidências”, haja vista que para reunir os ECR é necessário viabilizar esses estudos, o que ocorre quando se trata de demonstrar a segurança, a eficácia e qualidade de medicamentos para fins de comercialização, normalmente custeados pelos próprios laboratórios farmacêuticos (Petryna, 2021).

A estratégia de reunir as evidências para uso de plantas medicinais e prática integrativa e complementar (PIC) é inevitável no novo contexto na qual se creditam a crenças e visões de mundo como as fontes de desinformação.⁸ Silenciar usuários sobre suas concepções sobre corpo, saúde e doença, caso não estejam enquadrados nos protocolos e normas biomédicos, é entrar em conflito com o princípio da integralidade em sua dimensão cidadã.

Marcos importantes de políticas públicas no uso das plantas medicinais e fitoterápicos no SUS

Embora a fitoterapia e o uso de plantas medicinais sejam oferecidos na saúde pública brasileira desde antes mesmo da criação Sistema Único de Saúde (SUS) e, atualmente, sejam reconhecidos como uma PIC, foi a partir de 2006, após a vigência das Políticas Nacionais de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) que os programas de fitoterapia em municípios brasileiros aumentaram significativamente. Em 2004, eram 116 municípios, 346 em 2008 e 815 em 2012 (Ribeiro, 2019). Enquanto desde

8 Por exemplo, na cartilha *Desinformação sobre saúde: vamos enfrentar esse problema?* (Sacramento *et al.*, 2024), entre as estratégias sugeridas para os profissionais de saúde destaca-se apresentar evidências, dados de pesquisa e, se necessário, consultar especialistas.

meados da década de 1980 a 2008 predominavam programas fundamentados em hortos comunitários e farmácias públicas de manipulação, que possuem um caráter mais regional, político, pedagógico e plural, a partir de 2008 cresceu a industrialização e verticalização da fitoterapia, com base predominante na compra e dispensação de fitoterápicos industrializados. Esse não foi um efeito inesperado, já que a PNPMF tem como objetivo promover o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional (Brasil, 2006b). A dispensação de fitofármacos se resume a uma prescrição terapêutica e se contrapõe ao modelo considerado mais adequado, o da farmácia viva, que compreende o plantio de plantas medicinais e a preparação de medicamentos fitoterápicos manipulados, além de ações de promoção e educação em saúde. Essa modalidade é fomentada pelo Ministério da Saúde por meio de editais abertos aos municípios para implantação de farmácias vivas e de arranjos produtivos locais.

Em 2022, segundo o mapeamento realizado por P. Carlessi e I. Sousa, a oferta de fitoterapia foi identificada em 39% dos municípios pesquisados. Os serviços estão organizados em cinco categorias técnico-operacionais: a primeira é composta por serviços que realizam o plantio de plantas medicinais e a preparação de medicamentos fitoterápicos: 35% dos municípios. A segunda são serviços que se dedicam exclusivamente ao plantio de plantas medicinais: 25%. A terceira é o plantio com atividades de beneficiamento, como desidratação e fracionamento de plantas medicinais: 16% do total. A quarta se caracteriza pela dispensação de medicamentos fitoterápicos, industrializados ou manipulados em farmácias terceirizadas: 13%. A quinta é composta por serviços de manipulação de medicamentos fitoterápicos, sem envolver o plantio de plantas medicinais: 11% (Carlessi; Sousa, 2022).

Mesmo diante de tantas urgências para as políticas de saúde no cenário pós-pandemia, as PIC resistem, ainda que de forma tímida. No Plano Nacional de Saúde (2024-2027),⁹ a meta é ampliar em três vezes o registro da oferta de PIC na APS, na qual também se incluem as plantas medicinais e fitoterápicos, conforme a meta 13¹⁰ do objetivo número 1.¹¹

9 Elaborado a partir das contribuições da 17ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2023.

10 Ampliar o registro da oferta de procedimentos de PIC na Atenção Primária à Saúde de 11 (dez/2022) para 28, a cada mil habitantes cadastrados na APS (Brasil, 2024, p. 265).

11 O Objetivo 1, do PNS 2024-2027 é: "Fortalecer a atenção primária, ampliando a cobertura da Estratégia Saúde da Família e da Saúde Bucal, com vistas à universalização do acesso, à abrangência

Um retrato antes da pandemia: fitoterapia na Atenção Primária à Saúde na cidade do Rio de Janeiro

É preciso contextualizar que, no município do Rio de Janeiro, a implantação da Estratégia Saúde da Família como modelo de atenção primária à saúde foi mais lenta do que no resto do país, ficou restrita a áreas de pobreza extrema, com alto índice de violência e vazios assistenciais (Campos; Brandão; Cohn, 2016). Em 2008, apenas 3,5% da população estava coberta pela ESF. Até então, o município organizava exclusivamente a APS em centros de saúde de formato tradicional (com médicos de especialidades básicas, sala de vacinação, curativos, um leque limitado de serviços). A partir do primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes (2009-2012), acelerou-se a implantação das clínicas de família. Em 2014, a ESF alcançava cerca de 45% da população, chegando a 70% em 2016 (Costa *et al.*, 2021).

A expansão da atenção primária carioca ocorreu por meio de um modelo de gestão realizado por Organizações Sociais de Saúde (OSS), modelo de gestão pública originado na reforma do Estado de 1995, que teve grande aceitação em governos estaduais e municipais, sobretudo na gestão de hospitais, por ser uma “solução” ao risco de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos com servidores contratados por Regime Jurídico Único (Costa *et al.*, 2021).

Entre 2017 e 2020, o prefeito Marcelo Crivella realizou uma profunda mudança vetando a terceirização sob a justificativa de déficit no orçamento. O resultado foi redução da força de trabalho, com diminuição de equipes ESF, Núcleo de Apoio à Saúde da Família e Saúde Bucal. A cobertura da estratégia caiu para 50,5% em dezembro de 2019 (Costa *et al.*, 2021; Fernandes; Ortega, 2020). Em março de 2020, foi declarada a emergência sanitária da Covid-19. Em 2020 e 2021, o Programa de Plantas Medicinais e Fitoterápicos foi suspenso no município.

A crise da saúde do Rio de Janeiro já estava anunciada antes da chegada do coronavírus. Além das reviravoltas no modelo de gestão, o processo de desfinanciamento das políticas de saúde se agravou com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (conhecida como “teto de gastos” (Brasil, 2016), que congelava por 20 anos a destinação de recursos públicos federais), e com a revisão da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), em 2017, que modificou o financiamento

do cuidado integral, à promoção da saúde, à prevenção de doenças e agravos e à redução de desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais” (Brasil, 2024, p. 264).

federal para a saúde ao conceder maior autonomia ao gestor municipal para elencar os serviços ofertados, sem a obrigatoriedade de agente comunitário de saúde (ACS) nas equipes. A presença dos ACS na ESF passou a estar em risco (Fernandes; Ortega, 2020), o que compromete diretamente a continuidade de uma série de processos instituídos nos territórios, como o cadastramento de usuários, atividades de prevenção e promoção da saúde, e o acompanhamento por meio de visitas domiciliares (Mendonça *et al.*, 2023). Com uma atenção primária à saúde mais restritiva, fica comprometida uma abordagem mais coletiva, e a prioridade do serviço acaba se voltando para a assistência individual, sobretudo de grupos vulneráveis, como gestantes, idosos e crianças de 0 a 5 anos, entregando o serviço de uma APS seletiva, desestabilizando o compromisso com diretrizes fundantes do SUS como universalidade e integralidade (Fernandes; Ortega, 2020). Em agosto de 2023, o “teto de gastos”, foi substituído pela Lei do Arcabouço Fiscal (Brasil, 2023), que instituiu um novo regime para o orçamento público federal menos prejudicial ao crescimento da economia e à oferta de serviços públicos.

Foi em um cenário de incertezas quanto à manutenção das políticas públicas em saúde, entre dezembro de 2016 e março de 2018, que a pesquisa *Fitoterapia na Atenção Primária à Saúde e o Programa Mais Médicos* (Rodrigues; Campos; Siqueira, 2020) foi realizada, com 98 médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde que responderam a um questionário fechado, tipo *survey*, e outros 47 profissionais dessas mesmas categorias que participaram de entrevistas individuais semiestruturadas.¹²

A partir da análise temática das respostas, destacaram-se alguns desafios: formação insuficiente, medo e insegurança na prescrição e quanto ao respaldo por protocolos profissionais. Para os 83,3% dos enfermeiros e 85,7% dos médicos brasileiros houve contato insuficiente com essa terapêutica na graduação. Já a familiaridade com os materiais normativos e educativos produzidos pelos Ministério da Saúde variou conforme a categoria profissional. Entre todos os entrevistados, a PNPMF só é conhecida por 27,8% (Gráfico 1), enquanto os *Cadernos de Atenção Básica* sobre PIC, material elaborado pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2012),

12 Foram entrevistados profissionais que trabalhavam em Clínicas da Família da Área de Planejamento 3.1 do Município do Rio de Janeiro, uma região densamente povoada, com bairros suburbanos de camadas médias e de baixa renda, com grande demanda assistencial. Engloba os bairros de Ramos, Penha, Vigário Geral, Ilha do Governador, Complexo do Alemão e Complexo da Maré.

é conhecido por 38,1% (Gráfico 2). Ainda pouco conhecidos, a política e os materiais educativos são fonte de informação que podem embasar orientações e prescrições pelos profissionais de saúde, além de contrapor desinformação. Ainda assim, as plantas medicinais e fitoterápicos estão presentes no cotidiano da atenção básica, seja no uso pelos pacientes, seja pelos próprios profissionais de saúde (Gráfico 3).

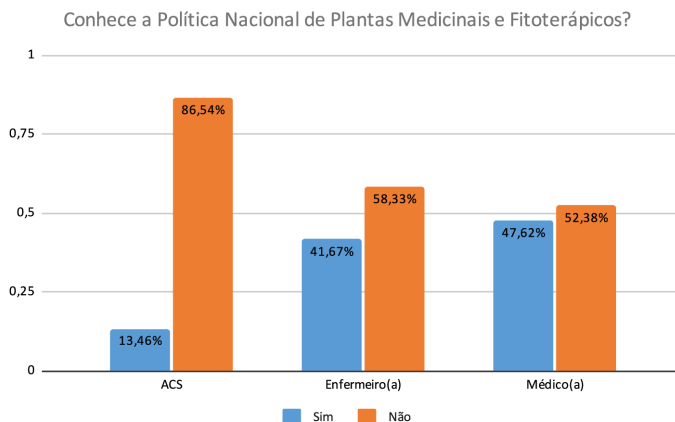


Gráfico 1. Conhecimento sobre a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Rodrigues; Campos; Siqueira, 2020, p. 35).

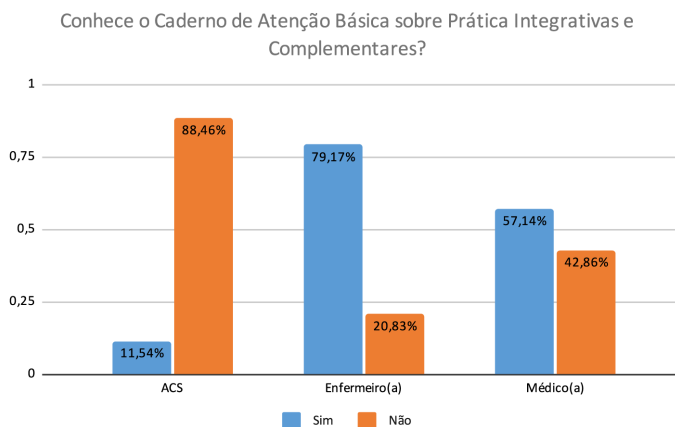


Gráfico 2. Conhecimento sobre material educativo produzido pelo Ministério da Saúde (Rodrigues; Campos; Siqueira, 2020, p. 35).

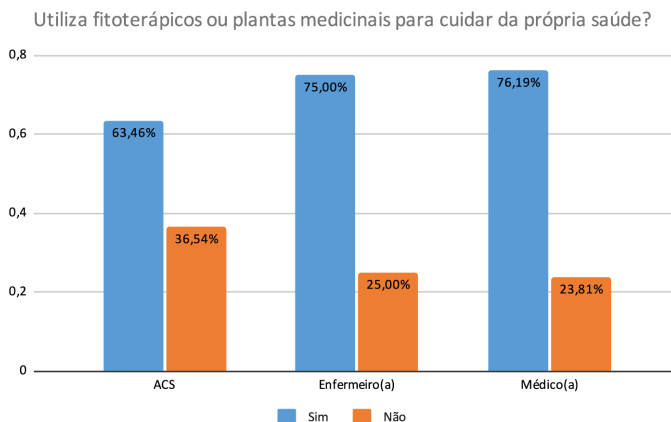


Gráfico 3. Uso pessoal de fitoterápicos e plantas medicinais (Rodrigues; Campos; Siqueira, 2020, p. 36).

As entrevistas semiestruturadas revelaram que, além da formação, outros aspectos podem comprometer a prescrição, como a disponibilidade na rede de assistência farmacêutica e a insegurança em relação à legitimidade da prescrição pelos enfermeiros. Diante da deficiência da formação profissional na graduação, já relatada em estudos anteriores (Feitosa *et al.*, 2016; Nascimento *et al.*, 2018), destacou-se o papel da educação permanente até mesmo entre os médicos que afirmaram ter aprendido sobre fitoterapia na graduação.

Os enfermeiros apresentaram respostas divergentes quanto ao respaldo no protocolo da enfermagem. O medo de prescrever e insegurança sobre a orientação foram recorrentes. A prescrição ocorre de forma reativa, realizando orientações sobre o “uso correto” quando questionados por usuários.

Eu não sei nada, nunca li nada sobre e nem sei se a minha profissão de enfermeiro, o que baseia e me respalda legalmente é o protocolo de enfermagem, não tem nada sobre fitoterapia, então não vou iniciar uma prática exclusiva da medicina, porque aí seria exercício ilegal da profissão. Não está no meu protocolo, fica até meio quadrado isso, meu conselho não é forte. [...]. Se eu fizer algum ferimento em um curativo, que eu faça errado, sou processado, perco o conselho, meu conselho não está do meu lado, entendeu? Então não posso fugir do meu quadrado, tenho que ficar aqui e seguir o que está o meu protocolo (Enfermeiro 7).

Sim, no protocolo de enfermagem na atenção básica tem algumas opções de fitoterápicos... A gente tem isso respaldado no protocolo (Enfermeiro 13).

Ainda que exista insegurança em relação à prescrição, o tema do uso de plantas medicinais se impõe na prática cotidiana dos enfermeiros:

Eu, como enfermeira, não. A gente dificilmente indica um fitoterápico. Mas a população traz muito para a gente coisas que eles ouvem falar, cultura popular, que eles trazem para a gente te e perguntam se seria indicado o uso. Eu nunca rejeito, porque não vejo problema algum, mas eu não indico. Mas, quando me trazem, sempre procuro pesquisar, ver do que se trata. Se eu achar que não tem nenhum problema, a gente libera o uso, mas não por prescrição nossa, mas sim por uma cultura popular que eles trazem para a gente (Enfermeira 3).

A gente utiliza o que a gente tem até aqui disponível na farmácia, que é o xarope de guaco, que é bem usado para a tosse. [...]. Tem umas orientações corretas, o uso responsável, porque algumas plantas podem ser tóxicas, então a gente orienta as pessoas. Por exemplo, eu tenho um grupo de gestantes no WhatsApp, elas perguntaram: “Posso tomar chá de num sei quê?” Fui buscar a informação, infelizmente, não pude deixar. [...] Mas fora da gestação, a gente deixa a critério do paciente (Enfermeira 1).

Já os agentes comunitários de saúde foram a categoria profissional que mais mencionou o uso de plantas medicinais pela população, por meio do preparo de chás, pois questionar o uso faz parte do roteiro de perguntas das visitas domiciliares. Embora não façam nenhum tipo de prescrição, os ACS são responsáveis pelo acompanhamento dos usuários, entre outras atribuições. A formação em PIC oferecida pelos programas de formação da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro possibilitou um papel mais ativo do ACS no cuidado direto com o paciente, por meio da realização de grupos e das hortas medicinais comunitárias cultivadas em algumas clínicas.

Quando eu estou aqui como PIC, [...] eu ensino isso, mas em visita domiciliar não, porque tudo que eu falar depois vai ser perguntado para o profissional da equipe técnica, e aí o profissional da equipe técnica pode não concordar, porque o

raciocínio da medicina chinesa é totalmente diferente da medicina ocidental. Aí, isso é um conflito muito grande. Se o profissional que tiver na retaguarda não aderir, ficam duas informações (Agente Comunitário de Saúde 7).

As oportunidades de formação no serviço lhes garantiam legitimidade para falar sobre outras abordagens terapêuticas e também possibilitaram a identificação, com maior clareza, dos conflitos entre as diferentes racionalidades médicas e categorias de profissionais de saúde que muitas vezes acompanham a aplicação das PIC.

Tanto ACS quanto enfermeiros relataram uma relação desigual entre as diferentes categorias profissionais das equipes. Por um lado, os médicos estão pouco ou mal preparados para utilizar plantas medicinais e fitoterápicos. Os enfermeiros relatam medo e desconhecimento das possibilidades de prescrição e tendem a “não fugir do seu quadrado”. Entre a experiência e a insegurança, os ACS ficam restritos às atribuições da função de mediação com os usuários. Nesse contexto, a formação no serviço ganha papel fundamental para possibilitar o uso da fitoterapia para criar espaços e oportunidades para a troca de saberes entre diferentes profissionais e a população.

As plantas medicinais e fitoterápicos estão presentes no cotidiano da APS, são demandadas pelos usuários, seja pela experiência individual de uso no autocuidado, seja como alternativa a terapias medicamentosas que oferecem demasiado risco.¹³

O modelo biomédico dominante está baseado em três pressupostos fundamentais: a doença como uma ruptura do funcionamento do corpo humano, fruto da causalidade de um agente; o corpo doente não constitui o indivíduo em sua totalidade, pode ser tratado separadamente; os especialistas médicos são os únicos com legitimidade para tratar doenças (Giddens, 2008). Esse modelo se impôs ao longo dos últimos dois séculos, respaldado pelas transformações sociais modernas. Caracteriza-se por seu biologismo, pragmatismo e individualismo, entre outros traços, e por cumprir não apenas funções curativas e preventivas, mas também funções de normatização, controle e legitimação (Menéndez, 2020). As críticas a ele ressaltam o exagero na eficácia da medicina científica.

13 Médicos e enfermeiros entrevistados também relataram a orientação do uso de plantas medicinais para evitar a medicalização excessiva para controle da dor e melhora do sono, evitando o uso continuado de analgésicos e de benzodiazepínicos, por exemplo.

O aumento da expectativa de vida, do acesso à prevenção e ao tratamento de doenças infectocontagiosas, a diminuição de mortes infantis e de mulheres em decorrência do parto são atribuídos exclusivamente ao modelo biomédico, sem levar em conta que as mudanças sociais e ambientais (como universalização do saneamento, da educação e da alimentação) teriam tido mais efeito na melhora global da saúde do que o acesso a fármacos, como antibióticos e vacinas. Apesar da permanente crise e das críticas de que constrói sujeitos dependentes de fármacos, inventa novas doenças e contribui para a destruição do planeta Terra, o modelo biomédico continua expandindo-se devido, principalmente, à sua eficácia comparativa, ao seu pragmatismo, ao aumento da demanda, ao seu papel cada vez maior na reprodução do capital e ao seu papel como legitimador das forças sociais dominantes (Menéndez, 2020). Em relação a outras formas de atenção à saúde, biomédicas ou não, consegue exercer um papel de controle e normatização, incorporando-as, regulando-as, subalternizando-as, a exemplo do que aconteceu com a acupuntura (Menéndez, 2020).

É interessante notar que a crítica ao modelo biomédico e sua incapacidade em promover a saúde dos sujeitos de forma integral, a chamada “crise da saúde e da medicina” (Luz, 2005), tenha ganhado maior visibilidade a partir da década de 1970 em nível global, sobretudo a partir da Declaração de Alma-Ata, em 1978 (Giovannella *et al.*, 2019). Esse documento é um marco para que sistemas públicos de saúde se organizem a partir de modelos de atenção primária à saúde e que levem em consideração a diversidade de práticas tradicionais.¹⁴ Foi a partir desse evento que a noção de “medicina tradicional” foi propriamente estabelecida e instituída na OMS. Nos anos seguintes, foram oficializadas as chamadas Medicinas Alternativas e Complementares (MACS), hoje denominadas Medicinas Tradicionais Integrativas Complementares (MTCI). No Brasil, a implementação da PNPIC renomeou as modalidades terapêuticas antes denominadas “tradicionais”, “alternativas” ou “complementares” (Brasil, 2006a). A mudança facilitou o processo de legitimação, evitando disputa com o domínio

14 R. Toniol (2022, p. 48) recupera o histórico da legitimação das medicinas tradicionais nas conferências promovidas pela OMS ressaltando o entendimento de que se tratava de “medicina dos outros”, englobando uma dimensão espiritual, integrando “corpo, mente e espírito”, vinculadas com sistemas culturais, não ocidentais e distantes da linguagem biomédica.

dos médicos, e a situando como complementar à biomedicina, em uma relação hierárquica (Toniol, 2016).

O autocuidado é outro tema ambivalente na perspectiva do modelo biomédico. Segundo o conceito ampliado de saúde (bem-estar físico, mental e social), é a capacidade do indivíduo e comunidades em promover a saúde e prevenir doenças e manter a saúde com ou sem o apoio de um profissional. Essa abordagem enfatiza demasiadamente a responsabilidade do indivíduo nos processos de saúde-doença, isolando fatores culturais e sociais,¹⁵ e estigmatiza as medicinas tradicionais (Menéndez, 2021). O modelo de autoatenção seria uma contraposição mais inclusiva, pois é pensado em termos coletivos e relacionais e não só individuais, baseado nos saberes e práticas de diferentes microgrupos onde os sujeitos desenvolvem suas vidas, remetendo não só aos grupos familiares, mas também aos diferentes grupos em que se vive. É com esses saberes que os sujeitos e microgrupos não só enfrentam as doenças, sofrimentos e incapacidades, como se relacionam de forma direta e/ou indireta com os saberes dos curadores tradicionais, alternativos e biomédicos existentes em seus contextos, realimentando continuamente formas de autoatenção (Menéndez, 2021). Todas as atividades de cuidado de si e do coletivo, do medicamento alopático ao chazinho, fazem parte de uma mesma estrutura de autoatenção para os sujeitos e microgrupos.

O caminho da cultura na busca por legitimação dos saberes populares em saúde: o caso da Rede Fitovida

Os remédios caseiros com plantas medicinais são parte da cultura alimentar e de cuidados com a saúde de grande parte da população brasileira. Em comunidades tradicionais, como remanescentes de quilombolas, populações indígenas e ribeirinhos, constituem sistemas de cura integrados a sistemas alimentares e a laços de reciprocidade. Para além dos territórios de populações tradicionais, há diversas experiências de movimentos populares atuando pelo reconhecimento desses saberes por meio de políticas públicas culturais, ambientais e de

15 Em uma perspectiva exclusivamente biomédica, alguns exemplos de autocuidado são desejáveis, como a autoaplicação de insulina por pacientes diabéticos e o autoexame das mamas para prevenção de câncer; outros são indesejáveis, como a automedicação e o uso autônomo de antibióticos.

desenvolvimento social. Alguns exemplos são a Articulação Pacari – Plantas Medicinais do Cerrado, formada por 45 organizações dos estados de Minas Gerais, Tocantins, Maranhão e Goiás, e que reivindica o reconhecimento do ofício de raizeiro do Cerrado como patrimônio imaterial; e o Centro Nordeste de Medicina Popular, coordenado pelo médico Celerino Carriconde, e que, desde 2001, desenvolve trabalhos de apoio e disseminação de práticas curativas com plantas medicinais, defendendo que grupos populares organizados em cooperativa forneçam fitoterápicos para o SUS. Outros exemplos são o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e sindicatos de trabalhadores rurais articulados em prol de uma agricultura sustentável, tais como os do Polo Sindical da Borborema, na Paraíba e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

No Rio de Janeiro, a Associação de Amigos da Rede Fitovida¹⁶ é uma organização da sociedade civil, formada por dezenas de grupos em diversas regiões do estado, que reivindica o reconhecimento dos saberes sobre plantas medicinais como um patrimônio cultural imaterial com base no Decreto 3.551/2000 (Brasil, 2000).¹⁷ A busca da Rede Fitovida para obter o registro de suas práticas teve início em 2004 e segue inconclusa (Simão; Rodrigues, 2019).

Localmente, os grupos atuam organizados em torno de pessoas com notáveis saberes sobre cuidados com a saúde com plantas medicinais, mas sempre em conexão com outras ações de assistência social, seja movida pela Igreja Católica (como Pastoral da Criança e da Saúde), seja por meio de organizações não governamentais. Em sua maioria, formados por mulheres idosas, aposentadas ou pensionistas, com baixa escolaridade, são grupos heterogêneos, organizados em momentos, locais e contextos diferenciados, que foram buscar na manipulação e uso das plantas medicinais uma forma de promover a melhoria na qualidade de vida da população de baixa renda circunvizinha. A partir de 2000, esses grupos iniciaram um processo de formação em rede promovendo encontros e discutindo estratégias de legitimação.

16 A origem da Rede Fitovida se remete a grupos comunitários de saúde, que começaram a se formar na década de 1980, como iniciativa da Igreja Católica, a partir da Campanha da Fraternidade promovida pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, em 1981, cujo tema era “Saúde para todos”.

17 O Decreto 3551/2000, de 4 de agosto de 2000, que institui a figura jurídica do *Registro* do Patrimônio Cultural Imaterial e cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, dessa natureza, é considerada uma legislação sobre o patrimônio cultural e está em consonância com as diretrizes da Unesco e de outras organizações internacionais de preservação.



Figura 1. Encontro da Rede Fitovida, Nilópolis, Rio de Janeiro, 2006.

Foto: Mariana Leal Rodrigues.

Em 2004, seus representantes procuraram apoio junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para compreender de que maneira a legislação sobre patrimônio cultural imaterial poderia respaldar suas atividades. Após algumas reuniões, iniciaram um processo de autoinventariamento fazendo uso da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).¹⁸ Na época, o IPHAN estava em processo de implementação da política, tendo apenas quatro bens registrados até então: o ofício das paneleiras de Goia-beiras no Espírito Santo (2002) e a arte kusiwa – pintura corporal e arte gráfica dos Wajãpi do Amapá (2002); o samba de roda do Recôncavo Baiano (BA) (2004) e o Círio de Nossa Senhora de Nazaré no Pará (2004) (Simão; Rodrigues, 2019). A obtenção de um Registro como bem cultural imaterial tem como consequência

18 O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é a metodologia adotada pelo Iphan para a produção e sistematização do conhecimento sobre os bens culturais. O antropólogo Antônio Augusto Arantes foi o responsável pela elaboração do manual de aplicação do INRC, que é composto por extensos questionários e fichas de identificação, fichas de campo, de sítio e localidade e anexos (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000).

a responsabilização do Estado e da comunidade em garantirem a continuidade, conforme definida pelas diretrizes da política, também está prevista a revisão desse registro a cada dez anos. Para as representantes da Rede, seria uma “saída” para a formalização de suas práticas sem ter que seguir os critérios adotados pelo Ministério da Saúde, que exigiam uma adequação de processos produtivos, o que não seria possível segundo as características dos grupos.



Figura 2. Oficina de “pomada milagrosa”, Rede Fitovida: coleta (no alto, à esquerda) e cozimento da pomada (no alto, à direita) e seleção de plantas (acima), Japeri, Rio de Janeiro, 2013. Foto: Mariana Leal Rodrigues.

O processo de inventário da Rede Fitovida foi o primeiro em que um grupo popular propunha uma inventariação de suas próprias atividades. A primeira etapa foi concluída em 2007, apresentou os levantamentos preliminares e produtos como uma cartilha, um CD-Rom, folhetos e banners com detalhes do projeto: a identificação dos bens culturais, a identificação das guardiãs dos saberes tradicionais e algumas das receitas consagradas. A resposta do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan à solicitação só ocorreu em 2011: embora o material entregue tivesse grande riqueza de detalhes sobre o processo de organização dos detentores de saberes, havia informações e descrições insuficientes sobre os elementos históricos, sociais e geográficos. Portanto, era necessário aprimorar a metodologia e aprofundar a pesquisa, a fim de caracterizar melhor o universo dos sujeitos sociais (Simão; Rodrigues, 2019). Somente em 2013, a Rede Fitovida decidiu retomar o inventário, concluído em 2018.

Ainda que não tenha obtido êxito no pedido de registro, a experiência modificou as atividades da Rede Fitovida, pois, além de continuar a se dedicar à transmissão dos saberes sobre plantas medicinais por meio da ação assistencial dos grupos (como mutirões de combate à desnutrição, feiras de saúde e doação de remédios caseiros), também começou a refletir sobre a identidade coletiva, com seus integrantes passando a se autodenominar “agentes do conhecimento tradicional”.¹⁹ A elaboração de materiais de comunicação (como os folhetos, cartazes, cartilha, livro e documentários), resultado do acesso a editais públicos ao longo dos anos, modificou a forma original de transmissão dos saberes. Nessa trajetória, a Rede tornou-se uma associação sem fins lucrativos, com CNPJ, sede própria, diretoria e conselho fiscal a fim de acessar diretamente políticas públicas por meio de editais de patrocínio cultural, como Lei Rouanet e Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Entre 2011 e 2016, conquistou prêmios e a participação em editais. Em 2016, iniciou a realização do “Protocolo Comunitário Biocultural dos Agentes do Conhecimento Tradicional da Rede Fitovida”, publicado em 2017.²⁰

19 Tornar-se “agente do conhecimento tradicional” foi uma tentativa de estabelecer uma nova forma de se relacionar com o Estado; o que era “do tempo dos mais velhos” foi reelaborado como um patrimônio e pode se tornar uma propriedade, ou seja, um bem de valor simbólico e econômico.

20 Seguindo o exemplo da Articulação Pacari, que elaborou um documento semelhante junto ao Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Patrimônio Genético a fim de proteger os saberes tradicionais do Cerrado e também reivindicava o registro como bem imaterial.



Figura 3. Encontro Estadual da Rede Fitovida, Cachoeira de Macacu, RJ, 2016: discussão para criação do protocolo comunitário biocultural. Foto: Mariana Leal Rodrigues.

O caso da Rede Fitovida nos convida a refletir sobre a relação de grupos populares com o Estado.²¹ Se os editais e prêmios viabilizaram a realização de eventos e projetos, não chegaram a garantir todos os recursos necessários para o custeio do espaço próprio, da secretaria e das atividades rotineiras da associação. Foram as alianças firmadas pela Rede Fitovida, seja na vizinhança dos grupos, seja em outros espaços de interação, como os órgãos públicos, movimentos sociais e universidade, que viabilizam suas atividades.

Preservar e transmitir os saberes sobre cuidados com a saúde com plantas medicinais, costuma mobilizar a simpatia de colaboradores, mas não é suficiente para uma ampla salvaguarda de saberes, para além da experiência da Rede Fitovida. A perspectiva de ter saberes reconhecidos seja em políticas de saúde, como a PNPMF, ou como patrimônio cultural imaterial, ainda carrega um viés autoritário e etnocêntrico em relação às culturas populares, como se estas estivessem sujeitas a um inexorável processo de perda (Gonçalves, 2007), e somente a intervenção (do Estado, das ONGs ou da universidade) fosse capaz de salvá-las.

21 O rico debate sobre como a interação como as políticas públicas de saúde, cultura e meio ambiente podem se concretizar em mecanismos de proteção do conhecimento tradicional e garantia de direitos aos seus detentores (Bensusan, 2021; Carlessi; Sousa, 2022; Cunha, 2009) não poderá ser aprofundado aqui.

É curioso, mas compreensível, que a busca por reconhecimento por meio de políticas de saúde não tenha avançado nas discussões da Rede Fitovida. Muitos integrantes dos grupos são agentes comunitários de saúde, não só conhecem como atuam na ESF. São a categoria profissional que mais conhece o uso de plantas medicinais, mas estão silenciados na equipe. A PNPMF e a PNPIC foram elaboradas para definir de que maneira essas práticas de cuidado devem ser utilizadas na atenção primária à saúde. A PNPMF respalda atividades como as da Rede Fitovida, reconhece o papel do conhecimento tradicional e até mesmo de seus mecanismos de salvaguarda como o INRC, mas, ao mesmo tempo, ressalta em seus objetivos garantir “acesso seguro” e “uso racional” (Brasil, 2006b), isto é, o uso pela tradição não é suficiente para comprovar os efeitos terapêuticos das plantas medicinais e há a necessidade de validação com evidências científicas.

Embora a Rede Fitovida não tenha apostado nas políticas de saúde, observá-las em nível local provoca a imaginação de como seria se grupos como esse estivessem presentes na ESF. A contribuição que poderiam dar seria alargar os limites do uso dessas plantas para além das prescrições (e das evidências científicas reunidas) e introduzir nos espaços de interação e diálogo as experiências dos sujeitos em múltiplas dimensões de sua existência, que costumam ser categorizadas nas políticas de saúde como biopsicossociais (Bonet, 2014). As plantas não se resumem aos elementos da natureza, matéria-prima para o preparo de remédios caseiros, são fundamentais para estabelecer relações, ativar memória e equalizar relações desiguais entre usuários e profissionais de saúde.

A perspectiva de um pensamento relacional, como propõe T. Ingold, pode contribuir para superar a oposição entre conhecimento tradicional e ciência que costuma constar nas políticas públicas e reconciliar as ciências humanas e naturais, rumo a uma ecologia da vida. Pois a vida humana é conduzida simultaneamente em dois campos: o social, campo das relações interpessoais, e o ecológico, campo das relações entre os organismos (Ingold, 2000, p. 172).²²

22 A proposta de T. Ingold para superar a razão dualista cartesiana, que separa a existência humana em dois níveis, o natural e o social, se organiza a partir de três fontes de conhecimento: a biologia do desenvolvimento, que se contrapõe à corrente neoevolucionista; a psicologia ecológica, perspectiva que compreende a percepção e a ação de forma distinta da hegemônica na psicologia; e a fenomenologia, partindo da noção do agente em seu ambiente, o conceito de ser no mundo. Essas três perspectivas somadas permitem reverter a ordem “normal” de prioridade da forma sobre o processo. A vida não é revelação da forma preexistente, mas o próprio processo no qual a forma é gerada e ocupa lugar no espaço.

Carlessi e Sousa (2022, p. 52) identificaram em sua cartografia que os gestores e trabalhadores do SUS reconhecem um conjunto diversificado de grupos, indicando que o entendimento do conceito de “tradição” tem sido feito de modo contextual aos territórios em que atuam, criando referência direta a grupos autorreferidos. Essa compreensão mais ampla do que é tradição é importante, uma vez que o termo “conhecimento tradicional” assume diferentes significados nos campos da antropologia, meio ambiente e na sociedade. Ingold e Kurttila (2000) destacam a divergência entre os parâmetros local e moderno, sendo este último preferido por cientistas, burocratas e advogados. Duas perspectivas são delineadas: o Conhecimento Tradicional Moderno (MTK), influenciado pelo discurso da modernidade, e o Conhecimento Tradicional Local (LTK), surgido das práticas locais. O discurso moderno sugere que o conhecimento das pessoas é organizado por conceitos compartilhados e transmitidos pela educação, em um modelo genealógico, com o saber nativo sendo definido em oposição à ciência. Os autores argumentam que o sentido de tradição para as pessoas locais (LTK) não é recebido como parte de um modelo cultural, mas é moldado pelos contextos interativos nos quais as pessoas se tornam conscientes de sua própria sabedoria. Enquanto que, para a perspectiva moderna, a continuidade do conhecimento tradicional é assegurada pela adequação de mecanismos institucionais, como museus e pesquisa folclórica, para as pessoas locais, esse conhecimento está intrinsecamente ligado às práticas contemporâneas de viver na terra.

A pandemia de Covid-19 teve um grande impacto nas atividades da Rede Fitovida. Além da diminuição do financiamento público, a necessidade de distanciamento social suspendeu atividades dos grupos e os encontros periódicos, e muitos de seus integrantes foram vítimas fatais da Covid-19. A experiência dessa associação mostra a descontinuidade de políticas públicas de preservação cultural, seus limites, e como se mostraram ainda mais instáveis quando comparadas às políticas de saúde. Em 2016, o Ministério da Cultura foi extinto e recriado e, novamente extinto, em 2019, para ser recriado somente em 2023.

Considerações finais sobre algumas pedras e sementes nos jardins de plantas medicinais

A pandemia de Covid-19 explicitou a fragilidade e a volatilidade das políticas públicas, acelerando o processo de desmonte, aproximando a oferta de serviços de saúde do modelo neoliberal, com investimentos mínimos. Ao histórico subfinanciamento do SUS, somou-se o processo de desfinanciamento.

Diante de novas urgências, são priorizadas as tecnologias duras, também aquelas que reúnem as “boas evidências”. Recompôr serviços de saúde depende não somente da retomada de investimentos públicos, mas também da retomada de espaços de participação social. As plantas medicinais e fitoterápicos podem possibilitar terapias medicamentosas eficazes e têm grande potencial de promover encontros, de ocupar espaços. Os materiais educativos, de formação e informação, elaborados por governos federal, estaduais e municipais são recursos que já estão disponíveis tanto para profissionais de saúde quanto para usuários, mas precisam circular, ganhar visibilidade, entrar na rotina.

Com menos plantas frescas, menos hortas, menos produção local de fitoterápicos, menos rodas de conversa, há menos humanização no cuidado e a autonomia do usuário é menor. O usuário também não pode tomar decisões, não pode escolher um fitoterápico com base nas indicações terapêuticas, mecanismos de ação, interações medicamentosas e possíveis riscos, pois os profissionais de saúde não estão preparados para orientá-lo.

Promover o cuidado com plantas medicinais e fitoterápicos pode ampliar a presença dos profissionais de saúde nos territórios e contribuir para uma abordagem mais integral e coletiva, em que o outro não se resume a um sujeito doente, objeto de intervenções. Na linha de frente do cuidado, os profissionais de saúde, em especial os enfermeiros e ACS, podem realizar um trabalho vivo a partir de um inescapável encontro com o outro, recuperando a dimensão cuidadora sem deslegitimar todos os outros saberes sobre saúde.

Plantas medicinais e fitoterápicos, embora não tenham sido objeto de desinformação em larga escala durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, são um tema propenso a promover choques de racionalidades médicas. Nesse sentido, é preciso ampliar os processos e formação no serviço, para apresentar o que são e para que servem as “boas evidências”, mas também para produzir um cuidado mais horizontal, aberto à escuta, não só entre o profissional de saúde e o

paciente, mas entre os próprios profissionais de saúde. Se essas terapias estão presentes o cotidiano da ESF, seja como possibilidade de prescrição, seja como autocuidado dos usuários, é necessário que sejam reconhecidas.

As novas modalidades de circulação de (des)informação surgiram como mais um desafio. Será necessário recuperar a credibilidade junto à população das informações oficiais produzidas pelo Ministério da Saúde, estabelecendo uma comunicação mais transparente que possa ser replicada em níveis estaduais e municipais. Nesse sentido, a experiência da Rede Fitovida na produção de conteúdos e materiais de comunicação pode ser inspiradora. E, para tanto, será preciso desenhar políticas que envolvam tecnologias de informação e comunicação que levem em conta a diversidade de infraestrutura dos municípios voltadas para a educação permanente dos profissionais da Estratégia Saúde da Família. Facilitar o acesso aos conteúdos produzidos tanto pelo Ministério da Saúde quanto por estados e municípios sobre plantas medicinais e fitoterápicos, jardins terapêuticos e farmácias vivas, é fundamental para fortalecer a pluralidade de saberes que envolvem esses cuidados e estabelecer uma nova dinâmica de circulação de informação.

Referências

ALMEIDA, R. “Eles nos dizem tudo o que estão fazendo”: ciência e conspiração nos discursos terraplanistas. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 48, n. 2, p. 102-122, 2023.

BENSUSAN, N. Legislação de acesso e repartição de benefícios. In: CUNHA, M.; MAGALHÃES, S.; ADAMS, C. *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. São Paulo: SBPC, 2021. p. 51-63.

BONET, O. Itinerâncias e malhas para pensar os itinerários de cuidado. A propósito de Tim Ingold. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 327-350, 2014.

BÖSCHEMEIER, A.; ALMEIDA, R. Apresentação: “E as marés mudaram completamente”: desafios da antropologia brasileira em face dos negacionismos. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 48, n. 2, p. 61-81, 2023.

BRASIL. *Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm?origin=instituicao. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 971, 3 de maio de 2006*. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Brasília: MS, 4 maio 2006a.

BRASIL. *Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006*. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília: Presidência da República, 2006b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5813.htm. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. *Cadernos de Atenção Básica: Práticas Integrativas e Complementares: Plantas Medicinais e Fitoterapia na Atenção Básica*. Brasília: MS, 2012.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm?ref=correiosabia.com.br. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. *Lei complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023*. Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/////LEIS/LCP/Lcp200.htm. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano Nacional de Saúde 2024-2027*. Brasília: MS, 2024. Disponível em: <https://digisusgmp.saude.gov.br/storage/conteudo/W2jOMcLWqx1wL-MZMqx7Y6MMVFCjxGgRIWzGIcOqC.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

CAMPOS, C.; BRANDÃO, A.; COHN, A. Trajetória histórica da organização sanitária da Cidade do Rio de Janeiro: 1916-2015. Cem anos de inovações e conquistas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1351-1364, 2016.

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 209-224, 2020.

CARLESSI, P.; SOUSA, I. M. C. *Cartografia da fitoterapia no SUS: dos itinerários do fazer às alianças do saber*. Relatório. Recife: ObservaPICS: Instituto Aggeu Magalhães, 2022.

CESARINO, L. Pós-verdade e a crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética. *Ilha*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021a.

CESARINO, L. As ideias voltaram ao lugar? Temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, e021022, 2021b.

COSTA, N. R. *et al.* A implantação em larga escala da Estratégia de Saúde da Família na cidade do Rio de Janeiro, Brasil: evidências e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 6, p. 2075-2082, 2021.

CUNHA, M. C. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac & Naif, 2009.

FEITOSA, M. *et al.* Inserção do conteúdo fitoterapia em cursos da área de saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Brasília, v. 40, n. 2, p. 197-203, 2016.

FERNANDES, L.; ORTEGA, F. A Atenção Primária no Rio de Janeiro em tempos de Covid-19. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, e300309, 2020.

FERREIRA, J. Cesáreas no fogo cruzado: conflitos entre médicos e ativistas do parto humanizado. *Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía*, Montevideo, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2023.

FREIRE, L.; CASTRO, R. Apresentação do dossiê “Entre ‘precariedades’, ‘crises’ e o ‘colapso’: perspectivas antropológicas sobre o ‘desmonte’ do SUS”. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 47, n. 2, p. 75-92, 2022.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. *Relatório final*. Brasília: Gabinete de Transição Governamental, dez. 2022.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GIDDENS, A. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GIOVANELLA, L. *et al.* De Alma-Ata a Astana. Atenção primária à saúde e sistemas universais de saúde: compromisso indissociável e direito humano fundamental. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, e00012219, 2019.

GONÇALVES, J. Os limites do patrimônio. In: BELTRÃO, J.; ECKERT, C.; LIMA FILHO, M. (org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 229-353.

INGOLD, T. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.

INGOLD, T.; KURTTILA, T. Perceiving the environment in Finnish Lapland. *Body & Society*, London, v. 6, n. 3-4, p. 183-196, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: Iphan, 2000.

LUZ, M. Cultura contemporânea e medicinas alternativas: novos paradigmas em saúde no fim do século XX. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. S, p. 145-176, 2005.

LUZ, M. T.; TESSER, C. D. Racionalidades médicas e integralidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 195-206, 2008.

MENDONÇA, F. *et al.* As mudanças na política de atenção primária e a (in)sustentabilidade da Estratégia Saúde da Família. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 137, p. 13-30, 2023.

MENÉNDEZ, E. Modelo médico hegemónico: tendencias posibles y tendencias más o menos imaginarias. *Revista Salud Coletiva*, Rosario, n. 16, p. 2-25, 2020.

MENÉNDEZ, E. Pandemia y autoatención: la negación y subalternización de los saberes populares. *Revista de la Escuela de Antropología*, Rosario, n. 28, p. 1-20, 2021.

NASCIMENTO, M. *et al.* Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 751-772, 2018.

OLIVEIRA, T. *et al.* Confronting misinformation related to health and the environment: a systematic review. *Journal of Science Communication*, [s. l.], v. 23, n. 1, VO1, 2024.

PETRYNA, A. Experimentalidade: ciência, capital e poder no mundo dos ensaios clínicos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 127-160, 2021.

PINHEIRO, M.; NOGUEIRA, R. *Medicina baseada em evidências: uma interpretação crítica e implicações para as políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2021. (Texto para discussão 2696).

REDE PENSSAN. *II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2023.

RIBEIRO, L. Análise dos programas de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS) sob a perspectiva territorial. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 5, p. 1733-1742, 2019.

RODRIGUES, M.; CAMPOS, C.; SIQUEIRA, B. A fitoterapia na Atenção Primária à Saúde segundo os profissionais de saúde do Rio de Janeiro e do Programa Mais Médicos. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, Brasília, v. 9, n. 4, p. 28-50, 2020.

SACRAMENTO, I. *et al. Guia para profissionais de saúde: desinformação sobre saúde: vamos enfrentar esse problema?* Rio de Janeiro: Ministério da Saúde: DECIT, 2024.

SIMÃO, L.; RODRIGUES, M. Rede Fitovida: dez anos em busca do Registro de Patrimônio Imaterial. In: TAMASO, I.; GONÇALVES, R.; VASSALLO, S. (org.). *A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 120-126.

TONIOL, R. Inventando as PICs. Quando terapias alternativas tornam-se Práticas Integrativas e Complementares. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30., 2016, João Pessoa. *Anais [...]*. Brasília: ABA, 2016.

VICTORA, C. *et al.* Condições de saúde e inovações nas políticas de saúde no Brasil: o caminho a percorrer. *The Lancet*, London, v. 377, n. 9782, p. 2042-2053, 2011.

Recebido: 30/12/2023 Aceito: 31/05/2024 | Received: 12/30/2023 Accepted: 5/31/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Lutos em luta: medos e perdas enfrentadas pelos profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19

Fighting grief: fears and losses faced by healthcare professionals during the COVID-19 pandemic

Aponira Maria de Farias^I

<https://orcid.org/0000-0003-3491-1198>
aponirafarias@gmail.com

Mariela Campos Rocha^{II}

<https://orcid.org/0000-0001-8388-0653>
marielarocha@gmail.com

Denise Nacif Pimenta^I

<https://orcid.org/0000-0003-3248-9472>
pimentadn@gmail.com

^I Instituto René Rachou-Fiocruz Minas – Belo Horizonte, MG, Brasil

^{II} Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo

A Covid-19 é uma síndrome respiratória que acometeu o mundo de 2020 a 2023, quando a Organização Mundial de Saúde decretou o fim da emergência sanitária. Nesse contexto pandêmico, os profissionais de saúde vivenciaram desafios diários, permeados por medos e perdas, reais e simbólicas. O objetivo desta pesquisa empírica qualitativa foi analisar como os profissionais da saúde que atuam no serviço público, na região metropolitana de Belo Horizonte, vivenciaram os medos e lutos durante a pandemia de Covid-19. Para tal, participaram 20 profissionais de saúde, de diversas áreas de formação, que atuavam na linha de frente nos dois primeiros anos de pandemia, selecionados através do método bola de neve. Os instrumentos utilizados foram questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada, ambos aplicados virtualmente e gravados através da plataforma Zoom, no segundo semestre de 2022. Os dados foram coletados e, após análise temático-categorial, emergiram três categorias: pandemia; medos; mortes e perdas.

Palavras-chave: Covid-19; luto; medo; perdas.

Abstract

COVID-19 is a respiratory syndrome that hit the world from 2020 to 2023, when the World Health Organization declared the end of the health emergency. In this pandemic context, health professionals experienced daily challenges, permeated by fears and losses, real and symbolic. The objective of this qualitative empirical research was to analyze how health professionals working in the public service, in the metropolitan region of Belo Horizonte, MG, Brazil, experienced fears and grief during the COVID-19 pandemic. To this end, 20 health professionals participated, from different training areas, who worked on the front line in the first two years of the pandemic, selected through the snowball method. The instruments used were a sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview, both applied virtually and recorded via the Zoom platform, in the second half of 2022. The data was accumulated and after thematic-categorical analysis, three categories emerged: pandemic, fears, deaths and losses.

Keywords: COVID-19; grief; fear; losses.

Introdução

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus como emergência em saúde, o mundo conheceu e se mobilizou para combater a Covid-19, inicialmente manifestada por uma síndrome respiratória, para a qual ainda não havia tratamento específico e com alta capacidade de transmissão (Khalil; Khalil, 2020). Em 5 de maio de 2023, pouco mais de três anos depois, a OMS declarou fim da Emergência de Saúde Pública da pandemia (Organização Pan-Americana da Saúde, 2023). No Brasil, até 23 de abril de 2024, são quase 39 milhões de contaminados por Covid-19 e o número de vítimas fatais já ultrapassa 711 mil pessoas (Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2024).

Com pouco preparo para uma realidade desconhecida, os profissionais de saúde tiveram que enfrentá-la como podiam, às vezes sem terem sequer equipamento de proteção individual (EPI) adequado e em quantidade suficiente, além da falta de treinamento apropriado. Muitos foram contaminados e morreram. Os que sobreviveram, tiveram que lidar com o medo de contrair a doença, de contaminar sua família, pois foram particularmente vulneráveis, dado o risco de exposição ao vírus (Rodríguez; Sánchez, 2020). A pandemia acirrou problemas já existentes para os trabalhadores da saúde, como precarização do trabalho, falta de reconhecimento profissional, assédio moral, problemas de saúde mental, além das represálias que o profissional sofre pelas falhas do sistema de saúde, tornando-se bode expiatório das queixas de pacientes e seus familiares (Stevanim, 2020). Constatou-se também que a doença não impactou a todos igualmente. Houve variações a partir de categorias profissionais, gênero, raça, renda, dentre outros aspectos subjetivos (Neves; Maciel; Lozano, 2021).

A combinação desses desafios, de forma integrada e multifatorial, somada ao medo e às perdas, reais e simbólicas, vivenciadas por cada um desses profissionais de saúde, acabou por torná-los particularmente vulneráveis ao sofrimento psicológico durante a pandemia, provocando ou agravando quadros de adoecimento mental. Conforme Pallottino *et al.* (2022), a Covid-19 acarretou ou agravou quadros de ansiedade, estresse agudo, depressão, burnout, estresse pós-traumático e abuso de álcool e substâncias psicotrópicas nos profissionais de saúde. Esses diferentes níveis de tensão geraram sentimentos de solidão e impotência, estresse, irritabilidade, fadiga física e mental, além do medo.

Para Pauluk e Ballão (2019), o medo é fundamental para a sobrevivência. É uma reação natural a uma situação de perigo (real ou imaginário). Segundo Delumeau (2009, p. 34), o medo é ambíguo. Inerente à nossa natureza, é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte, mas o autor faz uma ressalva: “Medos repetidos podem criar uma inadaptação severa em um sujeito e conduzi-lo a um estado de inquietação profunda gerador de crises de angústia”. Assim como o medo, o luto é um processo normal, humano, não só relacionado à morte, mas a qualquer tipo de perda, como “mudança de planos, perda de um vínculo, de um emprego, de uma oportunidade, de um relacionamento amoroso, da saúde, de um sonho” (Dias, 2023, p. 31). Para Franco (2021) e Kovács (2020), o luto é um processo adaptativo às perdas, reais ou simbólicas, a partir da inter-relação complexa de processos psicológicos, sociais e culturais. O luto é necessário, mas não indolor. Dá trabalho viver um luto. Ou vários deles. Ou alguns, especialmente. Não é uma questão quantitativa – trata-se de quem a pessoa se torna quando vive um luto. Às vezes, o processo não está bem delineado, não foi compreendido e nem mesmo adquiriu um significado (Franco, 2021).

O estudo científico da morte e perdas ficam a cargo da tanatologia, que, através de uma perspectiva interdisciplinar, abrange o cuidado de pacientes no fim da vida, os processos de luto e temas como suicídio, comportamentos autodestrutivos e eutanásia, assim como as mortes simbólicas ao longo da vida (Kovács, 2020). Dentre as áreas que dialogam com a tanatologia, está a antropologia, que estuda os modos como as sociedades, populações e grupos específicos produzem, reproduzem e simbolizam suas instituições e estruturas, relações, sistemas classificatórios, técnicas, manifestações estéticas, memórias e experiências acumuladas.

Na pandemia de Covid-19, a grande contribuição da antropologia é sua tradição de compreender a cultura (Minayo, 2017), acerca dos sentidos atribuídos ao processo do morrer, tendo em vista que “doença e morte são compreendidas diversamente, segundo o contexto histórico, social e cultural” (Menezes, 2004, p. 24). Por isso, faz-se necessário analisar a pandemia de Covid-19 para além dos seus aspectos biomédicos, tendo em vista se tratar de um evento múltiplo e desigual, que envolveu distinções econômicas, culturais, políticas, ambientais, coletivas e individuais, indo além dos modelos globais que privilegiam soluções uniformes, que negligenciam diversidades, subjetividades, buscando alcançar uma perspectiva de “descolonizar a pandemia” (Segata *et al.*, 2021, p. 20).

Portanto, o objetivo desta pesquisa foi analisar como os profissionais da saúde que atuam no serviço público, na região metropolitana de Belo Horizonte, vivenciaram os medos e lutos durante a pandemia de Covid-19. Para tal, foi realizada pesquisa qualitativa com 20 profissionais de saúde, de diversas áreas de formação, que atuavam na linha de frente nos dois primeiros anos de pandemia. A questão que motivou a pesquisa foi: como os profissionais de saúde vivenciaram o medo e os lutos durante a pandemia de Covid-19?

Destarte, este trabalho se justifica pela necessidade de se ter um diagnóstico da situação enfrentada pelos profissionais de saúde no início da pandemia, especialmente no que se refere aos medos e lutos vivenciados. A partir desse “retrato” será possível planejar ações de intervenção em saúde mental dos trabalhadores, bem como dotar o sistema público de saúde de informações para planejar melhor crises sanitárias futuras que porventura surjam.

Metodologia

Esta pesquisa se insere no âmbito do projeto “Gênero e Covid” inscrito no Comitê de Ética da Fiocruz Minas-Instituto René Rachou e faz parte da pesquisa registrada sob o CAAE 39133020.8.0000.5091, submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Fiocruz. Todo o processo de pesquisa seguiu os protocolos sanitários de segurança e buscaram atender às exigências da Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que permite a realização de estudos aprofundados, abrange questões contextuais, além de estudar o significado da vida das pessoas, adentrando em aspectos subjetivos do seu comportamento, contemplando a complexidade do ambiente da vida real (Yin, 2016).

A pesquisa de campo foi realizada com 20 sujeitos, de oito categorias profissionais, graduados em saúde, que atuam em diferentes setores da saúde na área metropolitana de Belo Horizonte: duas médicas, duas profissionais de enfermagem, cinco psicólogos(as), três fisioterapeutas, três nutricionistas, duas fonoaudiólogas, duas assistentes sociais e uma terapeuta ocupacional. Para promover o sigilo da identidade dos participantes, os mesmos foram codificados pela letra E (entrevistado) e números, de 1 a 20.

A seleção dos sujeitos foi não probabilística, através da técnica bola de neve. A escolha se deu em virtude do contexto da pandemia e pela dificuldade de acessar os profissionais que estavam na linha de frente. Os instrumentos de coleta foram questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada, aplicados no segundo semestre de 2022, conduzidos e gravados por meio de televideoconferência, a partir da plataforma Zoom, no horário mais conveniente para os entrevistados. Após a coleta dos dados, as falas foram transcritas e passaram pela análise temático-categorial. Após a categorização, emergiram três categorias para análise: pandemia; medos; mortes e perdas.

Resultados e discussão

Sobre o perfil dos 20 profissionais de saúde entrevistados, apenas dois (10%) são do sexo masculino, corroborando dados acerca da feminização das categorias de profissionais de saúde, compostas majoritariamente por mulheres (Borges; Cruz, 2021; Oliveira; Ceballos, 2022). São predominantemente brancos: 13 se declararam brancos, cinco se declararam pardos e dois, negros. Acerca da orientação sexual, dois se declararam homossexuais. Sobre a identidade de gênero, uma das entrevistadas é uma mulher transgênero. Quanto à faixa etária, ela vai de 26 a 68 anos, sendo 14 deles concursados. Sobre o estado civil, há uma viúva, uma divorciada, cinco solteiros e 13 casados. As famílias são pequenas, com até dois filhos. A renda mensal familiar varia entre 4 mil e 25 mil reais.

Pandemia

O fato de prestar assistência em situações inéditas de saúde coletiva como a da pandemia de Covid-19 e a respeito de uma doença ainda não completamente explicada, levou, no início, a muitas práticas de saúde não baseadas em evidências. O desconhecimento da doença e a falta de protocolos aumentaram as situações de estresse do profissional de saúde, implicando muitas vezes ansiedade e insegurança. Para suprir essa necessidade, os profissionais ainda precisaram se colocar em atualização constante sobre novas informações científicas (Backes *et al.*, 2021).

Foi algo que a gente não conhecia, que não sabíamos da dimensão. Então como abordar, como tratar, como cuidar, a gente perdeu um pouco nisso (E1, nutricionista, 28 anos).

“Te vira”. Tipo “leia o protocolo da OMS”. Volta e meia a gente recebia os protocolos pelo WhatsApp. O resto era o que estava pregado na parede. É, tipo “está pregado na parede; entra aí e se vira” (E7, médica, 37 anos).

O despreparo do sistema de saúde em face da nova situação acabou gerando um colapso global. Na maioria dos países, iniciou-se uma discussão acerca de como proteger de maneira eficaz os profissionais de saúde, especialmente os que atuavam na linha de frente do combate à pandemia e estavam diretamente expostos a riscos biológicos. As mudanças ocasionadas pela pandemia, especialmente o distanciamento social, afetaram a saúde e a rotina dos profissionais que atuaram no combate ao coronavírus, levando tanto eles como a população geral a sentimentos de desamparo, abandono e insegurança (Dal Pai *et al.*, 2021). O contexto de crise sanitária exigiu mudanças significativas e frequentes nos hábitos de vida e nas rotinas dos profissionais, nos protocolos e fluxos institucionais (Ramos, 2020).

O sistema do ministério travava e eu não conseguia fazer notificação. Tinha dias que uma, duas horas da manhã, eu estava inserindo dados em planilha, para não deixar passar (E8, terapeuta ocupacional, 38 anos).

Quando iniciou, teve uma alteração gigantesca. A questão de protocolos, desde o uso de EPIs. A rotina mudou completamente, até de almoço, de como chegava no hospital. Antes a gente usava jaleco. Quando chegou a pandemia, tinha que chegar, ir para o vestiário e já colocar lá a roupinha verde, aquele pijaminha. Máscara tinha que ser sempre N95, *face shield* e isso era um dificultador grande para os atendimentos da psicologia, porque como a gente trabalha com a fala, era difícil a comunicação com o paciente (E2, psicólogo, 27 anos).

O advento da pandemia mudou rapidamente as rotinas dos serviços de saúde brasileiros, aumentou as internações em UTIs, intensificou a gravidade dos pacientes, ressaltou o déficit de profissionais e o mau dimensionamento dos recursos

e materiais como EPI, além de sobrecarregar as equipes de saúde (Oliveira, 2020).

Aquele profissional que entrava em setor Covid não podia transitar em outras áreas (E3, fonoaudióloga, 31 anos).

A gente lavava roupa todos os dias, sapato para fora de casa, chegava em casa e não encostava em nada, ia direto tomar banho. Roupa lavada separada, com Lysoform e quase um ritual. Higienizava o carro antes do meu filho entrar. Higienizava tudo: mochila, carteira, chave, celular, obsessivamente (E8, terapeuta ocupacional, 38 anos).

Se antes da crise sanitária já era difícil, com o advento da pandemia ficou impossível “não levar trabalho para casa”. Além de serem obrigados a implantarem em casa normas tão rígidas de biossegurança quanto no ambiente hospitalar, os profissionais de saúde não conseguiam se desvencilhar do sofrimento que vivenciavam no cotidiano de trabalho ao chegarem em casa. O aumento da demanda, a escassez de material, o adoecimento e morte dos colegas acabaram sobrecarregando-os.

Tinha muito mais pacientes graves, que demandavam mais tempo. Foi uma rotina emocional também. Tivemos contato com a morte, a tristeza, isolamento, a solidão do familiar e do paciente. Foi bastante impactante (E8, terapeuta ocupacional, 38 anos).

Morin (2020, p. 27) descreve um pouco dessa rotina:

O isolamento deixou tragicamente sozinhos os agonizantes intubados e presos ao respirador, sem mão amorosa segurando a sua. Deixou distantes do ente amado, em seus últimos dias, cônjuges, pais e filhos. O isolamento impediu a cerimônia fúnebre e obrigou a realizar enterros apressados.

Esse contexto acabou por afetar a saúde mental de vários profissionais.

Já aconteceu de eu estar saindo de casa para ir trabalhar, me dá aquela crise de ansiedade, de pânico, ter que parar o carro no acostamento e ligar para a minha família ir me buscar, porque não conseguia sair do lugar. Me deu pânico porque chegava momento que você via morrendo 20 pessoas do seu lado, você vendo os seus amigos morrendo. Nossa, foi terrível! (E20, enfermeira, 60 anos).

Além do sofrimento psíquico vivenciado devido à rotina de medo, dor, sofrimento e morte potencializados pela pandemia, os profissionais de saúde ainda passaram a ser vistos como contaminantes em potencial. Conforme pontua Meneses (2004), a prática profissional em saúde baseia-se em um corpus teórico e técnico, e contém o drama do lidar com o sofrimento humano, com a emergência do medo, do confronto com a doença e com a morte. Durante a pandemia de Covid-19 isso foi ainda pior, pois era uma doença da qual pouco se sabia e para qual ainda não havia tratamento específico. Esse contexto de imprevisibilidade colocou os profissionais em risco dentro e fora do ambiente de trabalho. No primeiro ano, muitos deles foram hostilizados, estigmatizados e segregados, levando-os a se afastarem da família e terem medo de circular em locais públicos, tendo de esconder sua identidade profissional para se resguardarem de algum tipo de violência.

Até meus vizinhos, que sabem que sou da área da saúde, me isolaram. Me senti uma leprosa contaminando as pessoas; todo mundo se afastava. No transporte público, fui xingada, hostilizada. Quando tinha que sair de casa, não podia mostrar nada que relacionasse à área da saúde, que era hostilizada pela população, de jogarem laranja podre. Até motorista de transporte público se recusava a transportar a gente (E20, enfermeira, 60 anos).

O estigma refere-se às marcas – atributos sociais que um indivíduo, grupo ou povo carrega e cujo valor pode ser negativo ou pejorativo. Goffman (1993, p. 11) faz referência ao uso da palavra “estigma” pelos gregos, definida como “marcas corporais, sobre as quais se intentava exibir algo mal e pouco habitual no status moral de quem as apresentava”. Era uma advertência, um sinal para se evitar contatos sociais com a pessoa estigmatizada. Assim, a palavra estigma representa algo de mal, que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social. Para Goffman (1993), a sociedade

estabelece um modelo de categorias e tenta catalogar as pessoas conforme os atributos considerados comuns e naturais. Estigmas frequentemente levam à marginalização e exclusão. O estigmatizado fica à margem e passa a ter que dar a resposta que a sociedade determina. Assim, não se pode analisar os determinantes sociais da saúde, como no caso da Covid-19, sem levar em conta tal fenômeno social segregador decorrente da pandemia.

O contexto de pandemia frente à Covid-19 favoreceu ou agravou estigmas relacionados a profissionais de saúde, levando ao preconceito e segregação, devido ao medo da aproximação e interação com eles. O estigma ocorre quando as pessoas associam um risco a uma pessoa, local ou coisa específica, mesmo que não haja evidências de que o risco seja maior nesse grupo do que na população em geral. A estigmatização é comum em surtos de doenças, tal como aconteceu nos anos 1980 com a pandemia de Aids. O estigma foi reconhecido como o maior empecilho aos avanços das ações e políticas que buscavam garantir os direitos dos soropositivos a dignidade e cidadania. Para se compreender as conexões entre condições de saúde, estigma e as diversas formas de discriminação, faz-se necessário ir além da descrição das experiências individuais e levar em conta os marcadores sociais da diferença que historicamente produzem desigualdades, como classe social, gênero, cor/raça/etnia, diversidade sexual, entre outros (Monteiro; Villela, 2013). O estigma afeta a saúde emocional ou mental dos grupos estigmatizados e das comunidades em que vivem, incluindo suas famílias. Coibir o estigma é importante para tornar os membros da comunidade mais resilientes e menos vulneráveis (Peuker; Modesto, 2020).

Os profissionais de saúde se viram deslocados da figura de herói, disseminada no início da pandemia, para a de vilão involuntário, pois passaram a ser vistos como um “corpo infectado que pode se tornar agente do sofrimento e da morte de outros” (Pessoa; Pereira; Miranda Jr., 2021, p. 88). Como ressalta Delumeau (2009, p. 18), “em qualquer época, a exaltação do heroísmo é enganadora: discurso apologético, deixa na sombra um vasto campo da realidade”.

Uma colega pegou Covid de mim. Fui considerada uma Covid ambulante e ela falou que poderia ter morrido. Foram várias agressões, como se eu quisesse ter contaminado outra pessoa. Ela me responsabilizou pela saúde dela, e isso me derrubou. Não conhecia a doença, não sabia que estava com a doença (E1, nutricionista, 26 anos).

Teve colega que foi cortar o cabelo e falaram “não, profissional de saúde aqui não pode entrar” (E15, médica, 45 anos).

O estigma relacionado à doença atingiu pacientes e profissionais de saúde que frequentavam espaços direcionados ao tratamento dos casos de Covid-19, interferindo nas relações sociais dessas pessoas, assim como na sua saúde psicológica. O fato de serem segregados por pessoas que deveriam oferecer afeto, acolhimento e suporte social num momento tão difícil causou sofrimento e desalento a esses profissionais:

Na época, quando a pandemia começou, eu estava namorando. Meu namorado falou “é melhor a gente não se ver”. Falei “tá, por quanto tempo?” Ele “ah, enquanto estiver resolvendo esse trem da pandemia”. Eu falei “olha, acho que isso não vai mudar tão cedo; então a gente não vai se ver? Como é que vai ser?” Foi isso. Meu filho também. Na hora que eu chegava em casa, ele falava “você podia tirar a roupa na varanda?” Eu falei “claro, vou ficar nua para todos os vizinhos e o bairro inteiro passando de ônibus me ver pelada; tem muito cabimento isso, né?” Ele pegava um pano com álcool e limpava a maçaneta, passava um pano atrás de mim e eu falava “que loucura é essa?” E ele falava “você devia dar um jeito de ficar em outro lugar”. Eu falei “eu moro aqui. Para de loucura!” No começo ninguém me queria por perto mesmo, e eu entendia (E5, fisioterapeuta, 36 anos).

A estigmatização e falta de suporte social de pessoas tão próximas como família, amigos e parceiros amorosos, com as quais se tem um vínculo afetivo, num momento de tamanha fragilidade do profissional de saúde, potencializou o sofrimento das situações vividas no ambiente hospitalar.

Medos

“O medo é uma reação emocional que surge a partir da interpretação da pessoa de que a situação que ela enfrenta é perigosa e uma ameaça ao seu próprio bem-estar. Os perigos e ameaças percebidos podem ser psicológicos ou físicos” (Reeve, 2015, p. 198). O medo trata, portanto, de uma vulnerabilidade percebida de uma ameaça ou perigo. Ou seja, o medo, quando não é patológico, motiva a defesa, facilita a aprendizagem de respostas adaptativas e adverte a pessoa de

suas vulnerabilidades. A pandemia de Covid-19 impactou a sociedade como um todo, expondo suas vulnerabilidades, exigindo adaptação a um novo contexto de crise sanitária, tanto a nível individual como coletivo, levando a inseguranças e medos diversos, especialmente por parte dos profissionais de saúde que estavam lidando diretamente com as demandas da pandemia:

Tive medo de que as situações práticas não pudessem ser retomadas (E19, psicóloga, 68 anos).

Parece que a gente morreu e está no inferno (E14, psicóloga, 44 anos).

Estava todo mundo com muito medo. No começo a gente tinha medo de respirar (E8, terapeuta ocupacional, 38 anos).

O relato da vivência e percepção dos entrevistados reflete um pouco o que aconteceu em outras pandemias: “Os homens temem até o ar que respiram. Têm medo dos defuntos, dos vivos e de si mesmos. Essa solidão inusitada aumenta o medo e o desespero” (Delumeau, 2009, p. 176). No primeiro ano, principalmente, por ser uma doença ainda desconhecida, com alto índice de transmissão e mortes, para a qual ainda não havia tratamento comprovado ou vacinação, acabou gerando nos profissionais de saúde o medo de não dar conta das demandas:

Tinha medo por ser uma doença desconhecida, algo novo, de não conseguir desempenhar meu papel. O tempo todo ficava com aquele medo, “nossa, será que vai chegar alguém grave?” “Será que vou conseguir atuar diante disso?” Além do medo pela própria saúde e segurança, também pela saúde do usuário (E10, enfermeira, 39 anos).

No começo tinha muito medo de tudo, os sintomas não estavam muito claros, “estou sentindo um cansaço, falta de ar”; mas quanto? Falta de ar, e aí, consegue respirar, consegue tomar banho sozinho, consegue caminhar? Não? Está muito ruim? Vai para a UPA, chama o SAMU? (E8, terapeuta ocupacional, 38 anos).

As transformações impostas pela pandemia provocaram mudança de rotina e afetaram as condições de trabalho dos profissionais de saúde, aumentando o risco de transmissão e repercutindo na saúde mental (Fraga *et al.*, 2022).

Fiquei sem dormir uma semana, porque tinha medo de sonhar com paciente morrendo; não conseguia colocar o lixo para fora, porque o saco de lixo lembrava o saco que estava empacotando o corpo. O lixo estava acumulando em casa. Quando cochilava, sonhava com morte de paciente, porque vivia a morte o dia inteiro. Saía do plantão e chorava sem saber o porquê, sem parar (E14, psicóloga, 44 anos).

O medo dos profissionais de saúde durante a pandemia foi potencializado pela falta de estrutura e de materiais adequados, especialmente os EPIs.

Não tinha máscara adequada para usar, o capote era extremamente permeável, e a gente não tinha certeza se era só contato aéreo mesmo, não tinha os filtros adequados para colocar. Essa insegurança fez com que a gente buscasse a alternativa de comprar, e em alguns momentos, não teve nem como comprar, porque não tinha disponível. Logo no começo não tinha nem teste disponível (E5, fisio-terapeuta, 36 anos).

A falta ou inadequação de EPIs aumentava o medo dos profissionais de saúde, pois se expunham cotidianamente à risco de contaminação no trabalho e não estavam adequadamente protegidos, aumentando o risco de contraírem Covid-19 e contaminarem a família. Um dos maiores medos dos profissionais de saúde era de se contaminarem com o vírus.

O medo existia e ainda existe, porque quanto mais tranquila essa pandemia parece que está, mais displicente a gente fica, e eu tinha muito medo de me contaminar. Ainda tenho (E3, fonoaudióloga, 31 anos).

Tinha medo de ir ao mercado comprar comida. O medo eu sofro até hoje. Não saio de casa para trabalhar sabendo que vou dar um plantão, que vou estar em segurança, porque sei que na hora que eu menos espero, falta alguma coisa. É um medo que eu carrego comigo constantemente, medo esse que eu não tinha até 2019. Há 28 anos na área da saúde eu nunca passei tanto sufoco como com a Covid. Fomos pegas de surpresa e sem apoio nenhum (E14, psicóloga, 44 anos).

O medo de contrair a Covid-19 era potencializado pela preocupação de não contaminar a família, especialmente os que tinham parentes com comorbidades:

Tinha medo de passar para o meu marido, para o meu filho, para a minha sogra (E17, nutricionista, 52 anos).

Morrendo de medo de adoecer, de trazer Covid para casa, meu filho pegar e levar Covid para as outras pessoas da nossa família. Bateu o desespero, medo de morrer, de deixar meu filho, medo do meu marido morrer (E8, terapeuta ocupacional, 38 anos).

Os meus pais entravam muito em contato, faziam videochamada, mas eles insistiam muito para eu ir visitá-los. Só que eu tinha medo de ir. Os dois já são idosos e minha mãe tem problema de saúde pulmonar (E2, psicólogo, 27 anos).

O medo de contaminar os familiares fez com que os profissionais de saúde evitassem contato físico, isolando-os ainda mais de quem costumeiramente fornecia suporte social. Esse isolamento voluntário era atenuado por contatos virtuais.

Senti medo de contaminação, porque tenho criança em casa, mãe idosa. Fiquei esperando que ela se vacinasse, tendo contato online, chamadas de vídeo, para não aproximar (E12, médica, 42 anos).

Os profissionais de saúde externalizavam muita culpa em seus discursos, especialmente as do sexo feminino, inclusive questionando sua dificuldade de proteger a família, mesmo sendo profissional de saúde:

Pensava assim, “posso estar com alguma coisa e não saber, não apresentar sintomas e acabo levando algo para alguém, e eu não quero carregar essa culpa” (E11, assistente social, 41 anos).

Antes era o medo de não estar atuando. Hoje meu maior medo é de chegar em casa e poder prejudicar alguém da minha família (E1, nutricionista, 26 anos).

Meu marido teve, minha filha teve. Foi um mês depois que voltei a trabalhar. A gente fica se culpando, quem que transmitiu, isso aí não tem como, né? Fiquei chateada, triste mesmo. “Poxa vida, não consegui cuidar da minha família.” Uma frustração! (E12, médica, 42 anos).

Conforme evidencia a fala de vários entrevistados, outro medo recorrente aludido ao longo da pesquisa, que se entrelaça com os medos já citados, era o risco de perder a subsistência, de perder o emprego:

O medo de perder o emprego, de como você pegou Covid. Tinha um sentido de cobrança. “Ah, eu estou um pouquinho resfriado.” Mas como assim, um pouquinho resfriado? Em tempo de Covid não existe esse “mas” né? Tentava esconder para não ter que dizer que ia me afastar (E12, médica, 42 anos).

O medo de perder o emprego fez com que muitos trabalhadores da saúde trabalhassem contaminados ou com suspeita de estar com doença:

Por medo de perder, por medo de descontos, sim. De ficar quatro dias para depois falar a verdade, por causa dessa situação (E13, assistente social, 42 anos).

Perdemos o direito a ficar doente e apresentar atestado médico, porque se apresentássemos atestado médico, no nosso salário-base não era descontado, porque era ilegal, mas em todos os abonos era descontado. Quem era afastado, o salário caía para um terço do valor (E20, enfermeira, 60 anos).

O medo de perder o emprego ou de ter descontos no salário foi potencializado pelas situações de assédio moral, que se agravaram e banalizaram durante a pandemia:

A chefia se excedeu, chegou a ser desrespeitosa, a desqualificar o medo, achar que era desculpa para não trabalhar (E14, psicóloga, 44 anos).

Minha chefia dividiu os andares, e mandava a gente enfrentar. Então nossa cabeça virou um caos, né? Fazia uns mini-CTIs nos andares, e aquilo era um CTI. Logo, você via o paciente inchar, o paciente precisando de adrenalina, e você via o corpo dele se transformando, sabe? Isso na nossa cabeça foi muito marcante (E17, nutricionista, 52 anos).

Assédio moral é qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra dignidade ou

integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho (Hirigoyen, 2005). “Fundamentada na sociologia crítica do trabalho e nas teorias clínicas do trabalho, o assédio moral pode acontecer de forma pessoalizada ou, ainda, a violência pode ser expressa por meios institucionalizados” (Soboll, 2017, p. 17).

Uma colega estava grávida, usava o transporte público e o hospital obrigando a ir de forma presencial. Ela entrou na Justiça. Foi afastada da assistência, para fazer um trabalho de gestão, só que permaneceu no hospital (E2, psicólogo, 27 anos).

Às vezes a pessoa era encarada, “ah, mas você está fazendo corpo mole, não está querendo atender”. Isso foi tanto no público quanto no privado. Tinha medo de falar que estava com suspeita por as pessoas acharem que não queria trabalhar (E3, fonoaudióloga, 31 anos).

A coação e o assédio moral que se manifestavam na pressão explícita ou implícita para os trabalhadores da saúde atuarem doentes geraram situações de presenteísmo, que é o fenômeno de se trabalhar doente, fora das capacidades físicas e psicológicas do indivíduo, em virtude da cultura organizacional (Araújo, 2017). Essa prática gera riscos para o trabalhador doente, de ter um agravamento do quadro, mas também para os demais trabalhadores de saúde e pacientes, de terem contato com alguém contaminado. Além de não dar suporte psicológico à equipe, a gestão dos hospitais ainda cobrava mais resultados e trabalho em meio a uma crise sanitária agravada pela falta de insumos.

Eu ia tirar férias em abril, quando começou em março a pandemia e suspenderam todas as férias. Quando deu julho, começaram a liberar as férias e aí eu tirei, porque já estava com burnout. Foi muito intenso (E15, médica, 45 anos).

Todo mundo estava estressado com tudo, trabalhando feito loucos, o tempo inteiro, atendendo 30, 40 pessoas, e ainda tendo de atender a demanda das equipes (E8, terapeuta ocupacional, 38 anos).

Ao longo da pesquisa, foram vários os relatos de assédio moral e violência laboral. Os entrevistados banalizaram essa prática, mesmo sofrendo com ela, que

acarreta prejuízos à saúde psicológica, à autoestima, ocasionando dano psíquico, o que dificulta o desenvolvimento pessoal e profissional.

Dois técnicos de enfermagem trabalharam contaminados, porque ficaram com medo de perder o emprego. Como é contrato, e teria que ficar afastado 15 dias, medo de ser substituído. Lá tem muito funcionário contratado e tem esse receio, de perder o emprego, de ser substituído. Isso acabou levando eles a trabalharem doentes (E11, assistente social, 41 anos).

Essa decisão de trabalhar doente, que se fazia necessária para a sobrevivência, acabava expondo esses profissionais a mais riscos e sobrecarga de trabalho. Essa afirmativa é corroborada por autores que consideram que, na área da saúde, os profissionais vivem em condições precárias, com multiempregos e insegurança no ambiente profissional, afetando suas atividades laborais (Bitencourt; Andrade, 2021).

O contrato era ruim, flexível até demais. Alguns profissionais eram contratados via processo seletivo simplificado. Existe um bônus. E essas pessoas começaram a perder esse bônus se elas adoecessem ou entregassem atestado médico. Então, se o negócio é sobre insalubridade, a pessoa adoeceu trabalhando, como ela vai perder o bônus porque faltou ao trabalho? (E7, médica, 37 anos).

A pandemia evidenciou o agravamento de uma crônica precarização do trabalho da saúde, que tem um histórico profissional marcado pela falta de respeito e cordialidade entre gestores, equipes e população atendida, discriminação e violência laboral, ambientes de trabalho inseguros e estressantes, déficit de infraestrutura para exercício do trabalho, baixos salários, elevados níveis de desgaste físico e mental, acidentes de trabalho e afastamentos. Esses profissionais permanecem vistos como cuidadores a qualquer custo, comprometendo suas condições de saúde em favor da assistência à população (Galon; Navarro; Gonçalves, 2022). É o que Maria Helena Machado chamou de confisco da cidadania do trabalhador: perda de direitos trabalhistas, terceirizações, desemprego, perda de renda, salários baixos, gastos extras com compras de EPIs, busca por transporte alternativo e alimentação (Machado, M. *et al.*, 2023).

Esse contexto, além de provocar alterações na vida cotidiana deles, causou perturbação do sono, irritabilidade, choro, distúrbios gerais e incapacidade de relaxar/estresse (Machado, A. *et al.*, 2023),

A segunda pandemia é a de saúde mental, que depois de toda a fase aguda, depois do pico, é que a pessoa cai em si, que vem a repercussão daquilo. Agora que os impactos que não apareceram lá no início, você parou para sentir. Agora está tendo esse número de pacientes, essa segunda pandemia (E14, psicóloga, 44 anos).

A fala da entrevistada corrobora a realidade descrita por muitas pesquisas. Conforme Camacho (2022), alguns profissionais de saúde manifestaram sinais de doença física e emocional, evidenciando uma segunda pandemia sinalizada, de sentimentos negativos, estresse prolongado, sobrecarga de trabalho e fadiga. A persistência da pandemia por três anos gerou como resultado sobrecarga física e mental dos profissionais de saúde.

Mortes e perdas

Somado a esses fatores, os profissionais de saúde, já tendo a doença, o sofrimento, o medo e a morte no seu cotidiano, viveram isso ainda mais de perto, com seus colegas de trabalho ou com eles mesmos, embora tenham dificuldade de falar sobre o assunto e até verbalizar a palavra “morte”, recorrendo à eufemismos e omissões.

Tivemos uma profissional que trabalhava com a gente, da equipe da enfermagem, que *realmente a gente recebeu a notícia*. Os médicos do hospital que ela estava internada falaram que a gente *não precisava ter esperança* (E5, fisioterapeuta, 36 anos).

Se para a gente que está bem, que está na rotina, já foi difícil lidar com as questões da pandemia do ponto de vista emocional, estrutural, imagina para o paciente, que está literalmente com esse *risco iminente* (E4, psicóloga, 33 anos).

Essas dificuldades em lidar e até falar sobre a morte são comuns no cotidiano de profissionais de saúde e são denominadas de zonas de silenciamento, que se configuram como lacunas na comunicação profissional-paciente,

profissional-família e entre os próprios profissionais. Além disso, o agravamento clínico e a eventual morte do paciente tendem a ser encarados como evidência de fracasso pessoal do trabalhador da saúde, incrementando vivências depressivas e sentimentos de impotência (Oliveira-Cardoso; Santos, 2017). Para Ariès (2017), a morte provoca tal medo que não mais temos coragem de chamá-la por seu nome. Delumeau (2009, p. 170) adverte que “quando aparece o perigo de contágio, de início procura-se não vê-lo”. Por isso a “recusa de palavras vistas como tabus. Nomear o mal seria atraí-lo e demolir a última muralha que o mantinha a distância” (Delumeau, 2009, p. 172).

Outros profissionais de saúde sentiram a necessidade de falar sobre o assunto e tentar ressignificar tudo que estava acontecendo, para manter a saúde física e mental funcionais.

Tinha aquela ideia de que era alguma coisa passageira. Depois as coisas foram se agravando, entrou em cena o tema da morte. Você não teme a doença em si, mas o nome “Covid” colocava para todo mundo o tema do morrer, e aí começaram a aparecer “o que eu tenho feito da minha vida?”; “tem alguma coisa na minha vida que eu preciso, eu não sei do que se trata”. Tinha ali uma demanda de escutar sobre morrer, e escutar o morrer é escutar o viver, porque o morrer você não sabe de que, quando vai se tratar e de que maneira. Era do viver que se tratava (E19, psicóloga, 68 anos).

Segundo evidenciou a pesquisa, um dos fatores que mais acarretava sofrimento para os profissionais de saúde era perder alguém do convívio familiar para a Covid-19:

Minha mãe tem DPOC. Tenho idosos, crianças e o medo de estar com a doença, passar para essas pessoas e sentir que aquelas pessoas perderiam a vida por sua culpa... Foram momentos muito angustiantes, de tristeza, de más informações. Foi muito difícil (E18, fonoaudióloga, 59 anos).

Infelizmente alguns profissionais entrevistados vivenciaram essa perda e tiveram que enfrentar o luto familiar por Covid-19:

Tive familiares que morreram, porque faziam muita confraternização e muita reunião, e não usavam máscaras. Todos eles tiveram Covid. Teve a perda do patriarca. Foi uma pessoa muito próxima, meu tio (E17, nutricionista, 52 anos).

Meu cunhado ficou internado com Covid e em duas semanas faleceu (E8, fisioterapeuta, 39 anos).

Meu pai teve Covid e quando o quadro dele ficou mais grave, o médico me deu 15 dias, numa quinta; no sábado, o meu pai faleceu (E14, psicóloga, 44 anos).

Durante a pesquisa, o luto por familiar foi um dos relatos mais permeados de sofrimento, evidenciando inclusive alguns casos de luto complicado. Essa situação é explicada por Parkes (2009). Para o autor, o pesar pela perda de um ser amado coloca-nos diante de ameaças à segurança, provocando mudanças importantes na vida e na família. No campo das perdas e do luto, o ajustamento positivo envolve rever a interpretação sobre o mundo, para que ele possa permanecer positivo de alguma maneira, mesmo incorporando a perda (Franco, 2021). Assim, o luto pela morte de alguém significativo é um trauma psicológico importante. Há uma discrepância entre o mundo que é e o mundo que deveria ser (Parkes, 2009).

Além da perda de familiares, foi preciso lidar com a perda de colegas de trabalho e amigos por Covid-19:

Me deu pânico, porque chegava momento que via morrendo 20 pessoas do meu lado, vendo os amigos morrendo. Nossa, foi terrível! Lá na nossa equipe, do meu plantão, perdemos três colegas (E20, enfermeira, 60 anos).

Uma médica muito querida faleceu de Covid, com todas as complicações que você puder imaginar. Tentaram tudo. O filho dela, emergencista e funcionário do hospital, também (E7, médica, 37 anos).

Perdemos uma colega psiquiatra. Ela tinha dois filhos gêmeos pequenos e lutou muito para sobreviver. A morte dela foi muito triste. Era uma pessoa jovem e muito atuante (E19, psicóloga, 68 anos).

Assim como declarou E19, muitos profissionais de saúde demonstraram maior abalo emocional quando se tratou da morte de pessoas jovens. É como se existisse uma ordem cronológica para morrer e o óbito de uma pessoa jovem invertesse essa lógica imaginária. Nesse contexto, os profissionais de saúde aceitam com resignação a morte do idoso, pois é como se ele tivesse percorrido todo o ciclo biológico e vivenciado todas as etapas da vida. Já quando se trata da morte de uma criança ou jovem, os profissionais se revoltam, pois para eles a vida foi interrompida abruptamente, não podendo ser vivida em plenitude. Para Macedo (2019), a morte de pessoas jovens choca as concepções sobre a “cronologia da vida”, sendo uma das maiores dificuldades dos médicos e profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19.

Teve um desgaste emocional grande, porque tinha uma parte de mortalidade que não estava acostumado a lidar. Eram pacientes jovens, privados de uma presença familiar e isso incomodava muito (E3, fonoaudióloga, 31 anos).

Eu vi criança morrer com Covid, sem ter a mãe do lado. Quando saio de uma unidade de terapia intensiva neonatal que uma criança morreu longe da mãe, que a mãe não vai ter a possibilidade de fazer um enterro de acordo com a crença dela, é desesperador, é desolador (E5, fisioterapeuta, 36 anos).

Um outro fator que causou sofrimento e se verificou na pesquisa é que lidar com as mortes de colegas de trabalho fez os profissionais de saúde terem que lidar com a própria possibilidade de finitude:

A gente já trabalhou com a possibilidade de que poderia se contaminar em algum momento. Quando teve colegas que se contaminaram, foram para a ventilação mecânica e passaram por dias difíceis. Teve perda de colegas lá dentro. É ruim, porque mostra a nossa fragilidade, né? Quer dizer, não é só pessoas que estão lá fora, mas gente aqui também pode sofrer e vir falecer com isso (E16, nutricionista, 46 anos).

Como já apontava Elias (2001), a forma mais antiga e comum de os humanos enfrentarem a finitude da vida é evitando a ideia da morte, afastando-a de si tanto quanto possível, encobrindo e reprimindo a ideia indesejada, ou assumindo

uma crença inabalável na própria imortalidade: “os outros morrem, eu não”. Para o autor, “a morte do outro é uma lembrança de nossa própria morte”. Rodrigues (2006, p. 23) também alerta: “A morte do outro evocará sempre minha própria morte; ela testemunhará minha precariedade, ela me forçará a pensar os meus limites.” Nesse contexto, corroborado por Gregio *et al.* (2015), a segurança pessoal fica frágil, o mundo não é mais visto como seguro e tranquilo, gerando desconfiança e medo. Não há mais em que se apoiar, não há conceitos sólidos de mundo para se planejar a ação ou se fazer previsões. O futuro se encolhe, quebra-se o mito de previsibilidade da vida. O profissional de saúde adquire a consciência de sua fragilidade. Desmonta-se a ilusão de ter controle sobre os acontecimentos e ser invulnerável.

Esse medo da morte, tão familiar no cotidiano de profissionais de saúde, mas até então sem tanta frequência, quantidade e tão próximo, fez exacerbar o medo da própria morte nos profissionais de saúde:

No início da pandemia tive uma ansiedade muito forte, porque adoeci e só fiquei suspeita. Fiz 12 testes, porque eu estava com muito problema (E18, fonoaudióloga, 59 anos).

Os profissionais de saúde sempre perdem o paciente, por morte ou por alta. No auge da pandemia, eram mais óbitos que altas, de uma forma que esses trabalhadores nunca tinham vivido até então. E isso foi agravado quando eles começaram a ver também colegas de trabalho, pessoas da família e amigos morrendo, num curtíssimo espaço de tempo entre uma perda e outra.

Quando se fala em luto, se refere a perdas reais, como a morte, e perdas simbólicas, como o afastamento social das pessoas de que se gosta. Como esclarece Kovács (2020), o luto é um fenômeno complexo que pode ser dividido em simbólico e real; quando simbólico, se refere à finalização de uma fase, vínculo ou ciclo, como, por exemplo, rompimento de relações ou fim de uma fase de desenvolvimento humano. Já o real e concreto é quando há de fato a perda de outrem. Os profissionais de saúde acumularam os dois tipos de luto ao longo da pandemia. As perdas reais, devidas às mortes; e as simbólicas, por todas as mudanças e adaptações que a pandemia impôs em suas vidas e rotinas. A pandemia de Covid-19 teve como consequência muitos óbitos, mas também muitas perdas simbólicas.

As pandemias tendem a ser marcadas por perdas em massa: não somente de vidas humanas, mas também de rotinas, costumes e regras, obrigando as pessoas a lidarem com um cenário de imprevisibilidade atípico. Para Gregio *et al.* (2015), o processo de luto por uma catástrofe, como uma pandemia, é caracterizado por especificidades que devem ser consideradas fatores de risco para o enfrentamento do luto no indivíduo, como perdas súbitas, muito frequentemente coletivas, violentas, múltiplas e que, em muitas situações, resultam na falta de um corpo para ser velado ou de outros elementos associados ao incidente, que dificultam para o indivíduo concretizar a perda e sancionar seu luto. Para Oliveira *et al.* (2015), os rituais auxiliam na concretização da morte, confirmam a perda, autorizam a expressão dos afetos e memórias, propiciam a construção de significados e fornecem suporte social ao enlutado.

A pandemia modificou a forma como a morte costumava ser produzida através de rituais, procedimentos técnicos e as negociações foram profundamente reorganizadas (Neves, 2021). Impactos nos rituais de morte refletiram negativamente nas esferas biopsicossociais dos indivíduos e grupos sociais em luto. Os significados atribuídos ao luto vivido em consequência da Covid-19 foram ampliados diante da limitação para participar dos rituais fúnebres, por razões bio sanitárias, o que potencializou fatores de risco para o luto antecipatório.

O medo de perder alguém, e se perdesse, como é que ia ser? O enterro e o velório iam ser online? (E2, psicólogo, 27 anos).

Tinha insônia, taquicardia, medo de estar nos lugares com muita gente; tinha palpitação de ter que passar perto de todo mundo, sabe? Medo mesmo de morrer. Cheguei a conversar com o meu marido, fazer planos em relação à falta de um de nós dois, o que ia ser do meu filho, o que a gente ia fazer para ele (E8, terapeuta ocupacional, 38 anos).

As falas dos entrevistados E2 e E8 são reflexo do luto antecipatório pelo qual passaram vários profissionais de saúde nos primeiros anos da pandemia. O luto antecipatório é consequência da incerteza e da possibilidade de morte, sendo vivenciado por familiares e profissionais de saúde diante de pacientes em fim de vida (por exemplo, idosos, pessoas com doenças graves) ou em estado grave pela Covid-19 (Caselatto, 2020). O luto antecipatório se inicia a partir do momento

em que a pessoa recebe um diagnóstico médico que trará uma mudança para sua vida – seja em suas atividades habituais, seja em seus projetos, em seu status socioeconômico ou em suas relações –, levando a transformações significativas em sua identidade e percepção de controle. Envolve transições emocionais e cognitivas em resposta a uma perda esperada, com reações encontradas também no luto pós-morte (Franco, 2021).

Para muitos profissionais de saúde, o luto antecipatório trazia medo e sofrimento sobre a possibilidade de morte e de como seriam os rituais fúnebres num período de distanciamento e isolamento social. As medidas de biossegurança exigiram a mudança nos rituais fúnebres, para evitar contaminação e aglomerações. Dentre as mudanças nos rituais de despedida em virtude da pandemia, estava a falta de contato físico, algo tão tradicional da cultura brasileira.

Havia muita insegurança durante a pandemia. Na hora que paciente morre, o pessoal abraça, beija e fica junto, dá uma força. E ficava sempre essa coisa, “posso”, “não posso”, “vou ter que ir, pegar um capote para ir abraçar?” Aí já perdeu o feeling, né? A pessoa precisa *agora* desse abraço. Tinha hora que a gente descumpria o protocolo: ia lá, abraçava o familiar, ia passar álcool depois (E2, psicólogo, 27 anos).

A falta dos rituais fúnebres tradicionais e suporte social deles advindos acabou gerando mais sofrimento diante das perdas, contribuindo para fantasias de que a pessoa não morreu e para o luto se tornar complicado, potencializando o sofrimento da perda dos entes queridos (Caselatto, 2020; Giamattey *et al.*, 2022).

Os rituais, além de importantes para elaboração das perdas, costumam ser acompanhados de suporte social de familiares e amigos, o que não foi possível nos primeiros anos de pandemia, no momento em que seria tão importante o contato físico como fonte de suporte social e emocional. Muitas vezes esse suporte foi feito virtualmente, devido ao distanciamento social.

Eu só via o pessoal do trabalho. Por um ano foi só isso. Mudou muito. Tenho sentido falta dos meus amigos de outras épocas, não médicos. Volta e meia a gente tem feito algumas adaptações. Um deles casou online ano passado; estávamos todos lá, fazendo a festinha em casa (E7, médica, 37 anos).

Tem sido importante a identificação da rede de apoio dos profissionais de saúde objetivando construir saídas que permitam um maior suporte familiar e social, ainda que à distância. Juntamente à dificuldade dessas trabalhadoras em lidarem com falhas e enfrentarem sua própria vulnerabilidade, o isolamento social imposto pela pandemia acabou por aumentar o seu sofrimento e talvez afastá-las ainda mais da busca por ajuda e acolhimento (Furtado *et al.*, 2021).

Em casa tive um supersuporte, fui muito bem amparada. Isso me fez ir trabalhar com tranquilidade. Uma das grandes preocupações de todo mundo era “eu estou indo trabalhar, e a minha família? Como que eu estou deixando os meus?” (E3, fonoaudióloga, 31 anos).

Os dados mostram que, apesar do sofrimento que vivenciaram durante a pandemia, quando os profissionais de saúde dispunham de suporte social, eram fortalecidas suas estratégias de enfrentamento para lidarem com as adversidades.

Meus pais me ligando e falando “sai do hospital, para de trabalhar com isso, a gente dá um jeito”. Nem cogitei isso. Falei “não gente, eu amo trabalhar com saúde; estou assustado, mas quero enfrentar isso; não vou me esconder” (E2, psicólogo, 27 anos).

Somando-se a isso, as vivências de lutos sequenciais, ou seja, a morte de várias pessoas significativas para o profissional de saúde, num curto espaço de tempo entre os óbitos, não foram raras dentro de uma mesma família ou círculo de trabalho durante a pandemia de Covid-19, o que tornou o processo mais difícil.

Tivemos situações de três, quatro falecimentos numa manhã, pacientes internando pai hoje, a mãe daqui dois dias, e a irmã internada; pacientes com familiares morrendo e perguntando sobre esses familiares e a gente tendo que ter aquele jogo de cintura para esperar uma melhora, à espera de um milagre, para falar com o paciente (E13, assistente social, 42 anos).

Minha mãe faleceu antes da pandemia. Durante a pandemia, foi meu pai. Minha avó faleceu há um mês. Juntou tudo, né? Precisou entrar com medicação, voltei para a terapia e comecei a melhorar (E14, psicóloga, 44 anos).

Todas essas perdas reais e simbólicas ocorridas durante a pandemia foram agravadas pelo fato de que, apesar da dor, morte e perda fazerem parte do seu cotidiano profissional, os profissionais de saúde não são preparados para lidar com elas durante a formação acadêmica. Segundo Franco (2021), esses profissionais têm carência de estudar morte e luto em sua formação, com prejuízos expressos na atenção aos processos de luto da unidade de cuidados. A formação acadêmica dos profissionais de saúde ainda é centrada no modelo biomédico, cartesiano, que separa aspectos físicos dos psicológicos; prioriza a busca do curar em detrimento do cuidar. Nesse contexto, a morte é significada como evidência de fracasso terapêutico, e não como uma parte inevitável e inseparável da condição humana (Oliveira-Cardoso; Santos, 2017). Mas na rotina profissional eles vão lidar com pessoas em situações de dor, sofrimento e morte. Para Kovács (2008), o foco da formação dos profissionais de saúde é o treinamento técnico; não há um preparo nem acadêmico nem psicológico para eles lidarem com a morte. Pelo contrário, são treinados a negá-la, serem insensíveis ao sofrimento que ela pode acarretar, ou ficarem hipersensibilizados, podendo comprometer sua atuação profissional.

É desesperador você estar vendo pessoas morrerem, porque as pessoas naturalizam números, né? “Morreram dez”, “morreram 20”, “morreram cem”, “morreram mil”, “morreram 600 mil”, “morreram 610 mil”... “Ah, se já morreram 600 mil, 10 mil é nada”. Não dá para se naturalizar a vivência da morte. Eu vejo pessoas morrerem. Eu não sei de número (E5, fisioterapeuta, 36 anos).

O estresse imposto nessas situações pode facilitar a ocorrência de lutos complicados (antes considerados patológicos). Essa denominação mudou, tendo em vista que o luto pode ser vivido de maneiras mais particulares e sutis, que requebrem detalhamento da experiência subjetiva e contextualizada (Franco, 2021). No luto complicado, a ruminação e a permanência de sentimentos negativos podem levar ao desenvolvimento de estados ansiosos/depressivos prolongados.

Em abril de 2021, perdi meu pai para o Covid. Eu pensei, “se meu pai, que só ficava dentro de casa, pegou, eu, que pego metrô, que estou na região hospitalar, que é a região de maior índice de contágio...” (E14, psicóloga, 44 anos).

Os relatos dos entrevistados corroboram o que Gregio *et al.* (2015, p. 196) já apontavam em suas pesquisas: “O luto nessas condições é permeado por sentimentos de culpa, raiva, inconformismo, ansiedade, vergonha, tristeza e choque.” Essas manifestações ocorrem de forma intensa, sobreposta e não linear ao longo do tempo, em especial no período inicial do luto.

Além das perdas reais, de mortes para a Covid-19, muitos profissionais de saúde estão vivendo perdas funcionais e de produtividade em razão das sequelas físicas e psicológicas da doença.

Uma profissional que trabalhava comigo teve e ficou com parte do pulmão comprometida. Outra profissional lá do hospital adquiriu Covid, evoluiu mal e hoje está na fila de transplante de rim (E5, fisioterapeuta, 36 anos).

Muitos colegas adoeceram com transtorno de ansiedade, com pânico. Pós-Covid, alguns colegas tiveram questões de cansaço, fadiga, perda de memória (E8, terapeuta ocupacional, 38 anos).

A gente teve muitas situações de pacientes que iniciaram a hemodiálise pós-Covid (E11, assistente social, 41 anos).

Tenho amigas que continuam afastadas, porque ficaram sequeladas com o Covid. Uma delas hoje é dependente de O₂; a outra tem que tomar anticoagulante, devido aos grandes trombos e coágulos que dá no corpo. Tenho amigo lá de 19 anos que teve um AVE com o Covid (E20, enfermeira, 60 anos).

Diante desse contexto, a entrevistada E14 fez uma alerta:

Você pode até não morrer, mas se for infectado, tem grande chance de ficar sequelado. Alguns profissionais estão com dificuldade de memória, mais lentos, com menos força (E14, psicóloga, 44 anos).

Pelo relato dos entrevistados, apesar de oficialmente a pandemia de Covid-19 ter acabado em maio de 2023, ela segue em suas consequências físicas e psicológicas, requerendo políticas públicas eficazes para reabilitação e saúde mental específicas para essas demandas. Assim como nos dois primeiros anos houve

subnotificação de casos de Covid-19, invisibilizando-os, agora a invisibilização atinge as sequelas da doença, que seguem silenciosas, afetando a vida e a produtividade dos profissionais de saúde.

Sobre os lutos enfrentados pelos profissionais de saúde que atuaram diretamente na pandemia, ainda não é possível mensurar. Até porque o sofrimento proveniente dessas perdas reais e simbólicas enfrentadas é subjetivo. Como disse Carpinejar (2023), “o idioma da fragilidade é o mesmo; o sotaque da dor se apresenta diferente”. Ou seja, não se mensura sofrimento; acolhe-o. Esse acolhimento faltou muito a quem estava na linha de frente da pandemia. Eles vivenciaram isolamento social e estigma, inclusive dentro da própria casa. As pessoas que deveriam acolher o profissional de saúde, excluíram-no. Às vezes, eles se isolavam voluntariamente, para não colocarem a família em risco. Buscavam refúgio nos contatos virtuais. E se mantinham vivos e funcionais a partir da solidariedade com demais colegas de trabalho, que vivenciavam contextos semelhantes. A morte, que eles achavam que combatiam na rotina profissional, os calou quando levou familiares, colegas de trabalho e tantas pessoas que eles tentaram salvar e não conseguiram.

Fazer esta pesquisa foi dar voz a quem havia se calado por três anos. Dar visibilidade a quem sofreu tanto nessa pandemia, objetivando estimular políticas públicas mais eficazes em saúde mental do trabalhador, específicas para o pós-pandemia, que trouxe demandas adicionais – mas também para exigir respeito, acolhimento e reconhecimento a quem arriscou a própria vida para salvar a vida de tantas outras pessoas.

Sobre o futuro e o “novo normal”, tão aludido durante a pandemia, Carpinejar (2021) traz uma reflexão:

A verdade é que, por dentro, ninguém mais será igual. Não haverá a normalidade costumeira. Não tem como fingir que nada aconteceu. Todos cairão em si, inevitavelmente. Todos perceberão, em algum momento, que o modo de enfrentar a morte é somando as partes quebradas dentro de nós.

Considerações finais

A partir dos resultados, percebe-se que a pandemia afetou a todos os cidadãos, mas de forma ainda mais direta os profissionais de saúde. Eles vivenciaram

medos, pressão, discriminações e incertezas, escassez de material, mudanças na rotina laboral e familiar, mortes, que impactaram sua saúde mental. Eles, que já sofriam com a precariedade do serviço público de saúde, falta de condições adequadas de trabalho, trabalho precarizado, educação permanente insuficiente e problemas de saúde mental, tiveram a exacerbação desses problemas durante a pandemia de Covid-19.

Ao longo da pesquisa, ao falarem sobre a pandemia, os medos e perdas que vivenciaram a partir dela, os entrevistados trouxeram vivências de muita dor e sofrimento. Enaltecidos inicialmente como heróis, não tardou para virarem vilões involuntários, transmissores da Covid-19, vivenciando várias situações de discriminação e segregação – inclusive na própria casa. Alguns saíram mais fortes; outros adoeceram e precisaram de cuidados especializados em saúde mental. Mas nem todos tiveram ainda esse suporte psicológico e psiquiátrico. Isso sem falar nas sequelas físicas, neurológicas e psicológicas de muitos que foram contaminados.

A morte, que já fazia parte da rotina dos profissionais de saúde, virou regra nos dois primeiros anos da pandemia de Covid-19. Isso os impactou porque, além de ser uma tragédia que escancarou diversos problemas na saúde, os fez se confrontarem com uma realidade a que não estavam acostumados, tendo em vista que, desde a formação acadêmica, foram preparados para curar, não cuidar; salvar a vida, não lidar com a morte. E para agravar, muitas dessas mortes eram de pessoas com as quais conviviam, colegas de trabalho, amigos e familiares. A pandemia evidenciou que os profissionais de saúde não foram preparados para lidarem com a morte e, muito menos, falarem sobre ela.

Mais do que resultados de pesquisa, este artigo buscou trazer reflexões e inspirações para demandas de pesquisas futuras – ou o aprofundamento desta.

Referências

ARAÚJO, D. D. *O papel mediador da exaustão emocional na relação indireta entre a ruminação e o presentismo*. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Humanos e Consultoria Organizacional) – ISCTE Business School, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15341/1/daniela_depatri_araujo_diss_mestrado.pdf. Acesso em: 18 nov. 2023.

ARIÈS, P. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

BACKES, M. T. S. *et al.* Condições de trabalho dos profissionais de enfermagem no enfrentamento da pandemia da covid-19. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, [s. l.], v. 42, n. esp., e20200339, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200339>. Acesso em: 23 out. 2022.

BITENCOURT, S. M.; ANDRADE, C. B. Trabalhadoras da saúde face à pandemia: por uma análise sociológica do trabalho de cuidado. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 1013-1022, mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021263.42082020>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BORGES, J. L. de J.; CRUZ, M. H. S. Gênero e divisão sexual no trabalho em saúde. *Brazilian Journal of Development*, [s. l.], v. 7, n. 5, p. 51929-51944, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/30306/23834>. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Brasília: MS, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 9 jul. 2021.

CAMACHO, K. G. *A covid-19 e suas repercussões nos profissionais de saúde: um estudo exploratório*. 2022. Tese (Doutorado Acadêmico em Pesquisa Aplicada à Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Filgueira, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/59283/karla_camacho_iff_dout_2022.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 14 fev. 2023.

CARPINEJAR, F. *Depois é nunca*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

CARPINEJAR, F. *Manual do luto*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.

CASELATTO, G. Os lutos de uma pandemia. In: CASELATTO, G. (org.). *Luto por perdas não legitimadas na atualidade*. São Paulo: Summus, 2020. p. 231-253.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. Situação de saúde da população: casos e óbitos COVID-19. CONASS, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

DAL PAI, D. *et al.* Repercussões da pandemia pela COVID-19 no serviço pré-hospitalar de urgência e a saúde do trabalhador. *Escola Anna Nery*, [s. l.], v. 25, n. esp., e20210014, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0014>. Acesso em: 19 set. 2022.

DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIAS, M. L. *Luto no trabalho: vivências de perda e pesar na trajetória de carreira*. São Paulo: Blucher, 2023.

ELIAS, N. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FRAGA, F. A. *et al.* Mudanças pessoais e profissionais a partir da pandemia da covid-19: desigualdades sociais vivenciadas por profissionais da saúde em São Paulo, Brasil. *Revista Gerencia y Políticas de Salud*, Bogotá, v. 21, enero/dic. 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/545/54574701016/54574701016.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

FRANCO, M. H. P. *O luto no século 21: uma compreensão abrangente do fenômeno*. São Paulo: Summus, 2021.

FURTADO, A. L. F. *et al.* Reflexões sobre o acolhimento de profissionais de saúde na pandemia. *Revista Polis e Psique*, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 255-274, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/112156/65180>. Acesso em: 2 jun. 2022.

GALON, T.; NAVARRO, V. L.; GONÇALVES, A. M. de S. Percepções de profissionais de enfermagem sobre suas condições de trabalho e saúde no contexto da pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, [s. l.], v. 47, ecov2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/15821PT2022v47ecov2>. Acesso em: 5 mar. 2022.

GIAMATTEY, M. E. P. *et al.* Rituais fúnebres na pandemia de COVID-19 e luto: possíveis reverberações. *Escola Anna Nery*, [s. l.], v. 26, n. esp., e20210208, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0208>. Acesso em: 21 mar. 2023.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. São Paulo: LTC, 1993.

GREGIO, C. *et al.* O luto desencadeado por desastres. In: FRANCO, M. H. P. (org.). *A intervenção psicológica em emergências: fundamentos para a prática*. São Paulo: Summus, 2015. p. 189-228.

HIRIGOYEN, M. *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

KHALIL, O. A. K.; KHALIL, S. da S. SARS-CoV-2: taxonomia, origem e constituição. *Revista de Medicina*, [s. l.], v. 99, n. 5, p. 473-479, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/169595/166346>. Acesso em: 2 maio 2022.

KOVÁCS, M. J. Aproximação da morte. In: CARVALHO, V. A. de et al. *Temas em psico-oncologia*. São Paulo: Summus, 2008. p. 388-397.

KOVÁCS, M. J. *Educação para a morte: quebrando paradigmas*. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2020.

MACEDO, J. L. de. A morte e a medicina: sentimentos envolvidos diante da morte entre médicos. *RBSE: revista brasileira de sociologia da emoção*, [s. l.], v. 18, n. 53, p. 119-130, ago. 2019. Disponível em: https://www.cchla.ufpb.br/rbse/2_MacedoDossie_RBSEv18n53ago2019.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

MACHADO, A. V. et al. COVID-19 e os sistemas de saúde do Brasil e do mundo: repercussões das condições de trabalho e de saúde dos profissionais de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 28, n. 10. p. 2965-2978, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320232810.10102023>. Acesso em: 14 set. 2023.

MACHADO, M. H. et al. Condições de trabalho e biossegurança dos profissionais de saúde e trabalhadores invisíveis da saúde no contexto da COVID-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 28, n. 10, p. 2809-2822, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320232810.10072023>. Acesso em: 11 dez. 2023.

MENEZES, R. A. *Em busca da boa morte: antropologia dos cuidados paliativos*. Rio de Janeiro: Garamond: Fiocruz, 2004.

MINAYO, M. C. de S. Contribuições da antropologia para pensar a saúde. In: CAMPOS, G. W. de S. et al. (org.). *Tratado de saúde coletiva*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 189-218.

MONTEIRO, S.; VILLELA, W. (org.). *Estigma e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MORIN, E. *É hora de mudarmos de via: as lições do coronavírus*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

NEVES, M. F. de A. Living the death of others: the disruption of death in the COVID-19 pandemic. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 91-108, jan./abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100005>. Acesso em: 12 mar. 2024.

NEVES, P. S. C.; MACIEL, R.; LOZANO, M.-A. L. Um breve balanço sobre a experiência da série “A Questão Étnico-racial em Tempos de Crise” do Boletim Cientistas Sociais – ANPOCS. *Boletim Cientistas Sociais*, São Paulo, n. 47, 2 mar. 2021. Disponível em: https://anpocs.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Boletim_ER_047.pdf. Acesso em: 9 jul. 2021.

OLIVEIRA, A. Q. de *et. al.* Rituais de luto e sua função reconstitutiva em desastres. In: FRANCO, M. H. P. (org.). *A intervenção psicológica em emergências: fundamentos para a prática*. São Paulo: Summus, 2015. p. 229-258.

OLIVEIRA, J. C. de; CEBALLOS, A. G. da C. A feminilização da força de trabalho em uma unidade de saúde da rede municipal do Recife. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 10, e219111032645, 2022. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/32645/27707>. Acesso em: 26 fev. 2023.

OLIVEIRA, R. G. de. Racismo e suas expressões na saúde. In: MAGNO, P. C.; PASSOS, R. G. (org.). *Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon*. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020. p. 58-70.

OLIVEIRA-CARDOSO, É. A.; SANTOS, M. A. dos. Grupo de Educação para a Morte: uma estratégia complementar à formação acadêmica do profissional de saúde. *Psicologia: ciência e profissão*, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 500-514, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703002792015>. Acesso em: 17 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. OPAS, [s. l.], 5 maio 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 15 maio 2023.

PALLOTTINO, E. R. *et. al.* *Luto e saúde mental na pandemia de covid-19: cuidados e reflexões*. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2022.

PARKES, C. M. *Amor e perda: as raízes do luto e suas complicações*. São Paulo: Summus, 2009.

PAULUK, L. R.; BALLÃO, C. M. Considerações sobre o medo na História e na Psicanálise. *Fractal: revista de psicologia*, v. 31, n. 2, p. 60-66, maio 2019. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i2/5569>. Acesso em: 12 nov. 2023.

PESSOA, F. P.; PEREIRA, J. C.; MIRANDA Jr., H. C. de. O perigo, o herói e o vilão: as ressonâncias da morte para os profissionais de saúde em tempos de pandemia. In: MOREIRA, J. de O. *Luto e morte em tempos de pandemia: reflexões a partir da Psicologia*. Belo Horizonte: EdUEMG, 2021. p. 80-93.

PEUKER, A. C.; MODESTO, J. G. *Estigmatização de profissionais de saúde*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicologia, 2020. Disponível em: https://www.sbponline.org.br/arquivos/To%CC%81pico_4_Trabalhando_com_profissionais_de_sa%C3%BAdede_que_enfrentam_rea%C3%A7%C3%B5es_negativas_das_pessoas_ao_redor_durante_a_COVID-19_No_T%C3%B3pico_4_abordamos_como_entender_e_minimizar_a_estigmatizacao_dos_profissionais_de_sa%C3%BAdel.pdf. Acesso em: 18 fev. 2023.

RAMOS, R. de S. A Enfermagem Oncológica no enfrentamento da pandemia de covid-19: reflexões e recomendações para a prática de cuidado em Oncologia. *Revista Brasileira de Cancerologia*, [s. l.], v. 66, e-1007, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.32635/2176-9745.RBC.2020v66nTemaAtual.1007>. Acesso em: 21 abr. 2022.

REEVE, J. *Motivação e emoção*. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

RODRIGUES, J. C. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

RODRÍGUEZ, B. O.; SÁNCHEZ, T. L. The psychosocial impact of COVID-19 on health care workers. *International braz j urol*, [s. l.], v. 46, supl. 1, p. 195-200, July 2020. <https://doi.org/10.1590/S1677-5538.IBJU.2020.S124>. Acesso em: 22 out. 2022.

SEGATA, J. *et. al.* A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 7-25, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100001>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SOBOLL, L. A. P. *Intervenções em assédio moral e organizacional*. São Paulo: LTr, 2017.

STEVANIM, L. F. Trabalho humano: entre a angústia e a força, conheça as histórias de trabalhadores e trabalhadoras do SUS no enfrentamento ao novo coronavírus. *Radis: comunicação e saúde*, [s. l.], n. 213, p. 10-17, 2020. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/todas-edicoes/radis-213/>. Acesso em: 9 jul. 2021.

YIN, R. K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.

Recebido: 31/12/2023 Aceito: 31/05/2024 | Received: 12/31/2023 Accepted: 5/31/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Entre nosotros: a favor de la etnografía de nuestra teoría antropológica

Among us: towards an ethnography of our anthropological theory

Rosana Guber^{I, II}

<https://orcid.org/0000-0002-0469-8982>

guber.rosana@gmail.com

^I Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – Buenos Aires, Argentina

^{II} Instituto de Desarrollo Económico y Social – Buenos Aires, Argentina

Resumen

Este artículo busca provocar a la reflexión acerca de las prácticas antropológicas en y desde América Latina. Partiendo de distintos pronunciamientos de colegas acerca de las antropologías periféricas, las antropologías del Sur y las antropologías del mundo y centroamericanas, este escrito elabora sobre la práctica teórica de quienes hacemos antropología desde la región, sea con fines académicos, sea para la gestión, la transferencia y la mediación. Esta elaboración es parte de los fundamentos con los cuales un conjunto de colegas hemos creado el Diplomado Internacional en Teorías Antropológicas Latinoamericanas y del Caribe (DITALC), con la finalidad de comprender cómo hacemos teoría antropológica, cómo elegimos a nuestros autores, cómo relacionamos el campo empírico con nociones creadas en otra área cultural, y qué alternativas se nos podrían abrir si tomáramos en serio el dictum de la colega Mariza Peirano en 1994: ir hacia teorías más genuinamente universales y menos euro/etno-céntricas.

Palabras clave: antropología latinoamericana; teoría antropológica; antropología de la antropología; Argentina.

Abstract

This paper seeks to reflect about anthropological practice in and from Latin America. Starting from colleagues' statements about peripheral anthropologies, the anthropologies of the South and world anthropologies, this paper elaborates on how Latin American anthropologists have carried out theoretical work in our region, whether for academic or managerial ends. This elaboration is part of the foundations with which a group of colleagues have created the Diploma in anthropological theories of Latin America and the Caribbean (DITALC) since 2023. It aims at understanding how we do anthropological theory, how we choose our authors, how we relate our empirical findings to the notions generally elaborated in other cultural areas (North Atlantic) and what alternatives could open up if we took seriously Mariza Peirano's dictum in 1994: to go towards more genuinely universal and less Euro/Ethno-centric theories.

Keywords: Latin American anthropology; anthropological theory; anthropology of anthropology; Argentina.

Introducción^{1,2}

Sirva este artículo para unirme a las celebraciones de un Posgrado que ha formado a muchos colegas de la región, especialmente de la Argentina. En Porto Alegre colegas latinoamericanos han aprendido antropología con profesores de trayectoria, ingenio y proyección global, que no han olvidado el trabajo de campo.

Entre nosotros sabemos que hacer antropología desde posgrados académicos conlleva numerosas actividades que son parte del conocimiento antropológico. Me refiero a la investigación básica, la asistencia al “terreno”, la consulta con las poblaciones, la elaboración teórica, la analítica, la organización de archivos, la escritura, la edición y la propuesta de publicación, el chequeo técnico y lingüístico, la carga y descarga de libros y artículos afines a la temática en cuestión, etc. Los posgrados también habilitan a participar de congresos, postular a subsidios (¡y rendir sus gastos!), evaluar a ingresantes, cursantes, tesis, colegas, concursos de cargos, y artículos para publicar.

En todo esto debemos incluir la negociación desde que decidimos el tema de investigación hasta que lo llevamos a cabo; en quién/es pensamos cuando escribimos, y quiénes nos leerán. También debemos sopesar posiciones con los colegas y, no menos habitualmente, responder alguna tontera del espectro político-partidario y del funcionariado estatal, sea en defensa de la investigación, de la universidad, de la educación pública, o acerca de nuestro campo de estudio. No debemos olvidar, obviamente, el señalamiento de algún brote xenófobo, racista o sexista por parte de sectores políticos, grupos de interés y de presión, y hasta primerísimos mandatarios. La lista podría seguir con muchos etcéteras.

-
- 1 Este texto fue presentado, con algunas modificaciones, el 5 de marzo de 2024, como parte de la semana de los 50 años del PPGAS de la UFRGS. Agradezco a Jean Segata, a Chica Eckert y también a Handerson Joseph y a Arlei por su invitación y su interés en estas reflexiones. A la Prof. Cornelia Eckert le agradezco su amplitud, sus inquietudes, y su disposición a participar de este movimiento re-creativo de las antropologías latinoamericanas y del Caribe.
 - 2 Agradezco a mis colegas de la experiencia DITALC, y particularmente a Juan Carlos Skewes (UAH, Chile), Esteban Krotz (UAM-I/UADY, México), a Jairo Tocancipá Falla (UNICAUCA, Colombia) y a la querida Cornelia Eckert, que ha contribuido a que estas ideas llegaran a su casa académica en Porto Alegre. Y agradezco, además, las atentas lecturas y sugerencias de Jairo, Esteban, Natasha Alpízar Lobo, Sergio Carrizo, Noelia López y Jazmín Ohanian.

La tarea no termina aquí. Quienes hacemos antropología debemos llevar una vida, hacer trámites, pagar los servicios, criar a nuestros hijos, velar por nuestros mayores, rogar por tener o preservar el empleo, y llegar a fin de mes. También votamos, estamos a merced de los climas políticos y de sus vicisitudes, y nos angustiamos, entre otras, con la incertidumbre callejera y económica.

¿Conclusión? En América Latina es difícil pensar a los antropólogos como seres aislados de nuestras realidades, dedicados a teorizar desde la torre de marfil. Esto ni siquiera vale si sólo pensamos en nuestros proyectos de investigación, porque siempre debemos señalar cuál será la utilidad de lo que queremos investigar, y cómo retribuiría nuestro trabajo a la población estudiada. La colega brasileña Alcida R. Ramos nos enseñó a lo largo de los años, que nuestra relación con las poblaciones estudiadas ha tenido sus altibajos y profundos replanteos a la medida del mundo y de los Estados que nos rigen donde ambos, investigadores y poblaciones, solemos residir (ver, por ejemplo, Ramos, 2007). Hacer antropología demanda una labor constante para sopesar y dimensionar muchísimos factores al mismo tiempo y, por eso mismo, una incesante creatividad para mejorar los planteos, mientras hacemos lo posible por prevalecer en el mercado de trabajo y de las ideas.

De esta diversidad que se compone lo que hacemos forma parte muy destacada nuestro objeto de estudio, la diversidad-alteridad-otredad humana, y ahora también la no humana. La diversidad o como quiera que llamemos a nuestro objeto, trata siempre de una relación que habla del lugar y el tiempo en la sociedad y en el mundo. Nuestro abordaje de ese objeto constituye, entonces, nuestro propio posicionamiento para conocer, proceder y decidir. Y esto no sólo vale en términos epistemológicos. Esas diversidades que estudiamos forman parte de nuestras sociedades, de nuestras aulas, de nuestros interlocutores académicos y extraacadémicos, de nuestras amistades y de nuestras familias.

¿Es esta, acaso, una prerrogativa latinoamericana? Probablemente no, pero no es menos cierto que, históricamente, América Latina fue identificada como el continente mestizo adonde convergieron pueblos indígenas con africanos, asiáticos, oceánicos y europeos de variadas procedencias. En esta convergencia se da un continente extremadamente diverso. Por fama y por realidad, esa gran diversidad cultural, social y política parece ser nuestra mayor riqueza. “Nuestra” como latinoamericanos y “nuestra” como gente que hace antropología.

I

Ahora bien. Si nuestra labor disciplinar y profesional antropológica se desarrolla en contigüidad nacional-estatal con nuestros campos empíricos, que suelen arraigar en o cerca de nuestros lugares de residencia, resulta que en antropología hacemos y pensamos teoría muy cerca también del campo. Solemos trabajar, enseñar, votar, hacer política, ir al mercado y criar a nuestros hijos habitualmente en la misma jurisdicción nacional-estatal que rige a quienes queremos conocer y a cuya comprensión quisiéramos contribuir. Es la misma gente ante la cual, tarde o temprano, debemos rendir cuentas, sea en forma de publicación, de opinión fundada, de revista o de mesa redonda compartida.

Dado que parte de nuestro trabajo consiste en estudiar y dar clases, sabemos que en América Latina existe un enorme plantel de practicantes de las ciencias antropológicas, a los que llamamos de antropología social o cultural, folklore, etnología, arqueología, etnohistoria, antropología biológica y forense. Dado que parte de nuestro trabajo es dar a conocer aquello que aprendemos, también contamos con numerosas publicaciones, tesis, libros, compilaciones, documentales, registros fílmicos y sonoros, todo esto basado en las realidades que estudiamos. De las últimas iniciativas se cuentan los volúmenes *Antropologías hechas en...* que promovió y editó la Asociación Latinoamericana de Antropología desde 2020, y los nodos de revistas de acceso abierto como SciELO y Redalyc, además de la extraordinaria iniciativa del colega mexicano Roberto Melville que ha logrado reunir 30000 tesis latinoamericanas de licenciatura, maestría y doctorado (<https://antropotesis.alterum.info>). Tanto este catálogo como las otras bases reflejan la explosión de posgrados continentales en Antropología, cualesquiera sean sus acepciones como social, arqueológica, etc. Investigadores, graduados jóvenes de grados (a veces llamados de pregrado, traduciendo literalmente del inglés *undergraduate*) y posgrados movilizamos el conocimiento necesario para dar clases, escribir y dirigir tesis, y planificar argumentos anclados en trabajos etnográficos. De ser la Cenicienta de las humanidades y las ciencias sociales, nuestra disciplina ha ganado una legitimidad fenomenal en buena parte de la región.

Sin embargo, semejante crecimiento cualitativo, cuantitativo y moral no se corresponde con los modos en que solemos analizar lo que hacemos y aprendemos en el campo. Nuestras fuentes conceptuales y teóricas son excesivamente acotadas y, por lo tanto, muy poco variadas, en relación a los grupos humanos

que estudiamos, y en relación a las academias que se encargan de formarnos, pagarnos y legitimarnos. En una práctica abocada a describir, comprender y reconocer la alteridad, la otredad, la diversidad, o como sea que la llamemos, es este un grueso contrasentido. Estamos viendo esas alteridades desde perspectivas teóricas incuestionadas, como si estas opciones no formaran parte de sociedades, épocas y culturas determinadas. Esas perspectivas teóricas provienen, además, de una sola área del globo con importancia geoestratégica: el Atlántico Norte. De algunas ciudades de los Estados Unidos de Norteamérica, de París y de Inglaterra nos llegan deslumbrantes colegas autores a los que recurrimos cuando no sabemos qué hacer con lo que “recolectamos” del campo. A ellos les debemos los conceptos, el orden y, generalmente, el argumento.

Esta obiedad no me resultaba evidente hasta que, por mi tema de investigación, revisé las columnas editoriales del *Sunday Times* de los 74 días de la guerra anglo-argentina por las Malvinas/Falklands de 1982. Allí encontré una columna de Edward P. Thompson, el gran historiador de la clase obrera inglesa, ya convertido en militante por el desarme. Como ya he contado en otra parte (Guber, 2020), el insigne historiador argumentaba, en coincidencia con la opinión dominante en Europa, que los militares argentinos habían generado un régimen despiadadamente cruel, tal como pregonaba la propaganda británica no menos despiadadamente cruel Margaret Thatcher. Sin embargo, aquellos esbirros del Cono Sur latinoamericano estaban utilizando aviones Canberra provistos por el Reino Unido, aviones Super-Étendard y misiles Exocet franceses y aeronaves A-4 Skyhawk estadounidenses. El Atlántico Norte había armado a la dictadura y ahora debía combatirla. La ofendida Albión y sus aliados habían colaborado para producir al monstruo.

Una réplica fácil a la observación sobre nuestro *habitus* teórico filo-nordatlántico es que la antropología en tanto ciencia posee su *corpus* teórico identitario, con sus clásicos, escuelas y autores. Gracias a ese *corpus* podemos observar unitariamente la diversidad sociocultural del género humano. Así, nuestra disciplina científica y humanística se vería confrontada con la misma paradoja de nuestro objeto de conocimiento: constatar la unidad en la diversidad, tanto del género humano como de la antropología. Por eso, la teoría supuestamente tan limitada que estaríamos consumiendo vendría a ser la prueba más evidente de nuestra objetividad, de nuestra cientificidad y, también, de nuestra incesante práctica comparativa.

Vistas desde la práctica más que desde la norma, respuestas de este tipo presentan algunas sinuosidades. La primera es, como sabemos, que nuestro arsenal teórico proviene de una misma región cultural, la cuna del capitalismo, habitual y desmesuradamente simbolizado como “Occidente”. La segunda es que esa región cultural es, como señalaba Thompson, una región emblemática en términos geopolíticos y estratégicos, el Atlántico Norte. La tercera es que aún en esa región, el tronco disciplinar no se concibe ni se usa del mismo modo. En los EE.UU., por ejemplo, las referencias bibliográficas siguen siendo predominantemente nacionales, igual que en Gran Bretaña y en Francia. La cuarta observación es que un mismo autor puede ingresar a nuestra región de maneras diferentes, tal como lo ha demostrado Denis Baranger (2008, 2009) en su formidable estudio sobre Bourdieu en América Latina, y más concretamente en Brasil y la Argentina. Es casi seguro que después de tantos años (al menos cien) de importación y argumentación nordatlántica, nuestro armazón teórico esté regido por aquella región, pero no es menos cierto que, como sabemos quienes hacemos antropología, un mismo artefacto cultural modifica los usos en su travesía. La pregunta sería, entonces, cómo operamos los procesos de nativización.

Otro rango posible de respuestas a nuestra observación acerca de nuestras reducidas fuentes teóricas es que, desde fines del siglo XX, hemos ido incorporando autores de Medio Oriente, India y, por supuesto, América Latina. Personalidades como Edward Said, Veena Das, y hasta el mismísimo Viveiros de Castro “habitan” la bibliografía multicultural del “Norte global”. Sin embargo, lo que nos falta advertir es esa dimensión tan replicada (hasta la banalización) de la que nos habló Donna Haraway: el saber situado. Es que lo que escriben y piensan esas alter-personalidades de la alter-teoría antropológica global se consume de manera “no situada”, sino desde la lógica y la perspectiva nortea, respondiendo más a requerimientos de multiculturalidad académica de las sociedades parisina, londinense y neoyorkina, que a la pluralización genuina de elaboraciones teóricas “situadas” en nuestras academias y nuestras realidades sociopolíticas latinoamericanas. El efecto “Tango” es aquí notable. Me refiero a cuando esa danza dejó de ser una actividad promiscua y abominable desde que la crema de la sociedad parisina (y la pujante economía rioplatense) lo adoptaron con fervor casi religioso. No entendemos, todavía, cómo funcionó el efecto Tango en los colegas indios, medio-orientales y latinoamericanos globales, porque no solemos

preocuparnos por cómo “habitamos” la teoría (Ingold) en el “campo académico” (Bourdieu) de nuestros países. Lo que es seguro, es que estas prácticas “nos afectan” (Favret-Saada) hasta el tuétano.

Haciendo abuso de unos cuantos términos de moda y casi mandatorios para ese personaje académico que encarnamos en nuestro día a día profesional, advierto acerca de nuestros lugares comunes que repetimos en presentaciones y discursos de eventos, interacciones cotidianas, y hasta en situaciones extraacadémicas. Hoy todo es situado, afectado, habitado y en perspectiva. Entonces nada lo es. ¿Y si nos sacudiéramos este disfraz de simulación identitaria, ese toque exótico que confieren las jergas? ¿Acaso no podríamos ganar si nos concentráramos un poco más en averiguar cómo hacemos, usamos, importamos, copiamos, heredamos y simulamos teoría en América Latina?

II

No se trata de beneficiarnos con un menú más variado, porque estamos hartos de comer *hamburguers*, *omelettes* y *fish & chips*. Se trata de otra cosa.

Uno de los baluartes de nuestra disciplina es la continuidad teórico-metodológica del propio proceso de conocimiento, lo que en otra parte llamé “la articulación etnográfica” (Guber, 2013). Quien elabora el proyecto de investigación es quien encara las lógicas del planteo conceptual, el ingreso al campo y su propio desempeño en él, el análisis de “datos” y la composición argumental de su texto etnográfico. ¿Por qué ha sido así y lo sigue siendo en la enorme mayoría de los casos? Porque sólo quien estuvo allí, en el plan investigativo, sabe cómo fue la experiencia de conocer a esas personas y los costos de ubicarse en condiciones adecuadas para producir ese conocimiento. De todo este proceso resulta, más que “datos recolectados”, una perspectiva totalizadora que invita a utilizar y a crear tales o cuales conceptos aptos para interpretar ese campo y ponerlo a discutir con los esquemas teóricos corrientes.

Pero ¿qué sucede cuando, a la hora de seleccionar qué conceptos utilizar para comprender esas diversidades, nos dirigimos casi automáticamente a los “autores del momento”? Más aún: ¿qué sucede cuando esos “autores del momento” son personas inteligentísimas que provienen de una sociedad tan distinta de aquella en la cual investigador y población vivimos, trabajamos y nos encontramos?

Ciertamente, estos planteos no son una novedad. Varios colegas nos vienen alertando de este desfasaje que habla de la asimetría de poder en el gran campo antropológico mundial y, también, de una grosera inconsecuencia con nuestros propios propósitos disciplinares. Por ejemplo “La generación de teoría en América Latina”, de Esteban Krotz (1996) y sus “antropologías del sur” (Krotz, 1993), “la búsqueda de una antropología más genuinamente universal y menos etnocéntrica”, formulada por Mariza Peirano (1994), la iniciativa de recuperar las “Antropologías del Mundo”, de Gustavo Lins Ribeiro y Arturo Escobar (2009), Eduardo Restrepo, motor del sitio y revista homónima, y las antropologías centroamericanas señaladas hace ya tiempo por el tico Marcos Guevara Berger, entre otras, dan continuidad a una inquietud bastante arraigada en nuestro continente, como es la distinción entre academias metropolitanas y periféricas que vienen siendo pensadas desde los años 1980s por Roberto Cardoso de Oliveira (1998) y por Hebe Vessuri (2007).

Vayamos, entonces, a la pregunta. Cuando tenemos que explicar nuestro trabajo, nuestros descubrimientos, nuestras conclusiones, cuando tenemos que escribir o cuando guiamos a nuestros estudiantes, cuando preparamos el programa de un curso, es decir, cuando nos disponemos a hacer investigación, docencia y gestión, recurrimos a un conjunto limitado de autores. ¿Cómo los elegimos? ¿Por ser “clásicos” británicos, franceses, estadounidenses? ¿Por ser actualizaciones de esos clásicos? ¿Acaso, porque hemos ido al mercado de las ideas y nos “probamos” qué teoría nos quedaba mejor? Y si así fuera, ¿en qué espejos nos hemos mirado? Por lo pronto, seguro es que nuestros estudiantes saben que algunos autores no deben faltar de sus tesis. Esto lo aprendieron de la ACADEMIA, es decir, de nosotros mismos.

No hay ninguna duda de que estos autores, algunos de ellos verdaderos genios del pensamiento universal, son o han sido deslumbrantes por su inteligencia y su creatividad. Lo que cuesta creer, viniendo precisamente de la antropología, es que a esta altura del desarrollo de la educación superior de nuestros países y la enormidad de grados y posgrados en el sur global, la extensión y vastedad de las problemáticas humanas puedan ser sintetizadas por unos diez autores provenientes de la misma área cultural, económica y, mal que nos pese, de la misma área militar. Que no es la nuestra. O quizás sí.

La gran paradoja es que quienes estamos encargados de trabajar con y desde la diversidad, la disolvemos cuando analizamos nuestros campos empíricos.

El panorama se torna decepcionante porque nuestra diversidad y, con ella, nuestra originalidad se aplanan y desvanecen nuestras exclusivas y múltiples maneras de experimentar nuestros campos y, sobre todo, nuestra lucidez y sensibilidad teórica para integrar los problemas de investigación a los problemas de la vida de investigadores y poblaciones estudiadas. Esta paradoja permanece y se replica en todos nuestros países, de manera que nuestras prácticas teóricas acaban cristalizadas. Tal como nos lo señalaron Peirano y Krotz, no se nos ocurre como antropólogos analizar estas prácticas como lo hacemos con el resto de los productos culturales. Cuando no sometemos la elección a la crítica al etnocentrismo y a las múltiples determinaciones sociales y culturales, las teorías elegidas parecen inapelables y obvias. Así, nos las tragamos sin la debida masticación.

Uno de los efectos de este “orden de cosas” es la falta de diálogo teórico entre las academias de la región. ¿Para qué? Si nuestros principales interlocutores son las academias “del norte global” o, mejor dicho, del Atlántico Norte, éstas se transforman en la medida de calidad de nuestras elaboraciones y en nuestras principales interlocutoras. Uno de los efectos de este proceder es realmente sorprendente: excepto para los muy experimentados y ávidos seguidores de los debates norteros, es altamente improbable que nuestros jóvenes puedan participar en ellos, porque si así lo quisieran les demandaría mucho tiempo comprender los debates norteros y también los sureños, para ponerlos en relación. Por el momento, nuestros programas curriculares no están armados para que alguien transite norte y sur simultánea y articuladamente. Y cuando algún estudiante solicita alguna información al respecto, los docentes respondemos que ¡No nos da el tiempo!

En nuestro caso, la crítica teórica se distancia de la crítica cultural, porque la crítica teórica generalmente de inspiración nortera, que ejercemos en nuestra cotidianeidad académica sureña, suele provenir de ámbitos muy distantes a las sociedades y culturas de las que participamos y que nos rodean, incluyendo a nuestros campos. Para colmo, la perspectiva nacional-lingüística que adoptamos en el mundo académico nos impide una comunicación fluida e informada acerca de la historia teórica de las escuelas en las que decidimos inscribirnos. El problema es que, actualmente, la destreza antropológica no se gana leyendo a los colegas de nuestra región, aun cuando ya dispongamos de numerosos volúmenes que llevan en sus títulos las palabras “América Latina” o la Antropología adjetivada con el nombre de nuestros países. Así, ni la flamante iniciativa de las *Antropologías hechas en...*, ni el Catálogo de tesis latinoamericanas de Melville (2024), ni las

compilaciones de los grupos de trabajo ALA, ni los dossiers temáticos regionales de nuestras revistas logran abrirse paso en las agendas ya formateadas junto a la tonelada de materiales que, desde los '90s, nos vierte internet y que usamos para dar clases y estar al corriente de las últimas novedades... norteanas. Y aun cuando muchas de esas novedades estén en revistas nordatlánticas de acceso restringido y pago, nuestra proa sigue empeñada en llegar a la Osa Mayor que, como saben los navegantes, es la constelación emblemática del hemisferio norte.

Establecer las razones de semejante estado de cosas demandaría mucho trabajo y extenso, franco y continuo debate. Para ello sería conveniente hacer y estudiar etnografías desde distintos países y ciudadanías académicas. Esto nos ayudaría a entender cómo nos comportamos quienes hacemos antropología desde América Latina y el Caribe, con respecto a las citas de autoridad teórica general, a las citas sobre problemas regionales y a las citas sobre lo que sucede en el plano estrictamente local, sin olvidar cómo accedemos a los autores, cómo formulamos los problemas de investigación, etc. En síntesis, necesitamos hacer antropología de nuestras prácticas antropológicas, prácticas que incluyen, pero no se limitan al trabajo de campo. Esto nos ayudaría a detectar las lógicas de los acuerdos y los disensos con los autores nordatlánticos, los principios por los cuales vemos incongruencias entre campo, conceptos y prácticas de referencia y de exposición. Entonces, podríamos ir reconociendo usos y circuitos de autores norteanos y sureños, alianzas y préstamos, prejuicios y devociones, es decir, todo aquello que estudiamos en los otros, pero ahora en nosotros mismos en tanto que hacedores de antropología.

III

A continuación, me gustaría mostrar estos planteos con viñetas etnográficas de mi propia experiencia académica y las lecciones que aprendí, para mostrar algunas pistas que, sospecho, no son sólo mías.³ Identifico a esta problemática con una serie de cuestiones de las cuales quienes hacemos antropología somos

3 Pido disculpas por las auto-referencias bibliográficas, pero sucede que lo que afirmaré en esta sección se relaciona con algunas publicaciones. Al citarlas las someto a juicio de quienes lean este artículo.

parte demasiado activa y, por eso, demasiado responsable. En las tres décadas transcurridas desde la publicación de *Antropologías del Sur*, de Esteban Krotz (1993), el sesgo nordatlántico se fue haciendo más pronunciado. Por consiguiente, esta disposición nordatlanticófila no siempre fue necesaria y suficiente.

La lectura etnohistórica de mi práctica académica⁴ se ubica en cierta generación antropológica nacida institucionalmente en 1975, y en un período político-estatal argentino de determinadas características. Pero mi ingreso a la carrera de grado en 1975 no es mi adquisición del gusto por eso que después resultó llamarse “antropología”. Está introducido por dos padres universitarios durante un post peronismo que viraba hacia una época de turbulenta utopía entre los 60s y primera mitad de los 70s, en reacción a la militarización estatal de la política (eso que llamamos “golpes de estado” y “dictaduras” en el Cono Sur). Pero la antropología, que aprendí sin saber cómo se llamaba, a través del amor de mi padre por la arqueología, y de mi madre por las culturas latinoamericanas, me fue diagnosticada –y por lo tanto autorizada– por el gran matemático y gestor de la informática científica Manuel Sadosky, colega y guía de mi madre, también matemática, cuando le dije que yo quería estudiar geografía humana. Él supo escuchar mi interés por el conocimiento de primera mano de las formas de vivir y de pensar, y eso que sería el trabajo de campo. Así que mi vinculación con la antropología (que no se llamaba “social” cuando ingresé a la universidad) no se debió a la teoría. A esa altura de mis 16-17 años, quedaba claro para mí (con todo lo claro que se puede tener a esa edad) que la antropología debía ser útil para generar algún cambio, y esto sólo podría hacerse accediendo directamente a la gente.

No es poco importante que en 1974, un año antes de mi ingreso a la universidad, la Argentina asistió a una nueva intervención federal de las universidades, y como siempre en mi país, de los contenidos de enseñanza. Bajo un desgobierno democrático, primero, y una cruda dictadura militar, después, el pensamiento del Cono Sur-Paraguay “desde siempre”, hacía años Brasil, más recientemente Bolivia, luego Chile y Uruguay y finalmente la Argentina, se vio empobrecido, vigilado y, en algunos casos, aislado de los centros académicos

4 No lo llamaré “auto etnografía”, aunque podría hacerlo. Actualmente hablar de auto etnografía demanda las referencias patentadas, entre otras, por Judith Okely y Helen Callaway. En América Latina venimos pensando estas cosas hace mucho tiempo, entre otras razones porque estamos involucrados vitalmente en las cuestiones que investigamos, como señalé en la primera parte de este escrito.

de la novedad. En el caso argentino era llamativo cómo el gobierno se apegaba a la región nordatlántica en su mercado de armas y alineamiento geopolítico, mientras se apartaba de su libertad académica. Sin embargo, y como veremos, no fue ese el caso de Brasil, ni en toda la Argentina. Pero lo cierto es que desde 1974 parte de la *intelligentsia* de la Sudamérica austral abandonó su “academia natal” emigrando a otros países. Esto fue letal para la antropología social que se venía practicando fuera de La Plata (UNLP) y Buenos Aires (UBA), las principales universidades argentinas.

Desde la perspectiva de una joven auto percibida como “crítica”, este maremoto permitía asociar lo bueno con quienes se habían ido, y lo malo con quienes ocupaban puestos en el plantel de profesores. El tiempo me dio parte de la razón. Pero sólo parte.

Gracias a la oportunidad de viajar a Venezuela y a México entre 1975 y 1978, pude conocer a algunos “idos” en carácter de exiliados y de emigrados. En la Caracas de mediados de los 70s conocí a Hebe Vessuri y a Santiago Bilbao, ambos argentinos, ella formada en Oxford y luego regresada a la Argentina (doctoranda haciendo trabajo de campo en Santiago del Estero y luego docente-investigadora en Tucumán), él licenciado en Buenos Aires y dedicado, con admirable inteligencia autodidacta, a las tareas de la antropología aplicada en una cooperativa de peones del surco (rurales) de la caña de azúcar, en Tucumán. Como investigador del Instituto de Tecnología Agropecuaria INTA, del Estado Nacional, integró uno de los proyectos llamados “Bandera” de ese organismo. Pese a que no tomó las armas, ni hacía trabajo político-partidario, junto a su compañera Hebe quedaron en medio de dos ejércitos, el estatal nacional y el autodenominado “revolucionario del pueblo” (Guber 2010; Vessuri, en prensa). Tucumán emulaba, para uno de los bandos, la Sierra Maestra cubana, y para el bando contrario un “pedazo de la Patria tomado por la subversión”. Bilbao fue detenido “a disposición del Poder Ejecutivo Nacional” por ejercicio legal de la profesión. Poco menos de un año después, fue liberado a condición de salir del país. La experiencia de la Cooperativa no debía prosperar, probablemente a riesgo de ser tomada por los “terroristas”. Su caso es uno de los muy pocos forzados al exilio en tanto que antropólogo, porque su detención, interrogatorio y cárcel obedecieron a su trabajo de investigación-acción participativa, como se denominaba a este tipo de experiencias desde el por entonces muy leído sociólogo-antropólogo colombiano Orlando Fals Borda (1970; Jaramillo Jiménez, 2017).

Hebe y Santiago habían conocido a Esther Hermitte en la Argentina. Al igual que Leopoldo Bartolomé, Carlos Herrán, Eduardo Archetti y Kristi-Anne Stølen trabajaban en el norte argentino con un sector social que no encajaba ni en el tipo campesino de los Andes ni en el tipo terrateniente-hacendado. Todos ellos habían conformado un grupo de trabajo de CLACSO sobre articulación social, al que cada cual contribuía con parte de sus investigaciones empíricas, algunas de ellas doctorales. En mi viaje a Caracas de febrero del 1977, Hebe me habló de Esther y del IDES, Instituto de Desarrollo Económico y Social de Buenos Aires. Desde 1974, Esther daba cursos de antropología social para estudiantes avanzados y graduados. Desde el Centro de Antropología Social que ella fundó y aún existe, se las ingeniaba para reunir unos pesos para pagar las cuentas de luz, gas y expensas de su departamento. Su ingreso eran los cursos y la jubilación de su madre hasta que ésta falleció en 1978. Al parecer, su doctorado con honores y premios en la universidad de Chicago en 1964 y su decisión de regresar al país en 1965 no le habían reportado demasiados beneficios.

Pese a haberse formado en la línea británica cultivada por A. R. Radcliffe-Brown, en su estadía académica de siete años en Chicago, pese a haber sido dirigida por J. Pitt-Rivers, y pese a ser la primera antropóloga social por título y por práctica; pese, también, a ser una gran trabajadora de campo, su regreso le valió serios problemas con el *establishment* etnológico de la UBA y de la UNLP y, notablemente con los jóvenes que se estaban graduando de las licenciaturas. Estos la acusaban de “empirista” y “estructural-funcionalista”, es decir, de reaccionaria, pro *yanky*, colaboradora de la CIA y de la Fundación Ford (como si todo esto fuera la misma cosa). Esther mantenía una buena relación académica con Richard Adams, un mesoamericanista especializado en Guatemala, que había coordinado la Ford para varios proyectos de desarrollo académico en América del Sur.

La presunta asociación entre la Ford y la CIA, la central de inteligencia del Estado norteamericano, no era en absoluto clara. En 1966 y 1967, a raíz de la violenta intervención federal de la UBA, conocida como “la noche de los bastones largos” (29 de julio 1966), la Ford becó a numerosos matemáticos, físicos, químicos y biólogos para hacer doctorados y estancias posdoctorales en EE.UU. Precisamente, la intervención del Poder Ejecutivo (bajo régimen autoritario y castrense) desató la renuncia de numerosos profesores en protesta a la violación de la autonomía universitaria. Dicho sea de paso, Esther Hermitte fue la única renunciante al plantel de profesores titulares y adjuntos, del departamento de

Ciencias Antropológicas de la UBA, lo cual le valió quedar fuera de la planta universitaria hasta 1984.

Para la misma época y a través de Roberto Cardoso de Oliveira, la Ford iniciaba, en 1968, el primer Programa de Posgrado en Antropología Social de América del Sur, en el Museu Nacional de Río de Janeiro (García Jr., 2009). Con el mismo financiamiento, la Pontificia Universidad Católica del Perú abrió su maestría en Antropología Social en 1972 (Salas Carreño, 2022). En la Argentina, la alternativa fue propuesta por la Ford al gran renovador de la arqueología argentina y amigo de Esther, Alberto Rex González, flamante doctor en la Universidad de Columbia. Sus intentos por implantar el posgrado en La Plata, cuya especialidad socio-anropológica estaría a cargo Hermitte, fueron sistemáticamente boicoteados por el *establishment* etnológico de Buenos Aires y La Plata, y por un sector de estudiantes muy activo y vocal de ambas universidades. El final del asunto se selló en una reunión entre González, Adams y un grupo de jóvenes graduados que obligaron al “gringo” a escaparse por una puerta lateral del local. El joven Eduardo Menéndez, licenciado de Buenos Aires y ardiente defensor de la “antropología social” como cuarta especialidad antropológica, fue un potente articulador de aquella “resistencia” a lo que juzgaba como imperialismo académico y como espionaje. Algunos de sus artículos de entonces exponen claramente esta posición (Menéndez, 1970; Guber, 2008). Años después, ya radicado en la sólida academia antropológica mexicana, inició sus estudios en antropología médica que le valieron gran prestigio. Sin embargo, en sus comienzos, se había desempeñado como asistente de investigación en un proyecto de Hermitte sobre medicina hospitalaria en un centro de salud universitario.

Conviene recordar, a todo esto, que para entonces y como clima de época, se revelaban las intenciones del Plan Camelot pergeñado por el Pentágono estadounidense, para emplear antropólogos y sociólogos que investigaran el grado de rebeldía del pueblo chileno (Gil, 2011). La utilización de antropólogos profesionales en operaciones encubiertas de inteligencia en Indochina estaba siendo denunciada en las reuniones anuales de la American Anthropological Association. Pero entonces, ¿eran los posgrados de Perú y de Brasil antros de colaboracionistas con el imperialismo norteamericano? Generaciones de investigadores formados en ellos responderían por la negativa, y con sobrada razón.

Al cabo de todo aquel proceso histórico-académico, sería interesante averiguar si la “resistencia” que despertó en la Argentina “el posgrado de la Ford”

estaba tan bien fundada, qué la motivaba y en qué sentidos se proclamaba como superadora de las supuestas deficiencias de los posgrados de los otros dos países. Lo que sí sabemos, con la ventaja del tiempo transcurrido, es que aquel movimiento de resistencia progresista estudiantil terminó reforzando el *establishment* de los grados y doctorados antropológicos en la Facultad de Filosofía y Letras (UBA) y en la de Ciencias Naturales (UNLP), pertenecientes a las principales universidades argentinas, las del área rioplatense. Por su parte, la exitosa historia del PPGAS del Museu Nacional de la UFRJ es más conocida (ver García Jr., 2009). La de la Maestría de Antropología de la PUCP de Lima acaba de publicarse con muy interesantes entrevistas a sus distintas generaciones (Salas Carreño, 2022). Vale agregar que en 2006 desde la Universidad Nacional de Córdoba se estableció el doctorado en Antropología con colaboración financiera de la Wenner-Gren Foundation. Sus impulsores se valieron de las lecciones de la experiencia frustrada de 1969 en La Plata.

Una lectura posible de estas vicisitudes es que la discusión política en la antropología de los 60s-70s se dirimía en el idioma de la teoría, como en el medioevo se expresaba en términos religiosos. El trabajo de campo no era un problema, ni tampoco objeto de debate, y mucho menos en su articulación teórica. Calificar a alguien de empirista, funcionalista o marxista equivalía a poner en cuestión, o en valor, su posicionamiento político-ideológico, y en tiempos en que la militancia subordinaba al mérito académico, ser asignado a una u otra línea teórica podía significar la hoguera o la consagración.

Los nueve años de intervención universitaria (1974-1983) que empezaron bajo un gobierno democrático cada vez más violento, y que siguieron con siete años de dictadura militar lisa y llana, transcurrieron con enormes dificultades. La antropología oficial estuvo excesivamente apegada a jefaturas académicas de personalidades dominantes que detentaban perspectivas excluyentes. Sin embargo, no todo fue genuflexión. La arqueología lítica de la UBA generó importantes novedades, aún bajo la intervención universitaria (Luco, 2010). Más notable aún fue el departamento de antropología social de la Universidad Nacional de Misiones, comandado desde 1974 por Leopoldo Bartolomé, quien hizo gala de la antropología profesional para asesorar a las agencias de Estado y la construcción de Yacyretá, una gran represa con desplazamiento de población. Allí encontraron trabajo muchos antropólogos recién egresados de Buenos Aires, La Plata y Rosario (Bartolomé, 2007).

En 1984 comenzó la transición a la recuperación de la autonomía universitaria conquistada en el movimiento de La Reforma de 1918 en la Universidad de Córdoba y tantas veces interrumpida. La Antropología Social fue designada por las nuevas autoridades como la subdisciplina prioritaria y a “reimplantar”. En este carácter, las especialidades de Folklore y Etnología fueron perdiendo gravitación político-institucional y presencia académica. En la reforma del plan de estudios, la Antropología Sociocultural se convirtió en una de las dos especialidades del nuevo programa de licenciatura, junto a una muy sólida arqueología que, contradiciendo algunas opiniones totalizadoras acerca de la universidad en la dictadura, había logrado un importante giro teórico (Luco, 2010). Hermitte comenzó a dar clases de Método de Investigación de Campo en la UBA en 1984, y por concurso desde 1985. Para fines de los ‘80, y con su fallecimiento en julio de 1990, el trabajo de campo perdió presencia. El postulado dominante era que sólo la teoría nos permite aprehender el campo, pues el campo sólo nos habla desde nuestra teoría. Se infiere, de aquí, que los “datos” resultan, casi automáticamente, de los preceptos teórico-filosóficos que el investigador lleva consigo. En este marco, hablar de la autonomía del campo significa, entonces, caer en el pozo ciego del empirismo. En consecuencia, dedicarse a pensar el trabajo de campo es razonar ingenuamente, negando el valor político de la teoría.

La experiencia que Esther narraba en sus cursos del IDES en 1978 sobre su trabajo en Chiapas, y sobre Catamarca y Chaco en la Argentina, desmentían semejante convicción. El campo era una fuente de conocimientos que desafiaban las afirmaciones teóricas. En su paso de México a la Argentina, ella misma había modificado su perspectiva, yendo de Evans-Pritchard y Pitt-Rivers a Eric Wolf, y del estudio de la brujería a la producción de tejidos de poncho de vicuña y cultivo de pimentón. En ese paso tuvieron decisiva importancia sus colegas interlocutores, como los argentinos Vessuri, Bartolomé y Archetti, y la presencia del campo, siempre a mano para la discusión.

En 1982-3 participé de un proyecto que dirigía Esther sobre población en contextos de pobreza urbana. Yo no lo sabía, pero Esther ya no era la de antes. Algunos años atrás había sufrido una caída y se había lesionado la cadera, lo cual dificultaba su desplazamiento. Cuando empecé a trabajar en su equipo, ella delegaba en dos colegas jóvenes, yo una de ellas, la realización del trabajo de campo. El efecto en el proyecto era notable, porque a Esther se le escurrían los argumentos y no atinaba a hacer pie en la teoría antropológica. Sólo el respaldo

de su pasado etnográfico le permitía valorar u observar nuestras notas de campo e intuir la viabilidad y aplicabilidad de algunos sesgos interpretativos que nosotras proponíamos. Sin embargo, la limitación física menguaba seriamente su dirección. Había perdido esa perspectiva que confiere la articulación etnográfica, es decir, la contigüidad del campo y la interpretación, vital para producir este tipo particular de conocimiento. Tal era así que jamás la escuché recomendar la lectura de tal o cual autor, cuando debía evaluar un artículo o una tesis. Sus palabras eran: Acá falta trabajo de campo. Y generalmente tenía razón.

Aquellos antropólogos sociales de fines de los 60s y principios de los 70s, Esther incluida, eran grandes lectores de teoría, pero su interés radicaba en discutir problemas concretos que encontraban en el campo. Aquellos antropólogos sociales a los que leí sin que nadie me los recomendara o requiriera⁵ eran, además, extraordinarios trabajadores de campo, conocían las realidades macroeconómicas y políticas, y sus etnografías o monografías antropológicas eran tan elaboradas y a la vez tan accesibles que tenían la capacidad de modificar los ejes de discusión dominantes en la sociología rural en la región. Leían autores de todas las procedencias, pero su discusión estaba “acá”. Fue ese modo de relacionarse con la gente, de estar ahí, de discutir con fundamento y de plantear preguntas relevantes, sin olvidar los rostros de los productores, sus interlocutores, lo que visualicé como un posicionamiento estratégico que distingue a nuestra disciplina. Para ellos eran tan importantes Wolf y Chayanov como Moacir Palmeira y Lygia Sigaud que trabajaban sobre productores cañeros del nordeste brasileño desde el Museu Nacional.

En 1984, cuando llegó el proceso de normalización de la universidad con gobierno democrático tripartito (docentes, estudiantes y graduados), también instaurado en la Reforma Universitaria de 1918, la gran mayoría de aquellos geniales antropólogos de los 60s-70s que habían partido entre 1974 y 1976 no regresó a la Argentina más que de visita o a dictar un breve curso o conferencia. Hermitte, Bartolomé y Herrán, además de los colegas que estaban en Misiones no daban abasto y la antropología social carecía de profesores con experiencia de investigación. Entonces, la primera administración postdictatorial de la

5 Mis lecturas se debieron a un proyecto que hice con Sergio Visacovsky sobre la antropología social en la Argentina en esas dos décadas, 1960 y 1970. Algunos resultados se exponen en Visacovsky y Guber (2000, 2002).

Facultad de Filosofía y Letras de la UBA inició una firme política de formación en antropología social enviando a sus recién graduados a hacer posgrados en el exterior. El principal destino fue Río de Janeiro, tanto el Museu Nacional como el IFICs, aunque algunos derivaron hacia Brasilia, Porto Alegre y en menor grado, a Campinas. Otros partimos a EE.UU., y otros a París, una minoría a Inglaterra y a México. En mi caso fui a Baltimore, una ciudad obrero-portuaria que experimentó una pronunciada renovación urbana gracias a políticas dirigidas por la intendencia, en colaboración con el primer empleador local, la Universidad de Johns Hopkins. Allí transcurrí tres años y medio, en un departamento de gran pujanza intelectual, con Michel-Rolph Trouillot, Katherine Verdery, Gillian Feeley-Harnik y Sidney Mintz, el ancestro viviente, ya jubilado y sumamente activo, que firmaba en un cartel en la puerta de su oficina: Sid, the Kid.

Llegué a Baltimore en setiembre del '88, en pleno auge de la crítica posmoderna. Gracias a mi trabajo previo con la etnografía y en el campo, logré ubicarme en las discusiones. Durante mi estadía, el departamento de antropología social de Hopkins dictó el primer curso de trabajo de campo de su historia. Di mi examen de candidatura doctoral y lo aprobé presentando cierta discusión. Mis profesores estaban sorprendidos por la capacidad de debate que los estudiantes locales (bastante menores que yo en edad) apenas ofrecían. Esa era la tónica que adoptábamos en general, unos cuantos doctorandos latinoamericanos. Teníamos buenas ideas y experiencias propias, y nos mostrábamos siempre cerca de nuestras realidades. La historia era, para nosotros, una cuestión de vida o muerte.

Luego tocó volver y el regreso fue muy revelador. Quienes volvíamos de EE.UU. traíamos autores norteamericanos; los que volvían de París traían autores franceses; los que volvían de Brasil traían autores norteamericanos y franceses. Y unos pocos brasileños. Lo que mis colegas "argen-bras" valoraban era haber accedido a lecturas novedosas y más creativas de los clásicos de la antropología.

En rigor, aquellos autores que, para mi regreso, ya eran bastante populares en la academia argentina (transitaban una cada vez más aceptada internet y su socia Amazon) tenían un sabor distinto para mí que para mis colegas argentinos. Yo los había leído y pensado en sus propias academias, adonde eran sopesados como teóricos, como colegas y como ciudadanos politizados de sus respectivas academias (que generalmente no eran las universidades centrales).

Me daba la sensación de que yo los conocía más que mis compatriotas. Cuando los iba encontrando por el mundo y aquí mismo en la Argentina, podía conversar con ellos sólo diciendo que había estudiado en Hopkins. Este pequeño dato creaba el contexto de una interpretación más o menos común; hablábamos de lo mismo, de los mismos años, de las mismas academias, las mismas lecturas, los mismos chismes, casi en el mismo idioma. Supongo que a “los franceses” y a “los ingleses” les pasó algo similar, pero sospecho que el caso de los “argen-bras” fue más complejo. Pocos de aquellos que hicieron esa experiencia profundizaron en ella en algún texto, salvo el puntapié de Hugo Ratier y Claudia Guebel (2004). Brasil parecía haberse comportado como un excelente mediador entre la academia nordatlántica y la latinoamericana. Esto era evidente en un dato. Los colegas argentinos que a fines de los 90s y principios del 2000 citaban a Norbert Elias y empezaban a leer a Ingold casi seguramente habían pasado por alguna universidad brasileña, más que por una francesa o británica. Habían incorporado la potente lectura brasileña de las antropologías nordatlánticas, y encontraban cosas que los demás colegas no habíamos advertido.

Antes de volver de EEUU, empecé a estudiar la antropología argentina, particularmente a aquellos que, como Esther, Leopoldo, Hebe y Lali, hicieron nuestra primera antropología social. A mi regreso y con los años, conversé con ellos y me encontré con anécdotas sorprendentes. A principios de los 80s, Hebe mandó un artículo a una “revista internacional” anglófona. El evaluador le hizo una serie de objeciones, pero la principal era que sus citas bibliográficas eran “idiosincráticas”, es decir, no británicas y no europeas. Mucho tiempo después supe que el autor de tal evaluación había sido el sudafricano Adam Kuper. Desde entonces, ella aprendió a circular por “el mundo” nordatlántico, pero sin abandonar la perspectiva latinoamericana. Debió ser un arduo trabajo, dada la creciente “globalización” y las presiones que empezó a ejercer la internet y los oligopolios editoriales.

En cambio, su pareja Santiago Bilbao sólo citaba autores latinoamericanos, porque era con ellos con quienes quería dialogar. Esa onda de los ‘60 y tempranos 70 mostraba a una *intelligentsia* latinoamericana que exportaba ideas, la más famosa de las cuales, pero no la única, fue la teoría de la dependencia.

A mi regreso de EE.UU. yo sólo citaba a nordatlánticos estadounidenses. Mientras tanto, la antropología argentina crecía, se consolidaba y se expandía de manera exponencial, aunque ese crecimiento se hizo mirando también al Atlántico Norte. En la Argentina, nadie demandaba citar a los colegas de la

región ni en las clases, ni en las bibliografías, ni en las publicaciones. Así, los estudiantes aprendieron rápidamente que rendía más citar y leer a los nortatlánticos, que a los colegas del propio país o de un país vecino. Esto se relacionaba con otra ilusión que teníamos quienes nos íbamos a las academias centrales: creer que podríamos publicar fácilmente en sus *journals*. En mi caso pude hacerlo, pero su impacto me resulta desconocido aún hoy. Quizás porque no estaba discutiendo a la medida nortea, quizás porque no eran temas de su interés. En vez, cuando publicaba en castellano y en nuestras revistas, fueran o no de acceso abierto, podía ser leída y en algún momento recibía sus efectos.

Por razones de rédito académico establecidos por nuestras universidades e implementados por nosotros mismos, el debate no se produce entre colegas del sur. ¿Resultado? Un campo intelectual antropológico desmembrado que se vincula a través de los autores “centrales”, como en una disposición estelar, con los rayos naciendo y volviendo al centro. Una lástima, pero sobre todo, un contrasentido para una disciplina que vive y se nutre de accesos ingeniosos a sus campos empíricos, es decir, a sus realidades sociales, políticas y culturales.

Decidí tomarme en serio esta impresión cuando advertí que una de las claves estaba en lo que hoy llamamos “lectorados”. Cierta vez reuní algunos textos donde varias autoras analizábamos incidentes de campo para mostrar que esos incidentes llevaban hacia la tesis central de nuestras investigaciones. El libro *Prácticas etnográficas* (Guber, 2014) se publicó en 2014, pero unos meses antes usé algunos de sus capítulos para dar clase en universidades con y sin antropología de grado. La comprensión de los textos era inmediata y suscitaba comentarios informados y de gran sensibilidad antropológica. De una u otra manera, los estudiantes se relacionaban con los campos mencionados en los textos, que solían parecerse a sus vidas cotidianas. En sus tramas argumentales descubrían a varios conocidos y “entendían” el mensaje del escrito. La familiaridad con el campo era una clave que yo ya había advertido en mi incesante lectura de bibliografía estadounidense durante mi estadía nortea. Allí también había guiños y asociaciones que yo no lograba entender, no por mi falta de idioma. Entonces, la contigüidad y la continuidad de la articulación etnográfica estaban aseguradas cuando las autoras habitábamos la misma sociedad que nuestros lectorados. Fue gracias a un breve curso en Comodoro Rivadavia, provincia de Chubut, en 2013, que empecé a preguntarme por nuestras prácticas teóricas y por cómo elegimos las teorías y los autores, qué relación guardan con nuestros

campos y, también, con nuestros lectores. La cuestión era dilucidar en qué medida esas teorías y esos conceptos que solemos emplear nos ayudan a conocer nuestras realidades y a comunicar ese conocimiento a sus habitantes.

El toque final de este empeño llegó en el VI congreso de ALA en 2021. Al ser íntegramente *online*, era bastante sencillo entrar y salir de varios simposios. Decidí “asistir” a aquéllos cuyos títulos llevaban la “Antropologías” adjetivada, p.ej., Antropología feminista, colaborativa, alternativa, comprometida, etc. Para mi sorpresa, los teóricos citados en las ponencias eran prácticamente los mismos y principalmente franceses, empezando por Foucault (a quien se le perdonan cosas más graves que ser estructuralista), hasta Deleuze-Guattari, pasando obviamente por Latour. Eso sí: la reunión era de Antropología Latinoamericana, pero lo latinoamericano se limitaba a la nacionalidad de la autora de la ponencia y a su trabajo de campo. Yo había sido invitada a integrar el último conversatorio del congreso, así que fui organizando mi exposición conforme a lo que aprendía en el evento. Entonces, decidí montar en un *power point* con una serie con fotos de colegas de toda América Latina, sin aclarar quiénes eran, ni su país de origen, ni su desempeño. Pregunté a la asistencia si los conocían y me respondieron que sabían de unos pocos que eran, casi siempre, sus connacionales.

Pensé que la situación era preocupante, porque sugería que nosotros, latinoamericanos, preferíamos buscar a nuestros antepasados y a nuestras fuentes de inspiración teórica en el norte global, y no en América Latina. La conclusión era muy fácil: se hace teoría en el norte; el sur seguía proveyendo la materia prima (Guber, 2020).

Ciertamente, este panorama no da cuenta de lo que sucede en tal o cual centro académico o escuela de pensamiento de nuestra región. Nos sucede a todos, lo cual torna más interesante el fenómeno. Ese interés no estriba, como se ha dicho hasta el hartazgo, en el colonialismo intelectual, la asimetría regional de la ciencia, etc. etc. etc. Ya lo sabemos. Desde mi punto de vista, nos muestra a los colegas antropólogos latinoamericanos como activos coproductores de ese *statu quo* desigual y etnocéntrico. La pregunta es: ¿cómo lo coproducimos? Alguien podría responder con otra pregunta: ¿cuál es el problema? Mi respuesta sería que el problema no reside tanto en desconocer qué piensa y qué hace un colega uruguayo, ecuatoriano o guatemalteco. Reside, más bien, en que cada uno de nosotros constituimos muestras aisladas que no acaban de integrarse a una o varias matrices del pensamiento disciplinar. De hecho, un texto

tan visionario como el de los “estilos de antropología” de Cardoso de Oliveira limita esas matrices a las tres naciones del Atlántico Norte: Reino Unido, EE.UU y Francia (Cardoso de Oliveira; Ruben, 1995). De acuerdo: pero ¿y Brasil? ¿Adónde nos integraremos los colegas de la región? ¿Sólo en ese cuadro y en esos casilleros? ¿Podemos imaginar otras matrices posibles? Es verdad que, según los formuladores de las “antropologías del mundo”, hay una enorme variedad de antropologías *vis-à-vis* la globalización. También parece cierto que en esa variedad no todas las antropologías valen lo mismo (Lins Ribeiro, 2023).

En todo caso, ¿cómo rescatar nuestras antropologías para ir más allá del cosmopolitismo provinciano mientras, premeditadamente o sin saberlo, contribuimos a consolidar el provincianismo cosmopolita (Lins Ribeiro; Escobar, 2009)? ¿Cómo generamos nuevos aliados aún bajo la hegemonía nordatlántica? ¿Qué hicieron y qué pensaron nuestros ancestros, todavía ocultos en el desván? ¿Cómo se enfrentaron a los problemas de su época y qué ideas nos legaron para enfrentar problemas parecidos o idénticos en estos tiempos?

Por el momento, lo que producimos y pensamos desde América Latina es casi un clavel del aire, colgado de alguna rama del árbol parisino, oxfordiano o californiano de la disciplina, que lo nutre con autores y conceptos, pero no le da arraigo.

IV

Siguiéndole los pasos a estas preguntas, que generalmente compartimos quienes hacemos antropología en las intimidades del sur, varios colegas de la región nos dimos a la tarea de armar un posgrado sobre teorías antropológicas latinoamericanas. La idea no era tanto, ni sólo, visibilizar lo invisibilizado de nuestra disciplina regional, sino empezar a recorrer, más sistemáticamente, cómo hacemos teoría “desde acá”, incluyendo por supuesto a los autores de “allá”. La Universidad Alberto Hurtado de Chile, junto a la Escuela IDAES de la Universidad Nacional de San Martín, Argentina, nos unimos con colegas de América Central y Sudamérica de manera remota sincrónica, para compartir esta búsqueda entre profesores, estudiantes y personas tutoras que acompañan a los estudiantes hacia su trabajo final. Dos profesores de distinto sesgo y formación comparten cada uno de los 9 cursos durante 10 semanas; se escuchan, se aportan y también se sorprenden.

Este Diplomado Internacional en Teorías Antropológicas Latinoamericanas y del Caribe (DITALC)⁶ se conformó como un espacio de tiempo para el estudio sistemático con profesores, estudiantes y tutores de distintos acentos, formaciones, énfasis y conocimientos. Como posgrado íntegramente *online* facilita el encuentro de personas que viven y hacen antropología en San José, Guadalajara, Porto Alegre, Tegucigalpa, Santiago de Chile, Buenos Aires, Lima, Popayán, Ciudad de México y Yucatán. Ciertamente muchos profesores, estudiantes y tutores han estudiado en “el norte” o en otros países latinoamericanos, particularmente en Brasil, lo cual abona, nuevamente, las bondades de nuestras diversidades, ahora también académicas. O, como me señaló mi colega argentina Jazmín Ohanian,⁷

La tarea antropológica de entender la alteridad con lucidez, creatividad y sensibilidad permite pensar quienes somos nosotros. Hacer el ejercicio de encastrar analíticamente la diversidad humana de los grupos con quienes estudiamos a fuentes conceptuales ajenas (y extranjeras) dificulta el trabajo de conocer desde el campo, nuestros campos, la propia otredad latinoamericana.

Quizás sea hora de reconocer nuestras diversidades académicas, de describirlas y analizarlas, de empezar a aprender, también, entre y de nosotros mismos para finalmente y recordando las enseñanzas de Mariza Peirano (1994), hacer una teoría antropológica más genuinamente universal y cada vez menos eurocéntrica.

6 Ver <https://postgrados.uahurtado.cl/programa/diplomado-internacional-en-teorias-antropologicas-latinoamericanas-y-del-caribe/>.

7 Comunicación personal, abril 2024.

Referencias

BARANGER, D. La recepción de Bourdieu en la Argentina y en Brasil. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNLP, 5., 2008, La Plata. *Memoria Académica*, La Plata, 2008. Disponible en: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.5868/ev.5868.pdf. Acceso: 30 mar. 2024.

BARANGER, D. Bourdieu en América Latina. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27.; JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, 8., 2009, Buenos Aires. *Acta Académica*, [s. l.], 2009. Disponible en: <https://cdsa.aacademica.org/000-062/1281.pdf>. Acceso: 30 mar. 2024.

BARTOLOMÉ, L. *Argentina: la enseñanza de la antropología social en el contexto de las ciencias antropológicas*. Informe para la Investigación: "A Distributed and Collective Ethnography of Academic Training in Latin American Anthropologies", Latin American Working Group of the WAN Collective. Posadas: Programa de Postgrado en Antropología Social, Universidad de Misiones, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora Unesp: Paralelo 15, 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; RUBEN, G. *Estilos da antropologia*. Campinas: Editora Unicamp, 1995.

FALS BORDA, O. *Ciencia propia y colonialismo intelectual*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1970.

GARCIA JR., A. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. *Mana*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 2, 2009. Disponible en: <https://www.scielo.br/j/mana/a/3rhQHHCmkMv4gZsyNm36DnP/>. Acceso: 30 mar. 2024.

GIL, G. J. *Las sombras del Camelot: las ciencias sociales y la Fundación Ford en la Argentina de la década del sesenta*. Mar del Plata: Editorial Eudem, 2011.

GUBER, R. Committed or scientific? The Southern whereabouts of Social Anthropology and *Antropología Social* in 1960-70 Argentina. In: BOSCOVICH, A. (ed.) *Other people's anthropologies: ethnographic practice on the margins*. New York: Berghahn Books, 2008. p. 110-124.

GUBER, R. La autonomía etnográfica. El trabajo de campo de los antropólogos sociales argentinos entre 1960 y 1975. *Antípoda*, Bogotá, n. 11, p. 189-213, 2010. Disponible en: <https://doi.org/10.7440/antipoda11.2010.10>. Acceso: 30 mar. 2024.

GUBER, R. *La articulación etnográfica: el descubrimiento de Esther Hermitte en los Altos de Chiapas 1959-1964*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2013.

GUBER, R. (comp.). *Prácticas etnográficas*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2014.

GUBER, R. Pensar la investigación de campo desde Iberoamérica. 4 líneas y 4 paradojas. *AIBR: revista de antropología iberoamericana*, Madrid, v. 15, n. 3, p. 439-462, 2020. Disponible en: <https://recyt.fecyt.es/index.php/AIBR/article/view/86231>. Acceso: 30 mar. 2024.

JARAMILLO JIMÉNEZ, J. *Estudiar y hacer sociología en Colombia en los años sesenta*. Bogotá: Universidad Central, 2017.

KROTZ, E. La producción de la antropología en el sur: características, perspectivas, interrogantes. *Alteridades*, México, v. 3, n. 6, p. 5-11, 1993.

KROTZ, E. La generación de teoría antropológica en América Latina: silenciamientos, tensiones intrínsecas y puntos de partida. *Maguaré*, Bogotá, v. 11-12, p. 25-39, 1996.

LINS RIBEIRO, G. (ed.). *Panorama de las antropologías mundiales*. México: UAM: Routledge, 2023.

LINS RIBEIRO, G.; ESCOBAR, A. (ed.). *Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder*. México: The Wenner-Gren International: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: Universidad Autónoma Metropolitana: Universidad Iberoamericana: Envió, 2009.

LUCO, S. O. Tensión político-académica en la Universidad de Buenos Aires (1975-1983): el cambio de paradigma en la arqueología patagónica. *Revista del Museo de Antropología*, Córdoba, v. 3, n. 1, p. 211-224, 2010. Disponible en: <https://doi.org/10.31048/1852.4826.v3.n1.5463>. Acceso: 30 mar. 2024.

MELVILLE, R. *Catálogo de tesis latinoamericanas en antropología*. [S. l.]: Asociación Latinoamericana de Antropología, 2024.

MENÉNDEZ, E. L. Ideología, ciencia y práctica profesional. In: TOURAINE, A. et al. *Ciencias sociales: ideología y realidad nacional*. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1970. p. 101-124.

PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

RAMOS, R. A. ¿Hay lugar aun para el trabajo de campo etnográfico? *Revista Colombiana de Antropología*, [s. l.], n. 43, p. 231-261, 2007.

RATIER, H. E.; GUEBEL, C. F. Las antropologías argentina y brasileña según algunos testimonios: exilios, tránsitos y permanencias. *Raíces*, [s. l.], v. 23, n. 1-2, p. 140-158, 2004.

SALAS CARREÑO, G. (dir.). *50 años de la Maestría en Antropología*. Lima: Escuela de Posgrado, Departamento Académico de Ciencias Sociales, Pontificia Universidad Católica del Perú, 2022.

VESSURI, H. M. C. *O inventamos o erramos: la ciencia como idea-fuerza en América Latina*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2007.

VESSURI, H. M. C. *Pescando guindas en la siesta: a medio camino entre la práctica de la investigación y la autobiografía*. Buenos Aires: Editorial SB. En prensa.

VISACOVSKY, S. E.; GUBER, R. Nación, marginalidad crítica y el Otro interno en la antropología social argentina de los 1960s-70s. *Desarrollo Económico: revista de ciencias sociales*. Buenos Aires, v. 40, n. 158, p. 289-316, 2000.

VISACOVSKY, S. E.; GUBER, R. (comp.). *Historia y estilos de trabajo de campo en Argentina*. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2002.

Recebido: 30/04/2024 Aceito: 17/07/2024 | Received: 4/30/2024 Accepted: 7/17/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Quem avalia a avaliação? A avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, vista da área de Antropologia e Arqueologia, 2018-2022

Who assesses the assessment? The assessment of the National Postgraduate System, as seen from the Anthropology and Archaeology area, 2018-2022

Antonio Carlos de Souza Lima^{I,II}

<https://orcid.org/0000-0001-5260-236X>
acslima@mn.ufrj.br

^I Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{II} Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ, Brasil
Professor visitante

Resumo

O objetivo do texto é abordar alguns aspectos do processo avaliativo da pós-graduação no Brasil, como capitaneado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no período de início da implantação da avaliação multidimensional. O texto apresenta um histórico da avaliação do sistema nacional de pós-graduação (SNPG) e seu lugar na Capes. A seguir, aponta as principais alterações incrementais propostas para a avaliação e o que foi implementado na avaliação quadrienal 2017-2020, concluindo por propor um maior envolvimento e controle social dos integrantes da área sobre o processo, altamente centralizado na Capes e no Conselho Nacional de Educação (CNE). Os dados compilados são frutos da pesquisa etnográfica e histórica em bases da Capes e da objetivação participante de minha experiência como coordenador da área de Antropologia e Arqueologia entre 2018 e 2022. Parto de minha experiência no estudo antropológico do Estado, de suas agências e políticas.

Palavras-chave: Capes; avaliação da pós-graduação; antropologia; arqueologia.

Abstract

The aim of this text is to discuss some aspects of the evaluation process of postgraduate studies in Brazil, as led by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes) during the period when multidimensional evaluation was first implemented. The text presents a history of the evaluation of the national postgraduate system (SNPG) and its place in Capes. It then points out the main incremental changes proposed for the evaluation and what was implemented in the 2017-2020 quadrennial evaluation, concluding by proposing greater involvement and social control of the members of the area over the process, which is highly centralized in Capes and the National Education Council (CNE). The data compiled is the result of ethnographic and historical research on Capes databases and the participant objectification of my experience as coordinator of the Anthropology and Archaeology area between 2018 and 2022. I draw on my experience in the anthropological study of the State, its agencies and policies.

Keywords: Capes; postgraduate assessment; anthropology; archaeology.

Introdução¹

O objetivo do presente texto é abordar os incrementos no processo de avaliação dos programas de pós-graduação (PPGs) integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) durante o ciclo avaliativo de 2017-2020 ligados à área de avaliação de Antropologia e Arqueologia, tal como conduzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). As áreas de avaliação são a forma como a Diretoria de Avaliação (DAV)/Capes historicamente aglutina áreas de conhecimento para fins de organização do processo avaliativo.

Tais áreas, em número de 49 durante o período de 2018-2022, quando se realizou a avaliação de 2017-2020, acham-se agrupadas em três “colégios”: o Colégio de Ciências da Vida; o Colégio de Humanidades; o Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar (estas últimas, ainda que congregando numerosos cursos de Humanidades, foram aí inseridas por compensarem o menor número de áreas de avaliação). Por sua vez, cada colégio é dividido em “grandes áreas”, que aglutinam certo número das áreas de avaliação. Assim, a área de Antropologia e Arqueologia está situada no Colégio de Humanidades, na grande área de Ciências Humanas (juntamente com Ciência Política, Relações Internacionais e Defesa, Ciências da Religião e Teologia, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia e Sociologia), Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes.² Na numeração das áreas, a de Antropologia e Arqueologia recebe o número 35.³

Na atualidade, as coordenações de cada área, compostas por um(a) coordenador(a) e dois/duas coordenadores(as) adjuntos(as) (de PPGs “acadêmicos” e “profissionais”), organizam, sob a condução da DAV a avaliação da produção de cada PPG e de seu funcionamento geral num quadriênio anterior,

-
- 1 Agradeço a Ruben Oliven e a Arlei Damo pela imensa paciência e pela interlocução na escrita deste texto, assim como a Ana Paula Mendes de Miranda, a Marcia Bezerra, Leonardo Francisco de Azevedo, Luiz Augusto Campos e a Sergio O. de C. Avellar. Agradeço ainda a Rafael Abreu pela cuidadosa revisão do texto, que se beneficia dos recursos dos projetos de Bolsa de Produtividade 1A do CNPq (Proc. 302978/2019-4) e Cientistas do Nosso Estado da Faperj (Proc. E-26/200.561/2023).
 - 2 Ver Sobre [...] (2014). No dia 5 de outubro de 2023, o Conselho Superior da Capes criou a 50ª área de avaliação, destinada a aglutinar os Programas Profissionais para Professores da Educação Básica. Ver Criada [...] (2023).
 - 3 Para a página da área, ver Antropologia/Arqueologia (2014).

por meio do trabalho de comissões de consultores para cada etapa preliminar e para o trabalho avaliativo propriamente dito de sugestão de notas (é o termo regulamentar). Os pareceres emitidos para cada PPG pela comissão de avaliação são então analisados por pareceristas integrantes de outras coordenações de áreas (do mesmo colégio, como foi na quadrienal e 2017-2020, ou de outros como em períodos anteriores), que confirmam ou negam as notas sugeridas, bem como analisam os procedimentos da área. A seguir, todos os pareceres de PPGs e o relatório geral da avaliação da área seguem para o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), cujos pareceristas reanalisam todo o trabalho, acatando ou não as notas sugeridas e atribuindo-lhes as notas finais, que serão chanceladas ou não pelo CNE.⁴ A essa etapa deliberativa cabem recursos, e para isso compõem-se comissões de reconsideração desde a área passando pelo CTC-ES, instância deliberativa. Dessa etapa cabem ainda recursos à presidência da Fundação e ao CNE.⁵

Apresento um histórico da constituição do processo avaliativo da pós-graduação, e seu lugar na Capes e no SNPG. Enfatizarei a forma como se deu a já preconizada virada rumo a uma avaliação multidimensional e qualitativa, bem como seus efeitos para a área 35. Por fim, e à guisa de conclusão, destacarei alguns dos desafios para a implementação dessa sistemática, à luz do processo avaliativo de 2017-2020, entre elas os limites do uso da Plataforma Sucupira, base de dados da Capes. Minha intenção é fornecer subsídios e instrumentos a gerações presentes e futuras de discentes e docentes da área de Antropologia e Arqueologia para o exercício de um efetivo controle social sobre essa política longaeva, colocando-se como parceiros da coordenação da área e atuando, de modo a influir por esse e outros meios, no processo avaliativo em si. Trata-se de propiciar as bases de uma “cidadania acadêmica”. Muitas considerações interpretativas, frutos de minha experiência de pesquisa com questões relativas a uma antropologia do Estado, estão aqui subentendidas, e sua melhor explicitação ficará para outros esforços, dados os limites de espaço.

4 Para as competências e a composição do conselho, ver Brasil (2023) e Competências [...] (2021).

5 Para o estatuto da Capes, ver Brasil (2022a).

Esses poucos temas têm desdobramentos e repercussões amplos e uma história própria que não cabem neste artigo. Assim, a leitura dos textos de representantes e coordenadores da área que me precederam junto à DAV/Capes, coligidos em Souza Lima, Miranda e Bezerra (2023), e a consulta do detalhado relatório de avaliação de 2017-2020, em Souza Lima, Almeida e Miranda (2022), facilitam, aprofundam temporalmente e adensam os conteúdos deste texto. É ainda importante que se considere a leitura de Trajano Filho e Ribeiro (2004) e Simião e Feldman-Bianco (2018).

Entre 2004 e 2022, a área mais que triplicou de número de PPGs, diminuindo as assimetrias regionais, em especial entre Sul-Sudeste e Nordeste, com melhorias também nas regiões Norte e Centro-Oeste. Espera-se também que, nos próximos anos, programas dessas regiões se qualifiquem como programas de excelência.⁶ Hoje, a área é composta por 38 PPGs, dos quais 37 foram analisados na avaliação quadrienal 2017-2020. Desses 38, 15 contam apenas com cursos de mestrado, e 23, com cursos de mestrado e doutorado, num total de 61 cursos. Não há cursos profissionais.⁷ Em termos numéricos, a área 35 segue sendo uma das menores áreas de avaliação.

Tal crescimento e a melhor distribuição regional seguiram as diretrizes mais amplas plasmadas nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs), especialmente os relativos aos anos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (Feldman-Bianco, 2018). Segundo números da Capes (Brasil, 2011, p. 10), enquanto o SNPG abarcava 220 PPGs no período de 1974-1979, em 2001, havia 1.581 PPGs (Ferreira; Moreira, 2001, p. 3), em 2011 havia 3.157 (Brasil, 2011), e em 2024 4.661 PPGs.⁸

As interpretações aqui esboçadas seguem dados gerados durante a experiência intensa, estafante e de significativa dedicação à coletividade dos PPGs da área 35 junto à Diretoria de Avaliação da Capes, que ocupei de 2018 a 2022. Exerci tal função pública não remunerada juntamente com Marcia Bezerra de Almeida, professora de Arqueologia da Universidade Federal do Pará (UFPA),

6 Para o chamado “documento de área”, e para o relatório do chamado “seminário de meio-termo”, realizado em 2023, ver Antropologia/Arqueologia (2014). Ver também Souza Lima; Almeida e Miranda (2022).

7 Ver a aba “por Área”, em “Observatório da pós-graduação” (Observatório [...], 2024).

8 Dados do “Observatório da pós-graduação” (Observatório [...], 2024).

como coordenadora adjunta de programas acadêmicos, e Ana Paula Mendes de Miranda, professora de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) (como coordenadora adjunta de programas profissionais). Não se trata de um texto autoetnográfico, pensado como o relato de uma experiência individual, mas de um esforço de objetivação participante (Bourdieu, 2003; Wacquant, 2006). A tais dados se junta o copioso material escrito disponibilizado on-line pela agência, cujos funcionários primam pela preocupação em agir com transparência republicana, mesmo em situações adversas, compilado na continuidade da pesquisa sobre a Capes. Em trabalhos anteriores – p. ex., em Castilho, Souza Lima e Teixeira (2014) –, já pudemos apontar desafios metodológicos e éticos, e perspectivas do estudo antropológico de elites, burocracias e corporações igualmente imbricados na leitura que aqui faço.

Nossos mandatos nessa função deveriam ter transcorrido entre abril (no meu caso) e maio de 2018 (para Marcia Bezerra e Ana Paula Mendes de Miranda) no período regular de um quadriênio avaliativo encerrado em abril/maio de 2022. Os mandatos foram estendidos devido à pandemia de Covid-19 e à judicialização do processo avaliativo, quando ainda estava em suas etapas preliminares, mais especificamente no dia 23 de setembro de 2021.⁹ De abril de 2020 até dezembro de 2022, todo o trabalho foi feito de modo remoto.

Considerando a conjuntura desses anos e o fato de que todos nós, participantes de comissões de avaliação, assinamos termos de sigilo e confiabilidade, a escrita deste texto exigiu cuidado. Haveria muito a dizer sobre os efeitos do ressurgimento explícito de forças de ultradireita de matiz neoconservador no terreno da educação superior, bem como sobre o acossamento da Capes e da avaliação por setores da iniciativa privada. Afinal, vimos proliferarem, ao longo das últimas décadas, a crescente utilização deturpada de textos das áreas de avaliação e a fabricação de supostos estudos, parciais e infundados, contra a avaliação. E nada disso acabou.

9 A paralisação do processo avaliativo se deu em função da Ação Civil Pública movida pela Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (ver Brasil, 2021b), que alega que a avaliação do SNPG incorria na retroatividade dos deveres (referente ao Inquérito Civil Público n. 1.30.001.0005132/2018-61; e do Processo nº 5101246.47.2021.4.02.5101/32ª Vara Federal do Rio de Janeiro). A sentença pode ser lida em Brasil (2022b). A resolução da situação foi possível mediante a assinatura de um termo de autocomposição entre a Capes e o MPF, que pode ser lido em Brasil (2022c). Um resumo consta do portal da agência (ver Termo [...], 2022).

É preciso sinalizar um dado óbvio: a Capes não é *uma entidade* dotada de livre-arbítrio e destituída de regulamentações e constrições a ela superiores: é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Educação, sujeita ao Direito administrativo (dimensão do Direito público interno) e aos ditames da Controladoria Geral da União (CGU), e cuja defesa jurídica cabe à Advocacia-Geral da União (AGU) (Brasil, 2022a). “Ela” não faz o que quer, não é um sujeito individual dotado de volição.¹⁰ Como toda instituição, a Capes é um entramado de relações para além de seu organograma, eivado de tensões internas e externas, contradições, méritos e problemas, cuja complexidade ao longo das sete décadas de sua existência merece um mergulho analítico de maior fôlego. A avaliação é apenas uma de suas atividades. A simplificação do senso comum intelectual está muito longe de “avaliar a avaliação”.

Outrossim, na prática da avaliação emparelham-se, em tensa convivência, a lógica dos *peer review committees*, baseada em parâmetros e critérios relativos ao campo científico (Bourdieu, 1983), e a lógica jurídica, tal como aplicada à vida administrativa brasileira, em que a necessidade de comprovação da veracidade das informações prestadas, em meio à legislação, à certificação das provas materiais e à auditoria dessas provas, tem como horizonte a culpabilização daqueles que assinam (com seus CPFs) as fases do processo. Há uma ampla cadeia de responsabilidades que se estende de docentes e discentes, passando por coordenadores de PPGs, técnicos da Capes, consultores das comissões de diversas etapas do processo, coordenadores de área, integrantes do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior, instância deliberativa responsável pela atribuição das notas aos PPGs e, em última instância, pela avaliação da área, até quadros dirigentes da agência e o seu Conselho Superior.¹¹ Essa tensão se faz presente nas universidades, nos concursos públicos, nas seleções, na criminalização de gestores, etc.

10 Para minha perspectiva de análise das políticas de governo, das concepções de Estado e de sua malha burocrática, ver p. ex. Souza Lima (2012) e Souza Lima e Gonçalves Dias (2021).

11 Ver Brasil (2022a).

A Capes e a avaliação do sistema nacional de pós-graduação: processos e escolhas

A Capes foi criada em 11 de julho de 1951 (pelo Decreto nº 29.741) como a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a fim de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (Brasil, [2024]).¹² O dado vincula a necessidade de pessoal qualificado ao “desenvolvimento do país”. A ênfase na formação sobretudo de quadros tecnológicos (e nas engenharias) remonta ao nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950.

No mesmo ano de 1951 foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pode-se dizer que, enquanto a Capes é a instituição “âncora” do SNPG, o CNPq tem o mesmo papel para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Em 1974, o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979) definiu o que seria o SNPG.¹³

Há ampla bibliografia sobre o tema da pós-graduação e mesmo sobre sua avaliação. A avaliação dos PPGs proponentes (*de entrada*) ou já integrantes do SNPG (*de permanência*) é realizada desde meados dos anos 1970, seguindo adaptativamente a ideia estadunidense no campo da ciência e da tecnologia de avaliação de desempenho por comitês de pares (Borges *et al.*, 2023, p. 18, 31-33; Brasil, 2011, p. 100; MacMannus *et al.*, 2022, p. 2). A avaliação de permanência foi inicialmente bianual, até 1996, depois trienal, até 2013, e, após 2014, quadrienal. Abordarei aqui apenas a avaliação de permanência, ainda que ela não possa ser desconectada à de entrada no SNPG: os chamados documentos orientadores para *avaliação* (ou *aplicativo*) *de propostas de cursos novos* (APCN) são próprios a cada área da avaliação: os quesitos valem para todas as áreas, mas cada uma estabelece indicadores que lhe são compatíveis, anunciados antes da submissão de propostas.

12 Travo diálogo direto com Borges *et al.* (2023). Trata-se de um relatório técnico que compilou informações dispersas em diferentes nichos na própria Capes, assim como na literatura acadêmica de modo mais geral, bem como em legislação.

13 Sobre os planos nacionais de pós-graduação, ver Barbosa (2020).

Segundo Borges *et al.* (2023, p. 26):

O modelo avaliativo da pós-graduação constitui ferramenta para a instituição de políticas públicas voltadas à C&T no Brasil, cujas origens remontam ao período entre 1976 e 1982. A avaliação surgiu como forma de garantir a adequação legal, a distribuição de recursos, o crescimento ordenado do sistema e a qualidade dos programas, conforme será discutido. Para tanto, buscou-se a estratificação dos PPGs, conforme nota recebida na avaliação, possibilitando-lhes receber recursos e buscar aprimoramentos, com base em pontos fracos e fortes identificados a partir dos resultados da avaliação. Destaca-se que as Comissões de Avaliação são formadas por diferentes consultores advindos de diversas universidades brasileiras, a fim de avaliarem programas existentes ou novas propostas apresentadas à CAPES.

O texto faz uma importante recomposição histórica do processo avaliativo, destacando os parâmetros normativos que embasam diversas ações, por meio de entrevistas e de trabalho sobre o acervo documental da própria Capes, remontando-o à estruturação do planejamento da pós-graduação, com a elaboração, em 1974, do 1º Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979). No período de 1976-1979, a expansão das concessões de bolsas, turbinada por recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) a partir da transferência de recursos pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) (Brasil, 2011), demonstrou a inviabilidade da concessão de bolsas individuais por uma agência com um corpo técnico reduzido. A solução foi a distribuição de cotas de bolsas aos cursos com melhor desempenho. O 2º PNPG (1982-1985), aprovado pelo Decreto nº 87.814/1982 (Brasil, 1982), deu à avaliação um formato institucional e estratégico para a qualificação docente, o que o 3º PNPG (1986-1989) consolidou, na busca por maior autonomia da área de ciência e tecnologia (C&T).

O crescimento da concessão de bolsas impôs uma sistemática mais abrangente e comparativa de avaliação de seus resultados: definiram-se consensos mínimos entre as áreas da avaliação sobre o que e como avaliar. Duas consequências surgem como efeitos de escala: 1) a necessidade de avaliar o desempenho não de indivíduos, mas de “programas”, morfologia institucional que é hoje naturalizada, mas tem “data” de criação e motivos essencialmente

burocrático-administrativos; e 2) a decisão de induzir as universidades a criarem pró-reitorias de pós-graduação. A cada patamar de expansão e redefinição da abrangência da política, surgiram imposições para a continuidade da operação de um modelo centralizado em que fomento e avaliação coexistem na mesma agência. O 2º PNPG consolidou a necessidade de pensar o processo avaliativo, o que, diante da centralidade que a Capes ganhara, com a tarefa postulada ainda no 1º PNPG de implantação do Programa de Capacitação Docente (PICD), reforçou-se ainda mais. Assim, a mudança de escala foi e é apresentada como motivo da obsolescência de diversos aspectos da avaliação, o que nem sempre é exatamente a razão real das mudanças promovidas.

O maior volume de recursos financeiros e a necessidade de administrá-los motivaram a concepção de um modelo com instrumentos como: 1) a *ficha de avaliação* (possivelmente na avaliação bienal de 1981-1982), um documento com quesitos e itens, consensuados e comum a todas áreas, para tratamento e ranqueamento de atividades dos PPGs; 2) práticas como as *visitas* de consultores ad hoc aos programas; 3) reuniões de pares de cada área para avaliar PPGs; 4) a demanda regular de informações relativamente padronizadas; 5) o processo de informatização das informações declaradas; 6) a geração de um algoritmo para distribuição de bolsas:

Na década de 1980, foi fácil transformar a avaliação da pós-graduação na espinha dorsal de todos os financiamentos, considerando o algoritmo desenvolvido pelo matemático José Ubyrajara Alves para a distribuição de bolsas. A avaliação passou por um grande processo de amadurecimento. O primeiro exercício de avaliação efetivou-se em 1976, mas seus primeiros ensaios práticos ocorreram em 1977, com vistas a aprimorar a alocação de recursos para os PPGs. Como resultado, o modelo de avaliação concebido em 1976 foi sistematizado em 1979/1980 e institucionalizado em 1981/1982 (Borges *et al.*, 2023, p. 100-101).

Não pretendo esboçar uma cronologia das principais etapas de estabelecimento do processo avaliativo contemporâneo. Destaco, porém, quatro pontos principais: 1) os sistemas de coleta de informações sobre os PPGs que redundaram/se acoplaram na Plataforma Sucupira; 2) a mudança na periodicidade das avaliações; 3) a mudança da atribuição de conceitos para notas; e 4) o estabelecimento da ideia de “programas de excelência”, em que a produção de artigos em

periódicos com alto fator de impacto e a ideia de internacionalização enquanto determinantes geraram uma nova maneira de estratificar programas e (por vezes) acerbaram a competição entre os PPGs, bem como a crescente (e supostamente indesejada) homogeneização.¹⁴

No caso dos sistemas de coletas de informações:

Ressalta-se que a coleta de informações era realizada pelo Data Capes durante o fim da década de 1980 e meados da década de 1990. O Coleta de Dados teve seu início em 1996 e viabilizou registros, em base de dados, das informações fornecidas pelos PPGs para subsidiar a avaliação. Até 2012, o Coleta funcionava como um aplicativo instalado na máquina do usuário. Em 2012, CAPES e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) assinaram termo de cooperação para o desenvolvimento de um sistema voltado à coleta de informações dos PPGs, dando início à Plataforma Sucupira. Em 2013, o antigo aplicativo Coleta de Dados passou a ser um módulo na Plataforma Sucupira. Dessa maneira, a Plataforma Sucupira foi implantada como uma nova ferramenta de avaliação e acompanhamento integrado dos PPGs (Borges *et al.*, 2023, p. 38).

A primeira tentativa de fazer com que sistemas informatizados gerassem os dados básicos a ser trabalhados pelos consultores nas comissões de avaliação (então ainda trienais) foi a criação e o ensaio de uso do chamado Sistema de Indicadores de Resultados (SIR) na avaliação de 2007. O SIR demonstrou-se falho e enviesado às marcas produtivas das áreas de avaliação que se podem considerar epistemologicamente monoparadigmáticas, muitas delas com enorme número de PPGs, comparativamente aos das Humanidades. Em meio à trienal de 2007, de cuja comissão de avaliação participei, foram localizadas inúmeras distorções, geradas pelo enviesamento desse sistema e por problemas de captação de informações dos bancos da Capes e de sua transformação em dados. Se o menciono, é porque já então se discutia a possibilidade de criar sistemas que fornecessem dados comuns prontos. Em 2013, a geração de planilhas de indicadores avançou, mas incipientemente, se comparada à Planilha de Indicadores

14 Os textos coligidos em Souza Lima, Miranda e Bezerra (2023) nos mostram a implantação desses aspectos ao longo do tempo.

Consolidados, gerada para cada área da avaliação segundo critérios e princípios gerais.¹⁵

No período de 1996-1999 também aconteceu a primeira mudança significativa de periodicidade: a avaliação, bienal, passou a ser trienal (Fonseca, 2023). Numa conjuntura de fortes restrições orçamentárias para a área da educação superior, bem como de significativo crescimento do SNPG e das atribuições da Capes, chegou-se à conclusão de que se devia rever o processo avaliativo, já que ele não mais estratificaria claramente o desempenho dos PPGs, pois um grande número atingira o conceito A. Em 2014, a avaliação se tornou quadrienal (Scott, 2023).

O que se colocou como solução para um processo cada vez mais competitivo, e supostamente incrementado, por metas formativas foi uma forma de distinguir hierarquizando dois grandes patamares de PPGs: aqueles equivalentes às notas de 3 a 5, que passaram a receber, além de um dado número de bolsas, recursos de custeio pelo Programa de Apoio a Pós-Graduação (Proap), sendo ambos alocados às pró-reitorias universitárias, que também os concentram e distribuem; e aqueles que, com nota 5, podem pleitear o reconhecimento como de “excelência”, ou seja, ser considerados para receberem notas 6 e 7, cujas coordenações gerenciam diretamente as bolsas e as verbas de custeio oriundas do Programa de Excelência Acadêmica (Proex).¹⁶ Para tanto, redefiniu-se a ficha de avaliação e se construiu um gradiente de notas de 1 a 7, em que o PPG qualificado como MUITO BOM (grau 5) em todos os itens se qualificaria para concorrer ao nível dos programas de *excelência* (notas 6 e 7).¹⁷

Nessa avaliação, o volume da produção foi pensado para ser aferido sobretudo em número de artigos publicados em periódicos, preferencialmente de alto fator de impacto e de cunho internacional, o que se consolidou nos anos da gestão de Jorge Almeida Guimarães (2004-2015).¹⁸ A publicação em periódicos – até então pouco comum à maioria dos PPGs das Ciências Humanas – e o desiderato da internacionalização (mais amplamente discutido a partir da década de 2000), entendida sobretudo como a publicação de artigos em

15 Para as planilhas de 2013, ver Brasil (2013).

16 Ver Programa de Apoio [...] (2014) e Programa de Excelência [...] (2014).

17 Ver Verhine *et al.* (2021, p. 6-7).

18 Sobre Jorge Almeida Guimarães, ver Jorge [...] (2017, 2023).

periódicos internacionais de alto fator de impacto, tornaram-se os principais condicionantes da excelência.¹⁹ Todavia a ideia de internacionalização só foi parametrizada por parte da DAV/Capes em 2019.²⁰ Hoje ainda a concepção de *excelência* precisa ser mais bem definida.

A leitura da dimensão formativa desenvolvida (*ex facto*) pela comparação passou a ser de que o estabelecimento dos melhores PPGs de cada área, os de *excelência*, serviria de modelo para a qualificação de toda a área, cumprindo uma espécie de função pedagógico-especular, uma pedagogia da cópia, o que obviamente implicou uma crescente homogeneização. Homogeneizar (programas dentro de uma mesma área, e mesmo os critérios das áreas entre si, como se toda comparação só pudesse ser feita entre “iguais”) sob um mesmo e único crivo, por supostas questões de “isonomia”, me parece estar na absoluta contramão de valores como o da necessidade de reconhecimento das especificidades das áreas, das desigualdades regionais e da necessidade de sua mitigação, sempre reiterados em PNPGs. Era (e é) implícito que certas áreas seriam mais “excelentes” que outras.²¹ Se, por um lado, pensou-se em qualificar por meio da criação de “modelos de excelência”, na verdade criou-se um expediente “racional” para restringir a ascensão e restringir mais, consoante o quadro de recursos relativamente escassos (e isso foi mantido em tempos de maior abundância, como entre 2003-2015).

Esse ponto merece ser enfatizado: a meta não deveria ser que todos os PPGs se qualificassem do melhor modo possível e atingissem todos o patamar de excelência? A qualificação não demonstraria o bem-sucedido “aspecto formativo” da avaliação? A Prof^a Sonia Nair Bão, diretora de avaliação de 2018 a abril de 2020, questionou: se um programa define sua missão como essencialmente

19 A discussão sobre as questões relativas à produção bibliográfica em periódicos é das mais centrais e sensíveis ainda hoje. Haveria muito a ser dito somente sobre esse ponto e a forma como a Capes buscou simultaneamente equalizar e avaliar os produtos de cada área com a criação do instrumento chamado Qualis Periódicos, sempre à beira de ser convertido em uma aplicação direta de instrumentos como a medida de fator de impacto. A ideia de pôr fim ao Qualis, em especial pelo uso prospectivo que passou a ser feito dele por FAPs, e em baremas de seleções e concursos é uma ideia forte que pode estar em vias de materialização. Ver dentre outros, Barradas Barata (2016), Zanotta Machado (2018) e Feldman-Bianco (2018, 2023).

20 Ver Faljoni Alario *et al.* (2019).

21 Ver Souza Lima, Miranda e Bezerra (2023) para a percepção dos anteriores representantes e coordenadores de área de Antropologia e Arqueologia junto à Capes.

nacional, não poderia alçar-se ao patamar de *excelência* por não se pretender internacionalizado?²² Mas essas questões não se desenvolveram: o CTC-ES optou por seguir tomando a internacionalização como índice-chave da *excelência* na quadrienal 2021-2022.

Muitos incrementos do processo avaliativo devem ser entendidos à luz da correlação entre expansão do SNPG (desejável e proposta pelos PNPGs, repito) e restrições orçamentárias e da capacidade operacional da Capes. Ou seja, entre escala, proporção do fomento e meios burocráticos técnico-operacionais, questões para mim essencialmente políticas, que nada têm de *stricto sensu* “técnicas” – termo muito utilizado pelo corpo burocrático da Capes, assim como pelos acadêmicos tomadores de decisão, de passagem em diferentes momentos pela agência, para apagar os rastros de escolhas que privilegiam uns em detrimento de outros.²³ Os tomadores de decisão, bem como o primoroso corpo técnico da Capes (e, porque técnico, nem sempre livre de alianças ou alheio à rede de interesses dominantes no CTC-ES ao longo de décadas) não eram nem são inconscientes dessa dimensão e do jogo pesado que, em última instância, visa ao controle do processo avaliativo e, conseqüentemente, dos recursos de fomento.

Assim, cabe destacar que, na reunião de 21 de maio de 2018, quando coordenadores gerais e adjuntos foram apresentados à agência e aos desafios que naquele momento se colocavam, Abilio Baeta Neves, então na presidência da Capes, sinalizou ao Colégio de Humanidades a intenção de valorizar as áreas e os colégios, marcando que a principal interlocução das Humanidades deveria ser entre si, que se mantiveram por demais “acomodadas” aos constrangimentos que se lhes impuseram nos anos anteriores, e que cabia ao CTC-ES assegurar equivalências sem atropelar singularidades, pois a homogeneização tem limites. Para isso, julgava que, ao contrário de diluir, na prática o “CTC-ES ampliado” propiciara o achatamento das Humanidades aos padrões das ciências duras, pois suprimira o diálogo intracolégios.²⁴ Elencou, entre outras coisas, a necessidade de que as Humanidades apresentassem questionamentos à avaliação

22 Sobre a Prof^a Sônia Nair Báó, ver Sônia [...] (2021, 2024).

23 Para o uso neutralizador da técnica, ver Ferguson (1994).

24 O “CTC-ES ampliado” implica que todos os coordenadores de área participem, ainda que só votem em momentos decisórios aqueles que foram eleitos pelos colégios como seus representantes no conselho. Ver p. ex. Zanotta Machado (2023).

desde seus pontos de vista, com o objetivo de melhor definir o processo avaliativo, bem como de que enfrentassem temas como os da internacionalização, resolvidos para a maior parte das Ciências Exatas e da Vida. Marcou também que as Humanidades deviam ser avaliadas por seus critérios e seus pares mais diretos. Destacou que havia recursos para construir uma coordenação e uma pauta do Colégio de Humanidades para interlocução com a DAV.²⁵ Na mesma reunião, nós, coordenadores gerais e adjuntos de PPGs acadêmicos, ficamos ainda sabendo de enormes disparidades entre as quantidades de bolsas de programas com as mesmas notas em distintos pontos do país, e que, ao contrário do que fora suposto, produzira-se um descolamento entre avaliação de mérito e atribuição de recursos. A formulação de um novo modelo de distribuição de bolsas, lançado cerca de um ano após o início de nossos mandatos e sobre o qual não tivemos intervenção, no qual nota, IDH do município de localização dos PPGs e outros fatores influem, seguiu tais intenções.

Um último ponto destacar é que a importância reiterada (e fetichizada, desprezada, louvada ou criticada) da avaliação, de seu princípio de tarefa coletiva e participativa, em que as diferentes coletividades científicas participam, convergem e divergem, colide, todavia, com um dado fundamental: em termos orçamentários os recursos destinados à avaliação são usualmente os de menor monta para a dimensão das atribuições. O Quadro 1 apresenta os dados disponibilizados pela Capes sobre o orçamento recebido e executado no período de 2018 a 2023. Os dados não são homogêneos, e não pretendo trabalhar sobre eles mais aprofundadamente: eles apontam à exiguidade de fundos destinados à tarefa avaliativa em relação a outras atividades da agência, sendo claro que os valores da Diretoria de Programas e Bolsas abarca as bolsas e as taxas acadêmicas. Mas conhecer tais dados, mesmo que em sua precariedade, me parece essencial a uma visão menos imaginativa da avaliação.

25 Dados registrados por mim em notas de trabalho transformadas em um e-mail enviado ao fórum de coordenadores de PPGs da área em maio de 2018. As observações de Baeta Neves coincidem com os textos analíticos publicados em Souza Lima; Miranda e Bezerra (2023).

AÇÕES/ANOS	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Bolsas de estudo	4.472.240.310,24	2.770.522.449,88	2.615.111.606,00	2.751.316.501,00	3.435.023.630,28	3.040.610.837,00
Pais	2.898.864.932,24	2.105.827.982,55	1.894.587.217,00	2.242.944.404,00	2.295.072.533,28	2.053.727.698,00
Exterior	442.911.012,00	295.240.856,33	202.729.651,00	185.978.539,00	334.019.716,00	360.146.834,00
Educação Básica	901.790.020,00	366.514.179,00	514.928.674,00	311.543.038,00	778.879.043,00	533.569.837,00
Educação à Distância	228.674.346,00					
INCT		2.939.432,00	2.866.064,00	10.846.420,00	20.000.000,00	17.000.000,00
Fomento	133.415.498,65	69.301.436,10	54.218.817,00	102.446.629,00	96.284.156,62	160.447.851,00
Educação Básica e à Distância	90.525.890,47	41.569.417,10	21.341.666,00	59.951.127,00	47.988.177,12	84.796.018,00
Pós-Graduação	42.889.608,18	27.732.019,00	32.877.151,00	42.495.502,00	48.295.979,50	75.651.833,00
Portal de Periódicos	546.300.000,00	496.266.805,00	490.309.484,00	480.343.221,00	431.397.058,00	402.887.527,00
Avaliação	13.500.000,00	16.119.147,00	9.424.403,00	8.520.601,00	14.352.589,00	16.686.936,00
Administração da unidade	131.424.947,96	110.961.495,76	107.492.875,00	102.632.732,00	113.534.575,10	120.859.908,00
Administração de pessoal	108.802.913,15	101.444.463,80	98.178.017,00	96.987.641,00	95.387.660,37	95.808.139,00
Ciência sem Fronteiras				4.100,00	7.052.338,00	76.166.468,00
TOTAL	5.405.945.952,41	3.564.615.797,54	3.374.735.202,00	3.542.247.325,00	4.185.979.669,37	3.837.301.197,00
% de recursos destinados à avaliação em relação ao total	0,25	0,45	0,28	0,24	0,34	0,43

Quadro 1. Dados orçamentários da Capes – quantia por ações nos anos de 2016 a 2023 (Orçamento [...], 2014).

A fala de Baeta Neves sinalizou a tensa relação entre a maioria das áreas do Colégio de Humanidades e as dos demais colégios, conquanto a segmentação por colégio não contemple subáreas e matizes mais sutis. Se em certos momentos os recursos foram mais abundantes, nunca o foram para as tarefas avaliativas. Algum incremento em anos de trienais/quadrienais acabava por permitir contratações emergenciais de terceirizados, pois o corpo técnico da DAV, circunscrito e sobrecarregado, vê-se suplantado pelas demandas de diferentes áreas.

Rumo à avaliação qualitativa multidimensional: os incrementos no período de 2018-2022

Quando tomamos posse, já se sedimentara a decisão de que era necessário proceder a ajustes incrementais no sistema de avaliação do SNPG. Em termos de logística, a avaliação de 2017 (a primeira quadrienal) havia colocado diversos desafios. Associados a eles, constatou-se que, a partir do crescimento do SNPG, era necessário fazer também mudanças em termos conceituais e procedimentais: entravam oficialmente em cena a ideia de uma avaliação que fosse *multidimensional*, baseada menos na quantidade de produção da pós-graduação e mais em sua *qualidade*.²⁶ As reivindicações por uma análise mais qualitativa se reportavam à avaliação de 1998 (Fonseca, 2023) e vinham sendo discutidas intermitentemente ao longo dos anos, e de modo mais intenso no período de 2014-2017 (Scott, 2023), em especial no período em que Arlindo Philippi Junior esteve à frente da DAV.²⁷

Encontramos já um documento do CTC-ES aprovado na sua 176ª reunião, em 7 de fevereiro de 2018, composição que deixou suas funções em março de 2018, e que liderara a complicada avaliação quadrienal de 2017 sob a condução de Rita de Cassia Berradas Barata.²⁸ Tal documento relacionava-se à visita da Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação ao CTC-ES, durante sua 174ª reunião, para discutir a necessidade de alterações incrementais no processo avaliativo.²⁹ Abriu-se uma consulta ampla a sociedades científicas e entidades organizacionais do setor educativo, como o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop), a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e outras.³⁰ Já sabedora de algumas das direções traçadas, a DAV criou

26 Sobre a ideia de avaliação multidimensional, ver Barbosa (2019) e Verhine e Dantas (2021), entre outros.

27 Sobre Arlindo Philippi Junior, ver Arlindo [...] (2017, 2024a, [2024b]). Ver também Borges *et al.* (2023).

28 Sobre Rita de Cassia Barradas Barata, ver Rita [...] (2018, 2024).

29 Ver Faljoni-Alario *et al.* (2018).

30 Ver O modelo [...] ([2022]) – texto preparado para o debate com procuradores da República aquando de audiência pública no contexto da judicialização do processo avaliativo, texto que faz uma excelente síntese dos principais aspectos do trabalho de que nos ocupamos, que deveria ser →

grupos de trabalho ainda em 2018, muitos dos quais apresentados na reunião de recepção das novas coordenações de área.³¹

O documento síntese dessa etapa dos trabalhos da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020, apresentado e votado no CTC-ES e no Conselho Superior da Capes em outubro de 2018, apresentou um panorama de acordo com as consultas e debates realizados ao longo dos anos, sedimentando e oficializando o que era sabido e demandado. Infletindo a ênfase na produção intelectual (até então centrada em artigos em periódicos científicos), a ideia-chave passou a ser a de que a formação de recursos humanos (RH) deveria ser o principal produto dos PPGs avaliados, através de seu impacto e relevância econômica e social, bem como de sua capacidade de inovação e transferência de conhecimento à sociedade. O documento preconizava maior atenção ao acompanhamento de egressos, à sua inserção profissional, aos impactos e à capacidade de transferência de conhecimento de seus produtos: mais que a *quantidade*, propunha-se aferir a *qualidade* das trajetórias e da produção. Para isso, a avaliação dos PPGs partiria da formulação de sua proposta institucional, do seu planejamento estratégico e da dinâmica de autoavaliação, considerando seus diferentes produtos.

Sendo assim, as dimensões a serem avaliadas foram definidas como: 1) formação de RH (egressos); 2) internacionalização; 3) produção científica; 4) inovação e transferência de conhecimento; 5) impacto e relevância econômica e social. A tais ideias agregou-se a proposta de sopesar indicadores quantitativos e qualitativos na avaliação dos impactos da ação dos PPGs, a fim de perceber e suportar possibilidades mais flexíveis de inovação institucional, especialmente

→ amplamente conhecido. Os GTs criados foram os de autoavaliação de programas de pós-graduação (Autoavaliação [...], 2019); ficha de avaliação (Ficha [...], 2019); produção técnica (Produção [...], 2019); Qualis Periódicos (Relatório [...], 2020a); Qualis Periódicos do Colégio de Humanidades (Relatório [...], 2020b); proposta de classificação de livros – GT – Qualis Livro (Proposta [...], 2019); Qualis Artístico – Classificação de Eventos (Qualis [...], 2019); critérios avaliativos para propostas de cursos novos na modalidade EAD (Critérios [...], 2019); impacto e relevância econômica e social (GT Impacto [...], 2019); internacionalização (Grupo [...], 2019); inovação e transferência de conhecimento (GT Inovação [...], 2019); equivalência entre conceitos e notas (Equivalência [...], 2021).

31 Integrei os GTs de autoavaliação e de impacto e relevância econômica e social; Ana Paula Mendes de Miranda integrou o de inovação e transferência de conhecimento e a colega Lisabete Coradini (UFRN), indicada pelo GT de Antropologia Visual da ABA, o de produção artística e eventos. Os GTs referentes a EAD e notas atendiam a outras questões não diretamente afetas ao ciclo 2017-2020.

no caso de programas bem-sucedidos, com destaque para seus efeitos sociais no âmbito regional (Audy *et al.*, 2018, p. 16). Reconhecia-se a sedimentação do SNPG (e, implicitamente, certa “pasteurização” das áreas), além da necessidade de induzir transformações, usando a avaliação como instrumento, com foco no que é próprio à pós-graduação: a formação de novos quadros.

O documento, formulado num momento de parco investimento público em especial à educação e à C&T, em que a expansão do SNPG se via limitada, deixou implícita a tentativa de enfrentar a distorção da dinâmica entre pós-graduação e pesquisa, fruto de uma história de progressivo encolhimento do SNCI (com a redução dos recursos alocados à pesquisa) em relação ao SNPG. Além da conjuntura específica, fatores como a acelerada desindustrialização do Brasil, em que as associações entre empresas e universidades para a pesquisa científica se reduziram progressivamente, denunciavam a posição subalterna do Brasil na divisão internacional de trabalho, como comprador e reproduzidor de tecnologias. Por outro lado, devo agregar que as iniciativas de investimento nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas foram sempre incipientes, considerando as graves desigualdades sociais, a diversidade racial, étnica e cultural do Brasil.

Os grupos de trabalho instalados a partir de 2018 geraram parâmetros gerais para a qualificação dos diversos tipos de produção da pós-graduação até então não balizados e compartilhados. Questões anteriormente presentes foram mais bem parametrizadas, sobretudo porque virariam *dimensões* que deveriam passar a ser mais bem avaliadas em ciclos avaliativos futuros. Tal foi o caso de *impacto e relevância econômico-social* da produção (RH inclusive) dos PPGs, de sua capacidade de *inovação e transferência de conhecimentos*, bem como de sua *internacionalização*. Cada área, por sua vez, na medida de suas características, releu os relatórios de orientação aos procedimentos de qualificação, gerando suas formas próprias de qualificação.³²

Tais incrementos no processo avaliativo foram pensados para ser implementados no prazo de um ou dois quadriênios. O ciclo avaliativo de 2017-2020 foi tratado como um período de transição. O modelo geral da *ficha de avaliação* transicional passou a ter três quesitos – *Programa; Formação; Impacto na Sociedade*

32 Para as estratégias que desenvolvemos em nossa área, ver Souza Lima, Almeida e Miranda (2022). As orientações gerais (“diretrizes”) para qualificação dos diferentes tipos de produção acham-se disponíveis on-line na página da área (Antropologia/Arqueologia, 2014).

– em vez das cinco dimensões, todos valendo 100 pontos no total, mas sendo o quesito *formação* aquele que definiria a possibilidade de acessar a condição de excelência.³³ Aprovada a ficha geral (com quesitos e itens), cada área adaptou-a às suas especificidades (criando subitens e discriminando a forma de análise de cada um deles), submetendo sua ficha ao CTC-ES.³⁴ Quando da votação para a aprovação da ficha de nossa área pelo Colégio de Humanidades e, depois, pelo CTC-ES, explicamos e sustentamos inúmeras vezes que nossa ficha, propositalmente descritiva, serviria de guia à confecção de relatórios, já que muitos coordenadores lidavam com tal sistemática pela primeira vez e que, ademais, fora exaustivamente discutida com o Fórum de Coordenadores de PPGs da área, com o qual também elaboramos a composição de comissões de consultores de todos os tipos de atividades.

A discussão sobre a qualificação de periódicos – o Qualis Periódicos – mereceria um texto próprio, já que perpassou todo o período e ensejou outro processo de investigação do Ministério Público Federal que até o momento não foi nem suspenso, nem levado adiante. Para isso há muito material escrito e facilmente acessível.

Mas é importante dizer que se preconizava a necessidade de produção de um “qualis único”, de modo a evitar que um mesmo periódico tivesse qualificações diferentes de acordo com cada área de avaliação, limitando recursos e processos judiciais. Para isso, a proposição era que esse qualis único se baseasse em índices bibliométricos confortáveis às ditas *hard sciences*, especialmente no “fator de impacto”. A ideia não era nova e rondava o CTC-ES desde o triênio concluído em 2013 (Zanotta Machado, 2018, 2023), até porque já pudemos apontar que certas redes sociais tecidas entre coordenações de área repetem-se no conselho (Souza Lima; Miranda; Bezerra, 2023).³⁵ Isso seria feito mediante uma regressão estatística que possibilitaria equalizar as áreas das Humanidades – frequentemente menos representadas em índices desse tipo devido à predominância do inglês e ao foco em publicações de países anglófonos do Norte Global – com

33 Ver Brasil (2021a).

34 Para os subitens e a forma de tratamento de cada item dos quesitos da ficha geral, ver Souza Lima, Almeida e Miranda (2022, p. 126-205).

35 O mapeamento da composição ao longo do tempo dos conselhos da Capes indicaria indivíduos, áreas e universidades, bem como demonstraria redes de atuação conjunta.

as áreas das ciências exatas e naturais. Ainda assim, o efeito seria devastador. Seguiu-se desde 2018 uma longa e acalorada discussão, finalmente resolvida em 2020 com os dois modelos do que ficou chamado de Qualis Referência, cuja cuidadosa e trabalhosa aplicação refluíu a uma única qualificação a cada periódico. Para a área, essa sistemática foi especialmente benéfica, já que permitiu que revistas de alto fator de impacto em que parte dos autores da Arqueologia publicam fossem devidamente contempladas, infletindo uma discriminação indevida, que não permitia uma visão adequada da produção dos programas dessa disciplina.

Pela via do Qualis Periódicos se apresentava uma das grandes (e justificadas) preocupações da diretora e dos diretores de avaliação (com todas as diferenças entre eles) com que lidamos no período de 2018-2022: a já mencionada judicialização de inúmeras áreas da vida social, em especial de procedimentos universitários e da área de C&T.³⁶ Desde as primeiras atividades que realizamos, alertaram-nos de que a DAV era avassalada permanentemente por recursos judiciais contra as decisões tomadas, o que consumia tempo e energia consideráveis da sua equipe. A condução e os resultados da avaliação quadrienal de 2017-2020 deixaram inúmeras brechas para processos judiciais e suscitaram uma quantidade sem precedentes de contestações: só a área de Antropologia e Arqueologia contara com recursos impetrados por 48,99% de seus PPGs. Desde o alerta contra a redação de pareceres eivados de conjunções adversativas, permitindo seu questionamento, destacou-se a cadeia de responsabilização de cada tipo de atividade, os possíveis conflitos de interesses, etc. A tarefa de avaliar e orientar outros rumos aos PPGs, antes mais facilmente cumprida, complexificou-se.

Se a interposição de recursos é um direito e cada etapa do processo tem essa previsão, percebemos, porém, que a gama de interesses, sobretudo do setor privado, em jogo em áreas negociais e de altos retornos financeiros, implica pressões em todos os níveis e instâncias da agência. Essa é uma percepção que nem sempre integrantes de áreas como as Ciências Sociais e outras têm: a Capes é locus de disputas de fundo econômico de diferentes naturezas (desde as políticas das bases bibliográficas até as de instituições privadas interessadas na

36 Sônia Nair Bão, Flávio Anastácio Camargo de Oliveira (Equipe [...], [2024]; Flávio [...], 2024a, [2024b]) e Sérgio Oswaldo de Carvalho Avellar (Sérgio [...], 2024).

abertura de cursos altamente rentáveis de pós-graduação). Definir a Presidência da Capes e o CNE como instâncias recursais foi uma das medidas tomadas para garantir que não se derrubassem as decisões tomadas na agência, ameaçada permanentemente de questionamentos. Assim, o tropo retórico de “não jogar o bebê com a água da bacia” – e, eu diria, com a própria bacia – era recorrentemente acionado.

As dimensões cartoriais (Miranda, 2000) e a “fiscalidade” (Miranda, 2016) viram-se especialmente aguçadas. Esses aspectos óbvios para o corpo técnico da Capes são usualmente desconhecidos ou denegados pelos docentes universitários, cujo próprio recrutamento – concursos que não exigem o conhecimento das leis e normas que regem a conduta de agentes públicos – não traz implícita sua formação como servidores públicos. Ademais, essas dimensões combinam-se com a forma como a responsabilização transforma-se em culpabilização nas práticas da “tradição inquisitorial” (Kant de Lima, 2011a, 2011b) jurídico-administrativa brasileira. Por outro lado, Mattei e Nader (2013) me instigam a pensar como a demanda de um “Estado democrático de direito”, bandeira da luta contra o regime ditatorial empresarial-militar, foi apropriada e pervertida por setores que vêm sendo chamados de neoconservadores, ultradireitistas, etc.

Sob a presunção da culpa, os procedimentos essencialmente declaratórios de discentes, docentes e coordenações de PPGs têm de ser certificados por diversas instâncias: pela coordenação de cada PPG, pelas pró-reitorias das universidades, passando pela conferência dos quadros técnicos, e pelas comissões de avaliação preliminares e propriamente de avaliação e reconsideração. Cada ação certificadora fica registrada no sistema da Plataforma Sucupira, chancelada pela coordenação de área, assim adquirindo plenamente *fé pública*.³⁷

O “que”, “quanto” e “como” comprovar foi uma questão que colocou inúmeros problemas, sobretudo na medida do pano de fundo da judicialização. Na sistemática para a chamada etapa de “recoleta” (que permitiu complementar declarações e a documentação comprobatória de anos anteriores e destacar produtos para análise qualitativa), a dimensão da prova material da realização

37 “A fé pública representa a autoridade de uma atestação. Através de uma assinatura com fé pública, o Estado impõe a certeza de que um determinado documento possui valor. A assinatura com fé pública representa um compromisso com a honra, posto que a escrita de um documento é declaratória, ou seja, tem um caráter pessoal, ver Lefebvre (1992)” (Miranda, 2000, p. 72). Para as orientações relativas usadas para o registro dos produtos, ver Antropologia/Arqueologia (2014).

das atividades declaradas foi matéria de controvérsias, instruções unívocas e aplicações muito diferenciadas, negociadas em etapas anteriores à avaliação propriamente dita, em paralelo às decisões de plenário.

Sendo a área de Antropologia e de Arqueologia especialmente visível a certos setores autoritários, entre outras razões, por sua interveniência no reconhecimento de direitos territoriais e preservação patrimonial, adotamos uma estratégia consciente de manter um perfil baixo em termos de exposição pública, ao mesmo tempo sólido e transparente quanto aos procedimentos avaliativos. Desde a gestão de Claudia Fonseca (2023), a primeira em que a ideia de *excelência* foi acionada, e ao longo de todo o período até 2017, quando diversos programas da área foram rebaixados pelo CTC-ES, pairava a sombra da acusação de que a área era autocomplacente e que, pelo tamanho, não poderia ter tantos programas de excelência – fato, todavia, admitido a outras áreas, como a de Astronomia e Física. Era imperativo demonstrar os procedimentos para a nota de cada programa, e para isso seguimos estritamente as diretrizes de comprovação de produtos, além das formas de efetivá-la. A partir de decisões do Fórum de Coordenadores de PPGs da área, estabelecemos uma combinação de indicadores quantitativos, analisando o total de cada tipo de produto escolhido para tratamento, e indicadores qualitativos, focando as amostras de “destaques” de cada PPG.³⁸

A possibilidade de avaliar todos os produtos dos PPGs, em especial a publicação técnica e tecnológica da área – uma das grandes conquistas deste quadriênio, que provou, de fato, os nossos inserção social e potencial de impacto desde o nível local ao nacional e mesmo ao internacional –, bem como as informações sobre as trajetórias de egressos e o destaque justificado de alguns deles mostraram-se fundamentais. Conseguiu-se uma visão sem par do efetivo engajamento de antropólogas(os) e de arqueólogas(os), na sociedade, nas mais variadas instâncias da esfera pública no Brasil. Se isso era algo que “se sabia”, os registros lançados (que ainda podem ser muito aperfeiçoados) são uma importante comprovação.

Os dados que a equipe técnica da DAV conseguiu produzir a partir de informações da Receita Federal apresentam outro fato de grande importância: mesmo em algumas das regiões menos privilegiadas, egressos de programas com

38 Para as escolhas da área quanto às amostras, ver Antropologia/Arqueologia (2014).

recursos exíguos adquirem condições de empregabilidade que se refletem num significativo incremento de renda após sua titulação.³⁹ Se considerarmos que na avaliação de 2017 os livros sequer puderam ser avaliados pela nossa área, tais incrementos permitiram uma avaliação mais justa e realmente inclusiva, mesmo que com muito a aperfeiçoar. Em especial para nós da área 35 e para ambas as disciplinas, foi um ponto de reversão quanto às acusações de autocondescendência, demonstrando-se a estabilidade e a excelência da área.

Os pareceristas do CTC-ES indicados para auditagem de nossa sistemática de avaliação e ranqueamento puderam não só ter clareza do que liam, mas também apresentar com facilidade o que fizemos aos demais membros do conselho. Não recebemos contestações nem críticas; ao contrário: recebemos elogios. E pudemos responder cabalmente a pequenas questões que naturalmente surgem nesses processos participativos. Tínhamos claro que, dada a dinâmica dominante no CTC-ES – cristalizada a partir dos lugares-comuns e do jargão das áreas das *hard sciences*, algumas com enorme número de programas –, os conceitos atribuídos e as notas deles redundantes, quer embasados em gradientes numéricos, quer conceitualmente qualitativos, deveriam ser transformados em números para uma apresentação matematizada global do ranqueamento da área.⁴⁰

Todo o trabalho de qualificação e avaliação foi feito única e exclusivamente dentro da Plataforma Sucupira, dos campos e instrumentos nela instalados, juntamente com os chamados Painéis de Visualização dos Dados da Quadrienal – SAS, por seu caráter acessível a outros coordenadores de área, passíveis de utilização no momento da avaliação deliberativa no CTC-ES. Não usamos o chamado Sistema de Indicadores de Avaliação da Pós-Graduação (SIAPG), gerado originalmente pela área de Medicina II e oferecido pela DAV/Capes em detrimento de outros sistemas de extração e tratamento de dados. Outras áreas, mesmo das Humanidades, pediram copiosos anexos que foram apensados ao Relatório Sucupira.

39 Ver Souza Lima, Almeida e Miranda (2022, p. 212-214).

40 Em Souza Lima, Almeida e Miranda (2022) essa sistemática está detalhadamente apresentada. Com recursos do ProArea/Capes, pequeno apoio para as tarefas de avaliação, e com verbas de meus projetos de pesquisa pessoais, contratamos os serviços da Anascience Inteligência Analítica Aplicada ao Negócio na pessoa do cientista da informação Glauco Roberto Munsberg dos Santos.

Tratou-se de uma escolha pensada, para que a DAV acompanhasse atentamente nosso trabalho, ao mesmo tempo testando os limites da plataforma e dos funcionários em geri-la em tal situação de uso intensivo, até por sabermos que já se desenhava a então chamada “Sucupira 2.0” (Rodrigues, 2020). Foi também uma maneira de poupar os coordenadores e coordenadoras de PPGs, exaustos em meio às dificuldades interpostas pela pandemia de Covid-19. Elaboramos um cuidadoso roteiro de preenchimento do relatório do final do quadriênio e exemplos de como registrar destaques de produção para uso dos coordenadores de PPGs. Para as comissões de avaliação e de reconsideração, criamos padrões de estruturação de pareceres que balizaram os consultores.

À guisa de conclusão: “Não tem como ter 49 Sucupiras”

Quando criada a partir de 2012, a Plataforma Sucupira foi pensada como instrumento de simplificação de processos, unificação de sistemas internos, integração e padronização de dados, ideias verbalizadas ao longo da cerimônia de lançamento do chamado Programa de Governança Colaborativa de Informações da Pós-Graduação (GoPG) e da comemoração dos dez anos da Sucupira, em 23 de agosto de 2023.⁴¹ Apontou-se também como a escala do SNPG foi determinante para sua construção, de modo a superar a dispersão dos sistemas operacionais e o instrumento Coleta Capes, cujo output era a impressão de cadernos em papel, ultrapassando com isso a dificuldade de matematizar as análises, bem como as limitações financeiras da DAV na sua construção.⁴²

A escolha de utilizá-la ao máximo desaguou no que antevíamos: em inúmeros problemas de ordem “técnica”, consequências das escolhas políticas de tomadores de decisão e do CTC-ES, contornando o que já aponte: os recursos restritos para a avaliação, infinitamente menores do que muitas vezes se supõe. Ao colocarmos rigorosamente todo o trabalho de tratamento de informações em fichas e campos de tratamento na plataforma, os travamentos, desformatações e desfigurações de dados não cessaram de acontecer, apesar dos admiráveis

41 Para a live de lançamento do GoPG, ver Ao vivo [...] (2023).

42 Ver a fala de Livio Amaral entre 55:05 e 1:27:25 (Ao vivo [...], 2023). Sobre Livio Amaral, ver Livio [...] (2017, 2024).

esforços e capacidade de trabalho das equipes da DAV e da DTI (e a despeito dos problemas entre ambas), que nos mostraram que a plataforma não só não havia sido aditada ao longo do tempo, mas também que as gambiarras proliferaram e que sua concepção inicial estava enviesada pela lógica dominante na avaliação: a das *hard sciences*. A criatividade e o empenho dos quadros técnicos eram, na verdade, totalmente insuficientes, diante da diversidade das formas em muito distintas de tratamento de dados, e a Plataforma Sucupira como concebida era limitada. Na ocasião, ouvimos algumas vezes a expressão atribuída a Livio Amaral, que dizia que “não tem como ter 49 sucupiras”, implicitamente reconhecendo a pouca maleabilidade do instrumento no tratamento dos indicadores singulares a cada área e mais ainda à dinâmica de uma avaliação qualitativa.

Se há limitações em todo o processo, o fomento e a avaliação do SNPG no Brasil são mundialmente singulares e respeitados (como diziam alguns colegas, “é uma jabuticaba”, ou seja, uma bem-sucedida invenção brasileira), e, com eles, a atuação da Capes. Para isso, acadêmicos de diversas áreas que pensam em termos de *res publica* e o impecável corpo técnico da Diretoria de Avaliação procuram incrementar o processo, no sentido de aperfeiçoá-lo ao longo do tempo, realizando escolhas amplamente partilhadas com os integrantes do SNPG pela via dos fóruns de coordenadores de cada área da avaliação, dos representantes de entidades, como a ANPG, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Foprop, entre outras entidades com assento em conselhos da Capes.⁴³ Nada disso se passa desencarnado da vida social brasileira mais ampla, menos ainda de suas tradições administrativas. Há tensões, disputas, desequilíbrios de poder e conjunturas tensas. E há sobretudo um dado que torna limitada a avaliação dessa política de Estado: a falta de acesso aos dados financeiros de fomento (bolsas e custeio) concedido a cada PPG e os totais a cada área. As planilhas que passaram a ser enviadas desde 2020 com bolsas da área 35 não permitem a comparação com outras áreas.

Com todas as tensões, controvérsias, desgastes extremos, adoecimentos, e às expensas do sobretrabalho de coordenadores de PPGs, consultores

43 Ver <https://www.anpg.org.br/>; <https://portal.sbpcnet.org.br/>; <https://foprop.org.br/> (acesso em 22/09/2024).

e coordenadores de área e do corpo técnico da DAV, houve um avanço significativo na produção de uma avaliação mais republicana e equânime, menos pasteurizante.

Se quisermos avançar nessa direção, é preciso que os integrantes das duas disciplinas de nossa área (e isso valeria com certeza para muitas outras áreas de avaliação) queiram se fazer “cidadãos acadêmicos”, conhecedores das bases de seus direitos e deveres diante do SNPG, de modo que se tornem os melhores avaliadores da avaliação. O conhecimento básico do processo é o ponto de partida fundamental, objetivo maior deste texto.

Referências

ANTROPOLOGIA/ARQUEOLOGIA. Brasília: Capes, 1 out. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/antropologia-arqueologia>. Acesso em: 22 set. 2024.

AO VIVO: lançamento do Programa de governança Colaborativa da Informação da Pós-Graduação. Brasília: Capes, 23 ago. 2023. 1 vídeo (2h58min). Publicado no canal CAPES_Oficial. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XdlwVp_MOR4. Acesso em: 22 set. 2024.

ARLINDO Philippi Junior. In: INSTITUTO de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo: IEA, 11 abr. 2017. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoa/arlindo-philippi-junior>. Acesso em: 22 set. 2024.

ARLINDO Philippi Junior. In: CURRÍCULO Lattes. Brasília: CNPq, 19 set. 2024a. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5256254337538114>. Acesso em: 22 set. 2024.

ARLINDO Philippi Junior. In: BIBLIOTECA Virtual da FAPESP. São Paulo: Fapesp, [2024b]. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/178559/>. Acesso em: 22 set. 2024.

AUDY, J. L. N. *et al. Proposta de aprimoramento do modelo de avaliação da PG*: documento final da Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 – 10/10/2018. Brasília: Capes, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2018-pnpg-cs-avaliacao-final-10-10-18-cs-final-17-55-pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

AUTOAVALIAÇÃO de programas de pós-graduação: Grupo de Trabalho. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

BARBOSA, G. da R. *Avaliação multidimensional de programas de pós-graduação*. Brasília: Capes, 2019. (RT DAV n. 4). Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23072020-dav-multi-pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

BARBOSA, G. da R. *Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG): uma discussão sobre a política de C&T nacional e a formação da agenda de pesquisa*. Brasília: Capes, 2020. (RT DAV n. 6). Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/RelatorioTcnicoPNPGs.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

BARRADAS BARATA, R. de C. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13-40, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.947>. Acesso em: 22 set. 2024.

BORGES, L. F. F. et al. *Avaliação da pós-graduação stricto sensu no Brasil: histórico, procedimentos e conceitos*. Brasília: DAV/Capes, 2023. p. 1-113. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/relatorios-tecnicos-dav-e-grupos-de-trabalho/estudos-e-analises-tecnicas-sobre-avaliacao>. Acesso em: 22 set. 2024.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: BOURDIEU, P. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, P. Participant objectivation. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, London, v. 9, n. 2, p. 281-294, Feb. 2003.

BRASIL. Decreto nº 87.814, de 16 de novembro de 1982. Aprova o II Plano Nacional de Pós-Graduação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, p. 21469-21471, 18 nov. 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Assessoria de Comunicação. *Revista Capes 60 anos*. Brasília: Capes, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/revista-capes-60-anos-pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Produção bibliográfica distribuída segundo a estratificação Qualis, Teses e Dissertações defendidas e número de Docentes permanentes, triênio 2010-12, e Nota final da Avaliação 2013*. Brasília: Capes, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-trienal-2013/02022022_Antropologia_Arqueologia.xls. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria nº 122, de 5 de agosto de 2021*. Consolida os parâmetros e os procedimentos gerais da Avaliação Quadrienal de Permanência da pós-graduação stricto sensu no Brasil. Brasília: Capes, 2021a. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=6742>. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. *Ação Civil Pública com requerimento de tutela provisória*. Rio de Janeiro: MPF, 17 set. 2021b. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/docs/pr-rj/acp-capes-criterios-de-avaliacao/at_download/file. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 11.238, de 18 de outubro de 2022*. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Brasília: Presidência da República, 2022a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11238.htm. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. Justiça Federal. Seção Judiciária do Rio de Janeiro. 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro. *Ação Civil Pública nº 5101246-47.2021.4.02.5101/RJ*. Rio de Janeiro: Justiça Federal do Rio de Janeiro, 11 set. 2022b.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. *Termo de Autocomposição*. Rio de Janeiro: MPF, 31 ago. 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/14092022-termo-de-auto-composicao-assinado.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Resolução Capes nº 1, de 1º de junho de 2023*. Aprova o regimento interno do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior – CTC-ES. Brasília: Capes, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=12002>. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Legislação Informatizada – Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951 – Publicação Original*. Brasília: Câmara dos Deputados, [2024]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 set. 2024.

CASTILHO, S. R. R.; SOUZA LIMA, A. C. de; TEIXEIRA, C. C. (org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa: Faperj, 2014.

COMPETÊNCIAS. Brasília: Capes, 1 fev. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-tecnico-cientifico-da-educacao-superior/competencias>. Acesso em: 22 set. 2024.

CRIADA área de avaliação para programas de formação de professores. Brasília: Capes, 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/criada-area-de-avaliacao-para-programas-de-formacao-de-professores>. Acesso em: 22 set. 2024.

CRITÉRIOS avaliativos para propostas de cursos novos na modalidade EaD: Grupo de Trabalho. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10102019-relatorio-gt-modalidadeead-relatorios-tecnicos-dav-pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

EQUIPE. *Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Forense*, [s. l.], [2024]. Disponível em: <https://inctforense.wordpress.com/equipe/>. Acesso em: 22 set. 2024.

EQUIVALÊNCIA entre conceitos e notas: Grupo de Trabalho. Brasília: Capes, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/2021.04.05_RelatorioGTequivalenciaconceitosnotasversoformatadaV3.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

FALJONI-ALARIO, A. *et al. Avaliação da pós-graduação: considerações do CTC-ES*. Brasília: Capes, 2018.

FALJONI-ALARIO, A. *et al. Grupo de Trabalho Internacionalização: relatório e recomendações*. Brasília: Capes, nov. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

FELDMAN-BIANCO, B. A expansão da pós-graduação em antropologia alcance e desafios. In: SIMIÃO, D. S.; FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2018. p. 29-56. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/118_00123885.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

FELDMAN-BIANCO, B. Cultura de auditoria e políticas de expansão da pós-graduação brasileira. Triênio 2005-2007. In: SOUZA LIMA, A. C. de; MIRANDA, A. P. M. de; BEZERRA, M. (org.). *A avaliação de antropologia e arqueologia: análises de representantes e coordenadore(a)s junto à CAPES (1996-2017)*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023. p. 183-314. Disponível em: <https://doi.org/10.48073/9786581315795.0001>. Acesso em: 22 set. 2024.

FERGUSON, J. *The anti-politics machine: "development", depoliticization and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

FERREIRA, M. de M.; MOREIRA, R. da L. (org.). *Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Brasília: Capes, 2001.

FICHA de avaliação: Grupo de Trabalho. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-fichaavaliacao-pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

FLAVIO Anastacio de Oliveira Camargo. In: CURRÍCULO Lattes. Brasília: CNPq, 19 ago. 2024a. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2047801513928189>. Acesso em: 22 set. 2024.

FLÁVIO Anastácio de Oliveira Camargo. In: PERÍCIA em Propriedade Intelectual e Inovação. Porto Alegre: UFRGS, [2024b]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pericia/speaker/flavio-anastacio-de-oliveira-camargo/>. Acesso em: 22 set. 2024.

FONSECA, C. Avaliação dos programas de pós-graduação — do ponto de vista de um nativo. In: SOUZA LIMA, A. C. de; MIRANDA, A. P. M. de; BEZERRA, M. (org.). *A avaliação de antropologia e arqueologia: análises de representantes e coordenadore(a)s junto à CAPES (1996-2017)*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023. p. 80-99. Disponível em: <https://doi.org/10.48073/9786581315795.0002>. Acesso em: 22 set. 2024.

GRUPO de Trabalho Internacionalização: relatório e recomendações. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

GT IMPACTO e Relevância Econômica e Social: relatório final de atividades. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevancia-economica-e-social-pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

GT INOVAÇÃO e Transferência de Conhecimento: relatório final das atividades do GT. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-inovacao-e-transferencia-de-conhecimento-pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

JORGE Almeida Guimarães. In: ACADEMIA Brasileira de Ciências. Rio de Janeiro: ABC, 10 abr. 2017. Disponível em: <https://www.abc.org.br/membro/jorge-almeida-guimaraes/>. Acesso em: 22 set. 2024.

JORGE Almeida Guimaraes. In: CURRÍCULO Lattes. Brasília: CNPq, 3 dez. 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7063936568198850>. Acesso em: 22 set. 2024.

KANT DE LIMA, R. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. In: KANT DE LIMA, R. *Ensaio de antropologia e de direito*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Lumen Juris, 2011a. p. 39-87.

KANT DE LIMA, R. Prevenção e responsabilidade ou punição e culpa? Uma discussão sobre alguns reflexos da ambiguidade de nossos modelos de controle social e produção da verdade na burocracia oficial brasileira. In: KANT DE LIMA, R. *Ensaio de antropologia e de direito*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Lumen Juris, 2011b. p. 261-289.

LIVIO Amaral. In: ACADEMIA Brasileira de Ciências. Rio de Janeiro: ABC, 10 abr. 2017. Disponível em: <http://www.abc.org.br/membro/livio-amaral/>. Acesso em: 22 set. 2024.

LIVIO Amaral. In: CURRÍCULO Lattes. Brasília: CNPq, 11 mar. 2024. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2151989866444746>. Acesso em: 22 set. 2024.

MACMANNUS, C. *et al.* Assessment of the Brazilian postgraduate evaluation system. *Frontiers in Education*, Lausanne, v. 7, p. 1-22, Dec. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/educ.2022.1036108>. Acesso em: 22 set. 2024.

MATTEI, U.; NADER, L. *Pilhagem*: quando o estado de direito é ilegal. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MIRANDA, A. P. M. de. Cartório: onde a tradição tem registro público. *Antropolítica*: revista contemporânea de antropologia e política, Niterói, v. 8, n. 1, p. 59-75, 2000.

MIRANDA, A. P. M. de. *Burocracia e fiscalidade*: uma análise de práticas de fiscalização e cobrança de impostos. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016.

O MODELO de avaliação CAPES. Brasília: Capes, [2022]. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/conselho-tecnico-cientifico-da-educacao-superior/anexos-ctc-es/15032022_Modelo_de_avaliacao_CAPES.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

OBSERVATÓRIO da pós-graduação. *Plataforma Sucupira*, Brasília, [2024]. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/#busca_observatorio. Acesso em: 22 set. 2024.

ORÇAMENTO - Evolução em reais. Brasília: Capes, 1 jan. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/orcamento-evolucao-em-reais>. Acesso em: 7 fev. 2024

PRODUÇÃO técnica: Grupo de Trabalho. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

PROGRAMA DE APOIO à Pós-Graduação (Proap). Brasília: Capes, 1 jan. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/proap>. Acesso em: 22 set. 2024.

PROGRAMA DE EXCELÊNCIA Acadêmica (Proex). Brasília: Capes, 1 jan. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/proex>. Acesso em: 22 set. 2024.

PROPOSTA de classificação de livros: Grupo de Trabalho “Qualis Livro”. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/12062019-proposta-de-classificacao-de-livros-gt-qualislivro-pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

QUALIS Artístico / Classificação de Eventos: Grupo de Trabalho. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-qualis-artistico-classificacao-de-eventos-pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

RELATÓRIO final: Grupo de Trabalho – Qualis Periódicos. Brasília: Capes, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/18012023Relatorio_GT_Qualis_Periodicos.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

RELATÓRIO final: Grupo de Trabalho – Qualis Periódicos do Colégio de Humanidades. Brasília: Capes, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/18012023Relatorio_Qualis_Humanidades.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

RITA de Cássia Barradas Barata. In: FUNDAÇÃO Arnaldo Vieira de Carvalho. São Paulo: FAVC, 2 maio 2018. Disponível em: <https://santamemoria.org.br/profa--dra-rita-de-cassia-barradas-barata/>. Acesso em: 22 set. 2024.

RITA de Cássia Barradas Barata. In: CURRÍCULO Lattes. Brasília: CNPq, 8 out. 2024. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2280062846829854>. Acesso em: 18 out. 2024.

RODRIGUES, T. *Relatório imersivo*: Projeto Sucupira 2.0. Brasília: Capes: RNP, abr. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/16082023_RelatorioImersivoSucupira2.0.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

SCOTT, P. Disciplinamento avaliativo técnico, político e histórico da área de antropologia e arqueologia consolidada e em expansão de 2013 a 2016. In: SOUZA LIMA, A. C. de; MIRANDA, A. P. M. de; BEZERRA, M. (org.). *A avaliação de antropologia e arqueologia: análises de representantes e coordenador(a)s junto à CAPES (1996-2017)*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023. p. 394-427. Disponível em: <https://doi.org/10.48073/9786581315795.0009>. Acesso em: 22 set. 2024.

SÉRGIO Oswaldo de Carvalho Avellar. In: CURRÍCULO Lattes. Brasília: CNPq, 20 fev. 2024. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2151989866444746>. Acesso em: 22 set. 2024.

SIMIÃO, D. S.; FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2018. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/118_00123885.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

SOBRE as áreas de avaliação. Brasília: Capes, 1 abr. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>. Acesso em: 22 set. 2024.

SÔNIA Nair Bão. In: ACADEMIA Brasileira de Ciências. Rio de Janeiro: ABC, 4 jan. 2021. Disponível em: <http://www.abc.org.br/membro/sonia-nair-bao/>. Acesso em: 22 set. 2024.

SÔNIA Nair Bão. In: CURRÍCULO Lattes. Brasília: CNPq, 15 out. 2024. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9757708390518979>. Acesso em: 18 out. 2024.

SOUZA LIMA, A. C. de. Apresentação. Dossiê Fazendo Estado: O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 259-564, 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/issue/view/4884>. Acesso em: 22 set. 2024.

SOUZA LIMA, A. C. de; ALMEIDA, M. B. de; MIRANDA, A. P. M. de. *Relatório final da Comissão de Avaliação (etapa de reconsideração inclusive) da área 35 ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA – Avaliação Quadrienal 2021*. Brasília: DAV/Capes, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaAntropologia_Arqueologia.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

SOUZA LIMA, A. C. de; GONÇALVES DIAS, C. Antropologia e Estado no Brasil: questões em torno de uma relação complexa (versão revista e em português). In: SOUZA LIMA, A. C. de; GONÇALVES DIAS, C. (org.). *Maquinaria da unidade; bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2021. v. 1, p. 504-532.

SOUZA LIMA, A. C. de; MIRANDA, A. P. M. de; BEZERRA, M. Os programas de pós-graduação em Antropologia e Arqueologia nas avaliações do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) – 1998-2017: retratos da área e política acadêmica. In: SOUZA LIMA, A. C. de; MIRANDA, A. P. M. de; BEZERRA, M. (org.). *A avaliação de antropologia e arqueologia: análises de representantes e coordenador(a)s junto à CAPES (1996-2017)*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023. p. 6-79. Disponível em: <https://doi.org/10.48073/9786581315795.0001>. Acesso em: 22 set. 2024.

TERMO de Autocomposição CAPES-MPF. Brasília: Capes, 20 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/termo-de-autocomposicao-capes-mpf>. Acesso em: 22 set. 2024.

TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2004. Disponível em http://www.portal.abant.org.br/aba/files/000026_00183142.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V. Brazil's National System for the evaluation of Higher Education: context, challenges, and perspectives. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, v. 26, e215312, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a5312>. Acesso em: 22 set. 2024.

VERHINE, R. E. et al. *Proposta de elaboração da tabela de equivalência entre conceitos e notas, enquanto critérios de avaliação da pós-graduação stricto sensu no País*. Brasília: Capes, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/2021.04.05_RelatrioGTequivalenciaconceitosnotasversoformataadaV3.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

WACQUANT, L. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 26, p. 13-29, jun. 2006.

ZANOTTA MACHADO, L. A antropologia brasileira. Um triplo itinerário? In: SIMIÃO, D. S.; FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2018. p. 285-309. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/118_00123885.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

ZANOTTA MACHADO, L. A avaliação da Capes como processo um olhar sobre a área de Antropologia e Arqueologia. In: SOUZA LIMA, A. C. de; MIRANDA, A. P. M. de; BEZERRA, M. (org.). *A avaliação de antropologia e arqueologia: análises de representantes e coordenadore(a)s junto à CAPES (1996-2017)*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023. p. 349-393. Disponível em: <https://doi.org/10.48073/9786581315795.0008>. Acesso em: 22 set. 2024.

Recebido: 04/09/2024 Aceito: 18/10/2024 | Received: 9/4/2024 Accepted: 10/18/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Instruções às(aos) autoras(es)

Horizontes Antropológicos é um periódico comprometido com as boas práticas e a ética na gestão dos manuscritos, expressas nas orientações abaixo:

1 – *Horizontes Antropológicos* publica trabalhos originais/inéditos sob a forma de artigos e entrevistas, em português, espanhol, francês ou inglês.

1.1 – As(Os) autoras(es) que tiverem seus trabalhos publicados devem **observar o intervalo de 18 meses, a contar da data da publicação, antes de realizarem a submissão de um novo artigo.**

2 – O número máximo de autoras(es) por artigo é quatro. Aceitamos a **submissão de somente um trabalho por autor(a) para cada chamada de artigos.**

2.1 – A submissão de trabalhos deve ser realizada na plataforma SEER (<https://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos>) e as(os) autoras(es) devem obrigatoriamente informar os seguintes dados: nome, ORCID, email, afiliação institucional (especificando cidade, estado e país da instituição). Para assegurar a integridade da avaliação às cegas pelos pares, as(os) autoras(es) devem excluir qualquer identificação de autoria nos textos, inclusive em referências e notas de rodapé. Em arquivos do Microsoft Office e PDF (Adobe Acrobat), a identificação de autoria deve ser removida das propriedades do documento. Não aceitamos a duplicação de publicação ou tradução de artigo já publicado em outro periódico ou como capítulo de livro.

2.2 – Caso haja interesse das(os) autoras(es), os artigos podem ser disponibilizados previamente na modalidade **preprint** em <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/index>. Para isso, é necessário o aceite das exigências de conformidade com a Ciência Aberta (**solicite o formulário pelo email** horizontes@ufrgs.br). Neste formulário, as(os) autoras(es) informam: (a) se o manuscrito é um preprint e, em caso positivo, sua localização; (b) se dados, códigos de programas e outros materiais subjacentes ao texto do manuscrito estão devidamente

citados e referenciados; e (c) se aceitam **opções de abertura no processo de avaliação pelos pares**.

2.3 – Como expressão de transparência e reconhecimento das diferentes contribuições de pesquisadores à pesquisa comunicada, o texto final, no caso de aprovação para publicação, deve informar ao final, de modo preciso, as contribuições específicas de cada autor(a). As(Os) autoras(es) também devem especificar formalmente se há ou não possíveis conflitos de interesse na realização e comunicação de suas pesquisas.

2.4 – Os artigos devem ter um título que represente de forma objetiva seu conteúdo, ser escritos em espaço duplo e ter até 10 mil palavras, incluindo referências e notas. Caso se trate de artigo sobre pesquisa empírica, o texto pode chegar a 11 mil palavras e deve apresentar a metodologia empregada: como as observações foram coletadas; de onde e como as observações foram extraídas, quais documentos e arquivos foram consultados, em que local e data; quais perguntas de quais surveys foram analisadas; em que contexto, local e data/período foi realizado o trabalho de campo; quantas pessoas foram entrevistadas; qual roteiro foi utilizado; qual técnica de observação foi empregada, etc. Deve ainda explicitar como as observações foram analisadas, quais foram os métodos e técnicas utilizadas na produção de cada gráfico, tabela, figura, descrição e interpretações defendidas.

2.5 – Os artigos devem vir acompanhados de um resumo escrito em espaço simples, no mesmo idioma, com até 150 palavras, e de mais quatro palavras-chave, bem como de uma versão em inglês do resumo (abstract), nos mesmos padrões, com quatro palavras-chave (keywords) e versão em inglês do título. No caso de originais em inglês, essas informações devem, também, trazer a versão em português.

3 – O padrão adotado pela revista para citações e referências segue as normas da ABNT, NBR 10520 e NBR 6023, respectivamente.

3.1 – As notas explicativas devem vir no rodapé da página e as referências devem vir após o texto, ordenadas alfabeticamente.

3.2 – No corpo do texto, a indicação de referência nas citações diretas deve trazer autor(es), ano de publicação e página(s); nas citações indiretas a indicação de página é opcional, conforme os modelos:

Segundo Hassen (2002, p. 173): “Há uma grande carência de materiais didáticos nesse campo, principalmente se aliados à ludicidade.”

Sabemos que há “[...] uma grande carência de materiais didáticos nesse campo [...]” (Hassen, 2002, p. 173).

Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo (Hassen, 2002).

Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo, segundo Hassen (2002).

ou

Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo, segundo Hassen (2002, p. 173).

3.3 – As citações diretas com mais de três linhas, no texto, devem ser destacadas com recuo e corpo menor de letra, sem aspas, em espaço simples; transcrições das falas dos informantes seguem a mesma norma, conforme o modelo:

[...] regras de comportamento explícitos às quais os indivíduos se referem conscientemente, e que se fundam sobre justificações ou princípios filosóficos, ideológicos ou políticos, ou sobre o surgimento de novas aspirações individuais ou coletivas. (Bozon, 1995, p. 124).

3.4 – As referências, no final do texto, devem seguir os modelos:

3.4.1 – Livro (e guias, catálogos, dicionários, etc.) no todo: autor(es), título (em itálico e separado por dois-pontos do subtítulo, se houver), número da edição (se indicado), local, editora, ano de publicação:

DUMONT, L. *Homo hierarchichus*: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992.

FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. (ed.). *African political systems*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

MINISTÉRIO DE SALUD. Unidade Coordinadora Ejecutora VIH/SIDA y ETS. *Boletín de SIDA*: programa nacional de lucha contra los retrovirus del humano y SIDA. Buenos Aires, mayo 2001.

3.4.2 – Parte de livro (fragmento, artigo, capítulo em coletânea): autor(es), título da parte seguido da expressão “In:”, autor(es) do livro, título (em itálico e separado por dois-pontos do subtítulo, se houver), número da edição (se indicado), local, editora, ano de publicação, página(s) da parte referenciada:

VELHO, O. Globalização: antropologia e religião. In: ORO, A. P.; STEIL, C. A. (org.). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 25-42.

3.4.3 – Artigo/matéria em periódico (revista, boletim, etc.): autor(es), título do artigo, nome do periódico (em itálico), local, ano e/ou volume, número, páginas inicial e final do artigo, data.

CORREA, M. O espartilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 70-96, out. 1997.

3.4.4 – Artigo/matéria em jornal: autor(es), título do artigo, nome do jornal (em itálico), local, data, seção ou caderno, página (se não houver seção específica, a paginação precede a data):

TOURAINÉ, A. O recuo do islamismo político. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2001. Mais!, p. 13.

SOB as bombas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 22 mar. 2003.

3.4.5 – Trabalhos acadêmicos: referência completa seguida do tipo de documento, grau, vinculação acadêmica, local e data da defesa conforme folha de aprovação (se houver):

GIACOMAZZI, M. C. G. *O cotidiano da Vila Jardim: um estudo de trajetórias, narrativas biográficas e sociabilidade sob o prisma do medo na cidade*. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

3.4.6 – Evento no todo: nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, resumos, etc., em itálico), local de publicação, editora e data de publicação:

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos [...]* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998.

3.4.7 – Trabalho apresentado em evento: autor(es), título do trabalho apresentado seguido da expressão “In:”, nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, resumos, etc., em itálico), local de publicação, editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada:

STOCKLE, V. Brasil: uma nação através das imagens da raça. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos [...]* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998. p. 33.

3.4.8 – Documento em meio eletrônico: acrescenta-se à referência a descrição física do suporte (CD-ROM, disquete, etc.); para documentos consultados online, indica-se o endereço completo e a data de acesso (dia, mês e ano):

CEISAL – CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam. *Cruzando fronteras en América Latina*. Amsterdam: CEDLA: Radio Nederland Wereldomroep. 1 CD-ROM.

ALVES, D. Notas sobre a condição do praticante budista. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 9, p. 57-80, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/2767/1382>. Acesso em: 5 jun. 2013.

3.5 – Nos textos, evitar o uso de mais de uma fonte tipográfica; usar inicial maiúscula somente quando imprescindível; os recursos tipográficos devem ser utilizados uniformemente:

- a) **itálico**: para palavras estrangeiras, não dicionarizadas e ênfase;
- b) **aspas duplas**: citações diretas com menos de três linhas, citações de palavras individuais ou palavras cuja conotação ou uso mereça destaque;
- c) **negrito** e sublinhado: devem ser evitados.

4 – Imagens que façam parte do artigo (figuras e gráficos inclusive) devem ser enviadas em formato TIFF (sem compressão) e resolução de 300 dpi no tamanho final pretendido para a impressão. Largura máxima: 11,6 cm; altura máxima: 16 cm (ou 1368 x 1890 pixels).

5 – As imagens (fotos, ilustrações, etc.) precisam estar liberadas para reprodução e publicação, qualquer que seja a sua origem: disponíveis online, extraídas de material com referência bibliográfica, pertencentes a acervo, etc.

Para cada imagem a ser publicada no artigo é necessário informar em qual tipo de licença de reprodução ela se encaixa e fornecer os dados complementares, por exemplo:

5.1 – se de autoria própria, atestar por escrito essa origem e que a sua reprodução não fere os direitos de outrem, como, por exemplo, o direito de imagem de pessoas fotografadas;

5.2 – se de domínio público, indicar origem confiável dessa informação e fornecer os créditos adicionais que devem acompanhar a imagem; notar que variam as regulações nacionais a esse respeito, e é preciso conferi-las: o prazo para a entrada em domínio público muda de país a país, e em alguns permanece a necessidade de autorização mesmo depois de isso ocorrer, a partir do entendimento de que a liberação da obra não se estende automaticamente à imagem que a registra ou ao responsável pela sua guarda;

5.3 – se liberada de antemão na fonte, indicar onde consta essa informação e fornecer os créditos adicionais que devem acompanhar a imagem;

5.4 – se licenciada Creative Commons, indicar sob qual modalidade específica dessa licença (tipo e versão) e fornecer os créditos adicionais que devem acompanhar a imagem;

5.5 – se imagem com copyright, fornecer por escrito a autorização do detentor de direitos autorais e informar também as suas exigências quanto ao crédito que deve acompanhar a imagem; ao fazer o pedido de autorização, é fundamental informar que o artigo será publicado sob uma licença Creative Commons de tipo CC BY 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), pois esse dado certamente determinará a decisão do detentor de direitos autorais sobre a autorização e seus termos e condições.

Na autorização é necessário constar:

- a) o nome da(s) autora(s) ou autor(es) do artigo;
- b) que se destina a publicação em *Horizontes Antropológicos*;
- c) a descrição da imagem que está sendo autorizada, de modo que seja possível identificá-la;

5.6 – todo levantamento de informações sobre a imagem e obtenção de autorização é de responsabilidade da(s) autora(s) ou autor(es), que deve(m) enviar à revista esse material organizado, com dados completos e de fácil checagem; imagens com informações imprecisas ou incompletas não serão publicadas.

6 – A publicação dos artigos será decidida pelas(os) editoras(es) da revista e organizadoras(es) do número temático, levando em consideração pareceres de consultoras(es) externas(os).

7 – Para alargar a captação de colaborações, *Horizontes Antropológicos* faz ampla divulgação da temática de seus números já programados e respectivas(os) organizadoras(es) na contracapa de seus números, em seu website (<https://www.ufrgs.br/ppgashorizontesantropologicos>), em redes sociais, em blogs especializados e em boletins de associações profissionais de ciências sociais.

Declaração de direito autoral

O envio dos trabalhos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a revista, a qual é filiada ao sistema Creative Commons, atribuição CC-BY 4.0. A autora ou o autor é integralmente responsável pelo conteúdo do artigo e continua a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores, devendo, se possível, fazer constar a referência à primeira publicação na revista.

Os artigos, depois de examinados pelas(os) editoras(es), são avaliados por consultoras(es) da área de conhecimento da pesquisa, de instituições de ensino e/ou pesquisa nacionais e estrangeiras e com comprovada produção científica. Para serem aceitos, os artigos precisam ser considerados pelas(os) editoras(es) como tendo o nível exigido pela revista, receber no mínimo dois pareceres favoráveis e incorporar as sugestões das(os) pareceristas na versão final.

Não há taxa para submissão e avaliação de artigos.

Instructions to authors

Horizontes Antropológicos is committed to good practices and ethics in the management of manuscripts, expressed in the guidelines below:

1 – *Horizontes Antropológicos* publishes original/unpublished works in the form of articles and interviews in Portuguese, Spanish, French or English.

1.1 – Authors who have their work published must observe the **interval of 18 months, from the date of publication, before submitting a new article**.

2 – The maximum number of authors per article is four. **For each call for papers, we accept the submission of only one work per author.**

2.1 – The submission of papers must be held in the SEER platform (<https://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos>) and the authors must inform the following data: name, email, ORCID registration number and institutional affiliation (with City, State and Country). To ensure the integrity of the blind peer review, the authors must exclude any identification of authorship in the texts, including references and footnotes. In Microsoft Office and PDF (Adobe Acrobat) files, the authorship ID must be removed from the document properties. We do not accept duplication of publication or translation of articles already published in another journal or as a book chapter.

2.2 – If there is interest from the authors, the articles can be previously made available in the **preprint** mode at <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/index>. For this, it is necessary to accept the requirements for compliance with Open Science (and **request the form by email** horizontes@ufrgs.br). In this form, the authors inform: (a) if the manuscript is a preprint and, if so, its location; (b) whether data, program codes and other materials underlying the text of the manuscript are properly cited and referenced; and (c) if **openness options are accepted in the peer review process**.

2.3 – As an expression of transparency and recognition of the different contributions to the research, the final text, in the case of approval for publication, must inform at the end, in a precise manner, the specific contributions of each author. The authors should also formally specify potential conflicts of interest in their research.

2.4 – Articles must have a title that objectively represents their content, also be written in double space and have up to 10,000 words, including references and notes. In the case of empirical research, the text can reach 11,000 words and must present the methodology: how the observations were collected; where and how the observations were extracted, what documents and files were consulted, in what place and date; which questions from which surveys were analyzed; in what context, place and date/time period the fieldwork was carried out; how many people were interviewed; which guide was used; which observation technique was employed, etc. It should also explain how the observations were analyzed, what were the methods and techniques used in the production of each graph, table, figure, description and interpretations.

2.5 – Articles must contain an abstract written in simple space and with up to 150 words and four keywords, as well as a Portuguese version of the abstract, keywords and title.

3 – For quotes and references, the journal follows the ABNT (Brazilian Association of Technical Norms) standards NBR 10520 and NBR 6023, respectively.

3.1 – Notes must appear at the bottom of the page (as footnotes). Bibliographical references must appear in the end of the text and ordered alphabetically.

3.2 – Direct quotes must appear in the main body of the text in the following manner: author's last name, year of publication, page indication. In the indirect quotes the page indication is optional, according to the following models:

According to Lancaster (1992, p. 173): "Machismo, in whatever guise, is not simply a matter of ideology."

We know that "machismo, in whatever guise, is not simply a matter of ideology" (Lancaster, 2002, p. 173).

We know that machismo is not simply a matter of ideology (Lancaster, 1992).

or

Machismo is not simply a matter of ideology, according to Lancaster (1992, p. 173).

3.3 – Direct quotes with more than three lines must appear in small print, without quotation marks, in single-spaced text; transcriptions of interviews must follow the same format, as in the example:

One view stresses the “vertical” element in faith, the relationship to God; and it selects certain persons, institutions, objects which in a privileged way are held to give access to the divine clearly and unmistakably. [...] The other view of the sacred refuses to localize it in the people, places and things. (Hebblethwaite, 1975, p. 15).

3.4 – Bibliographical references at the end of the text must follow the guidelines:

3.4.1 – Books, guides, catalogues, dictionaries, etc.: author(s), title (in italics and separated by a colon from the subtitle, when applicable), edition number (if indicated), place, publisher, year of issue:

SAHLINS, M. *How “natives” think*: about Captain Cook, for example. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. (ed.). *African political systems*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

MINISTÉRIO DE SALUD. Unidade Coordenadora Ejecutora VIH/SIDA y ETS. *Boletín de SIDA*: programa nacional de lucha contra los retrovirus del humano y SIDA. Buenos Aires, mayo 2001.

3.4.2 – Part of a book (fragment, article, chapter in a collective work): author(s), title of the part followed by the expression “In:”, author(s) of the book, title (in italics and separated by a colon from the subtitle, when applicable), edition number (if indicated), place, publisher, year of issue:

BRUNER, E. M. Ethnography as narrative. In: TURNER, V. W.; BRUNER, E. M. *The anthropology of experience*. Chicago: University of Illinois Press, 1986. p. 139-155.

3.4.3 – Article/paper in journal: author(s), title of article, name of the journal (in italics), place, year and/or volume, number, initial and final page of the article, date.

WHITE, H. The value of narrativity in the representation of real. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 7, n. 1, p. 5-27, 1980.

3.4.4 – Article in newspaper: author(s), title of the article, name of the newspaper (in italics), place, date, section or part, page (if there is a specific section, the page precedes the date):

TOURAINÉ, A. O recuo do islamismo político. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2001. Mais!, p. 13.

SOB as bombas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 22 mar. 2003.

3.4.5 – Academic works: complete reference followed by the type of document, degree, academic affiliation, place and date as indicated in the document:

GIACOMAZZI, M. C. G. *O cotidiano da Vila Jardim: um estudo de trajetórias, narrativas biográficas e sociabilidade sob o prisma do medo na cidade*. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

3.4.6 – Scientific events: name of the event, number (if there is), year and place (city), title of the document (annals, acts, abstracts, etc., in italics), place of issue, publisher and date of publication:

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos [...]* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998.

3.4.7 – Paper presented at a scientific event: author(s), title of the paper presented followed by the expression “In:”, name of the event, number (when applicable), year and place (city) where the event occurred, title of the document (annals, acts, abstracts, etc., in italics), place of issue, publisher, date of publication and initial and final pages of the paper:

STOCKLE, V. Brasil: uma nação através das imagens da raça. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos [...]* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998. p. 33.

3.4.8 – Documents in electronic media must be listed under the specific sort of support (CD-ROM, disk, etc.); for documents consulted online the full web address and date of access (day, month and year) must be indicated:

CEISAL – CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam. *Cruzando fronteras en América Latina*. Amsterdam: CEDLA: Radio Nederland Wereldroep. 1 CD-ROM.

ALVES, D. Notas sobre a condição do praticante budista. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 9, p. 57-80, jan./jun. 2006. Available at: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/2767/1382>. Accessed: 5 jun. 2013.

3.5 – In the main body of the text, authors must follow a consistent typographical style and use capital letters only when absolutely necessary:

- a) italics: for foreign words and emphasis;
- b) double quotes: in direct quotes with less than 3 lines; in words which have an unusual connotation and in those which should receive particular emphasis;
- c) **bold** type and underlining should be avoided.

4 – Any illustrations (including diagrams and graphics) must be sent in TIFF format (without compression), in the final size intended for publication and at 300 dpi resolution. Maximum width: 4.56 inches (11,6 cm) and maximum height: 6.3 inches (16 cm) or 1368 by 1890 pixels.

5 – The images (photos, illustrations, etc.) must each include an official release for reproduction and publication, whatever their source: whether available online, taken from the bibliography of reference, or part of a collection, etc.

For each image published in the article, information must be provided as to which type of permission for reproduction it requires and relevant data, for example:

5.1 – If self-authored, attest in writing to that origin and to the fact that reproduction does not infringe the rights of others (as, for example, in the unauthorized use of a person's photo image);

5.2 – If in the public domain, indicate a reliable source of this information and provide additional credits to accompany the image. Note that the time lapse required to enter the public domain changes from country to country. In some countries the need for authorization of images remains even after a text has entered public domain, due to the understanding that the work's liberation does not automatically extend to the images associated with it or to the person responsible for its custody;

5.3 – If released as a matter of policy by the original source, indicate where this information appears and provide the additional credits that attest to this fact;

5.4 – if licensed under Creative Commons, indicate under which specific modality of this license (type and version) and provide the additional credits stating this fact;

5.5 – if copyrighted image, provide written permission from the copyright holder. Information on the requirements of the credit release should also accompany the Image. When requesting authorization, be sure to inform the copyright holder that the article will be published under a Creative Commons CC BY 4.0 license (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.en>), as this information is relevant to the copyright holder's decision on the terms and conditions of release.

The authorization must contain:

- a) the name of the author of the article;
- b) a statement that the image is intended for publication in Horizontes Antropológicos;
- c) the description of the image being authorized, so that it is possible to identify it;

5.6 – all information about the image and authorizations of use are of the author's responsibility. This data should be sent to the journal in a complete and organized form that is easily verifiable; images with inaccurate or incomplete information will not be published.

6 – The publication of the articles will be decided by the editors of the journal and the coordinators of the issue, taking into consideration the peer reviews.

7 – In order to broaden the collection of collaborations, *Horizontes Antropológicos* makes a wide dissemination of the theme of its forthcoming issues and of the respective coordinators on the back cover of the issues, on its website (<https://www.ufrgs.br/ppgashorizontesantropologicos>), on social media, on specialized blogs and on newsletters of social sciences professional associations.

Copyright statement

Submission of works automatically implies the immediate and free assignment of copyright to the journal, which is affiliated to the Creative Commons Attribution CC-BY 4.0 license. The author is fully responsible for the content of the article and continues to hold all copyrights for subsequent publication and must, if possible, include the reference to the first publication in *Horizontes Antropológicos*.

The articles, after examination by the editors, are evaluated by experts from national and international institutions of teaching and/or research. To be accepted for publication, the articles must be considered by the editors, must receive two favorable reviews and incorporate suggestions of the reviewers in their final version.

There is no fee for submission, evaluation and publication of articles.

Temas dos números anteriores

1995

- 1 Gênero
- 2 Antropologia visual
- 3 Religiões afro-americanas

1996

- 4 Comida

1997

- 5 Diferenças culturais
- 6 Sociedades indígenas
- 7 Histórias da antropologia

1998

- 8 Religião
- 9 Corpo, doença e saúde

1999

- 10 Diversidade cultural e cidadania
- 11 Música e sociedade
- 12 Cultura oral e narrativas

2000

- 13 A cidade moderna
- 14 Relações interétnicas

2001

- 15 Antropologia e política
- 16 Natureza e cultura

2002

- 17 Sexualidade e Aids
- 18 Arqueologia e sociedades tradicionais

2003

- 19 Imigração e fronteiras
- 20 Antropologia e turismo

2004

- 21 Antropologi@web
- 22 Cultura escrita e práticas de leitura

2005

- 23 Patrimônio cultural
- 24 Antropologia e performance

2006

- 25 Antropologia e meio ambiente
- 26 Direitos sexuais

2007

- 27 Religião e política
- 28 Antropologia e consumo

2008

- 29 Antropologia e arte
- 30 Antropologia e esporte

2009

- 31 Circulação internacional
- 32 Etnografias

2010

- 33 Antropologia e estilos de vida
- 34 Antropologia e ciclos de vida

2011

- 35 Ciência, poder e ética
- 36 Cultura material

Temas dos números anteriores

2012

- 37 Teoria antropológica
- 38 Saberes e fazeres

2013

- 39 Antropologia e trabalho
- 40 Megaeventos

2014

- 41 Antropologia e políticas globais
- 42 Sofrimento e violência

2015

- 43 Diásporas
- 44 Cultura e aprendizagem

2016

- 45 Economia e cultura
- 46 Tecnologias de governo: etnografias de práticas e políticas

2017

- 47 Gênero e sexualidade, saberes e intervenções
- 48 Antropologia e animais
- 49 Antropologia, etnografia e educação

2018

- 50 Políticas de inclusão
- 51 Sistemas xamânicos e novos xamanismos
- 52 A religião no espaço público

2019

- 53 Antropologia dos museus
- 54 Antropologia e emoções
- 55 Arte e cidade

2020

- 56 Imitação, simulacro e falsificação
- 57 Antropologia da biossegurança
- 58 Antropologia histórica e povos indígenas

2021

- 59 Covid-19. Antropologias de uma pandemia
- 60 Antropologia da criança
- 61 Governança reprodutiva

2022

- 62 História das antropologias do mundo
- 63 Negritude e relações raciais
- 64 Antropologia e deficiência

2023

- 65 Antropologia e democracia
- 66 Antropologia e crise ambiental
- 67 Antropologia, artes e políticas

2024

- 68 Etnografias do digital

Números de *Horizontes Antropológicos* a serem publicados em 2024/2025/2026

Número 70

Antropologia do desenvolvimento

organizado por Pablo Quintero, Guilherme F. Radomsky e Alberto Arce

Envio de artigos: de 01/06/2023 a 30/09/2023

Número 71

Territorialidades negras e indígenas

organizado por Sergio Baptista da Silva, João Daniel Dorneles Ramos,

Cauê Fraga Machado e Sandro José da Silva

Envio de artigos: de 01/10/2023 a 31/01/2024

Número 72

Corpo

organizado por Ceres Vítora, Jean Segata, José Miguel Nieto Olivar

e Sahra Gibbon

Envio de artigos: de 01/02/2024 a 30/06/2024

Número 73

Parentalidades

organizado por Patrice Schuch, Fernanda Rifiotis, Fernanda Ribeiro

e Carla Villalta

Envio de artigos: de 01/06/2024 a 31/10/2024

Número 74

África – Caribe: colonialismo e relações raciais

organizado por Handerson Joseph, José Carlos dos Anjos

e Cláudio Alves Furtado

Envio de artigos: de 01/10/2024 a 28/02/2025

Submissão de artigos em: <https://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos>

Ensaio sobre o Tema: Depois da Covid-19: a persistência da memória – Patrice Schuch; Handerson Joseph; Arlei Sander Damo; Ceres VÍctora / **Artigos:** Crisis sociosanitaria global (post) pandémica y su impacto en la salud de migrantes internacionales de Barcelona, São Paulo y Buenos Aires – Alejandro Goldberg; Ximena Pamela Díaz Bermúdez / Comida e consumo na pandemia e após: um olhar a partir dos mercados de Madrid – Renata Menasche; Carmen Lozano-Cabedo / “Viver da Arena”: casas, práticas econômicas e temporalidades pós-pandêmicas – Bruno Guilhermano Fernandes / Precariedade enquanto categoria formativa do campo: as vulnerabilidades de antropólogos(as) e motoristas de aplicativo em um contexto de pandemia – Álvaro Tavares / Uma etnografia da ansiedade: alteridade, identificação e emoção – casos de saúde mental na experiência escolar no retorno pós-pandêmico – Alef de Oliveira Lima / “Covichados”: pensar la epidemia de COVID-19 en Argentina desde la postpademia – Andrea Mastrangelo; Flavia Demonte / A episteme médica e as incertezas do diagnóstico de Covid longa: um ensaio antropológico – Jaqueline Ferreira; Graziani Araújo de Lima da Nóbrega / “Meus filhos não serão cobaias”: cismas e discursos antivacinação infantil pós-pandemia de Covid-19 – Hully Guedes Falcão; Ana Carolina Monari; Igor Sacramento; Caio Maués / Os novos e velhos desafios para os saberes sobre as plantas medicinais e fitoterapia na Estratégia Saúde da Família após a pandemia de Covid-19 – Mariana Leal Rodrigues / Lutos em luta: medos e perdas enfrentadas pelos profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19 – Aponira Maria de Farias; Mariela Campos Rocha; Denise Nacif Pimenta / **Espaço Aberto:** Entre nosotros: a favor de la etnografía de nuestra teoría antropológica – Rosana Guber / Quem avalia a avaliação? A avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, vista da área de Antropologia e Arqueologia, 2018-2022 – Antonio Carlos de Souza Lima

Temas dos próximos números e organizadores:

Antropologia do desenvolvimento – Pablo Quintero, Guilherme F. W. Radomsky e Alberto Arce

Territorialidades negras e indígenas – Sergio Baptista da Silva, João Daniel Dorneles Ramos, Cauê Fraga Machado e Sandro José da Silva
Corpo – Ceres VÍctora, Jean Segata, José Miguel Nieto Olivar e Sahra Gibbon
Parentalidades – Patrice Schuch, Fernanda Rifiotis, Fernanda Ribeiro e Carla Villalta
África – Caribe: colonialismo e relações raciais – Handerson Joseph, José Carlos dos Anjos e Cláudio Alves Furtado